

André Luiz de Araujo Oliveira
Joel Pereira Felipe
Regina Soares de Oliveira
(organizadores)

ANAIS



urbBA[20]

Seminário Urbanismo na Bahia

Instituições de Ensino Superior no século XXI:
impactos nos territórios

ITABUNA/ILHÉUS
3 -6 novembro 2020

Anais do Seminário Urbanismo na Bahia urbBA[20]

Instituições de Ensino Superior no século XXI: impactos nos territórios

<https://urbba20.wordpress.com>

Realização



Apoio



Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

S471 Seminário Urbanismo na Bahia - urbBA (10. : 2020 : Itabuna, BA)

Anais do X Seminário Urbanismo na Bahia – urbBA[20] [recurso eletrônico] : instituições de ensino superior no século XXI : impactos nos territórios, Itabuna, 03 a 06 de novembro de 2020 / organização André Luiz de Araujo Oliveira, Joel Pereira Felipe, Regina Soares de Oliveira. – Itabuna : UFSB, 2021.

330p. ; il. -

eISSN: 2316-6606

1. Planejamento urbano. 2. Direito urbanístico. 3. Arquitetura. I. Universidade Federal do Sul da Bahia. Núcleo de Estudos e Intervenções nas Cidades. II. Título

CDD – 711

Elaborado por Raquel da Silva Santos - CRB-5/ 1922

Comissão organizadora

- André Luiz de Araujo Oliveira (UFSB)
- Bruna Carmo Rehem (IFBA)
- Cintya Santos Nobre (UESC)
- Esequias Souza de Freitas (IFBA)
- Fabiana de Souza Costa (UFSB)
- Joana Brandão Tavares (UFSB)
- Joel Pereira Felipe (UFSB)
- Jones Oliveira Mota (IFBA)
- Neurivaldo José de Guzzi Filho (UESC)
- Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)
- Sandra Cunha Gonçalves (IFBA)
- Thiago Nascimento Barbosa (IFBA)

Monitores e moderadores digitais das sessões temáticas

- Adolpho José Fernandes Diederich Lima (UESC)
- Celina dos Santos (IFBA)
- Gabriel Ferreira Silva (UFSB)
- Hebert Santana (IFBA)
- Jaqueline Lourimer (IFBA)
- Karina Neves (IFBA)
- Larissa Sampaio Rezende (IFBA)
- Nathália Godinho Vasconcelos (UFSB)
- Victor Gonçalves (UESC)
- Wellington Nogueira Cordeiro Jr. (IFBA)
- Yasmin Santos Souza (UFSB)

Apoio Tecnologia da Informação e Comunicação

- Rodrigo Lima Bittar Franco (PROTIC/UFSB)
- Ítalo Miranda de Novais (PROTIC/UFSB)
- Cleivison Souza de Jesus (PROTIC/UFSB)
- Marcelo José Santana Santos Jr. (PROTIC/UFSB)

Comitê Científico

Coordenação

- Álamo Pimentel (UFSB)
- Aline Conceição Souza (UESC)
- Elson Cedro Mira (UESC)
- Éverton José da Silva (IFBA)
- Regina Soares de Oliveira (UFSB)

Avaliadores

- Adriana Lima (UEFS)
- Ana Fernandes (UFBA)
- Anita Burth Kurka (UNIFESP)
- Angela Franco (UFBA)
- Antonio José Costa Cardoso (UFSB)
- Ben-Hur Ramos Ferreira Gonçalves (UFSB)
- Caio Frederico e Silva (UNB)
- Carlos Eduardo Cardoso de Oliveira (UEFS)
- Cecília Maria de Moraes Machado Angileli (UNILA)
- Dirceu Benincá (UFSB)
- Ednice de Oliveira Fontes (UESC)
- Gabriela Leandro (UFBA)
- Gilselia Lemos Moreira (UESC)
- Jane Mary Guimarães (UFSB)
- Julia Carvalho Dias de Gouvêa (UFSB)
- Karenina Cardoso Matos (UFPI)
- Klaus Chaves Alberto (UFJF)
- Laumar Neves De Souza (UNIFACS)
- Lídia Boaventura Pimenta (UNEB)
- Luciana de Oliveira Chianca (UFPB)
- Luiz Antonio de Souza (UNEB)
- Narcísio Cabral de Araújo (UFSB)
- Omar Santos Costa (UESC)
- Paulo Romano Reschilian (UNIVAP)
- Pedro Fonseca Leal (UFSB)
- Sanane Santos Sampaio (UFBA)
- Thaís Troncon Rosa (UFBA)
- Vanner Boere Souza (UFSB)
- Viviane Gomes de Ceballos (UFCG)

Prefácio

Seminários Urbanismo na Bahia – urbBA[s]: construindo espaços geradores e solidários

Ana Fernandes

Lugar Comum (UFBA)

É com muita alegria e orgulho que comemoramos, em novembro de 2020, a décima edição dos Seminários Urbanismo na Bahia, os urbBA[s].

Realizado pela Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, através do Núcleo de Estudos e Intervenções nas Cidades – NEIC, pelo Instituto Federal da Bahia, campus Ilhéus – IFBA-Ilhéus e pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, o urbBA[20] se dedicou a explorar as relações entre territórios e instituições de ensino superior no século XXI. Em seus albores, este século trouxe à luz, de forma esperançosa, uma expansão do sistema universitário público, tanto na perspectiva regional e profissional, quanto na perspectiva de acolhida de grupos de diferentes horizontes étnicos, sociais e culturais, recorrentemente subalternizados em nossa formação enquanto nação.

Relevante ainda notar que o evento tenha sido centralizado pela UFSB, criada em 2013, cuja concepção e implementação se deu de forma tão instigante, repensando estrutura e formas de gestão e de ensino-aprendizagem. Nelas se imbricam corresponsabilidade social e institucional, solidariedade comunitária e transacadêmica e liberdade de atuação no exercício das múltiplas dimensões da vida universitária (UFSB, 2013), dando pleno sentido à ideia matriz de universidade e, particularmente, à de universidade pública.

Mas é também esse o sentido do próprio seminário Urbanismo na Bahia. A partir de 2011, por iniciativa do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, da Faculdade de Arquitetura da UFBA, ele tem buscado construir um processo de agregação e de cooperação entre instituições acadêmicas do estado da Bahia, debatendo questões cruciais que tensionam a produção e reestruturação do território, agregando múltiplos sujeitos sociais. O urbanismo em sentido alargado, de fronteiras móveis e porosas, tem sido ponto de chegada e de partida para as reflexões propostas a cada edição do Seminário, explicitando seu caráter sempre tensionado, disputado, conflituoso, voraz, solidário, ético.

Assim, um caminho interessante vem sendo percorrido pelos urbBA[s], tanto do ponto de vista das temáticas tratadas, quanto na perspectiva da articulação universitária que os possibilita.

Como evento anual, sempre ao redor do dia 08 de novembro, ele comemora o Dia Mundial do Urbanismo, instituído no final da década de 1940, a partir da proposição precoce, em 1934, de Carlos Maria della Paolera, engenheiro e urbanista argentino (DIA, 2021). Além disso, os Seminários se deixam fertilizar por uma combinação entre problemáticas que estejam tensionando a esfera pública e as formulações consideradas críticas por cada instituição que os sedia.

Direito à cidade; espaços públicos, espaços comuns; utopias; crises e opressões; ensino e aprendizagem; pesquisa em campos congêneres; autonomia e coprodução, têm sido problematizações nos urbBA[s] que emulam o trabalho e a troca e a construção de compreensões sobre esse campo tão constitutivo e tão controverso da vida urbana contemporânea. Ao mesmo tempo, os temas podem ser tratados com maior ou menor interface institucional, política, societária, a depender da opção que venha a ser feita por cada organizador do encontro.

Felizmente, o processo de construção dos urbBA[s] tem sido marcado pela adesão crescente de espaços universitários e por apoios variados. Assim, à solidão propositiva do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, da Faculdade de Arquitetura da UFBA, se agregaram desde pronto ou com uma temporalidade um pouco maior, a UNEB e seu pioneiro curso de urbanismo, o Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC-UFBA), o Departamento da Bahia do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-BA). Esse processo ganha peso e amplitude a partir de 2016, quando os Seminários passam a circular, acontecendo em diferentes cidades baianas, a partir de suas universidades, trazendo outras realidades e suas questões. A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR); e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) em conjunto com o Instituto Federal da Bahia, campus Ilhéus (IFBA-Ilhéus) e com a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, sediaram os eventos, com muito entusiasmo e muita competência, realizados respectivamente em Feira de Santana e Vitória da Conquista e emitidos virtualmente a partir de Ilhéus/Itabuna, em função da pandemia. A recente iniciativa de constituição da rede urbBA, proposta pelo NEIC, retoma articulação anterior, mas agora de modo mais permanente, entre grupos de pesquisa que atuam no território baiano acerca do campo alargado do urbanismo. Vai florescer!

Assim, desnaturalizar a produção da cidade e seus vários urbanismos, interrogando reflexões e práticas, proposições e interesses, disputas e embates, através de trabalho colaborativo e interessado na justiça social, étnico-racial, cognitiva e ambiental, tem constituído os caminhos dos Seminários Urbanismo na Bahia, os urbBA[s]. Enquanto espaço aberto, coletivo e plural, eles buscam contribuir para a efetivação diversa de cidades e territórios e de um urbanismo que, a partir da legitimidade dos sujeitos múltiplos e situados, sejam imantados pelo cultivo da coexistência, da liberdade e da vida.

Sigamos!

REFERÊNCIAS

DIA MUNDIAL DO URBANISMO. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. São Francisco: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_Mundial_do_Urbanismo. Acesso em 28 Fev. 2021

UFSB. Carta de Fundação e Estatuto. Itabuna/Porto Seguro/Teixeira de Freitas, 2013. Disponível em: <https://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-e-Estatuto.pdf>. Acesso em 28 Fev. 2021

Mensagem das instituições organizadoras

Joel Pereira Felipe

Coordenador do NEIC-UFSB

Neurivaldo José de Guzzi Filho

Pró-reitor de Extensão da UESC

Thiago Nascimento Barbosa

Diretor Geral do IFBA – Campus Ilhéus

O Seminário Urbanismo na Bahia (urbBA) comemorou sua primeira década de existência no território sul baiano (eixo Itabuna/Ilhéus), ampliando suas trincheiras de reflexão e produção científica do urbanismo no estado da Bahia.

Em 2019, no evento ocorrido na FAUFBA em Salvador, sugeriu-se a realização do urbBA[20] na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), sob a responsabilidade de organização do Núcleo de Estudos e Intervenções nas Cidades (NEIC), que convidaria a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e o Instituto Federal da Bahia Campus Ilhéus (IFBA) para uma parceria a fim de viabilizar a sua consecução.

Inicialmente o evento seria realizado de forma presencial, como o fora em todas as edições anteriores, mas os primeiros meses do ano de 2020 trouxeram a notícia da chegada da pandemia da COVID-19 e, em poucas semanas, as previsões científicas se cumpriam com a multiplicação exponencial de casos de contaminação e mortes. O avanço da pandemia no país, e no sul da Bahia em especial, apresentava um elevado número de casos confirmados e mortes, gerando incertezas sobre a possibilidade de deslocamento e reunião de centenas de pessoas.

A situação inspirava o máximo cuidado de todas as instâncias da sociedade e, como integrantes de instituições de ensino, estávamos certos de que era possível continuar a produção e difusão do conhecimento científico sem que se incorresse em riscos para a segurança de todos ou contribuísse para o agravamento da crise sanitária decorrente da pandemia. A Comissão Organizadora, após consulta à Prof. Ana Fernandes do Lugar Comum, decidiu pela manutenção do evento no período previsto (3 a 6/novembro) mas, de maneira inédita para o urbBA, realizá-lo no formato *on line*.

As três instituições trabalharam diligentemente por meio do envolvimento de docentes e técnicos administrativos. Destacaram-se a Coordenação de Atendimento e Qualidade da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFSB que viabilizou as salas das conferências e a transmissão dos eventos pelo Youtube, os servidores da Pró-reitoria de Extensão da UESC e o corpo diretivo e técnicos do IFBA-Ilhéus.

Por isso, não poderíamos deixar de registrar nossa gratidão pela oportunidade de estar a frente da realização de tão importante evento e a todos que se envolveram na organização do urbBA[20], cuja edição só foi possível e exitosa em razão da parceria firmada entre essas três instituições e que colocaram a experiência e estrutura administrativa a disposição para a sua viabilização em momento tão difícil da vida nacional.

Agradecemos a todos que participaram do urbBA[20], ao tempo que convidamos aos que não puderam participar para conhecer toda a produção do Seminário Urbanismo na Bahia presente nestes ANAIS e nos vídeos que contêm o registro das suas atividades.

Apresentação e balanço do urbBA[20]

André Luiz de Araujo Oliveira

Joel Pereira Felipe

Regina Soares de Oliveira

(NEIC-UFSB)

Durante o urbBA[19] ocorrido em Salvador aprovou-se que o urbBA[20] seria realizado na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Esse evento, organizado pelo Núcleo de Estudos e Intervenções nas Cidades (NEIC), programa de extensão registrado no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) do Campus Jorge Amado em Itabuna, seria efetivado em novembro de 2020, em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e o Instituto Federal da Bahia (IFBA) Campus Ilhéus, com o tema **‘Instituições de ensino superior no século XXI e impactos nos territórios’**.

O ano de 2020 se iniciou com a notícia de um novo vírus que tinha um potencial avassalador sobre as pessoas, os sistemas de saúde e a economia. Tendo sido oficializada a existência da ‘pandemia do novo Coronavírus’ (COVID-19 ou CoronaVirus Disease 2019) pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em poucas semanas as previsões se cumpriram e vimos no Brasil muitos governos estaduais e municipais desesperados para criar as mínimas condições de controle sobre a doença.

A precária situação da saúde pública no âmbito municipal combinada à ausência de saneamento, somadas às impróprias condições de urbanização brasileira já conhecidas e caracterizadas pela segregação socioespacial, o adensamento das moradias nos bairros populares e a insatisfatória mobilidade marcada pela dependência do transporte coletivo de baixa qualidade e sobrecarregado-, provocava nos profissionais de várias áreas de conhecimento a antevisão de um quadro de graves consequências que passariam a ser agudizados como efeitos também da desigualdade econômica e desastrosa concentração de renda no Brasil.

Paralelamente, e em contradição com o cenário assombroso que se desenhava nesse 2020, nos últimos 20 anos foi observada a expansão do ensino superior público no Brasil, caracterizado principalmente pela interiorização e a reserva de vagas para baixa renda, negros e indígenas e que foi viabilizada pelo surgimento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007 e da consolidação das políticas afirmativas no âmbito federal na Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas). A Bahia teve a oportunidade de receber novos campi universitários, centros de ensino técnico e pós-técnico, com a esperança de que eles tivessem um papel importante no desenvolvimento urbano, social, ambiental e econômico com mais qualidade nos seus territórios.

Parecia claro que a questão da pandemia não poderia estar ausente no urbBA[20], não somente pelo impacto que vinha tendo e teria em nosso país e região, mas pela estrutura inter e transdisciplinar que o Seminário traz desde sua origem. Optou-se, então, por inserir a área da Saúde nos eixos temáticos em sua relação com as questões urbanas que trouxeram para o debate esses dois assuntos que estão subentendidos nas relações do Urbanismo com a vida humana: a pandemia do Coronavírus e a potência que representa o surgimento e/ou expansão de universidades no Brasil e na região.

Foi nesse contexto que o urbBA[20] teve sua programação orientada para convites aos palestrantes e debatedores estudiosos desses temas, cuja abordagem possui inegável caráter multidisciplinar, para que pudessem a partir de suas apresentações trazer elementos para se pensar essas questões no contexto do território sul baiano. Houve o convite à submissão de trabalhos científicos que refletissem as questões do urbanismo recortadas ou transversalizadas por esses cenários, coroando esse esforço, conforme podem ser lidos nas dezenas de contribuições relevantes que se encontram nos presentes Anais.

Os eixos gerais do urbBA contendo temáticas já consolidadas em eventos anteriores (*1. Urbanismo enquanto política; 2. Urbanismo enquanto processo; 3. Produção contemporânea do espaço, projetos de urbanismo, e a (des)construção do comum; e 4. Urbanismo e regulação*) foram ampliados com a inclusão dos eixos: *5. Campus Universitário: impactos urbanos, sociais e ambientais, e 6. Interdisciplinaridade na relação universidade-sociedade-cidade.*

Portanto, os eixos temáticos do Seminário em 2020 foram assim definidos:

Eixo 1: Urbanismo enquanto política

- Instrumentos públicos e coletivos da política urbana e dimensão prática sensível.
- Participação e controle social na política urbana.
- Desmonte institucional e financeiro da política urbana: fim dos conselhos de participação, do ministério das cidades.
- Utopias experimentais e futuros possíveis? Planos, projetos e concepções urbanísticas na cidade contemporânea: urbanismo colaborativo, corporativo, tático, social, crítico, sustentável.
- Sujeitos coletivos e processos de transformação urbana; Grandes projetos, regulação, e seus impactos no território.
- Consequências da urbanização desigual em crises sanitárias e epidemiológicas.

Eixo 2: Urbanização em processo

- Rede urbana, polarizações e tendências: territórios de abundância e territórios de pobreza.
- Rearticulação do território e seus impactos nos direitos da população.
- Territórios, sentidos e conflitos: quilombolas, marisqueiras, nações indígenas, sertanejos, fundos de pasto, pescadores e extrativistas.
- Planejamento, programas e pactos territoriais; relação urbano-rural, fronteiras (im)produtivas e meio ambiente.
- Saúde pública no contexto da concentração e alta densidade de assentamentos subnormais.

Eixo 3: Produção contemporânea do espaço, projetos de urbanismo e a (des) construção do comum

- Produção imobiliária, bolhas urbanísticas e corporativas, cidadelas.
- Cidade plural, sociabilidades, urbanidade, desejos.
- Movimentos em defesa da cidade: temas, estratégias e ações na conquista de direitos.
- Projetos de intervenção: racionalidade, técnica, estética, ética.
- Culturas do espaço público e construção do comum.
- Construção do urbano liderado pela universidade: laboratórios urbanos e de habitação, empresas juniores, assistência técnica à comunidade e extensão universitária.

- Avaliação e monitoramento da política urbana: observatórios participativos de planejamento e projetos urbanos.

Eixo 4: Urbanismo e regulação

- Atores e instrumentos que regulam a cidade: governos, parlamentos, corporações, movimentos de cidadania, judiciário.
- Acesso à terra urbanizada, onde e como: avaliação de programas habitacionais e de regularização fundiária.
- Áreas centrais, áreas periféricas e regulação: instrumentos urbanísticos regulares, instrumentos excepcionais, efetividade da ação.
- Participação e institucionalização: instâncias, riscos e desafios.
- Legislação e controle da mobilidade social e da dimensão fundiária em episódios extremos de emergência sanitária e ambiental nos ambientes urbanos e rurais.

Eixo 5: Campus universitário: impactos urbanos, sociais e ambientais

- Cidade universitária e campus urbano: localização das instituições de ensino superior e seu papel de âncora na reabilitação urbana.
- Universidade, cidade e gentrificação (*gentrification*).
- Estudantificação (*studentification*): moradia estudantil e gueto, política de mobilidade e acesso aos campi.
- Projetos de campi e os instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades (Estudo de Impacto de Vizinhança).
- Política de sustentabilidade nos campi: eco campus, campus verde, pegada ecológica das instalações universitárias.
- Planos de logística sustentável: das exigências legais aos resultados efetivos, alfabetização em sustentabilidade da comunidade acadêmica.

Eixo 6: Interdisciplinaridade na interação universidade-sociedade-cidade

- Conexão entre saberes na produção do espaço: conflitos, percepções e aproximações.
- Ações de aproximação da universidade dos territórios, comunidades e populações vulneráveis nos ambientes urbanos e rurais (trabalho comunitário; atividades extensionistas, propostas de intervenções em episódios de emergência sanitária e ambiental).
- Contribuições das comunidades à formação universitária (saberes tradicionais, práticas identitárias, experiências educadoras).
- Novos saberes na cidade: interdisciplinaridade na produção e compreensão do espaço urbano.
- Práticas interdisciplinares na cidade: educação patrimonial, cidade educadora, etnografias, cartografias e pedagogias.

CONFERÊNCIAS, PALESTRAS E DEBATES

Seguindo as diretrizes da Comissão Organizadora, as mesas de conferências e palestras foram preparadas a partir da identificação de pessoas que representassem setores ou áreas de atuação importantes na região e/ou convidados com expertise nos temas de cada mesa. Desse modo tivemos os convidados apresentados conforme os cartazes a seguir, e cujos currículos podem ser acessados no Blog do evento em: <https://urbba20.wordpress.com>.

Conferência de abertura com o Prof. Luiz Bevilacqua.
([clique aqui para assistir](#))

urbBA[20]
Seminário Urbanismo na Bahia

Conferência de abertura

Luiz Bevilacqua
Prof. Emérito UFRJ

Regina Oliveira
Mediadora (NEIC-UFSB)

Joana Guimarães
Reitora da UFSB

Alessandro Santana
Reitor da UESC

Thiago Barbosa
Diretor IFBA

Ana Fernandes
Lugar Comum

Mesa 1: Impactos nos territórios.
([clique aqui para assistir](#))

urbBA[20]
Seminário Urbanismo na Bahia

**Mesa 1 Impactos nos territórios:
política, produção do espaço e construção do comum.**

Karina Neves
Mediadora (IFBA)

João Whitaker
FAU-USP

Ana Fernandes
PPCAU-FAUFBA

Joelson Oliveira
Terra Vista

Fernanda Vinhaes
Prefeitura Itabuna

Mesa 2: Regulação e gestão nos territórios.
([clique aqui para assistir](#))

urbBA[20]
Seminário Urbanismo na Bahia

**Mesa 2 Regulação e gestão nos territórios:
a dimensão ambiental em episódios de emergência sanitária.**

Wagner Oliveira
Mediador (UESC)

Luiz Antonio
UNEB

Antonio Cardoso
UFSB

Valter de Almeida
FACEMP

Pollyana Costa
UESC

Mesa 3: Campus universitário: desenvolvimento regional e sustentabilidade.
([clique aqui para assistir](#))



As mesas de debates com a temática do urbBA[20] foram organizadas pelas três instituições parceiras de organização: o NEIC/UFSB, a Pró-reitoria de Extensão/UESC e o IFBA-Campus de Ilhéus. A definição dos temas e a escolha dos debatedores procurou abrir espaço para o recorte e aprofundamento das questões regionais e práticas urbanísticas, culturais e políticas ligadas ao sul da Bahia.

Seguem os cartazes dos debates que se realizaram no período noturno.

Debates urbBA[20] 1: Extensão universitária e planejamento urbano e ambiental.
([clique aqui para assistir](#))



Debates urbBA[20] 2: Resignificação do espaço urbano.

[\(clique aqui para assistir\)](#)



Debates urbBA[20] 3: Expressões histórico-culturais e territórios.

[\(clique aqui para assistir\)](#)



REUNIÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

Durante o urbBA[20] foi realizada uma reunião on line dos grupos de pesquisa e extensão em atuação na Bahia com interesse no tema da cidade e do urbanismo, com interface fortemente multidisciplinar e que participaram da maioria das dez edições do Seminário Urbanismo na Bahia. O objetivo desse encontro foi: (i) fazer um balanço dos 10 anos do urbBA; (ii) atualizar o intercâmbio de experiências, (iii) avaliar a possibilidade de ampliar e conectar as redes de pessoas que, eventualmente, estejam trabalhando isoladamente em suas instituições ou participando de redes nacionais ou internacionais e (iv) criar uma articulação mais estruturada entre esses grupos para a realização anual do Seminário que, em 2021, será realizado em Salvador.

Estiveram representados nessa reunião:

- Grupo de Estudos Étnicos e Raciais em Arquitetura e Urbanismo (UFBA)
- Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (UCSAL)
- Grupo de Pesquisa Direito Urbano, Agrário, Ambiental e Movimentos Sociais (UESB)
- Grupo de Pesquisa Direito, Territorialidade e Insurgência (UEFS)
- Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos (UESC)
- Grupo de Pesquisa em Meio Ambiente e Sustentabilidade (IFBA)
- Grupo de Pesquisa Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade (UNEB)
- Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Mudanças Climáticas, Direito e Sociedade RG-Clima (UFSB)
- Grupo de Pesquisa Jornalismo, Cidade e Patrimônio Cultural (UESB)
- Grupo de Pesquisa Lugar Comum (UFBA)
- Grupo de Pesquisa Panoramas Urbanos (UFBA), Grupo de Pesquisa Revisando Direitos (UESC).
- Laboratório Urbano (UFBA)
- Núcleo de Estudos e Intervenções nas Cidades (UFSB)
- Sociedade, Educação e Universidade (UFSB), e o
- Grupo de Pesquisa Justiça, Alteridade e Vulnerabilidade (UESC)

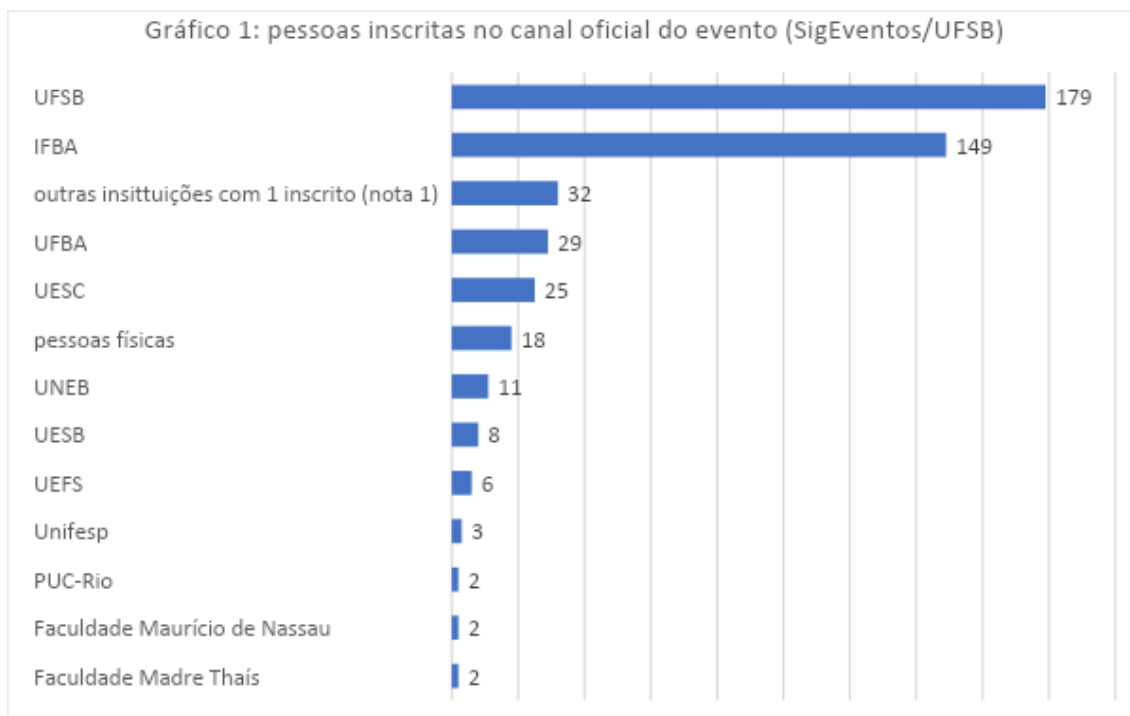
O encontro dos pesquisadores, além de socialização das atividades que cada instituição realiza na atualidade, criou uma agenda de retomada das articulações em torno da constituição da Rede urbBA para o primeiro semestre de 2021.

BREVE BALANÇO QUANTITATIVO DO urbBA[20]

Essa edição do urbBA teve como característica marcante a realização no formato *on line*. Isso implicou em uma participação expressiva de pessoas que normalmente teriam dificuldades de acessar o evento, especialmente se tivessem que se deslocar de suas cidades de origem. Uma reflexão que se deve fazer a esse respeito é sobre as possibilidades abertas, ainda que forçadas pela pandemia, para a ampliação do acesso com possibilidades de atrair atores que não seriam alcançados em um evento presencial.

É importante destacar a participação da comunidade do IFBA (professores, gestores e estudantes do ensino médio tecnológico), o que demonstra o engajamento dessa instituição para o sucesso do evento e o interesse em preparar os jovens e adolescentes para as discussões sobre a cidade e o urbanismo.

Durante o processo de inscrição (de 1º de maio a 2 de novembro de 2020) registraram-se no canal do evento 466 pessoas, distribuídos por instituição conforme o Gráfico 1:



Nota 1 (outras instituições com apenas 1 inscrito): UNIME, UNILA, UNIFACS, UNESP, UFVJM, UFSCar, USP, UNIT, UFRR, UFRPe, UFRJ, UFPEL, UFJF, UCB, FTC, PUC-Minas, Faculdade Pitágoras, Faculdade de Ilhéus, Centro Universitário Faculdade Guanambi, Rede Municipal de Ensino de Uberlândia, Prefeitura de Ilhéus, Instituto Nossa Ilhéus, EM Pe. José de Anchieta, EEEF Avelino Feitosa, Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Acuípe de Baixo, Studio Motirô, Ateliê Portátil, Construtora Log Eng^a e Associação Beneficente Josué de Castro.

Nas tabelas a seguir apresentamos dados quantitativos da participação efetiva no evento (de 2 a 6 de novembro/20) para que sirva como registro histórico e ferramenta de planejamento de futuras edições. A Tabela 1 apresenta a participação de pessoas independentemente se haviam sido previamente inscritas no canal do evento, uma vez que as atividades foram transmitidas pelo Youtube¹.

Tabela 1: Participantes de mesas e debates do urbBA[20]

ATIVIDADE	peçoas assistindo simultaneamente	assinaram a lista de presença
Mesa de abertura	108	205
mesa 1	131	313
mesa 2	65	199
mesa 3	70	206
debates 1	45	110
debates 2	68	176
debates 3	34	125

¹ As palestras e debates de todas as mesas encontram-se disponíveis no Youtube. Para acessar a gravação em vídeo siga o link no SUMÁRIO desses Anais, ou acesse a qualquer tempo: <https://urbba20.wordpress.com/programacao/>, clicando em "link para a sala virtual".

A Tabela 2 registra o interesse pelos assuntos específicos abordados nos Eixos Temáticos. Essas sessões, que permitiam a interação dos participantes entre si e com os autores de trabalhos submetidos, eram permitidas apenas para pessoas previamente inscritas. Por esse motivo, registram um quantitativo menor em relação às palestras das mesas e debates que foram publicizadas no canal da UFSB no Youtube.

Tabela 2: Participantes das sessões dos eixos temáticos (artigos e pôsteres)

ATIVIDADE	peçoas assistindo a apresentação dos artigos	peçoas assistindo a apresentação dos pôsteres
sessão eixo temático 1	27	não houve sessão
sessão eixo temático 2	23	22
sessão eixo temático 3	16	não houve sessão
sessão eixo temático 4	3	não houve sessão
sessão eixo temático 5	6	14
sessão eixo temático 6	64	50

O urbBA[20] recebeu a submissão de 54 trabalhos em duas categorias: artigos e RESUMOs expandidos (pôsteres). Foi a primeira vez que o evento direcionou a submissão na modalidade RESUMOs expandidos voltados para estudantes de graduação e do ensino médio. A Comissão Científica que contou com a participação de 29 avaliadores de diversas instituições, após apreciação “às cegas” e entre pares dos trabalhos submetidos, selecionou 28 artigos e 12 pôsteres para apresentação no evento. Chamou a atenção não somente a qualidade dos trabalhos, mas a amplitude de temas tratados e a preocupação com o papel do urbanismo e as práticas dele emergentes, com destaque às dinâmicas interdisciplinares, à preocupação com intervenções junto às comunidades e aos relatos de experiências.

Com essa riqueza de participação é que o NEIC, agradecido, entrega à sociedade os presentes Anais, tarefa que foi possível pela junção de esforços das instituições parceiras que proporcionaram aos pesquisadores a oportunidade de submeter os seus trabalhos ao urbBA[20]. A compilação que apresentamos a seguir está organizada em duas sessões (Artigos e RESUMOs Expandidos/Pôsteres) e elas, por sua vez, estão subdivididas nos Eixos Temáticos do Seminário.

Que todos aproveitem ao máximo essas contribuições oferecidas pelos autores dos trabalhos que, certamente, intencionaram contribuir para o fortalecimento de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, que cada vez mais reconheça o fundamental papel da educação e da ciência para a transformação de nosso país em um lugar melhor e mais feliz.

Itabuna/Ilhéus, março de 2021.

Sumário

Prefácio	5
Mensagem das instituições organizadoras	7
Apresentação e balanço do urbBA[20]	8
Programação urbBa[20]	20
Parte 1_Artigos	26
Eixo 1	27
<i>URBANISMO ENQUANTO POLÍTICA</i>	<i>27</i>
APAGAMENTO FEMININO E POLÍTICAS DE MORADIA: DIÁLOGOS SOBRE ESPAÇOS DE PODER, PERTENCIMENTO E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	28
CAMINHOS DE RUPTURA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA INSTALAÇÃO DO SISTEMA BRT NA AVENIDA ANTÔNIO CARLOS EM BELO HORIZONTE – MG.	38
PROJETO MOBIDADES: UM EXERCÍCIO DE MONITORAMENTO DO ORÇAMENTO DA MOBILIDADE URBANA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA	48
ORGANIZAÇÃO DO SOLO URBANO, A IDEIA DO PLANO DIRETOR E O PAPEL DO URBANISMO NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS	61
Eixo 2	69
<i>URBANIZAÇÃO EM PROCESSO</i>	<i>69</i>
A (IN)SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL EM TEIXEIRA DE FREITAS	70
A DIMENSÃO RURAL-URBANA NO BRASIL E AS DELIMITAÇÕES MUNICIPAIS: ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA (BA)	78
A DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DO DIREITO À CIDADE	88
A QUESTÃO DAS PERIFERIAS URBANAS EM FEIRA DE SANTANA - BAHIA: UMA LEITURA TERRITORIAL	99
EIXO ILHÉUS-ITABUNA: APONTAMENTOS SOBRE OS FIXOS AO LONGO DA RODOVIA JORGE AMADO	107
EXPANSÃO URBANA NA ZONA SUL DE ILHÉUS, BAHIA, E AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A BALNEABILIDADE DAS PRAIAS E O SANEAMENTO BÁSICO	116
O POTENCIAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA TRANSFORMAÇÃO DE REALIDADES DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS: O CASO DA ZEIS POÇO DA DRAGA	127
RURALIDADES NO URBANO: A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO ESPAÇO URBANO DE ANDARAÍ (BA)	136
Eixo 3	148
<i>PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO, PROJETOS DE URBANISMO E A (DES)CONSTRUÇÃO DO COMUM</i>	<i>148</i>
A VILA DO VINTÉM ENTRE 1947 E 1955: UM PROCESSO DE EXPANSÃO, RESISTÊNCIA E “CONSOLIDAÇÃO”	149
COLETIVOS URBANOS UNIVERSITÁRIOS: CONHECIMENTO E INTERVENÇÃO NAS TRANSFORMAÇÕES URBANO-SOCIAIS	156
FEIRA DE SANTANA/BA EM PERSPECTIVA: A PAISAGEM DE RUA DO COMÉRCIO FORMAL E INFORMAL, E OS SEUS MOLDES DE CONSUMO	164
PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO E DO COMUM NO CONTEXTO CIBERNÉTICO	175
Eixo 4	183

<i>URBANISMO E REGULAÇÃO</i>	183
SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍTICAS URBANAS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO NORDESTINO	184
URBANISMO, MEIO AMBIENTE E OS DESAJUSTES DO PLANEJAMENTO URBANO DE SALVADOR: CONFLITOS E DISPUTAS	195
Eixo 5	204
<i>CAMPUS UNIVERSITÁRIO: IMPACTOS URBANOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS</i>	204
A UNIVERSIDADE NO PÓS-PANDEMIA: ESTUDO DE CASO SOBRE O RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	205
CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS E O PAPEL DA UNIVERSIDADE COMO ÂNCORA NO PROCESSO DE REGENERAÇÃO URBANA.	213
RELAÇÕES SOCIAIS NO ENTORNO DO CAMPUS DA PRAIA VERMELHA – PROPOSTA DE UM ESTUDO A PARTIR DAS AÇÕES DE EXTENSÃO.	221
Eixo 6	230
<i>INTERDISCIPLINARIDADE NA INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-</i>	230
<i>SOCIEDADE-CIDADE</i>	230
A JUVENTUDE SUL BAIANA E A PRÁTICA DO SKATE: OCUPANDO OS ESPAÇOS URBANOS	231
A PRAÇA PARA QUEM VIVE E QUEM PASSA: PRAÇA PIO XII NA CIDADE DE COARACI-BA	238
ÁRVORES URBANAS E AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA.	252
CARTOGRAFILME: UMA ALTERNATIVA INTERDISCIPLINAR PARA LEITURAS COLETIVAS DO ESPAÇO URBANO	260
NOVAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM: A UTILIZAÇÃO DA GAMIFICAÇÃO COMO METODOLOGIA ATIVA NO ENSINO	272
PLANEJAMENTO URBANO E PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM	277
Parte 2_	290
Resumos Expandidos (Pôsteres)	290
<i>Eixo 3</i>	291
<i>PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO, PROJETOS DE</i>	291
<i>URBANISMO E A (DES)CONSTRUÇÃO DO COMUM</i>	291
ORGANICIDADE: CONSCIÊNCIA URBANÍSTICA, ECOLÓGICA E UTÓPICA	292
PRAÇA ENFERMEIRA ANA LÚCIA: A PRIMEIRA PRAÇA COMUNITÁRIA DE SARAMANDAIA	297
<i>Eixo 5</i>	300
<i>CAMPUS UNIVERSITÁRIO: IMPACTOS URBANOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS</i>	300
CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO DAS MORÁDIAS ESTUDANTIS EM SALVADOR	301
MORADIA ESTUDANTIL EM SALVADOR - BA: UM BREVE PANORAMA DE SUAS CONDIÇÕES	304
<i>Eixo 6</i>	308
<i>INTERDISCIPLINARIDADE NA INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-</i>	308
<i>SOCIEDADE-CIDADE</i>	308
GEOPROCESSAMENTO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DA VILA DE IGATU, REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA	309
GEOPROCESSAMENTO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO HISTÓRICO DA CIDADE DE ANDARAÍ, NA REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA - BA	312
O NEOCLÁSSICO COMO MANIFESTAÇÃO DE PODER;	315
UM SÍMBOLO ELITISTA DA POPULAÇÃO CONQUISTENSE	315

OBSERVASSA: A CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO	318
OBSERVATÓRIO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO SAÚDE E SOCIEDADE CAMPUS BAIXADA SANTISTA - UNIFESP	321
TERRITORIALIZAÇÃO DO CUNI COARACI - BAHIA	326

Programação urbBa[20]

Conferências e palestras

03/11/2020	Conferência de abertura do urbBA[20]	link para a gravação da Conferência de Abertura
9h00	Regina Soares de Oliveira	NEIC/UFSB
19h10-19h20	Joana Guimarães	reitora UFSB
19h20-19h30	Alessandro de Santana	reitor UESC
19h30-19h40	Thiago Barbosa	diretor geral IFBA – Campus Ilhéus
19h40-19h50	Ana Fernandes	Lugar Comum/PPGAU/UFBA
19h50-20h40	Luiz Bevilacqua	Professor Emérito da UFRJ
04/11/2020	Mesa 1: Impactos nos territórios: política, produção do espaço e construção do comum.	link para a gravação da Mesa 1
09h00	Karina Travagim Viturino Neves (mediadora)	IFBA – Campus Ilhéus
9h10-9h40	João Whitaker Ferreira (palestrante)	FAUUSP
9h40-10h10	Ana Fernandes (palestrante)	Lugar Comum/PPGAU/UFBA
10h20-10h40	Joelson Ferreira de Oliveira (debatedor)	Assentamento Terra Vista
10h40-11h00	Fernanda Santos Vinhaes (debatedora)	Prefeitura de Itabuna
05/11/2020	Mesa 2: Regulação e gestão nos territórios: a dimensão ambiental em episódios de emergência sanitária.	link para a gravação da Mesa 2
09h00	Wagner Oliveira Rodrigues (mediador)	UESC
9h10-9h40	Antonio José Cardoso (palestrante)	UFSB
9h40-10h10	Luiz Antonio de Souza (palestrante)	UNEB
10h20-10h40	Pollyanna Alves Dias Costa (debatedor)	UESC
10h40-11h00	Valter Guilherme Costa de Almeida (debatedor)	FACEMP
06/11/2020	Mesa 3: Campus Universitário: desenvolvimento regional e sustentabilidade. Relação entre universidade e sociedade	link para a gravação da Mesa 3
09h00	Joel Felipe (mediador)	NEIC/UFSB
9h10-9h40	Elaine Saraiva Calderari (palestrante)	Pró-reitora de Assistência Estudantil/UFU
9h40-10h10	Naomar de Almeida Filho (palestrante)	Instituto de Estudos Avançados/USP
10h20-10h40	Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro (debatedora)	Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia
10h40-11h00	Georgina Gonçalves dos Santos (debatedora)	Centro de Artes, Humanidades e Letras/UFRB

Debates urbBA[20] – Sessões noturnas

04/11/2020	Debates urbBA[20]_ Extensão universitária e planejamento urbano e ambiental.	link para a gravação dos Debates
Mediador	André Luiz de Araújo Oliveira	NEIC/UFSB
18h00	Gabriela Gaia Pereira Rosa (debatedora)	PPGAU/UFBA
18h15	Maria Lícia Silva de Queiroz (debatedora)	UESC
18h30	Thais Troncon (debatedora)	PPGAU/UFBA
05/11/2020	Debates urbBA[20]: Ressignificação do espaço urbano:	link para a gravação dos Debates

	sociabilidade, trocas, afetos e espaços de resistência.	
Mediadora	Celina Rosa dos Santos	IFBA
18h00	Max do Carmo (debatedor)	Cima – Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica
18h15	Mestre Jorge Rasta (debatedor)	Casa de Bonecos de Itacaré
18h30	Ayam Ubrais Barco (debatedor)	Artista

06/11/2020	Debates urbBA[20]: Expressões histórico-culturais & territórios: resistências socioambientais.	link para a gravação dos Debates
Mediador	Neurivaldo José de Guzzi Filho	Pró-reitor de Extensão/UESC
18h00	Maria do Socorro Mendonça (debatedora)	Instituto Nossa Ilhéus
18h15	Luciano Robson Rodrigues Veiga (debatedor)	Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia (AMURC)
18h30	Émerson Melo de Lucena (debatedor)	UESC

Programação das sessões dos Eixos Temáticos

SESSÃO EIXO TEMÁTICO 1: URBANISMO ENQUANTO POLÍTICA	
Coordenadores: Everton Silva (IFBA) e Silvia Kimo Costa (UFSB)	
4/nov/20 quarta-feira 14h00 – 15h30 (Artigos)	
Título	Autoria
1. Apagamento feminino e políticas de moradia: diálogos sobre espaços de poder, pertencimento e habitação de interesse social.	Chrys de Araújo Oliveira
2. Caminhos de ruptura: uma análise dos efeitos da instalação do sistema BRT na Avenida Antônio Carlos em Belo Horizonte – MG.	Gabriel da Cruz Nascimento
3. O Projeto MobCidades e a participação social no monitoramento do orçamento da mobilidade urbana de 2018 do município de Ilhéus – BA.	Jonathan da Silva Souza
4. Organização do solo urbano. A ideia do plano diretor e o papel do urbanismo na construção dos espaços sociais.	Larissa Grazielle Silva dos Santos Jaqueline da Silva Caires Luis Paulo Ferraz de Oliveira Priscila Sandes Ferraz

SESSÃO EIXO TEMÁTICO 2: URBANIZAÇÃO EM PROCESSO	
Coordenadoras: Mônica de Moura Pires (UESC) e Ednice de Oliveira Fontes (UESC)	
4/nov/20 quarta-feira 14h00 – 15h30 (Artigos)	
Título	Autoria
1. A (In)Sustentabilidade social e ambiental em Teixeira de Freitas.	Mydiã Falcão Freitas
2. A dimensão rural-urbana no Brasil e as delimitações municipais: análise do município de Feira de Santana – BA.	Aryane Sinval Alves

3. A distribuição dos equipamentos de infraestrutura de serviços públicos em Vitória da Conquista – BA: uma análise sob o enfoque do direito à cidade	João Pedro Marcelino Teixeira Gabriela Orrico Andrade Araújo Jamille Alves da Silva Larissa Xavier Vieira Raquel de Moraes Leão Ferreira
4. A questão das periferias urbanas em Feira de Santana – Bahia: uma leitura territorial.	Mariana Oliveira de Jesús Janio Roque Barros de Castro

SESSÃO EIXO TEMÁTICO 2: URBANIZAÇÃO EM PROCESSO

Coordenadoras: Mônica de Moura Pires (UESC) e Ednice de Oliveira Fontes (UESC)

5/nov/20 | quinta-feira | 14h00 – 15h30 (Artigos)

Título	Autoria
5. Eixo Ilhéus-Itabuna: apontamentos sobre os fixos ao longo da rodovia Jorge Amado.	Daniel dos Santos Macêdo Sarah Andrade Sampaio
6. Expansão urbana na zona sul de Ilhéus, Bahia, e as condições ambientais: algumas considerações sobre a balneabilidade das praias e o saneamento básico.	Sarah Andrade Sampaio Elisângela Rosemeri Martins Silva
7. O potencial da assistência técnica na transformação de realidades de assentamentos informais: o caso da ZEIS Poço da Draga.	Lara Macêdo Sousa
8. Ruralidades no urbano: a relação campo-cidade no espaço urbano de Andaraí (BA).	Vanessa dos Santos Moreira

SESSÃO EIXO TEMÁTICO 3: PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO, PROJETOS DE URBANISMO E A (DES) CONSTRUÇÃO DO COMUM

Coordenador: Paulo Romano Reschilian (Univap)

4/nov/20 | quarta-feira | 14h00 – 15h30 (Artigos)

Título	Autoria
1. A Vila do Vintém entre 1947 e 1955: um processo de expansão, resistência e “consolidação”.	Henrique Mendes dos Santos Isabele Viana Marques Nadine de Macedo Pinheiro Taysa de Sousa Alexandre Roberta Vieira Baptista
2. Coletivos urbanos universitários: conhecimento e intervenção nas transformações urbano-sociais.	Laís da Silva Cerqueira
3. Feira de Santana -BA em perspectiva: a paisagem de rua do comércio formal e informal e os seus moldes de consumo.	Angelo Azevedo Guimarães Dias Telma Maria Sousa dos Santos
4. Produção contemporânea do espaço e do comum no contexto cibernético.	Thais de Bhanthumchinda Portela Alessandra Soares de Moura Ariadne Moraes Silva Larissa Dantas Rocha Matheus Caldas Tanajura

SESSÃO EIXO TEMÁTICO 3: PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO, PROJETOS DE URBANISMO E A (DES) CONSTRUÇÃO DO COMUM

Coordenadora: Aline Conceição Souza (UESC)

4/nov/20 | quarta-feira | 16h00 – 17h30 (Pôsteres)

Título	Autoria
1. Extensão universitária e a proximidade urbana com as comunidades.	Italo Santana Paula Milena Silva Lima
2. Organicidade: consciência urbanística, ecológica e utópica.	Janayna Victória Araujo dos Santos Elaine Mirelly de Almeida Carvalho Erivan de Jesus Santos Junior Fayola Caucaia
3. Praça Enfermeira Ana Lúcia: a primeira praça comunitária de Saramandaia.	Aline Maria Costa Barroso Andreza dos Santos Silva Jasmine Rosa Santiago

SESSÃO EIXO TEMÁTICO 4: URBANISMO E REGULAÇÃO

Mediadores: Omar Santos Costa (UESC) e Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

4/nov/20 | quarta-feira | 14h00 – 15h30 (Artigos)

Título	Autoria
1. <i>Fugere Centrum</i> : a periferização dos condomínios fechados em Feira de Santana e suas dinâmicas de regulação neoliberal.	Edmundo dos Reis Carvalho Jocimar de Jesus Carneiro Douglas Silva Navarro
2. Segurança pública, políticas urbanas e participação popular: uma aproximação a partir do contexto nordestino.	Mariana Ribeiro Pardo
3. Urbanismo, meio ambiente e os desajustes do planejamento urbano de Salvador: conflitos e disputas.	Filipe dos Santos Costa Aparecida Netto Teixeira

SESSÃO EIXO TEMÁTICO 5: CAMPUS UNIVERSITÁRIO. IMPACTOS URBANOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

Mediador: Klaus Chaves Alberto (UFJF)

5/nov/20 | quinta-feira | 14h00 – 15h30 (Artigos)

Título	Autoria
1. A Universidade no pós-pandemia: estudo de caso sobre o retorno das atividades presenciais na Universidade do Estado da Bahia.	Fausto Ferreira Costa Guimarães Lídia Boaventura Pimenta Marcelo Duarte Dantas de Ávila
2. Campus da Universidade Federal do Sul da Bahia. Indicadores socioambientais e o papel da universidade como âncora no processo de regeneração urbana.	Joel Pereira Felipe
3. História(s) e relações sociais no entorno do Campus da Praia Vermelha – proposta de um estudo a partir das ações de extensão.	Telma Fernandes Barrionuevo Gil

SESSÃO EIXO TEMÁTICO 5: CAMPUS UNIVERSITÁRIO. IMPACTOS URBANOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

Mediadora: Aline Conceição Souza (UESC)

4/nov/20 | quarta-feira | 16h00 – 17h30 (Pôsteres)

Título	Autoria
1. Caracterização do entorno das moradias estudantis em Salvador.	Aline Barroso Mayara Araújo Sabrina Sacramento Yuri Oliveira

2. Moradia estudantil em Salvador – BA: um breve panorama de suas condições.	Mayara Mychella Sena Araújo Aline Maria Costa Barroso Beatriz Aguiar Oliveira Santana Natiele São Paulo
--	--

SESSÃO EIXO TEMÁTICO 6: INTERDISCIPLINARIDADE NA INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE-CIDADE

Mediadora: Regina Soares de Oliveira (UFSB)

4/nov/20 | quarta-feira | 14h00 – 15h30 (Artigos)

Título	Autoria
1. A Juventude sul baiana e a prática do skate: ocupando os espaços urbanos	Fabiana de Souza Costa Rodrigo Evangelista Santos
2. A Praça para quem vive e quem passa: Praça Pio XII na cidade de Coaraci – BA.	André Luis Silva Andrade Amanda Arruda Pita Maria Lícia Silva de Queiroz Tereza Genoveva Nascimento To-rezani Fontes
3. Árvores urbanas e as dimensões da sustentabilidade: uma proposta metodológica.	Maely de Souza da Silva Agná Almeida Menezes Clara Campos dos Santos Sarah Silva Sousa Tereza Genoveva Nascimento To-rezani Fontes

SESSÃO EIXO TEMÁTICO 6: INTERDISCIPLINARIDADE NA INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE-CIDADE

Mediadora: Regina Soares de Oliveira (UFSB)

5/nov/20 | quinta-feira | 14h00 – 15h30 (Artigos)

Título	Autoria
4. Cartografilme: uma alternativa interdisciplinar para leituras coletivas do espaço urbano.	Maria Clara Matos Quintela Tainá Oliveira dos Santos
5. Novas estratégias de ensino-aprendizagem: a utilização da gamificação como metodologia ativa no ensino.	Priscilla Sandes Ferraz Larissa Grazielle Silva dos Santos Luis Paulo Ferraz de Oliveira Madson Mendes dos Santos
6. Planejamento urbano e projeto de habitação de interesse social: uma experiência de ensino-aprendizagem.	Camila Rodrigues Aldigueri Amiria Brasil Aline Maria Costa Barroso

SESSÃO EIXO TEMÁTICO 6: INTERDISCIPLINARIDADE NA INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE-CIDADE

Mediador: Álamo Pimentel (UFSB)

5/nov/20 | quinta-feira | 16h00 – 17h30 (Pôsteres)

Título	Autoria
1. Geoprocessamento como ferramenta de análise do patrimônio histórico arquitetônico da Vila de Igatu, região da Chapada Diamantina – Bahia.	Catharina Rodrigues Araújo Paulo Sérgio Monteiro Mascarenhas
2. Geoprocessamento como ferramenta de análise do Patrimônio Histórico da cidade de Andaraí, na Região da Chapada Diamantina- Bahia.	Letícia Coêlho de Oliveira Paulo Sérgio Monteiro Mascarenhas
3. O Neoclássico como manifestação de poder: um símbolo elitista da população conquistense.	Icaro Paraguassú Santos Jamille Graciete Souza Ribeiro Larissa Grazielle Silva dos Santos Mércia Francinni dos Anjos Cordeiro Santos Naiana de Sousa Almeida
4. observaSSA: a construção da plataforma e a democratização do acesso à informação.	Mayara Mychella Sena Araújo Caio Vinícius Deiró Teixeira da Silva Carla Neves Mariani Clara Souza Ferreira Rocha Jonas Oliveira Santana
5. Observatório institucional do Instituto Saúde e Sociedade Campus Baixada Santista – Unifesp.	Anita Burth Kurka Fernanda Karoline Simões Ramos Patrícia Martins Goulart Rafaela Camargo Baldo Simone Aparecida Ramalho
6. Os mecanismos do biopoder na cidade: a pandemia do Covid-19 sob análise interdisciplinar.	Livia Tosca Maria Bassi Arcand Francisco Antônio Zorzo
7. Territorialização do Cuni Coaraci – BA.	Alberício Silva de Jesus

Parte 1

Artigos

Nota: Os artigos a seguir publicados foram analisados e aprovados por Comitê Científico *ad hoc* em avaliação por pares. A responsabilidade pelo rigor ortográfico, gramatical e normativo é das (os) respectivas (os) autoras (es).

Eixo 1

URBANISMO ENQUANTO POLÍTICA

APAGAMENTO FEMININO E POLÍTICAS DE MORADIA: DIÁLOGOS SOBRE ESPAÇOS DE PODER, PERTENCIMENTO E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Chrys de Araújo Oliveira

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá
arq.chrys@hotmail.com

RESUMO

O gênero tem papel fundamental na construção social, embricando-se em várias dimensões do cotidiano e nas práxis urbanas. Contudo, por vezes é ignorado na construção de políticas públicas que visam melhoras coletivas em espaços urbanos e habitacionais, uma vez que as mulheres, particularmente, pouco se inserem nas disputas de poder que ocorrem nos campos de gestão urbana. Dialogando com a perspectiva de gênero, este artigo visa discutir, na teoria, a construção da mulher como sujeito apolítico e sua exclusão e apagamento no espaço urbano, seguido do entendimento sobre como as políticas públicas reforçam os papéis de gênero, principalmente na vida de mulheres chefes de família. Por fim, demonstra-se nesta investigação uma pesquisa feita no Conjunto Habitacional Mucajá, em Macapá (AP), constatando a centralidade feminina na Habitação de Interesse Social e como as demandas femininas costumam não ser atendidas pelas políticas públicas nestes locais de moradia popular, tampouco no espaço urbano.

Palavras-chave: políticas de moradia, apagamento feminino, habitação, gênero, cidades.

INTRODUÇÃO

Tem-se, como principal inquietação desta pesquisa, a ideia de que há uma diferenciação da utilização da cidade e da habitação no que diz respeito ao gênero – mesmo que de forma velada – por meio de símbolos em sua materialização que pouco refletem uma influência feminina no espaço urbano, potencialmente devido a pouca inserção de mulheres em locais políticos e decisórios.

Tendo isso em vista, pretende-se dialogar sobre a construção simbólica da diminuição da presença feminina em espaços políticos e como este fator influencia, diretamente, na forma como as ações das políticas públicas pouco priorizam a mulher, visto suas necessidades específicas no cotidiano, seja por falta de equipamentos urbanos que as atendam seja por a cidade não ser construída sob uma perspectiva de gênero.

Este apagamento da mulher nos espaços públicos propicia uma exclusão simbólica dos corpos femininos nas cidades, uma vez que o espaço urbano se torna um lugar de pouca representatividade e, por vezes, de opressão para elas – as mulheres – (SILVA, FARIA, PIMENTA, 2017). Nesse sentido, nota-se que a mulher não se molda ao sentido de sujeito ideal, com necessidades padronizadas, as quais formulam o fazer arquitetônico e urbano atualmente, gerando desigualdades de gênero nas cidades.

Assim, com o recorte de gênero no urbano, percebe-se que as mulheres, particularmente as mães e chefes de família, são mais afetadas negativamente em seu cotidiano, visto as dificuldades de se locomover nas cidades, além de a habitação engendrar uma cristalização dos papéis de gênero nas famílias. Nesse sentido, este estudo visa compreender o que as mulheres do Conjunto Habitacional Mucajá, uma Habitação de Interesse Social (HIS) localizada em Macapá (AP), entendem sobre suas vivências neste espaço e como as políticas de moradia afetam suas vivências.

Destarte, o artigo começa sua ideia pela introdução, construindo teoricamente um diálogo que se inicia na construção social do sujeito feminino no espaço urbano e como este corpo existe na cidade, perpassando a simbólica de exclusão das mulheres no espaço urbano, discorrendo adiante sobre as lacunas das políticas públicas em relação à discussão de gênero para, enfim, adentrar o Conjunto Mucajá apontando as visões das mulheres moradoras desta HIS, finalizando com considerações.

A CONSTRUÇÃO DA MULHER COMO SUJEITO APOLÍTICO E A EXCLUSÃO DOS CORPOS FEMININOS NAS CIDADES

Impetrado nas históricas noções das relações público x privado, entende-se que as mulheres foram colocadas em posições de não pertencimento nos locais decisórios, marcados pelos espaços públicos. Isto é, quando vinculado ao gênero, o espaço público tende a excluir determinados sujeitos – comumente o feminino – em função de caracterizar o pertencimento de outros; no caso, os homens.

Jurgen Habermas (2003, p. 15) aponta o “público”, justamente, como o local em que os sujeitos têm direito a aparecer e onde os eventos são acessíveis a todos, colocando o público como o lugar que engendra a *vida política*, gerando a possibilidade de exercer um poder decisório neste local. Nesse sentido, quando vinculadas ao espaço doméstico (privado), as mulheres se tornam limitadas no exercício de expor sua opinião política e, com isso, ainda se reiteram os papéis de gênero pautados pela sociedade patriarcal vigente. Para além, Salomão (2009, p. 1) aponta que “um número considerável de mulheres nos espaços de poder só opinam ou decidem quando são chamadas pelos homens a fazê-los”, vislumbrando uma latente insegurança feminina, visto a forma como a mulher é comumente apontada como incapaz de opinar.

Ainda, quando ouvida, a mulher é vista sob a ótica da feminilidade, o que a descaracteriza de sua competência e inteligência, diminuindo a força de sua opinião por meio da perpetuação da ideia do que seria o papel feminino na sociedade: um papel de subserviência. Salomão (2009) volta-se à questão de os homens pouco saberem compartilhar estes espaços de poder, gerando para eles um tipo de “crise de identidade”, caracterizado pelo sentimento de ameaça ao ter seu poder confrontado nos espaços de assembleia.

A problemática em questão é que o homem “se autodenomina e a sociedade o confirma” (SALOMÃO, 2009), enquanto as mulheres precisam fazer mais esforços para serem ouvidas em campos de hegemonia política, o que complexifica as tentativas de terem suas demandas femininas atendidas no cotidiano e, principalmente, no que diz respeito às políticas urbanas, quando lutam por discutir cidades pensadas por uma perspectiva de gênero.

A partir destes fatores, nota-se que a inserção feminina em campos políticos, principalmente institucionalizados, também se dilui devido às cobranças no âmbito privado, visto a forma como as mulheres são atreladas às atividades laborais domésticas, reproduzindo históricos papéis de gênero (SALOMÃO, 2009).

Portanto, a pertinência de se questionar a ausência feminina nos espaços de poder, em seu viés político, se dá devido ao fato de esta ausência propiciar espaços de opressão, como no próprio espaço público (SILVA, FARIA, PIMENTA, 2017), o que reduz a possibilidade de vivências em sua total potência na cidade por parte das mulheres, visto que elas, devido às violências cotidianas relacionadas ao gênero, como risco de assédio, se organizam diferentemente dos homens para sair de casa e usufruir da urbe.

Entende-se, então, que o gênero se engendra nas políticas públicas quando a pouca representatividade das mulheres cria espaços de opressões, simbólicas ou físicas, em suas vivências, gerando camadas de desigualdades que, quando atravessadas pelo espaço público, propiciam um lugar materializado – a cidade – que não comporta os corpos femininos nem reflete suas vivências.

A EXCLUSÃO DOS CORPOS FEMININOS DA CIDADE

A desigualdade, como coloca Pierre Bourdieu (2002), tem diversas faces e uma delas está impecada na desigualdade de gênero que, por sua vez, se baseia em uma hierarquia social e desvalorização de determinado sujeito que, neste caso, é a mulher.

Entrelaçada com o espaço urbano, a desigualdade de gênero se materializa como concepção de distintos espaços para homens e para as mulheres, além de outras categorias vulneráveis, gerando uma diferenciação de espaços que provém das ideias patriarcais de construção do urbano, vinculados à históricos “valores morais”, como visto em Ferreira (1942) ao discutir a habitação coletiva como solução para o déficit habitacional de meados do século XX, apontando que colocar a mulher frente aos olhos alheios – e públicos – seria contra os princípios morais vigentes, uma vez que:

Observando o cortejo dos malefícios da habitação coletiva para a morada familiar, vamos encontrar o grande inimigo do pudor e do recato feminino. Convém que a vida da mulher derive numa atmosfera de discricção e de respeito que só se obtém na habitação individual (FERREIRA, 1942, p. 173).

Esta fala reitera o entrelaçamento entre a mulher e o espaço privado, retirando-as de sociabilidades públicas, uma vez que este espaço deve pertencer, segundo os conceitos patriarcais, ao homem. Dessa forma, dilui-se a participação feminina em espaços de opinião política ao criar uma matriz segregadora nas vivências femininas, vinculando as mulheres ao lar e tornando desigual o usufruto do espaço público e urbano entre os gêneros.

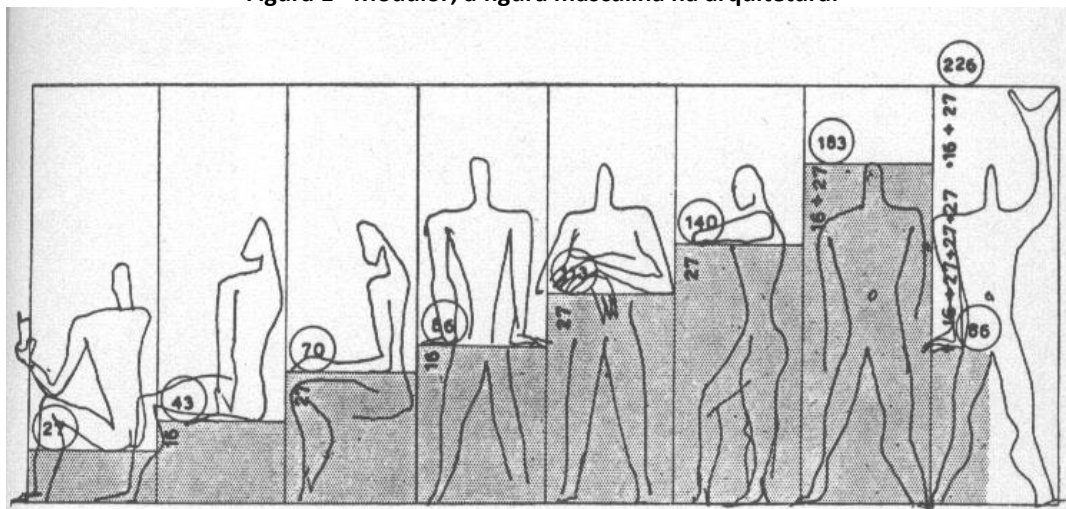
Para além, esta desigualdade é pautada desde a criação do sujeito universal e como esse indivíduo se materializa e se espacializa na cidade, sendo caracterizado pelo sujeito branco, geralmente homem e heterossexual, com características que representam símbolos de masculinidade e, também, do capitalismo patriarcal (MONTEIRO, 2019). Ademais, Fraser (2001) também aponta que estes recortes propiciam a existência de políticas androcêntricas na práxis social cotidiana.

Este androcentrismo se mantém caracterizado pelo homem como centralidade das grandes pautas da vida social e do próprio cotidiano familiar no lar, assim como no âmbito do trabalho, visto que o homem costumava ser tido como o responsável pela provisão financeira da família, de modo geral, enquanto a mulher seria apenas dona de casa, responsável pelos afazeres domésticos, reforçando os papéis de gênero dentro de uma sociedade dos anos de 1950, principalmente nos Estados Unidos, como coloca Fraser (2001):

Seguiu-se que a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado visualizava o cidadão de tipo ideal como um trabalhador masculino pertencente à maioria étnica – chefe e homem de família. Foi amplamente suposto, também, que o salário deste trabalhador deveria ser o principal, se não o exclusivo, sustento econômico de sua família, enquanto quaisquer salários ganhos pela sua esposa deveriam ser meramente suplementares (FRASER, 2001, p. 16).

O tipo ideal em que Fraser (2001) se debruça pode ser observado nos ideais modernistas como no Modulor de Le Corbusier (figura 1) que, em seu sentido inicial, tinha como objetivo criar sistemas métricos capazes de compor uma geometria e gerar uma padronização harmoniosa para a arquitetura, refletindo também o ideal de sujeitos a utilizarem de um espaço.

Figura 1 - Modulor; a figura masculina na arquitetura.



Fonte: google imagens, 2020.

Na ótica desta padronização, se admitiu, naquele momento, que era possível pensar um tipo ideal de indivíduos, fazendo características específicas serem pouco consideradas, senão totalmente, das concepções do fazer urbano-arquitetônico, principalmente ao não contabilizar nos padrões métricos os corpos femininos, os quais não se encaixariam nestes parâmetros.

Nestes aspectos, na arquitetura da habitação, a mulher ainda é vista como um sujeito secundário, ainda que se associe, reiteradamente, a mulher ao lar. O que pode ser observado em Certeau (2013, p. 205) sobre as vivências e cotidiano dentro da casa, em que pontua que: “Neste espaço privado, via de regra, quase não se trabalha, a não ser o indispensável: cuidar da nutrição, do entretenimento e da convivialidade que dá forma humana à sucessão dos dias e à presença do outro”.

Ainda que tenha formulado estas ideias no ano de 1980, entende-se que Certeau (2013) não se atentou ao fato em que o que ele não chama de trabalho, são as tarefas comumente feitas por mulheres e majoritariamente de forma não remunerada.

Nota-se o reflexo da cultura patriarcal em diversos aspectos do cotidiano feminino e como o discurso masculino continua a reiterar e invisibilizar as vivências femininas até mesmo no espaço privado, em sutis e cotidianas pontuações androcêntricas. E, não obstante, a figura masculina se materializa e se reitera na cidade através dos símbolos arquitetônicos marcantes em sua virilidade.

Os arranha-céus, como característica marcante da materialização de um capitalismo androcêntrico e evolução patriarcal na arquitetura, marcada pela Revolução Industrial, vislumbra simbólicos que retratam masculinidade e a materializam, como nota-se na Torre Agbar (figura 2), em Barcelona, em sua arquitetura inegavelmente fálica, como construção do signo representativo de um sujeito.

Figura 2 - Torre Agbar, Barcelona.



Fonte: google imagens, 2019.

Para reiterar essa questão, Bourdieu discorre justamente sobre as metáforas fálicas na cidade, apontando que: "Compreende-se que o falo, sempre presente metaforicamente, mas muito raramente nomeado e nomeável, concentre todas as fantasias coletivas de potência fecundante" (BOURDIEU, 2002, p. 9). Isto é, mesmo sutilmente, a imposição e virilidade masculina estão inseridas na sociedade, dando sentido à imagem acima mostrada em que, anteriormente à sua materialização, se tem o simbolismo sobre o que está sendo representado. E claramente não traduz a figura feminina.

LACUNAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO AO GÊNERO: A CRISTALIZAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO

Seguindo a perspectiva de apagamento das mulheres nos espaços decisórios, as políticas públicas vêm, ao longo dos tempos, tentando inserir pautas que favoreçam sujeitos oprimidos, seja por seu gênero, raça, classe, entre outras categorias. Neste sentido, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ainda que de forma discreta, tenta inserir a questão de gênero em suas condicionantes, particularmente em relação às mulheres chefes de família.

É notório que, a partir da Constituição Federal de 1988, os avanços de políticas sociais desvinculam-se do sentido de benemerência e passam a efetivar a assistência social no Brasil. Porém, como coloca Nascimento (2016), essas políticas tendem a reproduzir os estigmas femininos quando, ao tentar favorecer as mulheres, como as chefes de família, reiteram, sem criticar, as problemáticas da reprodução dos papéis de gênero, visto que:

Recai sobre elas todo o cuidado com o acompanhamento regular da frequência escolar dos filhos, atualização cadastral no programa, participação no programa de convivência e fortalecimento de vínculos familiares por meio de ações socioeducativas, bem como manter a vacinação das crianças de até 7 anos de idade em dia, e acompanhar o crescimento e desenvolvimento das mesmas. (NASCIMENTO, 2016, p. 376).

Os pontos supracitados são condicionantes para a manutenção das famílias nos programas sociais. Entretanto, nota-se a forte responsabilização do cuidado familiar sobre as mulheres ao se pontuar as tarefas que, comumente, são vinculadas ao feminino, como o cuidado com os filhos, sem sociabilizar estes condicionantes.

Essa responsabilização se mostra latente quando se observa que, em um período de 15 anos - entre 2001 e 2015 - as famílias chefiadas por mulheres aumentaram de 14,1 milhões para 28,9 milhões, totalizando um crescimento de 105% neste período, tendo em vista que as famílias chefiadas por homens aumentaram apenas 13% neste mesmo período passando de 37,4 milhões em 2001 para 42,4 milhões em 2015 (CAVENAGHI, 2018). Dito isso, para além do assistencialismo, as políticas públicas devem entender a problemática existente neste comum abandono masculino de sua prole e como essa questão afeta as mulheres em uma forma sensível e específica.

Nesse sentido, têm-se nas disposições complementares colocadas na Lei Nº 11.977, que tange a implementação do programa social de moradia Minha Casa Minha Vida que, em caso de divórcio de um casal beneficiado, a titularidade do imóvel do PMCMV passa a ser da mulher, independentemente do que tange a separação de bens do casal, visando a moradia digna para quem, geralmente, se mostra como arrimo da prole (BRASIL, 2009). Ademais, a priorização da titularidade feminina evidencia a vulnerabilidade sofrida por estas mulheres que assumem unilateralmente a chefia monoparental no lar, como apontado por Franco (2016, p. 32).

Tendo em vista a associação feminina ao lar, a lacuna material dos programas de moradia se encontra na precarização do ambiente físico de habitação, o qual não contempla as necessidades do lar e de famílias que, geralmente, são grandes. Além do desvinculo nas relações urbanas para a mulher, visto que ao passo que cuida da casa, também se desdobra em outras tarefas na urbe, expandindo suas vivências na cidade, como visto na figura 3.

Figura 3. Diagrama de trajetos femininos nas cidades.



Fonte: Renata Coradin, 2010.

Devido às vivências femininas e seu atrelamento ao âmbito privado do cotidiano, além das diversas jornadas diárias de trabalho fora de casa, é notória a necessidade de aproximar, em questões urbanas, a moradia com outros aspectos diários, como o lazer, o trabalho, a saúde e a educação, pois, fragmentar e setorializar estas funções nas cidades implica em maiores deslocamentos para quem comumente já tem diversas tarefas.

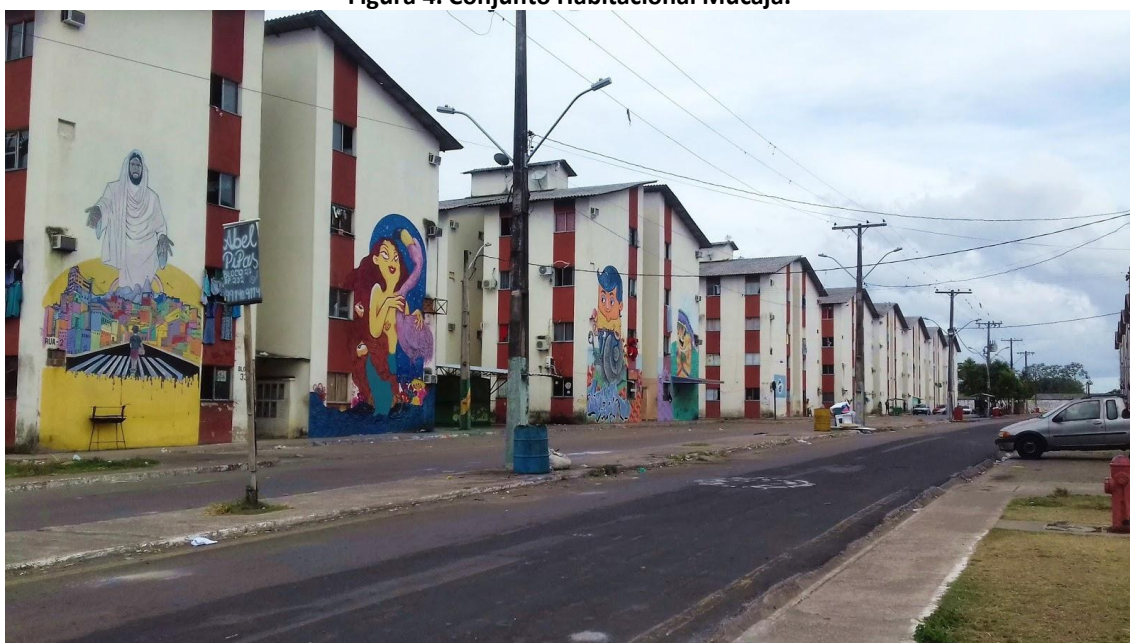
Urbanisticamente, aproximar estas esferas da vida seria valorizar as atividades de reprodução do lar e visibilizar o trabalho doméstico, vinculando a moradia com as lógicas do espaço urbano e, conseqüentemente, propiciando qualidade de vida nos afazeres diários, criando uma rede de inter-relações cotidianas (PUNT 6, 2019, pg. 185). Considera-se, então, igualdade sobre a locomoção de gêneros nas cidades, uma vez que a mãe, chefe de família, com diversos trajetos diários, poderia se movimentar melhor e se expandir na cidade, transgredindo barreiras socioespaciais e corpóreas.

MULHERES DO CONJUNTO MUCAJÁ E SUAS VISÕES

Ilustrando as vivências femininas associadas às políticas públicas de moradia, tem-se o Conjunto Habitacional Mucajá, localizado em Macapá (AP), como lugar que engendra experiências de padronização que pouco refletem as necessidades de gênero no espaço da moradia.

Locado no extremo norte do Brasil, nota-se, inicialmente, que o conjunto (figura 4) continua sendo uma cópia incompleta das propostas de padronização das concepções modernistas, trazendo em sua construção simples soluções projetuais que se voltam para a relação custo x benefício, com materiais pré-moldados que geram economia e rapidez na obra, porém, por conseguinte, se deterioram rapidamente, visto que os construtores buscam minimizar custos com materiais e o Estado não fiscaliza estas construções para garantir sua qualidade. Ademais, se continua a reduzir ao máximo o espaço físico para comportar famílias diversificadas, além de continuar marginalizando os espaços de reprodução dos afazeres domésticos.

Figura 4. Conjunto Habitacional Mucajá.



Fonte: autoria própria (2019).

O Conjunto Mucajá, então, surge para exemplificar este estudo por se observar que, apesar de se localizar no centro da cidade de Macapá, desvinculando-se da ideia de distanciamento que as HIS costumam ter nas urbes, o local não supre as necessidades femininas na perspectiva das relações urbanas que se vinculam às tarefas domésticas e as habitações não comportam confortavelmente as diversificadas famílias moradoras do local, que estão assentadas ali desde a ocorrência do reassentamento de uma favela anteriormente existente.

Promovido pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o reassentamento relocou para o Conjunto Mucajá 33 famílias oriundas das ilhas do Pará que moravam informalmente no local desde a década de 1960 (PMM, 2012), reorganizando espacialmente diferentes tipos de famílias em um espaço de 37,33 m² de área útil. Logo, visando compreender estas famílias, fez-se a caracterização dos moradores por meio de aplicação de questionários e entrevistas consentidas por 60 participantes, apreendendo a noção dos moradores sobre o espaço físico do local e seus imaginários sobre quem chefiava estes domicílios, pois o principal objetivo da pesquisa foi estimar e descrever a presença feminina nessa habitação popular específica e suas necessidades.

Primeiramente, indo ao encontro do entendimento sobre a responsabilização da mulher sobre a prole e espaço doméstico, 61,7% dos entrevistados (37 famílias) tinham a mulher como principal arrimo financeiro. Porém, curiosa e independentemente das questões financeiras, das 60 famílias, 52 participantes apontaram a mulher como a responsável pelo lar, mostrando a centralidade feminina no espaço doméstico.

Quando perguntados “Você acha importante pensar a casa e a cidade pelo olhar das mulheres?”, 54 participantes responderam que sim, era importante, vinculados às narrativas como “porque mulheres trabalham mais que os homens, em casa e fora” (resposta de D. Raimunda), “porque mulheres são mais sensíveis” (resposta de Darlei), ou porque “a cidade é mais perigosa para as mulheres” (resposta de Vitória).

No que diz respeito aos espaços físicos do conjunto e como a padronização da HIS afeta o cotidiano feminino, visto que as mulheres comumente são responsabilizadas pelas tarefas domésticas, notou-se grande preocupação por parte delas sobre os espaços de reprodução doméstica, como cozinha e área de serviço, que são espaços marginalizados na casa, além da própria ampliação da habitação, visto que as famílias são numerosas em integrantes; com média de 5 pessoas por família. Ademais, a falta de espaço das áreas de reprodução dos afazeres domésticos se tornou visível, visto os improvisos feitos pelos próprios moradores do local, como com varais improvisados para estender roupas (figura 5).

Figura 5. Varais improvisados.



Fonte: autoria própria (2019).

Na 9ª pergunta do questionário, quando questionados o que faltava para satisfazer os moradores no conjunto, 20 respostas se voltaram, especificamente, para a criação de uma creche, além de área de lazer. Majoritariamente, estas respostas foram dadas por mulheres e mães, que citaram a necessidade de um local para que as crianças pudessem estar seguras durante o período que estivessem fora trabalhando; questão que foi prometida, segundo os moradores, na proposta inicial dessa HIS.

Ademais, os espaços físicos atendem de forma deficitária as famílias moradoras; ponto reiterado pelos visíveis improvisos no local, na redução de espaços dos afazeres domésticos, como área de serviço, percebe-se também no confinamento de numerosas famílias dentro de pequenos espaços e em como a padronização não se encaixa nestas famílias diversificadas.

Acompanhado da teoria, como observa Punt 6 (2019), o urbanismo e arquitetura precisam ser pensados por um viés do cotidiano, para potencializar o melhor viver, reduzindo a necessidade de improvisos no dia a dia por meio do diálogo sensível entre comunidade e setores de políticas públicas, por se mostrar notório que a padronização e precarização destes espaços continua a reduzir a qualidade de vida de quem mora nestes locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias aqui apontadas vislumbram uma crítica sobre como o apagamento feminino dos espaços decisórios acabam por sintetizar os sujeitos que vivem as cidades em uma concepção de idealização que não engloba as experiências das mulheres no espaço urbano, seja pela construção androcêntrica da cidade seja pela associação feminina aos espaços privados.

Entende-se nesta investigação que a responsabilização da mulher sobre a família afeta, diretamente, sua participação política e, portanto, dilui-se a possibilidade de reivindicar suas demandas em espaços de decisão, visto que estes espaços são comumente categorizados pela representação masculina e, por não adentrar nos espaços decisórios, as demandas femininas acabam sendo pouco contabilizadas nas decisões políticas, particularmente as de moradia, como mostrado, propiciando uma forma patriarcal do fazer arquitetônico que não comporta as responsabilidades domésticas carregadas, injustamente, pelas mulheres.

Reitera-se a necessidade de pensar políticas públicas urbanas por uma perspectiva de gênero, apontando a HIS como local que engendra diversas questões, desde a centralidade feminina até a forma que a padronização arquitetônica não mais dialógica com a diversidade de famílias existentes. Por fim, entende-se que é necessário colocar as pessoas na centralidade do cotidiano e das políticas públicas para, então, criar espaços agregadores, rompendo dinâmicas de privilégios e coletivizando o que deve ser de todos: o direito de morar e viver com qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em 12 ago. 2020.

CAVENAGHI, Suzana. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios** / Suzana Cavenaghi; José Eustáquio Diniz Alves. -- Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano 2**. Morar, cozinhar / Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Mathilde Endlich Orth. 12. ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FERREIRA, F.P. **A Habitação e a Moral**, in Revista do Arquivo Municipal 82, 1942.

FRANCO, Roseli de Mello. **Projeto “Minha Casa, Minha Vida”** - A inserção da mulher na chefia monoparental: estudo de caso no Jardim do Valle, em Araraquara/SP/Roseli de Mello Franco - Araraquara: Universidade de Araraquara, 2016.

FRASER, Nancy. **O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História**. Revista Mediações. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Traduzido por Ancelmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. Londrina, v.14, n.2 p. 11-33, Jul/Dez. 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MONTEIRO, Poliana. **A Produção Feminista do Espaço** – Costurando uma Colcha Epistêmica para Pensar a Cidade e as Lutas Urbanas. XVIII ENANPUR. Natal, 2019.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. **Mulheres e papéis de gênero no Programa Bolsa Família**. O Social em Questão - Ano XIX - nº 35 – 2016.

PMM, Prefeitura Municipal de Macapá. **Projeto Habitacional Mucajá**. Macapá, 2012.

PUNT 6. **Urbanismo feminista**. Por una transformación radical de los espacios de vida. Virus editorial. Barcelona, 2019.

SALOMÃO, Mirian da Silva. **A Presença das Mulheres nos Espaços de Poder: A Interiorização do Poder Patriarcal**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2009.

SILVA, N. A. da; FARIA, D.; PIMENTA, M. **Feminismo e o espaço urbano, apontamentos para o debate**. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

CAMINHOS DE RUPTURA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA INSTALAÇÃO DO SISTEMA BRT NA AVENIDA ANTÔNIO CARLOS EM BELO HORIZONTE – MG.

Gabriel da Cruz Nascimento

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais
gabriel.nascimentoc@hotmail.com

Chrys de Araújo Oliveira

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá
arq.chrys@hotmail.com

RESUMO

O presente texto pretende discutir o conceito de ruptura urbana partindo da análise da duplicação da Avenida Antônio Carlos e da instalação do sistema BRT (*Bus Rapid Transit*), dois dos recentes Grandes Projetos Urbanos (GPU) da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). Para tanto, define-se um recorte territorial: a interseção entre os GPU's e o nó viário próximo ao bairro da Lagoinha, área adjacente ao centro de Belo Horizonte, que sofre historicamente com a expansão da infraestrutura viária. Primeiramente, busca-se situar os processos históricos de formação da paisagem local para, posteriormente, caracterizar os efeitos de ruptura das novas intervenções. Também, análises documentais objetivam sintetizar a imagem dos discursos envolvidos nesse contexto, contrapondo-os com as narrativas midiáticas frente à instalação dos GPU's. Nesse aspecto, o conceito de não-lugar, talhado pelo antropólogo Marc Augé, permite analisar as dinâmicas sociais que emergem da nova paisagem, concluindo com a sistematização dos principais pontos trabalhados.

Palavras-chave: grandes projetos urbanos, ruptura urbana, espaços residuais.

INTRODUÇÃO

O movimento de leitura do território é um movimento complexo. O lugar se relaciona com os grupos que nele produzem sua paisagem e por ela são produzidos. Para além da relação entre grupo e lugar, o território insere-se em redes de significação ampliadas, sustentando significados distintos e, através deles, articulando redes de interesses em diversos espaços sociais. Nesse processo, o lugar é distorcido pelos variados agentes envolvidos – moradores e populações instaladas, poder público, pedestres, usuários sistema viário, comunidades e proprietários de terra –, criando nós de significado que tensionam-se, provocando afastamentos e aproximações entre grupos sociais. A ruptura se configura como um fenômeno catalisador de rearranjos simbólicos, e, a partir da paisagem, reverbera novas configurações sociais.

Nesse raciocínio, as relações sociais são rompidas e outras disposições se instauram a partir da transformação abrupta da paisagem. No imbricamento entre o passado e o presente, surgem novas disposições materiais e redes de significação. Embora seja um efeito característico dos Grandes Projetos Urbanos (GPU's), as rupturas incorporam as condições sociais e históricas de cada contexto, estabelecendo formas singulares de cisão. Na análise aqui proposta, sustenta-se a posição de que o eixo viário da Avenida Antônio Carlos, após a implantação dos corredor do BRT e de sua duplicação na região limdeira ao hipercentro, deslocou geograficamente processos de exclusão social, condensando uma rede de interesses constantemente tensionada.

A Duplicação e Sistema de BRT no corredor Antônio Carlos/Pedro I trata-se de uma proposta reestruturação viária nos eixos que conectam a região central de Belo Horizonte com sua zona

norte, inserindo-se em diferentes contextos de cidade. Uma das áreas inscritas sobre seu perímetro de intervenção e, por conseguinte, sobre sua influência, é aquela que compreende o bairro Lagoinha, o bairro Bonfim e a porção sudeste do bairro Carlos Prates. Considerando a inserção dessa região nos processos históricos de consolidação de Belo Horizonte, a análise desses projetos permite entender como grandes intervenções dialogam com cotidianos assentados numa relação própria entre paisagem, espaço e vínculos sociais (condição anterior à intervenção na área supracitada) e instauram rupturas a partir de uma nova lógica de configuração territorial e das relações que dela nascem. Com base em Vainer, Oliveira e Junior (2019), parte-se do entendimento de que as práticas e ações do planejamento urbano, inclusive nos países latino-americanos, a partir da década de 90, se orientaram de forma a estimular o “crescimento econômico e da competitividade, assim como o envolvimento do setor privado, em substituição às práticas urbanísticas de domínio exclusivo do Estado” (op. Cit. p. 13). Esse *modus operandi* do planejamento urbano, tendo como foco de debate o Brasil, se adapta a tentativas de introduzir, nos poderes públicos municipais, ferramentais de intervenção e regulamentação da terra, como aquelas desenhadas no Estatuto da Cidade (Lei Federal no 10.257/2001), autonomizando a administração pública dos interesses mercadológicos.

Assim, uma das facetas contemporâneas dos GPU's desenha-se a partir do “modelo de planejamento urbano estratégico das cidades”, onde os autores diagnosticam: “em poucos lugares do Brasil os novos planos diretores implicaram alteração significativa nas práticas das administrações públicas” (VAINER; OLIVEIRA; JUNIOR, 2019, p. 15). Ainda, junto à reestruturação viária, a Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste/Oeste vale-se de sua articulação viária para instaurar novos parâmetros urbanísticos de intervenção.

PEQUENAS LEITURAS SOBRE IMPACTOS URBANOS

A análise histórica do recorte territorial proposto permite observar a condição adquirida pelo bairro Lagoinha e sua vizinhança na articulação viária metropolitana, sobretudo destacando-se os esforços – ora públicos, ora privados, ora produto da associação entre ambos – somados na consolidação de centralidades distintas, a norte do centro de Belo Horizonte. A resultante desse desdobramento associa-se a outros processos de produção territorial (tombamentos, intervenções pontuais) e à esfera cotidiana, em uma relação de tensão que fragmenta a paisagem do bairro ao longo do tempo. A duplicação da Avenida Antônio Carlos e a instalação do sistema BRT nesse eixo viário inserem-se na linha histórica descrita, encorpando a condição do território como nó viário metropolitano (PBH, 2008) enquanto cria novas descontinuações físicas e cortes sociais.

A análise das condições de produção de cada intervenção urbana com relevância para o contexto exige a reconstrução histórica das condições de ação dos agentes envolvidos na produção de cada objeto (Bourdieu, 2015) e, nesse sentido, foge das possibilidades e objetivos deste trabalho. Cabe, contudo, considerar que, para uma análise atual, os diversos objetos urbanos identificados estruturam as relações sociais ali assentadas, determinando o cenário por onde se realizam e suas características. A paisagem, assim, é entendida como meio de manifestação dos objetos resultantes das forças sociais e processos de tomada de decisão próprios de determinados momentos históricos, consolidando uma estrutura material que baliza, em maior ou menor grau, o cotidiano de um lugar.

As intervenções de duplicação da Av. Antônio Carlos e a implantação do sistema BRT assemelham-se às demais intervenções existentes no local quando redesenham a malha urbana e, com isso, redefinem a articulação da região, seja interna ou externamente. Como aponta Medeiros (2016, p. 54), os GPU's tratam-se de projetos cujos processos de desenho e intenções de execu-

ção comportam escalas e camadas para além de seu sítio de implantação. Nos projetos em questão, as justificativas de fluidez de tráfego (LOGIT, 2011) e de mobilidade urbana (PBH, 2011) sugerem benefícios macroscópicos em detrimento de uma preocupação pontual. Nesse sentido, entende-se sua forma urbana através de fatores econômicos e políticos que materializam-se em territórios afastados mas que, estrategicamente, incorporam a área em foco enquanto eixo de articulação física, instaurando vácuos urbanos que, na impossibilidade de estruturarem quaisquer relações pertinentes àquele contexto, abrigam grupos e dinâmicas distintas, redefinindo as estruturas cotidianas de produção e reprodução da vida social (GIDDENS, 1999). Através desse movimento o meio material suporta afastamentos sociais e estabelece novas barreiras simbólicas.

Nesse sentido, rupturas surgem incorporando dimensões variadas, materiais ou sociais, que se relacionam, requalificando as disposições dos elementos base para a espacialização das relações sociais, ao mesmo tempo em que introduzem novos elementos e, portanto, uma reestruturação na área estudada.

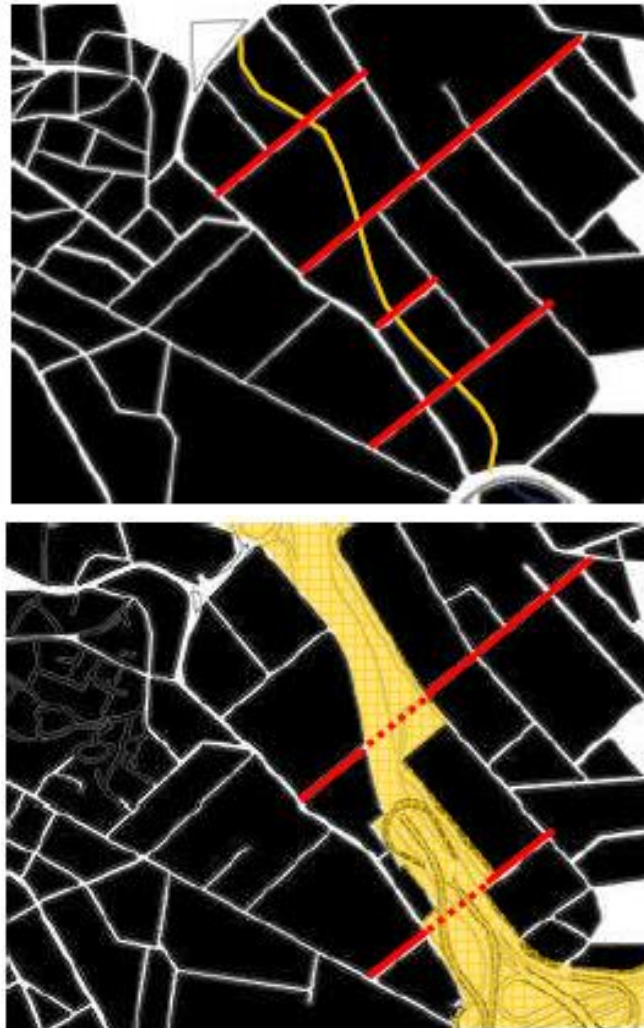
As desapropriações de 240 famílias ao longo do trecho compreendido entre a Rua Operários e o Complexo da Lagoinha, durante a segunda fase da duplicação da avenida são exemplos de reconfigurações físicas que alteram, quando não destroem, as possibilidades de relação entre as pessoas e os objetos de significância para o bairro (SEINFRA, 2009). A população remanejada e a alteração do uso do solo nos terrenos lindeiros à nova avenida são efeitos desse impacto. Para além da dispersão populacional, as desapropriações reverberam na paisagem, estabelecendo novas disposições materiais e novos marcos visuais.

No caso em questão, a descontinuidade visual, identificada nos pontos de implantação de viadutos, e física, contínua no perímetro em estudo, fragmentam fisicamente o lugar, rearticulando percursos e promovendo o distanciamento de uma parcela do bairro da outra. Um dos efeitos mais visíveis, portanto, é a separação do bairro em duas porções, através da barreira viária da Av. Antônio Carlos. Como aponta em estudo a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

(...) sem dúvidas, o maior impacto foi o aumento da barreira física e a visível quebra do vínculo entre as duas partes da Lagoinha, efetivando um processo de ruptura iniciado a 70 anos atrás, em nome do 'progresso' (PBH, 2008, p. 30).

Segundo o mesmo documento, a linearidade do traçado urbano supera a barreira física da Av. Antônio Carlos, sugerindo uma coesão que remonta a momentos anteriores à intervenção de duplicação, ilustradas nas figuras 1 e 2.

Figura 1. Malha urbana da Lagoinha, com Avenida Antônio Carlos em destaque, em 1930 e em 2010, respectivamente.



(Fonte: PBH, 2010, p. 33).

Figura 2. Vista do traçado urbano da Lagoinha, da Rua Adalberto Ferraz a partir da Rua Diamantina.



(Fonte: PBH, 2010, p. 33).

Os efeitos de fragmentação mostram-se visíveis quando se observa o afastamento adquirido pelo bairro da região central. No início do século passado o bairro funcionava como extensão da zona central, absorvendo a demanda por hotéis gerada pela rodoviária e concentrando os espaços boêmios da área central (PBH, 2011). Durante a expansão da mancha urbana de Belo Horizonte e, posteriormente, da mancha urbana da Região Metropolitana, a valorização do sistema viário, enquanto ferramenta de conexão entre a porção norte da metrópole e o centro, justificou as intervenções na Lagoinha, sobretudo pela região também articular as parcelas leste e oeste da cidade. Nesse processo de transformação da paisagem, observa-se a expansão dos resíduos territoriais que se estabelecem em canteiros nos nós do sistema viário em ampliação ou ao longo dos eixos das grandes avenidas.

Esses espaços residuais adquirem uma dimensão importante para a caracterização da ruptura. Com a duplicação e os novos viadutos, novos espaços sem qualidade urbana são estabelecidos nas articulações viárias desenhadas, tornando-se estereis à apropriação dos moradores e desconexos em relação à malha urbana do bairro. No cotidiano, gradativamente passaram a abrigar sem-tetos e usuários de drogas. E, à condição de barreira física e visual, soma-se a condição de barreira simbólica, onde os grupos ali instalados incorporam estigmas sociais, produzidos através de cenas de uso de drogas e de violência que são reafirmados e ampliados através da mídia.

Torna-se, então, pertinente a relação entre as intervenções urbanas, o contexto de expansão do tráfico de drogas em bairros próximos e os grupos que se estabelecem no lugar a partir desses fatores. Nesse sentido, as obras de duplicação da Avenida Antônio Carlos durante a década de 2000 encontraram o processo de expansão do tráfico de drogas na Pedreira Prado Lopes, favela adjacente ao eixo viário, a norte do bairro Lagoinha: durante meados da década de 1990, os primeiros relatos de apreensão de crack em Belo Horizonte indicam a comunidade como percursora do comércio da droga na cidade (SALGADO, 2013).

O comércio de crack é um fator de rearticulação radical das relações sociais de um território. Em pesquisa sobre os usuários de crack, Saporì, Sena e Silva (2010, p. 72) afirmam que o cliente do crack é considerado um consumidor compulsivo, “um usuário que se imobiliza e aos poucos vai se tornando um ‘noinha’, um mendigo que fica lá nos becos ou casinhas.” Ainda de acordo com esses autores, a rentabilidade do consumidor do crack para a rede de venda não está relacionada às extensões advindas das redes de relacionamento dos usuários, mas à sua grande demanda caracterizada pelo consumo rápido. Como aponta Salgado (2013), o uso do crack nas cidades pode ser entendido como:

um fenômeno social que extrapola a individualidade do sujeito e ocupando o espaço urbano, vem à tona o incômodo social provocado pela caracterização de sujeitos desqualificados socialmente, associados a espaços territoriais de uso e abuso de drogas, as chamadas cracolândias (SALGADO, 2013. p. 274-275).

Assim, é a partir do estabelecimento de uma lógica de ocupação espacial própria do uso do crack que o território se rearticula, seja em sua dimensão social ou física, com instalações temporárias feitas para e pelos próprios usuários, como pontos de descanso ou de cocção de alimentos.

No processo de formação desses espaços, há uma violenta separação de seu entorno, sustentada por uma lógica da diferença, onde o sujeito “nóia”, cuja “corporalidade abjeta ganha destaque” (RUI, 2012, p. 286), torna-se o fator da negação, ou, nas palavras do autor, torna-se aquilo se opõe ao “eu” – categoria que sustenta o reconhecimento do outro enquanto indivíduo. No caso, os espaços residuais – produtos de intervenções no espaço urbano a partir da lógica viária – e os sujeitos abjetos aproximam-se entre si pela relação de negação que estabelecem com os circuitos formais da vida social. A ruptura espacial é ampliada pela ruptura social quando

os elementos viários (vias arteriais, viadutos, canteiros centrais e trevos) produzem as condições materiais que sustentam um cotidiano excluído e de exclusão, como aquele observado nas cracolândias, assim como no eixo viário da Avenida Antônio Carlos.

Historicamente, o bairro da Lagoinha e suas imediações alternam períodos de negligência administrativa e de intensa intervenção urbana, onde o discurso de legitimação da interferência busca incluir interesses políticos e econômicos do município, em detrimento de uma análise local da situação urbana e da condição cotidiana do território. O processo de concepção e instalação do conjunto habitacional IAPI é um exemplo significativo desse movimento. Desapropriando parte da favela existente no local, ainda em etapa de projeto, os croquis de visada e situação urbana apagam o restante da Pedreira Prado Lopes do contexto de implantação do empreendimento, num gesto que dá protagonismo às grandes vias, ao moderno bairro operário e aos vagos canteiros ajardinados existentes nas articulações entre as pistas (Figura 3).

Figura 3. Croqui de implantação do conjunto IAPI, em 1940.



Fonte: PBH, 1940.

Como argumenta Raggi (2015, p. 185), as porções da Pedreira Prado Lopes lindeiras a antiga Avenida Pampulha (atualmente Avenida Antônio Carlos) contrastavam com as pretensões progressistas do então prefeito Juscelino Kubitschek, que buscava conectar o “reduto paradisíaco” da Pampulha ao centro administrativo e econômico da cidade. Em trecho de autobiografia, o ex-prefeito coloca que:

Naquele tempo, só havia uma favela no perímetro urbano de Belo Horizonte. Era a que ficava situada nas imediações da Pedreira Prado Lopes. Voltei minha atenção para aquele problema (...) Assim, idealizei um conjunto residencial popular, destinado à classe operária que, cada dia mais, se tornava mais numerosa. Como a Prefeitura não dispunha de recursos, entrei em atendimento com o engenheiro Plínio Catanhede, presidente do Instituto dos Industriários, no sentido de que ele financiasse o projeto, já que o conjunto seria destinado à residência de seus associados (...) Abri um enorme corte na pedreira, de forma a facilitar a ligação do novo bairro com a cidade, e, em seguida, fiz o desmorte do morro ali existente (KUBITSCHEK, 1976, p. 32).

A fórmula de intervenção parece se repetir atualmente. Distorções são reveladas quando se analisa os discursos elaborados pelos agentes envolvidos na construção dos GPU's analisados. A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, em notícia publicada através de seu site oficial em agosto de 2009, dois anos antes da inauguração do sistema BRT e da nova avenida, apontava que:

A duplicação da Antônio Carlos vai aumentar a fluidez no tráfego, reduzindo os custos operacionais do sistema de transporte. Pedestres e população vizinha terão mais segurança. O acesso do trabalhador será mais rápido. Com a requalificação de áreas urbanas, a poluição irá diminuir (...) Com a construção de passarelas, trincheiras, viadutos, esta será uma via mais segura para pedestres e motoristas. (SEINFRA, 2009).

A LOGIT (2009), junto à PBH e à BHTrans, sustentavam posições similares, através do Plano de Mobilidade de Belo Horizonte, reafirmando o argumento de melhoria do deslocamento de pedestres e da qualidade urbana em trechos de implantação do BRT:

A implantação de sistemas de BRT, em geral, é acompanhada de intervenções de melhoria do espaço público, garantindo acessibilidade, especialmente através da integração com o modo a pé. (...) Além disso, produz modificações para tornar o ambiente agradável, priorizando aspectos de limpeza e manutenção, e intervenções de paisagismo (LOGIT, 2009).

As considerações assinaladas não refletem as características observadas na área. Há uma relação de oposição quando se aproximam as assertivas e as previsões dos documentos e a situação atual da avenida. O antagonismo já revelado em relação à segurança, poluição e requalificação das áreas urbanas se estende à mobilidade e à "integração com o modo a pé". Conforme estudo realizado em 2018, 7 anos após a instalação do BRT, pela rede 99Táxi, a Antônio Carlos é uma das três avenidas que mais sofre com trânsito em horários de pico na capital, onde o tempo de deslocamento aumenta de 46% à 54%.

A requalificação paisagística das áreas residuais é outro argumento que reverberou nos discursos dos agentes interessados na instalação dos GPU's analisados. Se a esterilidade desses espaços às práticas sociais é um fator de relevância para sua negação, sobretudo para os moradores próximos, a visão de Marc Augé inverte a condição negativa das áreas residuais para uma dimensão de valor quando, incapazes de se articularem com os fatores identitários, relacionais e históricos, tais lugares inserem-se numa lógica do espetáculo, direcionada a uma categoria própria da hipermodernidade, o "viajante". Nas palavras do antropólogo:

(...) se chamarmos de "espaço" à prática dos lugares que define especificamente a viagem, ainda é preciso acrescentar que existem espaços onde o indivíduo se experimenta como espectador, sem que a natureza do espetáculo lhe importe realmente. Como se a posição do espectador constituísse o essencial do espetáculo, como se, em definitivo, o espectador, em posição de espectador, fosse para si mesmo seu próprio espetáculo (AUGÉ, 1994. p. 80).

Através da capacidade ou não de mediação das práticas sociais, Augé fragmenta o território, estabelecendo descontinuidades que comportam sentidos vinculados, sobretudo, ao deslocamento, à efemeridade da experiência e à condição psíquica dos sujeitos hipermodernos. A essas descontinuidades, o autor atribui o conceito de "não-lugar", ou o espaço do viajante (Augé, 1994. p. 75).

A figura do “viajante” materializa-se nos fluxos pendulares dos grandes centros, aqui sustentada através dos deslocamentos pelas grandes vias e, por outro lado, distorcida pelos vetores informais de produção territorial, como as cracolândias e a instalação de moradores de rua. Como argumenta Augé (1994), há uma estabilidade necessária entre esse sujeito e a paisagem que sua experiência toma como objeto. O olhar, entendido como a estabilidade contemplativa, é o objeto final dessa relação.

A simbiose entre intervenção antrópica e natureza, ecoada nas imagens e discursos de divulgação da duplicação da Avenida Antônio Carlos, desponta como a base material de significação da contemplação imediata e vazia proposta por Augé (1994). O espetáculo distribui-se pelas áreas residuais do eixo viário e, aqui, instaura o conflito com grupos que se valem de estruturas informais de produção espacial; em síntese, estes grupos encontram nessas áreas, em virtude dos processos históricos de consolidação da violência física e social às quais são submetidos, uma condição de permanência.

Na construção do espetáculo vazio desse paisagismo (Figura 4), valores são sobrepostos às áreas residuais, seja pelo sujeito contemplativo – o viajante pendular dos centros urbanos –, seja pelo poder público, controlando as narrativas de produção urbana. Ainda, na relação de aproximação entre os usuários de drogas e os espaços residuais, há uma camada de valoração dessas áreas pelos moradores locais, que veem na saída dos grupos estigmatizados o aumento da segurança.

Figura 4. Proposta de paisagismo na Avenida Antonio Carlos.



Fonte: SEINFRA, 2009.

Nesses arranjos, cria-se uma rede de significação socialmente legítima (moradores, poder público, usuários do sistema viário), por resultarem de circuitos socialmente aceitos, em suas diversas escalas de capacidade de intervenção e poder (rua e bairro com seus moradores, planejamento público com seus agentes técnicos e políticos). Assim, os GPU's analisados absorvem uma rede de disputas construídas ao longo do tempo e a condensam em um perímetro material mais ou menos definido.

CONCLUSÕES

O texto buscou relacionar as transformações materiais de um recorte territorial com os processos sociais pré-existentes, investigando a noção de ruptura a partir da disposição de determinados agentes em porções definidas do limite estudado. Nesse sentido, a paisagem é entendida como suporte material de afastamentos sociais construídos historicamente. A partir das intervenções destacadas, identifica-se pequenos deslocamentos urbanos de grupos estigmatizados que se direcionam aos subprodutos das transformações estudadas: os espaços residuais da articulação viária. Afastados dos espaços cotidianos dos bairros próximos, num primeiro olhar, os canteiros das vias absorvem um valor negativo, configurando uma ruptura simbólica da paisagem e seccionando a malha urbana dos bairros que atravessa. Nesse movimento, o eixo viário condensa em sua extensão alguns dos estigmas temporalmente consolidados, ampliando-os e estruturando novos processos de distanciamento social.

A partir do conceito de “não-lugar” (AUGÉ, 1994), é possível romper com a associação entre estigma e lugar, direcionando a análise para a condição dos GPU’s em comportar redes de significação distintas; isto é, os interesses de diversos grupos sobre o lugar estudado. Abre-se, com isso, questões relativas à forma como cada grupo social envolvido elabora sua compreensão e suas respectivas possibilidades de ação no contexto discutido. Ademais, é possível aferir que a ruptura, inicialmente, trata-se de um fenômeno estruturado a partir da relação entre camadas simbólicas e uma estrutura material, manifestando-se através da paisagem, de maneira em que cisões sociais são adensadas em perímetros territorialmente definidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, M. **Não-Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.
- Belo Horizonte**. Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I + Leste Oeste. Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança. Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Belo Horizonte, Setembro de 2015.
- Belo Horizonte**. Lagoinha em estudo: análise diagnóstico-propositiva do bairro Lagoinha em Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Belo Horizonte, 2011.
- BOURDIEU, P. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. *In A economia das trocas simbólicas*. 8 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015. p. 183-201.
- GIDDENS, A. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. *In: GIDDENS, A. TURNER, J (org.). Teoria Social Hoje*. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 281-320.
- FREITAS, D. **Desvelando o campo de poder dos grandes projetos urbanos da Região Metropolitana De Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, agosto de 2018.
- KUBITSCHKE, Juscelino. **Meu caminho para Brasília**: a escalada política, Rio de Janeiro, Bloch, v.2. 1976.
- LOGIT. **Plano de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2011.
- RAGGI, M. **Travessias modernas**. Para além de uma representação: legados socioespaciais da modernidade na produção do espaço urbano de Belo Horizonte. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

RUI, T. **Corpos Abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, maio de 2012.

SAFORI, SENA E SILVA. Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte. **Revista DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol. 5; nº 1. Rio de Janeiro, JAN/FEV/MAR 2012. p. 37-6.

SALGADO, Nayara. A pedra não para: um estudo sobre a cracolândia de Belo Horizonte/MG. **Revista UFMG**, v.20, N.1, P. 268-293, jan./jun. 2013.

VAINER, Carlos; OLIVEIRA, Fabrício Leal; JUNIOR, Pedro de Novais Lima. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In **Grandes Projetos Urbanos Metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital. v. 1. 362p, 2012.

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. PBH apresenta plano de intervenção para Complexo da Lagoinha a MP e PMMG. Site da PBH, 11/04/2018. Acesso em 06/05/2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-apresenta-plano-de-intervencao-para-complexo-da-lagoinha-mp-e-pmmg>

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA). Duplicação da Antônio Carlos, segunda etapa. 2009. Acesso em 20/08/2020. Disponível em: <http://www.infraestrutura.mg.gov.br/leis/story/796-duplicacao-da-antonio-carlos-segunda-etapa>

PROJETO MOBIDADES: UM EXERCÍCIO DE MONITORAMENTO DO ORÇAMENTO DA MOBILIDADE URBANA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA

Jonathan da Silva Souza

Bacharel em Comunicação Social (Rádio e TV) e pós-graduando em Gestão Cultural, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

jonathansouza14@hotmail.com

RESUMO

O direito à cidade pressupõe o acesso de todas as pessoas aos espaços e oportunidades da cidade, mas também a garantia da participação social na elaboração e monitoramento das políticas públicas. Desse modo, este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados do Orçamento Temático da Mobilidade Urbana (OTMU) de Ilhéus-BA, que analisa a previsão e execução orçamentária na área de mobilidade urbana no município. Os procedimentos metodológicos adotados foram a coleta e análise exploratória de dados secundários das despesas de mobilidade disponíveis no Plano Plurianual (PPA) 2017-2021, na Lei Orçamentária Anual 2018 (LOA) e nas prestações de contas da Prefeitura de Ilhéus. Os resultados mostram que os investimentos em infraestrutura para o transporte individual motorizado ocupam grande parte do orçamento público da mobilidade, em detrimento dos meios de transporte mais sustentáveis, como os modos ativos e coletivos, em desconformidade com o que é previsto pela Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Palavras-chave: mobilidade urbana, direito à cidade, orçamento público, monitoramento social.

INTRODUÇÃO

A luta por cidades mais democráticas, acessíveis e sustentáveis não é nova no Brasil. Ela ocorre com maior intensidade desde 1950, quando foi possível observar um crescimento urbano acelerado nos municípios brasileiros em um modelo baseado no uso do automóvel e na desigualdade no acesso ao território.

Mais recentemente, as manifestações do mês de Junho de 2013, protagonizadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre, reacenderam a discussão sobre a necessidade do poder público garantir a todos o direito a um transporte público acessível, eficiente e confortável. Essa mobilização social teve como vitória a redução naquele momento das tarifas do transporte público em várias cidades e impulsionaram a discussão sobre mobilidade urbana e a implantação de inovações legislativas, como a Emenda Constitucional 90/2015, que inseriu o transporte no rol dos direitos sociais.

Nessa perspectiva, na última década, organizações da sociedade civil, como o Instituto Nossa Ilhéus (INI) e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), têm atuado na luta pelo direito à cidade através do monitoramento social e do fomento à participação cidadã na elaboração das políticas públicas. Por meio da Rede Cidades por Territórios Justos, Democráticos e Sustentáveis, essas e outras organizações tem atuado conjuntamente no desenvolvimento de ações de incidência por cidades mais acessíveis e sustentáveis. O Projeto MobCidades: Mobilidade, Orçamento e Direitos é um exemplo dessa articulação e visa colocar o cidadão como protagonista da transformação social por meio da análise e participação na elaboração do orçamento público.

Desse modo, este trabalho apresenta os resultados do Projeto MobCidades em Ilhéus no que diz respeito à elaboração do Orçamento Temático da Mobilidade Urbana (OTMU) de 2018, que foi realizada por membros de instituições ilheenses – dentre as quais o INI –, com orientação e capacitação do Inesc.

A elaboração do trabalho contou com o levantamento e análise exploratória de dados secundários das despesas orçamentárias relacionadas à área de mobilidade urbana no município de Ilhéus, disponíveis no Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2018 e nas prestações de contas de 2018, relacionando-os com os conceitos de mobilidade urbana, direito à cidade e orçamento público.

Para tanto, este artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na primeira seção, será apresentada uma base teórica sobre mobilidade urbana e sua relação com o direito à cidade. Posteriormente, na segunda seção, serão demonstradas as normas sobre planejamento e execução do orçamento público. Na seção três, serão mostrados os procedimentos metodológicos da pesquisa. A quarta seção apresenta os resultados da pesquisa. Por fim, a quinta seção demonstra as considerações finais do trabalho.

MOBILIDADE E DIREITO À CIDADE

O processo de urbanização no Brasil tem sido caracterizado por políticas públicas que priorizam investimentos nos deslocamentos através do automóvel, enquanto os meios de transporte público, a pé e por bicicleta tem sido deixados à margem dos orçamentos públicos. Essa escolha política pelo carro tem tornado as cidades cada vez mais espraiadas, desiguais, inacessíveis e poluídas, prejudicando o bem-estar das pessoas e a sustentabilidade do planeta.

Nesse sentido, nos últimos anos, a mobilidade urbana tem entrado cada vez mais nas discussões dos governos, da sociedade civil e dos pesquisadores. O termo mobilidade se refere à capacidade de deslocamento espacial de um indivíduo de um local para o outro. Esse movimento acontece através de um sistema formado pelas infraestruturas viárias, os meios de transporte e as redes de integração entre eles. (MACÁRIO, 2003).

Diante dos efeitos negativos observados pelo modelo de mobilidade centrado no carro, pesquisadores e entidades não-governamentais têm defendido a adoção de um sistema de mobilidade urbana que priorize a sustentabilidade, onde os deslocamentos da população sejam realizados por modos de transporte que poluam menos, ocupem menos espaço público e melhorem a saúde das pessoas. Desse modo, de acordo com Carvalho (2008, p. 33), dentro da ideia de desenvolvimento sustentável, “a mobilidade sustentável busca o desenvolvimento das formas de locomoção urbana, tentando ainda garantir e melhorar a qualidade de vida de todos os habitantes das cidades, sem causar danos ao meio ambiente”.

Para a construção desse novo modelo de mobilidade torna-se necessário, antes de tudo, garantir que todas as pessoas tenham acesso às oportunidades e espaços públicos das cidades. Desse modo, nos últimos anos, tem se inserido no debate sobre a mobilidade urbana o conceito de direito à cidade. Para Harvey (2008, p. 23):

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: trata-se do direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. É, além disso, um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício do poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, como desejo demonstrar, um de nossos direitos humanos mais preciosos, mas também um dos mais descuidados.

No Brasil, dois marcos legais são importantes para as políticas de mobilidade urbana. O primeiro é o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), que determina as diretrizes gerais da política urbana a fim de assegurar o direito à cidade, prevendo a garantia do acesso à terra, habitação, infraestrutura urbana, transporte e serviços públicos, saneamento básico, trabalho e lazer a todos os brasileiros, tal como a participação social na formulação e acompanhamento dos planos e ações do desenvolvimento urbano.

Por conseguinte, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012) estabelece as orientações legais do sistema de mobilidade urbana, designando, entre outras coisas, a prioridade dos meios de transportes não motorizados sobre os motorizados e do transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado e a equidade no uso do espaço público.

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público é um instrumento estabelecido em lei através do qual é realizado o planejamento e a gestão dos recursos da administração pública. Por meio dele, são estimadas as receitas e as despesas que serão necessárias para um determinado período. Nesse sentido, a peça orçamentária precisa conter de forma clara “os propósitos e objetivos para os quais se solicitam as dotações, os custos propostos para alcançar os objetivos planejados e os resultados quantitativos e qualitativos que permitem medir as realizações da administração pública [...]” (COSTA, 2010, p. 13).

No Brasil, o orçamento público é elaborado pelo Poder Executivo e deve ser aprovado pelas respectivas casas legislativas, podendo os legisladores incluir emendas ao texto, pelas quais são inseridas ações e projetos não elencados pelo Executivo. O seu processo de elaboração é dividido em etapas que compõem o ciclo orçamentário (Quadro 1). Para que este processo seja realizado, “a Constituição Federal instituiu três legislações que estruturam o planejamento e a execução orçamentária pública: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)” (OLIVEIRA, MORONI E BEGHIN, 2017, p. 57).

Quadro 1. Leis orçamentárias – definição, prazos e vigências

Situação/Instrumento	PPA	LDO	LOA
Definição	Traz o planejamento para as contas públicas, definindo as estratégias, diretrizes e metas do governo por um período de quatro anos.	Complementa o planejamento indicando as prioridades e metas do governo para cada ano.	São estimadas a receita disponível e a previsão de despesas para o orçamento do ano seguinte.
Enviada ao Poder Legislativo	Até 4 meses antes do final do primeiro ano do mandato do novo Governante. (31/08)	Até 8 meses e meio antes do final do primeiro ano do mandato do novo Governante. (15/04)	Até 4 meses antes do final do primeiro ano do mandato do novo Governante. (31/08)
Devolução ao Poder Executivo	Até o encerramento da sessão legislativa do ano do seu envio. (22/12)	Até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa. (17/07)	Até o encerramento da sessão legislativa do ano do seu envio. (22/12)

Vigência	Até o final do primeiro ano do mandato subsequente. (4 anos)	12 meses	12 meses
-----------------	--	-----------------	-----------------

Fonte: Elaboração própria com base no modelo de Oliveira, Moroni e Beghin (2017).

Após a aprovação pelo Poder Legislativo, o Executivo deve sancionar a LOA e executar o orçamento de acordo com o que está expresso na lei, não podendo gastar mais do que está autorizado. No entanto, por estarem sujeitos às imprevisibilidades econômicas durante o ano de execução orçamentária, o governo pode remanejar os recursos de uma despesa para outra e, por fim, o Executivo pode ainda abrir créditos adicionais, com autorização do Legislativo, ampliando o valor dos gastos com o objetivo de “atender a situações não previstas durante a elaboração do orçamento ou viabilizar a execução de novas despesas as quais só se configuraram como necessárias durante a própria execução orçamentária” (GIUSTI, 2003, p. 50).

A execução de uma despesa orçamentária passa por etapas para ser efetivamente paga, como demonstrado a seguir no Quadro 2:

Quadro 2. Etapas da Execução de uma Despesa

Dotação Inicial	Créditos adicionais e anulações.	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
Valor reservado para determinada ação após a aprovação da LOA.	Montante de recursos que foram adicionados ou anulados após a aprovação da LOA.	Valor da dotação inicial mais as variações ocorridas no montante dos recursos de determinada despesa.	Reserva do recurso para cobrir a despesa orçada.	Confirmação por parte do Poder Executivo de que o bem foi entregue ou o serviço foi prestado.	Valores realmente pagos aos credores da respectiva despesa orçada.	Valores que ficaram pendentes de pagar em exercícios financeiros anteriores.

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo de Oliveira, Moroni e Beghin (2017).

Para atender ao princípio orçamentário da publicidade, todas as despesas devem estar disponíveis de forma pública para acesso dos cidadãos por meio dos portais da transparência. O Poder Executivo deve apresentar ainda um balanço das suas receitas e despesas de forma trimestral e anual para análise e aprovação/reprovação pelos Tribunais de Contas e pelas casas legislativas.

PROJETO MOBCIDADES E METODOLOGIA ORÇAMENTO & DIREITOS

O Projeto MobCidades - Mobilidade, Orçamento e Direitos surgiu da articulação de organizações da sociedade civil (OSCs) brasileiras que atuam no fomento da cidadania e no monitoramento social de políticas públicas e que trabalham de forma colaborativa através da Rede Cidades por Territórios Justos, Democráticos e Sustentáveis. Coordenado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) em parceria com dez movimentos da Rede, o projeto teve como objetivo fortalecer as OSCs para o monitoramento do orçamento e a incidência na Política de Mobilidade Urbana em níveis local e nacional. A iniciativa realizada entre 2017 e 2019, contou com o financiamento da União Europeia e contemplou mais de 50 OSCs em dez cidades: Belo Horizonte-MG, Brasília-DF, Ilhabela-SP, Ilhéus-BA, João Pessoa-PB, Piracicaba-SP, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ, São Luís-MA e São Paulo-SP.

No município de Ilhéus, além de contar com a coordenação local do Instituto Nossa Ilhéus, o projeto MobCidades ainda teve a participação de quatro instituições parceiras: Associação de Surdos de Ilhéus (ASI), Rotary Club de Ilhéus, Associação Hernani Sá Criativo e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Essas instituições foram escolhidas pela capacidade técnica, de articulação social ou por trabalharem com públicos mais afetados com a ausência de políticas para a mobilidade urbana.

Durante o período de realização do projeto, o MobCidades atuou na capacitação das organizações da sociedade civil sobre os conceitos de mobilidade, direito à cidade e monitoramento e incidência nas leis orçamentárias. Além disso, por meio da articulação dos movimentos participantes foram realizadas ações de sensibilização social sobre mobilidade urbana sustentável, levantamento de dados nos municípios e incidência na regulamentação do transporte como direito social e na temática mobilidade e gênero.

Tendo como eixo central a incidência nos orçamentos públicos de mobilidade urbana locais e nacionais, o projeto foi desenvolvido com base na Metodologia Orçamento & Direitos, criada pelo Inesc a partir das disposições do Pacto Internacional pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc). Esse tratado pactuado por 160 países (entre eles o Brasil) determina que os Estados-membros devem atuar para que todos os seus cidadãos, sem nenhum tipo de discriminação, tenham assegurados o acesso aos direitos sociais, econômicos e culturais, como trabalho, seguridade social, saúde, educação, vida cultural e um padrão de vida adequado (ONU, 1966).

Nesse sentido, tomando como referência o Pidesc e o conceito de educação popular calcado principalmente na pedagogia da autonomia, de Paulo Freire, o Inesc desenvolveu um método de formação de agentes sociais sobre orçamento e políticas públicas, tendo como objetivo capacitá-los para identificar se a forma de arrecadação e distribuição dos recursos públicos estão pautados em cinco pilares: 1) no financiamento do Estado com justiça fiscal; 2) no uso máximo de recursos disponíveis; 3) na realização progressiva dos direitos humanos; 4) na não-discriminação, e na 5) participação social. (OLIVEIRA, MORONI e BEGHIN, 2017).

Para a elaboração do Orçamento Temático da Mobilidade Urbana de Ilhéus (OTMU), os participantes do projeto MobCidades contaram com a orientação e capacitação da equipe de formadores do Inesc. Para isso, foram oferecidas oficinas presenciais e acompanhamento através de reuniões virtuais. A capacitação envolveu temas, como a definição de orçamento público, leis orçamentárias, receitas e despesas e os pilares da metodologia Orçamento & Direitos.

A realização do trabalho ainda envolveu a utilização de procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos. Inicialmente, foi realizado o levantamento de dados secundários das despesas referentes à área de mobilidade urbana no município de Ilhéus presentes no PPA 2018-2021, na LOA 2018 e nas prestações de contas de 2018, disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura de Ilhéus e no site do TCM-BA. Posteriormente, foi realizada uma análise exploratória dos dados a partir da sistematização das informações quantitativas em 10 categorias e 4 subcategorias (Quadro 3) e a transformação deles em gráficos através do *software* Microsoft Excel. Por fim, foi feita uma análise correlacionando os dados quantitativos com a Metodologia Orçamento & Direitos e a base teórica.

Quadro 3. Categorias de análise do Orçamento Temático da Mobilidade Urbana de Ilhéus (OTMU)

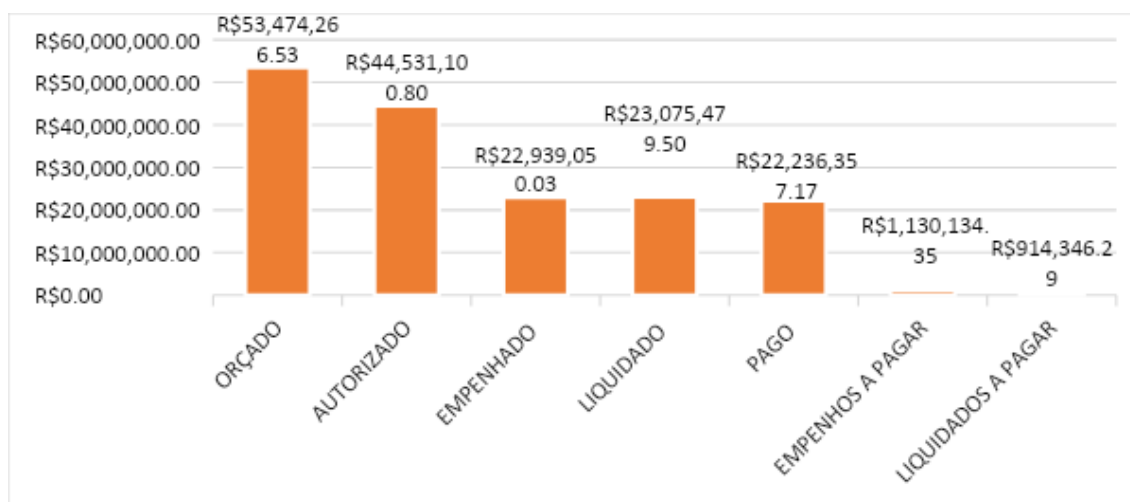
Categoria	Subcategoria	Definição
Mobilidade por transporte público	Ônibus	Ações orçamentárias relacionadas à manutenção, regulamentação e fiscalização do sistema de transporte público por ônibus.
	Aquaviário	Ações orçamentárias relacionadas à manutenção e fiscalização dos sistemas de transporte público realizado através de embarcações.
	Tarifa	Ações orçamentárias relacionadas à criação e manutenção de subsídios públicos para a redução do preço da tarifa dos sistemas de transporte público interurbano e interdistrital.
Mobilidade ativa	Cicleta	Ações orçamentárias relacionadas à implantação e manutenção da infraestrutura cicloviária.
	Pedestre	Ações orçamentárias relacionadas à implantação e manutenção da infraestrutura de mobilidade a pé.
Mobilidade por transporte individual motorizado		Ações orçamentárias relacionadas à implantação e manutenção da infraestrutura rodoviária, moderação de tráfego e fiscalização do trânsito.
Acessibilidade		Ações orçamentárias relacionadas à implantação e manutenção de infraestruturas para a acessibilidade de pessoas com deficiência.
Transporte escolar		Ações orçamentárias relacionadas à operação do transporte escolar de estudantes do ensino básico e superior.
Iluminação pública		Ações orçamentárias relacionadas à manutenção da iluminação pública.
Urbanização de morros e áreas de risco		Ações orçamentárias relacionadas ao investimento em urbanização de morros e outras áreas de risco.
Planejamento da mobilidade		Ações orçamentárias relacionadas ao planejamento da mobilidade urbana.
Gestão da mobilidade		Ações orçamentárias relacionadas à gestão da Secretaria de Infraestrutura e da Superintendência de Transporte, Trânsito e Mobilidade (SU-TRAM).
Educação para a mobilidade		Ações orçamentárias relacionadas ao desenvolvimento de ações educativas sobre trânsito, transporte e mobilidade em geral.

Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados no OTMU mostram que o total orçado para a área da mobilidade urbana no município em 2018 foi de R\$ 53.474.266,53, o que representa 15,47% do orçamento total do Poder Executivo. Desse valor, foram autorizados R\$ 44.531.100,80, empenhados R\$ 22.939.050,03 e pagos no ano R\$ 22.236.357,17 (Gráfico 1).

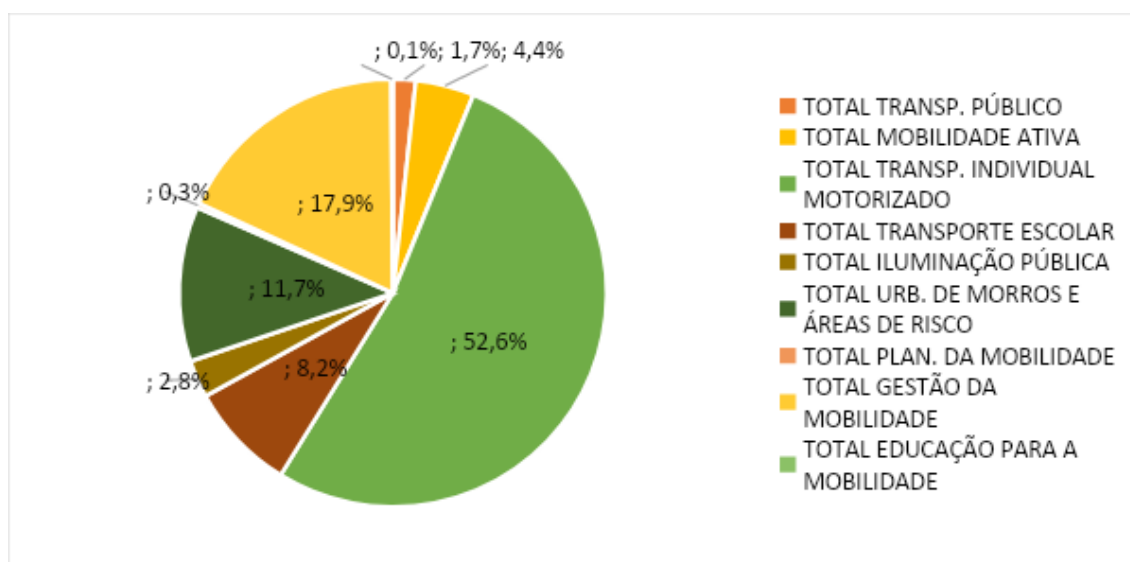
Gráfico 1. Orçamento da Mobilidade Urbana por fase da execução orçamentária - 2018 (R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da LOA 2018 e Prestações de Contas de 2018 de Ilhéus.

As informações apresentam também uma má distribuição dos recursos da mobilidade urbana, privilegiando grande parte do orçamento em investimentos no transporte individual motorizado, enquanto os modos ativos e o transporte público têm participação mínima na composição das despesas orçadas (Gráfico 2).

Gráfico 2. Orçamento da Mobilidade Urbana por categoria - 2018 (R\$)

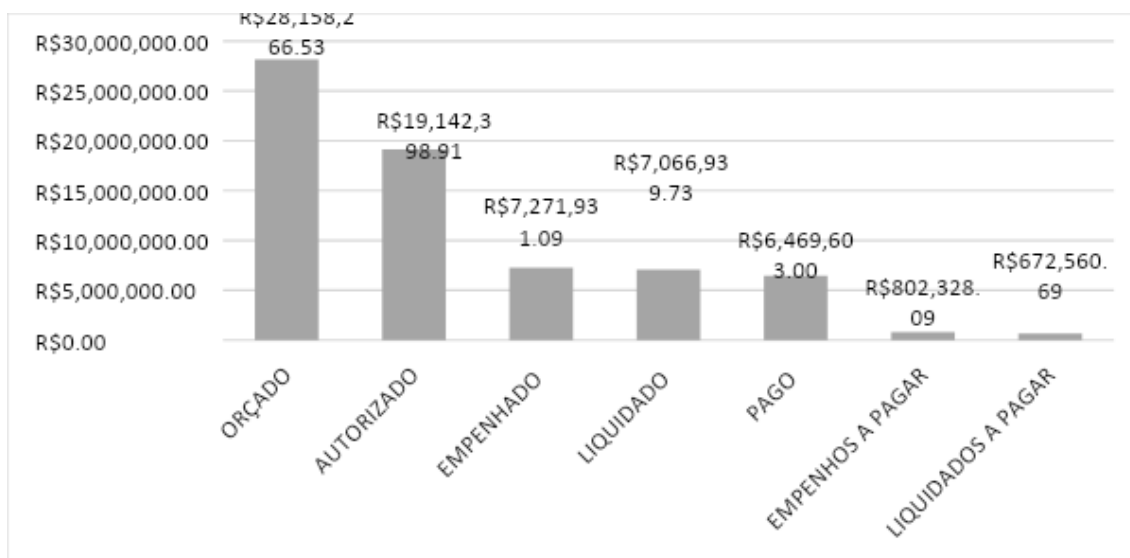


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da LOA 2018 e Prestações de Contas de 2018 de Ilhéus

As despesas previstas com sinalização e pavimentação de vias – que favorecem principalmente o transporte motorizado – representaram 52,6% de todo o orçamento da mobilidade (R\$ 28.158.266,53), dos quais foram pagos no mesmo ano R\$ 6.469.603,00 (Gráfico 3). Por sua vez,

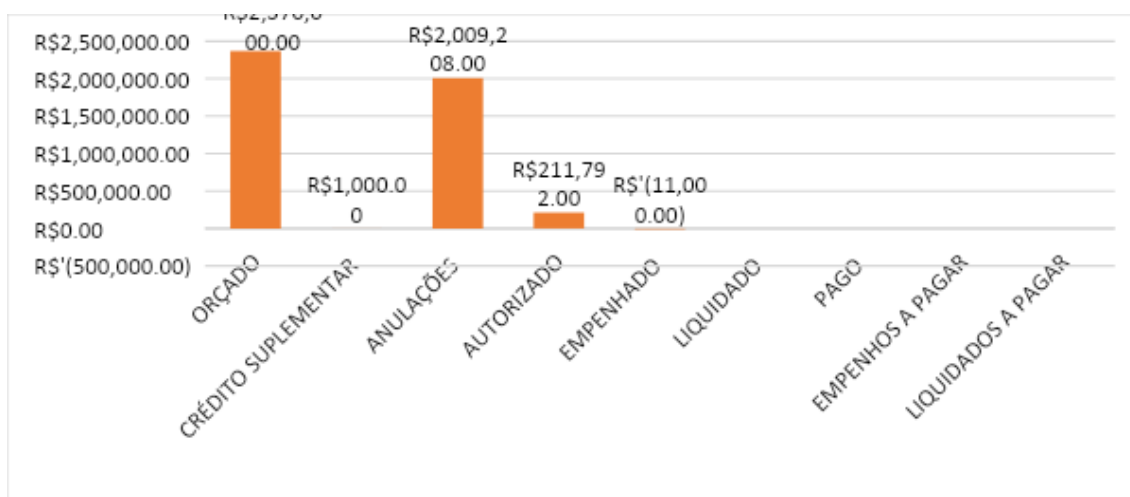
os recursos orçados para investimentos em manutenção e implantação de infraestruturas para ciclistas e pedestres somaram apenas 4,4% (R\$ 2.370.000,00) do OTMU (Gráfico 4).

Gráfico 3. Orçamento da categoria Transporte Individual Motorizado - 2018 (R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da LOA 2018 e Prestações de Contas de 2018 de Ilhéus.

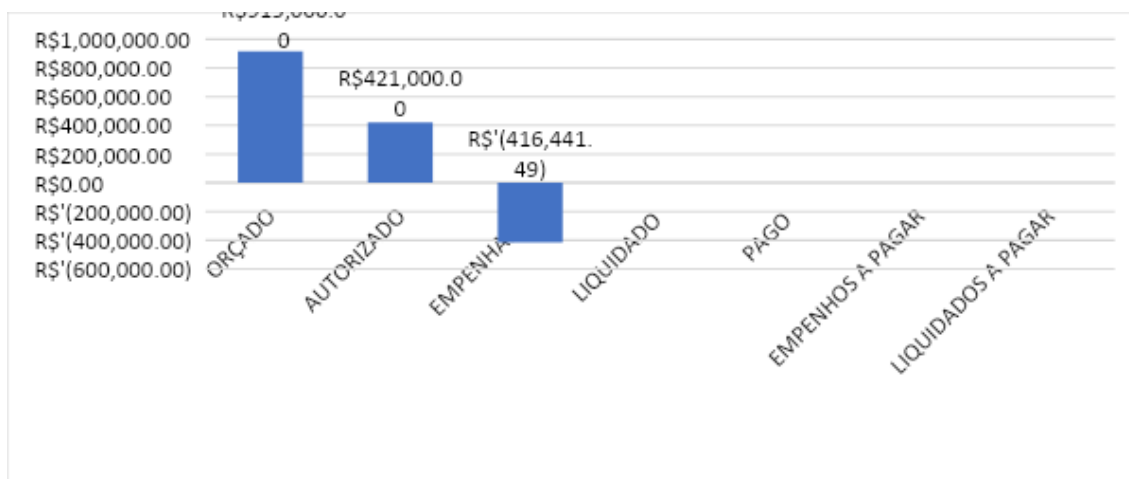
Gráfico 4. Orçamento da categoria Mobilidade Ativa - 2018 (R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da LOA 2018 e Prestações de Contas de 2018 de Ilhéus.

Os investimentos previstos para o transporte público tiveram participação de 1,7% (R\$ 915 mil) e estavam focadas principalmente na implantação de abrigos de ônibus. Porém, nenhuma das despesas orçadas para a mobilidade ativa e para o transporte público chegaram a ser pagas no ano. Intervenções na melhoria da acessibilidade de pessoas com deficiência também não obtiveram investimentos (Gráfico 5).

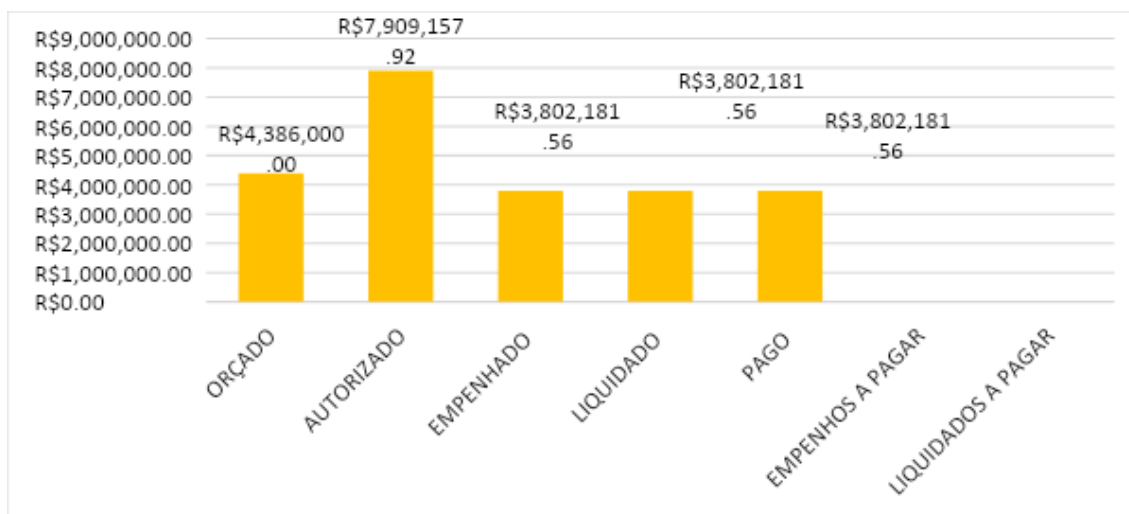
Gráfico 5 - Orçamento da categoria Transporte Público - 2018 (R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da LOA 2018 e Prestações de Contas de 2018 de Ilhéus

O transporte escolar – meio de deslocamento dos estudantes para as unidades de ensino – tem grande participação no orçamento municipal, porque, diferente das outras áreas, boa parte dos recursos para essa ação vem de transferências do Governo Federal e já são vinculados obrigatoriamente. Na LOA 2018, estavam orçados recursos para duas ações: Manutenção do Transporte Escolar e Manutenção de Transporte Universitário para Estudantes do IES (instituições de ensino superior), que juntas somavam 8,2% do orçamento da mobilidade. Na primeira ação, foram orçados R\$ 4.266.000,00, valor que foi posteriormente atualizado para R\$ 7.909.157,92, dentre os quais foram pagos no ano R\$ 3.802.181,56. Já na segunda ação, o valor orçado em R\$ 120.000,00 foi posteriormente anulado (Gráfico 6).

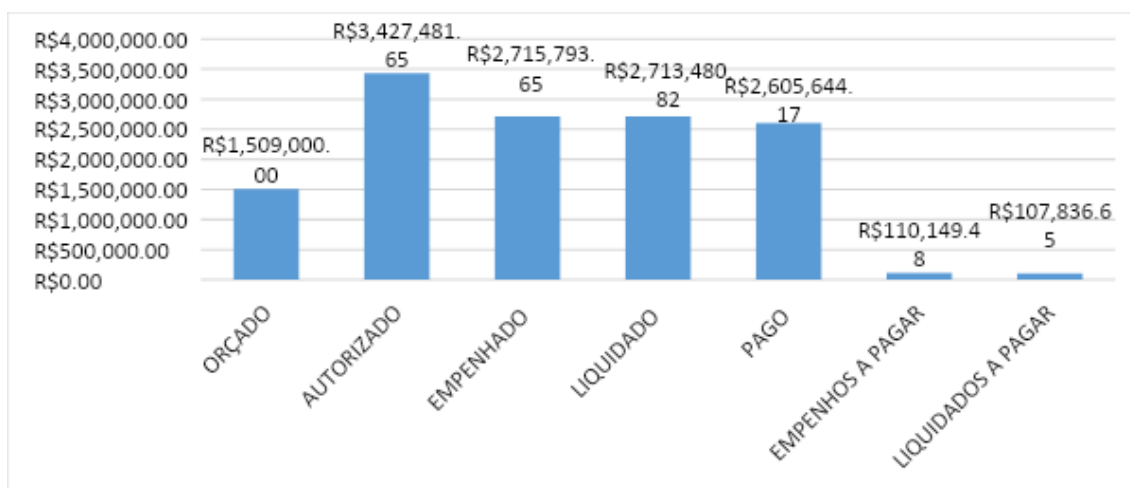
Gráfico 6 - Orçamento da categoria Transporte Escolar - 2018 (R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da LOA 2018 e Prestações de Contas de 2018 de Ilhéus

Os investimentos na manutenção da iluminação pública também sofreram acréscimo nos recursos. No orçamento de 2018 estavam previstos R\$ 1.509.000,00 para a área (2,8% do orçamento da mobilidade), valor que foi atualizado para R\$ 3.427.481,65, dos quais R\$ 2.605.644,17 foram pagos no ano (Gráfico 7).

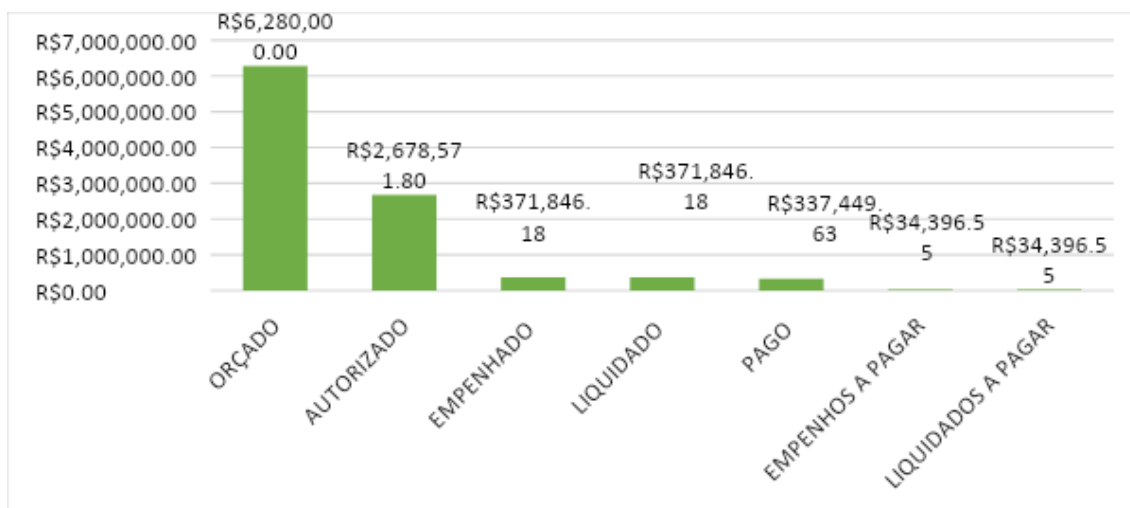
Gráfico 7 - Orçamento da categoria Iluminação Pública - 2018 (R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da LOA 2018 e Prestações de Contas de 2018 de Ilhéus

Para a categoria Urbanização de Morros e Áreas de Risco foram previstos recursos no valor de R\$ 6.280.000,00 (11,7% do orçamento da mobilidade) para a execução de ações, como construção e reforma de escadarias e contenção de encostas. Desses recursos, foram autorizados R\$ 2.678.571,80 e pagos no ano R\$ 337.449,63 (Gráfico 8).

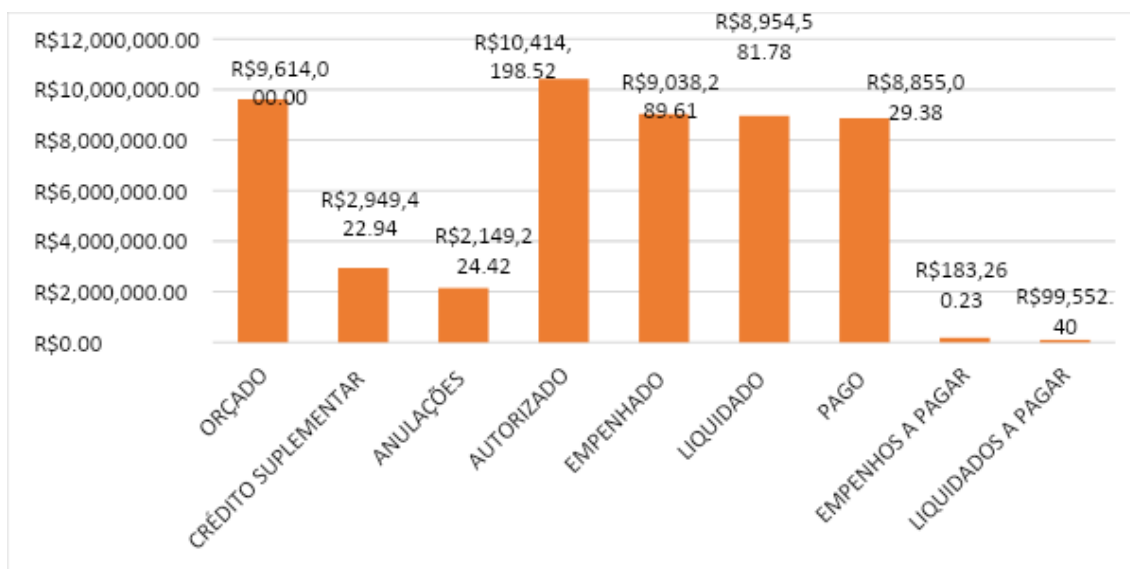
Gráfico 8 - Orçamento da categoria Urbanização de Morros e Áreas de Risco - 2018 (R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da LOA 2018 e Prestações de Contas de 2018 de Ilhéus

A gestão da Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Trânsito e da Superintendência de Transporte e Trânsito obteve R\$ 9.614.000,00 de estimativa orçamentária (17,9% do valor total da área de mobilidade). O valor foi atualizado para R\$ 10.414.198,52, dos quais foram pagos no ano R\$ 8.855.029,38 (Gráfico 9).

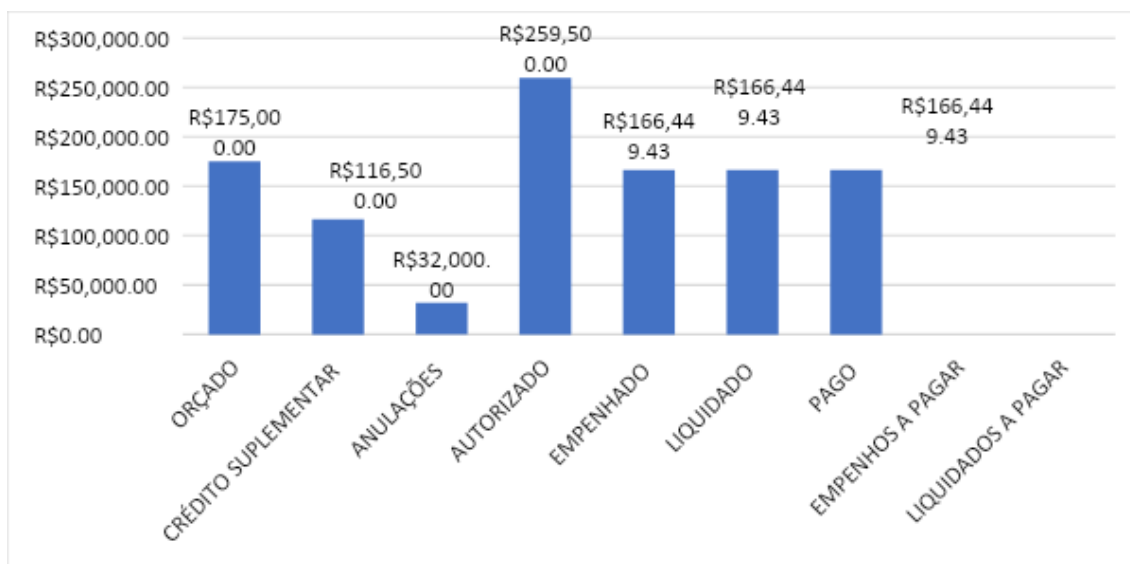
Gráfico 9 - Orçamento da categoria Gestão da Mobilidade - 2018 (R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da LOA 2018 e Prestações de Contas de 2018 de Ilhéus

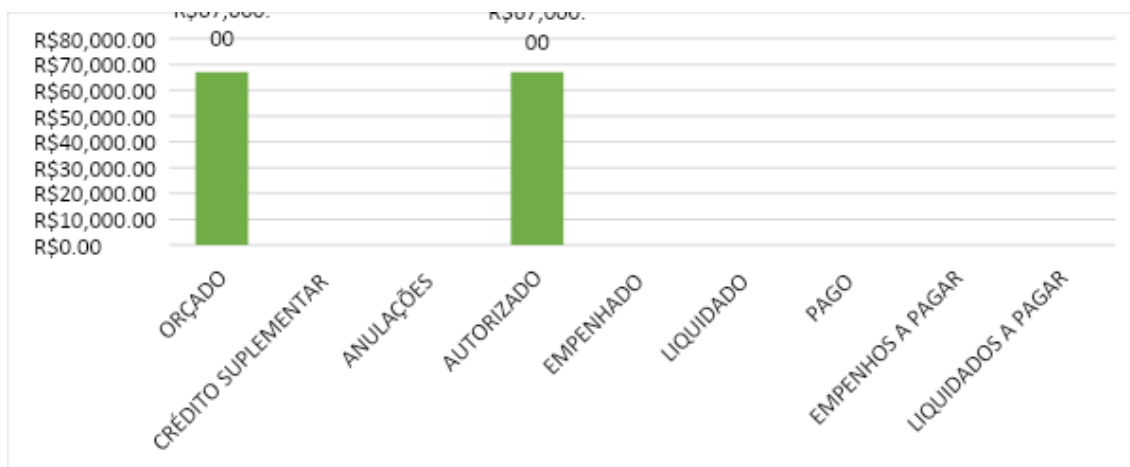
Na categoria Planejamento da Mobilidade foram previstos recursos para a “Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano” (sancionado em 2006) no valor de R\$ 10 mil, a “Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana” no valor de R\$ 100 mil e a Desapropriação de Áreas de Interesse Público no valor de R\$ 65 mil. Porém, apenas a última ação obteve pagamentos durante o ano, tendo sido o seu valor ampliado, por meio de crédito adicional, para R\$ 181.500,00, dos quais R\$ 166.449,43 tiveram pagamento executado em 2018 (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Orçamento da categoria Planejamento da Mobilidade - 2018 (R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da LOA 2018 e Prestações de Contas de 2018 de Ilhéus

Por fim, para as ações de Educação para a Mobilidade foram orçados R\$ 67 mil, mas não foram efetuados nenhum pagamento para a área durante o ano (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Orçamento da categoria Educação para a Mobilidade - 2018 (R\$)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da LOA 2018 e Prestações de Contas de 2018 de Ilhéus

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após oito anos da sanção da lei que estabeleceu a Política Nacional de Mobilidade Urbana e dos avanços na discussão sobre o direito à cidade e a mobilidade sustentável, em Ilhéus, o transporte individual motorizado continua sendo priorizado no orçamento público em detrimento dos modos ativos. Esse problema se demonstra não só na forma como os recursos financeiros são destinados, mas também na falta de investimentos nos instrumentos de planejamento das políticas públicas de mobilidade urbana.

Cabe ressaltar, entretanto, que não se advoga aqui que se deixe de investir na manutenção da infraestrutura rodoviária, ação que também tem impacto positivo na trafegabilidade de outros modos de transporte, como o coletivo e o escolar. Porém, não é compreensivo que a maior parte do orçamento da mobilidade seja voltado para esse objetivo, quando as calçadas estão em péssimas condições de mobilidade e acessibilidade e o transporte público é caro, ineficiente e desconfortável.

Desse modo, torna-se cada vez mais necessário que a sociedade civil adquira maior protagonismo na cobrança por investimentos em projetos que promovam uma maior equidade no uso do espaço público, facilitem o acesso das pessoas às oportunidades e priorizem meios de transporte menos poluentes e mais eficientes.

As instituições que participaram das oficinas de capacitação do Projeto MobCidades puderam compreender melhor a importância do orçamento na implementação das políticas públicas e, com isso, podem agora atuar de forma mais qualificada no monitoramento social, seja através da fiscalização ou da colaboração com o poder público, na definição das ações e projetos que tornem a cidade mais acessível, democrática e sustentável.

O resultado do OTMU Ilhéus 2018 deu embasamento para que as instituições participantes do MoCidades apresentassem oito propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2020. As sugestões foram apresentadas aos vereadores em audiência pública na Câmara Municipal. No entanto, dessas propostas, apenas uma foi incorporada ao texto final da LOA, a “Implantação da Central de Intérpretes de Libras”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.257, 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.587, 3 de janeiro de 2012. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

CARVALHO, Diego Lourenço. **Mobilidade Urbana e cidadania no Distrito Federal: um estudo do programa Brasília Integrada**. 2008. 124 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, 2008.

COSTA, Marcelo Luis. **Orçamento Público: o instrumento da gestão**. 2010. 32p. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GIUSTI, Maria Isabel Leal. **Administração Orçamentária em Hospitais Públicos: estudo de caso**. 2003. 263p. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2003.

HARVEY, David. The Right to the City. **New Left Review**, Londres, v. 53, p. 23-40, set./out., 2008. Disponível em: <<https://newleftreview.org/issues/II53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MACÁRIO, R. **Integration in urban mobility systems: quality upgrading or competition blockade?** Lisboa: CESUR, Instituto Superior Técnico, 2003.

OLIVEIRA, Iara Pietricovsky de Oliveira; MORONI, José Antônio; BEGHIN, Nathalie (Org.). **Orçamento & Direitos**. Inesc: Brasília, 2017.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Adotado pela Assembleia das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e em vigor em 3 de janeiro de 1976. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DO SOLO URBANO, A IDEIA DO PLANO DIRETOR E O PAPEL DO URBANISMO NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS

Larissa Grazielle Silva dos Santos

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU/FAUFBA

larissagssantos@gmail.com

Jaqueline da Silva Caires

Graduanda, UNEB

jaqline11@gmail.com

Luis Paulo Ferraz de Oliveira

Graduando, UNEB

luis_paulo97@outlook.com

Priscila Sandes Ferraz

Mestranda em Geografia, UESB

sandes.priscilla@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir o papel do urbanista, enquanto técnico, especialista em planejamento urbano. Apontando os desdobramentos enfrentados por este profissional no campo do urbanismo. Apresenta-se o espaço urbano como simultaneamente fragmentado, articulado, reflexo e condicionante da sociedade, um conjunto de símbolos e campo de lutas e conflitos sociais e produto social. Ao considerar o Estado como agente produtor do espaço, não neutro, toma-se que é no nível municipal, refletindo-se legalmente por meio da ideia do Plano Diretor, que os interesses do Estado atrelado aos interesses da classe dominante se tornam mais evidentes. Nessa multiplicidade de agentes envolvidos na produção do espaço urbano, diante a necessidade de levar em conta interesses diversos e muitas vezes contraditórios entre si, discorre-se sobre o poder de decisão do urbanista.

Palavras-chave: Espaço urbano, Plano Diretor, Urbanismo.

INTRODUÇÃO

Deliberado pelo Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, o Plano Diretor seria parte do processo de planejamento urbano do município. Ademais, o Estatuto estabelecia que os Planos Plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais municipais deviam ser elaborados em conformidade com as diretrizes e prioridades contidas nos Planos Diretores, fomentando a atuação deste instrumento no processo de planejamento dos municípios.

Nota-se que após a obrigatoriedade e as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade em relação aos Planos Diretores, têm-se o fortalecimento do discurso pronunciado pelo Estado, em parceria com a classe dominante, sobre os “milagrosos poderes” de um Plano Diretor. (VILLAÇA, 1999).

Aqui tomaremos o papel da ideologia como aquele entendido por Marilena Chauí (1980), que conceitua que o papel da ideologia é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concreta. Enquanto teoria, a ideologia passa a ter um papel de comando sobre as práticas dos homens, que devem submeter-se aos critérios e mandamentos teóricos antes de agir.

E na multiplicidade de agentes envolvidos na produção do espaço urbano, diante a necessidade de levar em conta interesses diversos e muitas vezes contraditórios entre si na elaboração de um Plano Diretor, qual o papel do profissional urbanista, enquanto técnico, especialista em planejamento urbano?

O objetivo desta narrativa é discutir a questão levantada acima, porém, primeiramente, apresenta-se o espaço urbano e os seus produtores, de acordo com as reflexões desenvolvidas por Roberto Lobato Corrêa (2002). Posteriormente, discorre-se sobre a ideia do Plano Diretor, discutindo sobre a sua apropriação ideológica pelo Estado e pela classe dominante. Por fim, busca-se dissertar sobre esse profissional e o seu poder de decisão, através da compreensão desenvolvida por Jean-Paul Lacaze(1993).

ESPAÇO URBANO: BREVE DEFINIÇÃO E DESDOBRAMENTOS

Para Corrêa (2002), a cidade, como espaço urbano, constitui um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si que produzem a organização espacial da cidade de forma fragmentada. Tais usos definem áreas de lazer, serviços, gestão, residências, fragmentos de espaços organizacionais que se conectam uns com os outros, por meio dos fluxos, sejam eles de pessoas ou mercadorias, e das relações espaciais, “tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos”. (CORRÊA, 2002, p. 8).

Seguindo o mesmo raciocínio de Corrêa (2002) ao ser articulado, fragmentado, reflexo e condicionante social, o espaço torna-se cenário das vivências e da reprodução e permanência de tradições, crenças e valores, tornando-se também, uma ligação do passado com o presente da sociedade que ali se desenvolveu, assim assumindo uma dimensão simbólica.

Sendo um cenário simbólico, reflexo dos diferentes momentos da sociedade e expressão de uma cidade espacialmente fragmentada e desigual, o espaço urbano é, então, o palco das lutas e conflitos da sociedade que não se contenta e nem se cala diante do direito que é seu de uma cidade socialmente justa e digna a todos.

Assim, para a definição de Corrêa (2002) o espaço urbano é simultaneamente fragmentado, articulado, reflexo e condicionante da sociedade, um conjunto de símbolos e campo de lutas e conflitos sociais.

O espaço urbano também é condicionante da sociedade, no momento em que ao fixar formas espaciais que garantam a reprodução, as relações e a continuidade da produção, o homem condiciona o espaço de acordo com as suas necessidades, instalando estruturas que garantam vantagens para escoar e desenvolver a sua produção.

Corrêa (2002) aponta que as adaptações, ou melhor, as remodelagens das formas espaciais são socialmente produzidas pela complexa ação de agentes sociais concretos, que incorporam novas áreas, deterioram outras, renovam e recolocam diferenciadas estruturas, levando a um constante processo de reorganização espacial, daí a afirmação que o espaço urbano é um produto social.

Esses agentes, para o autor, são os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A ação desses agentes que produzem e consomem o espaço urbano através do tempo deriva da dinâmica de acumulação do capital, das necessidades mutáveis de reprodução das

relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. Essas ações não são neutras e refletem os interesses do agente dominante em questão.

Ao destacar o Estado capitalista como agente produtor do espaço urbano, Corrêa (2002) afirma que ele é capaz de fazer e refazer a cidade, atuando como “grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais.” (CORRÊA, 2002, p.24).

O autor acima citado afirma que a ação do Estado se processa em três níveis político-administrativo e destes é no nível municipal que os interesses do Estado atrelado aos interesses da classe dominante se tornam mais evidentes.

Dentre outras formas, a atuação do Estado, em nível municipal, reflete-se legalmente por meio do Plano Diretor, ao ser definido pelo Estatuto da Cidade, como instrumento básico de execução da Política Urbana e de abrangência das intervenções aos limites da atuação dos governos municipais.

Como o Plano Diretor faz parte de um conjunto de procedimentos institucionais, a ideia dominante em torno dele também vai ser institucional, legitimada pelo papel do Estado em cada momento histórico. “Isto não quer dizer, é claro, que só existam ideias dominantes numa época qualquer, mas serão dominantes as ideias – e, portanto, os Planos resultantes do aparelho do Estado – nas quais a classe dominante representa a si mesma.” (SAMPAIO, 2015, p. 159).

PLANEJAMENTO E DIAGNÓSTICO DO ESPAÇO URBANO: A IDEIA E O DESTINO DO PLANO DIRETOR

Ao ser resgatado pela Constituição Federal de 1988, o Plano Diretor teve o seu prestígio restabelecido. E esse restabelecimento ocorreu concomitante a ideia de que as nossas cidades constituem-se em um caos por falta de planejamento urbano. É indispensável esclarecer que nesta narrativa, o termo “planejamento urbano” refere-se ao que Villaça (2004) chama de “planejamento urbano *stricto sensu*”, ou seja, aquela modalidade que se manifesta nos Planos Diretores, ou melhor, a corrente que teve como eixo as atividades e os discursos que vieram a desembocar nos Planos Diretores contemporâneos.

O advento da elaboração de Planos Diretores pelas cidades brasileiras alavancou-se no início da década de 1990, cumprindo a determinação constitucional. Com isso, as grandes cidades aproveitaram para rejeitar o plano tradicional (os superplanos) e ao mesmo tempo, politizar o Plano Diretor, como reflexo do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. A partir daí, o Plano Diretor foi transformado em um projeto de lei. (VILLAÇA, 1999).

Deste modo, tinha-se iniciado a implementação de um sistema nacional de planejamento urbano e municipal baseado no Plano Diretor. Segundo Maricato (2007, p. 140),

Foi exatamente durante a implementação do primeiro e único sistema nacional de planejamento urbano e municipal e do crescimento da produção acadêmica sobre o assunto que as grandes cidades brasileiras cresceram... fora da lei. Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou qualquer plano, com tal velocidade e independência que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga, nos anos 1990, outra de moradores de favelas em seu interior.

O cenário descrito por Maricato (2007) para os anos de 1990 estendeu-se para décadas subsequentes, bem como, a formação de “não cidades”, que seria de acordo com a autora aquela parte das nossas cidades formadas por periferias extensas, que cresciam fora da lei, fora de um plano, com casas autoconstruídas e enorme carência de serviços públicos essenciais.

De modo geral, a instituição legal do Plano Diretor não alcançou a implantação de sistemas locais de planejamento urbano e nem mesmo foi possível vislumbrar nas cidades a execução das intervenções contidas nos Planos que estavam sendo elaborados aos montes. Assim, a arrancada de elaboração de Planos Diretores acabou por responder a demandas localizadas na burocracia federal, sem um uso real, em alguns casos, não raro, o destino da maioria desses planos acabava sendo as prateleiras das administrações municipais.

Para buscar compreender as razões que levaram ao destino dos Planos Diretores brasileiros após a sua instituição legal, é necessário primeiramente compreender o que é um plano na conjuntura do planejamento urbano no Brasil. Villaça (1999, p.238), ao reunir características tradicionais, que talvez predominem no conceito de Plano Diretor, define que

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. Essa seria uma definição que acreditamos ser a mais consensual. Uma outra versão reduziria o plano diretor aos aspectos físico-territoriais do município. Nesse conceito, o diagnóstico abarcaria todos os aspectos da realidade urbana municipal e mesmo regional, mas as propostas referir-se-iam apenas aos aspectos físico-territoriais, já que estes se caracterizam pelo fato de ser predominantemente da competência do governo municipal.

Os dois conceitos de plano apresentados por Villaça (1999) diferenciam-se apenas pela forma de diagnosticar a realidade urbana, destacando o papel do diagnóstico para o Plano e consequentemente, para o planejamento urbano. Portanto, é relevante destacar a estreita relação entre o diagnóstico e o Plano final, entre diagnosticar problemas e indicar soluções no processo de planejamento.

Ao analisar as modalidades de planejamento urbano no Brasil segundo projetos nacionais historicamente referenciados, Ribeiro e Cardoso (1994) trabalharam com a noção de “padrão”, entendendo que há um “padrão” em todas as modalidades de planejamento urbano, representado por um conjunto de princípios que de forma padronizada orientam, simultaneamente, o diagnóstico da realidade urbana e a definição do método, objeto e objetivos da intervenção proposta.

Assim, para contribuir com a compreensão sobre o destino as gavetas dos nossos planos e o discurso do planejamento urbano *stricto sensu*, modalidade de planejamento a qual se refere essa discussão, é necessário dedicar certa atenção a como vêm se dando a elaboração dos diagnósticos.

Através da percepção de Cintra (1974) o planejamento urbano seria um “bem público de segundo grau”, dado que, por meio adequado, ele media a produção indireta de “bens públicos de primeiro grau” – entendidos como equipamentos e serviços diretamente oferecidos pelos

poderes públicos – “na quantidade e qualidade demandadas, no tempo oportuno e de modo tal que, na obtenção singular de cada um deles, as interdependências com os outros fossem levadas em consideração, para maior eficiência e economicidade no uso dos recursos disponíveis”. (CINTRA, 1974, p. 117).

Mas, no processo de planejamento, quem indicaria a quantidade, a qualidade e o tempo oportuno para produzir os tais “bens públicos de primeiro grau”? Nesta questão, surge o especialista, o urbanista, o técnico em planejamento urbano – o intelectual – ele, por meio do diagnóstico, identificaria os problemas a partir dos quais seriam formuladas alternativas de solução.

Além de serem conduzidos a certo tecnocratismo, esses diagnósticos carregam enorme pretensão, por acreditar que o profissional urbanista teria condições de apreender a totalidade dos fenômenos urbanos, tal como, saber o interesse de todos em relação a eles.

Dada a impossibilidade de o urbanista sozinho identificar todos os aspectos relacionados à vida urbana, temos a produção de diagnósticos em descompasso com a cidade real, contendo, por vezes, ideias transplantadas de diferentes realidades, sem mediações. Integrando planos que cumprem apenas o protocolo legal, “[...] um regramento, espécie de ritual de passagem obrigado por lei federal. Tudo parece convergir para uma prática descompromissada com a realidade concreta, incluindo tanto o campo político como o técnico”. (SAMPAIO, 2012, p. 25). Como resultado, “o desconhecimento da cidade real facilita a implementação de políticas regressivas carregadas de simbologia.”. (MARICATO, 2017, p.186).

Mesmo que a população já identifique suas demandas, independente de diagnósticos, a materialização delas, refletindo a cidade real, em um instrumento legal, é de extrema importância para o debate dos ditos problemas urbanos.

O desconhecimento e o descompasso em relação à realidade urbana contido nos diagnósticos são de certa forma úteis aos interesses da classe dominante. A minoria dominante, organizada, detentora da informação, provida inclusive assessores jurídicos, participa dos debates e audiências públicas dotada de conhecimento suficiente para interferir nas decisões.

O Plano Diretor não é uma peça puramente científica e técnica, ele é uma peça política. Porém, requer atentar que a essa natureza estritamente política acrescenta-se, o que Carvalho (2009) chama de “intencionalidade”. Trata-se, pois de uma característica que de acordo com a intenção, a ação do poder público tende a uma conformação segmentada, privilegiando a iniciativa isolada de indivíduos ou grupo de indivíduos, em detrimento dos interesses grupais.

O PAPEL DO URBANISTA E O PODER DE DECISÃO

Como dito, as ideias do Estado, atreladas as da classe dominante transformaram o Plano Diretor em uma questão especializada, de competência estritamente técnica. E que tem como eixo discursivo a substituição da realidade dos conflitos de interesse, inerentes da divisão da sociedade em classes, pela fala dos “problemas urbanos”, legitimada pelo discurso técnico.

Para Sampaio (2010) esse distanciamento do Plano do espaço urbano concreto e dos seus problemas reais, o tornou um terreno minado, no qual a simples leitura de uma lei de uso do solo passou a ser coisa de *experts*.

Tem-se para o pós-Estatuto, uma população ainda excluída e distante do processo decisório, e a cidade real que não é refletida nos Planos. O Plano Diretor torna-se um corpo estranho à população que não participou de sua elaboração, não o compreende e, portanto, não o reconhece

como um instrumento legítimo, não tendo assim interesse no seu debate e em cobrar a sua implementação.

Para Villaça (1999), a grande rejeição ao Plano Diretor por setores organizados da população deveu-se em partes a pretensão dos diagnósticos como reveladores as questões urbanas. Como consequência dessa rejeição, temos o acirramento dos debates, nos legislativos e fora deles, entorno da metodologia de elaboração e o conteúdo dos planos em várias cidades do país.

Passa-se a disseminar o entendimento de que os problemas a serem indicados nos Planos, bem como suas prioridades, deveriam ser uma discussão politizada e não tecnocrata. Deste modo, essa discussão deveria estar nas plataformas dos movimentos populares e dos partidos políticos. Posteriormente, e nunca no intuito de revelar os problemas, o diagnóstico técnico, elaborado pelo urbanista, serviria para dimensionar, escalonar ou viabilizar as propostas. (VILLAÇA, 1999).

Temos para o cenário do pós-Estatuto, a revelação do interesse vinculado ao espaço urbano. Amplamente encoberto nos discursos dos planos das décadas passadas, tal revelação se deve justamente à politização do Plano Diretor, com o aumento dos debates ficava visível que os aspectos urbanísticos referentes ao uso e ocupação do solo eram mais predispostos a polêmicas e discordâncias. Temos, também, o avanço do setor imobiliário, em especial o advento dos incorporadores, em direção a arena política do Plano.

Assim, tem-se de um lado uma população que não percebe suas demandas contempladas pelos Planos e do outro lado uma classe dominante, ancorada pelo Estado, com potencial suficiente para conduzir a utilização desse instrumento ao seu favor.

Mas, nesse contexto, o que seria o urbanismo? Lacaze (1993) utiliza e propõe uma definição dupla do termo “urbanismo”, por meio da definição contida no *Dictionnaire de l'urbanisme* de Françoise Choay e Pierre Merlin.

O urbanismo como organização são intervenções voluntárias, portanto práxis (isto é, ação). São também uma prática, ou seja, exercício de aplicação, de execução, maneira de fazer, confronto com realidades, hesitação, de onde nasce mais a experiência do que o conhecimento. (LACAZE, 1993, p.11).

Considerando o urbanismo como um sistema particular de decisão, é necessário refletir o motivo que leva os grandes produtores do espaço a conceder ao urbanista o poder de decisão sobre a gestão dos problemas urbanos.

É crucial esclarecer, que não são todos os problemas urbanos que o Estado e a classe dominante dedicam o poder de decisão para o técnico, “[...], mas apenas aqueles para os quais parece pertinente executar uma transformação do espaço, nem sempre sendo o limite correspondente, fácil de precisar.” (LACAZE, 1993, p. 15).

Dessa forma, o poder público “lava as mãos” e se isenta da responsabilidade de solucionar as demandas da população. Tal situação seria objetivamente tecnocrática se não dependesse de um consenso explícito ou de uma delegação de responsabilidade nas condições devidas, ou seja, o urbanista sabe que a ele foi delegado tal poder e também, sabe das consequências das suas decisões.

Lacaze (1993) responde a questão levantada acima, sobre qual deve ser a decisão do urbanista, sobre de qual lado ele deve se posicionar, afirmando que a decisão do urbanista trata-se de uma “arbitragem política” e não um método racional. Ou seja, o que autor quer dizer é que não há um método racional de otimização das escolhas.

Ou seja, a própria a decisão do urbanista depende dessa lógica de arbitragem política. Porém, o mencionado autor pontua que na melhor das situações, as ações sobre o urbano, com melhor resultado, derivam daquelas decisões que permitiram e permitirão reforçar um caráter democrático.

Assim, todo esse processo tende à participação popular. Para Villaça (2005, p.50), “Poder-se-ia entender a “Participação Popular” como o conjunto de pressões que a “população” exerce sobre o poder político por ocasião de tomada de importantes decisões de interesse coletivo.”.

Assim, a decisão do urbanista esbarra em mais um desafio. Entende-se que os desafios da participação popular em qualquer instância pública são vários: falta de cultura de participação, seja por parte dos gestores públicos, seja por parte dos técnicos e da própria população; falta de compreensão da importância de compartilhamento de decisões, distanciamento entre a linguagem tecnocrática e a linguagem acessível a todas as camadas populares; inexperiência no tocante a metodologias adequadas à promoção da informação, entendimento, debate e deliberação.

Como dito, o poder de decisão do urbanista não possui um método, ele deve se estruturar em uma arbitragem política, mas, tendendo a uma decisão baseada em um caráter democrático, fundamentado na participação popular. Assim, sem necessariamente assumir uma posição racional, o urbanista poderá coordenar iniciativas particulares em função de perspectivas gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano é reflexo e condicionante da sociedade. O papel do urbanista se satisfaz ao aceitar sem reservas situar-se na realidade dos debates sociais e políticos tais quais se apresentam, aqui e agora.

O urbanista, enquanto profissional, compreende que o poder de decisão concedido a ele na elaboração de diagnósticos e Planos Diretores resguarda intenções e articulações de grupos dominantes. Porém, ao reforçar o caráter democrático dessa tomada de decisão, favorecendo a participação popular, o urbanista consegue contornar a inocuidade concedida ao Plano Diretor e torná-lo uma ferramenta política e um instrumento de efetiva ação.

Ao elaborar diagnósticos mais claros e didáticos, ouvir a população, dedicar maior esforço para de fato conhecer a cidade real sobre a qual irá atuar, bem como, conceder maior atenção para informar e instruir a população sobre termos técnicos, legislativos e operacionais, o urbanista conseguirá utilizar do seu poder em favor de uma gestão democrática e aproximar a população do processo de planejamento. Este seria o real poder do urbanista, o poder de transformação de uma realidade historicamente instaurada.

Deste modo, sobre a apropriação, discussão e aprimoramento de Planos Diretores, para que haja a possibilidade efetiva de participação popular, quem deve deter a última palavra são os próprios envolvidos, ou seja, são os cidadãos que decidem. Cujas autonomias devem ser estimuladas e respeitadas, cabendo ao técnico urbanista o papel de interlocutor que propõe, jamais de um consultor tecnocrático.

Baseando-se no entendimento de Lacaze (1993), entendemos que em um processo decisório, o modo de decisão tem muito mais importância do que a natureza dessa decisão. Ou seja, uma organização do espaço urbano decidida após um longo processo participativo, não será necessariamente diferente ao que poderia ser proposto apenas pelo urbanista.

Porém, quando se defende a importância da última palavra do cidadão e a atuação do urbanista como interlocutor que propõe, não se objetiva reduzir o papel do técnico ou estabelecer uma concorrência entre as partes, mas apontar que ao ter um processo de decisão participativa torna-se possível organizar progressivamente um consenso entre os cidadãos diretamente envolvidos.

Ao se sentirem incluídos no processo decisório e envolvidos no planejamento, o resultado seria o desenvolvimento de um compromisso da própria população em lutar por um espaço urbano socialmente justo, mudando a atitude e o comportamento dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 Ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 10 Ago. 2020.

CARVALHO, S. N. Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento urbano. In: KEINERT, T. M. M.; VITTE, C. C. S. (orgs). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHAÚÍ, M. **O que é Ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

CINTRA, A. O. **Nota sobre os condicionantes políticos do planejamento urbano**. Belo Horizonte: Cadernos do Departamento de Ciência Política, 1974.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

LACAZE, J-P. Os métodos do Urbanismo . Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

RIBEIRO, L.C.; CARDOSO, A. L. **Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências**. Espaço e Debates. São Paulo: FAU-USP,1994.

SAMPAIO, A. H. L. **Formas Urbanas: cidade real & cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador**. Salvador: Quarteto, PPGAU – FAUFBA, 2015.

SAMPAIO, A. H. L. **Políticas públicas e ação do Estado nas cidades médias e pequenas**. III Simpósio – cidades médias e pequenas da Bahia, 2012.

VILLAÇA, F. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, CEPAM, 1999.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

Eixo 2

URBANIZAÇÃO EM PROCESSO

A (IN)SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL EM TEIXEIRA DE FREITAS

Mydiã Falcão Freitas

Mestre em Ciência da Computação, Docente do Centro de Formação em Desenvolvimento Territorial da UFSB

mydia.freitas@ufsb.edu.br**RESUMO**

O processo de desenvolvimento de muitas cidades brasileiras se confunde com o passado colonial em todas as suas dimensões. A história do município de Teixeira de Freitas não foi diferente, seguiu a lógica da exploração colonial, acarretando na falta de planejamento da cidade, que acabou por gerar diversos problemas, em especial o que tange ao descarte inadequado de resíduos. Teixeira de Freitas ainda não possui uma gestão de resíduos eficiente, o lixo coletado é todo destinado ao lixão da cidade, revelando problemas sistêmicos, como a condição de trabalho subumana de muitos catadores, que passam a se sentir rejeitados e descartáveis, semelhantes aos materiais que lá encontram. Deste modo, convidamos o leitor a refletir sobre como a falta de planejamento de uma cidade, acaba por gerar vários problemas, como a precária gestão de resíduos, que por consequência implica numa complexa convivialidade entre sociedade e catadores de material reciclável.

Palavras-chave: planejamento urbano, resíduos sólidos, catadores.

INTRODUÇÃO

Examinar o Brasil de hoje significa ser pego de surpresa de poder encontrar aspectos que só se imaginava existirem em livros de história. Para Caio Prado Júnior em sua obra *A Formação do Brasil Contemporâneo* (1961), esses aspectos não significam apenas recordações obsoletas, mas fatos profundos que se encadeiam na corrente histórica do presente com o passado recente.

A tese de Prado Júnior (1961) é a de que o Brasil contemporâneo se define pelo seu período colonial, que se balanceia e se encerra no século XVIII, mas as transformações que se operam sucederam no decorrer da década anterior a este e na atual. Para o autor, naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto organizou-se nele uma vida divergente da nativa, isto é, dos indígenas e suas nações. Ou seja, para ele o passado colonial está presente no Brasil de hoje, mesmo em parte esse passado modificado.

O processo de desenvolvimento de muitas cidades e regiões brasileiras confundem-se com o passado colonial em todas as suas dimensões (geográfica, econômica, social e política). Mergulhar nos três séculos de colonização em que se constituíram os fundamentos de nossa nacionalidade, nos ajudam a colher dados indispensáveis à compreensão do Brasil contemporâneo, bem como sobre nossas regiões e cidades.

A história do município de Teixeira de Freitas, teve sua origem decorrente do grande volume de madeira de lei existente na região (CMTX, 2018). O local onde situa-se a área urbana do município hoje, não passava de uma área, coberta pela floresta atlântica, matas e brejos.

Na década de 50, foi iniciada a exploração da madeira de lei por uma empresa privada, resultando dentre outras coisas, no desmatamento de parte da floresta atlântica local. Com o grande comércio de madeira de lei, o então povoado de Teixeira de Freitas foi se desenvolvendo. E, assim como a conquista do território brasileiro retratado na obra *A Formação do Brasil Contemporâneo* de Prado Júnior (1961), o município de Teixeira de Freitas também nasceu através da

exploração da natureza, seguindo a lógica da exploração colonial onde não havia outra possibilidade além da devastação.

Os anos de 1960 trouxeram grandes transformações para o povoado, como a chegada das indústrias madeireiras, agropecuária e de moradores de outros estados, formando assim uma pequena comunidade formada por negros e madeireiros, explodindo em um notável crescimento (CMTX, 2018).

Logo, nota-se que a cidade de Teixeira de Freitas não foi planejada, seu crescimento populacional e econômico se deu, principalmente, pelo comércio de madeira de lei e por estar às margens da BR 101. Segundo Benincá e Campos (2018), a falta de planejamento de uma cidade acaba por gerar vários problemas, tais como: precária infraestrutura urbana, poluição dos rios e córrego; desmatamento; descarte inadequado de resíduos; ocupação irregular do território, dentre outros.

No que se refere a questão dos resíduos sólidos, a cidade de Teixeira de Freitas ainda não possui uma gestão eficiente. O lixo coletado é totalmente destinado ao aterro sanitário da cidade, que segundo Benincá e Campos (2018), as características atuais figuram aquele espaço como um lixão. Não há programas de coleta seletiva, reciclagem e compostagem. No lixão, o cenário é revelador de problemas sistêmicos, considerando desde a quantidade de materiais diversos jogados diariamente no local, até a presença de crianças, jovens, homens, mulheres e idosos que ali trabalham em condições subumanas. Há catadores que ingerem alimentos e remédios ali encontrados, ficando expostos a todo tipo de contaminação e doenças.

De tanto conviver com essa realidade subumana, os catadores que estão na periferia da sociedade consumista e excludente, passam a se sentir rejeitados e descartáveis, semelhantes aos materiais que lá encontram (BENINCÁ, 2006), assim, dificilmente conseguem modificar suas condições de vida. Além de ser imputadas, do exterior (a sociedade), na vida destes profissionais as condições de exclusão e invisibilidade social.

Deste modo, convidamos o leitor a refletir sobre como o processo de desenvolvimento de uma cidade, a saber, a falta de planejamento, acaba por gerar vários problemas, como a precária gestão de resíduos, que por consequência implica numa complexa convivialidade entre sociedade e catadores de material reciclável.

MATERIAIS E MÉTODOS

O município de Teixeira de Freitas está localizado no extremo sul do Estado da Bahia. Fundado em nove de maio de 1985 e com área total de 1.165,62 km², apresenta população estimada em 160.487 habitantes e uma densidade demográfica de cerca de 137,7 hab.km² (IBGE, 2019), estando inserida no Bioma da Mata Atlântica.

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos através de dois caminhos: (i) revisão bibliográfica, onde analisamos pesquisas em periódicos, com atenção especial aos trabalhos dos autores BENINCÁ e CAMPOS (2018); FERNANDES (2018); ROCHA (2012); LATOUCHE (2012); PRADO JUNIOR (1961); (ii) levantamento de informações sobre o processo de desenvolvimento de Teixeira de Freitas, bem como a gestão dos resíduos sólidos e aspectos sociais dos catadores de materiais recicláveis, a partir de textos publicados em sites, em especial as reportagens dos autores SIEPIERSKI (2012) e CHAVES (2008).

Além disso, dados mais recentes sobre a gestão dos resíduos sólidos disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas também foram analisados.

A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM TEIXEIRA DE FREITAS

A questão da geração e descarte de resíduos, em especial os sólidos, tem ganhado cada vez mais visibilidade pública e política, pois envolve diversos aspectos, como ambientais, econômicos, sociais, tecnológicos, de saúde pública, educacionais, administrativos, entre outros. Tornando-se uma temática importante para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, ao possibilitar a análise e a intervenção a fim de preservar a vida no planeta.

Portanto, os resíduos sólidos é um tema que se constitui como um grande desafio ao planejamento e gestão urbana, uma vez que a maneira como ocorre a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos interfere no cotidiano de todos os cidadãos, com implicações diretas sobre o ambiente, a economia e a sociedade; tornando-se um dos principais problemas urbanos que as administrações públicas têm que gerenciar. Como bem mostra o filme *Ilha das Flores* (*Ilha das Flores*, 1989), a questão ambiental transcende a visão de que o meio ambiente está localizado na montanha, na praia, na selva, dissociado da vida cotidiana das pessoas. Pelo contrário, o filme abre a discussão de que o meio ambiente é tudo o que nos cerca. É a qualidade da água que se bebe, os alimentos que são consumidos, e principalmente, como a questão do gerenciamento de resíduos, quando não executada de forma correta, pode chegar a extremos indesejáveis em locais de grande desigualdade social.

Não muito distante do cenário narrado no filme *Ilha das Flores*, está o gerenciamento de resíduos da cidade de Teixeira de Freitas, onde não há separação de resíduos na fonte e, conseqüentemente, todos os tipos de resíduos sólidos são coletados misturados e jogados no lixão municipal, gerando impactos ambientais e desperdiçando recursos naturais e econômicos.

Como assinala Correia e Dias (2016), a relação do homem com a natureza e seu entorno, precisa ser pensada de forma que as dimensões ambiental, econômica, social e cultural sejam articuladas para que possamos manter as condições de vida na Terra. Questões cruciais como a que vemos em diversas cidades, especialmente em Teixeira de Freitas, como desperdício, pobreza e miserabilidade e degradação ambiental devem ser enfrentados em busca do desenvolvimento sustentável.

Há várias formas de alcançar o desenvolvimento sustentável, tratando especificamente do problema dos resíduos, a economia verde é um paradigma econômico que visa o desenvolvimento sustentável e é capaz de proporcionar melhores condições de vida (CORREIA; DIAS, 2016). A reciclagem e reaproveitamento de materiais são medidas que podem ser adotadas em busca dessa economia esverdeada. No entanto, para isso, é necessário que programas como o da coleta seletiva sejam implantados.

O município de Teixeira de Freitas no ano de 2008 implantou um programa de coleta seletiva de resíduos, todavia, não realizou campanhas de educação ambiental e divulgação do programa aos munícipes, levando a estagnação do programa no decorrer dos anos (SIEPIERSKI, 2012).

Deficiências na gestão correta dos resíduos, ainda é um gargalo na administração pública, que vão desde a falta de compromisso em ceder informações relacionadas à coleta e disposição dos resíduos ou até mesmo na falta destes dados devido a inoperância da balança de pesagem dos caminhões de coleta, por exemplo, conforme concluiu Fernandes (2018) em seu trabalho sobre as limitações que impossibilitam o funcionamento da coleta seletiva em Teixeira de Freitas.

Brunstein e Leite (2014) alertam que o significado de sustentabilidade para os gestores ainda remete à ideia de contradição entre discurso e prática. São questões e competências ainda em

andamento (lento, devagar, quase parando), cheios de incertezas e inseguranças que muitos gestores ainda enfrentam.

Em Teixeira de Freitas, segundo relata Fernandes (2018), as dificuldades para realizar o trabalho de coleta seletiva se iniciam com a falta de comprometimento do poder público, haja vista a inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a omissão no cumprimento de vários aspectos do que determina a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

Abulatif et al. (2019) aponta que iniciativas dos setores público e privado e da sociedade civil vem surgindo como suporte à implementação e monitoramento da temática da sustentabilidade urbana. Essa cooperação tem o poder de conectar diversos setores em busca de uma visão comum de desenvolvimento, é o que aos autores chamam de parcerias intersetoriais.

Muito recentemente, mais especificamente em maio de 2020, a Prefeitura de Teixeira de Freitas formalizou uma parceria intersetorial com o Construir – Consórcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia, com o objetivo de transformar o lixão municipal em aterro sanitário.

Segundo a Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas (PMTX, 2020) esta parceria tem como norteador a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com base na Lei 12.305/2010, que determinou que todos os municípios brasileiros devem depositar seus resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários.

A Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas (PMTX, 2020, p. 01) afirma que “iniciou o processo de adequação e valorização das pessoas que tiram seus sustentos dos materiais para reciclagem”, pois na transformação de lixão para aterro foi adaptado um espaço para coleta e separação dos materiais por parte dos catadores. No entanto, o município ainda não elaborou o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, item primordial e emergencial para que o município atenda aos princípios de uma gestão sustentável; continua sem programas de coleta seletiva e os catadores ainda precisam “minerar” esses resíduos sólidos urbanos passíveis de reciclagem em meio a outros tipos de resíduos.

A COMPLEXA CONVIVIALIDADE ENTRE SOCIEDADE E CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL

O mundo moderno gerou estruturas e situações sociais que o convívio dos seres humanos uns com os outros e com a natureza tornaram-se difíceis, em virtude dos processos de racionalização e de suas formas de ação. Para Latour (2004), o problema da crise ambiental que ora vivenciamos, em última instância, deriva da repartição entre humanos (sociedade/sujeito) e não-humanos (natureza/objeto) que a modernidade realizou. Valores como o cuidado com a natureza e o bem comum foram esquecidos à medida que os interesses econômicos, de consumo e de poder tomaram a direção das ações humanas.

O consumo exerce um papel central na vida das pessoas, influenciando suas maneiras de pensar, agir e sentir. É uma característica da sociedade atual, a criação de “necessidades” estimuladas pela mídia, onde o ato de consumir e descartar ocorrem de forma rápida e sucessiva, pois sempre há produtos e serviços mais novos, cuja posse, espera-se que trará felicidade e bem-estar. Jacques Ellul (2008 apud LATOUCHE, 2012, p. 08) assinala que “a felicidade está essencialmente ligada ao bem-estar, obtido graças a meios mecânicos, industriais, e graças à produção. [...] Essa imagem da felicidade nos fez passar à sociedade de consumo”.

A forma desenfreada com a qual consumimos, entre outros fatores, tem provocado impactos ambientais irreversíveis. Basta dizer que o Brasil é o quarto país que mais produz lixo, foram

11.355.220 toneladas só em 2019. A questão dos resíduos, em especial os sólidos, tem sido um dos grandes desafios da sociedade moderna, pois não envolve somente aspectos econômicos e ambientais, mas integra, também, o aspecto social quando se constata que existem pessoas sobrevivendo do que recolhem e vendem dos lixões, aquilo que é descartado. De acordo com Gonçalves (2003, p. 20), “no lixo há valores a serem resgatados através do não desperdício, da separação na fonte e do fomento à cadeia produtiva da reciclagem”.

Catador de lixo, papeleiro, reciclador ou carroceiro eram como se chamavam os trabalhadores informais de lixão. Wirth (2016) afirma que em solidariedade ao sofrimento que era manifestado por essas pessoas, no primeiro encontro do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), o nome catador de material reciclável passou a ser assumido em todo país e se sobrepôs a outras identidades regionais. Essa identidade unificou todos os trabalhadores que produzem o seu sustento a partir da coleta e separação dos materiais recicláveis.

A atividade de catação configura-se como um meio de inclusão social, na medida que o trabalho que desenvolvem gera recursos para compra de alguns bens de consumo (FERRAZ et al., 2012). Contudo, trata-se de uma inclusão perversa, pois o mesmo trabalho que lhe dá a oportunidade de adquirir bens e serviços também é o agente causador da exclusão social e da invisibilidade.

A exclusão da qual os catadores estão sujeitos não configura apenas o não acesso ao mercado formal de trabalho, mas também das oportunidades de ascensões políticas, econômicas, sociais, espaciais e também culturais. Configuram-se como sujeitos invisíveis socialmente, principalmente, pelo trabalho de catação/separação de materiais recicláveis, que apesar de fundamental importância para a sociedade, é representado como não digno de aceitação social.

Para a sociedade, o trabalho de catação é tido como subalterno, que o indivíduo só realiza quando não tem mais alternativa. A condição de excluído lhe é imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente. “É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente” (SAWAIA, 2001, p. 98).

A questão da invisibilidade também está ligada a exclusão social, pois, em uma das suas dimensões, principalmente a econômica, através da inserção ou não no mercado de trabalho formal e, também, o não trabalho, que acarretam processos de estigmatização e de invisibilidade. Conforme Latouche (2012, p. 08) afirma, “a sociedade dita ‘desenvolvida’ repousa na produção maciça do declínio, ou seja, da perda de valor e da degradação generalizada, tanto das mercadorias, [...], como dos homens [...]”.

Percebe-se que, atualmente, o problema não está em reconhecer legalmente o catador como um profissional, mas sim em reconhecer seu direito às condições de trabalho, de dignidade e de vida para além da sobrevivência. Latouche (2012, p. 14) salienta:

Um elemento importante para sair das aporias da superação da modernidade é a convivialidade. Do mesmo modo que ataca a reciclagem dos resíduos materiais, o decrescimento deve interessar-se pela reabilitação dos rejeitados. Se o melhor resíduo é aquele que não é produzido, o melhor rejeitado é aquele que a sociedade não rejeita. Uma sociedade decente ou convivial não produz excluídos.

O autor afirma ainda que “a convivialidade visa justamente tecer novamente o laço social desfeito pelo ‘horror econômico’. A convivialidade reintroduz o espírito do dom nas relações sociais” (LATOUCHE, 2012, p.14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pressupomos que, a convivialidade entre a sociedade e os catadores de materiais recicláveis, pode ser alcançada assegurando melhores condições de trabalho com a implantação de programas de coleta seletiva e suporte efetivo à criação e manutenção das cooperativas de catadores, ou seja, implantando a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos proposta na Lei nº 12.305/10 (BRASIL, 2010); assim como a valorização do catador como agente ambiental e protetor dos recursos naturais.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos menciona ações de inserção e organização de catadores de materiais recicláveis nos sistemas municipais de coleta seletiva, garantindo ainda o financiamento aos municípios que executarem o serviço da coleta seletiva junto às cooperativas de catadores, objetivando a inclusão social desses trabalhadores (BRASIL, 2010). No entanto, conforme dados do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2018) apenas 54% dos municípios brasileiros possuem Plano Integrado de Resíduos Sólidos. Quando analisamos os municípios que possuem coleta seletiva esse número é bem menor, segundo levantamento de Conke e Nascimento (2018) a coleta seletiva ocorre em apenas 41% dos municípios brasileiros e em eficiência apenas 10% daquilo que é potencialmente reciclável é recolhido.

A ausência de efetivos programas de coleta seletiva, faz com que o catador seja compelido a rasgar sacolas ou revirar pilhas de lixo em busca de material com valor econômico, aumentando assim o contato direto com material sujo e não higienizado, que causa contaminação e problemas à saúde humana.

Entender que o catador de material reciclável é um agente ambiental e valorizá-lo por tal função, é um outro ponto que pode permitir uma melhoria na convivialidade com a sociedade. Ferraz et al. (2012, p. 767) conclui seu artigo enfatizando:

Os catadores, ao caminharem pelas ruas, nos lembram do lixo que produzimos, da natureza e do ambiente sociocultural em que vivemos. Não há como não pensar no lixo que produzimos quando nos deparamos com um catador. Eles são os agentes ambientais, são figuras (vivas) da representação da preservação da natureza. Como relatou um catador: “Imagine se nós não existíssemos?!”.

É através do trabalho dos catadores que muitos resíduos retornam à cadeia produtiva das indústrias. Quando um catador, coleta, classifica e destina um resíduo apropriadamente ele promove o aumento da vida útil dos aterros sanitários; diminui a demanda por recursos naturais, redução do consumo de água e energia na produção do papel, por exemplo; além de proteger os recursos naturais, pois ao retirar o resíduo do aterro sanitário ou das ruas, o catador contribui com a redução da poluição do ar, do solo e da água; com a diminuição de vetores – moscas, baratas, ratos – e doenças associadas à incorreta disposição dos resíduos; além de contribuir com a redução da emissão de gás metano (CH₄) um dos agentes causadores do efeito estufa; dentre muitas outras contribuições.

Reconhecer o trabalho do catador em suas múltiplas instâncias - social, ambiental e econômica - requer da sociedade e do poder público mudanças significativas, que vão desde a forma da sociedade segregar e acondicionar corretamente os resíduos na fonte geradora contribuindo para diminuir o tempo gasto com coleta e riscos de acidentes; no reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos catadores como agentes ambientais e protetor dos recursos naturais; na implantação do Plano Integrado de Resíduos Sólidos; até mais profundamente, na reavaliação do modelo econômico baseado no crescimento sem limites que privilegia como valor o ter e não o ser. Latouche (2012) salienta que a definição de felicidade terrestre está atrelada ao bem-estar

material, enquanto o bem-estar material é reduzido ao bem-possuir, ou seja, a quantidade de bens e serviços adquiridos, produzidos e consumidos.

A chave para as mudanças pode estar então representada nos “R”, definidos por Latouche (2012): Reavaliar, os valores da sociedade, substituindo a mentalidade predadora nas relações com a natureza por valores altruístas, reciprocidade e respeito ao meio ambiente; Reconceituar, repensar a riqueza e a pobreza, onde a verdadeira riqueza é composta de bens relacionais – na reciprocidade, no saber, no amor, na amizade – e não no bem-possuir; Redistribuir, no que tange ao compartilhamento; Reduzir, a predação e apropriação da natureza; Reciclar, “restituir a natureza e à Gaia aquilo que lhes foi tomado” (p. 15). Segundo o autor, esses objetivos parecem ser capazes de desencadear a convivialidade e a sustentabilidade tão necessária a sociedade moderna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABULATIF, L. I.; SILVA, A. S.; COLUSSO, I. Parcerias intersetoriais estratégicas para o desenvolvimento sustentável. Proposição de um modelo conceitual. **Bitácora Urbano Territorial**, 30 (1): 181-191, 2019.

BENINCÁ, D.; CAMPOS, F. S. Resíduos Sólidos em Teixeira de Freitas: Diagnósticos e Desafios. **REVISTA MOSAICUM (IMPRESSO)**, v. 28, p. 42-58, 2018.

BENINCÁ, D. Reciclando a des(ordem) do progresso: **ARCAN**: uma alternativa socioambiental. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 12.305/10. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 147, 02 ago. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **54% dos municípios têm plano de resíduos sólidos**. 2018. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/15166-54-dos-munic%C3%AD-pios-t%C3%AAm-plano-de-res%C3%ADduos.html>. Acesso em: ago. 2020.

BRUSTEIN, J.; LEITE, A. R. Gestores e Sustentabilidade: A difícil tradução do significado para a ação competente. **Revista Alcance**, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, v. 21, n. 1, p. 5-24, 2014.

CHAVES, N. **Teixeira de Freitas: Prefeitura Municipal implanta coleta seletiva de lixo**. 2008. Disponível em: <https://www.sulbahianews.com.br/teixeira-de-freitas-prefeitura-municipal-implanta-coleta-seletiva-de-lixo/>. Acesso em: ago. 2020.

CMTX – Câmara Municipal de Teixeira de Freitas. **História de Teixeira de Freitas**. 2018. Disponível em: <https://www.camaratf.ba.gov.br/historia-de-teixeira-de-freitas/>. Acesso em: ago. 2020.

CONKE, L. S.; NASCIMENTO, E. P. A coleta seletiva nas pesquisas brasileiras: uma avaliação metodológica. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, 2018 jan./abr., 10(1), 199-212.

CORREIA, M. L. A.; DIAS, E. R. Desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e o princípio da solidariedade intergeracional na perspectiva da justiça ambiental. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 8, p. 63-80, 2016.

FERNANDES, F. V. **Limitações que impossibilitam o funcionamento da coleta seletiva em Teixeira de Freitas – Bahia**. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA). MBA em Negócios Ambientais. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

FERRAZ, L.; et al. O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, opinião 5, Rio de Janeiro, set. 2012.

GONÇALVES, P. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

IBGE – Teixeira de Freitas. 2019. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2019/estimativa_dou_2019.xls. Acesso em: ago. 2020.

ILHA DAS FLORES. Direção: Jorge Furtado. Produção: **Casa de Cinema de Porto Alegre**, Brasil: SULARTE Filmagem, 1989.

LATOUCHE, S. **Convivialidade e decrescimento**. **Universidade do Vale do Rio dos Sinos**. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, RS, ano 10, nº 166, 2012.

LATOUR, B. **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia**. Tradução Carlos Aurélio Mota de Souza, São Paulo: Ed. EDUSC, 2004.

PMTX – Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas. **Meio ambiente: “lixão” de Teixeira de Freitas agora é aterro sanitário**. 2020. Disponível em: <https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/lixao-de-teixeira-de-freitas-agora-e-aterro-sanitario/>. Acesso em: ago. 2020.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

ROCHA, D. L. Uma análise da coleta seletiva em Teixeira de Freitas – Bahia. **Revista Caminhos da Geografia**, Uberlândia – MG, v. 13, n. 44, p. 140-155, 2012.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. São Paulo: Vozes, 2001.

SIEPIERSKI, S. **A coleta seletiva três anos depois de sua implementação em Teixeira**. 2012. Disponível em: <https://www.sulbahianews.com.br/a-coleta-seletiva-tres-anos-depois-de-sua-implantacao-em-teixeira/>. Acesso em: ago. 2020.

WIRTH, I. G. **Movimento de Catadores e a Política Nacional de Resíduos Sólidos: a experiência do Rio Grande do Sul**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2016.

A DIMENSÃO RURAL-URBANA NO BRASIL E AS DELIMITAÇÕES MUNICIPAIS: ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA (BA)

Aryane Sinval Alves

Mestre em Planejamento Territorial, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

aryanesalves@gmail.com

RESUMO

A dimensão campo-cidade presencia as desigualdades da reprodução do capital. Para isto foi necessário buscar a discussão teórica-conceitual sobre a relação campo-cidade, bem como, a definição de espaço rural e urbano por meio das discussões de Marx e Engels (1998), Lefebvre (1970, 1999), Silva (2000), Carlos (2008), e Rua (2006). A pesquisa documental permitiu a análise das leis na esfera nacional e municipal. O mapeamento serviu de instrumento para delimitar as dimensões físicas espaciais e seus impactos em Feira de Santana. O objetivo aqui foi analisar o campo-cidade e o rural-urbano, com enfoque nas contradições socioespaciais brasileira, em vista disso, necessitou-se de identificar as propostas metodológicas para definir os espaços rurais e urbanos no âmbito nacional, já no âmbito local, realizou-se a análise de uma política urbana municipal, apontando assim, as contradições produzidas pelo ato normativo.

Palavras-chave: campo, cidade, expansão urbana.

INTRODUÇÃO

A dimensão do campo-cidade presencia as consequências da reprodução do capital, o processo de urbanização e a industrialização foram essenciais para as contradições socioespaciais existentes. As disparidades são reafirmadas quando são produzidas definições do território com delimitações do espaço rural e urbano que não representam as realidades locais, homogeneizando os espaços.

Na discussão busca-se por enfoques analíticos que revelem isto, as contribuições de determinados autores nos possibilitam seguir por esse caminho, tais como, as de Karl Marx, Friedrich Engels e Lefebvre. Embora sejam pensadores clássicos, a importância da análise da gênese do modo de produção capitalista e seus impactos são pertinentes para a contemporaneidade, logo, imprescindíveis para evidenciar o papel do capital nos aspectos contraditórios e desiguais produzidos no espaço.

As abordagens mais recentes sobre estas categorias de análise são debatidas enquanto espaços de *continuum*, logo, também merecem serem abordadas, já que, identificam as novas complexidades produzidas no mundo contemporâneo. Os autores como José Graziano da Silva, Ana Fani Alessandri Carlos, João Rua revelam assim as particularidades dos espaços, analisando os seus processos e as formas que dinamizam as novas práticas estabelecidas pelas relações sociais locais.

No Brasil aparecem quando se analisa o discurso e a atuação política-administrativa do Estado, bem como, atos normativos que fragmentam o espaço ao produzir a expansão urbana. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2017, p. 88) “as sedes de municípios e distritos, passaram também a serem os únicos espaços urbanos, cujos limites são, desde o início, determinados por leis municipais”.

A ampliação do perímetro urbano no município de Feira de Santana é um processo onde é possível perceber como se estabelece a relação campo-cidade, logo, permite identificar a atuação

do poder público para concretizar seus interesses e do capital imobiliário. Assim, é possível identificar as implicações da Lei Complementar nº 075/2103 a nível territorial, tais modificações foram mapeadas para explicar as proporções do rural e urbano.

Discutir o campo-cidade nos permite explicar as problemáticas que envolvem o território. A dimensão do urbano precisa ser tratada verificando as suas consequências, as cidades envolvem práticas urbanas e rurais e estas devem comunica-se e planejarem políticas que minimizem os impactos da expansão urbana. O objetivo aqui foi analisar o campo e a cidade tendo como referência as dimensões socioespaciais brasileira, em vista disto, foi necessário identificar as propostas metodológicas para definir espaços rurais e urbanos, e identificar como uma política urbana no município de Feira de Santana produz desigualdades.

METODOLOGIA

O caminho investigativo consistiu no debate teórico-conceitual sobre a relação campo-cidade, através do processo de produção e (re)produção do espaço sob a influência do capitalismo, bem como os conceitos de espaço rural e urbano com o objetivo de definir a dimensão espacial brasileira. Utilizou-se da abordagem crítica, pois, foram analisadas sob viés da totalidade, ou seja, não fragmentados, mas como especificidades no espaço/território que contribuem para a sua explicação. De acordo com Santos (1988, p.6) “o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes”.

As classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) serviram de base para compreender a dinâmica socioespacial brasileira, sobre os aspectos populacionais, econômicos e sociais da população do qual a caracterização do espaço rural e urbano é debatida.

A análise legislativa foi utilizada com o objetivo de identificar as dimensões normativas do território brasileiro, bem como de Feira de Santana (BA), para verificar os desdobramentos legais para a sociedade buscando apontar o que propõe a Lei, e o que foi feito do espaço rural e urbano municipal.

O uso do mapeamento serviu para espacializar as informações contidas nas diretrizes municipais no que se refere ao planejamento do território e suas consequências socioespaciais. Sendo o principal instrumento de análise do geógrafo, pois, é a forma de conhecer, analisar, e apontar as problemáticas que envolvem o rural e o urbano.

O campo-cidade, o rural-urbano

Os pensadores clássicos definem o campo e a cidade enquanto totalidade, como unidade dialética, sendo visto através das contradições. Segundo Marx e Engels (1998) isso se constitui pela relação de subordinado e subordinante, Lefebvre (1970) partindo também dessa visão destaca que isso provoca conflitos dentro da unidade, e com o processo de industrialização a reprodução do espaço ganhou novas dinâmicas, nos seus limites e fronteiras. Logo, a relação dos processos contraditórios e desiguais do capitalismo estabeleceu a dualidade entre campo e cidade. O rural e o urbano então são definidos como espaço de produção e (re)produção, para Lefebvre (1999) isso é relevante porque permite identificar as modificações do espaço rural e urbano e sua configuração espacial.

As novas contribuições teóricas trazem o rural e urbano como espaços de *continuum*, ou de desigualdades. Silva (2000) os define pela penetração do espaço urbano no espaço rural, apontando as direções da expansão urbana e os resultados para a configuração espacial. Carlos

(2008) ressalta que para defini-los é necessário ainda considerar enquanto espaços de contradição, pela relação de dominados (campo) e dominantes (cidade), pois, permite explicar as novas relações socioespaciais. Segundo Rua (2006) fundem-se o rural e o urbano, estabelecendo assim, as novas lógicas para o espaço rural.

A dualidade campo-cidade vai surgir pela forma que o modo de produção capitalista modificou a função da terra, ou seja, surgimento da propriedade privada, isso ocorre quando começa a comunicação entre as cidades, essa relação permitiu a transformação da condição de classe quando surge o trabalho assalariado, cria-se a sua legitimação com a vinda da indústria completando então, a vitória da cidade sobre o campo, onde a mudança na relação campo-cidade ao longo da história foi devido a esse contexto. (LEFEBVRE, 2001) Tais elementos se tornaram estruturantes para explicar a relação campo-cidade, logo, perceber as contradições.

A organização social e a reprodução do campo e da cidade podem ser consideradas os principais elementos para analisar o contexto a nível territorial, quando é visto a partir dos limites estabelecidos entre rural-urbano, sobre tal aspecto Marx e Engels (1998, p. 62-63) destacam:

No lugar das cidades surgidas naturalmente criou as grandes cidades industriais modernas, nascidas de um dia para o outro. Onde penetrou, destruiu o artesanato e, dum modo geral, todas as fases anteriores da indústria. Completou a vitória [da] cidade comercial sobre o campo.

As cidades perdem sua característica natural, são forjadas pelo interesse do capital, para seu crescimento e expansão. Tornaram-se então, o lugar de decisões e articulações econômicas, com isso, a autonomia da cidade comercial e industrializada possibilitou a disponibilidade de força de trabalho e os meios de produção. Dessa maneira, para instalar fábricas e ter mão-de-obra precisava-se de terras, logo, a propriedade privada ganha destaque e interesse para a burguesia capitalista.

Segundo Lefebvre (2001, p. 24) o campo tornou-se “a circunvizinhança da cidade, seu horizonte seu limite”. Assim, o tecido urbano se expande, consumindo o que resta da vida agrária, não permite estabelecer até que ponto fica a edificação da cidade, ele prolifera o domínio da cidade sobre o campo. O que se é apresentado é a presença de uma segunda residência, a presença de um estabelecimento comercial em meio ao campo. Para o autor “(...) fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa apenas áreas devolutas à “natureza””. (LEFEBVRE, 1999, p. 17)

Segundo os pressupostos herdados por Marx, a cidade pode ser entendida segundo Carlos (2007, p.19) “enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais produzindo um espaço ao longo do processo histórico”. De acordo com a mesma “o urbano aparece como realidade mundial, ultrapassando realidades e conceitos parciais” (CARLOS, 2007, p.19). Percebe-se então, que a produção e reprodução do espaço não fazem de maneira isolada, precisam de conectivos que fomentam as relações sociais, sob os aspectos, econômicos, sociais e políticos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O rural-urbano brasileiro

A Constituição Federal de 1967, pela Lei Complementar n. 1, de 09.11.1967 definia os critérios básicos para a emancipação de um povoado para torna-se município, dessa forma, já se percebe que as contradições dos espaços são resultado de atos normativos que não condizia com a realidade. Esse critério estabelece “a negação das enormes e conhecidas desigualdades existentes,

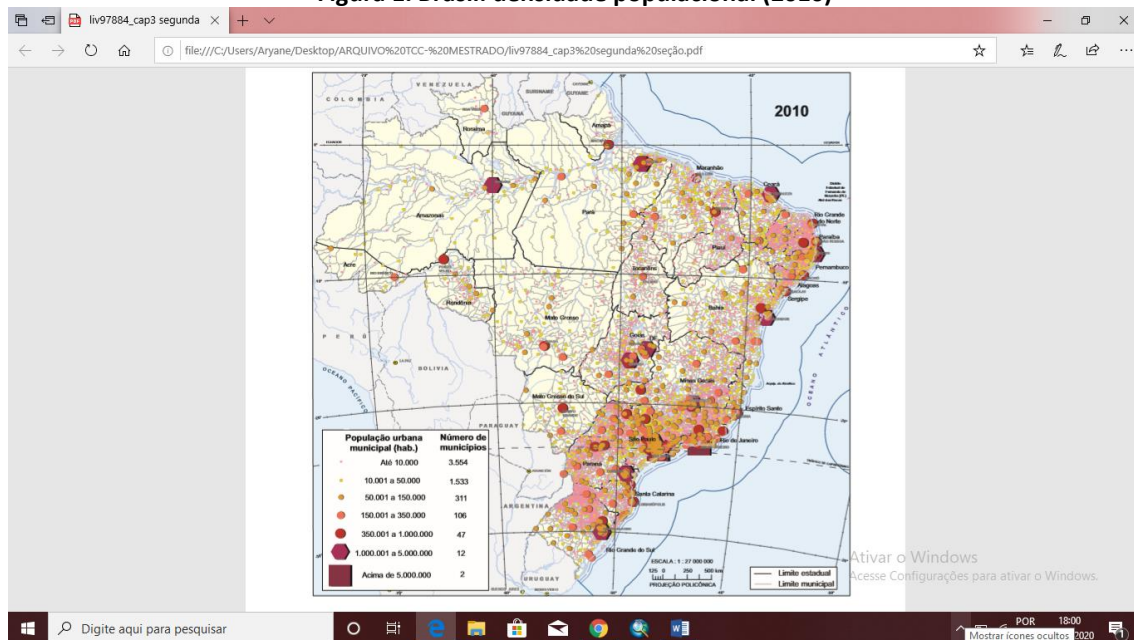
uma vez que a reunião de 10 mil pessoas encerra realidades totalmente distintas a depender da fração do território em que ocorre”. Determinando que “todas as áreas que almejassem se tornar municípios, que possuíssem ao menos 10 mil habitantes em seu território, incluindo as populações urbanas da cidade e das vilas e a população rural”. (LIMA, 2017, p.89)

A Constituição Federal de 1988 passou para o Estado o papel de designar os critérios de emancipação de um município, isso “proporcionou diferenças quantitativas e qualitativas entre os estados” (LIMA, 2017, p.90) A questão com isso envolve:

As inúmeras desigualdades, que caracterizam o Brasil, são também identificadas no fracionamento dos territórios estaduais, tanto pelos recortes herdados de períodos passados, quanto pelos desmembramentos que continuam a acontecer de maneira muito diferenciada, sugerindo, mesmo, tratar-se de uma estratégia estadual que transcende seus governos. (LIMA, 2017, p.90)

A diferença quantitativa e qualitativa envolve a dimensão do rural e do urbano, e principalmente pela atuação do Estado em tornar as vilas em municípios. Os fatores são muito mais de ordem política e econômica do que em benefício da população. A densidade demográfica por muito tempo foi um dos critérios para definição do rural e urbano pela gestão municipal, sendo assim, a concentração populacional caracterizaria os espaços brasileiros. (Figura 1)

Figura 1. Brasil: densidade populacional (2010)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Censo Demográfico 2010.

Conforme a imagem o Brasil concentra o espaço urbano principalmente na direção do litoral, nas áreas nordeste, sul e sudeste. As cidades que possuem a maior concentração da população é Rio de Janeiro e São Paulo. As capitais brasileiras dessas regiões concentram cidades com população com cerca de 1.000.001 a 5.000.000, foram 12 municípios com essa proporção habitacional.

De acordo com o mapa seguindo o critério demográfico o espaço urbano a nível nacional concentra-se no nordeste, noroeste, e sul. Na direção oeste do mapa o Brasil é menos habitado, apresenta-se então como concentração do espaço rural. (Figura 01)

De acordo com Lima (2017) esse critério revela algumas problemáticas ao definir o rural e urbano no país, primeiramente, como estabelecer os limites que envolvia as cidades e vilas, e como explicar “existência de áreas urbanas externas às cidades e vilas, assim como vilas sem o caráter urbano” (LIMA, 2017, p.)

Abramovay (2000) *apud* Lima (2017) revela ainda que as contradições se intensificam para os espaços rurais, quando estabelece “o critério administrativo de identificação de espaços urbanos, quanto à determinação de espaços rurais feita por exclusão” (LIMA, 2017, p.29).

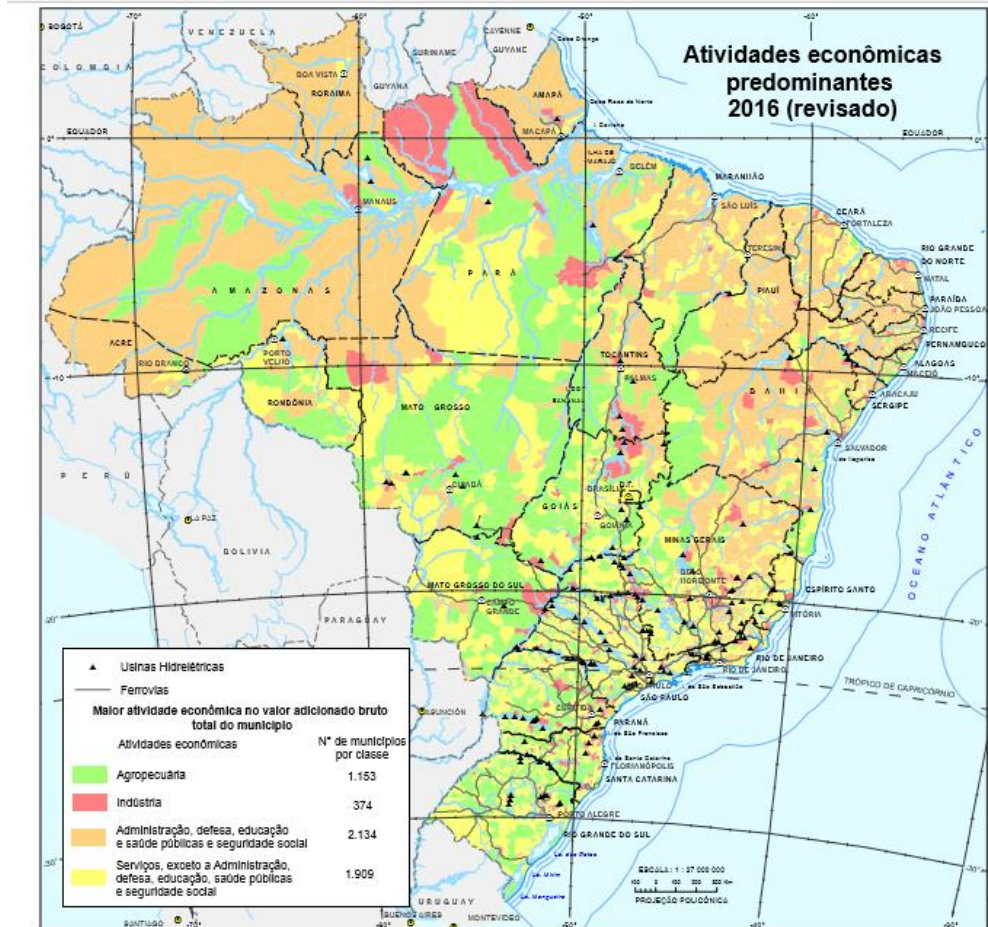
No lugar dessa definição o autor traz como possibilidade “que o País fosse dividido em regiões urbanas e regiões rurais, foco principal do seu trabalho, que incluiriam campos e cidades” (LIMA, 2017, p.29). Dessa forma, supera-se a ideia de exclusão, já que parte da ideia de que urbano é isso e tudo que não é isso é rural, atribuindo ao rural a inexistência de relações sociais e de reprodução do espaço.

Outro critério utilizado para definir espaço rural e urbano é o econômico, ao caracteriza-los segundo as atividades predominantes daquele lugar, assim, o espaço rural seria aquele onde se concentra as atividades primárias e o espaço urbano das atividades secundárias e terciárias.

“O caráter urbano amplia-se quanto maior o nível e a quantidade de atividades não-agrícola presentes” (BERNARDELLI, 2010, p.35) Diante disso, leva-se em consideração a contribuição dos setores econômicos no PIB municipal, a partir do número de pessoas ocupadas. (Figura 2)

Segundo Sposito (2010 *apud* IBGE, 2017, p. 14) a problemática envolve as descontinuidades territoriais, o mesmo “aponta que no último século a expansão territorial do processo de urbanização foi muito mais intensa do que nos séculos anteriores”. Outra questão envolve os espaços rurais “a diversificação das atividades do campo é outro elemento que tem sido levantado com mais firmeza na bibliografia mais recente sobre o tema” (IBGE, 2017, p. 14).

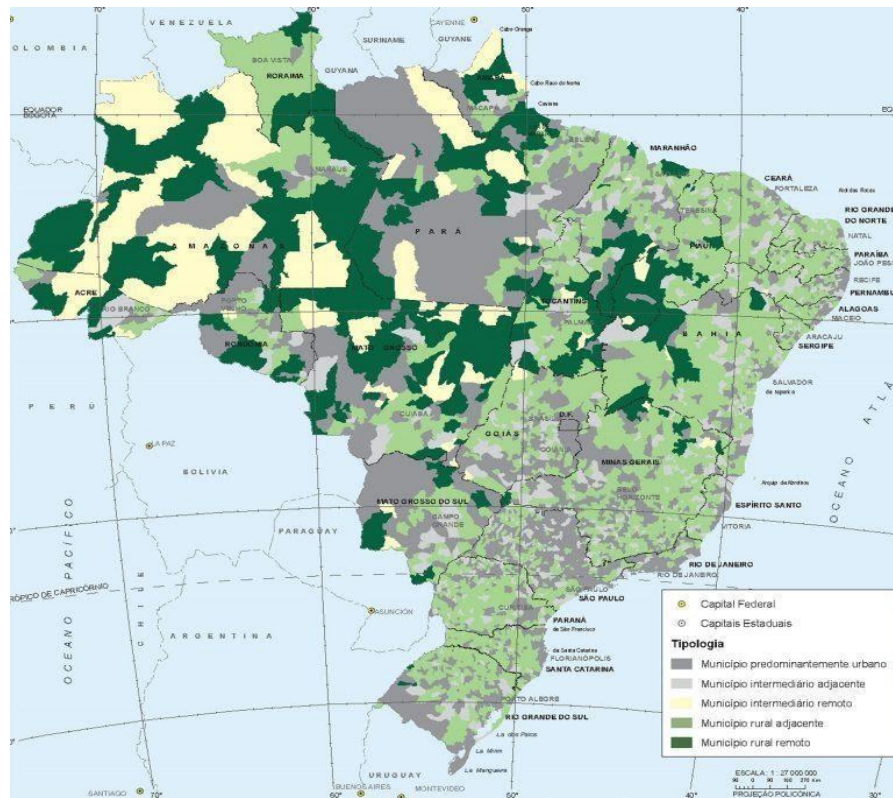
Figura 2. Brasil: atividades econômicas (2016)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

Na busca para superar tais problemáticas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criou uma nova tipologia para atender essas disparidades espaciais que estão inseridas dentro da definição rural e urbana na unidade territorial, buscando metodologias que atendam as especificidades socioespaciais. Identificando a partir da “dimensão da localização de forma que se possibilite distinguir, dentre os municípios classificados como intermediários e rurais aqueles adjacentes a centros urbanos de maior hierarquia daqueles que se encontram remotos”. (IBGE, 2017, p. 64)

Figura 3. Brasil: nova tipologia para o rural e urbano (2017)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Dimensão Rural-Urbano Brasileiro, 2017.

De acordo com o mapa, 76 % da população brasileira se encontram em municípios considerados predominantemente urbanos, correspondendo somente a 26 % do total de municípios. A maior parte dos municípios brasileiros foi classificada como predominantemente rurais (60,4%), sendo 54,6% como rurais adjacentes e 5,8% como rurais remotos. (Figura 03)

Para definição dessa tipologia utilizam-se os critérios de disponibilidade de infraestrutura urbana, localização entre cidades e sua influência regional, além dos critérios demográficos e econômicos. Apesar desses critérios serem relevantes na elaboração da metodologia ainda permanecem distantes da realidade da população e da simbologia que permitem explicar as relações socioespaciais, já que não contemplam critérios que insiram a população no processo de construção de definições para o rural e urbano.

Diante disso, é preciso analisar os múltiplos cenários do país utilizando os seus aspectos socioespaciais e os impactos produzidos pela ação dos agentes sociais locais, já que, a dimensão rural-urbana brasileira não nos permite explicar as dinâmicas municipais.

O Rural-urbano no município de Feira de Santana

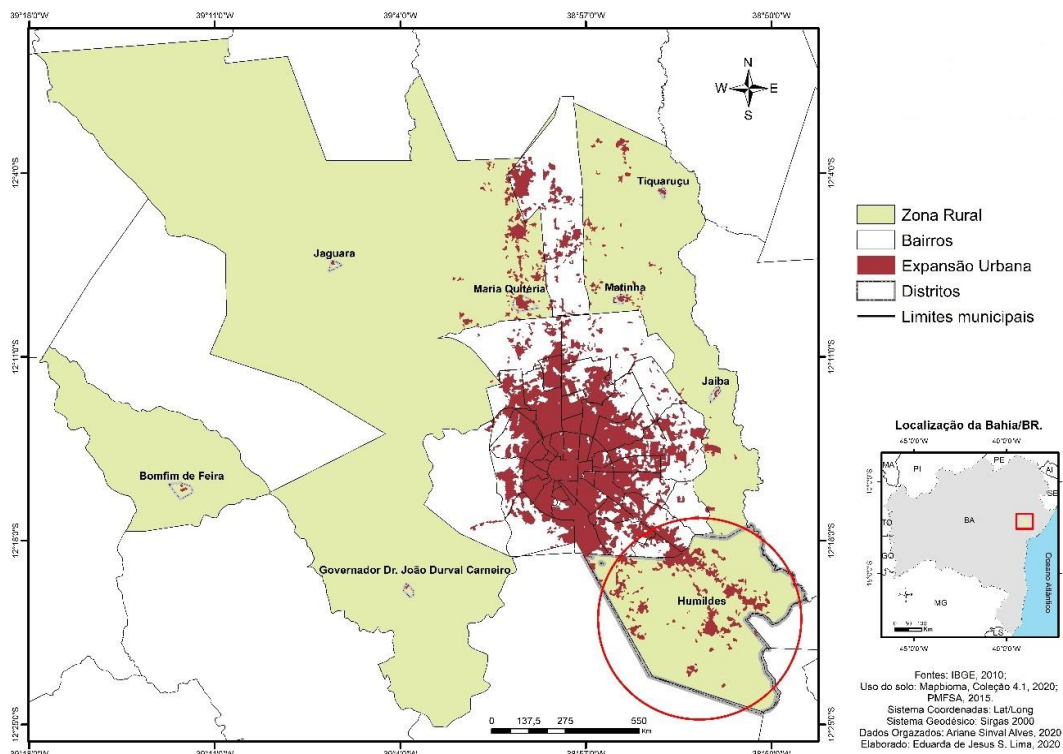
A Lei de Complementar Municipal nº 075, de 20 de junho de 2013 delimitou a nova dimensão do espaço rural e urbano no município de Feira de Santana, possibilitando assim a expansão urbana. No Art. 2º fica definida a delimitação do perímetro urbano da cidade, que passa a ter os seguintes limites: I - Trecho: BR-116 norte até a estrada para São Roque; II - Trecho: estrada para São Roque até a BR-116 sul; III - Trecho: BR-116 sul até a BR-116 norte. No Art. 3º estabelece os limites dos 06 (seis) novos Bairros inseridos no Perímetro Urbano, sendo eles: Vale do Jacuípe, Pedra Ferrada, CIS-Norte, Mantiba, Registro, Chaparral.

A Lei implica em primeira instância na mudança do perímetro urbano, isso quer dizer que, ocorre então o crescimento do espaço urbano da cidade, logo, ficam deferidas os novos limites inter-districtais, a ampliação do perímetro urbano e a criação dos seis novos bairros. Os limites inter-districtais são os pontos que definem o limite entre a sede, seus distritos e os municípios próximos. Tendo como referência onde estão localizados, identifica-se que os distritos atingidos foram: Tiquaruçu, Matinha, Jaíba, Humildes, Governador João Durval Carneiro, Jaguara, e Maria Quitéria. A ampliação do perímetro urbano permite definir o limite entre o rural e o urbano, dessa forma, a partir da Lei, a nível distrital, as porções da extensão territorial deles foram alterados, logo, áreas rurais tornaram-se urbanas.

Este ato normativo proporcionou o avanço da expansão urbana no município de Feira de Santana, para isso, a atuação da gestão municipal foi imprescindível, ao fomentar políticas públicas nesse âmbito. O poder municipal ao alegar a existência de conjuntos habitacionais nas áreas rurais e isso ser motivo para modificar a função do solo para o ordenamento evidência as intencionalidades político-administrativas para criar condições para a expansão urbana, já que, no processo de implementação já se tinha o conhecimento, ou é preciso constar a definição daquela área. Desse modo, ao construir os conjuntos habitacionais, tendência a modificação da função da terra para torna-se solo urbano.

O crescimento da mancha urbana do município de Feira de Santana após a aplicação da Lei nº75/2013 teve impactos principalmente nos espaços rurais, com a expansão urbana indo em direção aos distritos, até 2018 os principais distritos que tiveram áreas do campo com modificações na dinâmica socioespacial foram: Humildes sentido sudeste, e os distritos de Maria Quitéria, e em menor grau Matinha e Tiquaruçu localizado ao norte. (Figura 4)

Figura 04. Município de Feira de Santana: mancha urbana (2018)



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS), 2015.

Marques (2011, p.105) expõe que “a produção agrícola deixa de ser a principal atividade e a riqueza deixa de ser, sobretudo imobiliária”, isso nos permite analisar as novas formas de

(re)produção do espaço, para o mesmo, isso ainda pode evidenciar como “a cidade torna-se o *locus* principal da produção, passando a influenciar diretamente o sentido e o ritmo da produção no campo” (MARQUES, 2011, p.106)

O crescimento da sede do município de Feira de Santana é um processo que sempre teve sua efetivação por meio de leis e diretrizes municipais, favorecida por seus atributos territoriais, especificamente, posição geográfica estratégica que liga interior ao litoral. Devido a isso, os caminhos que passam pela cidade influenciaram no seu crescimento e expansão urbana.

As ações do Estado junto ao capital imobiliário fomentaram novas relações sociais presentes nesses distritos, a modificação do espaço rural em urbano pela lei nº 75/2013 criou possibilidades para o uso do solo para função urbana e isso permitiu o crescimento de áreas urbanas. De acordo com a população os impactos do crescimento do espaço urbano envolvem problemáticas de ordem, social, econômico e cultural.

As práticas socioespaciais urbanas modificaram a (re)produção do espaço, o rural foi penetrado pelo urbano. No âmbito territorial, houve o crescimento do espaço urbano e redução do espaço rural. No âmbito sociocultural as velhas e novas práticas laborais e a relação do homem com a natureza criaram conflitos e tensões entre o campo e a cidade.

A relação campo-cidade em Feira de Santana se estabelece por meio da soberania da cidade sobre o campo, os reflexos podem ser vistos através da leitura espacial, a forma como o homem utiliza o solo e se relaciona com os recursos naturais comprova a atuação do Estado por meios de normas jurídico-administrativas que modificam o espaço, quando um ato legal altera a função do solo cria novas possibilidades de usos, instituindo práticas tendenciosas, é assim que as construções de conjuntos habitacionais cresceram relativamente no município, implantados em áreas distritais visando o crescimento da sede, e redução dos distritos.

Entretanto, essa dualidade também encontra obstáculos, impasses no seu percurso, pois, o espaço também traz seus traços e suas particularidades, e é dessa forma que o campo continua se reproduzindo, práticas não desaparecem, são modificadas, pelas novas relações, mas criam meios dentro dessa realidade imposta para conviver, e coexistir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação campo-cidade se estabelece pelas suas dimensões as formas atribuídas, diante disso, campo e cidade, rural e urbano precisam de enfoques analíticos e metodologias que o caracterize e defina-os enquanto, suas especificidades. Na escala nacional isso é percebido com a criação de novos municípios, resultando do crescimento de cidades no território, e no âmbito local, ocorre quando se estabelece o poder da cidade sobre o campo.

A mudança da relação do homem com a terra tornou-se a principal implicação de ordem social. A transição rural-urbana atinge a reprodução do espaço quando modifica a função do solo no que diz respeito às relações de trabalho. Devido a isso se estabelecem as contradições de (re)produção do espaço rural e urbano, definir áreas rurais devido a existência de indústrias e concentração populacional define a realidade de um espaço?

No contexto social que vivesse sabe-se que os espaços rurais já são penetrados pela vida urbana, mas está não define sua essência, história, prática social. O urbano é um instrumento do Estado e do Capital para criar o seu discurso e efetivar seus interesses, e os atos normativos são a forma legal para garantir essa realização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2000. In: Lima, Maria Helena Palmer. **A delimitação legal dos espaços urbanos**, IBGE, 2017.

BERNARDELLI, M. L. F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33-52.

BRASIL. Lei complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967. **Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 nov. 1967.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 3, n. 5, nov. 2008.

. **Espaço Urbano**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978. [1970].

.A cidade e a divisão do trabalho. In: _____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMA, M. H. P. A delimitação legal dos espaços urbanos. In: **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação** / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MARQUES, M. I. M. O novo significado da questão agrária. **Anais: V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Belém: Açáí, 2011.

MARX, K. ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. Trad. Luis Glaudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação** / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

PMFS - PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Lei Complementar nº 75/2013, **Fixa os limites interdistritais, amplia o perímetro urbano e delimita 06 (seis) novos bairros do distrito sede do município de Feira de Santana**. Feira de Santana, 20, de junho, de 2013.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 111-130. (Geografia em movimento). In: **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação** / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

SILVA, J. G. da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988. 88p.

TALASKA, A.; SILVEIRA, R. L. L. da; ETGES, V. E. . Cidade e Campo: Para Além dos Critérios e Atributos, as Relações e Contradições entre o Urbano e o Rural. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Vol. XIX, nº 1090, 15 de septiembre de 2014.

A DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DO DIREITO À CIDADE

João Pedro Marcelino Teixeira

Pós-graduando em Relações Sociais e Novos Direitos pela UESB
marcelino.jpe@gmail.com

Gabriela Orrico Andrade Araújo

Pós-graduanda em Relações Sociais e Novos Direitos pela UESB
larixvieira2@gmail.com

Jamille Alves da Silva

Pós-graduanda em Relações Sociais e Novos Direitos pela UESB
jamilleas.adv@gmail.com

Larissa Xavier Vieira

Pós-graduanda em Relações Sociais e Novos Direitos pela UESB
larixvieira2@gmail.com

Raquel de Moraes Leão Ferreira

Graduada em Direito pela UESB
raqueldemoraislf@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a distribuição dos equipamentos de infraestrutura de serviços públicos em Vitória da Conquista. Para tanto, eles foram classificados de acordo com o serviço público oferecido e subdivididos em: equipamentos de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, justiça e segurança pública e, posteriormente, localizados no arranjo urbano municipal. Essa análise foi contextualizada com as condições socioespaciais do território urbano e com os fatores históricos, geográficos e econômicos que influenciaram a conformação urbana de Vitória da Conquista. Com isso, chegou-se à conclusão que a infraestrutura de serviços públicos de Vitória da Conquista é orientada por uma lógica de mercado, caracterizada pela concentração dos equipamentos na zona leste do município, historicamente privilegiada e, sobretudo, nos bairros cuja renda média mensal está associada às camadas mais ricas da população, com exceção dos equipamentos de segurança pública que em sua maioria estão situados no lado oeste da cidade, fato que levanta uma importante discussão acerca da lógica territorial das políticas de segurança e a criminalização de territórios de pobreza.

Palavras-chave: Infraestrutura de Serviços Públicos, Mapeamento, Desigualdade Social, Direito à Cidade.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil convive com diversos problemas atrelados ao processo de urbanização, que acompanha a tendência demográfica universal e irreversível de concentração da população nas cidades. Paralelo a isso, observa-se um movimento de desmetropolização no país, explicado pelo crescimento das cidades médias e o aumento da sua participação no total da população urbana (OLIVEIRA; SOARES, 2014).

Nessa conjuntura, a questão central que se evidencia, sob ótica do direito à cidade, e que constitui problema norteador da pesquisa é: como estão distribuídos os equipamentos de infraestrutura de serviços públicos em Vitória da Conquista?

Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória quanto ao seu objetivo, caracterizada pelo método indutivo de estudo e pela abordagem quantitativa e qualitativa dos equipamentos que prestam serviços públicos e a posição deles no território urbano do município.

A definição de serviço público foi extraída da obra do professor José dos Santos Carvalho Filho, segundo o qual serviço público é “toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas” (CARVALHO FILHO, 2009, p. 309).

Com efeito, o estudo pode servir para subsidiar a gestão de recursos públicos, assim como o planejamento, a implementação e a avaliação de políticas públicas contextualizadas com a realidade local.

Para facilitar a compreensão do trabalho, a discussão será desagregada analiticamente em três tópicos. O primeiro apresentará uma breve revisão literária sobre o espaço urbano e o direito à cidade.

O segundo tópico concentrará as investigações em torno das características socioespaciais de Vitória da Conquista e os fatores históricos, econômicos e geográficos que influenciaram a formação urbana do Município.

E o último analisará onde os principais equipamentos públicos estão instalados. Com o intuito de instrumentalizar a abordagem, eles foram classificados de acordo com o serviço público oferecido e subdivididos em: equipamentos de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, justiça e segurança pública.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE E O DIREITO À CIDADE

O Censo Demográfico de 2010 revelou que a população urbana do Brasil representava 84,36% da população total (IBGE, 2010), isto equivale a mais de 190 milhões de brasileiros vivendo nas cidades num cenário de marcante desigualdade social e concentração de renda, em que os 10% mais ricos concentram 55% do total da renda do país (PNDU, 2019), no qual está inserido o processo de segregação socioespacial.

O estudo da história das cidades permite concluir que a segregação espacial fica mais evidente à medida que avança a mercantilização da sociedade e se organiza o Estado Moderno. Portanto, a lógica capitalista se torna um fator essencial na condução de uma política de ocupação da cidade (ROLNIK, 2012).

O espaço urbano submetido à lógica do valor de troca se sobrepõe ao uso social e se apresenta como uma mercadoria, cujo preço é estabelecido em função de atributos físicos e locacionais e cujo acesso é privilégio de poucos. Consequentemente, a vida urbana se torna um mero item de consumo, uma vez que as condições essenciais para sobrevivência são negadas à população desfavorecida economicamente (CARVALHO; RODRIGUES, 2016).

Nesse contexto, Rolnik (2012) destaca que a definição do investimento público em infraestrutura e equipamentos urbanos também é decisiva na lógica do mercado imobiliário, na medida

em que esses investimentos produzem localizações mais ou menos valorizadas. Ou seja, a intervenção do Estado na cidade é contraditória, pois sua atuação em concreto pode favorecer um segmento ou outro da sociedade urbana.

Destarte, a disputa pelo espaço urbano está intrinsecamente ligada às contradições do modelo de produção capitalista e não se vincula somente à inaptidão do Estado na execução de políticas públicas, pelo contrário, a exclusão de indivíduos dos processos e políticas urbanas tem o propósito claro (e higienista) de retirar das camadas mais pobres o acesso a espaços utilizados por classes mais abastadas:

Em regra, o espaço urbano foi produzido sob medida para os interesses de todos aqueles grupos hegemônicos que procuraram extrair lucros de uma cidade caótica. Não se trata, portanto, de incompetência, mas de uma alta capacidade de mobilização de recursos e de poder direcionados para a estruturação de uma crise urbana muito interessante para uns poucos. (CARVALHO; RIBEIRO; RODRIGUES, 2016, p. 32)

E apesar do inegável avanço ocorrido com a criação de legislações voltadas para o setor urbanista, Carvalho et. al. (2016) asseveram que boa parte da população ainda não se beneficia da política urbana criada por esses instrumentos legislativos e o direito à cidade permanece sendo uma questão não solucionada.

Oportuno ressaltar, que o direito à cidade não se limita ao direito à moradia, ele deve ser compreendido também como o direito que o cidadão tem à vida urbana, isso porque:

Os direitos que permitem que se viva a cidade estão ligados, sobretudo, ao acesso a bens públicos de uso coletivo, como praças, parques, centros culturais e espaços de eventos, permeados por uma efetiva segurança pública que incentive que as pessoas percorram os mais diferentes cantos de sua urbe (CARVALHO; RODRIGUES, 2016, p. 50),

Esse debate conduz a investigação da concentração de serviços públicos, por meio da análise da distribuição dos principais equipamentos comunitários no território urbano de Vitória da Conquista. Porém, antes de adentrar essa discussão, é necessário traçar uma breve contextualização histórico-geográfica do Município estudado.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Vitória da Conquista é um município brasileiro do Estado da Bahia que está situado a cerca de 510 km de distância da capital, Salvador. Sua origem remete à colonização do território brasileiro, entre o século XVIII e o início do século XIX, quando as políticas de interiorização do governo português e a busca por minérios preciosos impulsionaram expedições de bandeirantes a adentrarem a faixa de terras entre o Rio Pardo e o Rio das Contas, onde hoje situa-se o Município de Vitória da Conquista (SOUSA, 2001).

Ao longo da história, Vitória da Conquista perdeu área em consequência da emancipação de vários povoados e distritos que se tornaram municípios. Atualmente, possui dimensão territorial de 3.704,018 km², dividida em doze distritos, sendo o distrito-sede e outros onze que formam uma extensa zona rural.

Porém, o Censo de 2010 revelou que do total de 306.886 habitantes, aproximadamente 89,53% residiam na zona urbana, confirmando uma tendência verificada desde a década de 1950 em

Vitória da Conquista (IBGE, 2010). Esses dados, demonstram uma intensa urbanização do Município que ultrapassa a média nacional (84,36%) e a média estadual (72,07%) de pessoas residentes em áreas urbanas (IBGE, 2010).

Em Vitória da Conquista há vinte e quatro bairros que compõem o arranjo espacial urbano. Em 2010, residiam 260.260 habitantes, distribuídos conforme a tabela a seguir:

Tabela 1: População da Cidade de Vitória da Conquista por Bairro (2010)

Bairro	População	Bairro	População
Patagônia	29.298	Jatobá	7.833
Zabelê	27.132	Recreio	7.545
Brasil	22.896	Felícia	6.842
Alto Maron	21.504	Jurema	5.840
Ibirapuera	18.346	Lagoa das Flores	5.714
Candeias	16.933	Campinhos	4.889
Espírito Santo	13.444	Nossa Senhora Aparecida	4.409
Bateias	12.831	São Pedro	3.590
Boa Vista	12.700	Primavera	3.108
Centro	12.447	Distrito Industrial	2.575
Cruzeiro	9.490	Universidade	893
Guarani	9.624	Aírton Senna	377

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2010).

A economia de Vitória da Conquista também ocupa posição regional de destaque. Segundo a SEI (2015), ela situa-se entre as cinco maiores economias dos municípios baianos, considerando o Produto Interno Bruto – PIB, com destaque aos setores de saúde, educação e, sobretudo, comércio, que atraem milhares de usuários e consumidores dos municípios vizinhos.

Contudo, ao traçar o perfil socioeconômico de Vitória da Conquista, Rocha & Ferraz (2015, p. 120) concluíram que a cidade não se distancia do padrão existente em outras cidades do país:

Verifica-se, em sua parte mais central e sudeste [...] os indicadores socioeconômicos sugerem um padrão de vida associada às camadas média e alta da população. Os demais bairros, na medida em que se distanciam dessa grande área, vão progressivamente apresentando queda no padrão socioeconômico da população residente, atingindo os piores índices nos bairros limítrofes do perímetro urbano [...].

Isso, de acordo com Santos (2013), reflete o processo de urbanização precoce e excludente experimentado por Vitória da Conquista desde a década de 1940, quando a população urbana passou de 8.644 (1940) para 19.463 (1950). Crescimento este que elevou o grau de urbanização do Município para 41,6% enquanto, no mesmo período, apenas 25,87% das pessoas do Estado da Bahia residiam em áreas urbanas.

Entretanto, foi a partir de 1950 que a população urbana de Vitória da Conquista sofreu incrementos mais substantivos. Nesta época, o número de habitantes da área urbana saltou de 19.463 (1950) para 48.712 (1960), um aumento de 150%, que fez o município atingir um grau de urbanização de 60,7% muito superior ao percentual de 34,78% verificado no Estado da Bahia no mesmo período (SANTOS, 2013).

Inserido nesse contexto está a construção da BR-116 que determinou um novo arranjo espacial do crescimento de Vitória da Conquista com o redirecionamento do eixo de expansão urbana, que antes era norte-sul e passou a ser leste-oeste com a implementação da rodovia (SANTOS, 2013).

Outras importantes rodovias que passam pelo Município foram construídas a partir de 1940, como a BA-262, que liga Vitória da Conquista a Brumado e a BA-415, que liga Bom Jesus da Lapa a Ilhéus. Elas foram tão importantes na produção do espaço urbano do município que os trechos inseridos no perímetro urbano se transformaram em grandes avenidas: Avenida Integração (BR-116), Avenida Juracy Magalhães (BA-262) e Avenida Brumado (BA-415):

Devido a isso é que surge uma característica muito peculiar à urbanização de Vitória da Conquista, o fato da cidade expandir-se nos arredores das rodovias que fazem entroncamento no seu território. Nas suas proximidades foram surgindo loteamentos e bairro, como o Brasil e Patagônia (SANTOS, 2013, p. 102).

Como o centro da cidade era o local de residência da elite econômica local, os bairros periféricos começaram a surgir às margens da BR-116, onde as áreas eram mais baratas. Isto porque, a rodovia federal representava uma barreira, em virtude do tráfego inter-regional de veículos, que prejudicava a acessibilidade ao centro e, conseqüentemente, desvalorizava as áreas do lado oeste, onde surgiram os locais de moradia das camadas de baixa renda, fato característico em todo país. Assim, até a década de 1980 era possível dividir a cidade de Vitória da Conquista em apenas duas partes: o lado leste e o lado oeste. (SANTOS, 2013).

Embora outros elementos tenham sido incorporados à dinâmica de produção do espaço urbano, Santos (2013) pontua que aquela configuração inicial teve duradoura influência na produção do espaço urbano, tanto sobre a distribuição territorial das classes sociais, quanto sobre o acesso ao direito à cidade pela população, temas que serão objeto de análise do próximo capítulo.

MAPEAMENTO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Para instrumentalizar a abordagem sobre a distribuição dos equipamentos públicos comunitários na cidade de Vitória da Conquista, eles foram classificados de acordo com o serviço público oferecido e subdivididos em equipamentos de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, justiça e segurança pública.

O mapa a seguir (figura 1) apresenta de forma geral a localização desses equipamentos no espaço urbano de Vitória da Conquista, já os subtítulos que sucedem analisam detalhadamente a posição deles em relação as zonas leste e oeste da cidade e o perfil socioeconômico dos bairros onde estão situados para compreender o caráter democrático ou não dessa distribuição.

Instituições de Ensino Superior

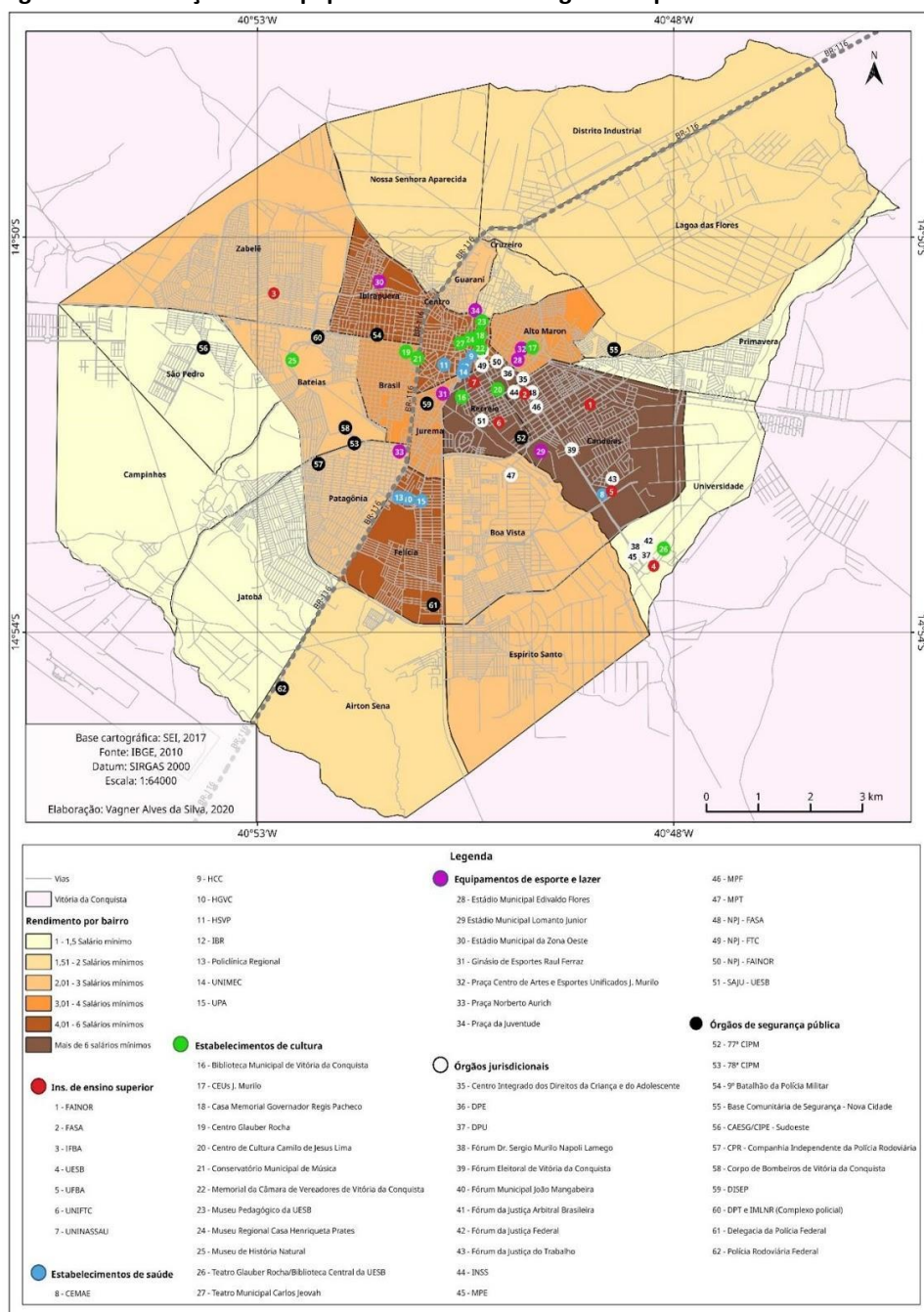
À luz da Constituição Federal de 1988, o direito à educação está elencado no rol dos direitos sociais. Enquanto direito fundamental, a educação se manifesta como dever do estado e um direito de todos, pressuposto para o exercício da cidadania e dignidade da pessoa humana.

Em homenagem a instrumentalidade da pesquisa, optou-se por mapear apenas a instituições de ensino superior, públicas ou privadas, que ministram aulas na modalidade presencial em Vitória da Conquista.

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), instituída em 1980, foi, por muitos anos, a única instituição de ensino superior de Vitória da Conquista. Atualmente, ela está situada no Bairro Universidade, zona leste da cidade, e conta com 21 cursos de graduação.

Apenas no ano de 2000 adveio nova instituição de ensino superior, o Centro Universitário FTC (UNIFTC), que também está localizada na zona leste, mas dessa vez no Bairros Candeias, contando com 17 cursos de graduação. Daí em diante, outras instituições instalaram-se no Município: a Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), o Instituto Educacional Santo Agostinho (FASA), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), todas localizadas na zona leste, em bairros cuja renda média mensal está associada às camadas mais ricas da população.

Figura 1. Distribuição dos equipamentos urbanos segundo o perfil de renda dos Bairros



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2010).

Por outro lado, a única instituição de ensino superior localizada na zona oeste da cidade de Vitória da Conquista é o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), com sede no bairro Zabelê, contando com apenas 5 cursos de graduação.

Analisando-se o mapa de distribuição dos equipamentos urbanos (figura 1) em conjunto com a tabela sobre a população residente por bairro (tabela 1), verifica-se a necessidade de um grande deslocamento de indivíduos da zona oeste, onde estão situados os bairros mais populosos (Zabelê, Brasil e Patagônia), para a zona leste, onde localizam-se a maior quantidade de estabelecimentos de educação superior. Esses deslocamentos dificultam a acessibilidade da população que não mora no Lado Leste, em virtude da distância, do tempo e do custo deles.

A expansão para o Candeias é uma estratégia mobilizada pelas burguesias para preservar e aumentar o valor imobiliário do lado Leste, que acompanha uma tendência experimentada nas cidades brasileiras, onde os centros principais sempre expandirem na mesma direção dos bairros das classes de alta renda (SANTOS, 2013).

Estabelecimento de Saúde

O direito fundamental à saúde, consagrado pela Constituição de 1988, se insere no tripartido sistema de seguridade social do Brasil. Em que pese as dificuldades na implementação desse direito, o Estado brasileiro se destaca por instituir um sistema público e universal de saúde por intermédio da Lei 8.080/1990, prestado diretamente ou descentralizado por outorga ou delegação.

Na cidade de Vitória da Conquista, entretanto, esse acesso é dificultado pela disposição desproporcional dos hospitais e clínicas de saúde. A Zona Leste do município de Vitória da Conquista possui uma oferta significativamente maior de serviços de saúde em relação à Zona Oeste da cidade.

Na parte leste, dentre hospitais públicos e filantrópicos, estão localizados o Hospital Geral de Vitória da Conquista (HGVC), a Unidade de Pronto Atendimento e o Hospital (UPA) e o Hospital São Vicente de Paulo (HSVC).

Ademais, na porção leste da cidade há uma maior gama de hospitais particulares, muitos deles conveniados com o Poder Público, os quais mencionamos o Hospital de Clínicas de Conquista (HCC), o SAMUR (Serviço de Assistência Médica e Urgência) e o IBR (Instituto Brandão de Reabilitação).

Em contrapartida, na Zona Oeste do município, apenas um hospital público está em atividade. Trata-se do Hospital Esaú Matos, localizado no Bairro Patagônia. O estabelecimento presta serviços nas áreas de obstetrícia e pediatria, além de comportar o banco de leite humano da cidade.

Também na zona Oeste estava localizado o Hospital Afrânio Peixoto que, até o ano de 2017, atendia demandas psiquiátricas, assistindo cerca de 200 municípios. De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado, a unidade foi desativada em virtude da Política de Saúde Mental estabelecida pela Lei 10.216/2001.

Segundo Mello e Braga (2015), a concentração dos equipamentos de saúde nas áreas centrais e nas áreas residenciais de maior renda aumentam a vulnerabilidade da população periférica, já que dificulta o acesso a tais estruturas de oportunidade.

Equipamentos de Cultura

A Constituição Federal dá especial relevo à temática da cultura, assumindo o compromisso de salvaguardar a diversidade cultural e promover a integração entre os diversos grupos que formam a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, reservou seção específica relacionada ao assunto, determinando que cabe ao Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional.

Todavia, em descompasso com a ordem jurídica vigente, cada vez mais se estabelecem novos entraves ao acesso democrático à cultura. Em Vitória da Conquista, a distribuição dos espaços culturais também reflete a segregação socioespacial típica dos espaços urbanos brasileiros. No presente trabalho, foram elencados os doze principais espaços de cultura da cidade.

Dentre os espaços selecionados, apenas três se localizam na porção oeste da cidade, a saber, o Centro Glauber Rocha, o Conservatório Municipal de Música e o Museu de História Natural. Em contrapartida, os nove espaços restantes se dividem entre os bairros Candeias, Recreio e Centro, reiterando-se o padrão analisado que demonstra a maior oferta de serviços na parte leste da cidade.

Para além da má distribuição desses espaços, ressalte-se a pouca oferta de eventos culturais, tornando boa parte desses locais ociosos. A exemplo disso, o Cine Madrigal, inativo desde o ano de 2007, apesar do município tê-lo adquirido por desapropriação no ano de 2013, até o presente momento o local permanece fechado, não havendo expectativa de reabertura. Imprescindível destacar também a redução da produção e divulgação dos eventos culturais tradicionalmente promovidos pela Prefeitura Municipal, tais como o Natal da cidade e as festas juninas.

Equipamentos de Esporte e lazer

Em linhas gerais, é dever do Estado o fomento às práticas desportivas, sejam elas formais ou não formais, visto que o esporte é apresentando enquanto instrumento para a integração social, assim como o lazer.

Na cidade de Vitória da Conquista, a distribuição dos espaços voltados para a prática de esportes e lazer reafirma a segregação socioespacial encontrada em outros setores anteriormente analisados. No município em questão, a maior parte dos locais, geridos pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, e voltados para à prática de esportes, está direcionada na zona leste, enquanto que na zona oeste tem-se apenas o Estádio Municipal da Zona Oeste, que, como outrora mencionado, é a área de maior concentração populosa. Este privilégio aos locais de pessoas com maior poder aquisitivo fora bem pontuado por Dias (2019, p. 41) em estudo de recorte local:

No que corresponde ao esporte, é possível identificar sua presença quando a incidência de locais destinados à prática de atividade física está predominantemente instalada em localidades específicas, principalmente onde residem pessoas de maior poderio financeiro, enquanto o restante na população tem dificuldade de acesso e usufruto destes bens.

Órgãos Jurisdicionais

O princípio constitucional do acesso à justiça é um direito fundamental previsto no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição de 1988, cuja finalidade é assegurar a todos a possibilidade de acesso à justiça, tendo em vista que ela é o último recurso de que dispõe o cidadão para a proteção às liberdades e os direitos fundamentais.

Ressalta-se que esse direito não se caracteriza apenas pela possibilidade de demandar em juízo, mas também pelo efetivo acesso da população aos órgãos que compõe a estrutura do poder judiciário.

Acontece que, em Vitória da Conquista, todos esses órgãos jurisdicionais estão localizados na zona leste da cidade. Além disso, quase a totalidade deles está instalada em bairros cuja renda média mensal dos moradores é superior a seis salários-mínimos. Inclusive o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que apesar de não compor a estrutura do judiciário propriamente dita, desempenha importante papel para promoção da seguridade e da assistência social.

A concentração destes equipamentos públicos de justiça em uma região de riqueza da cidade, especialmente no caso das defensorias públicas do estado e da união e dos núcleos de práticas jurídicas das instituições de ensino superior, revelam que o local de estabelecimento desses órgãos não foi pensado para atender as necessidades dos cidadãos em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Por conseguinte, essas pessoas são forçadas a grandes deslocamentos em busca de atendimento nestes órgãos.

A partir da análise de dados do transporte coletivo do transporte coletivo urbano em Vitória da Conquista, de 1998 a 2010, Santos (2013) constatou que apesar da diminuição de pessoas utilizando o transporte público, a distância das viagens e, conseqüentemente, o tempo de duração aumentaram consideravelmente e o mais importante é que o número de passageiros com destino ao bairro Candeias aumentou, ao contrário do que aconteceu com o restante da cidade.

Assim, o que verdadeiramente aconteceu foi o deslocamento de atividades e serviços para o bairro Candeias e o que mais impressiona nisso é que o serviço público, isto é, o Estado em todos as instancias, também está se deslocando espacialmente, seguindo o mercado. O caso mais emblemático é o do Poder Judiciário que, durante a década de 2000, vários órgãos ligados ao Judiciário mudaram do Centro da cidade para o Candeias (SANTOS, 2013).

A grande parcela da população não é só penalizada pelas demoradas viagens, mas também pela onerosa despesa com as tarifas pagas às empresas concessionárias do transporte público, isto porque, entre 1998 e 2010, o valor da passagem aumentou em 280%, enquanto no mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, no mesmo período, sofreu uma variação de 125,1% (SANTOS, 2013).

Órgãos de Segurança Pública

De acordo com o art. 144 da Constituição Federal de 1988, a segurança pública é um dever do Estado, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade de pessoas e do patrimônio, atribuída às polícias e aos corpos de bombeiros militares.

Infere-se do mapa de distribuição dos equipamentos urbanos (figura 1), que a maior parte desses órgãos de segurança pública estão situados na zona oeste de Vitória da Conquista. Isso chama bastante atenção, sobretudo, se levarmos em consideração que em todas as outras categorias analisadas os equipamentos predominavam no lado leste.

A concentração dos órgãos policiais na região oeste da cidade orienta uma importante reflexão sobre a lógica territorial das políticas de segurança pública, isto porque, “pensar segurança articulada com a noção de território, possibilita a visualização com mais proximidade o conceito de criminalização de determinados espaços” (SANTOS; MAYORGA, 2015, p. 476):.

Assim como as autoras, compreende-se que a segurança pública é uma estratégia política e de controle, logo, não é possível simplificá-la ou reduzi-la aos problemas do indivíduo, pois é um

assunto de vida coletiva e, conseqüentemente, da vida urbana, que remete à formação das cidades e à lógica da segregação socioespacial.

Isso porque, a relação entre polícia e cidade é tão íntima, que a primeira é considerada um pressuposto de existência da urbanidade. Assim, “*policar* tem forte relação com *urbanizar*, higienizar as cidades e quem circula nelas, o que tem a ver com projetos de governos das cidades e de quem tem direito a elas” (SANTOS; MAYORGA, 2015, p. 478).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infraestrutura de serviços públicos no Município de Vitória da Conquista é orientada por uma lógica de mercado, caracterizada pela concentração de equipamentos públicos na zona leste do município, historicamente privilegiada e, sobretudo, nos bairros cuja renda média mensal está associada às camadas mais ricas da população.

Essa organização desigual do espaço urbano gera impactos negativos para grande parte da população, especialmente à população mais vulnerável, em virtude da distância, do tempo e do custo, haja vista que os bairros mais populosos do Município estão situados na zona oeste.

Todavia, a distribuição dos equipamentos de segurança pública destoa desse padrão, já que a maior parte dos órgãos policiais estão situados no lado oeste da cidade, o que levanta uma importante discussão acerca da lógica territorial das políticas de segurança e a criminalização de territórios de pobreza.

Em síntese, o acesso à cidade e, conseqüentemente, o exercício da cidadania em suas principais formas é um privilégio para poucos em Vitória da Conquista, na medida em que os investimentos públicos em equipamentos comunitários não são pensados para atender as necessidades dos cidadãos em condição de vulnerabilidade socioeconômica, sequer para a maioria da população do Município, na verdade, esses recursos são direcionados à localizações valorizadas pelo mercado imobiliário, em que se favorece a população mais rica em detrimento do restante da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, C.; RODRIGUES, R. **O Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: Editora *Lumen Juris*, 2016.

CARVALHO, C.; RIBEIRO, G.; RODRIGUES, R. **Em Busca da Cidade: a luta pela moradia adequada como força motriz da reforma urbana**. Rio de Janeiro: Editora *Lumen Juris*, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 11. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2009, 309.

DIAS, Rute Silva. **Direito ao Desporto: Um estudo sobre sua efetivação no município de Vitória da Conquista**. 2019. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 30 de ago. de 2020.

FERRAZ, A. E. Q. **O urbano em construção Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

MELLO, C. C. D.; Braga, R. Vulnerabilidade Social e Localização de Equipamentos Comunitários Urbanos: Uma Avaliação da Distribuição dos Equipamentos de Saúde na Cidade de Rio Claro – SP - Brasil. 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideu. **Anais do 12º EGAL**. Montevideu: Universidade de la Republica, 2009

OLIVEIRA, H. C. M; SOARES, B. R. CIDADE MÉDIA: Apontamentos Metodológicos E Tipologia. **Revista Caminhos da Geografia**. v. 15, n. 52, 2014, p. 119–133.

PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf> Acesso em 10 de set. 2020.

ROCHA, A.; FERRAZ, A. E. Q. **Atlas geográfico de Vitória da Conquista – BA**. Vitória Da Conquista: Ed. Dos Autores, 2015.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SANTOS, L. C.; MAYORGA, C. A. Pobreza E Favela: A Política Pública De Segurança Em Belo Horizonte, Brasil. **Revista de Direito da Cidade**. vol. 7, n. 02, p. 468-483.

SANTOS, R. S. dos. **A construção de Cidades no Brasil: Capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 - 2010)**. Barcelona, 2013. 385fl. Tese (Doutorado), Departament de Geografia Física I Anàlisi Geogràfica Regional - Universitat de Barcelona Facultat de Geografia I Historia. Barcelona, 2013.

SOUSA, M. A. S. **A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse do interior da Bahia**. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Boletim técnico: Produto Interno Bruto dos municípios Bahia: 2014 - 2015**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/boletim_PIB_municipal_2015.pdf> Acesso em: 30/08/2020.

A QUESTÃO DAS PERIFERIAS URBANAS EM FEIRA DE SANTANA - BAHIA: UMA LEITURA TERRITORIAL

Mariana Oliveira de Jesús

Mestranda em Estudos Territoriais, Universidade do Estado da Bahia
mariana.oliveira.js@gmail.com

Janio Roque Barros de Castro

Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado da Bahia
janioroqueduc@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a dinâmica territorial do processo de periferização na cidade de Feira de Santana, a partir da ação do Estado e dos produtores imobiliários. Na cidade em tela, nota-se que os espaços periféricos são transformados pela ação de agentes dominantes que têm se apropriado dessas áreas com diferentes interesses. Nesse contexto, parte da população local reinventa diferentes estratégias de ocupação. Do ponto de vista metodológico, fez-se análise documental, referencial teórico e atividades de campo com observações e anotações, buscando um diálogo entre teoria e empiria. Isso posto, percebe-se que a formação das periferias em Feira de Santana não é recente, e elas têm sido cada vez mais apropriadas por imobiliárias para construção de condomínios de classe média e alta, principalmente a partir de programas habitacionais.

Palavras-chave: espaço urbano, periferias urbanas, dinâmica territorial.

INTRODUÇÃO

O texto tem por objetivo discutir a dinâmica territorial do processo de periferização na cidade de Feira de Santana, a partir da ação do Estado e dos produtores imobiliários.

O conceito de território foi muito discutido notadamente a partir de relações de poder do Estado e ao substrato físico material, porém, a partir das diversas formas de apropriação, dominação e relações de poder tidas no espaço, pode-se definir que o território não é só espaço físico e poder do Estado, é também as relações de poder que se constituem a partir da dimensão simbólica, imaterial e temporária. Ou seja, o território pode ser apropriado e dominado por diversos agentes dominantes e em múltiplas temporalidades, conforme aborda Haesbaert (2007).

Entendendo o território a partir das relações de poder, entende-se que as periferias urbanas são espaços apropriados e dominados não só por agentes públicos, mas também pela ação do capital imobiliário que exerce poder marginalizando alguns segmentos da população e provocando vulnerabilidade social, econômica e cultural.

Nesse sentido, a constituição do território e sua discussão são primordiais para entendermos como os agentes dominantes e os grupos marginalizados vivenciam os territórios e têm acesso diferenciado a eles. Realidade que acontece nos territórios periféricos, muitas vezes dominados e apropriados por poderes paralelos ao do Estado, como os dos agentes imobiliários.

Nos dias atuais os agentes imobiliários têm se apropriado dos territórios periféricos para construção de condomínios fechados, indústrias e estabelecimentos comerciais visando tanto a valorização econômica quanto a mão de obra barata existente nas proximidades. Além disso, a busca por espaços vazios e com atrativos locais (como áreas de preservação ambiental),

próximos a vias e rodovias, tem aumentado cada vez mais. Por isso, temos territórios periféricos com diversos contextos sociais e econômicos, não só atrelados à questão da pobreza.

Assim, devido à expansão urbana dos agentes imobiliários apoiados pelo poder público, a classe média alta também tem se apropriado das periferias de forma privilegiada, com toda estrutura básica como saneamento, vias asfaltadas e coleta regular de lixo. Direito que deveria ser coletivo, mas acaba sendo mais um elemento para valorização econômica do espaço. Dessa forma, o Estado atuou indireta e diretamente na formação das periferias, situação que não foi diferente em Feira de Santana - Bahia.

O referido município está situado no território de identidade Portal do Sertão, segundo a regionalização adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN, 2007). É a segunda maior cidade do Estado, estando a 110 km de Salvador. Tem uma localização privilegiada, pois a sede municipal é cortada pelas BRs 116 e 324, importantes rodovias que interligam grandes macrorregiões do território brasileiro.

Por conta da localização privilegiada, também passa a ser um dos municípios com maiores investimentos comerciais, industriais e imobiliários. Nesse sentido, nota-se que a formação de periferias em Feira de Santana não é um processo recente, e suas configurações territoriais têm sido transformadas ao longo do tempo e das ações, principalmente dos agentes imobiliários e do poder estatal da classe média e alta (que-têm dominado os territórios periféricos buscando sua valorização econômica).

Do ponto de vista metodológico, fez-se uma análise documental, um referencial teórico e algumas atividades de campo com observações e anotações, buscando um diálogo entre teoria e empiria. Do ponto de vista teórico, dialogou-se com autores como Carlos (2007), Corrêa (1995), Haesbaert (2000, 2002, 2007), Lefebvre (1991), Maricato (2015) e Souza (2000, 2009). Isso posto, as periferias têm sido cada vez mais apropriadas por imobiliárias para construção de condomínios para classe média e alta, principalmente a partir de programas habitacionais, enquanto há também a supervalorização de alguns espaços e empobrecimento de outros.

(MULTI) TERRITÓRIOS

O território é definido como espaço de relações de poder, apropriado por grupos sociais a partir das suas intencionalidades. As ações exercidas por diferentes atores sociais possibilitam a dominação e controle de determinada parte do território. O poder, segundo Souza (2000), é o que define o território, e as dimensões sociais, políticas, econômicas e físicas estão inseridas nessa análise.

Dessa forma, entende-se que a dominação e/ou apropriação de espaços rurais por agentes imobiliários e fundiários transformam o território segundo os seus interesses, estruturando os espaços da cidade em áreas que estão voltadas para população de classe alta, e outros mais precários ficam a mercê da população pobre, o que ocorre nas periferias. Assim, esses agentes estruturam e reestruturam os territórios a partir de seu poder econômico e influenciam a determinação das funcionalidades do espaço com o apoio do Estado.

Nesse sentido, o território é produto das ações dos agentes presentes no espaço através das relações sociais de moradia, simbologia, poder, comunicação, da circulação e das funcionalidades que atuam sobre o referencial espacial. Por isso, o território não é só substrato material, apesar de ser o que dá referência e base, mas é simbólico, imaterial, cíclico, pode se expandir ou reduzir, além de existir de forma permanente ou temporária. Em decorrência disso, a materialidade por si só não explicaria o conceito.

Definir território apenas como substrato material seria uma forma de não considerar as relações de poder e os limites e fronteiras que podem ser modificados (já que não é algo estático). Souza (2009) define o território como “campo de forças” e “poder” que são seus substratos imateriais inseridos em uma dimensão social do espaço. Dessa maneira, “o poder é uma relação social (...), e o território é a expressão social disso” (SOUZA, 2009, p. 66).

Para compreender a noção de território, Souza (2000) cita alguns exemplos de como apresentar a configuração de alguns territórios de grandes cidades, cujas ruas durante o dia são dominadas por funcionamento de escritórios, comércio e habitações, e à noite por outros grupos, como garotas de programa, clientes e camelôs (que ocupam as calçadas do centro durante o dia, em frente às lojas), formando uma disputa entre os setores formais e informais do comércio. Segundo o autor, o território pode ser formado e desconstruído em diversas escalas e sob o domínio de diversos agentes, além do Estado.

Além disso, na atualidade pode-se observar a ocupação das periferias tanto pela população mais pobre quanto por agentes imobiliários (que constroem casas de alto padrão e, com o apoio do poder local, instalam toda infraestrutura necessária). A atuação dos agentes econômicos ocorre quando estes territórios estão em áreas privilegiadas (próximos a lagoas, avenidas, rodovias, áreas de alta especulação e centros urbanos). Deste modo, passam a ser apropriados e dominados para instalação de áreas residenciais, industriais, de cultura e lazer. Então podem surgir conflitos de classe e reivindicações por infraestrutura básica que questionem a atuação dos poderes locais. Dessa forma, percebe-se que os conflitos entre grupos são gerados devido à presença das relações de poder que se manifestam espacialmente.

De forma geral, pode-se também classificar o território em funcional e simbólico. O primeiro é dominado pelo capitalismo e utilizado como valor de uso e de troca, como o território das empresas e do turismo, que leva a produção de capital e as desigualdades entre os territórios. O território das cidades, por exemplo, é funcional, espaço de produção capitalista que com a construção de espaços de consumo, de bens, de venda e troca, entra na lógica do valor de uso e de troca, como é discutido por Lefebvre (1991).

O território simbólico é formado por processos de apropriação com a dimensão simbólica e múltiplas territorialidades que podem se estabelecer, como: territórios indígenas, quilombolas e dos curdos. Esses tipos não pressupõem que se apresentem de forma separada e em diferentes espaços, afinal, um território funcional sempre terá simbologia (HAESBAERT, 2007).

Assim, o território é simultaneamente funcional e simbólico, por isso é definido como múltiplo, pois há a existência de diferentes relações de poder, simbologias e funcionalidades em um mesmo espaço. Os multiterritórios se configuram não só no aspecto de quantidade, mas também em qualidade, porque cada território tem várias formas de intervenções, vivências, articulações e identidades simultâneas, que adquirem características simbólicas; imaterial que se manifestam de forma diferente em cada território.

Quando analisamos a cidade e o campo, observamos que neles atuam diferentes agentes com suas formas de intervenções e poder, e percebemos que a atuação de agentes imobiliários, fundiários e do próprio estado, molda esses espaços de acordo com os seus interesses, por isso a existência de funcionalidades diferentes em cada porção do espaço. Nesses territórios, também utilizam identidades e manifestações culturais para aumentar sua lucratividade sobre o valor da terra e dos produtos. Por isso, atualmente tem-se a transformação dos espaços rurais devido a intervenção destes agentes dominantes.

Para Haesbaert (2002), o que estamos vivenciando hoje não é o fim dos territórios, mas o fenômeno dos territórios múltiplos. Para compreender os atuais, o autor os discute em três concepções: territórios rede, territórios zonas e os aglomerados de exclusão.

Os territórios atuais estão organizados em redes, e esses territórios descontínuos, como afirma Haesbaert (2002), são resultado do avanço técnico e informacional, pois passa a ter movimentos contínuos e interagir virtualmente de forma a sobrepor um território sobre o outro, o que acontece por relações de poder, mas que possuem diferentes características simbólicas, culturais políticas e econômicas, que estão na pós-modernidade conectadas a outros em tempo real e de forma flexível.

Assim, a flexibilidade dos territórios pós-modernos permite que outros grupos se apropriem simultaneamente dos espaços, como as milícias privadas e os grupos privilegiados que aproveitam melhor essa multiplicidade dos territórios em sua forma de conexão articulada com outros. É o que acontece nas periferias urbanas, com sua invisibilidade diante do Estado muitas vezes são dominadas pelo poder destes grupos que estabelecem configurações e estruturas territoriais diferentes da minoria da população.

Os indivíduos vivenciam experiências múltiplas dentro de um território, não mais no formato de território contínuo, mas integrado e simultâneo. Essa vivência entre múltiplos territórios está disponível apenas para a minoria, assim, “o território continua cada vez mais complexo, apresentando-se para cada grupo cultural e para cada classe social com uma configuração diferente, mas alguns(mas) deles(as) sendo capazes de vivenciar mais plenamente esta complexidade” (HAESBAERT, 2002, p. 45).

Os grupos que estão marginalizados vivenciam o tipo de território definido por Haesbaert (2002) como aglomerados de exclusão humana; aglomerações que não estão ordenadas e onde se encontram grupos mais pobres. Dessa forma, “podemos afirmar que o aglomerado, mais do que um espaço ‘à parte’, excluído e amorfo, deve sua desordem principalmente ao fato que nele se cruzam uma multiplicidade de redes e territórios que não permitem definições ou identidades claras” (HAESBAERT, 2000, p. 186)

A importância dos aglomerados está no crescimento desordenado e na ausência de planejamento, pois nestes espaços as redes e os territórios conseguem estabelecer certo ordenamento para atender as funcionalidades do capitalismo. Nesse sentido, elas conseguem manter esse certo ordenamento, apesar da desordem e conflitos presentes quando se têm redes e territórios com objetivos e ritmos diferentes (HAESBAERT, 2000). Há momentos em que os aglomerados apresentam múltiplas territorialidades, onde surgem confrontos e conflitos por interesses de diferentes grupos que disputam para dominar esse território, até então “excluído”. Como discute Haesbaert (2000), há momentos que existe a reterritorialização desses espaços quando pode-se ver claramente os territórios e sujeitos submetidos a regras e valores de um agente dominante. É nesse momento que o território adquire característica mais clara de aglomerado.

Haesbaert (2000) argumenta que os aglomerados são marcados por insegurança e violência que muitas vezes reduzem a autonomia, a identidade e produz anonimato da população desses locais. Assim, são esses espaços que propiciam reterritorializações de outros agentes, em decorrência da vulnerabilidade social, cultural e econômica que geram a imposição da dominação de agentes exteriores.

Dessa forma, os aglomerados, nesse contexto do território, assumem importância nesse processo capitalista visto que a desterritorialização é processo fundamental para a reterritorializa-

ção dos agentes dominantes. Nesse sentido, essas estruturas geralmente são instaladas e impostas em espaços que não têm identidade, modificando suas paisagem e funcionalidades. Esse processo capitalista de incorporação rápida e lucrativa gera uma população pobre que tem acesso precário às redes e ao território. Assim, o espaço ocupado por esses grupos é definido por Haesbaert como aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 2000).

No espaço urbano a questão territorial se manifesta notadamente sobre áreas periféricas de diversas formas. Pode-se notar essa questão, por exemplo, a partir de conflitos em áreas quilombolas e conflitos de afirmação étnica de comunidades negras, que lutam contra o racismo, ou indígenas que estão em áreas periféricas e que até mesmo vivenciam a dominação e apropriação por poderes paralelos ao do Estado, e que são muitas vezes excluídos do processo de modernização.

FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS EM FEIRA DE SANTANA

A cidade de Feira de Santana teve sua expansão notoriamente a partir da intensificação da dinâmica comercial e industrial do Centro Industrial Subaé (CIS), e da construção de novas formas de moradias; formação de bairros voltados para as camadas populares e para a classe média alta, conforme aponta os estudos de Nacelice Freitas (2014). É nesse contexto que há o aumento dos territórios periféricos ocupados pela população pobre.

A criação de novos condomínios fechados, entre as décadas de 1980 e 1990, marca um dos momentos do crescimento urbano do município, proporcionados por financiamentos dos bancos privados e setores estatais. Entre os programas habitacionais implantados no município pode-se citar o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A (URBIS) e o Plano Municipal de habitação (PLANOLAR).

INOCOOP E URBIS eram programas habitacionais voltados às pessoas que tinham renda fixa, sendo dividido em habitações para quem ganhava até 7 mil, e até 15 mil, respectivamente. Mesmo financiadas por bancos, ficavam localizadas em áreas distantes da cidade e livres de edificações com infraestrutura precária, sem iluminação pública, serviços de saúde, escola, saneamento básico, coleta de lixo e ruas sem pavimentação. Para os que possuíam renda entre 7 mil e 15 mil reais, a estrutura do bairro e das casas era melhor (Silva, 2015). Nesse sentido, percebe-se que a classe média até então ocupava áreas periféricas e longe do centro, sendo “empurradas” para locais precários por iniciativas privadas e pelo setor público.

O PLANOLAR foi uma iniciativa da gestão pública municipal, a partir de mobilizações populares, que tinham como objetivo atender as famílias sem renda fixa, por isso o programa doava terras e materiais de construção para a população construir suas próprias casas nos espaços cedidos pela prefeitura. Assim foram se formando bairros como Baraúnas, Aviário, George Américo e Novo Horizonte (SILVA, 2015). Vale ressaltar que esses espaços foram ofertados em locais que até então não eram interessantes para o estado ou iniciativas privadas, e a população ainda hoje sofre as consequências da ausência de ações do poder do Estado, estando sujeita cotidianamente a alagamentos, infiltrações e umidade nas habitações.

Com os financiamentos habitacionais o governo age pensando em benefícios voltados à iniciativa privada, oferecendo recursos e estruturas para classe média, e não a população geral. Assim, os moradores das periferias não recebem a oferta de serviços básicos que deveriam ser oferecidos pelo poder público, tornando-os também mais vulneráveis a ação de agentes dominantes externos, como os agentes imobiliários. Nesse sentido, atualmente esses agentes se apropriam das periferias para construção de condomínios fechados para classe média e alta, vendendo a ideia do progresso, da sustentabilidade e da vantagem local, com o apoio do poder

público que instala toda infraestrutura básica, saneamento, vias asfaltadas e coleta regular de lixo, enquanto os moradores antigos se veem a revelia desses direitos.

Como retifica Santos (2016), a partir dos anos 2000 os investimentos das imobiliárias nos espaços dificultaram aos mais pobres o acesso a terras e imóveis. Foi o que aconteceu com Feira de Santana, os investimentos por indústrias e, principalmente, imobiliárias, em áreas rurais e periféricas, contribuíram para alta valorização dos espaços, enquanto que a população periférica cresceu, assim como as habitações de autoconstruções (erguidas por quem não tem condições de pagar uma casa no mercado imobiliário).

Feira de Santana passou a ser um local de grande interesse dos incorporadores imobiliários. A procura por espaços vazios aumentou cada vez mais e isso teve impacto nos territórios periféricos. Com o aumento do valor da terra, e a mudança na configuração territorial, a periferia já não é mais ocupada apenas pela população pobre, há habitações de classe média e alta, indústrias e áreas periféricas que recebem toda infraestrutura necessária para essa ocupação.

A partir de 2009, com a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o capital imobiliário se inseriu com maior força no espaço, principalmente em áreas rurais e periféricas, como afirma Maricato (2015). Apesar de também ter proporcionado à população pobre o acesso a casa própria, nem todos tiveram condições de se encaixar nos requisitos econômicos do programa.

Em contrapartida, houve alta valorização de determinados bairros de Feira de Santana como SIM (Serviço de Integração ao Migrante), Papagaio e casas e empreendimentos que estão no entorno das avenidas Francisco Fraga Maia e Artêmia Pires (espaços que nem todos têm acesso). Por isso a “valorização imobiliária é uma forma de empobrecimento da cidade porque é somente para alguns” (MARICATO, 2015, p.18). Segundo Ana Fani Carlos (2007), esse processo de valorização transforma os espaços que muitas vezes perdem seus referenciais culturais em virtude dos investimentos imobiliários no local. Mas será que apenas esses referenciais culturais podem se configurar como uma imposição territorial? Para a autora, esse processo de valorização estratégica visa a reprodução econômica e política.

Porém, nos dias atuais percebe-se que esses referenciais culturais e ambientais, antes deixados de lado, agora são apropriados principalmente pela iniciativa privada, em áreas rurais e periféricas, para construção de condomínios, indústrias e áreas de lazer privadas.

Além disso, percebe-se que os condomínios voltados à população mais pobre foram instalados em áreas específicas da cidade e os voltados para a classe média e alta ocuparam áreas rurais e periféricas, para comercializá-los com a ideia da sustentabilidade e distância dos problemas da cidade. Assim, o Estado como agente produtor do espaço atua juntamente com os produtores imobiliários e com grandes proprietários de terras em torno de interesses econômicos e políticos, o que tem influenciado a expansão urbana, principalmente nas legislações e na implantação de infraestrutura em cada local da cidade.

Em Feira de Santana observa-se a atuação de agentes imobiliários voltada para determinado público de classe média e classe média alta. Nesse sentido, as transformações que ocorrem na cidade estão relacionadas às habitações principalmente de classe média alta. Os agentes, em especial o Estado e os promotores imobiliários, vão moldando o espaço de acordo com as suas intencionalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um mesmo território pode se configurar com diversas funções, simbologias e relações de poder que se estabelecem, por isso, deve-se considerar a sua multiplicidade e multidimensionalidade, sendo necessário para manter as relações de poder no espaço, como discute Haesbaert (2007). Essa multiplicidade territorial se configura a partir da dinâmica do capitalismo e das redes que ultrapassam a ideia de espaço fixo e imóvel, ou seja, o território pode ser imaterial, simbólico e múltiplo. As periferias urbanas também podem se constituir como territórios, sob a ótica do simbólico, apropriados por diferentes sujeitos, como a população negra (discriminada sob vários aspectos), no entanto, pode ocupar uma área considerada tradicional ou que para ela é simbolicamente importante. Essa população pode ser desterritorializada pela ação do grande capital que vê naquele local possibilidades para construções de condomínios fechados, por exemplo. Nesse caso, pode-se ter uma dimensão conflitiva entre o território do capital, dos grandes grupos econômicos e o capital imobiliário. As ações de determinados segmentos sociais, no sentido de preservar o espaço do ponto de vista das relações identitárias, podem ser chamadas de territorialidades desses segmentos populacionais (como negros e negras, quilombolas e indígenas).

Por isso, é possível analisar a periferia na concepção territorial, pois é apropriada por diversos agentes como os imobiliários, o Estado, a população e grupos marginalizados de forma simultânea, que, a partir das ações estabelecidas do espaço, mudam as configurações destes territórios. Em consequência, tem-se formação de territórios periféricos apropriados por poderes hegemônicos e com diversas configurações e contextos sociais e econômicos, pois são moldados de acordo com os interesses dos agentes atuantes.

Nesse sentido, analisando Feira de Santana, percebe-se que o processo de formação de territórios periféricos não é recente. E com a expansão urbana, as áreas periféricas da cidade têm sido apropriadas por agentes imobiliários, para construção de condomínios voltados para classe média e alta, porção do território não acessível à população pobre. A atuação dos agentes imobiliários e industriais no município é apoiada pelo poder municipal que fornece estrutura de qualidade para as áreas que recebem esses investimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 45-60

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Descoroamento da princesa do sertão: De “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço**. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2014.

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, vol.I, n. 18, p. 37–46, 2002.

_____. Desterritorialização: Entre redes e aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs).

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, n.17, 2007. Acesso em 10 de outubro de 2019. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>.

HAESBAERT, Rogério; Limonade, Ester. Território em tempos de globalização. **Revista eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, vol.1, n. 2, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas - CaderNAU**, v.8, n. 1, 2015, p. 11-22.

SANTOS, Joselisa Pereira dos. **A produção contraditória da periferia urbana em Vitória da Conquista: A lógica dos condomínios fechados**. V Simpósio de cidades médias e pequenas da Bahia, Ilhéus, Bahia, 2016.

SILVA, Valter Zaqueu Santos da. **“E foi um Deus nos acuda”**: Migrações, Urbanização e luta de classes na terra de Lucas 1977- 1990, 118 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná *et. al.* (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed, 2000. p.77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Sávero (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 Ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

EIXO ILHÉUS-ITABUNA: APONTAMENTOS SOBRE OS FIXOS AO LONGO DA RODOVIA JORGE AMADO

Daniel dos Santos Macêdo

Graduando em Geografia-Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
danielcamamu@gmail.com

Sarah Andrade Sampaio

Mestranda em Estudos Territoriais-Universidade do Estado da Bahia-UNEB
sarahandradegeo@gmail.com

RESUMO

A Rodovia Federal BR-415 é o principal eixo de ligação entre os municípios de Ilhéus e Itabuna, esse trecho com pouco mais de 30 quilômetros que separam as duas cidades recebe o nome de Jorge Amado e é notadamente marcado pela presença de fixos de importância e abrangência regional. O objetivo deste trabalho centra-se em fazer alguns apontamentos com perspectiva da importância dos fixos instalados ao longo da rodovia, levando também em conta os bairros do Salobrinho e Banco da Vitória. Esta pesquisa consiste em uma análise preliminar sobre as dinâmicas de produção do espaço entre as duas cidades, tendo como pressupostos teórico-metodológicos levantamentos bibliográficos com abordagem na área de estudo somados ao conhecimento de campo. Desta maneira constatou-se que o processo de implantação de fixos públicos e privados que atendem a população regional é uma realidade que está em seu pleno curso na Rodovia Jorge Amado.

Palavras-chave: Fixos e fluxos; Rodovia Jorge Amado; Instituições de Ensino.

INTRODUÇÃO

Os municípios de Ilhéus e Itabuna despontam frente à rede urbana da Mesorregião Sul da Bahia, cuja história remonta ao ponto de vista econômico, tendo em vista o impacto que o cultivo de cacau causou para a economia da região, com substancial contribuição para a balança comercial do Estado, a ponto de atrair consideráveis fluxos de migrantes. Tais fluxos populacionais enxergavam na lavoura cacauzeira a possibilidade de ascender economicamente (RANGEL; THEVENIN, 2018).

Ambos os municípios apresentam, em suas estruturas, características de complementaridade urbana, com diferentes funções. Itabuna como entroncamento rodoviário mais conectada aos pequenos municípios da Região, e Ilhéus como centro das exportações portuárias de cacau e outros produtos produzidos na região e para além dela (TRINDADE, 2011). Tais funções contribuíram para que ocorresse uma certa assimetria entre Itabuna e Ilhéus e o restante da região, uma vez que pode-se notar uma concentração dos equipamentos urbanos de utilidade regional nestas duas cidades, os quais podem também serem entendidos como fixos geográficos que, por sua vez, estão em boa parte localizados na Rodovia Jorge Amado.

A respeito dos fixos, Santos (1997; 2012) os discute em diversas obras, entre elas, foco metodológico deste trabalho, aponta que esses são agentes transformadores do espaço, os quais, em suma, refletem as condições de desenvolvimento das técnicas ao longo do tempo. De maneira mais aplicada, entendem-se como fixos, os objetos materiais, ou seja, tudo o que é concreto e

material, os quais perpassaram processos de transformação ou de criação humana, dotando-se assim, de função e sentido.

Cabe mencionar que tais elementos podem compor diferentes naturezas e finalidades, sendo estas apenas distinguidas pelo seu caráter público ou privado. As estruturas privadas, com a sua localização submetida à lógica do lucro e vantagens financeiras; e as públicas a partir da demanda social ou política governamental, mas que também podem virem a ser executados com finalidade de atração dos que são de natureza privada (SANTOS, 2012).

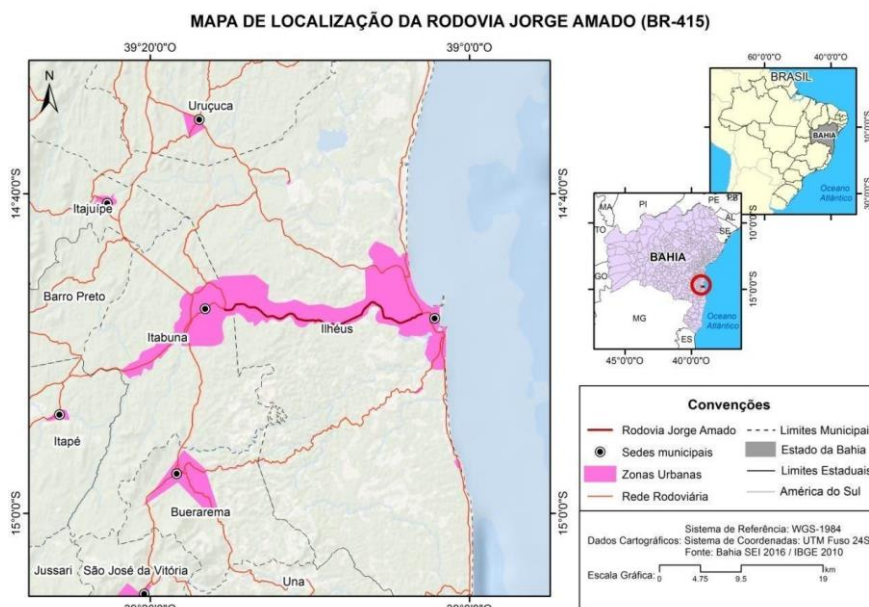
Estas características fazem constatar que a dinâmica de fixos e fluxos são praticamente indissociáveis, como afirma Santos (1997, p.50) “Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modifica”. Sob essa perspectiva de análise, cabe mencionar a importância da Rodovia Jorge Amado no contexto regional, a qual vem ganhando, desde seu princípio, diferentes fixos em seu entorno, que por sua vez geram novos fluxos. A grande questão que norteia este trabalho fica por conta da concentração de fixos de importância regional em uma mesma rodovia e com distâncias tão curtas entre eles.

METODOLOGIA

Conforme foi citado anteriormente, este trabalho baseia-se em conceituações das obras de Santos (1997; 2012), quanto à determinação dos fixos geográficos. Somente a partir daí, foi possível compreender o contexto da área em estudo, e traçar as etapas metodológicas seguintes.

A metodologia empregada neste estudo consistiu no primeiro momento em uma pesquisa bibliográfica sobre a produção do espaço ao longo da rodovia e na rede urbana regional de Ilhéus-Itabuna (Figura1) para assim compreender as nuances que levaram implantação dos fixos entre as duas cidades. Posteriormente foram identificados e mapeados em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG) os fixos com importância regional que estão instalados na área de estudo, para assim subsidiar os apontamentos e considerações sobre a importância destes empreendimentos e instituições.

Figura 1. Mapa de localização da Rodovia Jorge Amado (BR-415)



Organização: os autores. Fonte dos dados: SEI (2019).

O PAPEL DA RODOVIA JORGE AMADO NA REDE URBANA ILHÉUS-ITABUNA

Assim como outras obras de infraestrutura objetivando avanços no desenvolvimento estrutural básico da região, a construção desta rodovia entre Ilhéus e Itabuna foi sobretudo, um esforço em prol da cacauicultura do Sul da Bahia, que por bastante tempo conduziu quase que em totalidade a economia regional, haja visto que até a década de 1930, quase não haviam estradas, e as que existiam, segundo Trindade (2015, p. 44), “eram escassas e precárias na região, sendo a maior parte da produção transportada pela estrada de ferro de Ilhéus, que tinha o alcance espacial bastante limitado.” O cenário rodoviário da região só se transformou posteriormente à criação do Instituto do Cacau da Bahia (ICB) que impulsionou a construção de rodovias e estradas vicinais, como consta na seguinte citação:

Em 1932, o plano rodoviário do Instituto de Cacau da Bahia consistia em traçar e executar estradas para vencer distâncias de até 60 km, visando interligar os centros de produção com os pontos de embarque marítimo, fluvial ou ferroviário. Em 1932, foram entregues 310 km de novas estradas de rodagem recém construídas, além de 16 pontes de concreto armado e a restauração de 90 km de vias antigas, garantindo tráfego ininterrupto durante todo o ano. Dentro das ações deste plano foram construídos mais 800 km, até 1940 (ZORZO 2000, p. 112-113).

Sendo assim, cabe mencionar que a força econômica e política do cacau, na época institucionalizada pelo ICB, foi a grande responsável pela construção desta rota de ligação entre Ilhéus e Itabuna, acertando em grande contribuição para o fluxo de pessoas e mercadorias no espaço regional do século passado (ZORZO, 2000; AZEVEDO JÚNIOR, 2007; TRINDADE, 2011).

A construção deste eixo de ligação entre as cidades foi, sem dúvidas, um avanço estrutural sem precedentes para a região que vivia limitada a uma pequena linha férrea. Primeiramente para a logística cacauífera, tendo em vista que algumas das principais fazendas produtoras de cacau localizavam-se próximas ou, até mesmo, foram cortadas por essa rodovia, de maneira que ainda hoje, em meio aos novos fixos e fluxos às margens da rodovia, existem algumas propriedades rurais remanescentes da época áurea do cacau, as quais ainda guardam as rugosidades deste período de maneira bastante presente na paisagem.

Diante das tais colocações, é importante considerar que a análise dos fixos ao longo desta rodovia e conseqüentemente sua inserção e contribuição para região se mostram indissociáveis ao processo de formação econômica e territorial regional baseado na cacauicultura, sobre esta perspectiva, é possível compreender a expansão e gênese da rodovia e da própria rede urbana na qual ela está inserida, entendendo que:

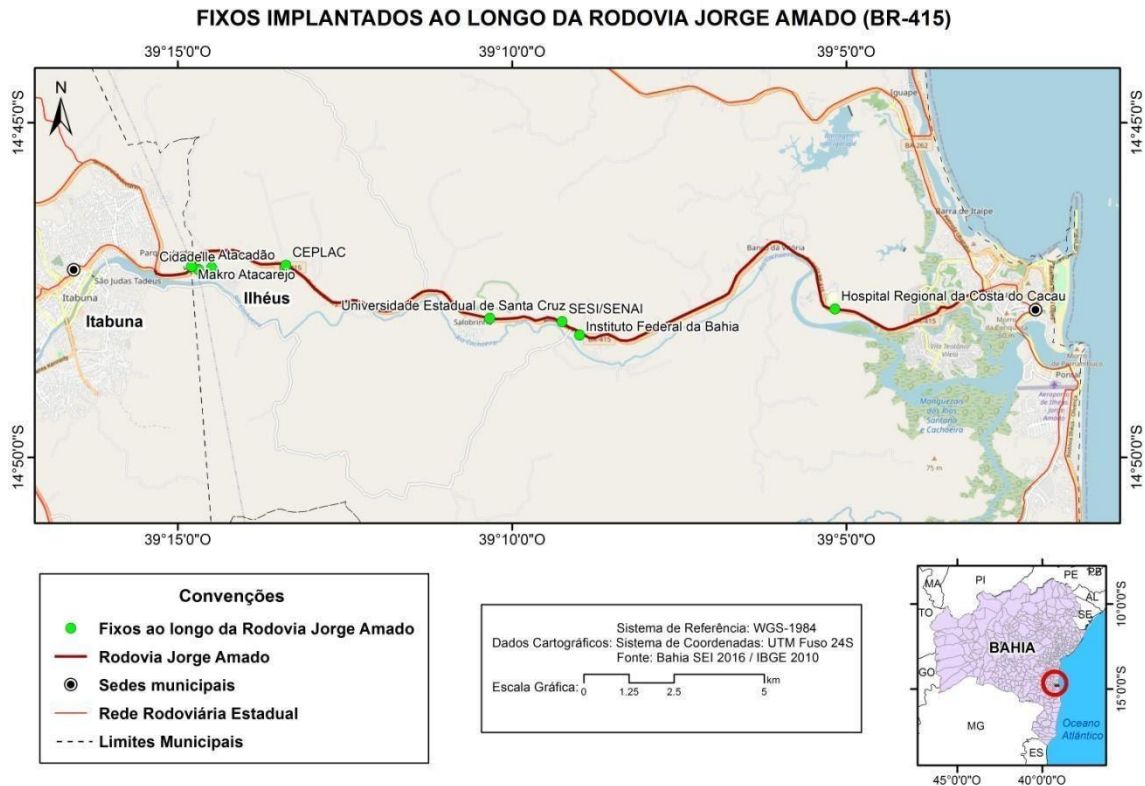
Interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico, no âmbito das quais estamos todos envolvidos. Elas podem ser simultaneamente intra-urbanas e interurbanas, sendo fundamentais na análise da dinâmica das redes urbanas (TRINDADE, 2011, p. 64).

É notório que, nas últimas décadas, as duas cidades têm vivido um esgarçamento da malha urbana, a partir da implantação de fixos públicos e privados que estão cada vez mais preenchendo os vazios urbanos existentes entre as duas cidades conectadas pela Rodovia Jorge Amado (RANGEL; THEVENIN, 2018).

Um dos grandes especuladores e entusiastas desta dinâmica tem sido o poder público, que vem promovendo investimentos de grande porte nas duas cidades (Figura 2), com destaque para

Ilhéus que vem recebendo grandes obras de infraestrutura pública e empresas privadas que além de gerarem empregos prometem dinamizar a economia, tendo como destaque o incentivo para a implantação de redes atacadistas, novas vias e estruturas de acesso na malha rodoviária, criação do complexo portuário e a tão especulada duplicação da Rodovia Jorge Amado (RODRIGUES, 2012).

Figura 2. Fixos implantados ao longo da Rodovia Jorge Amado (BR 415)



Elaboração: autores da pesquisa.

Tais acontecimentos corroboram para o desenvolvimento de ambas as cidades, tanto Ilhéus quanto Itabuna, que de certa maneira mesmo com o surgimento de outros centros urbanos com forte dinâmica na mesorregião, continuam figurando como centros polarizadores dos municípios circunvizinhos menos providos de infraestrutura e serviços urbanos na Região Sul da Bahia, como pode-se verificar na seguinte afirmação:

Itabuna e Ilhéus concentram os equipamentos e serviços que lhes possibilitam polarizar os municípios da região cacauceira, na medida em que drenam a renda regional proveniente da produção de cacau, e simultaneamente, constroem interações que não permitem que esses municípios fujam da sua dependência político-econômica (TRINDADE, 2015, p.23).

As transformações que ocorreram na base da economia regional, posteriormente a crise da vasoura-de-bruxa iniciada na década de 1980, influenciaram demasiadamente nos novos contornos do espaço urbano, visto que, com a crise do cacau houve um rearranjo no espaço agrário regional, pois parte dos indivíduos que estavam inseridos e dependiam da cadeia produtiva tiveram que abandonar a zona rural em direção aos dois centros urbanos mais imediatos. Tal movimento de êxodo rural contribuiu diretamente para o considerável incremento populacional, fomentando o crescimento urbano verificado em Ilhéus e Itabuna, no período imediato ao agravamento da crise, de maneira que este fenômeno ficou bastante marcado na configuração socioespacial das duas cidades (ROCHA, 2008; RANGEL, 2013).

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO AO LONGO DA RODOVIA JORGE AMADO

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, a CEPLAC

Dentre os fixos de alcance mesorregional, sem dúvidas, os que mais se destacam são as instituições responsáveis em prover as demandas de ensino, pesquisa e extensão. A primeira instituição com esse caráter que veio a se instalar as margens da Rodovia Jorge Amado foi a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

A CEPLAC foi criada pelo Governo Federal por força do Decreto nº 40.987 de 20 de fevereiro de 1957, que em seu Art. 1º, alínea A, conferiu o seguinte objetivo:

A execução das medidas necessárias à restauração da lavoura, ampliação, melhoria e racionalização, nas fazendas e nos centros regionais, das condições de colheita, armazenagem, preparo, beneficiamento e criação de meios para o combate às pragas e doenças e assistências técnica através de trato cultural e extensão agrícola, visando ao aumento da produtividade de cacau, pela redução dos custos de sua produção e elevação da produção unitária (BRASIL, 1957).

A criação da CEPLAC foi uma resposta ao momento de crise que a cacauicultura vivia, na qual a produção de cacau viveu um substancial declínio motivado pela “ausência de tecnologias ao alcance dos agricultores, envelhecimento das plantações, sujeitas a pragas e doenças que atestavam, por sua vez, falta de tratos culturais e de assistência técnica” (CEPLAC, 2014, p. 16).

É neste cenário que a CEPLAC, a princípio seria como de praxe às comissões provisórias, tornou-se um órgão estatal de excelência na pesquisa e extensão rural, tendo ao longo de sua história alcançado expressivos resultados no que se refere a elevação da produção cacaueira em 310%, comparando os períodos de 1960 a 1965 e 1980 a 1985 com uma produtividade de 220 kg/ha de cacau, em 1962, para 740 kg/ha (CEPLAC, 2014).

Universidade Estadual de Santa Cruz

A Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC se originou nas instituições de ensino superior isoladas nas cidades de Ilhéus e Itabuna, na década de 1960. No entanto, em 1972, por articulação das lideranças políticas do cacau institucionalizadas pela CEPLAC, as escolas isoladas (Faculdade de Direito de Ilhéus, Faculdade de Filosofia de Itabuna e Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna) juntaram-se, formando a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna – FESPI.

A localização equidistante da instituição que futuramente viria a se tornar a UESC, entre Ilhéus e Itabuna é uma das mais reflexivas marcas da bipolaridade desses centros urbanos de influência mesorregional, uma vez que a UESC foi implantada no quilometro 16 da Rodovia Jorge Amado, estrategicamente fixada para atender a estes municípios e toda a comunidade regional (TRINDADE, 2011).

Desde sua estadualização em 1991, a UESC é destaque na Mesorregião Sul-baiana e durante muito tempo figurou como única instituição de ensino superior público no Sul do Estado, somente se modificou a partir da ação pioneira de interiorização da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, instituição que possui 24 campi, estando 23 destes no interior do estado. Dentre os municípios na mesorregião Sul que contam com a presença da UNEB, estão Valença, Ipiaú, Teixeira de Freitas e Eunápolis que são centros urbanos de importância no contexto microrregional.

Cabe mencionar que existe um novo cenário de presença de instituições públicas de ensino superior no Sul da Bahia, no primeiro momento pela expansão dos campi da UNEB e posteriormente de instituições públicas federais de ensino técnico e superior, na primeira década dos anos 2000, a região ganhou Institutos Federais (IFBA e IFBAIANO) e em 2013 a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), que vem se consolidando com pesquisa ensino e extensão de qualidade nos três campi que possui em Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

Apesar disso, a UESC ainda se configura como a mais tradicional instituição de ensino superior da região, contando até 2010 com 6.356 alunos matriculados nos 33 cursos de graduação presencial (TRINDADE, 2011). Tal dimensão torna possível constatar a importância deste fixo estar instalado as margens da Rodovia Jorge Amado.

Escolas técnicas: Instituto Federal da Bahia e Serviço social da indústria

No que concerne às instituições de ensino instaladas ao longo da Rodovia Jorge Amado, também estão as que oferecem ensino técnico para a população regional. Nesse contexto, verificam-se dois importantes fixos situados as margens da rodovia e separados por poucos metros: o Campus do Instituto federal da Bahia - IFBA e a Unidade Integrada de educação da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (SESI, SENAI e IEL). Sendo que estes dois fixos foram implantados em um período relativamente recente.

O IFBA é fruto da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, anteriormente mencionada, e iniciou suas atividades em 2011. Ademais, conta com a oferta de cursos técnicos integrados e subsequentes ao Ensino Médio nas áreas de Edificações, Informática e Segurança do Trabalho, alinhados com as demandas do polo de informática em Ilhéus e o crescimento do setor da construção civil na região (SILVA, 2018). Já a unidade integrada da Federação das Indústrias do Estado da Bahia se instalou na Rodovia Jorge Amado no ano de 2017, oferecendo cursos e capacitações nas mais diversas áreas do setor industrial na modalidade técnico de nível médio de curta duração na aprendizagem industrial.

Diante de tais informações, cabe mencionar neste momento, que a territorialização da educação técnica revela a urgência em capacitar a população regional para as necessidades imediatas e tendências do mercado de trabalho que demanda certo grau de capacitação, por isso, ao analisar do ponto de vista da liderança de Ilhéus e Itabuna à frente da economia industrial da região, pode-se conceber que a presença destes fixos voltados para a educação técnica é mais um reflexo do dinamismo e articulações que os setores industriais destas duas cidades representam para a região.

AGLOMERADOS URBANOS: SUAS TENDÊNCIAS E CONFORMAÇÕES AO LONGO DA RODOVIA JORGE AMADO

Ao longo dos 32 quilômetros que separam as duas cidades, constata-se que apesar dos esforços políticos e governamentais em fomentar a urbanização e conseqüentemente a consolidação da tão especulada Região Metropolitana Sul da Bahia (SEDUR, 2013), nota-se que há apenas dois aglomerados urbanos significativos, sendo estes correspondentes aos bairros do Banco da Vitória e Salobrinho.

O Banco da Vitória foi um importante vetor para o escoamento do cacau através de seu porto, segundo Dias (2010, p.32) “o porto fluvial do Banco da Vitória passou a ser o propulsor de seu desenvolvimento refletido no crescimento da localidade. Já no início do século XIX, e devido à construção de pequenas moradias, surgiu um pequeno comércio” o que caracterizou o bairro como uma importante localidade da cidade de Ilhéus, uma vez que o fluxo gerado a partir deste importante ponto para escoamento do cacau foi ganhando moradores que foram se instalando nos arredores do porto.

Ademais, recentemente o bairro passou também a sediar um fixo de importância para toda a região, fomentado pelo governo do Estado, o Hospital Regional da Costa do Cacau inaugurado no ano de 2017, veio para suprir a demanda por equipamentos de saúde na Região Sul da Bahia. Porém o *lôcus* deste fixo favorece a tendência assimétrica regional constatada na seguinte afirmação:

Enquanto Itabuna e Ilhéus, concentrando 38% da população regional, disponibilizavam 1.788 leitos em hospitais, isto é, um montante bem superior aquele preconizado pela OMS que estabelece um leito para cada mil habitantes. Os demais 39 municípios da região, concentrando 62% da população, ofereciam 1.532 leitos (TRINDADE, 2011, p. 245).

Já o Bairro Salobrinho, situado no quilometro 16 da Rodovia BR-415, até a década de 1950, como boa parte das áreas do entorno da rodovia, configurava-se como uma fazenda de cacau e teve seu estopim populacional a partir da descoberta de uma jazida de minério que atraiu diversas pessoas com o intuito de exploração. Na década de 1960, a localidade do Salobrinho, já havia se consolidado como lugarejo, no qual habitavam um considerável número de pessoas e começou a ganhar infraestruturas como escola e sistema de abastecimento de esgoto e água, tendo a CEPLAC como uma das principais fomentadoras, cujo papel traduziu-se à época, como uma das maiores propulsoras de infraestrutura básica. Além disso, cabe lembrar que a criação da FESPI e depois UESC, ocorreu nesta mesma localidade (quilômetro 16) (DIAS, 2010).

Em suma, os dois bairros apresentam características distintas, mas possuem em comum uma estrutura urbana de serviços básicos para suprir as demandas locais, isso muito em função das distâncias entre os bairros e o centro da cidade que gera uma certa dificuldade na vida cotidiana dos moradores. O Banco da Vitória é reconhecido pelos estabelecimentos do ramo alimentício que são responsáveis por movimentar a economia do bairro. Tal característica levou a prefeitura municipal e o governo estadual fomentarem a implantação de um novo empreendimento que promete dinamizar a economia do bairro, uma vila gastronômica, cujo projeto prevê o investimento em urbanização da área adjacente à rodovia, construção de calçamento nos acostamentos, estacionamentos, paisagismo, iluminação e sinalização (ILHÉUS, 2019).

O Bairro Salobrinho apresenta uma dinâmica totalmente atípica em relação aos demais, em função da presença dos fluxos provenientes da UESC, estudantes que se instalam temporariamente no bairro em função da proximidade com a universidade. Tal fato é positivo do ponto de vista do incremento econômico (aluguéis e locações de domicílios) proveniente destes fluxos oriundos do fixo UESC. No entanto, essa dinâmica que vem se territorializando tem causado grande especulação no mercado imobiliário do bairro, uma vez que o nicho, que, era suprido pelos próprios moradores do bairro, vem ano, após ano se especializando e ganhando empreendimentos cada vez mais arrojados. Apesar disso, o bairro ainda apresenta uma infraestrutura básica de serviços públicos muito precária.

Vale advertir que, além dos dois núcleos urbanos já consolidados supracitados, observa-se uma diferenciação da realidade comum no perímetro mais próximo com divisa de Itabuna, onde, em 2010 foram instaladas duas empresas do ramo atacadista, das redes Atacadão e Makro Atacarejo, a poucos metros de distância uma da outra. Tais empresas constituem-se em importantes fixos para a geração de empregos e atração de uma clientela regional, que abastece os pequenos comércios varejistas das cidades no entorno (TRINDADE, 2011).

Associado às adjacências das empresas supracitadas, menciona-se ainda um outro fenômeno urbano envolvendo fixos: o surgimento de um empreendimento imobiliário cujo projeto urba-

nístico caracteriza-se vertical e horizontalmente, que destoa totalmente da paisagem e realidade locais, o que aponta para um entendimento de que o setor imobiliário acredita em uma valorização futura nesta área (RANGEL; THEVENIN, 2018).

CONCLUSÕES

Os apontamentos deste trabalho revelam mais uma face da bipolaridade na rede urbana regional, atribuída ao posicionamento de instituições e empreendimentos, os quais no primeiro momento, pode ser atribuído ao poder econômico da lavoura cacaueteira e sua capacidade de articular a produção do espaço urbano regional. Acerca dessa prerrogativa, que esse trabalho se materializa, considerando através da concentração de fixos com funcionalidades mesorregionais, uma análise ao longo da Rodovia Jorge Amado.

No segundo momento observam-se empreendimentos e instituições implantadas mais recentemente demonstrando o interesse conjunto do mercado e do Estado, em fomentar o desenvolvimento urbano entre as cidades de Ilhéus e Itabuna, seguindo uma estratégia de implantar fixos que por sua vez geram novos fluxos e dinâmicas espaciais na Rodovia Jorge Amado, a qual conecta os dois centros urbanos regionais.

Ao compreender que tal processo é dinâmico e está em seu pleno curso, se faz necessário o aprofundamento dos estudos sobre esta dinâmica e sua repercussão socioespacial, a fim de compreender e planejar os próximos nuances da rede urbana regional e suas tendências que se materializam no espaço, assim como, permite avaliar que os abismos sociais, oriundos de um sistema econômico desigual e exclusivo, tem a possibilidade de serem mitigados, a partir das estruturas de educação já implementadas, por atividades, planos e projetos de ensino, pesquisa e extensão, cujo caráter primordial demanda essa função.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO JÚNIOR, Manoel. **Os Caminhos de Ferro: Patrimônio Histórico e Turismo Cultural no Entorno da Antiga Ferrovia de Ilhéus-BA**; 2005; Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, Ilhéus.

BRASIL, **Decreto** nº 40.987/1957. Plano de Recuperação Econômico-Rural da lavoura cacaueteira do País. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D40987.htm> Acesso em: 13 ago. 2019.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA-CEPLAC. **A CEPLAC**. 2014. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/paginas/ceplac/ceplac.asp>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

DIAS, Luciano. Avaliação **Quantitativa da Sustentabilidade de Pequenas Comunidades** - Uma Análise das Comunidades de Banco da Vitória, Olivença e Salobrinho. 2010. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, Ilhéus.

Prefeitura Municipal de Ilhéus. **Prefeito reúne comerciantes e moradores do Banco da Vitória para discutir Vila Gastronômica**. Secretaria de Comunicação Social. 05 de julho de 2019. Disponível em: <<https://cultura.ilheus.ba.gov.br/detalhe-da-materia/info/prefeito-reunecomerciantes-e-moradores-do-banco-da-vitoria-para-discutir-vila-gastronomica/92435>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

RANGEL, Maria Cristina. **A crise do território-região cacauera da Bahia**: os nós discursivos nas tramas do poder local para manter o território – 1980-2010. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá.

RANGEL, Maria Cristina; THEVENIN, Julien. Para além da crise cacauera - a expansão de condomínios fechados em Ilhéus-BA: uma análise preliminar da cidade estendida. GEOINGÁ: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 10, p. 59-83, 2018.

ROCHA, Lurdes. **A região cacauera da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa**: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

RODRIGUES, Kalaiana. **Dinâmica urbana no município de Itabuna (BA)**: o mercado imobiliário e a política urbana (1990-2010). 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo, Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA-SEDUR. **Região metropolitana Sul da Bahia**: Uma Proposta. Salvador, 2013. Disponível em : <<http://bahiagas.com.br/agencia-virtual-residencial/item/366-regiao-metropolitana-sul-da-bahia-uma-proposta>>. Acesso em: 14. Out. 2020.

SILVA, Leonardo. **A dinâmica geográfica da expansão dos institutos federais no estado da Bahia**: regionalização e reordenamento. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador.

TRINDADE, Gilmar. **Aglomerção Itabuna-Ilhéus**: Rede regional e interações espaciais. 1. ed. Ilhéus, Editus, 2015.

TRINDADE, Gilmar. **Aglomerção Itabuna – Ilhéus**: cidade, região e rede urbana. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe-UFS, São Cristóvão.

ZORZO, Francisco. Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950). **Sitientibus, Feira de Santana**, n. 22, p. 99-115, 2000.

EXPANSÃO URBANA NA ZONA SUL DE ILHÉUS, BAHIA, E AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A BALNEABILIDADE DAS PRAIAS E O SANEAMENTO BÁSICO

Sarah Andrade Sampaio

Mestranda em Estudos Territoriais (PROET), Universidade do Estado da Bahia (Campus I)

sarahandradegeo@gmail.com

Elisângela Rosemeri Martins Silva

Doutora em Geografia Física, docente no Curso de Geografia – DCAA, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

ermsilva@uesc.br

RESUMO

A Zona Sul de Ilhéus, no Estado da Bahia, vem passando por um processo de urbanização acelerada nos últimos anos, e no que concerne à alteração da paisagem e às implicações advindas de interferências antrópicas, os ambientes naturalmente frágeis podem tornar-se ainda mais vulneráveis. Neste contexto, este trabalho objetiva apontar as características de saneamento básico na Zona Sul de Ilhéus, tendo em vista as condições de balneabilidade hídrica, além de identificar os diferentes tipos de uso e ocupação das terras relacionando-os com os aspectos físicos desse ambiente. Para tanto, foram utilizados dados dos setores censitários do IBGE (2010) a fim de espacializar os aspectos referentes ao saneamento básico na área. Os resultados permitem afirmar que no ano de 2010 o número de domicílios que lançavam seus efluentes diretamente em rio, lago ou mar, que possuíam fossa séptica e/ou rudimentar era expressivo, permitindo novas pesquisas em cenário comparativo, a partir de novos dados do Censo de 2020.

Palavras Chave: Setores Censitários; Saneamento básico; Expansão urbana.

INTRODUÇÃO

A expansão urbana nas grandes e médias cidades é um processo que vem se acelerando a nível mundial e apresenta causas e características diferenciadas, a depender da localização e contexto histórico abordado. A utilização de ambientes costeiros e das áreas litorâneas em geral pode ser observada como oriunda de um processo histórico de ocupação, onde as áreas próximas aos mares e oceanos representavam o acesso a novas áreas de domínio territorial, bem como a facilidade ao transporte de mercadorias e objetos de exploração (CRISTO; GRUBER, 2011).

Com o crescente aumento da população no litoral do Município de Ilhéus, localizado no Estado da Bahia, desde o início da produção cacaueteira, já no final do século XX, alertam-se sobre a ocupação nessas áreas. A questão ligada ao ambiente tem tomado grandes proporções, visto que, em situação de desequilíbrio, o mesmo resulta em consequências negativas ao meio físico, como poluição e degradação ambientais, interferindo, desse modo, no espaço que o homem ocupa e, conseqüentemente, em sua qualidade de vida (SILVA, 2018).

Atualmente, a cidade de Ilhéus recebe muitos imigrantes, principalmente para investimentos turísticos, comércio e funcionalismo público, a exemplo da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira (CEPLAC) e do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Paralelamente ao processo migratório, surge o aumento da especulação imobiliária.

ria, com altos investimentos em loteamentos e condomínios de médio e alto padrão, principalmente, na porção do litoral sul da cidade, onde se observam significativas alterações na paisagem natural.

De forma geral, o crescimento da população em Ilhéus não foi acompanhado do desenvolvimento de infraestrutura urbana. De acordo com Araújo et al (2005), o uso e ocupação das áreas centrais de uma cidade, providas de equipamentos urbanos e serviços, estão direcionados à especulação imobiliária, por se tratar de um campo de grande interesse econômico. No caso de Ilhéus, apresentando demandas ligadas à implantação de empreendimentos imobiliários voltados a atividades de turismo e lazer, bem como atividades de comércio e serviços, com altos investimentos em loteamentos e condomínios de médio e alto padrão, principalmente, acompanhando o litoral sul da cidade, se observam significativas alterações na paisagem natural.

As construções ao longo da faixa litorânea na Zona Sul tornam o ambiente natural vulnerável, uma vez que os processos de urbanização acontecem sem a preocupação de preservar a vegetação nativa local. A grande quantidade de novos moradores acarreta o uso intensivo das praias, o aumento do despejo de efluentes e de resíduos sólidos ameaçam a qualidade das praias e a salubridade desses locais. Somando-se a isso, o fato da extensão sul da cidade ainda não ser contemplada pela assistência e infraestrutura da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), atualmente em implementação. Neste contexto, percebe-se que, de uma forma geral, não há convergência entre os interesses imobiliários e a conservação da natureza local.

A procura pela Zona Sul de Ilhéus, nos últimos anos, para estabelecimento de novas moradias se dá, principalmente, pela qualidade de vida que o lugar oferece. Apesar do desmatamento intensivo, uma extensa faixa litorânea associada a enclaves da Mata Atlântica ainda preservada são atrativos valorizados no mercado imobiliário atualmente, principalmente por parte da população que possui capital para investir nesse tipo de moradia. Por outro lado, o próprio avanço urbano local oferece ameaça para a qualidade ambiental e conseqüentemente para esse setor econômico. É necessário que haja um diálogo mais intenso entre os interesses do capital imobiliário, a gestão pública ambiental e a manutenção da balneabilidade das praias em um limite adequado para uso recreativo (a exemplo das empresas de saneamento que prestam serviço no referido local). Assim, a balneabilidade das praias e o desenvolvimento urbano associados com a preservação da riqueza natural mitigando seus impactos é que vão permitir que essa área continue sendo valorizada.

A especulação imobiliária da referida área vem se ampliando fortemente, principalmente nos últimos 20 anos. Destes, dá-se destaque aos últimos 10 anos, quando surgiram os maiores investimentos e cuja alteração da morfologia do relevo aconteceu a passos largos, sem que a comunidade científica e os próprios moradores reconheçam as principais conseqüências ambientais dessa acelerada expansão.

Neste sentido, esta pesquisa, desenvolvida no âmbito de um projeto de Iniciação Científica durante o ano de 2018, tem o objetivo de analisar as causas e efeitos da expansão urbana da Zona Sul da cidade de Ilhéus, cujas características ambientais denotam áreas frágeis. Para tanto, buscou-se a relação existente entre as estruturas de esgotamento sanitário, dando ênfase à análise e reflexão das condições socioambientais e a balneabilidade das praias.

METODOLOGIA

Área em estudo

O Município de Ilhéus, com uma área de 1.841 Km², está localizado na Mesorregião Sul da Bahia. Limita-se ao Norte com os municípios de Aurelino Leal, Uruçuca e Itacaré, a Sul com Una, a Oeste com Itajuípe e Coroaci, a Nordeste com Itapitanga, a Sudoeste com Itabuna e Buerarema e a Leste com o Oceano Atlântico (Figura 1). A pluviometria média anual no município é de 1800 mm e segundo classificação de Köppen-Geiger, o clima é classificado como Af (Clima Tropical Úmido), com temperatura média de 24.5 °C (SANTOS; FRANÇA, 2009).

Figura 1. Mapa de localização da Zona Sul do Município de Ilhéus-BA



Fonte dos dados: SEI (2019). Organização: autoras da pesquisa (2018).

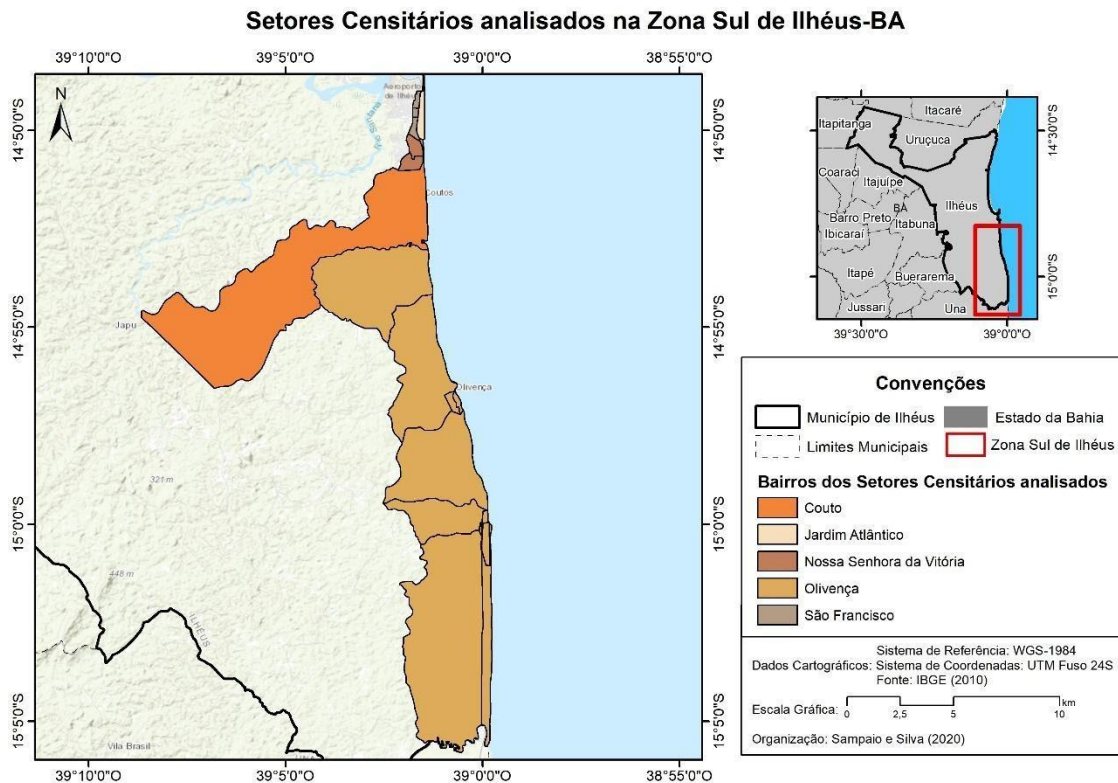
Procedimentos Metodológicos

Para atender aos objetivos propostos, tanto de cunho teórico quanto prático, buscou-se um embasamento teórico sobre a temática abordada, considerando as condições socioambientais, balneabilidade das praias, expansão urbana, fragilidades e vulnerabilidades ambientais, assim como uma caracterização geral da área de estudo sobre os aspectos físicos de Geomorfologia, Geologia e Pedologia segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2015). Além desses, foi de fundamental importância uma abordagem histórica sobre como se consolidou a cidade de Ilhéus e, hoje, sua expansão em direção à Zona Sul.

Na análise das condições socioambientais verificou-se os dados censitários do último recenseamento, disponíveis na plataforma oficial do IBGE (2010), no link <<https://censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=st>>. Tais dados são oriundos das informações captadas acerca das características dos domicílios e das pessoas nos questionários utilizados para o levantamento do Censo Demográfico 2010 em todo o território nacional.

Foi considerada a quantidade de domicílios em cada Setor Censitário na Zona Sul de Ilhéus (Figura 2) e, posteriormente, foram selecionadas as variáveis quanto ao esgotamento sanitário – com a presença de fossa séptica ou rudimentar, presença de rede geral de esgoto ou pluvial, lançamento diretamente em rio, lago ou mar, presença de valas - nos domicílios inseridos em casa setor.

Figura 2. Setores Censitários analisados na Zona Sul de Ilhéus-BA



Após o levantamento dos dados de setores censitários, foram realizadas atividades de campo, a fim de registrar fotografias dos indicativos de poluição ambiental nas praias da área de estudo e de vulnerabilidade e fragilidade ambiental, a exemplo da presença de sistemas de águas residuais e servidas lançadas diretamente nas praias, exposição dos solos sobre a Formação Barreiras, em áreas declivosas ou próximas de corpos hídricos, entre outros.

Para a elaboração e organização dos mapas nesta pesquisa utilizou-se o *software* ArcGIS 10.3 através do aplicativo ArcMap, disponibilizado pelo Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual de Santa Cruz visto que ele apresenta ferramentas mais completas para as análises aplicadas para dados espaciais, além de proporcionar um excelente padrão na propriedade de exportação dos produtos gerados.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Quanto aos aspectos de saneamento básico e balneabilidade das praias, para o INEMA (2018), o termo balneabilidade é entendido como qualidade das águas destinadas à recreação de contato primário, direto e prolongado, onde há possibilidade de ingestão. Para o monitoramento da balneabilidade utiliza-se como microorganismo indicador de contaminação a *Escherichia coli* que, embora não seja, de modo geral, patogênica, sua presença na água evidencia poluição recente de origem exclusivamente fecal humana e/ou de animal.

O grau da qualidade de águas salgadas e salobras é assunto ainda pouco discutido na mídia se comparado com outros temas relacionados à saúde. Visto que a costa litorânea brasileira é extensa (aproximadamente 7,4 mil km – segundo o Ministério do Turismo) e muito frequentada pelo povo brasileiro e turistas estrangeiros, espera-se maior preocupação sobre a balneabilidade de nossas praias, pois a nossa saúde depende do ambiente no qual estamos inseridos. A qualidade da água disponível naturalmente nas praias, rios ou lagos, como também a água encanada, tem influência direta na qualidade de vida das pessoas. Quando a qualidade da água das praias, por exemplo, está abaixo do nível de qualidade, desfavorece também o desenvolvimento da economia, interferindo especialmente no fluxo turístico.

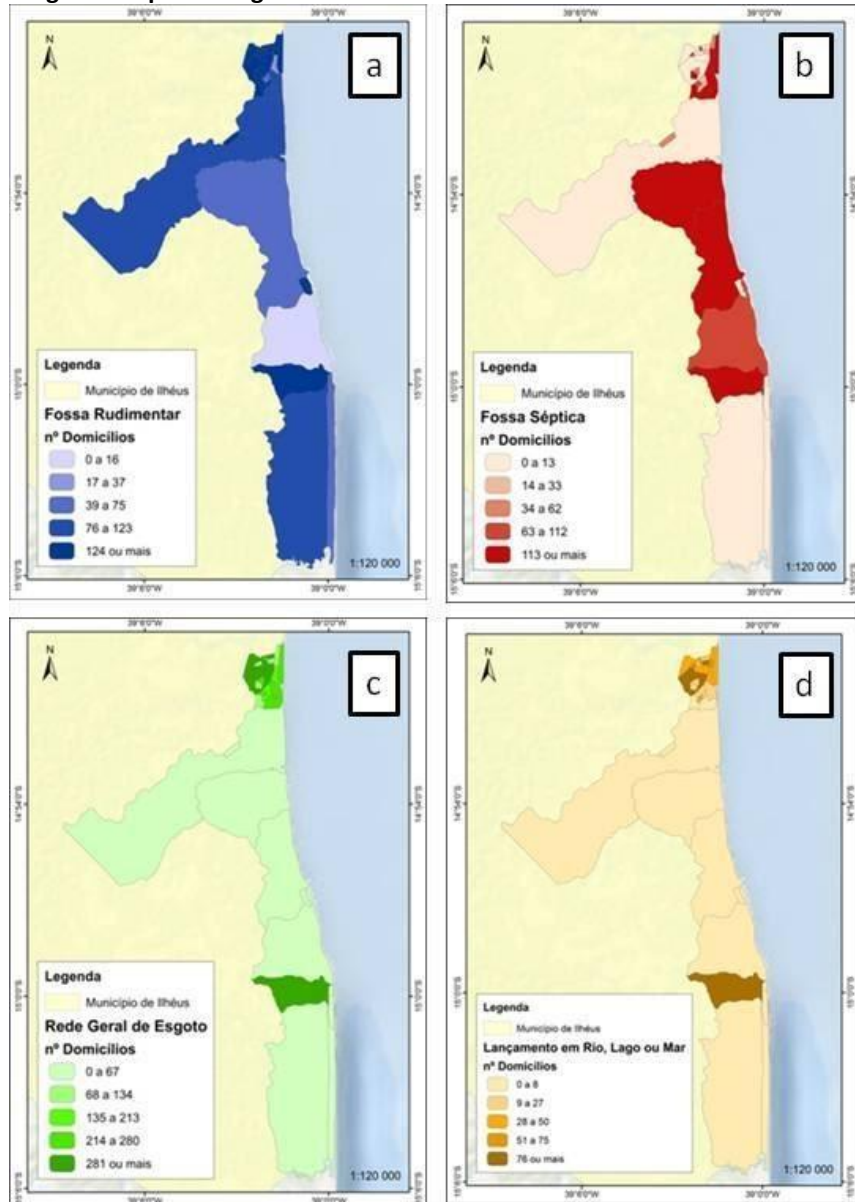
No boletim das praias da costa do cacau, local onde a área de estudo está inserida, a Diretoria de Fiscalização e Monitoramento Ambiental (DIFIM) analisou e emitiu um relatório, em 20/02/2017 (referência), no qual afirma que a praia do Sul (em frente às barracas, em direção ao Aeroporto de Ilhéus) e a praia do Opaba (Próximo à barraca Brilho do Luau) estão impróprias para banho, enquanto a praia dos Milionários (nas imediações da Cabana Gabriela) e do Cururipe (Próximo a Cabana Marysol) estão próprias para banho. Tal análise teve como base legal o suporte na Resolução CONAMA nº 274 de 29 de novembro de 2000. Em seu Art. 2º está colocado que “as águas doces, salobras e salinas destinadas à balneabilidade (recreação de contato primário) terão sua condição avaliada nas categorias próprias e impróprias” (BRASIL, 2000).

Fica evidente a necessidade de uma abordagem ampla, multidisciplinar na análise do espaço e sua dinâmica urbana associada ao desenvolvimento e o turismo. Assim, é na Teoria dos Sistemas e Geossistemas, segundo Christopherson (2012), que pode-se encontrar um arcabouço teórico capaz de alicerçar um modelo de desenvolvimento adequado para cada lugar, associando desenvolvimento econômico com a manutenção da qualidade de vida.

O surgimento de novos bairros nos últimos dez anos e a infraestrutura ineficiente implantada pela Embasa refletem na balneabilidade das praias na Zona Sul com foco no saneamento básico desta área. Com base nos dados do Censo de 2010, relacionados aos setores censitários analisados, destaca-se que houve um crescimento repentino e surgimento de domicílios desde o ano de análise até a data de realização desta pesquisa, no ano de 2018.

Conforme dados de quantidade de domicílios que em 2010 possuíam Fossa Séptica, Fossa Ruidimentar, Serviço de rede geral de esgoto ou pluvial ou Esgoto lançado diretamente em rio, lago ou mar, tem-se os resultados apresentados na Figura 3.

Figura 3. Tipos de esgotamento sanitário nos setores censitários analisados



Fonte: IBGE (2010). Organização: autoras da pesquisa. Observações: a) número de domicílios por setores censitários que possuíam fossa rudimentar; b) número de domicílios por setores censitários que possuíam fossa séptica; c) número de domicílios por setores censitários que possuíam rede geral de esgoto administrado pela Embasa; d) número de domicílios por setores censitários que lançavam seus efluentes diretamente em rio, lago ou mar.

Na figura 3a, referente à quantidade de domicílios que possuíam fossa rudimentar, destacam-se os setores próximos à Baía do Pontal, atingindo em um destes setores o número máximo de 130 domicílios (áreas mais ruralizadas circunvizinhas dos Bairros Ilhéus II e Hernani Sá) nas proximidades da Praia dos Milionários (155 domicílios) e Jardim Atlântico (130 domicílios). Destaca-se o setor censitário na rodovia Pontal-Buerarema em cruzamento com a Estrada do Couto (197 domicílios possuem fossa rudimentar), nos setores correspondentes ao Bairro de Olivença (291 domicílios). Na área de estudo, há uma grande quantidade de domicílios cujo principal tipo de esgotamento sanitário é por fossas rudimentares. Esse tipo de tratamento de dejetos líquidos é comum em áreas rurais e possui menor eficiência, já que não funcionam como forma de evitar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

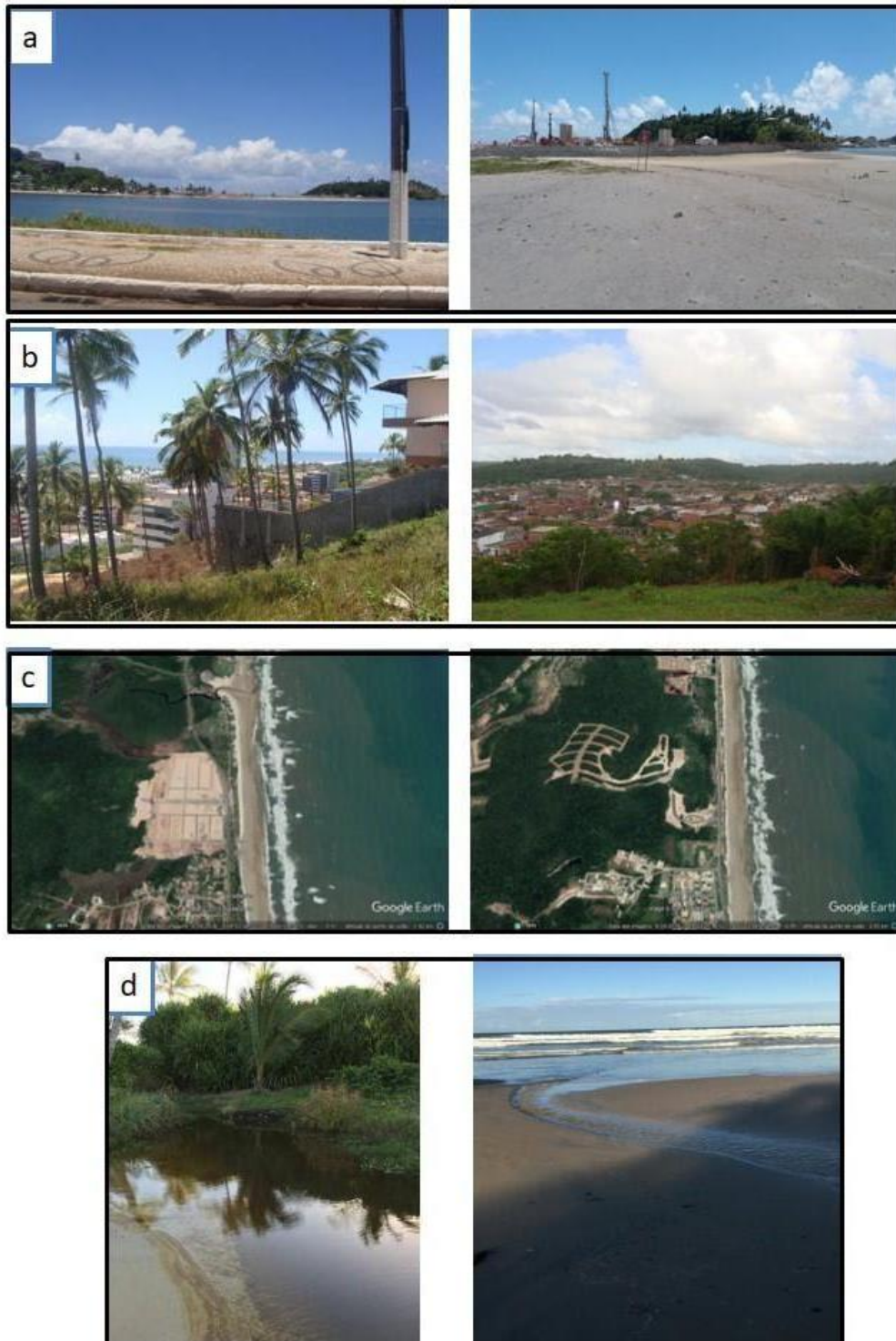
Fossas sépticas (Figura 3b) são mais eficientes que as fossas rudimentares, pois retêm a parte sólida e inicia o processo de purificação da parte líquida, o qual é concluído através da filtração no solo (EMBRAPA, 2018), e não lançado diretamente na superfície. Assim como a fossa rudimentar, também é indicado para uso em ambientes rurais, já que devido aos usos e ocupações no meio urbano não há espaço disponíveis para tais estruturas. Com vistas à imagem dos setores censitários do IBGE (2010), destacam-se o setor que envolve o Bairro São Francisco, nas proximidades do Pontal (334 domicílios possuem este tipo de tratamento), parte do Bairro São Domingos – completamente urbanizado (144 domicílios), parte do Bairro Ilhéus II, com foco nas áreas ruralizadas (185 domicílios), destaca-se também o Bairro Nossa Senhora da Vitória (208 domicílios), Jardim Atlântico (245 domicílios), no setor censitário nas proximidades da Praia do Cururupe (113 domicílios) e no setor onde está inserida a Pousada Aldeia Mar (252 domicílios).

Quanto aos setores censitários analisados, os que possuíam rede geral de esgoto ou pluvial são poucos (Figura 3c), já que a área de estudo tem desenvolvimento urbano expressivo após o ano de 2010. Até então, os ambientes eram majoritariamente rurais. Destacam-se neste sentido, os Bairros São Domingos (142 domicílios apresentam tal estrutura) e parte do Bairro Ilhéus II (256 domicílios), os quais são os bairros mais antigos nas proximidades do Pontal. Destaca-se que este tipo de esgotamento sanitário é administrado e gerido pela Embasa na área em questão, e possui uma maior eficiência no tratamento e distribuição de esgotos e efluentes domésticos. No entanto, no ano analisado, não possuía cobertura de serviços necessária na Zona Sul de Ilhéus.

Na Figura 3d, relacionada ao lançamento de efluentes diretamente em rio lago ou mar na área de pesquisa, possuem destaque as rurais dos Bairros Hernani Sá (49 domicílios) e Ilhéus II (53 domicílios), nas áreas próximas da Praia dos Milionários (55 domicílios com lançamento sem tratamento).

Destaca-se que os serviços de infraestrutura e equipamentos de saneamento básico na Zona Sul de Ilhéus devem ser ampliados, tendo em vista que a expansão urbana da zona sul seguirá em processo acelerado nos próximos anos devido a um fator em especial, a construção da nova ponte que liga o centro da cidade de Ilhéus à extensão sul. Tal fator irá dinamizar a mobilidade urbana e sua ligação da Zona Sul com o Centro e cidades vizinhas, o que tem despertado um maior interesse do mercado imobiliário com a agregação de valor aos imóveis e demais serviços prestados na área. A Figura 4, aponta um compilado de fotografias registradas em trabalhos de campo no decorrer da pesquisa.

Figura 4. Registros de campo evidenciando a expansão urbana na Zona Sul de Ilhéus-BA



Fonte: Autoras da pesquisa (setembro de 2018). Observações: a) Baía do Pontal e, ao fundo, a obra de construção da nova ponte; b) Bairros Pérola do Mar e Nossa Senhora da Vitória; c) imagem de satélite disponibilizado pelo *GoogleEarth*, destacando a construção de condomínios de alto padrão na Planície Costeira da Zona Sul de Ilhéus, em novembro de 2018; d) Praias na Zona Sul - (Próximo ao Bairro Hernani Sá, coordenadas geográficas 14°49'22.94"S e 39°1'30.68"O) e, nas dependências do Jardim Atlântico (Coordenadas geográficas 14°49'43.34"S e 39°1'30.73"O), em novembro de 2018.

Nesse mesmo sentido, a segregação do espaço urbano aponta-se em diferentes condições socioambientais da área em estudo, como em parte do Bairro Nossa Senhora da Vitória – Zona Sul

– bairro popular, em contraste com o Bairro Pérola do Mar, de classe média/alta. Além da infraestrutura, serviços e distância dos bairros em relação à praia, o bairro Pérola do Mar tem vista para o mar, agregando-lhe um maior valor econômico, enquanto no bairro popular a expansão acompanhou áreas rebaixadas com a vista voltada para os morros do entorno. No entanto, em ambas as situações, a ocupação da encosta acontece sem restrições e a vegetação nativa vem sendo suprimida dando espaço à áreas urbanas consolidadas com consequente impermeabilização do solo.

Aponta-se que esta mesma realidade abrange grande parte da extensão sul de Ilhéus, sendo passível de observação a mudança da vegetação da planície costeira - a restinga - pela consolidação de grandes condomínios de médio e alto padrão. Além disso, as encostas e topos de morros também entram como áreas de grande interesse da especulação imobiliária, sobretudo, porque nos dias atuais já existe um entendimento que em torno de 30% do valor agregado ao imóvel se dá em função da vista da paisagem que este proporciona. Logo, as encostas e os topos dos morros da área em questão, cuja localização permite uma vista privilegiada do mar, representam essa nova perspectiva do mercado imobiliário.

Neste contexto, somam-se na área de estudo vários condomínios e outros empreendimentos construídos, em fase de acabamento e/ou em preparação da terraplanagem, acompanhando a costa e planície costeira.

Como reflexo dessa expansão, cabe ainda mencionar que planejamento urbano normalmente não acompanha a rapidez do processo de urbanização, ocasionando a alteração da qualidade e equilíbrio ambientais. A Figura 4d, por exemplo, ainda retrata que parte dos efluentes possivelmente oriundos do esgoto doméstico atingem a praia, sendo direcionados por tubulações ou valas até o local, determinando a falta de saneamento adequado na área de estudo, o que pode vir a comprometer a balneabilidade das praias, destacando-se como principais indicativos de poluição ambiental na área de estudo.

CONCLUSÕES

Ao findar esta pesquisa, infere-se que de uma forma geral, ao longo da sua história o crescimento da população em Ilhéus, não foi acompanhado de planejamento e infraestrutura urbana adequada. Assim, a ênfase dada a pesquisas com este intuito de abordagem, ganha força à medida que se constata que a cidade de Ilhéus de outrora, protagonista do período coronelista no auge da produção cacaueteira, é muito diferente da Ilhéus que vivenciamos hoje.

Ilhéus após crise do cacau tenta se firmar economicamente como uma cidade turística, porém sem um olhar voltado ao planejamento do turismo e valorização da sua cidade, do seu lugar e da sua história, com sustentabilidade. A especulação imobiliária e a consolidação urbana da extensão sul, cujo maior atrativo é a beleza natural das praias, coloca em risco a qualidade das mesmas, visto que o desenvolvimento dessa área não veio acompanhado de infraestrutura adequada de maneira a proporcionar, paralelamente, uma qualidade ambiental. A falta de tratamento de esgoto, por exemplo, num ambiente de restinga e sobre condições de solos friáveis, que por sua vez somado às condições de relevo, denotam grande vulnerabilidade ambiental. Observam-se pontos de intensos processos erosivos, que sem um plano de manejo visando mitigar tais processos, estão passíveis de se ampliarem a medida que se amplia também a pressão urbana em suas direções.

Cabe destacar que esse tipo de erosão em sistemas de voçorocamento tem sido um grande desafio para muitos municípios em várias regiões do Brasil, seja no meio rural ou urbano, principalmente por envolver grandes extensões de perdas de solos e colocando em risco muitas

propriedades, que em casos extremos são consumidas total ou parcial pela erosão. Nesta perspectiva, salienta-se ainda que muitos condomínios em construção na Zona Sul estão próximos a área de intensas erosões, assentados em parte, sobre o solo da Formação Barreiras, ambiente altamente vulnerável a tais processos. Assim sendo, as consequências dessas intervenções ainda são pouco estudadas, necessitando de pesquisas voltadas a tais questões.

A partir dos mapas produzidos no decorrer da pesquisa de Iniciação Científica, permitiu-se identificar além dos aspectos físicos da Zona Sul de Ilhéus, as principais causas de poluição hídrica que podem afetar direta ou indiretamente o meio ambiente. Infere-se que as áreas de maior contribuição de esgoto domésticos e efluentes nos córregos e praias, contribui negativamente para diminuição da qualidade da água, logo a qualidade de vida da população. Tais constatações ficaram evidentes a medida que a análise de setores censitários do IBGE (2010) permitiram quantificar questões relacionadas ao saneamento básico e sua principal influência na balneabilidade das praias da área estudada.

Diante do exposto, visando entender a complexa relação da acelerada expansão urbana Zona Sul de Ilhéus e as consequências ambientais, considerando o homem como um agente que transforma a paisagem, entende-se a necessidade de continuidade da pesquisa, sobretudo, dando ênfase a qualidade da água (fontes de poluentes/contaminantes) e sua relação com as condições socioeconômicas, fragilidades e vulnerabilidades ambientais desta extensão sul de Ilhéus.

Da mesma maneira, ao considerar que a localização geográfica da cidade Ilhéus favorece a influência na Mesorregião Sul do Estado da Bahia, espera-se que esse conhecimento científico venha ampliar as possibilidades de contextualizar diferentes temas buscando o entendimento das relações socioambientais locais e transpondo-as ao desenvolvimento regional.

Por fim, espera-se ainda com os resultados obtidos uma maior difusão do conhecimento da Ciência Geográfica, instigar uma reflexão crítica a respeito da maneira como a expansão urbana vem ocorrendo em Ilhéus, e os efeitos nocivos ao meio ambiente, visto que normalmente não veem acompanhadas de políticas e medidas mitigadoras ao acelerado crescimento urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Itiana Cláudia. **Problemas Ambientais decorrentes da ocupação antrópica no Litoral de Ilhéus-Bahia**. In: XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, São Paulo, v. 2. p. 5749-5760, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 274 de 29 de novembro de 2000**. Estabelece condições de balneabilidade das águas brasileiras. Brasília. 2000.

CHRISTOPHERSON, Robert. **Geossistemas: Uma Introdução à Geografia Física**. 7 ed. Bookman Editora, 2012.

CRISTO, Sandro; GRUBER, Nelson. **Expansão Urbana E Os Conflitos De Uso Do Solo Em Ambientes Fragilizados Do Litoral Norte Do Rio Grande Do Sul. Para Onde!?**, v. 3, n. 2, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 jul. 2019.

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA. **Qualidade das praias - Boletim das praias da costa do cacau**. 2018. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/servicos/monitoramento/qualidade-das-praias/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SANTOS, Alan; FRANÇA, Solange. **Caracterização espaço-temporal do regime pluviométrico da Região Sul da Bahia.** In: Seminário de Pós-Graduação da UNESP Rio Claro. Anais do Seminário de Pós-Graduação da UNESP Rio Claro, p. 14-33, 2009. Disponível em: <<http://www.sbagro.org.br/bibliotecavirtual/arquivos/3695.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

SILVA, Elisângela Rosemeri. **O ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DO LOCAL: O CASO DA EXPANSÃO URBANA NA ZONA SUL DE ILHÉUS/BA.** 2018. In: Anais de eventos da ENANPEGE 2018. Disponível em: <https://www.enanpege2018.anpege.ggf.br/recursos/anais/8/1562616462_ARQUIVO_ElisangelaRosemeriMartinsSilva_Artigo.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

O POTENCIAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA TRANSFORMAÇÃO DE REALIDADES DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS: O CASO DA ZEIS POÇO DA DRAGA

Lara Macêdo Sousa

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Ceará (UFC)
laramacedo@arquitetura.ufc.br

RESUMO

O artigo reflete sobre o papel da assistência técnica e seu potencial transformador na elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) na ZEIS Poço da Draga em Fortaleza. Por meio de uma observação participante em campo, foi possível apreender a dinâmica e o contexto no qual a construção do Plano se insere, tanto da perspectiva dos moradores, quanto da perspectiva do Estado. Trata-se do resultado do projeto de pesquisa da Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Ceará, tendo sido realizada extensa revisão bibliográfica com arcabouço literário diverso acerca dos temas que se relacionam e permeiam o objeto de estudo.

Palavras-chave: Assistência Técnica, Fortaleza, Plano Integrado de Regularização Fundiária, Poço da Draga, ZEIS

INTRODUÇÃO

Juridicamente, a informalidade significa a falta de segurança total da posse, que expõe os residentes ao risco de despejo pelas autoridades públicas ou proprietários de terrenos (FERNANDES, 2011). No contexto da década de 2000, no Brasil, a regularização passou a ser entendida de forma ampla, valorizando, além da segurança individual da posse, a integração da área regularizada ao conjunto da cidade, na tentativa de conduzir os assentamentos ilegais a condições de dignidade e habitabilidade (INSTITUTO PÓLIS, 2002). O Estado brasileiro tem avançado no reconhecimento de direitos destes moradores em relação ao espaço urbano que ocupam, adotando uma abordagem integrada, combinando a segurança jurídica da posse com intervenções sócio-espaciais objetivando a melhoria dos serviços públicos e políticas urbanas e socioeconômicas relacionadas.

Tal abordagem possibilita que a intervenção incorpore diretrizes de inclusão urbana expressas nos planos diretores municipais. No caso de Fortaleza, o Plano Diretor Participativo (PDP) de 2009 inclui as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) como áreas prioritárias para implantação de serviços de infraestrutura urbana e visa promover a regularização fundiária de áreas sob forte pressão do mercado imobiliário, representando um avanço dentre as práticas de regularização na perspectiva do direito à cidade. Para além do papel do estado em efetivar as políticas de regularização, consideramos ainda, as formas de planejamento não-institucionais, descritas por alguns autores como o planejamento insurgente (MIRAFTAB, 2016), termo que descreve um planejamento popular encabeçado por práticas e recursos articulados pelos moradores de assentamentos informais. No caso estudado, estas práticas desempenham um papel importante na produção do espaço e na efetivação de direitos considerando as necessidades e interesses dessa população que muitas vezes é negligenciada e invisibilizada pelo planejamento estatal.

Além disso, a Lei Federal da Assistência Técnica (11.288/2008) soma-se a estes esforços de regularização e inclusão urbana dos assentamentos informais precários se colocando como instrumento que visa a inclusão e democratização do acesso à serviços de arquitetura e engenharia, como melhorias habitacionais. Considerada uma conquista legislativa, depois de mais de uma

década de sua implantação, poucas ações se concretizaram. Aqui entra como exemplo, a assistência prestada por equipes de estudantes e professores da UFC na elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) na ZEIS do Poço da Draga, em Fortaleza, no Ceará. O PIRF tem como objetivo propor regras urbanísticas mais incluídas para o assentamento, baseadas na realidade do local e levando em conta a população ali residente.

O presente artigo tem por objetivo pautar a identificação de um potencial transformador da assistência técnica, na medida em que esta se coloca como mediadora de diálogos no caso em questão, atuando como tradução da linguagem técnica para a linguagem dos moradores. A metodologia desenvolvida baseou-se na observação-participante em campo e na revisão de literatura baseada em um arcabouço teórico diverso que contempla os temas de informalidade, insurgência, regularização de terras urbanas e a assistência técnica em habitações de interesse social. O artigo se estrutura em 3 seções, onde na primeira serão apresentados os conceitos relacionados ao tema central e a contextualização histórica e teórica do objeto de estudo; na segunda parte serão apresentados os resultados e na terceira a discussão desses resultados do ponto de vista analítico, abordando discussões teóricas relevantes ao tema proposto.

O POTENCIAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA REALIDADE PARA OS MORADORES INFORMAIS

A urbanização informal acontece de forma autônoma e espontânea, fora das regras institucionais definidas para a cidade e geralmente caracterizada por insegurança de posse, infraestrutura precária e ausência de serviços básicos. O planejamento urbano convencional muitas vezes exclui as comunidades informais do recebimento de serviços e infraestrutura, numa tentativa de invisibilizar a sua existência impondo ainda regras urbanísticas da “cidade formal”, que se coloca como regra e estão fora da realidade desses assentamentos. Assim, a presença da informalidade sugere que o planejamento urbano convencional e os regulamentos de projeto urbano precisam ser reavaliados (LOUKAITOU-SIDERIS, 2014), já que ao invés de atenderem as necessidades dos moradores, acabam promovendo a sua exclusão e segregação da cidade formal. A legislação restritiva aplicada aos parcelamentos, associada à baixa renda de amplos setores da população e à ausência de outras alternativas para a habitação popular, geraram um vasto espectro de soluções informais (MARTINS, 2005), cenário no qual o Estado brasileiro tem se feito presente com a consolidação destes assentamentos, na perspectiva de que as leis os configuram como os chamados territórios “de exceção”, classificando-os como “ilegais”, e nisso, a regulação urbanística tem papel fundamental articulando e definindo atribuições espaciais (ROLNIK, 2015).

Nesse contexto, o planejamento insurgente se insere como práticas além das sancionadas pelo Estado e poderes corporativos (MIRAFTAB, 2016) que atuam como uma instância do “fazer a cidade” por fora dos métodos de planejamento institucionais, considerando os direitos urbanos dos moradores informais e levando em conta as suas reivindicações e necessidades na medida em que é protagonizada por estes. Segundo Freitas (2019), as práticas insurgentes têm se mostrado eficazes na tentativa de inclusão urbana e de mudança no equilíbrio do processo de construção de cidades em direção ao interesse público.

Ainda sobre esse conceito, Nogueira (2019, p. 227) descreve:

As práticas insurgentes de moradores urbanos emergem na ação política, na auto-organização frente às ameaças de remoção, na luta pela urbanização e regularização fundiária, nas narrativas contra-hegemônicas, na elaboração de contrapropostas ao planejamento institucional, nas ocupações de espaços públicos, na autoprodução de infraestruturas urbanas e nas resistências do

cotidiano, conduzidos frequentemente por cidadãos excluídos ou vulnerabilizados, que se aliam a outros coletivos e assessorias técnicas, utilizando o próprio planejamento como instrumento de contestação a um projeto urbano que não reconhece seus direitos, instaurando, assim, um campo de disputa territorial.

No caso em estudo, a assistência técnica atua como mediadora de um diálogo e tradutora de uma linguagem, estando a serviço do Estado, na tentativa de viabilizar uma linguagem comum entre o Poder Público e a sociedade civil para assim, se chegar ao objetivo comum.

De acordo com o Plano Diretor, a cidade é demarcada (zoneada) mediante diversas classificações que levam em consideração a expansão urbana do território e a distribuição de atividades e serviços, por exemplo. O macrozoneamento atua de modo a guiar as decisões do Poder Público no que cerne ao desenvolvimento urbano, sendo uma base para diretrizes espaciais, e é definido como “um referencial espacial para o uso e a ocupação do solo na cidade, de acordo com as estratégias de política urbana” (BRASIL, 2002, p. 41) definindo as áreas de ocupação e de proteção ambiental. Assim, algumas áreas ocupadas espontaneamente em desacordo com as normas previstas no Plano Diretor, se tornam irregulares por não cumprirem as regras urbanísticas e os índices previstos para aquele local. Tendo em vista que uma grande parte das cidades é composta por assentamentos informais, essas normas urbanísticas se mostram ineficazes na medida em que não se adequam à realidade desses territórios.

Nesse sentido, o instrumento ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), implementado em algumas cidades brasileiras, são definidos pelos Planos Diretores como áreas prioritárias para investimentos urbanos, que devem atender às demandas e expectativas dos moradores por meio da formação de um conselho comunitário (FREITAS, 2017). As ZEIS seriam assim uma tentativa de mudar o cenário de regras urbanas excludentes que expressa a disparidade entre a forma urbana exigida pelos parâmetros legais definidos pela LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo) e a forma urbana das construções das ZEIS.

Em Fortaleza, o Poder Público Municipal propôs redefinir os índices urbanísticos de áreas de ZEIS da cidade de modo que estes novos parâmetros traduzam a ocupação daquele local de forma includente e realista para, assim, regularizá-las e urbanizá-las com serviços e equipamentos. O Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) é uma iniciativa do IPLANFOR, (Instituto Municipal de Planejamento de Fortaleza) e as áreas escolhidas inicialmente para serem contempladas foram aquelas consideradas como ZEIS Prioritárias devido a seu histórico de mobilização em torno do instrumento.)

O município de Fortaleza vem regularizando assentamentos urbanos através do Órgão Municipal HABITAFOR adotando exclusivamente iniciativas de titulação de posse. Assim a iniciativa do IPLANFOR ao regulamentar as ZEIS é inovadora no contexto local, tendo em vista que regulariza a partir da redefinição de parâmetros para uma qualificação do território e melhorias habitacionais. Além disso, o PIRF da ZEIS deve ser elaborado de uma maneira participativa, através de uma pactuação de regras urbanísticas com os moradores. Neste processo a Universidade foi contratada para atuar como mediadora entre o Poder Público e os moradores numa prática que se enquadra na definição de assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo.

No caso da ZEIS Poço da Draga, diversos zoneamentos e macrozoneamentos especiais se sobrepõem à área, sendo esta abrangida pela Zona de Orla trecho III (ZOIII), demarcada como Zona Especial de Interesse Social do Tipo 1 (ZEIS1), como Zona Especial do Projeto Orla (ZEPO) e estando parte do seu território localizado dentro de uma área demarcada como Zona de Proteção Ambiental do Tipo 1 (ZPA1) pelo Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR/2009).

Enquanto situada em ZOIII, subzona 2, setor 1, segundo a Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), a área do Poço da Draga possui parâmetros urbanísticos muito diferentes da realidade existente na comunidade. Como exemplo pode-se citar a Taxa de Ocupação (T.O) que é de 60% para a área em questão, enquanto no contexto da comunidade essa taxa está entre 90 e 100%; cabe também citar o Tamanho Mínimo de Lote que na normatização formal é previsto 125m² de área, enquanto no Poço da Draga pode chegar a 160m². Tal comparação de índices atesta a exclusão da comunidade no território por parâmetros que não são os condizentes com as construções e com a morfologia do território em estudo.

Nesse contexto, o PIRF atua como tentativa de pactuar as normas específicas que deveriam regular o território da ZEIS Poço da Draga através de diálogos sobre a realidade do território e suas demandas prioritárias mediante a elaboração de oficinas conduzidas por profissionais e estudantes da UFC. Aqui, os técnicos atuam buscando traduzir a linguagem técnica para a linguagem dos moradores de modo que as normas urbanísticas sejam compreendidas para, serem redefinidas, atuando, ainda como mediadores, no sentido em que se subsidia as escolhas da população e também participa dos conflitos.

Dentro da analogia de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1988), o técnico deve ser aquele que “segue a partida com interesse, procura esclarecer dúvidas e pontos obscuros e funciona como mediador, aconselhando a atualização de estatutos e modos de agir, à medida que verifique sua superação” (SANTOS, 1988; p. 55). A proposta de Santos vai no sentido da construção de um ambiente propício ao debate fundamentado sobre a cidade, onde se dê especial atenção às demandas populares. Dois pontos chaves da democracia estariam contemplados, relativos à equidade e à ampla difusão de conhecimento, como condições para um protagonismo popular efetivo e consciente (SANTOS, 1988). Este era portanto o objetivo da equipe técnica da UFC na elaboração do PIRF do Poço da Draga: explicar as regras do jogo para atores previamente excluídos do debate sobre o processo de urbanização da cidade. A equipe atuou também com um papel de consultor, segundo definição de Souza e Rodrigues (2004), atuando cooperativamente com os moradores, de modo que o saber popular destes se complemente ao saber-técnico daqueles que detém o protagonismo do processo.

O caso em questão trata(-se) de uma assistência técnica e vale diferenciá-lo de assessoria técnica, na medida em que em uma situação ideal de assessoria “os assessorados – geralmente um grupo social organizado – solicitam a assessoria e determinam o papel que ela assumirá no processo” (BALTAZAR E KAPP, 2016). Além de que, ainda segundo Baltazar e Kapp (2016):

Há uma diferença entre prestar assistência na perspectiva de que as pessoas se adaptem cada vez melhor a um padrão prescrito de necessidades e satisfações ou, inversamente, buscar uma assessoria na perspectiva de que consigam articular suas próprias demandas e orquestrar, com autonomia crescente, os meios de satisfazê-las (BALTAZAR E KAPP, 2016).

Por fim, a assistência técnica atua nesse caso como agente catalisador da transformação da realidade dos moradores informais do Poço da Draga, contribuindo para a viabilização de um cenário urbano mais incluyente.

O DIÁLOGO SOBRE A REDEFINIÇÃO DAS NORMAS NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA - O CASO DO POÇO DA DRAGA

A realização de oficinas foi o instrumento utilizado para assessorar os moradores nesse processo de diálogo, nas quais foram abordados os temas de parâmetros urbanísticos e de condições

dignas de habitação. Tal assistência foi demandada pela prefeitura para dar um caráter participativo ao Plano, no entanto, levando em consideração o histórico de tentativas de atuação do Poder Público no território do Poço da Draga e as diversas ações de pesquisa acadêmica sem frutos para a comunidade, os moradores e a organização comunitária não se mostraram muito abertos, havendo certa resistência na participação de tais atividades, o que resultou, inclusive, na realização das oficinas em logradouro público do território em razão de uma certa resistência dos moradores em receber as oficinas na ONG existente no local.

Inicialmente, fez-se necessária a atualização da base de dados georreferenciados em razão da falta de informações sobre a maior parte do território dentro da poligonal da ZEIS na base de dados de origem da SEFIN (Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza), como condição fundamental para se iniciar o diálogo com a comunidade, tendo em vista a necessidade de dados atualizados para a seguinte explicação dos parâmetros urbanísticos aos moradores. Assim, “com base em imagem de satélite de um levantamento aerofotogramétrico de 2016 e de dados vetoriais do mesmo ano referentes à presença de muros e cercas, o mapa de lotes de 2010 foi atualizado para 2016” (UFC, 2019). Além disso, houve a necessidade de produção de informação complementar, como *shapes* de limites dos lotes e cálculo dos indicadores.

Durante a realização das oficinas na comunidade, fez-se uso de maquetes físicas e como objetivo destes encontros destaca-se a explicação aos moradores de que por meio de sua permanência na comunidade, existia a possibilidade de melhorias públicas e domésticas no local onde vivem, garantindo a salubridade e dignidade das casas e espaços públicos, e assim, seria possível fortalecer as instâncias de luta popular do território, a valorização das práticas locais e o empoderamento da comunidade frente ao Poder Público ao reivindicar seus direitos.

As oficinas objetivaram, também, informar sobre a importância do marco legal dos parâmetros como estratégia de reconhecimento da forma urbana existente. Apesar dos esforços de mobilização e sensibilização, as oficinas se deram em um contexto de pouca participação dos moradores, revelando uma comunidade pouco articulada, em parte pelo sentimento de desconfiança já existente para com o Poder Público, que muitas vezes agiu de encontro ao desejo de permanência da comunidade no território devido à disputa territorial relacionada à produção imobiliária que atua na área. Outros fatores identificados para explicar a pouca participação são as ameaças de remoção já ocorridas na comunidade e o contexto de tráfico de drogas e violência vivenciado no território, o que entra como fator limitante da pesquisa dificultando o diálogo.

Tais oficinas ocorreram por meio de diálogos introdutórios acerca da importância da normatização especial para a ZEIS, apresentações de slides para contextualização do tema tratado e suas implicações na vida dos moradores, e explicações acerca do que são os parâmetros urbanísticos em cada uma das três oficinas realizadas na fase de normatização. Ao longo dos diálogos, os técnicos da UFC explicaram que, para construir os parâmetros urbanísticos especiais para a ZEIS Poço da Draga é necessário ter a participação dos moradores na construção de parâmetros que se adequem à realidade específica da comunidade e que as casas que estivessem abaixo dos parâmetros mínimos definidos pelos moradores não seriam necessariamente removidas, mas sim indicadas como prioritárias para a efetivação da melhoria habitacional e a salubridade das edificações (UFC, 2019). De forma geral, é importante salientar, corroborando com o Produto de Normatização Especial, que o diálogo com os moradores só se viabilizou quando foi garantido aos moradores que esses parâmetros urbanísticos redefinidos não indicariam remoção.

Por meio de uma observação-participante durante o processo de elaboração do PIRF, foi possível compreender o contexto em que a comunidade está inserida tanto pelo ponto de vista dos moradores, quanto pela ótica do Poder Público. A vivência no território foi um fator determinante na compreensão do processo e dos conflitos, tornando possível enxergar a disparidade

entre a forma urbana das construções nas ZEIS com a que é exigida pelos parâmetros legais da cidade formal definidos pela LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo).

Cabe pontuar que os representantes da comunidade condicionaram seu envolvimento na elaboração do PIRF à redefinição da poligonal que define o território da ZEIS, incluindo dentro da poligonal da ZEIS a chamada “Vila dos Correios” de modo que nenhum lote ficasse de fora do PIRF. Apenas a partir dessa consideração foi que os diálogos puderam ser iniciados.

Figura 1. Mapa com Poligonal Expandida da ZEIS Poço da Draga.

Fonte: Apresentação do Plano Urbanístico para o Conselho Gestor da ZEIS Poço da Draga, UFC 2019 (Elaborado pela equipe PIRF Arquitetura)



CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLETINDO SOBRE A EXPERIÊNCIA

Início este item discorrendo sobre minha inserção no processo com expectativas acerca do contato com a comunidade imaginando uma grande participação e engajamento por parte dos moradores, o que acabou me frustrando ao perceber o contrário. A baixa participação nas oficinas me fez questionar e perceber que estavam relacionados a diversos fatores, entre eles, a tentativa frustrada de engajamento através dos mobilizadores sociais, que se deu em parte pelo receio causado pelo contexto de violência vivido no território no momento, e em parte pela dificuldade destes em representarem todos os setores da comunidade, além da relação de desconfiança com o Poder Público, anteriormente citada.

Assim como aponta o Relatório de Normatização Especial do PIRF (UFC, 2019), o desejo de permanência na comunidade e o medo de remoção são fatores que permearam todo o processo no tocante à atuação dos moradores e sua contribuição com as oficinas e reuniões demandadas pela construção do Plano. A permanência no território foi questão fortemente colocada nos momentos de diálogo: “O importante é chegar em casa, ainda que a rua seja estreita” (Oficina

2 de normatização especial, 2019) e “O Parâmetro que a gente quer é receber o papel da nossa casa e não ser removido daqui” Dona Zenir (Oficina 3 de normatização especial, 2019).

Quanto à análise do processo como um todo, cabe destacar a condição colocada pelos moradores quanto à reformulação da poligonal a qual o PIRF abarcaria. Tal exigência enquadra-se como forma de insurgência (MIRAFTAB, 2016; FREITAS, 2019) na qual a população resiste e visa transformar tal política urbana para atender às suas necessidades, além de perceber-se nas falas dos moradores uma maior preocupação com o interesse coletivo. Fatores como a preservação ambiental e a proteção desse terreno como valor de uso e não como valor de troca são propostas dos representantes dos moradores que visam proteger a permanência dos residentes no local, assim como aponta Freitas (2017) ao discutir casos de outras ZEIS em Fortaleza..

Logo no início da construção do Plano, a necessidade de adequação dos *shapes* de lotes para que posteriormente se pudesse dar início a realização das oficinas, demonstra a tentativa de invisibilização do assentamento pelo Estado, com a falta de dados atualizados do território (COSTA LIMA *et all*, 2019). Rolnik (2015) discorre sobre como o Estado reforça a disparidade discriminatória da cidade ao tornar invisíveis os subúrbios populares nos mapas de zoneamento das cidades, enquanto bairros populares se colocariam como exceção.

Durante a elaboração do PIRF, algumas dificuldades e obstáculos se colocaram entre a tentativa de fomentar o diálogo entre Estado e população e a sua devida efetivação, sendo algo que acabou por impedir a realização de algumas partes do diálogo para a construção do Plano. Dentre estes, a questão do contexto de violência na comunidade e a baixa participação dos moradores, que estão diretamente atrelados. Assim, conseguiu-se estabelecer um diálogo através da assistência técnica mas no contexto de uma sociedade desigual e de um Estado excludente, as limitações enfrentadas por uma estrutura maior não conseguiram ser superadas, estando além do escopo ao qual os técnicos se propuseram. Ainda assim, conseguiu-se avançar com as oficinas realizadas e assim, a possibilidade de criação de uma realidade mais próxima da existente para a ZEIS Poço da Draga mantendo o principal parâmetro demandado pela comunidade como explicitado na fala de um morador “Nosso principal parâmetro é a permanência” (Oficina 1 de normatização especial, 2019).

No tocante à assistência técnica prestada durante o processo, pode-se classificar os técnicos da UFC quanto à sua atuação e tendo como base os conceitos de Santos (1988) e Souza e Rodrigues (2004). Os conceitos de mediador e consultor cabem aqui e, por vez, mesclam-se, devendo ser reconhecidos por sua importância no âmbito de reiterar o potencial transformador da assistência técnica. Dentro da analogia de Santos (1988), o técnico deve procurar esclarecer dúvidas e atuar como mediador da “partida”, aconselhando modos de agir e auxiliando “o desenrolar do jogo”. O conceito de Santos corrobora um ambiente propício ao debate fundamentado sobre a cidade, onde se dê especial atenção às demandas populares. Dois pontos chaves da democracia estariam ali contemplados, a equidade e a ampla difusão de conhecimento, como condições para um protagonismo popular efetivo e consciente num quadro de disputa minimamente justa (Ferreira, Oliveira e Iacovini; 2019). Já para Souza e Rodrigues (2004), o técnico deve atuar como consultor, à medida em que o especialista deve trabalhar com os cidadãos cooperativamente, de modo que o saber-técnico não substitua a experiência e o saber popular daqueles. Assim, a tomada de decisões relativas às perspectivas de futuro da cidade deve ser responsabilidade de todos e o protagonismo deve ser dos cidadãos.

No presente caso, a tais papéis de mediador e consultor soma-se, ainda, o de tradutor das regras do jogo, se usando da analogia de Santos (1988), tendo em vista que a assistência se deu no sentido de uma tradução de linguagem para a facilitação de comunicação entre os envolvidos no processo, possuindo assim, papel primordial na concretude do Plano.

Por fim, mesmo com a importância dos papéis desempenhados pelos técnicos, a almejada assessoria acabou por ser assistência no sentido de não ter sido demandada pela comunidade e por ter acontecido apenas pelo período de tempo que durou a elaboração do Plano, além de não ter conduzido o processo a fim de fomentar a autonomia crescente dos moradores envolvidos, visando que estes conseguissem articular suas próprias demandas e orquestrar os meios de concretizá-las, como cita Kapp e Baltazar (2016). Ainda assim, vale-se reiterar o papel de tal assistência aqui como um facilitador no processo de transformação da realidade do Poço da Draga, destacando seu papel como potencial de mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. **Assessoria técnica com interfaces**. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016.
- Costa Lima, M. Q. ; Freitas, Clarissa F. S. ; Cardoso, Daniel Ribeiro . **Modelagem da informação para a regulação urbanística dos assentamentos precários em Fortaleza**. URBE. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO URBANA , v. 11, p. 1-20, 2019.
- FERNANDES, E. **Regularization of Informal Settlements in Latin America**. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2011. p. 1-25. (Policy Focus Report). Disponível em: . Acesso em: 29 ago. 2017.
- FERREIRA, Lara; OLIVEIRA, Paula; IACOVINI, Victor. **Dimensões do Intervir em Favelas: Desafios e Perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Peabiru TCA, 2019. p. 219-240.
- FREITAS, C.F.S.; CARDOSO, D.; COSTA LIMA, M.Q. Relatório técnico final Projeto de Pesquisa: **Informalidade urbana e regulação do território no Brasil**. CHAMADA MCTI/CNPQ/MEC/CAPES Nº 22/2014 CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. Fortaleza, 2018.
- FREITAS, Clarissa S. **Insurgent Planning? Insights from two decades of the Right to the City in Fortaleza, Brazil**. City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, Local, v. 23, n. 3, p. 285-305, ago./2019.
- FREITAS, Clarissa. **Undoing the right to the city: World Cup investments and informal settlements in Fortaleza, Brazil**. JOURNAL OF URBAN AFFAIRS, v. 39, n. 7, p. 953-969, jul./2017
- MARTINS, M. L. R. **Globalização, Informalidade e Regulação em Cidades Latino-Americanas**. Cadernos PROLAM/USP, São Paulo, v. 5, n.8, p. 31-49, 2006.
- MIRAFETAB, Faranak; KUDVA, Neema; **Cities of the Global South Reader**: subtítulo do livro. 1. ed. [S.l.]: Routledge, 2014. p. 29-38.
- OMUKHIJA, Vinit; LOUKAITOU-SIDERIS, Anastasia; **The Informal American City: Beyond Taco Trucks and Day Labor (Urban and Industrial Environments)**. 1. ed. [S.l.]: The MIT Press, 2014. p. 1-15.
- NOGUEIRA, Amanda M. Alexandrino. **Possibilidades e desafios de práticas insurgentes: o caso da comunidade Poço de Draga, Fortaleza, Brasil**. Fortaleza, 2019.
- ROLNIK, Raquel; **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Edição. [S.l.]: Boitempo, 2015. p. 9-17.

ROLNIK, Raquel; **Guerra dos lugares**: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Edição. [S.l.]: Boitempo, 2015. p. 169-194.

SANTOS, C. N. F. D. **A cidade como um jogo de cartas**. 1. ed. Niterói; São Paulo: Editoria Universitária EDUFF; Projeto Editores Associados, 1988.

UFC, Equipe PIRF. **Plano Integrado de Regularização Fundiária da ZEIS do Poço da Draga: Relatório de Definição da Normatização Especial da ZEIS Poço da Draga**. Fortaleza, 2020.

UFC, Equipe PIRF. **Plano Integrado de Regularização Fundiária da ZEIS do Poço da Draga: Caderno de Diagnóstico Sócio Econômico, Físico-Ambiental, Urbanístico e Fundiário**. Fortaleza, 2020

UFC, Equipe PIRF. **Plano Integrado de Regularização Fundiária da ZEIS do Poço da Draga: Plano Urbanístico**. Fortaleza, 2020

RURALIDADES NO URBANO: A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO ESPAÇO URBANO DE ANDARAÍ (BA)

Vanessa dos Santos Moreira

Bacharelada em Urbanismo pela Universidade do estado da Bahia – UNEB vanes-sam.urbs@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar as características que ajudam a compreender a pequena cidade de Andaraí (Ba), identificando sua inserção na rede urbana e os conteúdos rurais existentes no espaço urbano. Partimos do pressuposto, de que, a rede urbana é fundamental para existência e adjetivação de uma pequena cidade e que os conteúdos rurais e urbanos coexistem no espaço urbano. Foram estabelecidas quatro etapas metodológicas: revisão de literatura para dar conta da discussão e conceituação da pequena cidade; levantamento de dados secundários para caracterização do município de Andaraí (Ba); pesquisa de campo: observação e aplicação de questionários e pôr fim a análise e sistematização dos dados coletados. Concluiu-se que a relação com o campo e setor primário, o tempo definido pela natureza e a dependência das principais fontes tributárias estatais são importantes conteúdos presentes na cidade de Andaraí.

Palavras-chave: Pequenas Cidades. Ruralidade. Urbano. Andaraí (Ba).

INTRODUÇÃO

Apesar dos numerosos estudos dos processos de urbanização e da conformação de redes urbanas, existem importantes lacunas nas discussões científicas sobre as pequenas cidades. Estas que, assumiram grande expressividade no Brasil em decorrência do intenso processo de emancipação municipal ocorrido após a Constituição de 1988, enfrenta o descaso na sua adjetivação e conceituação.

Há contribuições de importantes autores que se debruçaram sobre a temática. As contribuições de Corrêa (1999; 2011) e Fresca (2010) buscam definir o que são cidades pequenas e discutem a refuncionalização dos pequenos centros. Veiga (2004), Bacelar (2009), Maia (2010), Henrique (2010; 2012) e Moreira Junior (2013) apresentam elementos e características acerca da urbanidade e ruralidade nas pequenas cidades.

Isso posto, o objetivo deste artigo é investigar as características que ajudam a compreender a cidade de Andaraí (Ba), identificando sua inserção na rede urbana e os conteúdos rurais existentes no espaço urbano. Para isso, foram estabelecidas quatro etapas no desenvolvimento da pesquisa: (I) revisão de literatura; (II) levantamento de dados secundários para caracterização do município de Andaraí (Ba); (III) pesquisa de campo, apoiado em observação sistemática e aplicação de questionários e, por fim, (IV) a análise e sistematização dos dados coletados.

O artigo está estruturado em cinco partes. Além da introdução e conclusões, a segunda seção se dedica ao debate conceitual sobre a pequena cidade, buscando identificar suas características fundamentais na literatura acadêmica. A terceira seção objetiva situar a cidade de Andaraí, apresentando uma caracterização dos seus aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos. A quarta seção se detém na apresentação das especificidades da cidade de Andaraí (Ba), destacando os conteúdos rurais e sua inserção na rede urbana regional.

PEQUENAS CIDADES: UM ESFORÇO DE CONCEITUAÇÃO

A urbanização brasileira tem vivenciado, em tempos de globalização, uma larga distribuição do capital produtivo. Como explica Roberto Lobato Corrêa, a globalização causa interferências nas estruturas sociais, econômicas e políticas além de ser responsável pela atual configuração espacial. Nesse sentido, “os investimentos pensados e programados segundo uma perspectiva global, criaram e reestruturaram inúmeras e complexas redes geográficas das quais a rede urbana é a expressão mais contundente” (CORRÊA, 1999 p. 44). Assim, a rede urbana, sob os impactos da globalização, por menor que seja, é incorporada a um circuito espacial de produção, quer seja expressa pela produção, distribuição ou apenas consumo de bens, serviços ou informações. Assim, a urbanização é afetada devido a elevada ocorrência de pequenos centros que são desenvolvidos para responder à necessidade econômica do mercado, incorporada a uma mínima divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 1999).

Nesse contexto, ao conceituar a pequena cidade e considerá-la com sendo somente como um ponto na rede de cidades, Corrêa (2011) declara que “a pequena cidade é entendida como um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços” (CORRÊA, 2011, p. 6).

Corrêa (2011) avalia que, para além do tamanho demográfico, o grau de centralidade é o melhor aspecto de definição das pequenas cidades. Fresca, por sua vez, considera que “para caracterizar uma cidade como sendo pequena é necessário entender sua inserção em uma dada rede urbana ou região” (FRESCA, 2010, p. 77). Portanto, um entendimento do contexto socioeconômico faz-se necessário para evitar equívocos recorrentes, cometidos por alguns autores, em limitar apenas o recorte das pequenas cidades seguindo os dados populacionais e a classificação do IBGE. Fresca (2010) alerta sobre o risco de comparar cidades com número de habitantes similares, considerando-as apenas como sendo cidades pequenas e desprezando as suas especificidades regionais.

Ao buscar oferecer elementos para compreensão dessas cidades, Henrique (2012), no texto, “*Do rural ao urbano: dos arquétipos à especialização em cidades pequenas*” traça a primeira grande dificuldade teórica para compreensão das pequenas cidades: a diversidade de funcionalidades nucleares que as caracterizam.

Enquanto as grandes cidades terão um pouco de tudo, ou muito de tudo, levando, inclusive, a uma homogeneidade, as cidades pequenas serão muito mais diversas: cidades rurais, agrárias, industriais, comerciais, universitárias, dormitórios ou nenhuma das anteriores. (HENRIQUE, 2012 p. 65).

O autor identifica cinco dimensões para o entendimento da cidade, tomando como parâmetro as contribuições de Wanderley.

Os estudos apresentados por Wanderley (2001) colocam como fundamental o estudo das cinco dimensões:

1) O exercício das funções propriamente urbanas; 2) A intensidade do processo de urbanização; 3) A presença do mundo rural; 4) O modo de vida dominante; 5) A dinâmica da sociabilidade local. (HENRIQUE, 2010 p.46)

Uma revisão de literatura permitiu elencássemos um conjunto de características basilares que compõem a realidade da pequena cidade de Andaraí e possibilitou uma aproximação conceitual com este fenômeno: (i) a relação com o campo e o setor primário; (ii) o tempo definido pela natureza; (iii) e a dependência das principais fontes tributárias estatais.

A relação com o campo e setor primário

Na constatação de Corrêa (2011), ao falar sobre as cidades pequenas na confluência do rural e do urbano, é atribuída à pequena cidade a responsabilidade de constituir “nó fundamental” na rede de relações econômicas envolvendo o rural e o urbano. Identifica-se no início da cadeia de comercialização, o beneficiamento de produtos do mundo rural e os industrializados produzidos localmente, visando o mercado local. Logo mais, ao industrializar o campo, são gerados complexos agroindustriais (CAI’s) em substituição do complexo rural (CORRÊA, 2011). Assim, foram afetadas, tanto as estruturas fundiárias, gerando a concentração de terra e latifúndios, como também, as relações de produção, reduzindo ainda mais o número de pequenos proprietários e aumentando os assalariados. Em consonância, o consumo de bens e serviços tornou-se diversificado e ampliado para o setor atacadista-varejista. No que se refere à dinâmica interna das pequenas cidades, é de sua relevância nos conjuntos de atividades econômicas desenvolvida ter as estruturas dos municípios ligadas essencialmente às atividades agropecuárias. (MOREIRA JUNIOR, 2013).

Tempo definido pela natureza

Corrêa (2011) indica que o ritmo de vida da pequena cidade, depende do ritmo de vida agrícola, passando por mudanças e levando em consideração o que a própria industrialização oferece: “uma oferta de uma ampla e variada gama de produtos industriais, novos e antigos, direcionados ao consumo produtivo e ao consumo não produtivo” (CORRÊA, 2011, p. 9). Contudo, Henrique (2012), apoiando-se em Lefebvre (1973), como base teórica para entender as marcas típicas da ruralidade e da urbanidade, explica a gradação do processo de urbanização através dos arquétipos rurais e arquétipos urbanos, considerando a coexistência e “níveis” de urbanidade que operam em uma escala que varia de 100% do arquétipo urbano a 100% do arquétipo rural.

Lembramos que estes conteúdos entre rural e urbano, manifestados em suas ruralidade e urbanidades, sobrepõem-se no espaço, coexistem, muitas vezes, dentro de uma mesma cidade[...] É importante reafirmar isso: não se trata de criar uma classificação dualista entre algo que é urbano versus o que é rural. Muito pelo contrário, o que buscamos argumentar é que as combinações e intensidades de ambos os conteúdos são extremamente variados e móveis. (HENRIQUE, 2012, p. 66- 67).

Dito isso, o autor afirma que, no caso arquétipo rural, “o tempo é definido pela natureza, que rege tanto os aspectos de produção - notadamente vinculada à produção agrícola - quanto questões do cotidiano”, entretanto para o arquétipo urbano “o espaço é marcado por maior fluidez de amplitude espacial, mesmo enquanto potencialidade é global”. Assim, conclui, “Por ser um tempo “natural”, apresenta-se cíclico, aquele das estações do ano, e, comparativamente ao tempo urbano, é lento.” (HENRIQUE, 2012, p. 71).

Dependência das principais fontes tributárias (FPM)

Bacelar (2009) e Maia (2010) identificam que as cidades pequenas e médias dependem “quase que exclusivamente apenas dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)”. (MAIA, 2010, p. 40). Isso posto, Bacelar (2009) apresenta estatisticamente que:

Dos municípios brasileiros, aqueles com até 10.000 habitantes, participam com apenas 9,9% das receitas tributárias do país (ISS, IPTU, ITBI, ICMS etc.) Sendo assim, os repasses Federais e Estaduais são as fontes vitais desses municípios, que não conseguem gerar receita interna. (BACELAR, 2009 p. s/n).

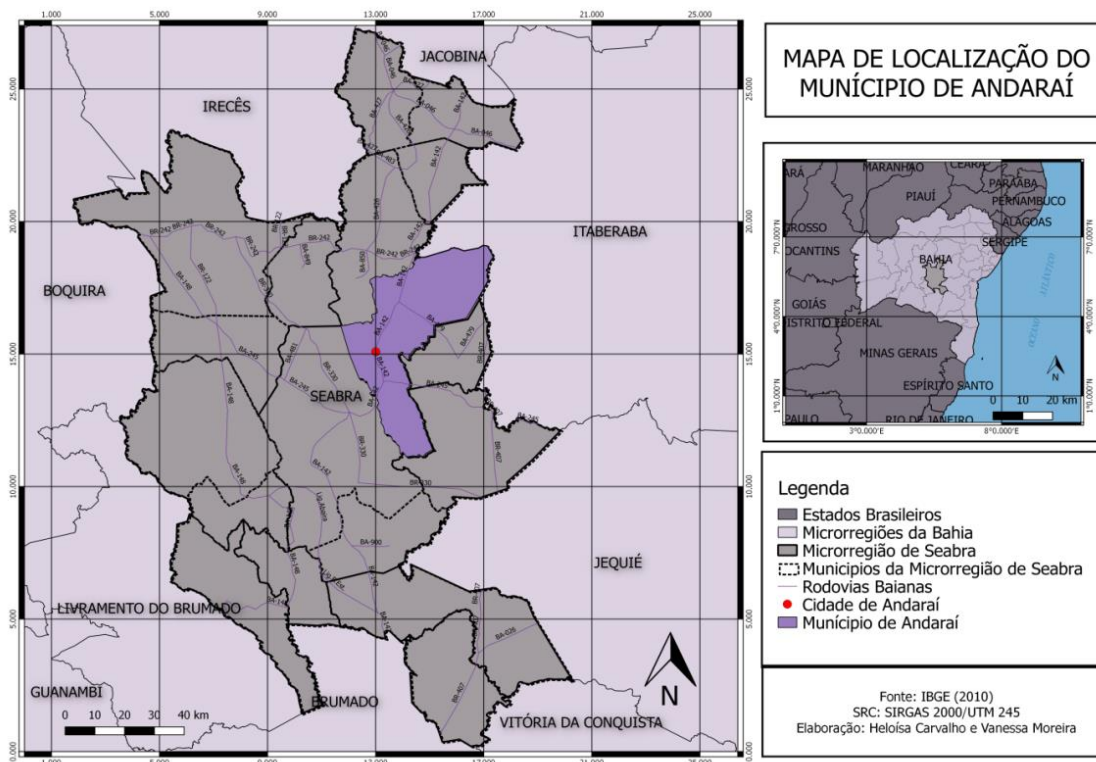
Vale acrescentar que parte da economia dos municípios, cujas sedes apresentam contingente populacional inferior a 20 mil habitantes, provém da gestão da economia rural ou de recursos da União, como apresenta o estudo de MAIA (2010):

No nordeste brasileiro, a maioria das pequenas cidades têm como principal função a administração da economia rural. Diante mesmo da escassez inclusive de uma economia rural significativa, a dinâmica dessas pequenas cidades dá-se unicamente pelo recebimento dos recursos federais de benefícios sociais. (MAIA, 2009, p. 40)

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DA CIDADE DE ANDARAÍ (BA)

Como mostra o mapa 01, o município de Andaraí está localizado na Zona Fisiológica da Chapada Diamantina no Estado da Bahia. Inserida na Mesorregião do Centro Sul Baiano e pertencente à Microrregião de Seabra.

Mapa 01. Localização do Município de Andaraí na Bahia e na microrregião de Seabra.



Em termos da conformação da rede urbana, a cidade de Andaraí é polarizada por duas cidades. A cidade de Seabra (123 km de distância), considerada a “capital da Chapada Diamantina”, dispõe de uma variedade de serviços, diversidade do comércio e sede de vários órgãos estaduais e federais. E a cidade de Itaberaba (122 km de distância), portal da Chapada Diamantina, que possui diversas indústrias e forte comércio, configurado como centro polarizador na Chapada Diamantina. Andaraí sofre influência também de Salvador (408 km de distância) e Feira de Santana (292 Km de distância) (Tabela 01).

Tabela 01. Distância e tempo de viagem de Andaraí para cidades com influência na Bahia e na microrregião de Seabra.

CIDADES INFLUENTES	DISTÂNCIA (Km)	TEMPO (h/min)
Salvador	408,0	04:57:00
Feira de Santana	292,0	03:42:00
Seabra	123,0	02:30:00
Itaberaba	122,0	01:44:00
Fonte: Google Maps, acesso em novembro de 2018.		
Elaborado pelos autores.		
Nota: O tempo e distância média foi considerado pelo modal carro.		

A evolução socioeconômica dos municípios que compõem o polo turístico da Chapada Diamantina seguiu o padrão dos ciclos econômicos ocorridos no interior baiano e teve seu início com a introdução da pecuária extensiva na região durante o século XVI. Foi por volta de 1844, com a descoberta de importantes jazidas na área da atual município de Mucugê, marcou o Ciclo da Mineração. Tal surto da mineração provocou a formação de numerosos assentamentos humanos em consequência do fluxo migratório, sobretudo após a abertura de estradas no qual se podia chegar aos povoados de Andaraí e Igatu.

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o nome dado ao município de Andaraí tem origem indígena *Andirahy*, que na língua tupi-guarani, significa “Rio dos Morcegos (IBGE,2018). Os primeiros povoadamentos surgem em áreas de fazendas de agricultura e pecuária que serviam aos garimpos da Chapada Velha e Rio de Contas. Os garimpeiros que, atraídos pelas pedras preciosas iniciam o povoamento da sede do município, que na época era parte de Santa Izabel do Paraguaçu (atual Mucugê). O povoado continuou a desenvolver-se em 1847. Em 1852, Andaraí já é considerado um distrito Policial. Torna-se distrito de Paz, elevado a freguesia, no ano de 1884 e em Vila nos quatros anos seguintes. A condição de cidade foi assumida por ato do governador baiano José Gonçalves da Silva, em 28 de abril de 1891. (Prefeitura de Andaraí, 2017)

Em termos populacionais, o município de Andaraí experimentou uma perda populacional entre 1980 a 1991, da ordem de 35%, em decorrência do desmembramento e criação do município de Nova Redenção em 1989. O fato mais marcante em relação à população foi a gradativa elevação da taxa de urbanização do ano 2000 ultrapassa dos 50%, atingindo 55,7% no ano de 2010 (Tabela 02).

Tabela 02

ANO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	TAXA DE
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANIZAÇÃO
1980	4.167	17.843	22.010	18,93
1991	5.825	8.456	14.281	40,80
2000	7.166	6.718	13.884	51,60
2010	7.773	6.187	13.960	55,70
2020	(*)	(*)	13.808	(*)
Fonte: IBGE (2010), SEI (1991 e 2010), PDITS (s/d).				
Nota: (*) Não obtivemos a informação.				
Elaborado pelos autores.				

Há um relevante crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no município de Andaraí entre o período de 2002 a 2015. Contudo, esse crescimento não representou um aumento percentual da participação do município na Microrregião de Seabra, tampouco em relação ao estado da Bahia. (Tabela 03).

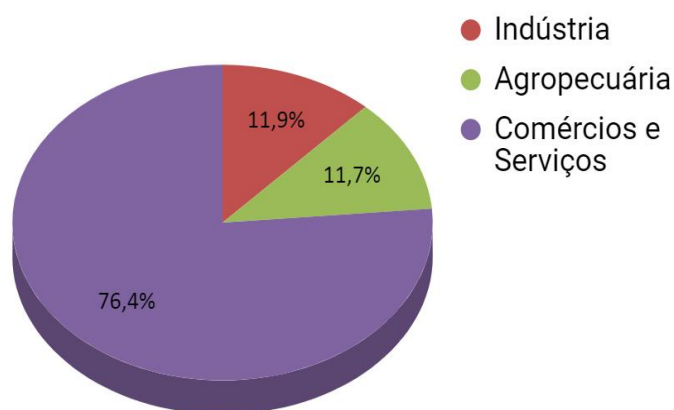
Tabela 03. Produto Interno Bruto da Bahia, microrregião de Seabra e município de Andaraí - 2002-2015.

ANO	BAHIA (milhões - R\$)	MICRORREGIÃO DE SEABRA (Milhões - R\$)	ANDARAÍ (Milhões - R\$)	PIB DE ANDARAÍ NA BAHIA (%)	PIB DE ANDARAÍ NA MICRORREGIÃO DE SEABRA (%)
2002	58.842,98	584,23	22,60	0,04	3,87
2005	88.291,88	766,79	29,62	0,03	3,86
2010	154.419,55	1.425,89	52,73	0,03	3,70
2015	245.024,86	2.449,16	88,31	0,04	3,61

Fonte: SEI (2015).
Elaborado pelos autores.

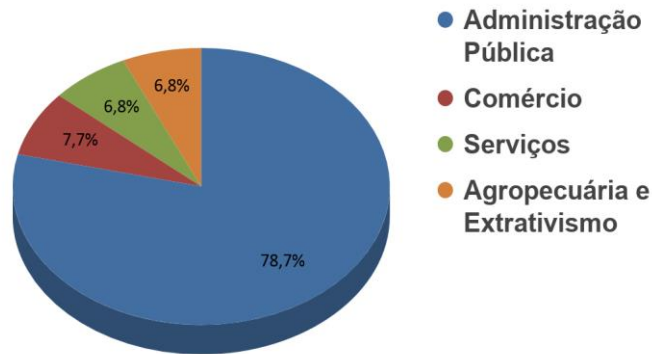
O gráfico 01 detalha a composição do PIB municipal por setores de atividades para o ano de 2015. Nele, o setor de comércio e serviços ocupa o topo na composição do PIB, atingindo 76,4%, bastante superiores aos valores agregados da indústria (11,9%) e da agropecuária (11,7%). Essa representatividade decorre em certa medida da oferta de bens e serviços para atender as demandas do setor de turismo, segmento importante nos municípios da Chapada Diamantina. O gráfico 2, por sua vez, reforça esta predominância das atividades de natureza urbana, pois, a maior parte do pessoal ocupado no mercado formal se concentra na administração pública (78,7%), que somados com o pessoal ocupado no comércio (7,7%) e serviços (6,8%), atingem significativos 93,2%. O expressivo número de pessoas ocupadas na administração pública corrobora as afirmações de Bacelar (2009) de que à administração municipal responde pela geração de emprego e renda das pequenas cidades.

Gráfico 01- Participação dos setores de atividade na economia do município de Andaraí- 2015



Fonte: SEI - Estatísticas dos Municípios Baianos (2014).
Elaborado pelos autores.

Gráfico 02. Pessoal ocupado no mercado formal do município de Andaraí – 2011.



Fonte: SEI - Estatísticas dos Municípios Baianos (2014).
Elaborado pelos autores.

A análise do número de estabelecimentos por setores de atividades (Tabela 4) permitem algumas conclusões. Em primeiro lugar, evidencia a força da administração pública, do comércio e do serviço, como atividades mais relevantes no contexto da cidade de Andaraí e que estão alinhadas com os dados apresentados nos gráficos 1 e 2. Em segundo lugar, verifica-se que a cidade de Andaraí tem pequena representatividade microrregional na oferta do comércio (2,33%), dos serviços (3,68%), do segmento industrial (1,77%) e da agricultura e extrativismo (3,73%), atendendo apenas a demanda imediata do município. Por fim, pode-se constatar a importância da cidade de Seabra no contexto microrregional, cujo oferta de bens, serviços e empregos dos variados segmentos, concentram 20% na microrregião. Todavia, o que o trabalho de campo revelou (como mostraremos na próxima seção), foi que a cidade de Itaberaba exerce o papel polarizador, devido a facilidade de deslocamento e a capacidade de atender as necessidades mais específicas dos moradores da cidade de Andaraí.

Tabela 04. Estabelecimentos dos municípios de Andaraí, de Seabra e da microrregião de Seabra- 2014.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	MUNICÍPIO DE ANDARAÍ		MUNICÍPIO DE SEABRA		MICRORREGIÃO DE SEABRA
	DADOS ABSOLUTOS	% EM RELAÇÃO A MICRORREGIÃO	DADOS ABSOLUTOS	% EM RELAÇÃO A MICRORREGIÃO	
Indústria	2	1,77	25	22,12	113
- Extrativismo Mineral	-	-	1	12,50	8
- Transformação	2	2,99	16	23,88	67
- Serv. Industrial Útil. Pública	-	-	1	14,29	7
- Construção Civil	-	-	7	22,58	31
Comércio	25	2,33	291	27,07	1.075
Serviços	19	3,68	124	24,03	516
Administração Pública	2	5,41	2	5,41	37
Agropecuária e Extrativismo	10	3,73	7	2,61	268
Total	58	2,89	449	22,35	2.009

Fonte: SEI (2014).
Elaborado pelos autores

A importância funcional da cidade de Seabra no contexto microrregional é reforçada com os dados da Tabela 05, especialmente na oferta de ensino médio e superior, cujos dados relativos

apontam uma forte concentração. Andaraí, por sua vez, se caracteriza pela carência de ensino médio e pela ausência de ensino superior.

Tabela 05- Estabelecimento de serviços no município de Andaraí e Seabra e na microrregião de Seabra em 2013-2015.

TIPOS DE ESTABELECIMENTOS (ZONA URBANA E RURAL)	MUNICÍPIO DE ANDARAÍ		MUNICÍPIO DE SEABRA		MICRORREGIÃO DE SEABRA
	DADOS ABSOLUTOS	% EM RELAÇÃO A MICRORREGIÃO	DADOS ABSOLUTOS	% EM RELAÇÃO A MICRORREGIÃO	
Escolas Públicas	30	4,2	117	16,2	721
- Ensino Fundamental 1 e 2	29	4,2	109	15,9	684
- Ensino médio	1	2,9	6	17,1	35
- Ensino Superior	0	-	2	100,0	2
Escolas Privadas	2	2,7	15	20,5	73
- Ensino Fundamental 1 e 2	1	1,9	10	18,5	54
- Ensino Médio	0	-	2	66,7	3
- Ensino Superior	1	6,3	3	18,8	16
Bancos	2	13,3	3	20,0	15
- Federal	1	11,1	2	22,2	9
- Particular	1	16,7	1	16,7	6
Hospitais e/ou Leitos	32	7,7	85	20,4	416
Total	66	5,4	220	18,0	1225

Fonte: SEI/IBGE (2011) (2013) (2015)

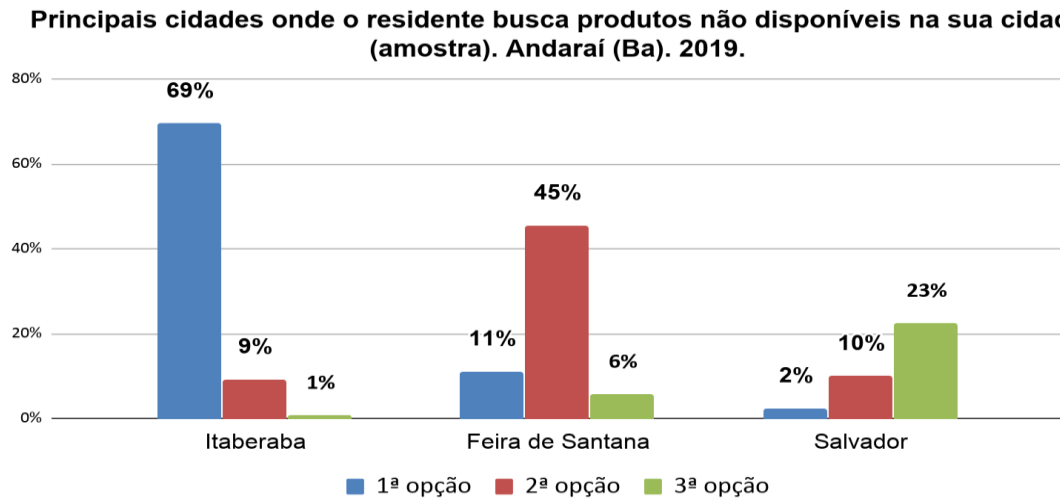
Elaborado pelos autores.

AS ESPECIFICIDADES DA CIDADE DE ANDARAÍ (BA): OS CONTEÚDOS RURAIS E SUA INSERÇÃO NA REDE URBANA

A compreensão da inserção de uma cidade em uma dada rede urbana ou região, é essencial para que lhe der um caráter específico. Para isso, esta pesquisa se propôs aplicar 264 questionários aos residentes da cidade e tabular os dados que permitiram as especificidades e ruralidades presentes na cidade de Andaraí (Ba).

No gráfico 3, identifica-se os fluxos de deslocamentos realizada pelos moradores da cidade de Andaraí(Ba) com cidades próximas ou cidades que exercem influência na busca para atender a necessidades específicas quando não supridas no município. Deste modo, há uma hierarquização na busca de produtos e serviços que prioriza a cidade de Itaberaba com 69% seguido de Feira de Santana com 11% e Salvador com 2%.

Gráfico 3. Principais cidades onde o residente busca produtos não disponíveis na sua cidade (amostra). Andaraí(Ba) - 2019.

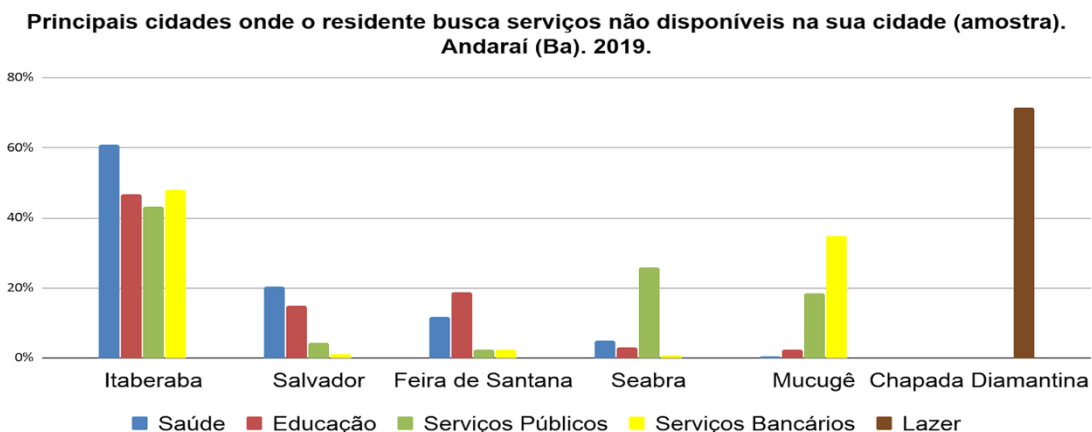


Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Elaboração: Equipe TERRITÓRIOS, DCET/UNEB, 2019.

Na busca por serviços (Gráfico 4), a cidade de Itaberaba polariza, no que se refere a Saúde, Educação, Serviços Públicos e Bancários. Isso decorre primordialmente do porte e da centralidade desta cidade além de ser levado em conta a proximidade com a cidade de Andaraí e as possibilidades de deslocamentos disponíveis aos moradores. Verificou-se uma facilidade de acesso aos transportes, com a oferta majoritária de transportes alternativos com 46%, seguido pela oferta de ônibus com 26%, e com 20% de residentes que usam o carro próprio. Para as atividades de lazer houve a concentração em cidades localizadas na própria Chapada Diamantina, dentre elas Andaraí (Igatú), Lençóis, Ibicoara, Mucugê, Nova Redenção entre outras. Esta permanência é em decorrência dos atrativos naturais como cachoeiras, rios, grutas, valorizados pelo turismo de aventura e ecoturismo espalhadas em toda região.

Gráfico 4. Principais cidades onde o residente busca serviços não disponíveis na sua cidade (amostra). Andaraí(Ba) - 2019.



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

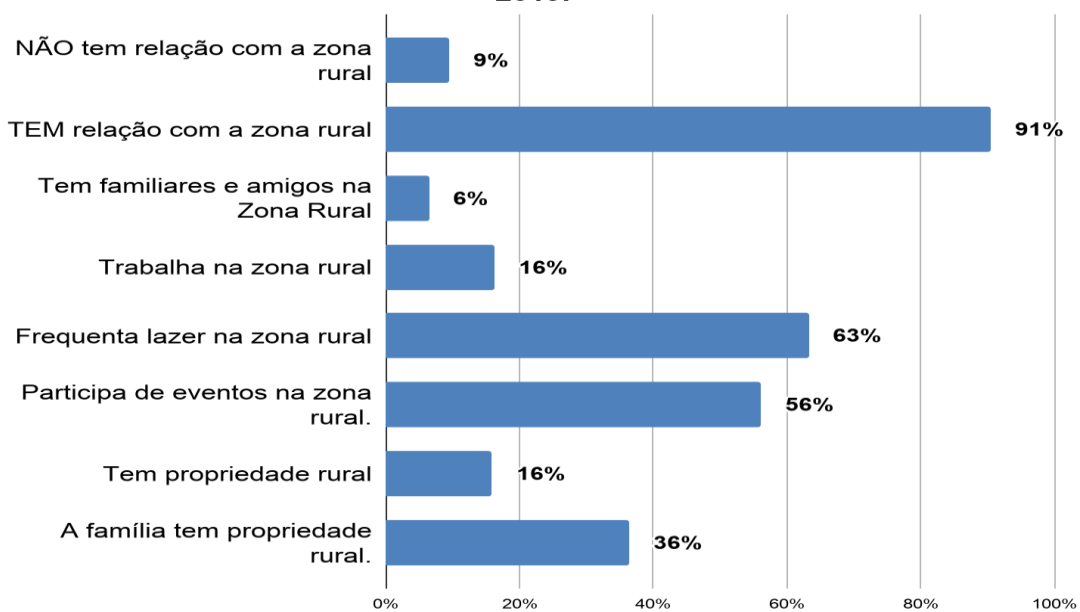
Elaboração: Equipe TERRITÓRIOS, DCET/UNEB, 2019.

Os dados de campo evidenciam que os moradores da cidade de Andaraí apresentam uma forte ligação com o espaço rural. Entre os entrevistados 91% reconheceram que estabelecem relações

com a zona rural do município. Podemos identificar no Gráfico 4, que 63% dos cidadãos frequentam a zona rural para o lazer, seguidos de 56% que participam de eventos ou festividades, 36% tem família com propriedade rural e 16% exerce algum tipo de trabalho ou possui propriedade rural.

Gráfico 4. Tipo de relação da população residente com a zona rural. Andaraí (Ba)- 2019.

Tipo de relação da população residente com a zona rural. Andaraí (Ba). 2019.



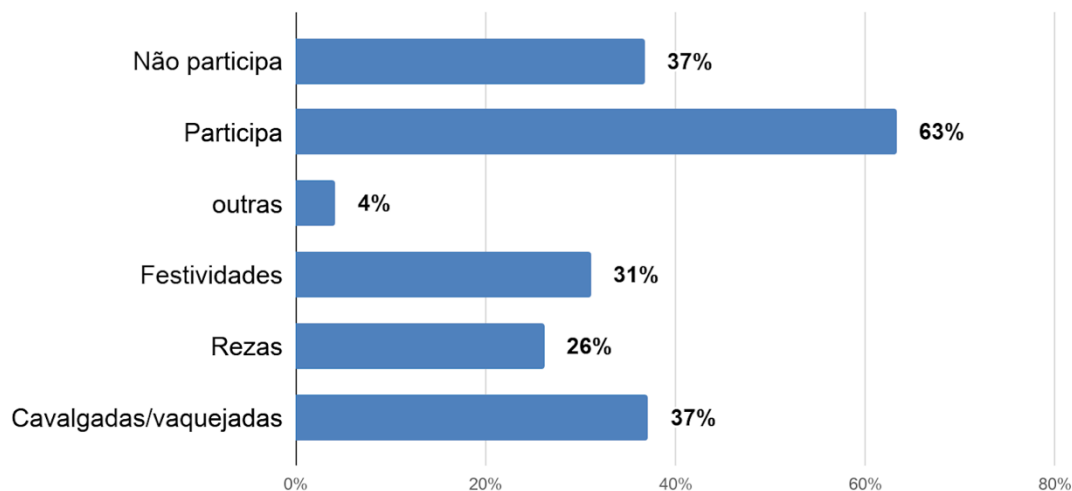
Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Elaboração: Equipe TERRITÓRIOS, DCET/UNEB, 2019.

Revela-se também (Gráfico 5), que 63% dos moradores participam das festividades e dos eventos na zona rural do município, podendo destacar a participação em cavalgadas, vaquejadas, rezas, festejos juninos e da padroeira (*Nossa Senhora da Glória*) e o festival de Igatu (atual distrito de Andaraí) além dos eventos de casamentos e de aniversários.

Gráfico 5. Manifestações culturais que a população residente na cidade de Andaraí (Ba) participa na zona rural – 2019.

Manifestações culturais que a população residente na cidade de Andaraí (Ba) participa na zona rural. 2019.



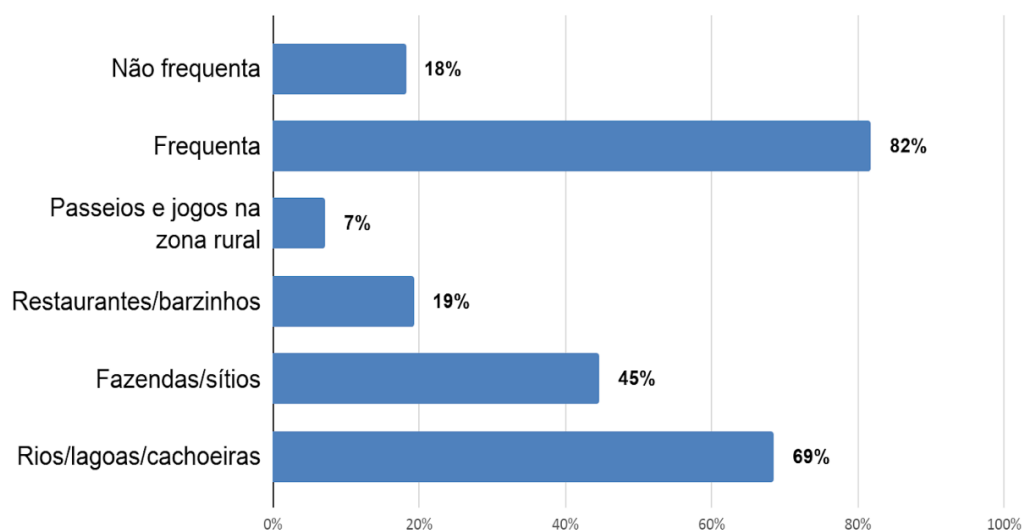
Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Elaboração: Equipe TERRITÓRIOS, DCET/UNEB, 2019.

A pesquisa de campo (Gráfico 6) evidenciou que 82% da população residente na cidade acessam lugares e desenvolve atividades de lazer na zona rural do município, frequentando constantemente os rios/cachoeiras/lagoas (69%), as fazendas e sítios (45%) e os restaurantes e barzinhos (19%). O destaque para rios/cachoeiras/lagoas reflete a abundância dos aspectos naturais no município que agrega vantagens competitivas e promove a atração sobre outras cidades.

Gráfico 6. Lugares e atividades de lazer na zona rural frequentados pela população residente na cidade de Andaraí(Ba) - 2019.

Lugares e atividades de lazer na zona rural frequentados pela população residente na cidade de Andaraí (Ba). 2019.



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Elaboração: Equipe TERRITÓRIOS, DCET/UNEB, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura revelou um conjunto de características que contribuem para definir as pequenas cidades. Assumimos, de modo mais marcante, duas características fundamentais para pensar a pequena cidade, que se revelaram de modo expressivo no caso de Andaraí. A primeira equivale à inserção desta cidade em uma rede urbana, polarizada pelas cidades de Itaberaba, e em menor grau Seabra, pois, estas ofertam bens e serviços que atraem e servem à população da cidade de Andaraí.

O segundo aspecto é a presença de conteúdos rurais que atravessam as dinâmicas urbanas e que estão presentes na cidade pela estreita relação que a população estabelece com a zona rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Pequenas cidades: uma caracterização. In: **Anais V** Encontro de Grupo de Pesquisa Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais. Santa Maria: GPET, 2009. 19 f.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana: Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999, p.43-53.
- CORRÊA, Roberto Lobato. As Pequenas Cidades na Confluência do Urbano e do Rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, 2011, p. 05-12.
- FRESCA, Tânia Maria. Centros Locais e Pequenas Cidades: Diferenças Necessárias. **Mercator**, v. 9, n. 20 set/dez, 2010, p. 75-81.
- HENRIQUE, Wendel. Do rural ao urbano: dos arquétipos a espacialização das cidades pequenas. In: DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Janio (Orgs). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Série Estudos e Pesquisas. v 97. Salvador: SEI, 2012, p. 63-80.
- MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Série Estudos e Pesquisas. v. 87. Salvador: SEI, 2010, p 93-105.
- RUA, João. A Ressignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 45-66, 2006.
- SOARES, Beatriz Ribeiro.; MELO, Nágela Aparecida de. **Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais**. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Série Estudos e Pesquisas. v. 87. Salvador: SEI, 2010, p 93-105.
- VEIGA, José E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 51-67, maio-agosto. 2004.
- VEIGA, José E. A atualidade da contradição urbano-rural. In: SEI. **Análise Territorial da Bahia Rural**. Salvador: SEI, 2004, p. 29-50.

Eixo 3

PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO, PROJETOS DE URBANISMO E A (DES)CONSTRUÇÃO DO COMUM

A VILA DO VINTÉM ENTRE 1947 E 1955: UM PROCESSO DE EXPANSÃO, RESISTÊNCIA E “CONSOLIDAÇÃO”

Henrique Mendes dos Santos

Doutorando em Serviço Social – PUC-RIO
Professor Auxiliar da Universidade Castelo Branco (UCB)
henriquedj@hotmail.com

Isabele Viana Marques

Discente do curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco (UCB)
isabelevmarques@hotmail.com

Nadine de Macedo Pinheiro

Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF)
macedonadine@yahoo.com.br

Taysa de Sousa Alexandre

Discente do curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco (UCB)
taysa.alexandre@gmail.com

Roberta Vieira Baptista

Discente do curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco (UCB)
betona.007.vieira@gmail.com

RESUMO

Situada entre os bairros de Realengo e Padre Miguel na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a Favela Vila do Vintém conta com cerca de 15.298 habitantes segundo o IBGE. Seus primeiros registros datam da década de 1930, quando trabalhadores da linha férrea, que adensava o seu processo de expansão rumo ao subúrbio, começaram a eleger este espaço enquanto local de moradia. A inquietação aqui presente reside em compreender como ocorreu o processo de luta por moradia impetrado pelos habitantes deste espaço, para isso procurou-se analisar as reportagens de periódicos cariocas que retrataram a questão, mais precisamente entre os anos de 1947 e 1955. Identificou-se três importantes períodos: Um primeiro período que pode ser entendido como o de expansão, um segundo período classificado como período de resistência, e por fim o período de “consolidação” desta Favela. Destaca-se sobretudo as formas de organização dos moradores e os meios eleitos pelas suas lideranças visando a obtenção do direito à moradia.

Palavras-chave: Favela; Moradia; Resistência

INTRODUÇÃO

Lugar da violência, da marginalidade, da pobreza material e política, falta de acesso a serviços básicos e de construções ditas irregulares, assim as Favelas têm sido retratadas desde o seu surgimento no início do século XX. Para além da consideração dos seus habitantes enquanto sujeitos de “carne e osso” que habitam a cidade e que por isso mesmo participam do seu desenvolvimento, há quase um lugar comum no sentido de considerar as Favelas enquanto espaços de falta, no qual os seus moradores são sempre objetos a esperar por soluções que ora vem do Estado, ora vem do “Deus” Mercado.

O seminal trabalho de Valladares (2015) apresenta a importante tese de que que a construção da imagem da favela possui um “mito fundador”, que tem origem no século XX. A autora defende que “as representações sobre este espaço são tributárias daquelas desenvolvidas durante

as décadas iniciais do referido século”. Diante disso, é durante as décadas de 1910 e 1920 que devemos procurar as chaves para compreender como esse fenômeno tem sido retratado.

Paulatinamente, a Favela vai sendo retratada como o espaço da violência, da falta de asseio e das epidemias. Valladares (2015) aponta que os cronistas da época, ao fazer uma clara analogia com a obra de Euclides da Cunha, queriam, na verdade, apontar o quanto o sertão estava presente nas Favelas, ou seja, lugares distantes e de difícil acesso para os viajantes, cujo quadro era de pobreza e desolação.

Leva-se em conta que as análises sobre as Favelas tanto no campo do Jornalismo quanto no campo das Ciências Sociais têm de forma hegemônica privilegiado aquelas situadas nas regiões centrais e na Zona Sul carioca, olvidando aquelas situadas nos bairros da Zona Norte e principalmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Assim, o interesse desta pesquisa recai em compreender o processo de expansão, resistência e “consolidação” da Vila do Vintém, tomando como pano de fundo a luta pelo direito à moradia em um período especialmente conturbado para os moradores das Favelas, aquele situado entre 1947 e 1955, momento no qual a Vila do Vintém passa por constantes tentativas de remoção até a conquista do direito a permanência no local por parte dos moradores. O material de consulta se constituiu por importantes periódicos cariocas, a saber: Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal do Commercio, Tribuna Popular, Jornal do Brasil e A Noite.

DESENVOLVIMENTO

1. “Nasce Uma Nova Favela Na Estação de Moça Bonita”

Walter Benjamin assinala que a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”. Afirma o autor que para Robespierre a Roma antiga era um passado carregado de “agoras”, que ele fez explodir do continuum da história, citando a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo.

Construir ou reconstruir a história de uma Favela Carioca traz consigo os seus percalços, uma vez que a história destes espaços quase sempre é contada pelas classes dominantes. Este “contar da história”, vem, portanto, impregnado de estigmas, de ode ao vencedor e de estigmatização do outro, tratado como coisa sem valor e mesmo como mero acessório da história.

Marx (2011) afirma que “Os homens fazem história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”, portanto compreender e reconstituir o passado pode servir como fio para a compreensão dos processos atuais. Aqui, pretende-se reconstruir o objeto, dar a ele sentido.

No caso desta pesquisa, pretende-se resgatar parte importante da história da Favela Vila do Vintém. Situada entre os bairros de Padre Miguel e Realengo na Zona Oeste do Rio de Janeiro, esta Favela conta nos dias de hoje com cerca de 15.298 habitantes segundo o último censo realizado pelo IBGE, no seu âmbito estão situadas sedes de duas escolas de samba (Mocidade Independente de Padre Miguel e Unidos de Padre Miguel), Igrejas evangélicas, além da Associação de Moradores local.

Suas primeiras instalações são oriundas da década de 1930, entretanto sua expansão ocorre na década posterior, momento no qual funcionários da Estação de Trem Moça Bonita começaram a ocupar os terrenos que se situavam próximos a linha férrea.

Importante registrar como o Jornal Tribuna Popular a apresenta:

A Vila do Vintém é a mais nova das Favelas do Rio de Janeiro. Está nascendo agora. São centenas e centenas de trabalhadores escorraçados da cidade pela crise de moradia. Gente cujo salário insuficiente não lhe permite, sequer, morar numa “cabeça de porco”. Naqueles terrenos que a princípio diziam ser da prefeitura e, agora, já afirmam ter outro dono a viúva Pinheiro Machado, a

favela cresce espantosamente com o trabalho diário dos moradores. Não custa nada, é só chegar armar quatro esteios de bambu, cobrir com folhas de zinco e pronto, está construída a nova moradia. (TRIBUNA POPULAR:1947, p.4).

A reportagem também atenta para outro importante fato, o periódico faz lembrar que na Zona Sul da cidade “milhares de apartamentos vazios aguardam indiferentes o leilão das luvas e do quem dá mais”, chamando justamente a atenção para o uso da moradia não enquanto um direito mas como uma mercadoria, problema que dada a própria dinâmica capitalista adensou-se e tornou-se cada vez mais complexo.

Concomitante a isso, subjaz a ideia da moradia enquanto um valor de troca indo, portanto, na contramão da ideia de direitos. É importante salientar que no que diz respeito aos moradores da Favela a lógica de direitos nunca pode ser experimentada na sua plenitude, sendo este espaço urbano alvo de pequenas melhorias por parte do Estado. Ou, segundo Gonçalves (2013) “Tolerar sem consolidar”.

No que tange especificamente a Vila do Vintém, o ano de 1948 iria apresentar-se enquanto início de uma série de tentativas de extinção da Favela, a partir dali um segundo momento estava surgindo: o momento da resistência dos moradores.

Data de 10 de agosto de 1948, uma notícia publicada no Jornal Correio da Manhã que apresenta uma ação judicial movida pelos moradores da Vila do Vintém contra a Prefeitura, na qual estes reclamavam judicialmente de uma ordem que havia partido deste órgão no sentido de derrubar os barracos da Favela. A reportagem conta que:

O sr. João Marques de Almeida e mais 30 componentes da Sociedade Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém, na Favela de Moça Bonita, Realengo, requereram ao Judiciário mandado de segurança contra a prefeitura, alegando que um engenheiro dessa repartição, acompanhado de um colega da Fundação Casa Popular e de vários operários, haviam mandado derrubar vários barracos daquela vila, ato que os impetrantes afirmam ser ilegal de vez, ao que dizem na inicial, a área está mantida por decisão do juiz da 5 vara cível. (CORREIO DA MANHÃ:1948, p,2)

Em todo caso, a resistência dos moradores não pôde evitar a demolição de 46 casas. A edição 7910 do Diário de Notícias retrata que no dia 23 de março de 1948, funcionários da prefeitura do Rio de Janeiro agiram no sentido de demolir os barracões, tendo os moradores que “pedir abrigo na casa dos vizinhos”. Aqui é importante retratar que a reportagem não mostra uma simples descrição do fato, mas sim, que esta foi motivada por uma ação dos moradores que procuraram a redação do jornal no sentido de denunciar a arbitrariedade cometida pela prefeitura, conformando, portanto, uma ideia de organização, de luta por moradia e da eleição importante de um veículo de imprensa para tornar pública a insatisfação dos moradores.

Procurou a nossa redação uma comissão de moradores da Favela da Vila do Vintém, no Realengo, constituída pelos Senhores: José do Couto Pinto, Vicente Correia da Silva, José Bezerra Neto, José Pereira, Paulino Antônio de Meneses, Antônio Leandro Moreira, Manuel Felicissimo de Castro, Euclides Macedo Silva, Cizínio Jaime Ferreira Leite e Geraldo de Souza Mota, os quais vieram reclamar contra a prefeitura na demolição dos barracões. Apesar de um mandado de manutenção de posse expedido em favor dos mesmos, o qual nos foi exibido, alegaram os reclamantes que no dia 4, quarta-feira, chegaram à Vila, acompanhados por representantes da Construtora da Fundação da Casa Popular Limitada, dois choques da Polícia Municipal e vários funcionários comandados por um engenheiro, e pelo oficial de vigilância, Julio Alcântara, levando a efeito a demolição de 46 barracões, cujos moradores tiveram que pedir abrigo na casa dos vizinhos. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS: 1948,p.9)

Outra estratégia importante utilizada pelos moradores da Vila do Vintém foi a eleição da própria Câmara de Vereadores enquanto tribuna de denúncia das graves violações que estavam sofrendo, aqui o “feitiço vira contra o feiteiro”, na ocasião, o Vereador Leite de Castro lê na tribuna uma carta escrita pela Comissão de Moradores da Vila do Vintém, no sentido de cobrar providências da prefeitura no que diz respeito a questão das remoções como podemos ver nas páginas do Jornal do Commercio.

Os abaixo assinados, moradores da Favela Vila do Vintém, em Moça Bonita, vem mui respeitosamente, pedir providências para que cessem a derrubada de seus barracões, dos quais já foram derrubados 46, no dia 4 do corrente por dois choques da Polícia Municipal, e ao mesmo tempo ordenar providências em benefício dos favelados. (JORNAL DO COMMERCIO: 1948, p. 4)

No ano de 1949, há uma disputa judicial travada entre a Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém e a Construtora Casa Popular, que alegava ser a verdadeira dona do terreno, mais uma vez os moradores recorrem a Câmara de Vereadores para efetuar a defesa da posse da propriedade, desta vez através do vereador Breno Silveira (UDN-RJ).

A luta envolvendo os moradores e a construtora continua no âmbito do Estado. É criada no ano de 1955 a CPI das Favelas, neste período há uma importante mobilização envolvendo lideranças de diversas localidades do Rio de Janeiro no aspecto da luta por moradia. Oliveira (2014) mostra que na ocasião da CPI, associações de moradores de Favelas como Borel, Mangueira, Maré, Arara, Pau Rolou e a própria Vila do Vintém estiverem presentes em diversas passeatas em favor dos favelados e exerceram pressão junto aos políticos que integravam a Comissão Parlamentar de Inquérito. Ressalta-se que dado o contexto político, que as pautas envolvendo os Favelados ganharam força a época, em que se destaca por exemplo a formação da União dos Trabalhadores das Favelas (UTF), cuja atuação foi decisiva para a conquista de direitos por parte dos moradores.

No ano de 1955 os moradores da Vila do Vintém recebem uma ordem de despejo, uma vez que é reconhecido o direito à propriedade por parte da Construtora Casa Popular, um dos membros da CPI, o deputado Tenório Cavalcanti, negocia uma trégua de 4 meses entre a Construtora e os Favelados a fim de que estes pudessem se realocar em outro local. A remoção parecia questão de tempo.

O que teria acontecido nos 4 meses de trégua entre Favelados e a Construtora não é possível afirmar com clareza, fato é que a aproximação entre moradores e representantes do poder público, sobretudo do legislativo, teve caráter decisivo.

A edição de Setembro do jornal A Luta Popular noticia um comício do deputado Tenório Cavalcanti na Vila do Vintém para aproximadamente 4 mil pessoas, o pano de fundo era o processo de urbanização das Favelas, também jogou a favor dos moradores o trabalho desenvolvido pela CPI das Favelas, é a partir de um parecer emitido por esta comissão que se decide pela desapropriação do terreno, vale a reprodução:

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a legitimidade dos títulos de propriedade dos terrenos em que se acham instaladas as “favelas”, após reunir copiosa documentação, concluiu que uma parte da chamada Vila do Vintém, no Realengo, fora adquirida irregularmente. Pesava sobre os seus moradores a ameaça de um despejo coletivo, decretada pelo Supremo Tribunal em sentença passada em julgado, e cuja execução fora suspensa a pedido desta comissão. Este prazo terminou ontem. Tendo de ser respeitada a decisão irreversível do judiciário, apesar de caracterizada a apropriação indébita daquelas terras, resolveu o deputado Cardoso de Menezes, presidente daquele órgão de investigação, de comum acordo o Sr. Filadélfio Azevedo, procurador geral da prefeitura, e com o Sr. José Queirós, presidente da comissão de Favelas da Prefeitura, solicitar ao Prefeito Alim Pedro a desapropriação da

área em questão. Em audiência especial, com aquelas autoridades, após ter examinado a documentação atinente ao assunto, o Prefeito Alim Pedro resolveu decretar a desapropriação daquela área, com o que, respeitando a decisão da justiça, devolveu a tranquilidade aos Favelados da Vila do Vintém. (CORREIO DA MANHÃ, P.4, 1955)

O mês de setembro de 1955 pode ser considerado um dos mais importantes da história desta Favela, nesta data seus moradores adquiriram o direito de permanecer no local e o imbróglio judicial estava resolvido, era a “consolidação” da Vila do Vintém enquanto espaço de moradia para milhares de pessoas. É possível salientar que jogou a favor dos Favelados a organização através de comissões, o acionamento do poder judiciário, o recurso a imprensa enquanto órgão de denúncia frente as arbitrariedades cometidas contra os moradores e a articulação com os políticos da época.

É plausível considerar que as estratégias utilizadas pelos moradores da Vila do Vintém faziam parte de um acúmulo de conhecimento por parte dos Favelados que se desenvolve desde os anos 1930. Bittencourt (2012), aponta que moradores de locais como o Borel, Catacumba, Esqueleto, Mangueira, Turano, Rocinha, entre outros, apresentaram como ponto importante na luta por moradia a articulação entre os seus moradores e a formação de alianças fora das favelas, isto significou contato com advogados influentes e políticos de diversos partidos políticos, de modo que a conquista do direito à moradia por parte dos moradores da Vila do Vintém deve ser compreendida sob um contexto mais amplo, cuja organização política dos Favelados aparece de forma decisiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 31 de outubro de 1955, a edição 15152 do Jornal da Noite estampa em uma de suas páginas uma missa em ação de graças celebrada pelo Bispo Dom Helder Câmara na companhia do Deputado Eurípedes da Cunha, presidente da CPI das Favelas, o local escolhido é justamente a Vila do Vintém. O evento carrega forte simbolismo, de um lado um importante representante da igreja e da luta dos favelados, do outro, um político que visava colher frutos do processo que levou a regulamentação da Favela, entre ambos milhares de moradores. Misturadas política e fé, havia ali a esperança de dias melhores e da construção do processo de urbanização daquele espaço.

Hoje a Vila do Vintém aparece como uma das maiores Favelas da Zona Oeste carioca, há um comércio pujante, proliferação de igrejas de diversas matrizes, trânsito intenso de pessoas e veículos, especialmente motos, e trabalhadores que entram e saem da Favela buscando a luta diária pela sobrevivência.

Os problemas da década de 1950 não foram solucionados, a própria dinâmica do capitalismo dependente os adensou, o crescimento da cidade rumo aos subúrbios não foi acompanhado de planos urbanísticos que colocasse o trabalhador como centro das preocupações, a acumulação de capital continua a ser a tônica. Violência, saneamento básico, saúde e educação continuam como preocupações.

Mas se o passado teima em bater à porta através das mazelas, também pode ressurgir através dos atos impetrados pelos moradores no sentido de resistir e lutar por direitos. Em uma sociedade onde prepondera o valor de troca e a acumulação o exemplo do processo de luta por moradia entre os anos de 1947 e 1955 serve sempre como inspiração. Certamente as circunstâncias e os elementos políticos, culturais e econômicos não são os mesmos, mas a resistência dos moradores precisa ser sempre lembrada.

Por fim, é preciso lembrar que as Favelas são espaços que carregam histórias distintas de lutas e resistência. Valladares (2015) aponta que a análise sobre este espaço requer, portanto, ruptura com uma série de dogmas que foram construídos historicamente pelos diferentes ramos do conhecimento, um deles é o da compreensão da Favela enquanto um espaço que está isolado do restante da cidade, o outro é a construção da ideia da Favela como lugar homogêneo, sem levar em conta suas especificidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, I. A. P. Produção do espaço em tempos de crise. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PÁDUA, R. F. de (org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.
- Apesar da medida judicial tiveram seus barracões demolidos **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. 7 ago. 1948. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&PagFis=40314&Pesq=%22Vila%20do%20Vint%c3%a9m%22>. Acesso em 1 mar. 2020.
- A sessão de ontem. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 22 jun. 1949. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_06&pagfis=60814>. Acesso em 2 ago. 2020.
- BENJAMIM, W. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. In: **Obras escolhidas. Vol. 1**. São Paulo: Brasiliense, 1987
- BITTENCOURT, D.L. **“O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas**. 2012. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.
- Câmara legislativa do Distrito Federal. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. 11 ago. 1948. Rio de Janeiro. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&PagFis=41664&Pesq=%22Vila%20do%20Vint%c3%a9m%22>. Acesso em 1 mar. 2020.
- Desapropriação da Vila do Vintém. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro. 9 out. 1955. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=53661>. Acesso em 14 jul. 2020.
- GONÇALVES, R. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Palas: EdPUC, 2013.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2016.
- Mandado de segurança contra a prefeitura. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 10 ago. 1948. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&PagFis=47655&Pesq=%22Vila%20do%20Vint%c3%a9m%22>. Acesso em 9 fev. 2020.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011
- Nasce uma nova Favela na Estação de Moça Bonita. **Tribuna Popular**. Rio de Janeiro. 4 fev. 1947. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pasta=ano%20194&pesq=%22Vila%20do%20Vint%C3%A9m%22>>. Acesso em 10 fev. 2020.
- OLIVEIRA, S.S.R. **“Trabalhadores Favelados”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. 2014. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais, FGV, Rio de Janeiro, 2014.

Pelo cristão favelado. **A noite**. Rio de Janeiro. 31 out. 1955. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pagfis=32856> Acesso em: 15 jul. 2020.

SANTOS, M. O retorno do território. *In: Osal* – Observatorio Social de América Latina, ano 6, n. 16, jun. 2005. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2008.

Suspensão o despejo dos Favelados da Vintém. **A Luta Democrática**. Rio de Janeiro. 3 Jul. 1955. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030678&pagfis=3564>.> Acesso em 24 jun. 2020.

Urbanização das Favelas. **A Luta Democrática**. Rio de Janeiro. 29 set. 1955. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030678&pagfis=4182>> Acesso em 2 jun. 2020.

COLETIVOS URBANOS UNIVERSITÁRIOS: CONHECIMENTO E INTERVENÇÃO NAS TRANSFORMAÇÕES URBANO-SOCIAIS

Laís da Silva Cerqueira

Mestre em Urbanismo

cerqueira.s.lais@gmail.com.br

RESUMO

Este artigo perpassa sobre o estudo de dois coletivos urbanos universitários e de que forma a ação desses grupos colabora para as transformações urbanas e sociais. Para isso, abrange a análise de um coletivo em Salvador, no Brasil, o Curiar, e outro em Lisboa, em Portugal, a Associação Local Approach. Além disso, faz uma reflexão sobre a ação dos movimentos em seus respectivos espaços, as diferenças, aprendizados e erros, através da apresentação de um projeto de cada grupo, como forma de trazer ensinamentos e desafios às futuras ações.

Palavras-chave: coletivos urbanos, Universidade, Transformações urbanos-sociais, EMAU, BIP/ZIP

INTRODUÇÃO

A construção das cidades a partir de lógicas econômicas e políticas como o capitalismo concorrencial e o neoliberalismo levaram, e ainda levam, a transformações espaciais que estão entre as causas e os efeitos da atual crise econômica e social (NEI-lo, 2015). A percepção de que o planejamento e a gestão urbana como são realizados atualmente, por si só, não comportam as diversas escalas e necessidades que compõem uma cidade e levam alguns cidadãos a buscarem alternativas às lógicas vigentes de desenvolvimento e gestão dos territórios urbanos, tentando assegurar, mesmo sem perceber, o seu direito à cidade.

Dentro deste nicho de ação existem grupos, coletivos ou movimentos encabeçados por estudantes com orientação de professores, que, pertencentes ao espaço universitário, incitam a discussão e crítica sobre a construção dos espaços e da cidade e se propõem a atuar, junto com associações ou movimentos urbanos, em espaços onde, por vezes, o poder público não chega, ou atua pouco.

O presente artigo centra-se na ação de dois movimentos cívicos urbanos de origem universitária em dois países de estrutura social, política, econômica e histórica diferentes, apesar de algum laço comum: Brasil (Curiar) e Portugal (Locals Approach). Como metodologia pretende-se abordar alguns conceitos teóricos relacionados aos movimentos, com uma breve análise da ação destes em um projeto selecionado de cada grupo. Esse processo baseou-se em entrevistas de atores-chave (administração pública, grupo, comunidade e universidade) além de visitas, categorização e quantificação de dados (quando possível), fotos, mapeamentos, desenhos e imagens.

BREVE ENQUADRAMENTO. CIDADE, MOVIMENTOS SOCIAIS E UNIVERSIDADES.

Podemos pensar no desenvolvimento das nossas cidades atuais por diversas perspectivas, tendo cada uma um contributo na sua construção. A industrialização é uma delas. Influenciou as mudanças no modo de produção, a relação entre campo e cidade, a rapidez da urbanização, dentre outros fatores que geraram uma série de mudanças de cunho social, urbano e econômico. A

cidade fortaleceu, a partir desse momento, o seu papel como espaço produtivo. Quando falamos em produção, entende-se que a constituição dos espaços não é simplesmente fruto de uma resposta às necessidades da sociedade, mas que ela, por si própria, é criada com o intuito de influenciar processos, e gerar algum tipo de retorno para a economia.

É essencial não mais considerar separadamente a industrialização e a urbanização, mas sim perceber na urbanização o sentido, o objetivo, a finalidade da industrialização. (LEFEVBRE, 1968, p. 125)

Dentro desta lógica, os movimentos sociais urbanos atuam como contraponto à produção desta cidade, mesmo que de forma inconsciente, quando buscam melhorias nas formas de trabalho e habitação, e assim, na efetivação do direito à cidade. Segundo Lefebvre (1964) a pressão que a classe operária fez no século XIX foi essencial para o reconhecimento dos direitos, entradas dos costumes e inscrição nos códigos sociais daquela época (mesmo que não totalmente), e foi decisiva nas conquistas futuras. Porém, como o próprio Lefebvre (1964) salientou, não foi suficiente para a mudança total de paradigma, tanto que questões como a habitação e o solo urbano, até hoje, constituem pautas de lutas de movimentos urbanos no mundo todo (MNLN no Brasil, “STOP Despejos” em Portugal, dentre outros.).

Entender que a cidade e o urbano andam juntos, não necessariamente em paralelo, e “como processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelaram o espaço urbano e a cidade, sem que a ação criadora decorra imediata e dedutivamente desses processos” (LEFEVBRE, 1968, p. 52) é significativo para perceber como a lógica de produção das cidades está diretamente relacionada com nossas práticas sociais. A urbanidade é um termo que diz respeito à nossa prática social, mas também que dá qualidade ao urbano, “modo como espaços da cidade acolhem as pessoas.” (AGUIAR, 2015). Assim, o urbano seria a base da prática social e política da urbanidade e, também, o resultado destas práticas, ou seja, a ação; e a cidade seria o ‘palco’, espaço onde as ações acontecem.

O surgimento de coletivos, movimentos, organizações e associações reflete, de certa forma, uma crise política e democrática, com base na maior necessidade de os cidadãos terem voz ativa nas decisões que interferem de forma direta na sua qualidade de vida, sendo também um reflexo do descontentamento da sociedade pela forma como as cidades estão sendo construídas e geridas. As novas formas de comunicação levaram à criação de uma rede maior de interesses e interlocuções. Com as novas tecnologias de rede e sem fio, ficou mais fácil encontrar pessoas com os mesmos interesses e se engajar politicamente e socialmente (Castells, 2005). Foi possível criar uma “rede contínua, expansiva” e adaptável às mudanças dos movimentos, formando uma “rede em redes”, sem centro de identificação, mas que assegura funções de coordenação e deliberação entre todos, em uma rede horizontal de participação e organização, e, por isso, sem a necessidade de uma liderança formal ou centro de comando (Castells, 2013).

Assim, ações de urbanismo tático com estratégias de bottom-up, planejamento participativo, pequenas intervenções urbanas, acupuntura urbana, parklets, dentre outros, têm sido realizadas por esses grupos nas cidades e causado uma mudança na forma como as pessoas têm se relacionado com o território urbano, se enxergando de forma diferente como utilizador e como potencial ator de mudança do espaço em que se insere. Algumas dessas ações se tornam tão prestigiadas pelos cidadãos que o próprio poder público a reconhece e legaliza, como é o caso dos parklets no Brasil, que virou decreto de lei da Prefeitura de São Paulo (Decreto nº 55.045 de abril de 2014).

Dentro destes grupos, que enxergam as cidades como espaços de transformação das realidades urbanas e sociais, podemos ainda destacar grupos estudantis que, frequentando as instituições

de conhecimento, sentem a necessidade de aliar teoria e prática e atuar de forma mais concreta na cidade, permitindo uma resposta da universidade aos crescentes problemas urbanos e unindo-se aos cidadãos que têm uma ação proativa nos seus espaços.

A universidade, neste sentido, além de ser a instituição produtora do conhecimento e difusão dos saberes, também é uma instituição que auxilia ativamente nas transformações sócio-políticas e econômicas, seja pela formação dos profissionais, como pela formação crítica, que questiona os processos sociais, podendo levar a parcerias ou colaborações com movimentos associativos, grupos e projetos ou o próprio governo contribuindo com as mudanças na sociedade, permitindo, em alguns casos, a legitimidade de lutas importantes perante o poder público e a mídia. Os estudantes são parte indispensável nesse processo de ação social da universidade, como nos dois estudos de caso presentes nesse artigo.

O LOCALS APPROACH E O BAIRRO 2 DE MAIO

O Locals Approach surgiu em 2011 dentro da Faculdade de Arquitetura de Lisboa. Naquela época cinco estudantes formavam um grupo chamado ICLC - Informal Collectives for Living Cities. A ideia do ICLC surgiu de uma necessidade particular dos estudantes de quererem atuar de alguma forma na cidade, evitando que seus projetos realizados na Faculdade ficassem sem utilidade. Resolveram então agir e a escolha pelo Bairro 2 de Maio, vizinho da Universidade de Lisboa, se deu pela proximidade de algumas pessoas do grupo com alguns moradores do bairro.

A ideia do grupo ICLC era não ter um vínculo direto com a grade curricular ou matéria da Faculdade. Isto porque o grupo fazia questão que o projeto fosse independente de qualquer objetivo ou agenda da Faculdade, podendo se desenvolver a partir do que fosse possível e conversado com os moradores, e não do que uma disciplina exigia (Entrevista - Gonçalo, 2018). Desta forma, como era o primeiro trabalho a ser desenvolvido pelo grupo, podiam ter um mínimo de controle sobre o processo, entendendo as etapas, erros e acertos. Naquele momento era importante que o tempo de trabalho fosse definido pelo processo, e não por um semestre. Apesar disso, a vontade de fazer um trabalho independente não diminuiu a importância do apoio da Universidade no desenvolvimento dos trabalhos, seja pelo respaldo técnico, pela “bagagem” de experiências, seja pelo respaldo social que a Universidade trazia.

O projeto no bairro 2 de Maio começou em 2011, informalmente, até que ganhou o edital de 2013 para o BIP/ZIP. Neste período foram realizados contatos com pessoas e possíveis lideranças do bairro, criando os primeiros vínculos com a comunidade. No início não havia uma metodologia a ser adotada e o intuito era sentir de que forma eles poderiam obter informações sobre aquele espaço e ajudar de alguma forma. O apoio da Universidade neste momento se deu no desenvolvimento do Relatório Urbanístico que auxiliou no conhecimento da realidade territorial.

Com o apoio do programa BIP/ZIP da Câmara de Lisboa, o Projeto “2 de Maio todos os dias” recebeu 49.400 euros para aplicação no projeto. Segundo o formulário de candidatura, o objetivo geral consistia em “promover a qualidade de vida no bairro com intervenções multissetoriais, desenvolvidas num contexto de sustentabilidade económica, ambiental e social, com recursos locais e atividades de baixo custo, assentes em processos participativos e no acompanhamento promovido pela universidade”. As atividades (no total de 10) eram voltadas para a capacitação dos moradores, responsabilizando-os também pela gestão, criação e mudanças nos espaços públicos, permitindo autonomia das ações no futuro, assumindo-os como agentes de transformação. (Edital 2013, BIP/ZIP, “ Projeto 2 de Maio todos os dias”)



Dentro deste processo de implementação do BIP/ZIP, a primeira dificuldade encontrada foi o envolvimento da população local, que apresentou uma certa resistência à criação de um vínculo, por causa, segundo entrevistas com moradores, de trabalhos anteriores desenvolvidos junto com a Universidade. Esse processo de reconhecimento do trabalho pela população local aconteceu aos poucos, e a cada nova atividade os residentes tinham mais confiança e participavam mais.

Depois da realização do BIP/ZIP de 2013, o grupo percebeu a importância dos trabalhos realizados e decidiu fazer uma nova inscrição para o edital de 2014 com o intuito de continuar os trabalhos desenvolvidos em 2013 e focar mais no empreendedorismo social, buscando a autonomia das associações para a geração de futuras atividades nos bairros e continuação dos trabalhos.



O edital de 2014, buscava estimular a discussão na comunidade sobre diversos temas como “estado atual das casas, a regeneração e refuncionalização de espaços, as hortas e o seu poder agregativo, o alcance de políticas públicas, a melhoria da cidadania, dentre outros”, visando ca-

pacitações dos moradores da comunidade como forma de elaborar soluções criativas e empreendedoras para o bairro, impulsionando a participação pública ativa e co-responsabilização na gestão do espaço público existente. (Edital 2014 BIP/ZIP, 2 de maio todos os dias / 2º ano).

O trabalho desenvolvido desde 2011 até ao segundo edital do BIP/ZIP em 2014, gerou uma série de questionamentos e problematizações por parte dos participantes do ICLC, e com isso a necessidade de afinação de algumas questões relativas a forma de trabalho, como os instrumentos, processos, estratégias e metodologias que eles queriam utilizar. O ICLC virou Locals Approach, depois que eles já tinham saído da Universidade em 2015, se oficializando como uma ONG, que tem como foco a promoção de trabalhos de desenvolvimento local assente em projetos participativos.

Para os moradores, segundo entrevista, o trabalho realizado foi muito bom, principalmente no primeiro ano, trazendo visibilidade ao bairro, tanto pela Junta de Freguesia, quanto pela mídia. Porém, quando o projeto acabou, eles saíram do bairro e ficou a sensação do abandono, que era uma das desconfiças das pessoas do bairro. Outra problemática, segundo entrevistas, foi (ainda é) a manutenção dos espaços que foram requalificados, porque não existe um projeto para dar manutenção ao que foi feito. Com os trabalhos e atividades acontece a mesma coisa, gerando uma ruptura na ação e na confiança das pessoas. Para eles, o “depois” nunca é pensado, fragilizando o que foi construído nos projetos. Apesar disso, os moradores tinham a consciência de que nem todas as problemáticas do bairro seriam resolvidas pelas atividades desenvolvidas no BIP/ZIP.

O CURIAR E A COMUNIDADE DO GANTOIS

O Curiar é uma iniciativa estudantil que surgiu em 2011, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, após a realização de um trabalho na matéria de Atelier de Projeto III. Este trabalho proporcionou uma discussão sobre as cidades brasileiras, a produção social do arquiteto e sua importância na cidade. A partir dessa discussão alguns alunos começaram a se questionar sobre o papel dos estudantes dentro deste processo, porque naquele momento já havia o entendimento, de que, por estar em uma Universidade Pública, precisava haver um retorno para a sociedade, não só um retorno acadêmico, de discussão, mas também um retorno de ação. A vontade maior, segundo as entrevistas realizadas, era de “botar a mão na massa” e construir algo. Assim, quatro amigos se reuniram, começaram a pesquisar formas de atuar na cidade e descobriram o EMAU.

O EMAU é um “projeto de Extensão Universitária unida à pesquisa e ao processo de graduação (...), com a finalidade não só de completar a educação universitária, mas também para afirmar um compromisso com a realidade social da comunidade onde a universidade está inserida.”. Não tem fins lucrativos, deve ser formado a partir do interesse de estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo, sendo livre para que qualquer estudante, ou interessado externo, possa participar, disponibilizando, desta forma, um espaço aberto de discussão na sociedade. Tem por base a tríade ensino, pesquisa e extensão universitária, com o intuito de nortear os princípios e construir uma comunicação constante entre a sociedade e a universidade, extrapolando a vivência dos estudantes em sala de aula. (FeNEA, setembro de 2018).

Foi no início de 2012 que o primeiro projeto do Curiar surgiu, na comunidade do Gantois, a partir de uma solicitação do Terreiro de Candomblé existente no local. O Terreiro do Gantois é considerado área de proteção cultural e paisagística pela Prefeitura de Salvador desde 1985 e tombado pelo IPHAN desde 2002, onde duas áreas importantes de preservação são destacadas: as edificações de uso religioso e o seu entorno, e a vizinhança imediata da área total do terreno. E

foi por causa do tombamento e da importância desta edificação na comunidade que as pessoas do terreiro entraram em contato com a Faculdade.

O grupo tomou como base para início dos trabalhos algumas reuniões com o Terreiro do Gantóis e algumas pesquisas realizadas em legislações e análises urbanas. A partir das primeiras etapas, as problemáticas e as potencialidades começaram a vir à tona. Uma das questões postas como problemática era o desgaste e má construção da escada que dava acesso à comunidade pela Avenida Garibaldi (um dos principais acessos para quem utilizava o transporte público), e uma das potencialidades era o espaço sem construção, com muita vegetação que existia ao lado da escada. O Curilar então pensou em unir uma potencialidade e uma problemática. Assim, foi pensada uma intervenção que melhorasse a acessibilidade e embelezasse o local, sendo uma oportunidade de criar mais laços e ser mais reconhecido no território como grupo atuante. Essa ação poderia, ainda, aumentar a autoestima dos moradores e valorizar o espaço público existente.



Após essa etapa o grupo se inscreveu em um edital do PIBIEX (2013 – 2014) para conseguir bolsas de pesquisa e ter um apoio maior para as atividades que seriam realizadas. Para o processo de seleção do edital o grupo propôs a elaboração do Plano Participativo de Melhorias para o espaço, como instrumento base para a intervenção e gestão da comunidade.



Com o desenvolvimento das primeiras oficinas realizadas no edital de 2013/2014, outras questões foram surgindo, sendo pauta para a inscrição no edital do próximo ano para continuação das atividades, que desta vez estavam voltadas às crianças e ao acúmulo de lixo na comunidade. As oficinas realizadas nessa etapa buscavam trabalhar com conceitos de reciclagem, questões relativas as construções da casa (ventilação, insolação...), entendimento das infraestruturas, dentre outros.

De acordo com as entrevistas realizadas com os moradores, os trabalhos realizados na comunidade, principalmente os relacionados com a questão do lixo e reciclagem foram muito importantes, guiando futuros encaminhamentos das associações para o descarte do lixo. A população,

de uma forma geral, participou das oficinas realizadas e a identificação da problemática do lixo gerou debates junto com uma representação da administração pública (um vereador) para ver a possibilidade de construção do projeto na comunidade. Porém, a falta de continuidade dos trabalhos foi um problema identificado pelos moradores, sendo as atividades finalizadas antes do amadurecimento destas questões dentro da comunidade e com a própria população.

REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES E ENSINAMENTOS FUTUROS

A análise e caracterização dos dois grupos nos faz perceber que, apesar de realidades históricas, econômicas, políticas e culturais distintas entre os dois países, o estímulo dos estudantes, as problemáticas em relação à comunidade e à Universidade, as metodologias de ação, dentre outros fatores, são semelhantes. Além disso, em relação à comunidade, nos dois casos, a falta de confiança nos trabalhos realizados pela Universidade era uma das questões, sendo melhorada durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos, mas reafirmada no final das atividades, quando o grupo não mais realizava ações no local. Isso mostra que um dos maiores desafios é a gestão pós projeto, que inclui de que forma o financiamento das ações do grupo e das associações ou movimentos comunitários podem acontecer, para que esses grupos não fiquem dependentes de agenda universitárias ou editais da administração pública. Outro ponto interessante a ser notado nos dois grupos é a importância de uma mudança física, como fator chave para a legitimidade do grupo no espaço. No caso do Curiar, a reforma da escada, e no caso do Locals Approach, a requalificação do espaço para a instalação da “Casa para todos”.

A importância da ação desses grupos está vinculada a três questões: a universidade, a sociedade, e a administração pública, principalmente municipal. A Universidade porque proporciona aos alunos uma vivência fora da sala de aula, com desenvolvimento de metodologias sócio urbanas de trabalho, avaliação das próprias ações realizadas, troca de saberes, compartilhamento de experiências tanto no local onde o trabalho é realizado quanto na própria Universidade, preparando melhor os estudantes para ações futuras na cidade, e auxiliando a Faculdade a cumprir seu papel social, através de ações desenvolvidas pelos próprios alunos.

Para a sociedade porque permite a troca de experiências, vivências e trabalhos com um espaço de constante debate e produção de conhecimento, gerando, mesmo que momentaneamente, uma geração de urbanidade distinta das que habitualmente as pessoas estavam acostumadas e a hipótese de ação compartilhada e de geração de autonomia comunitária. Em alguns casos, o fato de a universidade estar presente no espaço garante maior legitimidade à existência da comunidade e a possíveis lutas com poderes públicos e privados.

Para a administração pública, na medida em que esses grupos apresentam novas formas de governação e colaboração na cidade, sendo uma possibilidade, no caso de Salvador, de parceria para realização de ações em espaços necessitados da cidade, e no caso de Lisboa, já como um parceiro ou agente colaborador nas transformações urbanas e sociais atuais. Porém, ainda é preciso uma maior colaboração e compartilhamento entre os grupos e a administração pública municipal, com maior parceria que potencializa os resultados nos territórios, e permite, a partir da análise das ações e resultados, a possibilidade de criação de políticas públicas efetivas para o espaço.

A principal diferença entre os dois grupos vem do apoio municipal. Enquanto em Lisboa, Portugal, existe um programa que apoia ações de grupos comunitários, movimentos cívicos ou associações através de um edital, em Salvador, no Brasil, esse programa não existe, ficando os grupos estudantis, movimentos cívicos ou associações dependendo de patrocínios ou, no caso dos estudantis, bolsas de pesquisas.

Considera-se, portanto, que os movimentos cívicos urbanos, procedentes de experiências universitárias, colaboram para as transformações urbano sociais, basicamente, de três maneiras: A primeira tem a ver com a forma, processo e execução dos projetos desenvolvidos na comunidade. Isto porque, os trabalhos realizados por estes grupos são assentes em metodologias participativas, buscando ampliar os próprios conhecimentos, (já que são estudantes), e os conhecimentos da comunidade, promovendo uma troca de saberes e experiências, permitindo-se aos erros e acertos inerentes a processos urbano sociais. A segunda tem relação com o reforço que o surgimento de grupos, como os dois estudados, fortalece na construção de uma cidade mais colaborativa, mostrando como é possível a realização de transformações urbano-sociais e assim, estimulando a criação de novos grupos que visem mudanças, dentro e fora da universidade. A terceira tem a ver com a liberdade na atuação, e com os resultados obtidos, que são debatidos dentro e fora do ambiente acadêmico, permitindo, quando não há regra estipulada por editais, uma maior liberdade nas mudanças durante o processo.

A atuação dos coletivos urbanos apoia a busca pelo direito à cidade, entendido como um direito coletivo, no momento que provoca um estímulo à mudança social e urbana nos territórios por parte dos próprios atores, promovendo um acesso, mesmo que pequeno ou momentâneo, às necessidades básicas urbanas, como se movimentar, interagir, permanecer, dentre outras. A Universidade, neste âmbito, cumpre seu papel de orientar e instigar os estudantes, sendo o maior desafio desta acompanhar as transformações exigidas pelas mudanças sociais, ampliando sua visão acadêmica e efetivando a extensão de suas ações a realidades mais concretas, incluindo a Administração Pública. Além disso, é preciso conseguir aliar os 3 atores (Administração Pública, Universidade e coletivos urbanos) em uma ação colaborativa e efetiva nos territórios, entendendo o papel de cada um nesse processo, promovendo a importância da discussão sobre território, junto com a própria sociedade, gerando políticas públicas urbanas efetivas na transformação das realidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém (Por) : Imprensa Nacional, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. 1 ed. [SL]: Zahar, 2013. 272 p.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2011. 145 p.
- MAIOR, Portal Carta. **Cidades rebeldes: Passe Livre e Como Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil**. 1 ed. [SL]: Boitempo, 2013. 112 p.
- NEL·LO, Oriol. **La ciudad en movimiento**. 1 ed. [SL]: DIAZ & PONS, 2015. 208p.
- NETTO, Douglas Aguiar; NETTO, Vinicius M. **Urbanidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- SANTOS, Boaventura Souza. **Idéia da universidade na universidade de ideias**: Revista Crítica de Ciências Sociais, n 27/28. Coimbra. 1989. 11-62 p.
- FENEA. Fenea - Emau. Disponível em: < <http://www.fenea.org/projetos/emaui> >. Acesso em: 25 ago. 2018
- PELOURO DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LISBOA - CÂMARA MUNICIPAL. Programa bip / zip Lisboa 2018. Disponível em: < <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=273300,159> >. Acesso em: 28 ago. 2018

FEIRA DE SANTANA/BA EM PERSPECTIVA: A PAISAGEM DE RUA DO COMÉRCIO FORMAL E INFORMAL, E OS SEUS MOLDES DE CONSUMO

Ângelo Azevedo Guimarães Dias

Graduando em Licenciatura em Geografia, Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Espaço Urbano Turismo e Meio Ambiente (GETAM), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
angeloagdias@gmail.com

Telma Maria Sousa dos Santos

Professora Doutora Titular, do Curso de Geografia no Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF), Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Espaço Urbano Turismo e Meio Ambiente (GETAM), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
telmaarq@yahoo.com.br

RESUMO

Objetiva-se neste texto, analisar as práticas sociais que impulsionam a vida em Feira de Santana/BA. Feira de Santana possui forte influência econômica em específico por conta de seu comércio polarizador, atrai mais de um milhão de pessoas, seja para comprar ou vender mercadorias. Seu raio de abrangência, extrapola os limites do município e se expande para outros circunvizinhos da macrorregião, incluindo a capital, Salvador. A pesquisa é de cunho qualitativa. Foram tomados procedimentos: realizou-se levantamento bibliográfico dos temas: Espaço Urbano, Reforma Urbana, paisagem urbana; realizou-se trabalhos de campo. Concluiu-se que mesmo o Estado retirando os camelôs e ambulantes das ruas, eles buscaram outros espaços para materializarem-se constituindo um território de resistência.

Palavras-chave: Espaço urbano, (re)modernização, paisagem urbana.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é um produto social, imbricado no espaço geográfico, com a sua dinâmica proveniente do capitalismo e das relações sociais, sendo o urbano “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas” (CORRÊA, 2003, p.11), que está em constante dinâmica, sendo (re)qualificado, (re)modernizado, higienizado e etc. para atender as necessidades do capital, se constituindo como polo atrativo de investimentos, uma vez que é nas cidades onde as práticas sociais se articulam e impulsionam a vida humana com maior intensidade por meio do trabalho (SILVA, 2011).

Para que os sujeitos se organizem no meio urbano, é preciso que haja um planejamento territorial no/do espaço, tendo em vista as peculiaridades de cada sujeitos ou grupos que produz e/ou o reproduz, necessitando assim de se considerar o planejamento como um processo dinâmico “que conjuga diferentes áreas disciplinares e diversos agentes locais (sector público e ou privado) em permanente ajustamento e que têm como linha orientadora, a funcionalidade, a atratividade e utilidade do território de acordo com as necessidades da população” (SILVA, 2011, p.38,).

Esse processo de planejamento territorial e de modernização de espaços urbanos proporciona uma nova “roupagem” a paisagem proporcionando outras dinâmicas à cidade, uma vez que, se considera que o planejamento precisa estar atrelado as políticas públicas voltadas aos interesses da sociedade em geral, levando em conta as discrepâncias que existem no contexto socioeconômico de uma dada cidade. (SILVA, 2011).

Todavia na cidade de Feira de Santana/BA é possível identificar a forte influência do comércio formal e informal, sendo o setor principal da economia, que atrai centenas de pessoas, seja para comprar ou vender mercadorias diversas, o seu raio de abrangência, inclusive, extrapola os limites territoriais do município e se expande para outros circunvizinhos da sua mesorregião, incluindo a capital, Salvador. Dessa forma, o comércio se consolida como importante polo econômico da cidade, manifestação do capital, do trabalho e da cultura feirense.

O Centro de Abastecimento foi inaugurado em 7 de novembro de 1976, faz parte do patrimônio paisagístico de Feira de Santana, sendo também um importante entreposto comercial, vem passando por diversas reformas na sua estrutura física ao longo da sua história. Porém em 2016 inicia-se a sua maior e mais notável reforma, a construção de um *Shopping Popular Cidade das Compras* em seu terreno, que já vinha sendo discutido pelos agentes públicos e privados desde 2013, ou seja, um novo equipamento urbano construído subjacente ao antigo com o ideal da modernidade embutido em seu projeto.

Objetiva-se, portanto neste texto, analisar as práticas sociais que impulsionam a vida em Feira de Santana/BA. Para aí chegar, foi preciso consultar, catalogar e analisar documentos oficiais, fotografias históricas e comparar com as atuais, fazer uma análise do contexto socioeconômico da cidade através de dados de anuários e daqueles produzidos por agências especializadas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Verificou-se também, qual a parcela da população feirense faz uso dos vetores de comércio formal e informal.

Isto posto, este trabalho poderá contribuir para ampliar o conhecimento sobre a dinâmica urbana dos espaços e da paisagem da cidade de Feira de Santana, bem como evidenciar o papel do Estado, do Poder privado e dos demais agentes (re)produtores do espaço nesse processo e suscitar questionamentos e reflexões sobre como a ação da sociedade (re)produz e modifica o espaço urbano e quais os rebatimentos provenientes deste processo na vida cotidiana e na configuração territorial da cidade.

No âmbito social o presente texto poderá contribuir para dilatar a discussão acerca do comércio informal na cidade de Feira de Santana, apresentando a sociedade a sua capacidade de movimentar capital; podendo ainda instrumentalizar geograficamente os habitantes sobre os aspectos culturais que permeiam o comércio de rua, e as manifestações culturais de trocas que acontecem no dia a dia do Centro de Abastecimento e do Centro comercial.

Para realização da pesquisa, foi necessário uso de procedimentos sistemáticos para descrever e explicar o fenômeno em estudo. Nesse caso, utilizou-se o método qualitativo de abordagem e de análise do fenômeno geográfico pesquisado que é: como o *Shopping Popular Cidade das Compras* pode proporcionar uma nova paisagem no Centro comercial de Feira de Santana/BA?

Dessa forma, para compreender o processo de modernização do Centro de Abastecimento com a construção do *Shopping Popular*, foi preciso verificar *in loco* como as práticas sócias neste, refletindo a cerca das materializações nas rugosidades por meio do modo de produção capitalista; e como este interfere na vida cotidiana dos sujeitos e agentes inseridos no Centro de Abastecimento e Centro comercial, tendo em vista as suas singularidades espaciais, e a espacialização dos processos sociais (OLIVEIRA, 2007).

Para alcançar os objetivos propostos, algumas etapas foram estabelecidas. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico a respeito dos temas inerentes a esta pesquisa, como Espaço Urbano, Espaço Geográfico, Paisagem Urbana. Destaca-se os principais autores: Araújo (2005); Santos (2004, 2006, 2008); Corrêa (2003); Padilha (2003); Virgens (2016); dentre outros. Paralelamente a pesquisa bibliográfica, foi realizado também levantamentos de dados em sites

e bancos de dados oficiais. Foram realizados trabalhos de campo, para compreender a espacialização dos processos sócias que se manifesta nas ruas do comércio de Feira de Santana. Pois é preciso “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996, p. 79). Por fim foi redigido o texto final.

COMÉRCIO E CONSUMO: BREVE DISCUSSÃO

A cidade tornar-se-á mercadoria, sendo consumida por lojistas, ambulantes, industriais, empresários, camelôs, feirantes, traficantes, habitantes, dentre outros agentes. Nesse sentido, o modo de produção capitalista no contexto do século XXI (re)cria um estilo de vida urbano, influenciando as relações de consumo na atualidade e de uso dos espaços citadinos, (re)significando o espaço-tempo, proporcionando, assim, uma dinâmica social, cultural e espacial característica da sociedade em rede.

O processo geral de produção transmuta-se e (co)cria as novas características da sociedade do consumo, com a “compressão” do espaço e tempo, os fluxos se dão com maior intensidade e os varejistas se atêm na criatividade e interatividade com o consumidor, materializando assim, um espaço fluído e contínuo, na qual os mesmos macroagentes econômicos fazem o uso dessa fluidez para dominar horizontalmente e verticalmente esses espaços (ORTIGOZA, 2010).

Nessa complementaridade dialética, onde o consumo é indissociável ao processo de produção e vice-versa, os macroatores da economia, os bancos, as transnacionais e corporações, (re)criam novas variantes de consumo por meio da produção de objetos, influenciando assim, características singulares de usos para os mesmos, e/ou homogeneizando culturas e ações dos sujeitos. Os sujeitos nesse processo são importantes, pois consomem o que é produzido, todavia, há a resistência cultural e financeira para os usos serem efetivados em determinados espaços, tendo em vista a singularidade de cada nó na rede geográfica (MARX, 2011).

Por conseguinte, para efetivar a relação entre produção e consumo, encontramos o intermediador, ou seja, o elo fundamental da cadeia produtiva, que faz a conexão entre os importadores, industriais e atacadistas ao consumidor final, esse seria o comerciante enquanto sujeito e/ou, o comércio enquanto rede lojista. (SANTOS, 1976)

Imbricados nesse processo, estão os usuários finais, consumidores do que é produzido, mas, alienados de todo processo de produção e consumo. A produção na perspectiva marxista denota a ideia de uso final de mercadorias, por um grupo de sujeitos, por outro lado, sem o uso final de determinada mercadoria, não há a necessidade de sua produção, a ideia da oferta e procura tornar-se-á fundamental para compreender a dialética do processo de consumo e produção.

Para Santos (2015, p. 37) é relevante “ressaltar que uma forma de comércio, só se explica através dos conteúdos sociais que o animam”, nesse sentido as relações sociais que são constitutivas da cidade, proporcionam e influenciam as condições de produção de modo geral. Por outro lado, o conteúdo das relações urbanas proporciona variantes na comercialização de mercadorias, tendo em vista o âmbito social, político, econômico e cultural que cada cidade está inserida.

Nesse sentido o comércio é quem proporciona a vida da/na cidade, efetivando o desenvolvimento da mesma de forma subjetiva. Materializa-se na paisagem as características singulares de cada forma de comercializar, conseqüentemente criando uma dinâmica social e cultural singular, logo esse fenômeno faz da cidade um polo atrativo que podemos dizer que é os fluxos de pessoas, objetos e capital que efetiva a dinâmica econômica da cidade (PARKER, 1998, p.51)

O comércio, dessa forma, é impulsionador das mudanças sociais, culturais e econômicas, pois é por meio no/do qual os macroagentes efetivam o domínio das/nas relações de produção e consumo no contexto de uma sociedade em rede. Logo a função essencial do comércio na atual perspectiva é proporcionar a harmonia dialética do produto com o ato de consumir, ou seja, é o mediador das relações de produção e consumo no âmbito do modo de produção capitalista e ainda, funciona como fenômeno da centralidade urbana.

No caso de Feira de Santana, que, foi organizada espacialmente tendo como vetor principal, o circuito inferior da economia, com suas grandes feiras livres e seu extenso poder centralizador de camelôs e ambulantes, ou seja, o comércio formal é posterior ao comércio informal. A Feira de Santana foi pautada no comércio informal, seu motor gerador e impulsionador das relações e das práticas sócias no tecido urbano. Nesse sentido a potência do informal em Feira de Santana, é de proporções imagináveis.

O ato de consumir conseqüentemente é (re)significado e (re/co)criado numa nova dinâmica social, espacial e cultural no contexto do século XXI, pois quem consome, consome algo, e o ato de consumir é possibilitado pelo modo de produção capitalista efetivado por meio de uma “(re)distribuição” de renda, nesse sentido, é importante depreender que a sensação de consumir e comprar proporciona momentâneas felicidades no dia-a-dia das diferentes classes sociais, materializam assim um estilo de vida que é produzido através das redes sociais (*Facebook, Instagram* e etc.), redes de comunicação e informação, conseqüentemente, o presente ato é também a efetivação/manutenção de um *status quo* que é proporcionado pelo que é consumido e por quem o consome (DANTAS, 2014).

Nesse sentido há uma cadeia produtiva, composta pelos macroatores da economia, sucessivamente os industriais, que distribuem suas mercadorias e produtos por meio dos fixos materializados no espaço geográfico, conseqüentemente são pensados equipamentos urbanos e rurais que possam efetivar o consumo dessas mercadorias e que o consumidor final tenha acesso, podemos dizer que são os *shoppings centers, shoppings* populares, supermercados, mercearias, lojas, dentre outras.

Partindo do ponto de que a cidade, sob a ótica econômica, é formada por dois subsistemas, que são o circuito inferior da economia e o circuito superior da economia, para exemplificar trouxemos algumas características deles. Sendo o circuito superior da economia: que são as grandes redes de lojas, *shopping center*, e resumindo o comércio formal, onde os tentáculos do Estado consegue alcançar facilmente para taxar mercadorias e cobrar impostos sobre; por outro lado temos o circuito inferior da economia: onde podemos encontrar os contrabandos, mercadorias falsificadas, sujeitos trabalhando as margens do sistema, camelôs, ambulantes, e outros trabalhadores de rua, que entendemos aqui como comércio informal. No caso da presente pesquisa discutiremos mais a fundo sob a perspectiva do circuito inferior da economia feirense pois é onde nosso objeto de estudo consegue emergir, mas não podemos negar que é possível encontrar os dois circuitos no mesmo espaço (SANTOS, 1979).

A PAISAGEM DO COMÉRCIO DE RUA DE FEIRA DE SANTANA

A formação da paisagem do comércio de Feira de Santana remete ao primeiro quartel do século XX, na qual, a organização principal da então aglomeração urbana, era o comércio de rua, uma enorme feira livre que se estendia pelas Avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos, nos quais feirantes disputavam espaço físico para comercializar os seus produtos.

A cidade experimenta uma ampliação do processo de urbanização, então a partir da década de 1970 o poder público toma uma decisão vertical de higienizar o seu centro, construindo em

grande entreposto de compras conhecido atualmente como o Centro de Abastecimento, a reforma urbana seguiu as características haussmannianas, dessa forma modificando completamente a paisagem feirense, logo era preciso uma cidade “moderna”. Porém, muitos trabalhadores de rua permaneceram nessas Avenidas, e em ruas ao redor das anteriores, tornando-se a resistência e criando agora no século XXI novos vetores (FIGURA 01) de comércio informal (DIAS, 2019).

É possível então verificar que nos anos 20 do século XXI, o comércio de rua, que no passado estava estritamente ligado apenas duas grandes Avenidas, hoje podemos ver que o mesmo se pulverizou pelo centro comercial da cidade, no qual todas linhas vermelhas (FIGURA 01) representam onde esse modo de consumir se materializa, modelando assim, uma nova paisagem singular atrelada ao comércio de rua.

Feira de Santana mesmo possuindo um Centro Industrial, o mesmo não consegue competir com a capacidade dos setores de comércio e serviços, pois os mesmos são os pilares da cidade, sendo eles de suma importância para o desenvolvimento econômico do município, assim como a figura 01 evidencia os principais vetores do comércio informal, é preciso lembrar que este se imbrica no formal e produz uma paisagem de consumo singular, tanto em aspectos econômicos quanto em culturais (PARKER, 1998).

O comércio de Feira de Santana, tanto na dimensão formal, quanto na informal é capaz de atrair centenas de pessoas de cidades pertencentes ao Território de Identidade do Portal do Sertão e Territórios adjacentes, assim como consumidores de outros estados, fixos que possibilitam esse fenômeno são as 3 rodovias federais e as 3 estaduais que cruzam a cidade, tornando-a o maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste, com um grande Anel Viário que possibilita a passagem pela cidade sem ao menos adentrar o centro, perdendo a nível nacional apenas para a cidade de São Paulo.

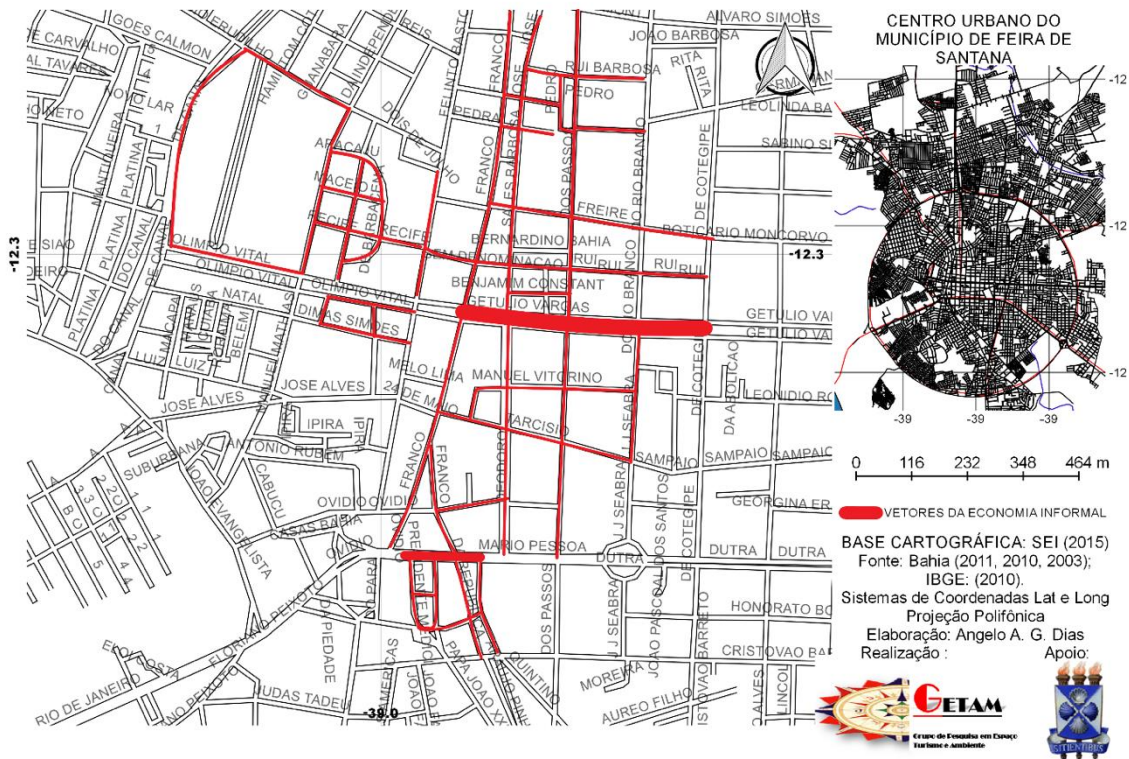
Na produção de um espaço desigual, fruto do modo de produção capitalista, atualmente diversos sujeitos (re)produzem espaço, em específico nos vetores do circuito inferior da economia de Feira de Santana, porém, os mesmos disputam território com os lojistas do circuito superior, mas os conflitos se dão de forma subjetiva no tecido social feirense, devido ao fato de que, ambulantes colocam suas mercadorias na porta das lojas para vender em muitas vezes os mesmos produtos do interior da loja. Prática esta que é comum na cidade, pois, devido a elevada quantidade de consumidores nas ruas, todos que comercializam conseguem atingir suas metas.

Feira de Santana consegue atrair mais de um milhão de pessoas para o seu comércio pujante, fato este que proporciona a metamorfose dos territórios de comércio e consumo, na qual metamorfoseiam ambos circuitos da economia, a procura e a demanda se faz presente nos dois casos. Os conflitos produzidos são pontuais, e em sua maioria desenvolvidos pela CDL (Câmara de Dirigente Lojistas de Feira de Santana), que acredita em uma higienização do Centro comercial, e assim pressionam o Estado para promover este.

Um fenômeno que é facilmente observável no comércio de Feira de Santana, é que, a cidade não se distanciou do rural, o mesmo se faz presente na paisagem do consumo, e é uma rugosidade que os usuários se apropriam, compram alimentos com os feirantes, e também fazem compras em supermercados, sendo que, o feirante e o supermercado estão um em frente ao outro. É a singularidade do espaço urbano de Feira de Santana.

FIGURA 01

IMPORTANTES VETORES DA ECONOMIA INFORMAL DE FEIRA DE SANTANA/BA



Assim, o comércio feirense é o principal motor gerador da economia do município, na figura 01 podemos verificar as ruas, praças e avenidas onde o comércio formal e informal se imbricam, sendo elas as mais relevantes tanto em quantidade de pedestres, quanto de automóveis. Em Feira de Santana é na “rua” onde a vida da cidade se materializa (FIGURA 02), em específico por sua extensa capacidade de agregar novos trabalhadores de ruas, de atrair pessoas de outros municípios, e efetivar a reprodução ampliada do capital. Por mais que esteja comercializando seja o ambulante ou o camelô eles utilizam recursos tecnológicos de grandes lojas para poder acompanhar e tentar competir pelo freguês, a exemplo da grande inserção das máquinas portáteis de cartão de crédito e débito. Lugares esses que antes a compra só poderia ser feita em espécie, hoje é possibilitada por aparatos tecnológicos (ORTIGOZA, 2010).

Dessa forma a cidade é impulsionada no que Ortigoza (2010) alerta que hoje consumimos de forma natural e indispensável, porém que essa característica de pensamento é o *modus operandi* do modo de produção capitalista, nos fazer consumir mercadorias que não possuem sentido para a nossa vida, mas que por meio de um *marketing* incisivo passamos a acreditar que é de suma importância para a sobrevivência, ou seja, o capitalismo produz o problema e a solução e assim, ganha em ambos os lados.

FIGURA 02

IMPORTANTE VETOR DA ECONOMIA INFORMAL DE FEIRA DE SANTANA/BA



Na figura 03 podemos observar como se manifesta na paisagem da Avenida Senhor dos Passos o modo de produção capitalista, produzindo sentidos e significados distintos impressos na paisagem, mas é importante lembrar que mesmo com a (re)produção do capitalismo, a cidade não perde a sua característica fundadora, que seria o comércio de rua, pois é nele onde a cultura feirense se manifesta de forma mais contundente.

Nesse sentido é possível observar que as distintas dimensões sociais imbricadas na dinâmica espacial da cidade, estão conectadas também através das relações de poder que os agentes espaciais (re)produzem. A exemplo da fotografia 04, onde é possível verificar que o moderno e o arcaico se transmitem no espaço, produzindo assim, múltiplas territorialidades, pois podemos observar que a direita existe duas grandes redes de lojas de departamentos a C&A e a Marisa, entretanto ao lado esquerdo é visível os pequenos comerciantes e trabalhadores de rua disputando os clientes (SÁNCHEZ, 2005).

As múltiplas dimensões constituídas no calçadão, possibilitam, que o mesmo consumidor que adquire roupas e/ou produtos na mão dos trabalhadores de rua, adentrem as lojas de departamentos para consumir, e é no ato de consumir espaço, que consomem também mercadorias, ou seja, o consumidor possui a possibilidade de usufruir destas dimensões. A dimensão do comércio formal é constituída em rede nacional e internacional, e a dimensão do informal onde as redes que os conectam podem estar materializadas em múltiplas escalas atingindo muitas vezes até a global. O que difere as escalas destas dimensões, é que na formal conseguimos traçar a sua rede, na informal as redes são um emaranhado de conexões.

FIGURA 03

PAISAGEM DA AVENIDA SENHOR DOS PASSOS



A cidade enquanto mercadoria, é consumida em múltiplas dimensões, a Avenida Senhor dos Passos é um importante vetor da economia e dos serviços da cidade de Feira de Santana. É um espaço consumido por pedestres, automóveis, lojas, trabalhadores de rua, e ainda é preciso deixar claro quanto a sua importância, pois, quando veículos chegam ao município via BR 116 eixo Norte, ao entrar na cidade e dirigir-se ao centro comercial, a Senhor dos Passos é o ponto final desse trajeto. Logo podemos ver o quão importante é esse eixo econômico feirense.

Nesse sentido, é importante perceber o potencial dessas dimensões do comércio de Feira de Santana, porém na conjuntura da escrita da presente pesquisa, os agentes públicos desenvolvem o projeto do *Shopping Popular Cidade das Compras* com a intencionalidade de remodelar a paisagem da cidade e (re)estruturar o território do comércio informal discutido aqui anteriormente.

FIGURA 04 – Fotografia do trecho do Calçadão da Avenida Senhor dos Passos



Fonte: o autor, 2020.

CONCLUSÃO

A cidade de Feira de Santana possui uma enorme capacidade de centralizar fluxos de capital e pessoas, pois o seu comércio é de alongado poder centralizador, assim como, os serviços que a cidade oferece, características essas que são proporcionadas pela sua localização geográfica, seu contexto histórico e sua envergadura ao comércio e serviços das múltiplas dimensões que são: o circuito inferior e o circuito superior da economia. Esses fenômenos que se transmutam no espaço urbano da cidade.

O comércio proporciona a vida na/da cidade com maior intensidade, pois se não houver o que consumir, a cidade perderia seu interesse para o capital, conseqüentemente para os consumidores. Feira de Santana, possui um comércio centralizador, com formas e funções que são atrativas aos usuários dos espaços da cidade, mas no século XXI não mais o comércio é um imperativo na cidade, mas também o setor de serviços, pois ao mesmo tempo em que consumidores se deslocam cerca de 100km para comprar determinadas mercadorias na cidade, os mesmos utilizam a sua estadia para resolver outras questões da sua vida pessoal e profissional por meio dos serviços ofertados na cidade.

Os sujeitos produzem práticas sociais, como se Feira de Santana, fosse uma cidade pequena. Logo o ideal de modernidade proposto pelo Estado, é uma verdadeira falácia, pois a cidade não conseguirá se “modernizar” nesses moldes enquanto manter uma estrutura social arcaica. Mesmo que o Estado retire todos os camelôs e ambulantes das ruas, calçadas e praças aqui apresentadas, os mesmos vão buscar outros espaços para se materializarem e (re)produzirem um território de resistência e poder, assim como, os feirantes que, migraram para outros bairros tornando-se mais forte, após a construção do Centro de Abastecimento em 1976, para onde foram empurrados os feirantes da Grande Feira que acontecia no centro da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. O. Redes e centralidade em Feira de Santana (BA): o Centro de Abastecimento e o comércio de feijão. **Dissertação (Mestrado)** – Pós-Graduação em Geografia Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. Ed. ATÍCA. 2003.

DANTAS, E. W. C. **A cidade e o comércio ambulante**: estado e disciplinamento da ocupação do espaço público em Fortaleza (1975-1995). Fortaleza: Imprensa Universitária, p.190, 2014.

DIAS, A. A. G. De Centro de Abastecimento a Shopping Popular: a modernização do espaço urbano na cidade de Feira de Santana-BA. **Relatório Técnico Final de Iniciação Científica**. Feira de Santana/BA: FAPESB – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro, 2019. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/pesquisa/38/46996?tipo=grafico&indicador=47009>>, Acessado em 01 de março de 2020.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1875-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

OLIVEIRA, A. M. S. D. F. de. Conflitos do espaço racionalizado. **Para Onde? Revista eletrônica**. v. 1, n 1 (2007). Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/22064>> Acesso em: 12/09/2019.

ORTIGOZA, S. A. G. **Paisagens do consumo**: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 232 p.

PADILHA, V. *Shopping Center*: a catedral das mercadorias e do lazer reificado. 2003, f. 317. (**Tese de doutorado em Ciências Sociais**), Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas – SP, 2003.

PARKER, A. J. Um olhar sobre as transformações no comércio: teoria e prática. In: BARATA SALGUEIRO, T. (Coord.) **Globalização e reestruturação urbana**. Lisboa: Universidade de Lisboa/CEG, 1998. p.51-64. Programa Alfa/Rede Reurb.

PARKER, A. J. Um olhar sobre as transformações no comércio: teoria e prática. In: BARATA SALGUEIRO, T. (Coord.) **Globalização e reestruturação urbana**. Lisboa: Universidade de Lisboa/CEG, 1998. p.51-64. Programa Alfa/Rede Reurb.

SÁNCHEZ, F. A. O urbano no mundo da mercadoria. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.) **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____, ___. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____,_. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos E Metodológicos Da Geografia.** Em colaboração com Denise Elias. ed. 6ª - São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo – edusp – 2008.

SILVA, A. M. R. **REQUALIFICAÇÃO URBANA:** o exemplo da intervenção Polis em Leiria. Dissertação de Mestrado em Geografia. Faculdade de Letra da Universidade de Coimbra, Portugal. 2011

VIRGENS, S. C. A. das. Shopping Center e a produção do espaço urbano em Salvador-BA. 2016, f. 179. **(Dissertação de Mestrado em Geografia)**, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 2016.

PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO E DO COMUM NO CONTEXTO CIBERNÉTICO

Coletivo de autores colaboradores do Cipós-Cidades Políticas

Grupo de pesquisa CNPq, sediado no PPGAU-UFBA – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

Thais de Bhanthumchinda Portela

Doutora, Professora adjunta PPGAU-UFBA, coordenadora do grupo de pesquisa.

thais.portela@ufba.br

Alessandra Soares de Moura

Doutoranda, PPGAU-UFBA.

alessandrasoares.cidades@gmail.com

Ariadne Moraes Silva

Doutora, Professora adjunta PPGAU-UFBA

ariadnemoraes@gmail.com

Larissa Dantas Rocha.

Mestranda PPGAU-UFBA.

lari.roch@gmail.com

Matheus Caldas Tanajura,

Mestrando PPGAU-UFBA.

matheusctanajura@gmail.com

RESUMO

Cinquenta anos nos separam do espaço teorizado por Henri Lefebvre na obra “A produção do espaço”. A reprodução da vida atravessada pela relação com o espaço cibernético e do planeta em crise climática não era condição que se impunha à Lefebvre. O artigo se propõe a situar as categorias pretéritas para embasar uma pesquisa que se propõe a atualizar os termos desse pensamento para as condições de reprodução da vida no presente contexto. Buscamos fiar as tramas dessa nova configuração do tempo e promover a ampliação do campo de atenção do urbanismo para a produção do espaço.

Palavras-chave: produção espaço, cibernética, comum.

O ESPAÇO E O COMUM NA DIFERENÇA

Por hábito criado pela formação histórica ocidentalizada, começamos pela Grécia Antiga. Hipólito e Pedroni (2016) nos apresentam a relação entre as três palavras gregas para dizer espaço e seus sentidos: χώρος (choros) - o espaço que uma coisa ocupa, ou, onde algo é; τοπος (topos) - localização de uma coisa no espaço, sua posição; e κενόν (kenon) - espaço vazio, o vácuo.

Poderíamos denotar χώρος (choros) como lugar? Como τοπος (topos) em que coisas vivas e não vivas ocupam, ou são? E τοπος (topos) seria terreno ou território; localização do χώρος (choros) como lugar? E κενόν (kenon), um vazio receptáculo ou de relações materiais ou de realidades de outras dimensões? Ou chamaríamos κενόν (kenon) de um vir a ser, uma potencial utopia?

Certamente, nuances criam desentendimentos na tradução, mas, mesmo no risco, como seria a percepção do espaço para a África Antiga? Diríamos κενόν (kenon) como vazio ocupado pela dimensão transcendente dos orixás e ancestrais que ‘vivem’ em relação com χώρος (choros) e τοπος (topos)? E o espaço da Europa Iluminista, com a geometria cartesiana, seria κενόν (kenon) vazio que recebe relações entre coisas objetificadas, matematicamente mensuráveis. O virtual - transcendente, imaginário ou subjetivo – impossível de ser medido não é uma realidade como no espaço africano.

Esses são tempos e espaços que, percebidos de modos distintos, estabelecem o “comum” (no sentido do que é pertencente ou relativo às coisas em um mesmo espaço e tempo) diferenciado. Cada comum ou sociedade (agrupamentos de coisas vivas e não vivas pertencentes ao mesmo espaço e tempo) são únicos e as muitas sociedades diferenciadas engendram um espaço diverso, no planeta.

Assim sendo, sociedades africanas antigas ou sociedades europeias de geômetras cartesianos têm sentidos próprios de espaço. Umas, pelo método do jogo divinatório, conectam dimensões transcendentais que ocupam o espaço numa percepção de tempo circular em que o presente e o passado são vividos em comum. Outras que, pelo método da matemática analítica cartesiana, estabelecem relações métricas com espaço em um tempo linear, também medido, com direção objetiva (trajetórias). Esse espaço permite ser projetado, planejado para o futuro. Esse método foi aprimorado na geometria descritiva (também conhecida como mongeana), eliminando de vez os “erros” da subjetividade humana. A racionalidade (uma percepção como outras) pode enfim descrever a verdadeira grandeza do tempo e do espaço.

Estes poderiam ser modos distintos de distinguir sociedades, cada qual com sua técnica e seu comum ocupando espaço e tempo; mas houve o processo histórico de dominação de umas sociedades por outras que deu condição de possibilidades para o fenômeno do mercantilismo e do liberalismo, em que um único “comum” tornou-se ao mesmo tempo global e universal.

O ESPAÇO E O COMUM NA IDENTIDADE

Humanos são seres senscientes, que aprendem através das sensações. Cheiros, cores, sons e imagens nos fascinam e nos criam. Inventamos linguagens e técnicas que organizaram a comunicação das experiências estabelecendo um espaço vivido em comum. E buscamos, ao longo do tempo, ampliar a experiência das sensações. Desejamos coisas vivas e não vivas que oferecem essa ampliação do sensível e, por isso, passamos a trocar, roubar, cultivar e, em algumas sociedades, as coisas foram transformadas em mercadorias. O dinheiro foi inventado para facilitar essas trocas, a escrita e as leis, para controlar e garantir o mercado de coisas, ampliando cada vez mais os seus sentidos. Essas sociedades tornaram-se dependentes das mercadorias e, aqueles que se aventuraram a oferecer mercadorias para seus adictos, geraram imensa riqueza. A riqueza dava acesso à outras mercadorias, à maior possibilidade de sensações e cada vez mais, tais sociedades estabeleceram seu comum por meio da aquisição de mercadorias e riquezas.

Desde as viagens de Marco Polo, no século XIV, percebemos o desejo de algumas sociedades do continente europeu por mercadorias e acúmulo de riquezas. Esta ânsia aproximou regiões distantes do mundo, levando à expansão imperial da Europa e a colonização das Américas e do continente de África. No mercantilismo, o “povo das mercadorias” acelerou a conectividade do espaço e o fez mundo, globo, planeta ao estabelecerem um sistema expansivo de pilhagem e mercantilização de coisas vivas e não vivas. Assim, as sociedades dos divinizadores africanos não puderam mais ocupar o espaço pelo seu próprio comum, foram arrancados de seu contato com a terra ancestral e escravizados para o despojar das riquezas naturais das Américas.

A violência da pilhagem para se deu não apenas no espaço χώρος (choros), τοπος (topos) e κενόν (kenon) mas também em ψυχή (psychí), ou alma, ser, vida, criatura, essa dimensão do ser também transformada em espaço, espaço interior, pessoal, subjetivo. A religião cristã administrada pela Igreja fez, par a par, a dominação. As forças armadas dominaram o espaço topológico e, a Igreja, o espaço psíquico. Com o centramento da percepção em um ponto de vista único, identificado ao ícone - de Deus e de Verdade – a Igreja dominou o comum, o espaço e o tempo diferenciado das sociedades colonizadas, realizando na psique a ideia de universal, sendo o homem branco do “povo mercadoria” a medida ideal e idêntica do universal.

A identidade, o igual ao ícone que está no centro - o humano homem embranquecido filho de Deus - sobrepôs-se às diferenças e, em nome de Deus e da mercadoria, o comum da identidade universal do homem europeu se fez medida para toda a diversidade humana. O que legitimou narrativas de dominação e controle dos espaços, como a de Adam Smith na obra “A Riqueza das Nações”, em 1776. O pensador pôde formular a narrativa que virou do avesso a história ao ditar que a riqueza (que leva ao bem-estar das nações) é a manifestação de uma ordem natural, portanto, universal, que permite o homem do povo mercadoria traçar suas leis ‘objetivas’ para todos os outros espaços; fazendo esquecer que a universalidade é a imposição do comum de uma sociedade sobre todas outras.

A economia do acúmulo de riquezas, narrativa elevada à categoria de ciência, foi correlacionada à liberdade dos indivíduos (servidores do poder do Estado) e ao trabalho “útil” ou “produtivo” (dos servidores dos servidores do poder do Estado) por Smith. A divisão social do trabalho (entre servidores burgueses e servidores de servidores proletários) para Smith determinava a riqueza das nações e não o sistema escravagista e o desejo maníaco por mercadorias - variáveis essas retiradas da “equação econômica” que levou à industrialização europeia e ao capitalismo. A reprodução social em todo espaço entrou para a linha de produção de mercadorias industrial. Marx percebe as engrenagens do sistema e Lefebvre, a partir de Marx, elabora a teoria da produção do espaço.

A TEORIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Karl Marx viveu na Alemanha que se industrializava com as classes de servidores do Estado já bem definidas. O sistema de escravização colonial para o acúmulo de riquezas do povo mercadoria já “esquecido” e substituído pela exploração do trabalho da classe proletária pela classe burguesa, supre o desejo maníaco pelas mercadorias e acúmulo de riquezas. Os processos de extração de coisas vivas e não vivas das nações colonizadas não entra na “equação econômica”, apenas a exploração do trabalho proletário, nacional e o comum universal, identificado à nação, dividida pelas classes. À sociedade se divide pelas identidades de classe, um comum que identifica os indivíduos pela sua condição social e não mais pelo seu território, o que permite uma associação internacional comum.

As identidades nacionais, partidas em classes, ainda possuíam a régua universal: o homem é a medida, é o hegemônico (dominação ideológica naturalizada em toda a sociedade) das classes internacionalizadas. A naturalização do direito à privatização do espaço e da exploração da desigualdade na partilha da riqueza na linha de produção é questionado em Marx, que também desvela o sistema hegemônico da psique da sociedade capitalista - o fetiche pela mercadoria.

O comum, para essas sociedades que se pretendem universais (“todo índio quer ser branco”), só é percebido pela vida envolvida na produção de coisas (mercadorias) para acúmulo de riquezas. O fetiche da mercadoria domina o espaço e a psique, transformando as coisas em objetos econômicos, transformando valores subjetivos em valores econômicos de uso e troca - valor da

vida, por exemplo, foi calculado pela empresa Vale após o crime de Brumadinho, em um valor objetivo entre R\$15 mil a R\$ 152 mil (AGÊNCIA BRASIL EBC, 2020).

Esse perceber, por ser hegemônico, é partilhado por todas as identidades nacionais e de classe, todos se relacionam objetificando coisas vivas e não vivas; todos se dividem socialmente para trabalhar na linha de produção das mercadorias; todos desejam, são maníacos e histéricos por mercadorias (Sigmund Freud aponta esse mal estar consequente dessa sociedade, ou civilização), mesmo depois das revoluções que transformaram nações em que liberais revolucionários se viram conservadores e proletários tomaram os meios de produção. Henri Lefebvre, o teórico da “produção do espaço” tratou dessas mudanças no espaço e na psique das sociedades capitalistas.

Lefebvre atualiza Gramsci no transformar a hegemonia da “ditadura” do proletariado pela influência e não pelo emprego da violência repressiva, como meio de alcançar a transformação do sistema de produção, e demonstra como essa dominação suave, sem violência, foi apropriada pelo capitalismo, através da cultura e da ciência. O poder exercido pelas instituições e suas representações exerce a revolução suave e essa proposta que Gramsci para a revolução proletária das sociedades comunistas foi adotada pelas sociedades capitalistas para a manutenção do fetiche da mercadoria.

Lefebvre percebe as transformações do espaço desse movimento das relações dominantes menos violentas e mais sedutoras sobre o espaço social. A naturalização do fetiche da mercadoria permite que o indivíduo se sujeite à uma abstração de si, de sua presença “vívida”, corporificada e em relação com outros vivos e não vivos no espaço; esse detrimento da abstração de si se dá a favor da “concepção” hegemônica dos poderes para a reprodução da vida social. As classes dominadas se sujeitam psicologicamente à lógica do acúmulo de riquezas das classes dominantes (burguesia associada ao Estado e aos “dirigentes do saber” como um ente único, distintos, mas inseparáveis).

O espaço abstrato fetichizado sutilmente vira mercadoria, sem o apelo das guerras. Um vaso, um móvel, uma casa, uma árvore frutífera, um ser humano, tudo se conta pelo seu valor mercadoria: “Produzir, no limite, hoje, não é mais produzir isto ou aquilo, coisas ou obras, é produzir espaço.” (LEFEBVRE, 1974).

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DO COMUM CONTEMPORÂNEO

Os cinquenta anos nos separam do espaço teorizado na obra “A produção do espaço”. A reprodução da vida atravessada pela relação com o espaço cibernético e do planeta em crise climática não era condição que se impunha à Lefebvre. O esforço em situar as categorias pretéritas foi feito para embasar a atualização dos termos desse pensamento. É uma empreitada que se inicia. Buscamos fiar as tramas dessa nova configuração do tempo e promover a ampliação do campo de atenção do urbanismo para a produção do espaço.

Como o urbanismo responde ao fetiche do fetiche da “civilização do desejo”?

O desejo do povo mercadoria pelo acúmulo de riquezas não se restringiu apenas aos sistemas econômicos capitalistas. Esse tipo de transformação incidiu na arquitetura e na urbanística dos espaços por todo o planeta, orientando um tipo de tipologia sistêmica reproduzida pelo capital de todo e qualquer modelo econômico, evidenciando um mundo fetichista de signos hegemônicos que emanam aparências de segurança em contradição com mal estares contemporâneos

presentificados no espaço: medo, conflitos, disputas, tráfico de drogas, discriminações, desequilíbrios ambientais, criminalidade, extermínios, exclusões, higienização seletiva, acirramento das desigualdades.

A produção do espaço e do comum contemporâneo, concebida pelo hegemônico, aciona a reprodução de imagens construídas para satisfazer o fetichismo da mercadoria em processos cada vez mais aprimorados de captura cognitiva, seduções (comportamento, cultura, drogas, tecnologias) que funcionam como gatilhos de dependência, de vício no hiperconsumo, que desembocam naquilo que Lipovetsky (2007) chama de “civilização do desejo”. Não apenas as coisas e o espaço, o próprio desejo é agora uma mercadoria, com a exponencial sensação de prazer, felicidade e segurança elevada ao status dos signos do acúmulo de riqueza.

Essa superexcitação caminha em um par a par assimétrico com as desigualdades e seus efeitos de segregação: acumulação de riqueza, pobreza extrema, violências diversas e problemas ambientais que se acentuam. A manutenção do espaço em commodities altamente lucrativas precisa que essa assimetria seja amplificada, que a dimensão estrutural do medo e do terror (afeto político central) sejam incorporados aos processos de subjetivação que moldam os indivíduos do hiperconsumo. Os indivíduos desse espaço são percebidos e aparentemente controlados da nano a hiper-escala, do vírus que circula entre as células ao impacto que seu consumo provoca no clima. Mas a assimetria cobra maior parte da conta dos pobres e não dos dominantes.

Esse processo é retroalimentado por uma série de discursos e narrativas, potencializado pelo viés do hiperconsumo, e já não está limitado apenas aos espaços confinados, mas se expande para o espaço público através de aparatos digitais (câmeras de vigilância e monitoramento, leitores biométricos), para atender as necessidades das “Sociedades de Controle” através de uma colonização digital no domínio de um panoptismo virtual.

Como o urbanismo responde ao adoecer comum no contemporâneo?

No viver descobrimos que cooperando temos mais vantagens de sobrevivência. Cooperamos, assim como muitas outras espécies, mas diferente delas uma mutação genética permitiu aos humanos a capacidade de ficcionar. Somos capazes de modificar nosso comportamento social de forma única entre os seres vivos. A capacidade de criar histórias e acreditar nelas de forma coletiva é o principal elemento de organização social dos humanos, esse é um poder, mudamos por meio de histórias (HARARI, 2018).

As histórias nos evoluíram para uma condição de vida comum em sociedade, no entanto, parece que essas se tornaram maiores que a vida e cristalizaram de tal modo que a história demonstra seu fracasso, exatamente pela dificuldade de ceder-se ao forte movimento criativo humano. Os sistemas de poder não admitem crises ou mudanças e uma enorme estrutura de controle dos corpos se consolidou para manter a criatividade humana refém desses sistemas dominantes. O poder da cooperação foi redirecionado por narrativas que valorizam o individualismo e esse nos adoeceu. Sós, perdidos em nós, ficamos maníacos, histéricos, esquizofrênicos. Os menos adoecidos pelo capitalismo sofrem de cansaço psíquico (depressão) e de superaquecimento (burnout), adoeceres amplificados pela condição comunicativa da ciberesfera.

A sociabilidade cooperativa no espaço cibernético, o comum, é transformado por algoritmos, que nos unem em “bolhas” sem lastro. Cada qual se move apenas por seu interesse nesse aparente comum, um comum sem raiz com o chão, que faz liames do comum desaparecerem nessa sociedade adoecida pelo próprio hiper individualismo, pelo excesso de cuidado com o self, fetiche do fetiche de nós mesmos.

O filósofo Byung-Chul Han apontou esse sintoma do cansaço exacerbado pelo de informação e cotidiano de autogestão saturado por multitarefas. O adoecer contemporâneo é um desgaste no corpo provocado por uma violência neural compartilhada. Esse adoecer é o comum que nos une, no contemporâneo (CHUL HAN, 2014). Precisamos reaprender a conviver na cooperação, criar condições para o comum na diferença e não no igual consumível, é preciso um exercício de gentileza e de saúde social, de capacidade criativa de lidar com a imprevisibilidade para mudar o sistema e exercitar a vida em comunidade, através dos acordos e negociações éticas e interpessoais.

Como o urbanismo responde à comunicação do macro ao micro, em que tudo é agora e ao mesmo tempo?

Nesse tempo, o espaço urbano e rural largou a mão da gravidade e também acontece nas nuvens. Em 2014, 55% dos brasileiros tinham acesso à internet, em 2019, 74%. São 134 milhões de usuários conectados, sendo 50% na área rural. Atualmente, são 4,1 bilhões usuários o que corresponde a 53,6% da população mundial. (TIC Domicílios, 2019). Os avatares, identidade do usuário na ciberesfera, podem conectar-se entre si, independentes de sua posição geográfica.

O concebido do espaço não é mediado pelo projeto dos arquitetos urbanistas, ou pela legislação, mas pela programação. O espaço programado é o novo concebido, da escala nano a hiper escala. É um novo espaço já colonizado pelo capital, com utilização de algoritmos, o “Google e Facebook têm estimados 50% de todo o mercado de publicidade digital no mundo, com nenhum outro player passando de 5% da fatia de mercado” (LAVADO, 2017, p. s/n) e essa nova classe dominante e seus algoritmos conceberam a ultrasegmentação do comum nas bolhas sociais, todo o espaço e tempo, do macro ao micro, controlados, tudo ao mesmo tempo e agora.

Hoje somos afetados pelo teletrabalho, sistemas de rede interativa online, comunicação instantânea, por uma horda de aplicativos, dispositivos informatizados e por fluxos (des)contínuos, mas isso não significa que esses “avanços” resultam em melhoria de qualidade de vida. Pelo contrário, os problemas contemporâneos urbanos estão se agravando (uberização da vida) e a política atual do ciberespaço parece estar reforçando as centralidades e o poder (cada vez mais concentrado na mão de poucos grupos).

Como o urbanismo responde ao espaço programado e à atualização das desigualdades?

Atualmente, ampliam-se os modos de sociabilidade mediados pelos aparatos tecnológicos e pela difusão do ciberespaço na interação entre os indivíduos, modificando o comum, reconfigurando o espaço social e a produção do espaço. As novas tecnologias acopladas ao planejamento e gestão urbana concebem as Smarts Cities (cidades inteligentes) como nova tendência arquitetônica e urbanística, prometendo qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, economia criativa, eficiência na administração, otimização espaço e segurança dos cidadãos pela gestão do tripé: Internet das Coisas (sistema que, através de sensores e conexão à internet, coleta e transmite dados em rede entre os usuários e os objetos da cidade); Big Data (relativo ao tratamento, processamento e análise de grandes conjuntos de informações); e Governança Algorítmica (em que os dados criados a partir da coleta e cruzamento das informações aplicadas à vida urbana passam a orientar o planejamento e a gestão das cidades). A gestão utiliza os dados dos usuários com o intuito de prover um funcionamento harmônico e automatizado, que melhore a vida dos moradores e as dinâmicas das cidades, estimulando a integração das pessoas com os espaços públicos seguros (LEMOS, 2013).

Neste modelo proposto pelas smart cities, a ideia do ordenamento mediado pela tecnologia acopla-se não apenas as práticas de planejamento urbano, mas também ao aparato policial. A

vigilância nos espaços públicos inteligentes passa a ser realizada por câmeras e sensores de reconhecimento facial articulados aos setores de segurança pública que monitoram e perseguem aqueles sujeitos tidos como “indesejáveis”. Esse modo de produção de espaço atualiza mecanismos de dominação, expondo as novas subalternidades impostas que, escamoteadas pelas promessas de segurança e ordem, reprimem com violência a constante negociação, tensão e disputas inerentes ao espaço social.

A condição de subalternidade inerente a esta ideia de smart cities mostra-se ainda nas dicotomias conceituais que produz, pois ao dizer o que é “smart”, se redefine o “não-smart” (cidades ignorantes, “dumb cities”, megacidades dos subdesenvolvidos, sul global, metrópoles do terceiro mundo), concebendo este espaço em narrativas apocalípticas de “dumbs cities” caóticas, insalubres, congestionadas, poluídas, densas e violentas. Entretanto, a dumb city é a condição para a smart city existir. Afinal, qual smart city sobreviveria sem a dependência econômica, sobretudo, em relação a exploração de combustíveis fósseis e da precarização do trabalho da dumb city? Isso revela a precariedade da vida “smart” e a fragilidade do conceito.

São ideias frágeis, mas que servem como “imagens de controle” – representações negativas da subalternização e subserviência de grupos para sua dominação racial, econômica e sexual. Mais que estereótipos, essas imagens atingem subjetividades, reforçadas pelas mídias de massa, que definem o modo como pessoas veem e tratam umas às outras e são impostas às sociabilidades populares impossibilitando a visibilidade de outras histórias possíveis (COLLINS, 2019).

Mas, na contramão das imagens distópicas que narram as dumb cities, as entendemos aqui como espaços pulsantes que prosperam mesmo na adversidade, mesmo sem serem percebidas pelos grupos que concebem os espaços, respondendo criativamente à indiferença dos dominantes (ROY, 2017). Táticas de existência, também mediadas pelo espaço cibernético, que criam urbanismo sem urbanistas, revelando a potência desses espaços sociais que se fazem por sistemas alternativos inventivos, espertezas cotidianas, economias auto-organizadas, novas formas de atuação política, redes comunitárias de apoio (ROY, 2017). Uma contra narrativa se faz, por esse ponto de vista: essas não são “dumbs” e sim extremamente espertos: lugares que acontecem no agora, desafiando a ordem social segregadora, propondo soluções, mesmo que provisórias, e que, nos seus corres diários, resistem-criando como modo de existir.

Cidades espertas que, apesar das desigualdades estruturais (socioeconômicas, espaciais, raciais...), também se apropriam de tecnologias e ferramentas para articular suas lutas em defesa de bens comuns, criam auto-narrativas, ampliam redes de solidariedade e cuidado, organizam manifestações culturais utilizando das comunicações digitais como forma de ocupar e resistir nas cidades, apontam um outro modo contemporâneo de produção do espaço perpassado pela dimensão cibernética, criando, no cotidiano, alternativas radicalmente daquelas impostas pelas cidades ditas inteligentes.

FINALIZANDO...

O fim, é o começo. Estamos no esforço de compartilhar os primeiros fios que tramam o problema da atualização da obra lefebvrea para o contexto que o tempo nos impõe. Precisamos de interlocutores para tal empreitada, vamos conversar?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA BRASIL. **Justiça destina R\$ 108 milhões em multas da Vale para Brumadinho**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-03/justica-destina-r-108-milhoes-em-multas-da-vale-para-brumadinho>. Acesso em 10 set. 2020.

CETIC – Comitê Gestor de Internet no Brasil. **TIC nos domicílios 2019**. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/analises/>. Acesso em 20 ago. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Lisboa, Relógio d'Água, 2014.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM Editores S. A., 2018.

HIPÓLITO, Rodrigo; PEDRONI, Fabiana. **Domus ecclesiae como marker space: um lugar de culto entre a liturgia judaica e o batismo cristão**. Revista Mundo Antigo – ano V, v. 5, n. 7 – Dezembro – 2016. Disponível em: <http://www.nehmaat.uff.br>

LAVADO, Thiago. **O Google e o Facebook ouvem suas conversas?** Revista Exame. 11 de outubro de 2017. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/o-google-e-o-facebook-ouvem-suas-conversas/>. Acesso em 28 ago. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LEMOS, André. **Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 6 ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

ROY, Ananya. **Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno**. Revista Emetropolis, n.31, 2017. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/233/original/emetropolis31_capa.pdf?1513866648. Acesso em 28 ago. 2020

Eixo 4

URBANISMO E REGULAÇÃO

SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍTICAS URBANAS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO NORDESTINO

Mariana Ribeiro Pardo

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal da Bahia
Mestranda em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de São Paulo
ribeiropardo.mariana@usp.br

RESUMO

Este artigo pretende transversalizar os temas da segurança pública, das políticas urbanas e da participação popular, buscando uma aproximação territorial com o contexto nordestino, a partir de dados, cenários e práticas relativas à região. Parte inicialmente do atravessamento das políticas públicas de segurança com o campo do direito urbanístico, incorporando alguns de seus conceitos e instrumentos. Somam-se ainda os debates acerca das segregações territoriais e das dimensões de classe e raça, revelando, no contexto da segurança pública, múltiplas camadas de violências e violações de direitos. Para subsidiar a leitura proposta, são mobilizados dados que apontam para a intensificação nos índices de violência e letalidade na Região Nordeste, reforçando a questão racial e a criminalização da pobreza como pontos-chave. Contudo, é também neste recorte territorial que surge a experiência do Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste, trazendo como uma aposta possível e potente o debate e a efetivação de políticas públicas de segurança por um viés popular e descentralizado.

Palavras-chave: Segurança Pública; Políticas Urbanas; Participação Popular; Nordestinação da Violência

INTRODUÇÃO

As discussões e mobilizações em torno do planejamento e produção das cidades brasileiras e das políticas urbanas vêm sendo, na última década, progressivamente atravessadas pelo debate da(s) violência(s) e das políticas de segurança pública construídas e efetivadas pelo Estado. Se por um lado o tema da segurança movimenta pautas importantes para serem incorporadas nos planos e projetos que contemplam a cidade e os espaços urbanos, por outro, há em curso a disseminação de um discurso de "cidade violenta", pouco complexificado, e, de certa forma, generalizado, que não aprofunda nas dimensões, escalas e heterogeneidades em que a violência urbana se revela socialmente e territorialmente. Ao contrário, esse discurso generalizado pode, inclusive, alimentar modos de pensar e de fazer urbanos que reforçam e reproduzem segregações e desigualdades socioespaciais (SOUZA, 2008).

É importante ter em vista que a diferenciação territorial que se tem nos reflexos da violência urbana e das ações voltadas para segurança pública, está diretamente associada a territorialização das políticas urbanas, que quase sempre estão vinculadas a uma dimensão espacial, manejando presenças e ausências de ações, serviços e equipamentos pelos espaços da cidade. Essa perspectiva espacializada das políticas urbanas é pautada por Marques (2017) em suas reflexões acerca das políticas do urbano no Brasil, destacando a necessidade de considerar os padrões de localização, contiguidades, distâncias e fluxos nessa discussão.

As ações dos atores políticos (inclusive do Estado) especializam-se sobre essas estruturas espaciais herdadas. Sabendo disso, os atores adiantam estrategicamente os efeitos do espaço sobre suas ações, adaptando-as. [...] Como as cidades são segregadas por grupos sociais, o "onde" define quase sempre

o “quem”, e a espacialidade das políticas influencia seu alcance e elegibilidade. (MARQUES, 2017, p.4)

Em diálogo com este debate, Brito (2018), ao analisar as relações entre o planejamento das cidades e a violência urbana, reitera essa noção de reflexos e incidências políticas diferentes, para espaços e grupos sociais diferentes. Enquanto, por exemplo, parte da população investe nos condomínios fechados e nas práticas privadas e individualistas de “garantir segurança” na cidade, os territórios populares vivenciam, cada vez mais, espaços cercados e monitorados, tanto pela atuação do tráfico, quanto pelas ações de um Estado vigilante e punitivista (BRITO, 2018). Essas ações, por sua vez, efetivadas pelos aparatos de policiamento do Estado, são instrumentalizadas por lógicas de controle e repressão que se traduzem também no planejamento e na ordenação desses territórios.

Os problemas urbanos causados pelas desigualdades sociais são reforçados por planos e projetos excludentes e racistas. Nem o planejamento urbano e nem o de segurança, dissociados de políticas públicas adequadas e pensadas a curto, médio e longo prazo, vão conseguir resolver ou minimizar a problemática da violência urbana. (BRITO, 2018, p.13)

Somam-se à essas dimensões os componentes e dispositivos raciais, que atravessam e estruturam o debate em torno das políticas de segurança e seus reflexos nos espaços populares da cidade. Avelar (2016) discorre sobre a forma como a política urbana tem sido construída no país, e aponta que, para compreender os territórios populares, além das desigualdades de renda é necessário o conhecimento acerca do racismo institucional, que reforça a condição de como o Estado opera, já que no “dispositivo de racialidade, dentro da lógica de fazer viver e deixar morrer, os deixados à morte são preferencialmente os corpos negros” (AVELAR, 2016, p.116).

As questões colocadas anteriormente revelam, dentre outras pautas, que as ações efetivadas pelas políticas públicas de segurança, em sua maioria, acompanham processos que reforçam violências e violações de direitos, afastando grupos e sujeitos do acesso ao direito à cidade. Nesse sentido, e entendendo o direito à cidade como a construção de uma ética urbana pautada na justiça social e na cidadania, como proposto por Saule (2007), é fundamental a compreensão acerca da prevalência dos direitos urbanos, onde também está incluído o debate da segurança pública, e da precisão dos “preceitos, instrumentos e procedimentos para viabilizar as transformações necessárias para a cidade exercer sua função social” (SAULE, 2007, p.50). Função social esta que deve garantir condições dignas de vida da população urbana, possibilitando o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos, além da participação na gestão da cidade, em todos os âmbitos que a contemplam.

Diante do panorama exposto inicialmente, este texto pretende dialogar acerca da transversalidade entre os temas da segurança pública, das políticas urbanas e da participação popular, mobilizando também o contexto nordestino, a partir dos dados relativos à violência urbana na região e dos debates pautados publicamente pelo Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste.

A SEGURANÇA PÚBLICA EM TRANSVERSALIDADE COM O DIREITO URBANÍSTICO

Partindo da complexidade e profundidade referente às discussões em torno da violência urbana e das políticas públicas de segurança, entende-se a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, que abarque análises a partir de diversos campos e saberes para tratar do tema. Contudo, neste ponto do debate, compreende-se a importância, dentre as múltiplas possibilidades de partida, de colocá-lo em diálogo com as noções acerca do Direito Urbanístico e das Políticas

Urbanas. Isto porque, parece potente mobilizar soluções dentro do ordenamento jurídico brasileiro para "viabilizar políticas públicas eficientes na defesa da segurança pública e do bem-estar social" (CARVALHO, 2019, p.3).

Cabe então, contextualizar brevemente o Direito Urbanístico, que se torna um ramo autônomo do direito desde a vigência da Constituição Federal de 1988, quando passa a ter previsão constitucional e conteúdo normativo (CARVALHO, 2019). Trata-se de um ramo do Direito Público, que tem por objeto "normas e atos que visam à harmonização das funções do meio ambiente urbano, na busca pela qualidade de vida da coletividade" (DI SARNO, 2004, p.32). Nesse sentido, existe uma aposta na ideia de que a organização física das cidades e as funções do meio ambiente urbano estão diretamente relacionadas com a Segurança Pública, e, ainda, de que os processos de segregação e de invisibilização socioespaciais das cidades, muitas vezes conduzidos pela ação do Estado, contribuem em grande escala para intensificar os problemas em relação à violência e a criminalidade.

Sobre o tema, Carmona (2014), em seu livro acerca do papel do direito urbanístico na violência urbana, afirma que

A segregação urbana e seu impacto sobre a estrutura da cidade serão mais fortes quanto maior for a desigualdade social, econômica e política. Trata-se, portanto, de um efeito do espacial sobre o social, e não ao contrário, como normalmente se sustenta. (CARMONA, 2014, pp. 284)

Partindo do debate da organização física das cidades, é recorrente o acionamento do direito urbanístico para a construção de uma ordem urbana e social em equilíbrio, intencionando entender de que maneira o espaço, a política urbana e a ordem urbanística incidem na construção de uma cidade efetivamente segura. Carmona (2014), ainda acrescenta que

Dentro da perspectiva contemporânea do urbanismo social, uma cidade é segura, em uma dimensão mais ampla, se garante o acesso equitativo aos bens e serviços públicos, o desenvolvimento territorial ordenado, o uso sustentável dos recursos naturais, a convivência pacífica de seus habitantes, a existência de mecanismos adequados de prevenção dos diferentes tipos de vulnerabilidade. (CARMONA, 2014, p.304)

Nesse sentido, torna-se evidente a relação entre o espaço urbano, os sujeitos e os recortes sociais, conduzindo para a possibilidade de pensar ações concretas que podem ser implementadas no âmbito urbanístico para refletir diretamente na questão da Segurança Pública. Acredita-se, então, que a implementação de medidas urbanísticas para redução dos índices de violência nas cidades, passa, principalmente, pela elaboração de políticas públicas urbanas que instrumentalizam o direito urbanístico como uma ferramenta que "regula o uso do espaço público urbano, servindo de agente fomentador da segurança pública" (CARVALHO, 2019, p.6).

As dimensões em torno do diálogo existente entre o direito urbanístico e a segurança pública caminham próximo do que é pautado no Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 2001, que estabelece normas de ordem pública "em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos" (BRASIL, 2001, p.2). Dentre os diversos aspectos e abordagens, o Estatuto da Cidade também evidencia a importância da elaboração de políticas públicas que sejam pautadas na participação social, avançando no fortalecimento da gestão democrática dos espaços urbanos e do que se entende como direito à cidade. De fato, acredita-se na participação popular como um caminho possível para construir ações e instrumentos efetivos no âmbito das políticas de segurança pública.

É justamente nessa chave da participação popular, e pautando a importância de repensar os interlocutores e as instâncias nas quais o planejamento urbano e as políticas públicas são pensadas e efetivadas, que se coloca como uma aposta potente incorporar as discussões do Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste (FPSP-NE). Isso porque, o Fórum é um espaço que vem, desde 2017, buscando construir novas perspectivas para o planejamento das políticas de segurança pública, que possam ser descentralizadas do Estado e pautadas nas demandas e reivindicações das classes populares, em direção à defesa, no sentido mais amplo, do direito à cidade.

DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E AMPLIAÇÃO DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES/DADOS REFERENTES À VIOLÊNCIA

Para pensar a descentralização das políticas públicas de segurança, a partir dos movimentos em torno da participação popular, acredita-se na importância de estabelecer compreensões sobre o tema da segurança com base em reflexões construídas junto aos territórios populares, entendendo que nesses espaços as políticas de segurança são, em grande parte das vezes, planejadas e efetivadas unicamente pelas perspectivas do controle, da vigilância e do policiamento. Tais perspectivas, por sua vez, desconsideram uma série de relações sociais e espaciais, que estão tecidas nesses territórios, revelando um modo de pensar e de fazer segurança pública, que reproduz e intensifica desigualdades raciais, econômicas, geográficas, dentre outras dimensões.

Nesse sentido, propõe-se aqui mobilizar algumas discussões e pautas publicamente defendidas pelo Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste (FPSP-NE), uma organização que, de acordo com a carta de princípios publicada,

reúne movimentos sociais, núcleos de pesquisa, coletivos e organizações comunitárias, com o objetivo de fomentar e incidir sobre o debate das políticas públicas de segurança, de maneira popular, a partir das especificidades da Região Nordeste, que compartilha uma realidade de aumento progressivo da violência letal e da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. (FPSP-NE, 2019, p.1)

O Fórum ainda acrescenta que

A segurança pública é um tema que perpassa o cotidiano de toda a sociedade, principalmente das populações que partilham de menor proteção social. Por isso, entendemos que é necessário fomentar o diálogo sobre a Política Pública de Segurança e defendê-la como um direito basilar constitucional que deve ser apropriado e discutido à luz dos elementos estruturantes da desigualdade, a saber: gênero, raça e classe. (FPSP-NE, 2019, p.1)

Para pensar o tema da participação neste campo de discussão, é importante entender que a Segurança Pública é comumente tratada com um grande distanciamento da sociedade civil, com debates e decisões construídas de forma hermética e com pouca transparência. Nesse sentido, pauta-se a importância de movimentar esforços para exigir o compromisso do Estado na verificação, manipulação e divulgação dos dados referentes à(s) violência(s) e suas formas de distribuição pelos territórios da cidade. Sobre este tema, Edna Jatobá (2020), liderança articuladora do Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste (FPSP-NE), faz uma reflexão a partir do cenário em Pernambuco, onde vem ocorrendo uma mudança significativa na divulgação e comunicação com a população, e afirma que a falta de transparência dos dados relativos a violência urbana, afasta ainda mais as possibilidades de colaboração e participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas de segurança.

A mudança na metodologia de disponibilização dos dados sobre crimes violentos letais intencionais enfraqueceu largamente a transparência das informações que, por sua vez, enfraqueceu também a confiança da população nas ações sobre segurança pública, e impediu, junto a outros fatores, a capacidade de colaboração da sociedade civil organizada na parceria para a busca de soluções. Registra-se que não é possibilitada a participação efetiva da sociedade civil em instâncias paritárias e decisórias sobre segurança pública e defesa social, apesar de toda pressão realizada pela sociedade, especialmente nos últimos quatro anos. A política pública de segurança pode abrir mão da participação da sociedade? (JATOBÁ, 2020, p.1)

A construção de uma perspectiva popular, no âmbito da segurança pública, está ancorada na defesa e na tentativa de sair da chave do tecnicismo como alternativa única para pensar e conduzir ações acerca do tema. Isso porque, é fundamental que as possibilidades de respostas para a questão da violência urbana dialoguem e atendam, principalmente, às necessidades dos sujeitos e espaços que são mais afetados por ela. Jatobá (2020), ainda acrescenta, a partir das experiências já mobilizadas pelo FPSP-NE, que “o protagonismo das comunidades ao apontar respostas para a sua segurança sempre tem um alcance maior do que o tecnicismo e arrogância que dominam o campo” (SIMÕES, 2020, p. 1). Wagner Campos, que também é articulador do FPSP-NE, aponta que essa iniciativa ocupa justamente o lugar de busca por uma descentralização e horizontalidade do debate, colocando que

[...] o fórum faz com que esse tema não seja debatido apenas por militares e especialistas e ajuda a blindar os ativistas diante da criminalização dos movimentos sociais e da elevação dos homicídios contra os militantes dos direitos humanos. (SIMÕES, 2019, p. 1)

Apesar da dificuldade na transparência e sistematização dos dados por parte do estado, acredita-se que uma das principais fontes de informação, análise e divulgação dos números relativos a violência e a segurança pública no país vem sendo construída pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), uma organização que aposta na divulgação de dados como chave principal para elaboração das políticas públicas. É justamente nesse sentido que, em 2007, o FBSP lança o primeiro Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que passa a ser elaborado anualmente, iniciando a publicação com a seguinte defesa:

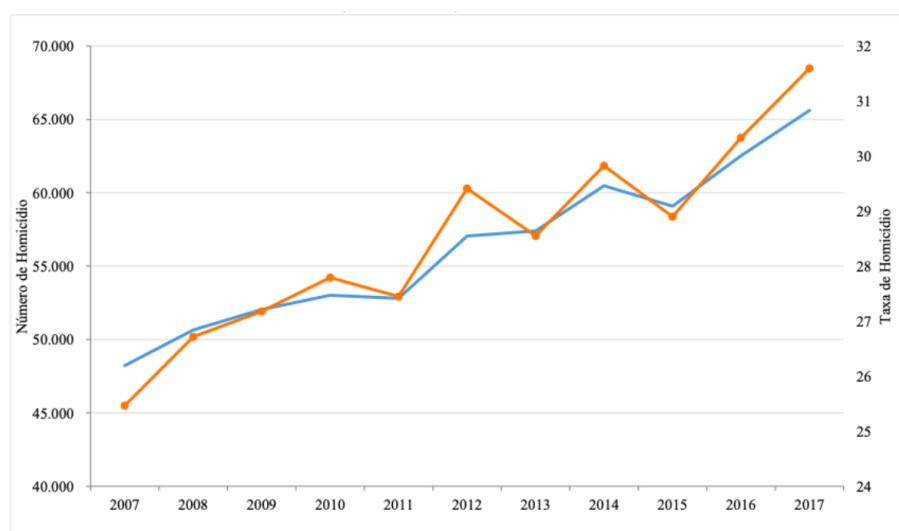
Não há no Brasil um canal de disseminação ou uma publicação que consiga, em maior ou menor grau, dar um retrato nacional do tema e, ao mesmo tempo, oferecer análises sobre assuntos específicos associados à questão das políticas de segurança e às polícias. E é nessa brecha que o Fórum idealizou o seu Anuário e pretende que ele seja, exatamente, uma publicação de referência que, mais do que exaurir todas as possibilidades e dados disponíveis, articule alguns deles de modo a transformá-los em informações qualificadas e, com isso, identifique lacunas, virtudes e potencialidades do material existente e, sobretudo, consolide a incorporação de requisitos democráticos de transparência e monitoramento de políticas públicas. (FBSP, 2007, p.8)

Em 2019, além de lançar a edição respectiva do Anuário, o FBSP, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), elaborou também o Atlas da Violência, com objetivo de construir e analisar indicadores que auxiliem na compreensão do processo de intensificação da violência no país na última década. Ainda que as existam diferenciações na forma como os dois Fóruns mencionados anteriormente - FPSP-NE e FBSP - lidam com o debate da segurança pública, principalmente no que se refere ao viés da participação e incidência popular, ambos apontam para a relevância e urgência de pensar o tema a partir das especificidades da Região Nordeste do país, que tem vivenciado um processo acentuado de elevação da violência.

O QUE OS DADOS REFERENTES À SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL TÊM REVELADO? A URGÊNCIA DO DEBATE SOBRE A NORDESTINAÇÃO DA VIOLÊNCIA

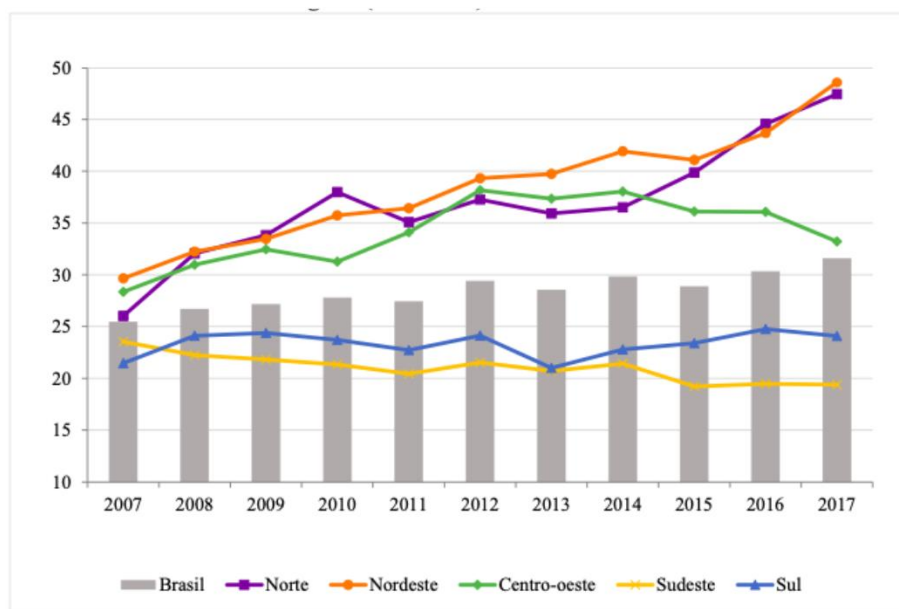
Os números divulgados pelo Atlas da Violência (2019), elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), indicam que a evolução das taxas de homicídios entre 2007 e 2017, apesar de um crescimento elevado quando analisado em território nacional (Figura 1), caminhou com diferenciações regionais muito fortes. Enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste houve uma certa estabilidade, e às vezes até pequenas quedas, nas regiões Norte e Nordeste o cenário foi de um crescimento progressivo da letalidade (Figura 2).

Figura 1. Evolução dos números e da taxa de homicídio no Brasil (2007-2017)



Fonte: Atlas da Violência (2019), baseado no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Figura 2. Evolução da taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007-2017)



Fonte: Atlas da Violência (2019), baseado no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

equipamentos, ações e políticas sociais e urbanas. Os planos e políticas de segurança, implementados nos últimos anos, também entram nesse pacote de contribuição para o aumento da violência no Nordeste. Sobre o tema, o Atlas da Violência fez um compilado em alguns estados da região, refletindo sobre os pontos levantados anteriormente:

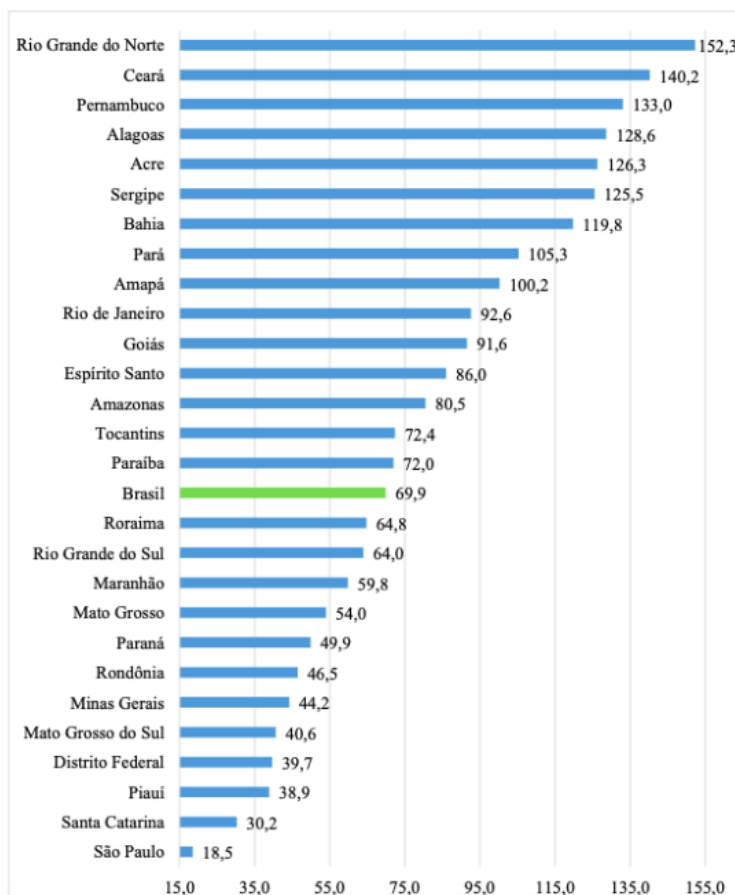
O Ceará foi o estado com maior crescimento na taxa de homicídio em 2017, ano em que se atingiu recorde histórico neste índice. Não apenas aumentou de forma acentuada a taxa de homicídio contra jovens e adolescentes, mas também contra mulheres [...] De fato, esse ciclo de violência ao invés de ser interrompido por políticas públicas efetivas calcadas no trabalho de inteligência policial, mediação de conflitos e na prevenção social ao crime foi alimentado por apostas retóricas no inútil e perigoso mecanismo da violência para conter a violência. (FBSP, 2019, p.18)

Em 2017, Pernambuco assistiu a um aumento de 21,0% na sua taxa de homicídios, consolidando uma trajetória de crescimento da violência no estado desde 2014, demarcando a triste derrocada de um dos mais qualificados programas de segurança pública – o Pacto pela Vida (PPV) – implementado em 2007 pelo governo Eduardo Campos. (FBSP, 2019, p.18)

O Rio Grande do Norte foi um dos estados com maior crescimento na taxa de homicídios em 2017 (+17,7%). O ano foi particularmente difícil no campo da segurança pública para o potiguar. [...] Basicamente, além da questão das facções, a segurança pública no Rio Grande do Norte sofreu os reflexos da má condução da política pública, não apenas no que se refere à questão fiscal, mas também à falta de uma política clara e efetiva de segurança baseada em métodos de gestão e evidências científicas, como também tende a ser a regra na maioria dos estados brasileiros. (FBSP, 2019, p.19)

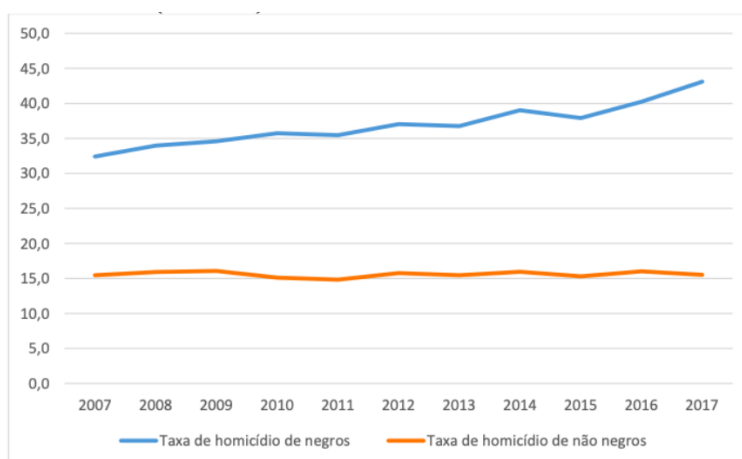
Os dados revelados pelo Atlas da Violência, também permitem conferir outros dois processos que tem se intensificado em relação ao tema no Brasil, trazendo mais uma vez o Nordeste como palco principal desses reflexos. Por um lado, a morte prematura da juventude tem marcado números muito altos. Em 2017, mais de 37 mil jovens foram assassinados no país, a maioria em estados nordestinos (Gráfico 3). Por outro lado, verifica-se também a continuidade e o aprofundamento dos processos de desigualdade racial. No ano de 2017, mais de 75% das vítimas de homicídios no Brasil foram indivíduos negros. Os números revelam uma piora na desigualdade da letalidade racial no Brasil entre 2007 e 2017 (Gráfico 4), enquanto a taxa referente aos não negros apresentou uma certa estabilidade nesse período, a taxa de letalidade de indivíduos negros cresceu 7,2% (FBSP, 2019).

Figura 4. Taxas de homicídios de jovens, por grupos de 100 mil, por estado no Brasil, em 2017.



Fonte: Atlas da Violência (2019), baseado no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Figura 5. Taxas de homicídios de negros e não negros, a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais, no Brasil, entre 2007 e 2017.



Fonte: Atlas da Violência (2019), baseado no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

CONCLUSÃO

Neste texto, buscou-se abordar a transversalidade entre a produção da cidade e as políticas de segurança pública, além de discutir os processos de participação popular neste âmbito e de incorporar um panorama nordestino sobre o tema. Nesse sentido, e partindo dos dados, experiências e práticas mobilizadas até aqui, coloca-se como uma aposta possível a promoção efetiva da participação social, que pode significar a superação de um modelo desintegrado e descredibilizado na gestão da segurança pública e, da mesma maneira, reafirmar o compromisso com um projeto de governança democrática, agenciado pelo ator central das políticas públicas: a população (LIMA; SOUZA; SANTOS, 2012).

Ainda, revela-se como potência neste debate, incorporar as discussões construídas em torno do Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste (FPSP-NE), que tem se constituído enquanto um espaço importante para pautar o direito à cidade, em especial, para grupos sociais historicamente marginalizados, assim como para evidenciar dimensões relativas à questão racial e à criminalização da pobreza. Como exposto, essa articulação, que vem sendo construída por movimentos sociais, comunidades populares, grupos de universidade e entidades da sociedade civil, busca complexificar e aprofundar a questão da violência urbana, fortalecendo a perspectiva da elaboração de políticas públicas por um viés popular e descentralizado.

Ressalta-se também a importância de um espaço de discussão de questões regionais, como é o caso do FPSP-NE, reconhecendo as especificidades do contexto nordestino, evidenciadas nos dados apresentados referentes ao crescimento dos índices de violência e letalidade. Observa-se que esses dados aludem a territórios onde o poder público atua por um lado abrindo espaço para uma polícia vigilante e punitivista e, por outro, para as milícias, que têm expandido seus "negócios" para essa região. Por esse motivo, percebe-se que a construção de políticas de segurança pública populares visa a descentralização da gestão da cidade, caminhando para a efetivação da participação democrática nas tomadas de decisão.

Por fim, se faz necessário debater a solução da participação social como central à produção de políticas públicas relativas ao direito à segurança enquanto constituição dos direitos fundamentais, amparado pela Constituição Federal, ainda que este mesmo instrumento legal apresente fragilidades no que se refere às suas escalas de aplicação e agenciamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Laís da Silva. **"O 'Pacto Pela Vida', aqui, é o Pacto Pela Morte!"**: O controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. 152p.

BRASIL. **Lei no 10.257**, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: jul. 2020.

BRITTO, Janaína Carneiro. **Cidade Competitiva e Apavorada**: uma intervenção no Jangurussu. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2018. 236p.

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Violência x cidade**: o papel do direito urbanístico na violência urbana. São Paulo: Marcial Pons; Brasília, DF: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2014.

CARVALHO, Gilmar Bruno Ribeiro de. Violência e cidades: o direito urbanístico como instrumento de pacificação social. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5742, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71532>. Acesso em: 25 jul. 2020.

DI SARNO, Daniela Campos Libório. **Elementos de direito urbanístico**. Barueri-SP: Manole, 2004.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019**. Edição Especial. São Paulo: FBSP, 2019

_____. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Edição 1. São Paulo: FBSP, 2007.

FPSP-NE - FÓRUM POPULAR DE SEGURANÇA PÚBLICA DO NORDESTE. **Carta de princípios**. Salvador: FPSP-NE, 2019.

JATOBÁ, Edna. Uma proposta: que a violência letal seja tratada como a epidemia. **Nexo Jornal**, 26 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Uma-proposta-que-a-violencia-letal-seja-tratada-como-epidemia>>. Acesso em: 13 de jul. de 2020.

LIMA, Renato; SOUZA, Letícia; SANTOS, Thandara. A participação social no campo da segurança pública. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, no 11, ago/dez, 2012, pp. 23-48

MARQUES, Eduardo. **Em busca de um objeto esquecido**: a política e as políticas do urbano no Brasil. Revista Brasileira de ciências sociais Vol. 32 nº 95. 2017. pp 1-18

MARTINS, Sergio. Prefácio à tradução brasileira de LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra** – A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 2. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

SAULE JR, Nelson. O Direito à Cidade como Direito. In SAULE JR, N. (org) Direito Urbanístico – vias jurídicas das políticas urbanas. Porto Alegre, Sergio A. Fabris Editor, 2007. pp. 47-60

SIMÕES, Nataly. Fórum de Segurança Pública discute combate à violência. **Alma Preta: Jornalismo preto e livre**, 2019. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/forum-popular-de-seguranca-publica-discute-combate-a-violencia>>. Acesso em: 13 de jul. de 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. **Fobópole**: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

URBANISMO, MEIO AMBIENTE E OS DESAJUSTES DO PLANEJAMENTO URBANO DE SALVADOR: CONFLITOS E DISPUTAS

Filipe dos Santos Costa

Graduado em Jornalismo pela Universidade Anhembi Morumbi (2013), graduando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

filipe.costa@ucsal.edu.br

Aparecida Netto Teixeira

Profa. Dra. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Universidade Católica de Salvador (UCSAL)

aparecida.teixeira@ucsal.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a relação entre urbanismo, meio ambiente e planejamento urbano, tendo como estudo de caso o bairro de Nova Esperança, localizado no entorno da APA Joanes-Ipitanga. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo o PDDU de Salvador de 2008 e 2016, e o Decreto Municipal nº 23.730/2012. Além disso foi analisado os desdobramentos da implantação do projeto de urbanização de Nova Esperança, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento/Urbanização de Assentamentos Precários (PAC/UAP), mediante visita de campo e entrevista semi-estruturada. Como resultados constatou-se a atuação perversa do poder público através da flexibilização da legislação, transformando ecossistemas frágeis em vazios territoriais. Conclui-se que, a despeito das obras do PAC-UAP terem resultado em melhorias na infraestrutura urbana de Nova Esperança, acabaram por reafirmar o adensamento e urbanização de uma área que urge permanecer conservada, para benefício social, econômico e ambiental da cidade.

Palavras-chave: planejamento urbano, meio ambiente, Programa de Aceleração do Crescimento/Urbanização de Favelas (PAC/UAP), Salvador/BA.

INTRODUÇÃO

A área do entorno da APA Joanes-Ipitanga, na divisa da capital baiana com os municípios de Simões Filho e Lauro de Freitas, era um território rural até a publicação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador de 2008 (SALVADOR, 2008), a partir do qual vem sendo gradativamente palco de intenso processo de ocupação e adensamento populacional.

Os primeiros núcleos habitacionais do entorno surgiram no início dos anos 1970, quando da implantação da Central de Abastecimento da Bahia (CEASA). A partir da década de 1980, tem-se a intensificação da ocupação urbana em virtude das atividades da Construtora de Estradas, Pavimentação e Engenharia LTDA (CEPEL). Num primeiro momento, o contínuo adensamento da área não foi acompanhado pela oferta de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos. A partir de 2007, o governo estadual, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER) deu início à implantação de projetos de urbanização para a área, financiados, na quase totalidade com recursos federais provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Favelas (PAC/UAP). Paralelamente, a Prefeitura de Salvador veio flexibilizando a legislação urbanística da região, desconsiderando o valor socioambiental da APA, o que tem favorecido o licenciamento de grandes empreendimentos de habitação de interesse social (HIS) e de mercado popular (HMP) naquela área sensível ambientalmente.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir a relação entre urbanismo, meio ambiente e planejamento urbano em Salvador/BA, tendo como estudo de caso o bairro de Nova Esperança. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica, legislativa e documental, principalmente no que se refere as leis do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (2008 e 2016) e o Decreto Municipal nº 23.730/2012, e suas repercussões na urbanização de áreas ambientalmente sensíveis em Salvador. Além disso foi analisado a implantação do projeto de urbanização de Nova Esperança, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento/Urbanização de Assentamentos Precários (PAC/UAP) mediante visita de campo e entrevista com o presidente da Associação Beneficente de Moradores de Nova Esperança (ABENE).

O artigo está estruturado em três tópicos, além da presente introdução. No segundo tópico, aborda-se a relação entre urbanismo e meio ambiente, e os desdobramentos na esfera legal. O terceiro tópico discorre sobre o desordenamento planejado em Salvador, resultando na flexibilização da legislação e expansão imobiliária na área de entorno da APA. O quarto e último tópico traz a reflexão acerca da relação entre moradia, urbanização de favelas e meio ambiente, a partir da análise do bairro de Nova Esperança, localizado no entorno da APA Joanes-Ipitanga.

URBANISMO E MEIO AMBIENTE

Historicamente, as políticas urbanísticas e ambientais, desenvolveram-se em descompasso, e até mesmo em conflito entre si, gerando nas cidades – sobretudo nas áreas de maior vulnerabilidade socioambiental - inúmeras adversidades ainda longe de serem superadas. Segundo Costa (2008), essa desarticulação está associada às origens do planejamento urbano e ambiental no Brasil, desenvolvidos sob diferentes e, por vezes, antagônicas perspectivas. A questão ambiental foi inicialmente tratada no âmbito das políticas setoriais, ou seja, hierarquicamente em segundo plano, dissociada da transversalidade, como algo meramente complementar ao planejamento urbano, dificultando a real integração entre ambos.

A centralização da política ambiental em torno da esfera federal foi outro fator que contribuiu para o agravamento da falta de integração entre as práticas urbanísticas e de meio ambiente no Brasil. Até a década de 1990, de acordo com Costa (2008), as administrações municipais ainda exerciam um frágil papel na condução dessas políticas, o que acabou por tornar muitas áreas ambientalmente sensíveis do meio urbano em zonas de conflito entre a necessidade de preservação e de moradia, por parte das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Ressalvas feitas, a fragmentação entre o planejamento urbano e ambiental passa a se transformar positiva e lentamente a partir da instituição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), pela Lei federal nº 6.938/1981, responsável pela formulação de diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). O artigo 2º da Resolução CONAMA nº 001/1986, estabelece a necessidade da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para o “licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente” (CONAMA, 1986). Dois anos depois, o tema do meio ambiente é incorporado à Constituição Federal de 1988, ganhando um capítulo próprio, sintetizado aqui pelo texto do artigo 225.

Na década de 1990, com a gradual descentralização das políticas ambientais, os estados brasileiros passam, ainda que timidamente, a estruturar suas próprias ações nessa área. No entanto, é na esfera municipal “que se verifica interferência direta do impacto ambiental na vida das pessoas e nos diversos setores da economia, exigindo articulação precisa entre governos federal, estaduais e municipais” (SILVA; WERLE, 2007).

Em 2001, o Estatuto da Cidade (2001) estreitou a relação entre urbanismo e meio ambiente, não apenas ao instituir o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e o estudo prévio de impacto

de vizinhança (EIV) como instrumentos da política urbana, mas, sobretudo, pela sua influência como base para o planejamento das cidades, onde os conflitos estão mais claramente expostos (COSTA, 2008).

SALVADOR E O DESORDENAMENTO PLANEJADO: IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE

De modo semelhante a outras grandes cidades no Brasil, o processo de urbanização de Salvador afetou notoriamente a qualidade ambiental do município. Paralelamente, o aumento da demanda por habitação, ao longo das últimas décadas, fez com que a população sem renda suficiente para morar em áreas dotadas de infraestrutura urbana básica buscasse ocupar terras e autoconstruir suas moradias nos espaços periféricos da cidade, muitos deles em área ambientalmente sensíveis. O problemático uso dos corpos d'água para o transporte do esgoto, por exemplo, comprometeu demasiadamente os rios da capital baiana, "fazendo surgir da abundância a escassez" (MORAIS, 2019, p. 258).

A história se repete, mas não mais como tragédia. A farsa está explícita não apenas na falta de vontade política e na improficência de governantes e legisladores eleitos pela população, mas sobretudo na forma tendenciosa como é conduzido o planejamento urbano de Salvador pelas esferas públicas, especialmente nas últimas duas décadas. (GOMES, 2019, p. 165-167). Por um lado, ainda se nota a obsoleta noção de que "meio ambiente" se limita às áreas verdes da cidade e que estas, por sua vez, são vazios que devem ser ocupados a fim de não gerarem deseconomia ao município; por outro, os planos pós-Estatuto da Cidade vêm sendo aprovados com um viés cada vez mais "imobiliária" comprometendo gravemente os diversos sistemas ambientais de Salvador.

A flexibilização da legislação municipal para beneficiar empresários na implantação de empreendimentos em áreas ambientalmente sensíveis, previamente ocupadas pela população de baixa renda, é uma prática cada vez mais comum nas cidades brasileiras. Denaldi e Ferrara (2018) relatam que, nos anos 1990, esse foi o *modus operandi* da Prefeitura do Rio de Janeiro em ações que contaram, inclusive, com significativa participação do Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria de Meio Ambiente.

Em Salvador, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2008 (SALVADOR, 2008) transformou a porção da APA Joanes-Ipitanga inserida em seu limite político-administrativo, em área urbana. No entanto, impôs restrições que inibiam seu adensamento, além de apresentar maior consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do estado da Bahia, fato este que pode ser observado tanto no zoneamento quanto no macrozoneamento proposto pelo PDDU para a região.

Comparando-se as duas leis, constata-se que o PDDU/2008 demarca praticamente toda a APA Joanes-Ipitanga como Zona de Proteção Ambiental (ZPAM), Macrozona de Proteção Ambiental e, nesse mesmo perímetro, Macroárea de Conservação Ambiental, ou seja, áreas "não ocupadas ou com baixíssimas densidades de ocupação do solo [...], admitindo, porém, certo grau de ocupação humana e o uso sustentável dos recursos naturais" (Art. 154). Cabe observar, contudo, que esse mesmo plano diretor que limitou o adensamento em Joanes-Ipitanga também pautou o *boom* imobiliário ocorrido entre 2008 e 2010 em Salvador (GOMES, 2019, p. 166).

Em 2011, ainda houve uma tentativa de alteração do PDDU mediante Projeto de Lei encaminhado pelo executivo municipal que, entre alterações no zoneamento e no gabarito da orla da cidade, propunha "a eliminação do Parque Ecológico do Vale Encantado, com 30 hectares de Mata Atlântica, uma alteração no Conselho Municipal de Meio Ambiente e a supressão do seu

caráter deliberativo, entre outras medidas prejudiciais à ordem urbanística e ambiental”. (GOMES, 2019, p. 166)

O poder judiciário barrou o referido projeto, mas o ponto de inflexão para a APA Joanes-Ipitanga veio no apagar das luzes do ano seguinte, quando o executivo municipal publicou, em 26 de dezembro, o Decreto nº 23.730, que regulamentaria a ZPAM daquela região. Foram tantas as irregularidades, que o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP 003.0.210986/2013) contra o Município de Salvador alegando que o referido decreto, além de contrariar o ZEE, não se pautava em consulta pública prévia, conforme os pressupostos legais estabelecidos no PDDU/2008.

O Decreto Municipal nº 23.730/2012 criou seis novas zonas na ZPAM da APA Joanes-Ipitanga. São elas: Área de Proteção Rigorosa (APR), Área de Proteção Visual (APV), Área de Ocupação Rarefeita (AOR), Área de Ocupação Controlada (AOC), Núcleo de Bairro (NB) e Núcleo Industrial (NI). Esse regulamento, ao determinar novos parâmetros de uso e ocupação do solo, contrariando o próprio PDDU/2008, abriu caminho para que o Plano Diretor subsequente, aprovado em 2016, consolidasse tais diretrizes, legitimando o adensamento populacional e a urbanização desta área ambientalmente sensível, como trataremos a seguir.

As Áreas de Proteção Rigorosa (APR) foram demarcadas sobre as Zonas de Proteção Rigorosa (ZPR) do ZEE e ambas se equivalem em suas diretrizes. No entanto, em algumas áreas da APA, o perímetro das APR é consideravelmente menor do que o das ZPR, o que deu margem para que o zoneamento do PDDU de 2016 (SALVADOR, 2016) estabelecesse zonas com usos e parâmetros incompatíveis com os da ZPR.

Quanto às Áreas de Proteção Visual (APV), estas sequer foram regulamentadas na APA Joanes-Ipitanga. As diretrizes ensejam uma subjetividade que resulta no zoneamento do PDDU/2016, muito mais permissivo que o anterior. No PDDU/2016, observa-se a criação de ZPR-1 em extensões da APV que ainda hoje se encontram preservadas, o que contradiz o próprio artigo 4º do Decreto Municipal 23.730, que trata essas extensões como ecossistemas já modificados por ação do homem. Dessa forma, as APV passam a ser consideradas no PDDU/2016 como vazios passíveis de adensamento – ainda que baixo – e urbanização, o que reflete também no macrozoneamento de 2016, com a criação da Macrozona de Ocupação Urbana e da Macroárea de Interligação Metropolitana.

As Áreas de Ocupação Rarefeita (AOR) foram demarcadas, em sua maioria, contiguamente às Áreas de Proteção Rigorosa (APR) e, em algumas extensões, subtraem ilegalmente superfícies da Zona de Proteção Rigorosa (ZPR) do ZEE. Em uma dessas superfícies, ao sul da APA Joanes-Ipitanga, o PDDU/2016 demarcou uma ZPR-3 cujos parâmetros de ocupação do solo não extrapolam apenas as diretrizes da AOR, mas também as da ZPR, onde “não são permitidos o parcelamento do solo e a instalação de novas ocupações” (BAHIA, 2002). Note-se ainda que as ZPR-3 são zonas “de alta densidade construtiva e demográfica, compreendendo edificações com padrão vertical de grande porte” (SALVADOR, 2016), incompatíveis, portanto com áreas tão próximas aos recursos hídricos da APA.

As Áreas de Ocupação Controlada (AOC) definem determinadas extensões que seriam tratadas, em 2016, como passíveis de adensamento e urbanização. Demarcadas a noroeste da APA Joanes-Ipitanga, sobre as Zonas de Uso Diversificado (ZUD) do ZEE, as AOC abriram brechas para que o PDDU/2016 demarcasse as ZEIS e a ZPR-1, onde, não por acaso, foram implantados os empreendimentos habitacionais Coração de Maria e CEASA I, II, III, IV e V.

As ZPR-1 têm parâmetros de ocupação do solo idênticos aos da AOC, configurando uma consolidação das diretrizes do Decreto Municipal n.º 23.730 no PDDU/2016. No entanto, é preciso atentar-se ao fato de que essas zonas compreendem “edificações com padrão horizontal” (SALVADOR, 2016), o que não justifica terem sido demarcadas no local onde está implantado o condomínio Coração de Maria.

Ressalta-se que o PDDU/2016, além de consolidar artigos do supracitado decreto, expande seus parâmetros de ocupação para índices ainda mais elevados, demonstrando a que veio ao propor para a APA Joanes-Ipitanga um zoneamento muito mais permissivo que o anterior, criando, ainda, a Macrozona de Ocupação Urbana e, nessa mesma circunscrição, a Macroárea de Interligação Metropolitana e a Macroárea de Estruturação Metropolitana, suprimindo uma grande porção da antiga Macroárea de Conservação Ambiental estabelecida no PDDU/2008, que demarcava todo o território da APA, alterando as diretrizes de ocupação da região.

MORADIA, MEIO AMBIENTE E URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: O CASO DE NOVA ESPERANÇA (SALVADOR/BA)

A partir de 1990, muitas intervenções nos territórios populares passaram a ser realizadas mediante programas de recuperação ambiental financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Mundial, sempre destacando a importância das Áreas de Proteção Permanente (APP's) de corpos hídricos em áreas urbanas e apontando que “o tipo de urbanização adotado depende de vários fatores, como grau de consolidação do assentamento e tamanho e função do corpo hídrico” (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 6).

O Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), lançado em 2007, reforça esse viés ambiental nas políticas de planejamento urbano no Brasil, e incorpora esse componente como critério de priorização para seleção de propostas (CARDOSO; DENALDI, 2018). O Programa representou uma inflexão importante relativamente às políticas públicas de urbanização de favelas, com a aplicação de um volume de recursos federais sem precedentes, no Brasil.

Entretanto, apesar do avanço ainda é possível verificar discrepâncias entre o projeto e as obras executadas. Em Salvador, a APA Joanes-Ipitanga é um exemplo representativo dos diversos conflitos de interesse que giram em torno dos temas de moradia e meio ambiente. Na última década, foram implantadas cerca de 8 mil unidades habitacionais (UH's) do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no entorno da referida APA.

Nesse contexto, a antiga zona rural da cidade, em cerca de 10 anos, passou de local destinado à conservação e uso sustentável dos recursos naturais à vazia urbano estratégico, como se ali nada existisse de importante. Incentivar a ocupação predatória de uma área ambientalmente sensível, responsável por cerca de 40% do abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador e tão distante das principais centralidades, não pode ter outro fim senão uma tendenciosa intenção de segregação socioespacial das camadas de baixa renda, reduzindo a pressão por habitação social em áreas dotadas de infraestrutura – usualmente ocupadas pelas classes dominantes – e, concomitantemente, beneficiando o setor da construção civil.

O bairro de Nova Esperança, na faixa norte da APA Joanes-Ipitanga, foi alvo da intervenção do PAC-UAP, abrangendo três localidades distintas - Barro Duro, Cepel e Bom Sucesso. O valor total do investimento é de R\$ 61.688.175,44, sendo 73% de repasse da União e os 27% restante, contrapartida do governo do Estado. Os recursos foram aplicados na construção de 411 UH's no próprio assentamento e em obras de urbanização completa – sistema viário, equipamentos públicos e saneamento integrado (água, esgoto e drenagem) (TEIXEIRA, MOURAD, SILVA, 2018).

Quanto ao projeto urbanístico implantado (Figura 1), em visita técnica realizada a Nova Esperança em fevereiro de 2020, observou-se que as vias apresentavam um tipo de pavimentação impermeável, decisão bastante questionável, tendo em vista a importância da permeabilidade do solo em áreas de mananciais. Ademais, em razão destas vias estarem numa cota superior à da represa, os corpos hídricos ficam passíveis de receberem todo tipo de resíduo, especialmente em dias chuvosos. (Figura 1). O projeto, como um todo, parece não ter resolvido essa questão, que se agrava pela dissolução da mata ciliar em alguns pontos da margem da represa.

Figura 1. Via pública como canal de escoamento de águas pluviais e resíduos – Nova Esperança - 2020



Fonte: Acervo dos autores, 2019

A ciclovia proposta pelo projeto, com o objetivo de evitar que as casas avançassem sobre a APP da represa, além de não possuir qualquer iluminação pública, apresentava sinais de desuso e de total abandono por falta de manutenção, sobretudo pelas condições precárias de seu piso. (Figura 2).

Figura 2. Ciclovia em situação de abandono e falta de manutenção Nova Esperança - 2020



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

No entanto, o que mais chamou a atenção foi o lançamento de esgoto residencial *in natura* nas vias e nos corpos hídricos da região, em razão não apenas dessas casas estarem abaixo da cota mínima definida pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA) com base no custo de manutenção das estações elevatórias, mas pela falta de manutenção do sistema, como relatado por morador do local. (Figura 3).

Figura 3. Poluição dos corpos hídrico da represa em razão do despejo de esgoto Nova Esperança - 2020



Fonte: Acervo dos autores, 2019

Segundo o presidente da Associação Benfícime de Moradores de Nova Esperança (ABENE), o despejo de esgoto e a conseqüente poluição das águas da represa eliminou quase que totalmente a presença dos peixes no local, prejudicando a atividade de pesca dos moradores, e inviabilizando a existência de um pequeno viveiro nas margens do reservatório. Além disso, embora o projeto tenha contemplado a recuperação das matas ciliares – fato que mal pode ser percebido, tamanho o abandono público –, os recursos hídricos não tiveram a mesma sorte, ficando de fora desse escopo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, foi possível desvelar a imoralidade com a qual o poder público – tanto na esfera municipal quanto estadual – se articula a fim de transformar os ecossistemas em “terras férteis” para o mercado imobiliário, como vazios territoriais para o setor da construção civil. De um lado, o poder público municipal atua obcecadamente para aprovar leis que flexibilizam o ordenamento. De outro, o Estado que se aproveita da miséria social para promover políticas que contribuem, não apenas para a degradação ambiental da APA, mas também para a segregação socioespacial em Salvador.

Tomando como exemplo o bairro de Nova Esperança, é evidente que as intervenções no local resultaram em melhoria na qualidade urbanística de alguns espaços, sobretudo se comparado com o péssimo cenário anterior a essas intervenções. No entanto, a urbanização daquele núcleo acabou reproduzindo a mesma lógica e alguns dos erros que vimos produzindo desde a década de 1980.

Nesse sentido, apesar do componente ambiental ser uma das principais diretrizes das intervenções do PAC-UAP, o que se observou em Nova Esperança foram obras incompletas que, embora tenham reduzido os impactos ambientais de outrora, acabaram causando outros tão danosos

quanto. Não é razoável, também, que se intervenha numa APA utilizando os mesmos fundamentos de intervenções em áreas de urbanização já consolidada. É necessário pensar em sistemas mais eficientes de água, esgoto e drenagem, além de uma pavimentação que ofereça maior permeabilidade do solo.

Tendo em vista a qualidade e os resultados das intervenções estudadas, é possível concluir que melhor seria se os parâmetros de ocupação das APA's, em geral fossem tão inflexíveis quanto possível, uma vez que o poder público não demonstra estar capacitado para intervir nesse tipo de território de maneira inteligente e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Conselho Estadual de Meio Ambiente. **Resolução CEPRAM nº 2.974 de 24 de maio de 2002**. Aprova o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental - APA Joanes-Ipitanga. Diário Oficial do Estado da Bahia, 5 fev. 2002.

CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana. **Urbanização de favelas no Brasil: Um Balanço preliminar do PAC**. Edição. [S.l.]: Letra Capital, 2018.

COSTA, H. S. M. A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In: COSTA, G. M (Org.). **Planejamento Urbano no Brasil: trajetórias, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

DENALDI, R.; FERRARA L. N. A Dimensão Ambiental da Urbanização em Favelas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, p. 1-20, out. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0195r0vu18l1ao>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

GOMES, H. PDDU de Salvador e a apropriação empresarial da cidade. In: GOMES, H.; SERRA O.; NUNES D. (Org.). **Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: construindo novas possibilidades**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 155-198.

MORAIS, L. R. S. Águas urbanas e saneamento básico no PDDU 2016: da letra da Lei à necessidade de efetiva implementação. In: GOMES, H.; SERRA O.; NUNES D. (Org.). **Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: construindo novas possibilidades**. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 257-301.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Lei nº 7.400/2008. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU e dá outras providências. Diário Oficial do Município, ano XXI, n. 4.601, 23 a 25 fev. 2008.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Lei nº 9.069/2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>>. Acesso em 3 ago. 2020.

SILVA, G. J. A.; WERLE, H. J. S. Planejamento Urbano e Ambiental nas Municipalidades: da cidade à sustentabilidade, da lei à realidade. **Paisagens em Debate**, São Paulo, n. 5, p. 1-24, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/deprojeto/gdpa/paisagens/artigos/2007Silva-Werle-PlanejamentoUrbanoSustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

TEIXEIRA, A. N.; MOURAD, L. N.; SILVA, P. C. As intervenções do PAC em Salvador/BA. In. CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana. **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 199-218.

Eixo 5

CAMPUS UNIVERSITÁRIO: IMPACTOS URBANOS, SOCIAIS E AMBI- ENTAIS

A UNIVERSIDADE NO PÓS-PANDEMIA: ESTUDO DE CASO SOBRE O RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Fausto Ferreira Costa Guimarães

Mestrando do Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (UNEB),
Pró-reitor de Infraestrutura da UNEB
ffguimaraes@uneb.br

Lídia Boaventura Pimenta

Doutora, Pró-reitora de Planejamento da UNEB
lpimenta@uneb.br

Marcelo Duarte Dantas de Ávila

Mestre/Vice-Reitor da UNEB
mavila@uneb.br

RESUMO

O presente artigo aborda as ações da universidade implementadas durante a pandemia causada pela Covid-19, em 2020, e a preparação ao “novo normal”, delineada pelo questionamento: como dotar o campus universitário de intervenções necessárias para o retorno às atividades acadêmicas e administrativas da UNEB no novo presencial, em decorrência da Covid-19? O percurso metodológico é composto por revisão da literatura pertinente acompanhada da pesquisa documental em relatórios, informações e dados emitidos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O texto traz um breve relato do conceito de campus universitário, dinâmica da UNEB e descrição de iniciativas de reestruturação para retomada das atividades presenciais.

Palavras-chave: Pandemia, Campus Universitário, Universidade do Estado da Bahia, “novo normal”.

INTRODUÇÃO

Em 2020 a humanidade foi acometida por uma pandemia, conforme a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) da Organização Mundial da Saúde, provocada pelo novo coronavírus, a Covid -19. Os primeiros casos ocorreram em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. A partir de então, o mundo foi surpreendido com o agente da síndrome respiratória aguda grave, maior desafio sanitário mundial contemporâneo.

A maneira mais eficaz de combater a propagação do vírus foi a adoção do distanciamento social, com emprego do trabalho remoto, sendo garantido o funcionamento presencial apenas dos serviços essenciais: mercado, farmácias, unidades de saúde, serviços de segurança, funerárias, postos de combustíveis, indústrias, bancos, lotéricas, estabelecimentos voltados a alimentação, via delivery e cuidado de animais. No Brasil, em específico no estado da Bahia, os Decretos Estaduais nº 19.529/2020 e nº 19.532/2020 impuseram a suspensão das atividades presenciais na Administração Pública estadual, da qual integra a UNEB, instituição referência deste estudo.

A suspensão das atividades presenciais teve impacto imediato na área da saúde, da educação e da cultura. Na saúde o cuidado consiste em assegurar a disponibilização de leitos para aqueles que necessitem de internação. Daí a imposição das atividades remotas a fim de garantir o distanciamento social, e diminuir o processo de contaminação pelo novo coronavírus.

Na educação e cultura, significou a interrupção das aulas e eventos, considerando que a atuação nestas áreas implica na presença de, no mínimo, 20 pessoas, abrangendo professor e alunos em sala de aula, áreas convivência, auditórios, laboratórios, refeitórios e cantinas, biblioteca, quadras de esporte, que compõem o campus universitário. Na mesma linha, segue a cultura, com cinemas, teatros, museus fechados ou shows cancelados.

A educação formal de modalidade presencial exige a convivência de alunos e professores no mesmo local e horário, bem como do corpo diretivo e da equipe do pessoal técnico administrativo. Assim, questiona-se: Como dotar o campus universitário de intervenções necessárias para o retorno às atividades acadêmicas e administrativas da UNEB no novo presencial, em decorrência da Covid-19? A mencionada pergunta induz ao objetivo geral de evidenciar quais intervenções serão implementadas no campus universitário a fim de preservar a vida da comunidade universitária, em decorrência da Covid-19.

Na Universidade em estudo, o ensino de graduação retrata situações mais específicas, posto que o número de estudantes é maior, em torno de 23.966 estudantes, enquanto na pós-graduação são aproximadamente 1.090. A diversidade socioeconômica e, conseqüentemente, a falta de dispositivo e/ou de acesso à rede mundial de computadores (internet), prejudica a conectividade dos alunos e dificulta a oferta de componentes curriculares via mediação tecnológica. (UNEB, 2019)

A ênfase deste artigo está nas estratégias propostas pela UNEB quando da retomada do novo presencial, de forma segura no que diz respeito à preservação da vida, nos seus *campi*. Desta forma, a metodologia utilizada consistiu na revisão bibliográfica da literatura pertinente, em atenção ao que preconiza Gil (2002), quanto às pesquisas que se propõem à análise de posições acerca de um problema. E, assim, possibilitar a discussão com base na pesquisa documental, trazendo dados e informações no sentido de identificar as intervenções para o retorno às atividades acadêmicas e administrativas, a exemplo de Resoluções dos Conselhos Superiores, Comissão com a finalidade de acompanhar e orientar as condutas institucionais relativas à Pandemia da Covid-19 no âmbito da UNEB.

Inicialmente é discorrido um breve relato quanto às características e funcionamento de um campus universitário, com destaque à Universidade do Estado da Bahia, as ações de preservação da vida, e em seguida as dimensões de intervenção para o retorno no “novo normal”. A educação no país está penalizada, em decorrência da suspensão das aulas presenciais a mais de cem dias e não há, ainda, direcionamento nem protocolos de retomada por parte do Ministério da Educação (MEC). Nesse cenário as Universidades, principalmente as públicas, buscam formas de retomar as atividades acadêmicas na área de ensino, garantindo que todos tenham acesso à internet e disponham de dispositivos.

CAMPUS UNIVERSITÁRIO

O campus universitário viabiliza o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas presenciais da instituição, por meio de infraestrutura pertinentes. A instalação de um campus demanda infraestrutura urbana que o cerca, como também, permite a oferta de serviços para a comunidade circunvizinha. Este atende a comunidade interna e externa da Universidade, na medida em que, oferece serviços de saúde, culturais, esporte, que se agregam aos educacionais, finalidade precípua da instituição universitária. A ambiência do campus ressalta a característica da Instituição Universidade, qual seja a relação direta com a sociedade, trazendo a sua expressão, composição, costumes, diversidade nas suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

No tocante às instalações físicas, são constituídas por salas de aulas, salas de professores, gabinetes, áreas administrativas, espaços de convivência, biblioteca, serviço médico, cantinas, auditórios, quadras de esporte, laboratórios de informática e específicos do curso de graduação, pós-graduação e extensão.

De acordo com Arrusul (2009), muitas instituições de Educação Superior, no Brasil, discutem e difundem o conhecimento, cultura, ciência e tecnologia, outras não. Uma fornecem ensino de qualidade; outras não. Entretanto, de uma forma ou de outra elas oferecem um *campus* universitário. Conforme o autor, *campus* é considerado como sendo um espaço contínuo, delimitado e exclusivo, onde se reúnem os edifícios de uma universidade, situados dentro da cidade, na sua periferia ou fora dela.

A ideia de campus universitário surge nos Estados Unidos, empregado para denominar uma área onde se encontram as instalações de uma universidade, composta por grande área projetada, delimitada e com regras, costumes e leis próprias, disponibilizando equipamentos, serviços e todas as facilidades que uma cidade oferece. A finalidade é que o estudante possa se dedicar aos estudos integralmente sem influência das cidades. (BUFFA e PINTO, 2009)

Os autores ressaltam que o planejamento e construção do campus é um desafio enfrentado por arquitetos, urbanistas e educadores. Neste sentido, as gestões das universidades constituem equipes técnicas multidisciplinares que, de forma articulada com a área acadêmica, responsabilizam-se pela criação, desenvolvimento e gestão do projeto do *campus*. O projeto de construção é uma ação significativa pela dimensão e complexidade, tanto no tamanho do empreendimento, na quantidade de opiniões distintas e na diluição dos poderes de decisão, considerando que o processo decisório na Universidade, dá-se de forma colegiada, exercida, sobretudo, pelos Conselhos Superiores, Conselhos de Departamento e Colegiados de curso (PIMENTA, 2007).

Na Universidade o planejar nas áreas de arquitetura, engenharia e urbanismo, no tocante às instalações físicas, demanda conhecer a realidade atual com base em um diagnóstico, detectando as barreiras a serem vencidas e as possibilidades orçamentárias que possibilitam o atendimento às necessidades acadêmicas, administrativas e de convivência (ATHANÁZIO, 2010).

Ciente de que a construção e instalação de um *campus* impõe planejamento, há que se refletir o quanto requer a manutenção deste. São instalações comuns ou específicas por curso, que demandam água, luz, rede lógica, telefone e equipes de manutenção de serviços gerais. (CONTINHO, DIOGO, JOAQUIM e BORGES, 2011). A manutenção também exige investimentos em equipamentos, mobiliário, acessibilidade, conservação predial.

No caso da UNEB, sua configuração multicampi e multirregional, congrega 29 departamentos em 24 *campi*, situados em 19 territórios de identidade dos 27 que compõem a divisão administrativa do estado da Bahia, oportuniza a interação com uma grande diversidade de comunidades e permite ampliar significativamente o espaço de atuação da Universidade, em termos de ação de suas funções, acolhendo regiões de características econômicas e sociais variadas no estado (PIMENTA, 2007).

Observando-se as características do *campus* universitário, o retorno ao novo normal presencial das atividades, em decorrência da Covid-19, em que o distanciamento social e a recorrente reeducação da higienização pessoal são as melhores formas de prevenção contra o contágio exigirá um novo processo de funcionamento e, conseqüentemente, novos processos de manutenção dos espaços da Instituição em todos os 24 *campi*, de igual modo.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E REESTRUTURAÇÃO PARA AS ATIVIDADES PRESENCIAIS NA UNEB

A declaração em 11 de março de 2020, pela OMS, de pandemia causada pelo Novo Coronavírus e a disseminação da doença no Brasil, implicou na publicação de uma série de atos normativos por parte do Governo Estadual, dentre eles o mencionado Decreto nº 19.529/2020. Neste, o inciso 2º do artigo 7º, prevê a suspensão por 30 dias das atividades letivas nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Porto Seguro e Prado. Em seguida, o referido prazo foi prorrogado por outros períodos de mais 30 dias, perfazendo, aproximadamente mais de 120 dias de prorrogação até o presente momento (agosto/2020).

Ainda no mês de março, a reitoria da UNEB emitiu nota, suspendendo por 30 dias as atividades acadêmicas e administrativas presenciais em toda a universidade, sendo também prorrogado por igual período, sob a orientação da Comissão Covid-19 da UNEB, constituída pela Portaria do Reitor nº133/2020, “com a finalidade de acompanhar e orientar as condutas institucionais relativas à pandemia do Covid-19, no âmbito da UNEB”.

Esta comissão tem o papel importante de orientar a comunidade universitária por meio de notas e pronunciamentos. Neste contexto, a primeira nota foi emitida publicizando informações concernentes à sua instalação, os coordenadores e e-mail para contato. As atualizações das recomendações ocorrem na página do site da UNEB, sugerindo uma série de ações para quem apresenta sintomas da doença, a suspensão de viagens internacionais e de eventos, a fim de evitar aglomeração de pessoas em locais sem ventilação natural, onde não é possível manter a distância recomendada entre as pessoas, além de reforçar a necessidade de lavar as mãos com água e sabão por pelo menos 20 segundos.

Paralelo às ações executivas, de competência da reitoria, o Conselho Universitário (CONSU) da UNEB foi convocado para se reunir nos dias 29 e 30 de abril, por web conferência, via Microsoft Teams. Nesta reunião foi validada a Resolução nº 1.406/2020, de 19 de março de 2020, que regulamentou o Plano de Ação para o enfrentamento a pandemia Covid-19, no âmbito da UNEB, exarada *ad referendum* do Conselho Pleno e que norteou o funcionamento da universidade durante o primeiro instante de pandemia. Nessa reunião do CONSU foi decidida a constituição de duas comissões especiais, sendo a primeira, instituída com a finalidade de elaborar Documento Referencial das ações acadêmicas no estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 (Resolução nº 1.412/2020). A segunda comissão, foi constituída com o objetivo elaborar Documento Especial concernente à gestão de pessoas e procedimentos administrativos em função do estado de calamidade pública decorrente da Pandemia de Covid-19 (Resolução nº 1.413/2020).

De forma preliminar, a ênfase está no relato da comissão instituída pela Resolução nº 1.412/2020, aprovado na reunião do CONSU, nos dias 29 e 30 de agosto de 2020. O relatório, com um viés político acentuado, considerando a própria composição do CONSU (Art. 9º do Regimento Geral da UNEB) realça essa característica - marca sua posição ao definir os princípios norteadores “confirmando a posição inclusiva e popular da UNEB”, e entendendo que, sem a garantia desses princípios, nenhuma ação presencial ou remota deve ocorrer. Os princípios tentam garantir o cuidado com a vida, isonomia de acesso à aprendizagem, conectividade irrestrita a estudantes e servidores, valorização da multicampia, autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, por fim, a necessidade de transparência na realização das ações.

Portanto, alicerçada nos princípios norteadores elencados acima, a comissão propõe um conjunto de vinte e uma (21) normas orientadoras, que devem conduzir a universidade para, após

o atendimento, estimular o uso da mediação tecnológica e instituir, por fases, o retorno ao novo normal.

Tais orientações abrangem a implantação de protocolos de segurança conduzidos pela Comissão Covid-19 UNEB e do seu Comitê de Biossegurança, acompanhado de regulamentação do trabalho remoto, conectividade para todos os discentes, docentes e técnicos administrativos, registro das atividades de pesquisa, extensão e ensino de pós-graduação realizadas durante o estado de pandemia, garantia de manutenção dos diversos programas de permanência estudantil, oferta de programas de formação, para docentes (com ênfase em estratégias via mediação tecnológica), discentes e técnicos administrativos, ações extensionistas voltadas para a educação da população de maior vulnerabilidade social em questões relativas a pandemia, garantia de acessibilidade digital para todos com deficiência, recomendações sobre estudantes que integram grupo de risco e funcionamento das residências estudantis, dentre outras.

Entretanto, uma das normas orientadoras ganhou um destaque especial, pois vai se constituir na primeira etapa de um possível retorno por mediação tecnológica, qual seja, a realização de um amplo diagnóstico, onde se investigará as “condições de acessibilidade e conectividade de trabalho dos discentes, docentes e técnicos administrativos”, dentre outras questões referentes a possibilidades de ensino por mediação tecnológica.

Concluindo o documento norteador, a Comissão propõe a possibilidade de retorno por mediação tecnológica em três etapas. A primeira etapa, conforme dito acima, será composta pela aplicação de questionário junto à comunidade universitária para composição de um diagnóstico, quanto à situação de conectividade (acesso a internet e dispositivo). Na segunda etapa, com os dados do diagnóstico, serão criadas as condições de biossegurança e conectividade para o ensino de graduação presencial por mediação tecnológica e, a terceira etapa, consiste em preparar as instalações para as atividades presenciais.

Em continuidade da análise proposta neste estudo, com objetivo de evidenciar quais intervenções serão implementadas no campus universitário a fim de preservar a vida da comunidade universitária, em decorrência da Covid-19, descreve-se o documento apresentado pela comissão instituída pela Resolução nº 1.413/2020, aprovado na reunião dos dias 04 e 05 do mês de agosto de 2020.

O Documento Referencial aborda os procedimentos concernentes à gestão de pessoas e à área administrativa para enfrentamento da mencionada pandemia. Registra-se que este traz temáticas contidas no primeiro documento, com destaque nas ações relativas aos trabalhos remotos e presenciais, quando necessário, bem como a constituição de uma comissão central específica com especialistas em biossegurança que terá a atribuição de fiscalizar, monitorar e acompanhar os protocolos sanitários da Administração Central e Departamentos, nos Campi da Universidade, para realização de atividade presencial.

Assim, em atenção ao protocolo estabelecido, todos que adentrarem às instalações dos *campi* da Universidade, deverão usar máscaras e ter a temperatura medida. Para os servidores técnicos administrativos o horário de trabalho será flexibilizado, com implantação de rodízios de turnos, higienização dos ambientes, instalação de pias, *dispensers* de álcool gel, os ambientes deveram possuir ventilação natural, com abertura de portas e janelas para circulação do ar e disposição do mobiliário com distanciamento mínimo de 2 metros.

No tocante ao trabalho presencial, este deverá ser desenvolvido observando a garantia da preservação da vida. Cabe à chefia imediata estabelecer as atividades a serem exercidas, com a indicação dos prazos de execução quando aplicável e o acompanhamento das entregas.

RESULTADOS

Observa-se que a UNEB vem enfrentado a pandemia de forma consciente e consistente, por meio das deliberações de seus Conselhos Superiores, órgãos responsáveis pelas políticas institucionais. Nesse sentido, a melhor forma de enfrentar esse momento e garantir a preservação da vida, tem-se a higiene, o distanciamento social, os ambientes limpos e arejados como itens essenciais nos campi da Universidade.

Nesta linha, em atenção aos documentos das comissões do CONSU aqui descritos, de forma articulada com as recomendações apresentadas pela Comissão Covid-19, elenca-se a seguir, sugestão de intervenções necessárias ao retorno das atividades acadêmicas e administrativas no novo presencial, sob os aspectos das áreas de infraestrutura, informática, biossegurança, comunicação, treinamento e formação, a saber:

Ações de infraestrutura:

- Instalação de lavatórios para higienização das mãos;
- Instalação de proteção de acrílico;
- Isolamento de quadras e ginásios;
- Sinalização vertical para orientação de pedestres.

Ações de informática:

- Proteção dos hardwares (higienização de teclados, mouse entre outros itens);
- Implantação de Biblioteca Virtual;
- Implementar ambiente para aulas híbridas, sendo aulas presenciais e por mediação tecnológica
- Aquisição de Notebooks e tablets;
- Aquisição de Webcams e headsets para adaptação ao trabalho virtual *home office*.

Ações de biossegurança:

- Uso obrigatório de máscaras para toda a comunidade acadêmica;
- Rodízio dos servidores, adotando uma rotina híbrida, ou seja, trabalho *home office* e presencial;
- Aumento do quantitativo dos profissionais de serviços gerais;
- Implementação do trabalho em *home office* para os profissionais de grupo de risco que apresentam comorbidades;
- Contratação de empresa especializada em desinfecção de ambientes.

Ações de comunicação:

- Produzir campanhas educacionais para serem vinculadas nas unidades da Universidade;
- Divulgar cartazes orientando acerca da higiene das mãos, do distanciamento social, da importância do uso de máscaras, entre outras ações necessárias para o combate à Covid-19.

Ações de Treinamento e formação:

- Treinamento das equipes de limpeza (contemplando como lavar as mãos, os cuidados pessoais ao higienizar os banheiros, além do uso dos equipamentos de segurança, fundamentais para proteção desses profissionais);

- Treinamento dos seguranças e dos porteiros uma vez que eles têm contato direto com o público da Universidade, com orientação para o uso de equipamentos de segurança;
- Curso básico de Biossegurança para todos os Servidores Técnicos Administrativos, Servidores Docentes e Discentes, com geração de certificado.

É fato que para proporcionar as condições adequadas, as intervenções aqui evidenciadas demandarão investimento orçamentário e financeiro nos 24 campi da UNEB, no intuito de viabilizar o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas, *home Office* ou presencial, da instituição, por meio de infraestrutura pertinentes. Neste sentido, a etapa seguinte consiste na elaboração de um plano detalhado, por etapas de implantação, observando os prazos decorrentes dos procedimentos licitatórios, a execução orçamentária e financeira, pertinentes à administração pública.

Diante do desafio que esse novo normal influenciará nas rotinas da Universidade, é natural que as adequações adotadas durante esse processo de aculturação, implique na interação entre os diversos setores da Universidade, possibilitando uma resposta rápida aos entraves que forem surgindo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desses mais de cento e vinte dias de suspensão das atividades presenciais na UNEB, em decorrência da situação de pandemia causada pelo Covid-19, o impacto é direto no funcionamento do campus universitário. Entendendo por campus, o local que abriga as instalações físicas, constituída por salas de aulas, salas de professores, gabinetes, áreas administrativas, espaços de convivência, biblioteca, serviço médico, cantinas, teatro, quadras de esporte, laboratórios de informática e específicos por curso de graduação, pós-graduação e extensão, considerando que a citada suspensão resulta no vazio do campus. Não há circulação de docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade em geral.

Este estudo teve como objetivo geral de evidenciar quais intervenções serão implementadas nos *campi* universitários a fim de preservar a vida da comunidade universitária, em decorrência da Covid-19. Assim, utiliza como REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS as iniciativas da universidade, sendo a Resolução CONSU nº 1.406/2020, que regulamentou o Plano de Ação para o enfrentamento a pandemia Covid-19, no âmbito da UNEB, Comissão Covid-19 UNEB (Portaria nº 133/2020) e, em seguida, os documentos referenciais das ações acadêmicas no estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, elaborados pelas comissões criadas pela Resolução CONSU nº 1.412/2020 e Resolução CONSU nº 1.413/2020.

Fica evidenciado que para o retorno das atividades administrativas e acadêmicas de forma presencial em seus *campi* quando da retomada do novo presencial, de forma segura no que diz respeito à preservação da vida, é necessário investimento nas áreas de biossegurança, infraestrutura, comunicação, informática, treinamento, formação.

É importante salientar que a manutenção e investimentos estão previstos no Orçamento Anual da UNEB, contudo em função das dificuldades enfrentadas na economia brasileira a liberação dos recursos financeiros pela administração estadual já estava aquém das prioridades para assegurar o funcionamento da instituição. Assim, ressalta-se que as intervenções aqui evidenciadas serão validadas em Plano de Ação da instituição, e este deverá subsidiar a alocação dos recursos para as etapas de implantação, por meio de priorização.

As intervenções nos *campi* da UNEB, necessárias para o retorno às atividades acadêmicas e administrativas no novo presencial, em decorrência da prevenção da contaminação pelo Covid-19,

permitirão restabelecer o fazer universitário: convivência de professores, alunos, técnicos administrativos, comunidade externa, a partir das vivências nas salas de aula, áreas convivência, auditórios, laboratórios, cantinas, biblioteca, quadras de esporte. É assim que o ensino, a pesquisa e a extensão tornam a Universidade viva, no exercício de sua função social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUSUL, Luciano Godoy; **O Campus da Universidade Federal de Santa Maria**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, Florianópolis.

ATHANÁZIO, M.M. **Processo de planejamento estratégico em universidade pública: o caso da Universidade Federal do Pará**. Dissertação de Mestrado. UFRN. 2010.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **O território da universidade brasileira: o modelo de câmpus**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

BAHIA. **Decreto nº 19.529, de 16 de março de 2020**, que, no inciso 2º do artigo 7º, suspende por 30 dias

COUTINHO, Maria Chalfin; DIOGO, Maria Fernanda; JOAQUIM, Emanuelle de Paula; BORGES, Regina Célia Paulineli. **O trabalho de manutenção em uma prefeitura universitária: entre dificuldades e realizações**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PIMENTA, Lúcia. Boaventura. **Processo Decisório da Universidade Multicampi: Dinâmica dos Conselhos Superiores e Órgãos de Execução**. 2007. 211f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SALVADOR, **Decreto Municipal, nº 32.610/2020** de 23 de Julho de 2020, Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/covid-19/>>. Acesso em: 31 JUL. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Portaria 133/2020**, 13 de março de 2020, comissão com a finalidade de acompanhar e orientar as condutas institucionais relativas à pandemia do covid – 19, no âmbito da UNEB.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 1.412/2020**, de 30 de abril de 2020, tem por finalidade elaborar Documento Referencial das ações acadêmicas no estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID – 19 e dá outras providências.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 1.413/2020**, de 30 de abril de 2020, tem como objetivo elaborar Documento Especial concernente à gestão de pessoas e procedimentos administrativos em função do estado de calamidade pública decorrente da Pandemia de COVID – 19 e dá outras providências.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Anuário UNEB em Dados: 2019** – Base 2018, 2019. Universidade do Estado da Bahia - Salvador: EDUNEB, 2016. 125P ISSN: 2447-2964 01.

CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. INDICADORES SOCIO-AMBIENTAIS E O PAPEL DA UNIVERSIDADE COMO ÂNCORA NO PROCESSO DE RE-GERAÇÃO URBANA.

Joel Pereira Felipe

Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Professor Universidade Federal do Sul da Bahia, Núcleo de Estudos e Intervenções nas Cidades (NEIC)

joel.felipe@ufsb.edu.br

RESUMO

A sustentabilidade ambiental dos *campi* universitários mobilizou, a partir da década de 1970, quantidade significativa de atores aliando a questão do aquecimento global à responsabilidade das universidades em implantar boas práticas e um funcionamento sustentável. *Green campus* passou a caracterizar aqueles casos que apresentam um conjunto de rotinas alinhadas ao desenvolvimento sustentável, resultado da realização de pesquisas sobre o adequado funcionamento de espaços universitários (inseridos nas cidades ou em cidades universitárias isoladas), e criaram metodologia para a realização de diagnósticos, propostas, pactos gerenciais, implantação de medidas corretivas ou mitigadoras e monitorar a aplicação por meio de planos e sistemas de gestão ambiental. Essa pesquisa analisa as escolhas da Universidade Federal do Sul da Bahia, criada em 2013, e que decidiu instalar seu campus fora da cidade. Como estratégia metodológica a investigação optou por levantar um histórico do surgimento dos campi universitários durante o século XX no Brasil, no contexto do desenvolvimento aqui do ideário da arquitetura moderna e atualizou as discussões sobre tópicos contemporâneos que vêm chamando a atenção no continente europeu como a *studentification*. Como resultados esta análise deve auxiliar a implantação dessas universidades novas criadas no Brasil no contexto de crescimento do ensino superior que terá vasta repercussão nas próximas décadas.

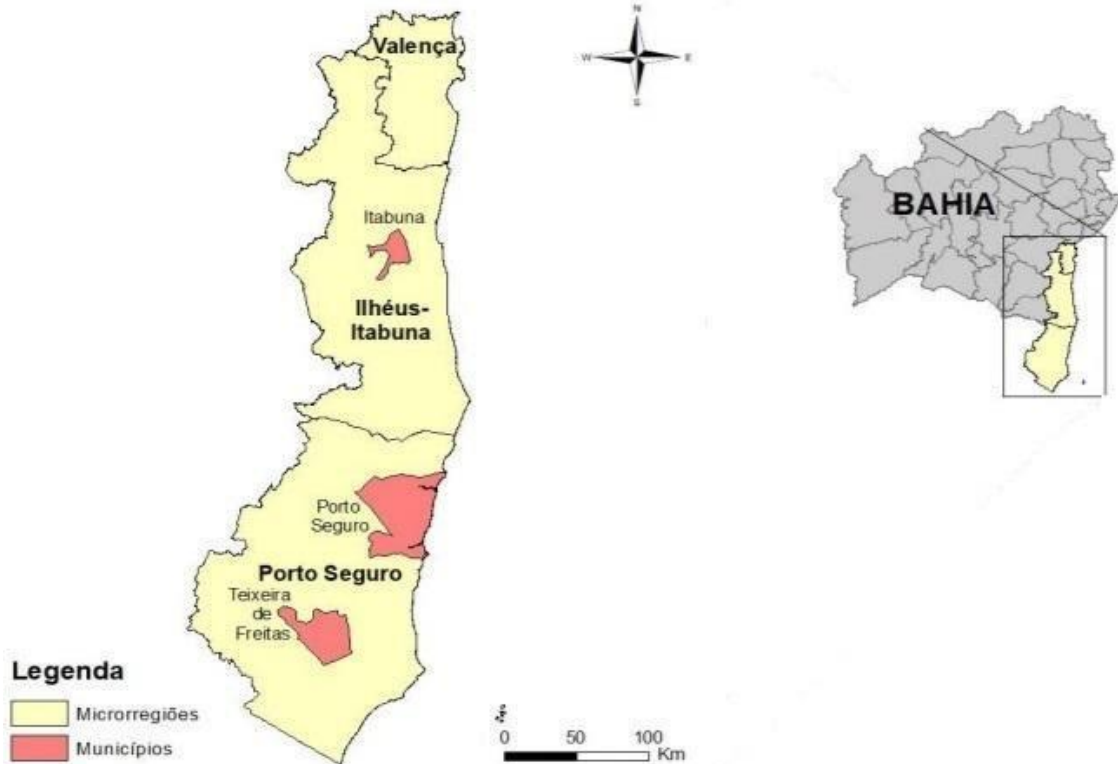
Palavras-chave: campus universitário, sustentabilidade, reabilitação urbana.

INTRODUÇÃO: CRIAÇÃO DA UFSB (BAHIA, BRASIL) E A SUSTENTABILIDADE

O Brasil passou por um processo de expressiva expansão no ensino superior de 2003 a 2013 com a criação, ou extensão de muitas universidades incluindo uma intensa interiorização, tendo passado de 45 universidades federais em 2003 para 63, em 2010. Essas 18 novas universidades se instalaram em mais de 100 novos *campi* (CALDERARI 2017, p. 32).

A UFSB está localizada na região nordeste do Brasil caracterizada como uma das mais pobres e menos desenvolvidas do país. A reitoria está situada na cidade de Itabuna e há outros dois campi nas cidades de Porto Seguro e Teixeira de Freitas. O campus definitivo de Itabuna está localizado a cerca de 2 km da Rodovia BR-415 em terreno pertencente ao governo federal na divisa de Itabuna e Ilhéus. A área total do campus deverá ser de 117 hectares. O histórico de criação dessa universidade está descrito em dois documentos que definem os marcos fundadores de sua implantação: a Carta de Fundação e o Plano Orientador.

Figura 1: Localização da UFSB na Bahia.



Fonte 1: https://www.ufsb.edu.br/images/Documentos/Relat%C3%B3rios_de_Gest%C3%A3o/Relatorio_Gest%C3%A3o_2017_6.pdf; https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_da_Bahia.

A UFSB tem demonstrado preocupação de alinhamento com as discussões contemporâneas relacionadas à responsabilidade das universidades com o desenvolvimento sustentável em sua região, conforme descreve em seu Plano Orientador que trata de um modelo de sustentabilidade que critica o formato com que as universidades brasileiras lidam com a questão ambiental e defende que as instalações, tanto provisórias quanto as definitivas, ocupem edificações existentes em áreas já antropizadas (UFSB, 2014).

A nova instituição se mobilizou em relação ao DS para responder aos dois requisitos que se espera de uma universidade: educação ambiental e boas e exemplares práticas. O primeiro, que ela seja capaz de ensinar os conteúdos relacionados ao DS aos seus alunos, disseminar conhecimentos e informações que dê elementos para que eles influenciem a sociedade que a circunda, incorporando práticas e princípios que não contradigam o que se ensina nos espaços acadêmicos. Em segundo, que prepare a universidade implantando medidas relacionadas ao controle do consumo de água potável, tratamento de esgotos, racionalização e economia de energia, diminuição de uso de materiais de consumo e mitigação de seus passivos ambientais.

Além de sua disposição política e compromissos assumidos desde a publicação de seus documentos fundadores, a UFSB não pode se furtar de fazê-lo, uma vez que deve atender um preceito legal advindo da publicação do Decreto nº 7.746/2012 que determina que os órgãos públicos federais elaborem e implementem seus Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Por isso, os princípios de implantação da política de sustentabilidade da universidade também estavam bastante claros e comprometidos, dedicando um detalhamento para o que pretendia ser colocado em prática em várias frentes de atuação.

Consequentemente esta universidade surge com visão avançada no que tange à sua contribuição em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS nº 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, ao articular a educação com o desenvolvimento sustentável e reconhece que esse é fundamentalmente um papel das Instituições de Ensino Superior.

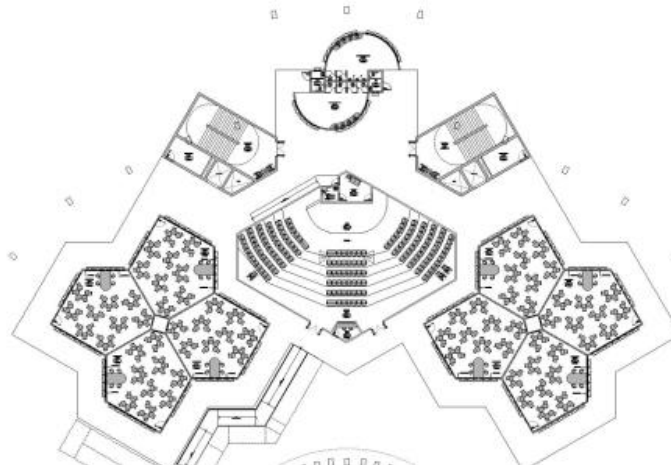
O PROJETO ARQUITETÔNICO E AS DECISÕES URBANÍSTICAS DA UFSB

O projeto arquitetônico desenvolvido em 2014 atendeu a orientação da Reitoria da Universidade para que se instalasse em terreno resultado de doação da CEPLAC, que tinha como objetivo se juntar a outro terreno doado pela Prefeitura de Itabuna e que, por fim, seria interligado por meio da doação de um outro terreno pela Prefeitura de Ilhéus, uma operação complexa, demorada e que ainda não está consolidada, passados quatro anos do início dos projetos, devido às dificuldades de relacionamento com os órgãos públicos municipais e federal que, ao trocar seus dirigentes, podem mudar de opinião sobre essas doações.

O projeto arquitetônico da UFSB foi definido por alguns simbolismos e idealismos: a) ruptura com o Panóptico exemplificado por Michel Foucault como a arquitetura “dos presídios, do asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento da educação vigiada, hospitais”; b) a inspiração das instituições de ensino Waldorf, criado por Rudolf Steiner, que “pautase na familiarização com a natureza, história cultural e atividades que encorajam a criatividade” (KOWALTOWSKI, 2011, apud KIMO, 2015, p. 4-7); e c) a geometria do Pentágono do Cairo utilizado nas aulas de matemática como uma solução de modulação, bem como o logomarca da UFSB inspirada nas flores do Cacau e do Pau Brasil, simbólicas para a região. Isto está presente nas estruturas modulares pentagonais conforme a planta de um dos andares do Bloco Pedagógico e os desenhos de implantação na área (Figuras 2 e 3).

Do ponto de vista urbanístico, o histórico brasileiro de implantação de espaços universitários guarda uma relação imensa com o movimento da arquitetura e urbanismo modernos que teve grande influência por aqui desde a primeira metade do século XX, mas intensificada no 2º pós-guerra, pois as “grandes cidades universitárias do século XX se estabeleceram com a reunião de unidades isoladas – dispersas em edifícios espalhados no coração das cidades – num único lugar afastado do núcleo urbano tradicional, num processo de agrupamento de escolas, serviços e alojamentos”, conforme SEGAWA (1999, p. 39).

Figura 2: Planta do pavimento térreo do Bloco Pedagógico.



Fonte: Arquivo do Autor.

Essa pesquisa não pretende discutir o projeto arquitetônico e suas qualidades ou criticá-lo. Mas deve se aproximar da arquitetura e implantação à medida que fazem parte do contexto de dar respostas ao programa de necessidades para a Universidade e que deveriam estar alinhados com os princípios do DS já delineados em seu Plano Orientador.

INFLUÊNCIAS NA CONCEPÇÃO DO NOVO CAMPUS DA UFSB EM ITABUNA/ILHÉUS: MODERNISMO E IMPERIALISMO. O QUE APRENDER DESSA LIÇÃO?

A decisão da UFSB seguiu uma corrente de pensamento presente na América Latina desde a primeira metade do século XX, influenciada pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), com zona educacional reservada nas cidades. A partir da década de 1950 essas ideias passaram a agregar a influência do consultor norte-americano Rudolph Atcon (1940-1995) na concepção dos *campi* que ele vai consolidar mais tarde por meio do “Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário” de 1970. Sua atividade profissional no Brasil registra passagens em diversos órgãos públicos. (OLIVEIRA, 2019; CALDERARI, 2017).

Essas concepções fazem parte da política da ditadura militar para o ensino superior, estabelecidas pelo Decreto 63.341/1968 e Lei 5540/1968, conhecida como Reforma Universitária, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média” e que resultaram em diretrizes adotadas em várias universidades brasileiras.

Essa reforma definiu que as unidades localizadas nas áreas urbanas deveriam ser transferidas para *campi* fora das cidades. O objetivo era também político: a conveniência de afastar o movimento estudantil das cidades e confiná-los em espaços distantes e sem influência sobre o a população dificultando os protestos contra as arbitrariedades do governo.

Dois motivos justificariam centralizar cursos em um único *campus*: o econômico e a integração acadêmica e social. O primeiro, para melhorar as condições de gestão, deveria recolher recursos para financiar a construção dos novos *campi*; o segundo, possibilitar a integração das áreas do conhecimento, reunindo a comunidade acadêmica em um mesmo local.

Entretanto a motivação econômica se fragiliza uma vez que os custos para a construção de edifícios não se restringem às construções: a transferência para glebas fora da cidade adiciona gastos com infraestrutura e manutenção nessas áreas ao longo do tempo que são superiores às despesas das unidades isoladas. Exemplo de custo adicional é o fornecimento de transporte aos estudantes, funcionários e professores para acesso aos novos *campi*. Quanto à integração acadêmica ela só teria efetiva condição de ser realizada em modelo que rompesse com o fracionamento disciplinar dos cursos e pudesse agrupar e compartilhar estruturas de salas de aula, laboratórios, restaurantes e áreas de encontro. No modelo convencional os estudantes, professores e funcionários passam a maior parte do seu tempo na universidade sem se relacionar com os colegas de outros cursos e a arquitetura não tem condições de garantir a superação da fragmentação da departamentalização universitária.

No caso da UFSB o discurso ouvido de um dos seus dirigentes no período de elaboração do projeto, que registra a ausência de preocupação com o fator localização do campus como integração urbana e social, era de que não é relevante o local da universidade porque um dia a cidade crescerá e alcançará o *campus*. Por isso, seria indiferente a implantação em áreas periurbanas e segregadas, como a Figura 3 registra.

Figura 3: UFSB: universidade na mata atlântica em setembro/2018.

Fonte: Foto de satélite extraída do Google Earth e foto do Eng. Cláudio Silva (UFSB), montagem em novembro/2019.

Isso está alinhado com uma opção de isolar os *campi* em vez de integrá-los à cidade ignorando aspectos relacionados à sustentabilidade. O modelo cria um ambiente de excelência para a comunidade acadêmica e vira as costas para a população, sacrificando o ambiente com intervenções de longa duração e impacto. Enquanto isso ocorre, a cidade real convive com problemas de congestionamento, transporte público, poluição e os centros permanecem vazios e inseguros.

Os *campi* ficam vazios nas férias e a distância da população impede o compartilhamento das bibliotecas, teatros, centros esportivos, restaurantes e parques. A localização dificulta a realização de atividades de pesquisa e extensão que aproxime a universidade e a comunidade. Esses *campi* isolados provocam oscilações similares aos dos Conjuntos Habitacionais periféricos: movimentação de pessoas nos períodos de pico de transporte - de manhã para os centros e de tarde de volta para casa. Por outro lado, os estoques de terras de proprietários privados se valorizam e aguardam a presença da universidade para ampliar o lucro fundiário.

REGENERAÇÃO, *STUDENTIFICATION*: ALGUMAS PISTAS NA LITERATURA INTERNACIONAL

Os estudos relatados nesse texto buscaram experiências internacionais para um comparativo com casos de expansão de ensino superior acelerado e suas consequências, uma vez que o tema carece de abundante referência no Brasil. Localizamos no Reino Unido oportunidade para o aprofundamento da pesquisa pelo processo de expansão sucedido a partir da década de 1970 e que logrou ampliar as REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS para as nossas reflexões. A ideia era, ao final dessa pesquisa, angariarmos mais e melhores subsídios para aliar essa reflexão inicial sobre o conceito de *campus* e cidade universitária com localização centralizada e externa à cidade, em

oposição à multipolaridade e à capilaridade, especialmente quando tratadas no contexto da discussão do DS. Esses estudos devem, sobretudo, se debruçar sobre experiências de integração dos espaços universitários às cidades, tendo como referência o espaço público, do qual a Universidade é parte, por essência.

Foram localizadas duas lacunas que devem ser preenchidas: a) a falta de aprofundamento do debate acerca dos processos de implantação das novas universidades brasileiras e seu potencial para processos de regeneração urbana; b) a ausência de discussão sobre outro efeito das universidades nos territórios com o recorte sobre a *studentification* decorrente da implantação desses novos *campi*.

Na primeira é preciso observar as alternativas como a multipolaridade dos *campi*, mantendo-os nas áreas centrais a fim de transformá-los em indutor da regeneração de espaços e edifícios históricos subutilizados e degradados, melhorando a mobilidade urbana, reduzindo a pegada de carbono, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, gerando empregos e renda e diminuindo as desigualdades.

De qualquer modo, um campus universitário, com tudo o que representa em relação aos edifícios, aos serviços, ao movimento populacional que provoca, tem realmente um poder de transformar o ambiente urbano com qualidade? Isso pode ser verdadeiro e replicável em contextos diferentes? E ainda, se o campus universitário tem essa capacidade de transformação positiva, quais são os critérios e diretrizes para que isso venha a ocorrer?

Em relação à *studentification*, parente mais nova da *gentrification*, esse conceito tem sido estudado na Europa, desde o início do século XXI, relacionado às políticas de expansão e internacionalização no ensino superior em virtude do Programa Erasmus de intercâmbio de estudantes europeus e de outras iniciativas dos governos nacionais. Esse termo foi criado para designar uma excessiva e sazonal ocupação de áreas de algumas cidades britânicas por moradia estudantil universitária, com a consequente substituição de moradores nativos.

A *studentification* tem sido usada para definir as chamadas *student areas* tendo alguns autores portugueses e brasileiros traduzido para estudentificação (SOUZA, 2019), mas que optamos por não usar aqui mantendo o termo em língua inglesa. De uma maneira simplificada ela descreve a substituição de moradores de uma determinada área por estudantes universitários. Esse termo foi criado no início deste século para designar uma excessiva e sazonal ocupação de áreas de algumas cidades britânicas por moradia estudantil, com a consequente substituição de moradores nativos.

SMITH (2002) descreve problemas como a conversão de *pubs* em bares temáticos que fecham no verão, o comércio de comida pronta e a liberação de venda de bebidas alcoólicas baratas, o esvaziamento das escolas após a mudança das famílias com crianças do local e o encarecimento dos preços dos aluguéis e das casas impedindo que outros possam se interessar pela vizinhança.

O assunto ganhou repercussão na imprensa britânica por causa dos impactos sociais. O artigo *Hell of residence* da jornalista Carol Midgley no *The Sunday Times* em dezembro de 2002, denunciava a situação que algumas cidades universitárias passavam por causa da expansão no ensino superior britânico que teve um crescimento, nos anos 1970-2000, de 12% para 41% entre as habitantes menores de 30 anos. Alarmada, a autora informava que o “governo pretende aumentar ainda mais para 50% até 2010, uma estratégia que trará muitos benefícios óbvios para o país” (MIDGLEY, 2002, p: 1), mas com as temíveis consequências. Ela citava o super-adensamento de cada casa com mais estudantes, o ruído das festas, o lixo acumulado ou depositado nos dias equivocados e a falta de manutenção dos jardins.

A incidência de assaltos é ampliada, porque eles “sabem que, devido à ocupação múltipla, a maioria das casas contém várias TVs, computadores e aparelhos de som”. A autora reporta que os acadêmicos “inventaram um nome para a síndrome - *studentification* - que foi comparada à *gentrification* dos anos sessenta, quando a classe média forçou as classes trabalhadoras a abandonar moradias populares em áreas pobres das cidades”. (MIDGLEY, 2002, p: 2)

Trata-se de um fenômeno verificado em cidades com universidades que atraem estudantes de outras cidades, inclusive de outros países e continentes e em consequência precisam oferecer uma grande quantidade de moradias estudantis para serem atrativas para os “melhores” alunos e para se manter no alto dos rankings e em padrão de qualidade de interesse no contexto global.

SMITH (2002) vai denominar de guetos estudantis esses enclaves nas cidades universitárias. Há uma associação conceitual entre a *studentification* e a *gentrification* à medida que um tipo de estudante de maior renda busca se aproximar de seus semelhantes (“pessoas como eles”) procurando se instalar em bairros já gentrificados.

Um fator que poderia mitigar o esvaziamento provocado pelas férias acadêmicas no Reino Unido é que em algumas cidades as moradias são alugadas no verão para estudantes de outras nacionalidades (latino-americanas, europeias, asiáticas, principalmente), geralmente para o ensino de inglês como segunda língua. Mas isso parece que não tem atenuado o fato de que esses novos e temporários moradores tampouco estabelecem uma relação social ou afetiva com o lugar e com a população permanentemente ali residente.

Até aqui, nesses estudos sobre aspectos constitutivos das universidades britânicas foi possível uma aproximação da metodologia desenvolvida no Laboratório Urbano da University College of London, a fim de se pensar na abordagem teórico-conceitual sobre o papel de âncora que as universidades podem desempenhar nas cidades contribuindo para a sua regeneração e estudar as formas de replicabilidade dessa metodologia nas novas universidades brasileiras (MELHUIISH, 2015).

A análise da expansão do ensino superior no Reino Unido nas últimas décadas tem auxiliado a entender as similaridades e assimetrias sobre esse tema que é e ainda será emergente na sociedade brasileira após esse agudo processo de expansão pelo qual o país passou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver essa pesquisa focada na implantação definitiva do Campus Jorge Amado da UFSB e com uma tentativa de se ampliar o olhar aproveitando as reflexões sobre algumas experiências internacionais observa-se que vem se perdendo a oportunidade de usar a construção do campus universitário como elemento de regeneração dos espaços urbanos públicos e privados não utilizados e edifícios históricos.

Deixa-se de contribuir para a melhora das condições de mobilidade urbana, de reduzir a pegada de carbono individual e institucional, de gerar empregos decentes e renda, contribuir para a melhoria da qualidade de vida e diminuir as desigualdades da população de uma das regiões mais pobres do Brasil.

Espera-se que pesquisa colabore para que se repense a implantação de muitas universidades criadas de 2003 a 2015 que permanecem em processo de instalação e cujas decisões de construção e ampliação terão grande repercussão nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATCON, R.P. e Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. **Manual sobre o planejamento integral do campus universitário**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1970.

CALDERARI, E. S. (Des) **Continuidades e rupturas nos espaços urbanos contemporâneos. Reflexões sobre o papel dos novos campi universitários**. São Paulo, 783p., (Tese-Doutorado), IAU-USP, Universidade de São Paulo, 2017.

COSTA, S. K. **Projeto arquitetônico do núcleo pedagógico da Universidade Federal do Sul da Bahia Concepção teórica do Partido Arquitetônico**. Itabuna, 2015. Disponível em: <https://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/10/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-projeto-arq-UFSB1.pdf>> Acesso 30 jan. 2019

MELHUIISH, C. **Case studies in University-LED urban regeneration**. London: UCL Urban Laboratory, 2015.

MIDGLEY, C. Hell of residence. **The Sunday Times**, Londres, 4 dez. 2002. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/hell-of-residence-02djlqsj596>> Acesso em: 13 nov. 2019, 2002.

OLIVEIRA, L. T. **Novos campi públicos brasileiros: concepções projetuais**. (Dissertação – Mestrado). São Carlos, 234p. Universidade Federal de São Carlos, 2009.

SMITH, D. **Studentification: the gentrification factory?** Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:AqbHEUWaSqMJ:https://southwarknotes.files.wordpress.com/2012/03/studentification-darren-smith.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=uk&client=firefox-b-d>, 2002.

SOUZA, E. C. M. Cidade histórica, cidade universitária: usos do patrimônio cultural e repúblicas estudantis em ouro preto, MG. Século XXI, 8(3), 912-947. DOI: <http://dx.doi.org.lib-proxy.ucl.ac.uk/10.5902/2236672537528>, 2018.

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia. **Plano Orientador**, 88p. Disponível em: <<https://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>>. Acesso 22 jan. 2019.

RELAÇÕES SOCIAIS NO ENTORNO DO CAMPUS DA PRAIA VERMELHA – PROPOSTA DE UM ESTUDO A PARTIR DAS AÇÕES DE EXTENSÃO.

Telma Fernandes Barrionuevo Gil

Doutoranda na Pós-Graduação em Serviço Social da PUC Rio,

Técnica-administrativa em educação da UFRJ

telmagil@terra.com.br

RESUMO

Este texto versa sobre uma proposta de pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC Rio, que está configurada pelo relacionamento do *campus* da Praia Vermelha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e seu entorno. Trata-se de uma área urbana na cidade do Rio de Janeiro de relevância peculiar na história do desenvolvimento científico e de heterogênea conformação. O estudo intenciona analisar as relações institucionais/sociais através das práticas extensionistas. Seu desenvolvimento prevê análise dos conteúdos de projetos e programas de extensão, sob a luz de referenciais acerca da confluência dos territórios universitários, da extensão como política do ensino superior, e das relações no espaço universitário com as comunidades vizinhas. Leva-se em conta que tais aspectos se encontram permeados pelas contradições das sociedades capitalistas, compreendidas pelas expressões da *questão social* na terminologia do Serviço Social. O trabalho tem por objetivos publicizar e debater a proposta, e contribuir com a temática em destaque.

Palavras-chave: territórios universitários, práticas extensionistas, contradições sociais.

INTRODUÇÃO

Os espaços universitários têm sido analisados sob suas perspectivas históricas, modelos pedagógicos, localizações, padrões arquitetônicos, contribuições e influências nas comunidades em distintos lugares do mundo desde o século XIX, conforme identificamos nos debates de MOSSAB (2017); MAGALHÃES (2014); ARAUJO (2011); e OLIVEIRA (2011).

A denominação *campus* para as áreas ocupadas pelas universidades está relacionada ao modelo norte americano de educação em nível superior, cujos espaços eram tomados como adequados às atividades relativas ao desenvolvimento científico, retirando estudantes e professores do “descontrole das cidades”. Do latim, campo, a designação do lugar se opunha à dinâmica movimentada das cidades – estas que depois viriam ser a inspiração para uma nova configuração, as cidades universitárias (MOSSAB, 2017).

De maneira destacada das demais universidades de âmbito federal – cujos projetos estiveram consoantes às políticas de Educação do governo central brasileiro, desde os anos de 1930 com ênfase na Reforma de 1968 (TEIXEIRA, 2011), e a partir das quais se justificavam os modelos arquitetônicos e as zonas adequadas a serem ocupadas pela educação de nível superior – a UFRJ se constituiu por edificações e agrupamentos de unidades em diversos locais no Rio de Janeiro, mantidos mesmo após a construção da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão. Sua expansão a caracteriza pela formação em distintas áreas do conhecimento e em diferentes espaços territoriais na cidade (OLIVEIRA, 2011; UFRJ 2007; UFRJ, 2010).

Ao nos atermos às considerações sobre os *campi* universitários, suas conformações e modelos educacionais, parece-nos peculiar a compleição do *campus* que elegemos para ser estudado, por ter sido ele estruturado em meio urbano. O que, conseqüentemente, se reflete nas relações entre a universidade e o lugar, e os sujeitos que as integram.

Tal interesse está contextualizado pela minha atuação profissional na localidade, a partir de onde tenho sistematizado informações acerca desta realidade e construindo um recorte metodológico envolvendo o *campus* da Praia Vermelha e a comunidade próxima, e as relações institucional e sociais ali presentes. São conexões em certa medida abrangentes, mas por outro lado factíveis de serem captadas, a partir das quais propus uma investigação a ser conduzida pelas atividades de Extensão universitária desenvolvidas ao longo da história deste *campus*.

Pretende-se que esta proposta tome as determinações históricas como aspecto fundamental na compreensão dos acontecimentos e das expressões da *questão social* – entendida como resultante das contradições inerentes do movimento de reprodução das sociedades capitalistas (IAMAMOTO, 2001).

Ainda que se explicito o particular, a tentativa é por meio dele compreender o geral, numa formulação reconhecidamente provisória da verdade. Como nos inspira Minayo (2010) “é o pensamento vivo e o caráter inacabado tanto da história como da ciência” que nos impele a desvelar o sentido destas proposições acadêmicas – as práticas extensionistas – para alcançar algumas interpretações do espaço e das relações que circunscrevem o *campus*.

CARACTERÍSTICAS DO CAMPUS E DO SEU ENTRONO – MOTIVAÇÕES DA PESQUISA

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) comemora neste ano seu centenário. Sua origem está relacionada à constituição da Universidade do Brasil (UB), em 1937, sob as bases da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada em 1920, que congregava a Escola Politécnica, e as Faculdades de Direito e de Medicina - situadas em diferentes locais da cidade. Foi ela a primeira universidade federal do Brasil, conforme Decreto nº 14.343 (de 07/09/1920) , e tendo herdado a edificação do Hospital Nacional dos Alienados, no bairro da Urca, ali sediou algumas de suas atividades administrativas na segunda metade dos anos 40. Em fins dessa década, reformas foram executadas no antigo prédio para receber o “Palácio Universitário” da Universidade do Brasil, sede da Reitoria até a década de 1960, dando origem ao *campus* da Praia Vermelha, conforme detalha o Prof. Antonio Oliveira:

(...) já definido o local de construção da Cidade Universitária na região compreendida pelo arquipélago próximo a Manguinhos, a Universidade construía seu “Palácio Universitário”, para abrigar sua Reitoria, a partir das reformas, em 1949, do antigo prédio do Hospício de Alienados, desativado em 1942. Inicialmente destinado ao Colégio Pedro II, após a desativação, acabou cedido à Universidade, em 1945. (OLIVEIRA, 2011, p. 241)

Neste mesmo período tiveram início as fundações para a construção da Cidade Universitária, próxima à Ilha do Governador, hoje “*campus* do Fundão”. Além destes *campi*, a UFRJ possui atualmente o Campus de Macaé e o de Duque de Caxias (em Xerém), e mantém ainda outras unidades em diferentes regiões do município do Rio de Janeiro.

(...) Se a opção pela concentração espacial com a construção da Cidade Universitária nas ilhas foi a vitoriosa, a “vocação natural” (e antiga) da Praia Vermelha em também receber a universidade não se fez menos

forte. O ideal de um corpus único com que tanto sonharam os pensadores da universidade, bem como de seu “espírito universitário” ainda estaria, em parte, por concretizar-se. (OLIVEIRA, 2011, p. 241)

Um breve resgate temporal, nos permite identificar que este *campus* e seus arredores se situam em local pioneiro para o desenvolvimento científico brasileiro na área médica, marcado pelas experiências que estiveram relacionadas às concepções das doenças por especialidades, com destaque a atenção aos alienados (RAMOS e GEREMIAS, s/ data). Além de ter existido nesse sítio o primeiro manicômio do Brasil – o Hospício Pedro II – os registros nos levam a constatar que em período anterior à República e nos subsequentes, a região veio sendo ocupada por instituições de natureza técnico-científica como a construção do prédio da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, no ano de 1918; e instalação do Instituto Benjamin Constant –IBC² e do Instituto Militar de Engenharia – IME³. Também o prédio que atualmente abriga a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM⁴ é outra construção importante e imponente deste logradouro, que foi concluída em 1908 para abrigar o Pavilhão dos Estados, em obra iniciada em 1881, possivelmente relacionada às edificações que serviriam à Universidade Pedro II.

Na Avenida Pasteur, onde se encontra o Palácio Universitário⁵, foram sendo alojados outros cursos e atividades relacionadas à missão de pesquisa, de formação profissional e de prestação de serviços à sociedade - relacionados principalmente à área de saúde mental como o Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil - IPUB e o Instituto de Neurologia “Deolindo Couto”, Instituto de Psicologia – IP (curso de psicologia). Lá estão também localizadas a Escola de Comunicação – ECO; as sedes das Decanias do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (e cursos de Economia, Biblioteconomia, Administração, Contábeis) e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH (e cursos de Serviço Social, Educação); o Núcleo de Estudo de Políticas Públicas em Direitos Humanos – NEPP-DH), e o Centro Cultural de Ciência e Tecnologia/Casa da Ciência.

Por certo que a história da UFRJ neste ambiente, com origem nos tempos imperiais, em desenvolvimento desde início do século passado, trouxe interferências significativas ao desenho urbano, talvez mais reconhecidas arquitetonicamente, pelo “ideal colonial de urbanização” (MAGALHAES, 2014), mas não apenas.

Na transformação e desenvolvimento das cidades brasileiras o processo de globalização trouxe a ideia de reestruturação que se iniciou nas cidades e foi apoiado pelo sistema de cidades globais, que buscavam diálogos en-

² O Instituto Benjamin Constant foi criado pelo Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. (...) é órgão específico singular dotado de autonomia limitada e centro de referência nacional na área da deficiência visual (<http://www.abc.gov.br>).

³ Da fusão da Escola Técnica do Exército com o Instituto Militar de Tecnologia, em 1959, nasceu o atual Instituto Militar de Engenharia. (<http://www.ime.eb.br/historia.html>)

⁴ Informações em http://www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/mcter/artigo_institucional.pdf

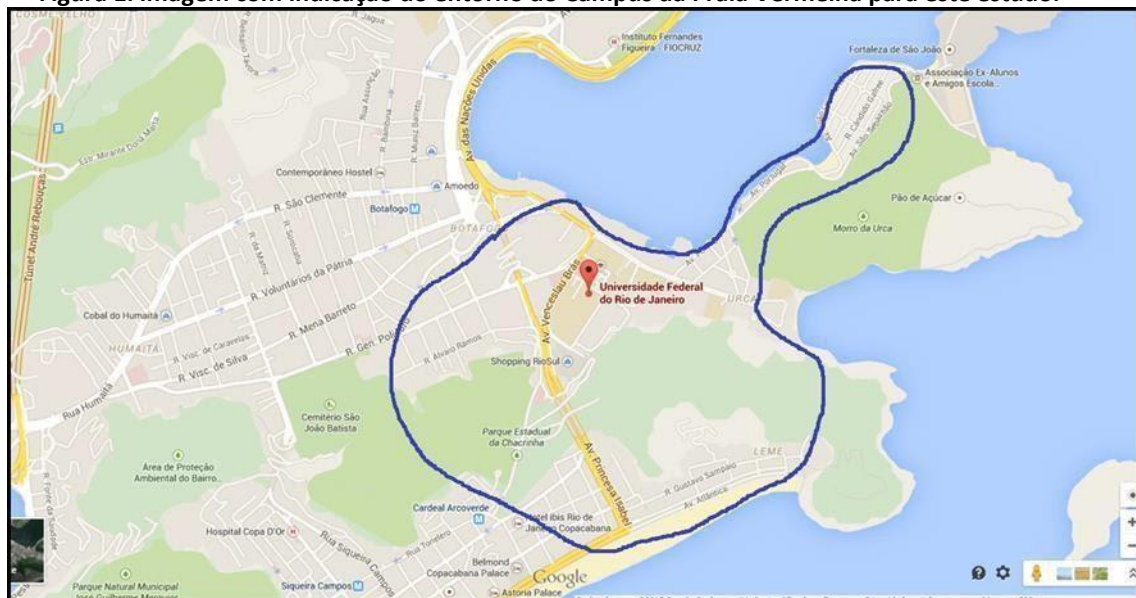
⁵ O prédio, hoje é sede do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ e de diversos Institutos e Escolas, no bairro da Urca. (OLIVEIRA, 2011, p. 241).

tre as classes e a identificação das grandes concentrações urbanas. A análise histórica mostra que houve a necessidade de entender a reorganização do espaço. (MAGALHÃES, 2014, p. 8-9)

Dessa forma condiz reconhecer que as dinâmicas sociais, políticas e econômicas, ao longo destas décadas, foram fatores importantes para dar contorno a este arranjo citadino. Além do destacado conglomerado de prédios históricos que reúne as várias instituições educacionais e de caráter científico, a região também abriga residências e diferentes atividades econômicas, incluindo o turismo, cujo processo de desenvolvimento revela as contradições presentes nas metrópoles brasileiras relativas à moradia, ao trabalho, à organização do transporte público, aos serviços e políticas públicas. São aspectos importantes para repensarmos as cidades, que são tomadas como espaços de mercado, conforme apontam Gonçalves (2014) e Cardoso (2013) em suas reflexões.

Para definição do entorno estamos considerando o terreno em que se encontram as edificações dos cursos existentes nesta localidade, que possui uma extensão de 100.976,90 m² (UFRJ, 2006), em posição central entre as imediações dos bairros de Botafogo e da Urca, com demarcações também dadas pelo Morro da Babilônia e contornos dos bairros do Leme e de Copacabana. Neste arredor observa-se que as condições geográficas e as formas de ocupação do solo são distintas, assim como é o desenvolvimento de recursos básicos de habitação, de mobilidade e segurança. Segundo informações de representantes de Associações de Moradores locais⁶, a região assinalada abriga um contingente de população acima de 30 mil pessoas, com concentração no bairro do Leme e nos Morros da Babilônia e Chapéu Mangueira (GIL, 2017).

Figura 1. Imagem com indicação do entorno do Campus da Praia Vermelha para este estudo.



(Elaboração da autora – Google Maps)

⁶ Tais declarações foram dadas pelos representantes das Associações de Moradores do Leme (AMALEME), da Urca (AMOUR), da Rua Lauro Miller e Adjacências (ALMA), dos Morros da Babilônia (AM Babilônia), do Chapéu Mangueira (AM Chapéu Mangueira), e da Vila Benjamin Constant (AMOVILA).

Os dados obtidos através do levantamento realizado no âmbito de minha atuação profissional, como Técnica Administrativa em Educação da UFRJ, nos anos de 2016 e 2017 (GIL, 2017), sustentam o interesse em objetivar os aspectos sociais da área que circunda este *campus* num campo de estudo. Nessas informações preliminares foram arrolados serviços envolvendo políticas públicas de educação, saúde, assistência social que se interpõem ao cotidiano da vida universitária e da vida de quem vive e trabalha ao redor. Também foram identificadas entidades representativas dos moradores, as quais atuam junto aos poderes públicos e na organização interna de cada bairro nos possibilitando saber algumas de suas características e demandas; e, ao mesmo tempo, procuramos conhecer quais das ações de Extensão originadas no campus estavam voltadas para as comunidades em tela.

Essa *caracterização social* (GIL, 2018) — contribuiu para a identificação dos serviços públicos e de outros recursos que se encontram naquele espaço urbano, permitiu uma aproximação junto aos representantes de entidades dos moradores da área, e ainda nos ofereceu subsídios sobre ações da universidade voltadas para as comunidades vizinhas. A ideia imbuída era que a universidade estava (e está) desafiada a lidar com as requisições/problemáticas atinentes às relações manifestadas nos contextos daqueles sujeitos que a cercam mais proximamente.

Dessa maneira as justificativas para a proposta que se apresenta residem na importância do aprofundamento de questões preliminarmente apontadas, e que estão associadas à:

- Concentração de serviços de saúde na região e de saúde mental na área do *campus* – desenvolvidos pela universidade e pela rede municipal de saúde (níveis de atenção ambulatorial são quatro, e hospitalar são três) –, que agrupam um contingente expressivo de usuários (em 2016, estimava-se uma circulação aproximada de 6.000 usuários/mês), cujas características são bastante heterogêneas do ponto de vista de origem, faixa etária, condição socioeconômica e outros aspectos. É um arranjo que revela o potencial da rede de serviços públicos politicamente articulados, traduzindo igualmente os desafios de lidar com permanentes demandas em função dos diferentes níveis de inserção social dos públicos.

Distinção na conformação dos bairros relativa aos diferentes processos de ocupação “no asfalto” e nos morros; perfis diferenciados entre os moradores e condições distintas de suas moradias; bairros residenciais onde se misturam atividades comerciais, de turismo e lazer diversificando a dinâmica e convivência entre as pessoas que moram e circulam – qualidades estas que se refletem nas diferenciadas demandas para as associações de moradores como: a mobilização pela garantia de moradias (caso da AMOVILA), a defesa do espaço público mediante à exploração do turismo (AMOUR), melhorias das condições de moradia e de acesso aos serviços públicos, lutas por direitos sociais e de cidadania (AM Babilônia e AM Chapéu Mangueira).

- Expectativas de aproximação “com o campus” por parte dos moradores, tanto em relação ao acesso/acolhimento nas instalações físicas quanto em relação à participação em cursos de extensão, de formação profissional ou de outra natureza relacionada à produção do conhecimento científico.
- Situação de termos encontrado poucas iniciativas no desenvolvimento de atividades de extensão que referenciasse o público da área circunvizinha ou situações que destacassem aquela realidade. Identificamos sim, que havia parcerias com instituições do entorno para público amplo, e outras atividades que incluem os moradores da área, mas não destacadamente. Não foi possível a correspondência direta ao enunciado em que procuramos evidenciar *projetos dirigidos à população do entorno do campus da Praia Vermelha - PV*, mas encontramos projetos com variações associadas ao critério inicial de seleção.

Ao elegemos para exame os cadernos de RESUMOs dos Congressos de Extensão realizados nos anos de 2007 e 2014, que totalizavam 842 projetos, identificamos que 71 deles foram originados nos cursos da PV. Entre os que envolviam a localidade, 13 deles estavam direcionados ao público amplo dos serviços de saúde localizados no *campus* - da rede municipal de saúde e da UFRJ - e de instituições no entorno; outros dois foram desenvolvidos em parceria com instituições da localidade, também para público amplo. Havia 13 proposições do Centro Cultural de Ciência e Tecnologia/Casa da Ciência, que embora realize atividades que atraiam o público do entorno, recebe visitantes de toda a cidade e região; e dois programas estavam direcionados a um bairro das proximidades, mas fora da definição - lembrando que os demais não envolviam ações na circunvizinhança.

O CAMPUS NA CIDADE E AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO COMO CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Frente ao contexto apresentado a hipótese é que a dinâmica social que envolve o *campus* da Praia Vermelha está distanciada das tarefas acadêmicas, apesar de haver uma interferência histórica, urbanística e do funcionamento da universidade na localidade. As atividades de extensão dos cursos ali situados parecem não incorporar significativamente a população e problemáticas do seu entorno - circunstância que exploraremos com o desenvolvimento da pesquisa.

Do mesmo modo como Araujo (2011) apontou em seu estudo, compartilhamos da ideia de que o *campus* e a cidade são campos diferentes. Ela afirma que:

são as estruturas sociais que, materializadas nas estruturas espaciais, hierarquizam o espaço universitário e o "fecham" para a cidade. Para a comunidade do seu entorno, as universidades, quando percebidas, o são como locais restritos, preenchidos de interdições e, para alguns, de privilégios. Como "ilhas" dentro das cidades, perpetuam uma relação socioespacial de distanciamento. (ARAUJO, 2011, p.2015)

Também para Mossab (2017) os arranjos arquitetônicos dos *campi* - os quais são compreendidos como expressões de modelos pedagógicos, de relações econômicas e sociais - acabam implicando nas relações destes com as cidades, quase sempre conformando uma relação afastada entre a universidade e os demais segmentos.

Neste sentido a pesquisa será a oportunidade de, partindo destas abordagens, pensar a interface da universidade com a comunidade por meio da Extensão, aqui entendida "*como função potencializadora na formação dos estudantes e na capacidade de intervir em benefício da sociedade, (...)*" (BRASIL, 2018, p. 4).

Em recente debate - preconizado pela Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) - que culminou com o parecer indicativo às diretrizes e ao cumprimento da Extensão na formação superior brasileira, assinalou-se que: "*As três dimensões da universidade - ensino, pesquisa e extensão, e suas relações internas com a sociedade - sempre foram marcadas por debates, incompletudes e busca de definição.*" (BRASIL, 2018, p. 3). Esta condição, no entanto, não tem impedido que as práticas extensionistas venham ganhado relevo no processo de inserção da universidade na sociedade.

De acordo com as discussões dos fóruns universitários e de extensão, nota-se um alargamento do quantitativo de ações e da importância desse enfoque para a formação profissional e para as discussões dos direitos de cidadania.

Faz-se necessário, porém, levar em conta que há perspectivas que marcam esse tipo de atividade, no seguinte sentido: 1) a posição assistencialista, que se caracteriza pelo atendimento às demandas sociais por intermédio da prestação de serviços à comunidade; 2) a dimensão transformadora, na qual as relações entre universidade e sociedade são dialógicas e buscam a transformação social, e 3) o entendimento de que as demandas, advindas da sociedade, são tomadas como novas expectativas de serviços que a sociedade demanda da universidade (BRASIL, 2018).

Em vista disso, é oportuno considerar que tal dimensão da formação se insere nas disputas sobre o papel da universidade, num momento em que estão acirradas as tensões por força dos problemas a serem enfrentados pelas universidades públicas no Brasil. São situações que ameaçam a sua manutenção, tanto do ponto de vista material, quanto do ponto de vista político e social, em que alianças com setores privados e concepções neoliberais acabam por envolver a comunidade acadêmica internamente, interferindo nas concepções e diretrizes de suas ações (DIAS e SERAFIM, 2015)

Assim, além do procedimento inicial para esta investigação que consta do levantamento bibliográfico acerca da história deste *campus* e da temática sobre a confluência dos territórios universitários nos centros urbanos, políticas de ensino superior com ênfase na extensão, estaremos confrontando as bases teórico-conceituais no marcos assinalados para dar luz aos achados documentais, cabendo ainda explorar as teorias críticas a respeito das vinculações da Extensão universitária com os segmentos sociais, como nos sugere Cristofolletti (2017) em seu ensaio.

Como já mencionamos, as fontes essenciais se constituirão dos Anais dos Congressos de Extensão da UFRJ que tiveram início em 1999, conforme histórico destas ações na UFRJ, e contém os RESUMOS e apontamentos destas experiências. Eles se encontram em material impresso até o ano de 2008, e estão organizados digitalmente a partir 2009, pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ. Pela averiguação dos *cadernos de RESUMOS* será possível selecionar os programas e projetos originados nos cursos do Campus da Praia Vermelha a fim de identificar as áreas e cursos, os objetivos, os públicos-alvo, os contextos e demais informações em que foram desenvolvidos, com foco no objeto em tela.

Recorreremos também aos relatórios institucionais e produções acadêmicas, considerando que se identificam atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade desde os anos de 1930 - até o momento examinamos apenas os Relatórios de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ dos seguintes períodos: outubro/2005 a junho/2011 e de julho/2011 a junho/2015; e acessamos informações contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2012-2023.

Outras fontes serão os órgãos censitários e de análises como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e de órgãos oficiais do município do Rio de Janeiro como o Instituto Pereira Passos.

Há, para o procedimento exposto indicação de que seja feito um roteiro para análise (MINAYO, 2010, p.195), tanto para o tipo de documentação (escrita ou digital) quanto para natureza das informações (documentos oficiais, histórias do cotidiano, material de divulgação ou outros), a fim de que as informações complementem às indagações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto procurou expor as motivações e os caminhos para o desenvolvimento, ainda em fase inicial, de minha pesquisa envolvendo o *campus* mais antigo da UFRJ, onde se destaca a sua localização em área urbana histórica e a sua contribuição para o desenvolvimento da ciência. A proposição está inserida numa abordagem social – dada a motivação de natureza profissional-interventiva – e busca conectar-se com outras áreas a fim de compreender, numa perspectiva mais ampla, como se movem as relações entre as pessoas em torno de um *campus* universitário e a partir dele.

A hipótese apresentada, que aponta para o distanciamento entre o campus e a dinâmica da cidade, é tomada como eixo desafiador para estudar as histórias e as relações que pretende-se captar através do exame das ações extensionistas, ao longo da existência centenária deste *campus*. Do mesmo modo, valoriza-se estas iniciativas no âmbito da política do ensino superior como parte do compromisso social da universidade pública.

Há expectativas para que este debate contribua com as narrativas presentes neste território cheio de significados para a ciência e para a educação do país, ao mesmo tempo, expressivo de suas desigualdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, R.C.L. **A universidade no contexto urbano: as representações presentes na relação socioespacial entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a cidade de Seropédica**. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2011.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM: 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf> Acesso: 12 ago. 2019

BRASIL. Portaria nº 1.350. **Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira**. DOU de 17/12/2018

CARDOSO, Isabel C.C. **O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na estruturação do espaço urbano: uma “máquina de crescimento urbano?”** In: O Social em Questão - Ano XVI - nº 29. Rio de Janeiro: 2013

CRISTOFOLETTI, E. C. **Notas sobre a extensão universitária a partir de Gramsci e a formação de intelectuais orgânicos às classes subalternas**. In BIANCHI, A. et al (org.). Anais do Colóquio Internacional Antonio Gramsci. IFCH/UNICAMP. Campinas. Outubro, 2017.

DIAS, R. I. e SERAFIM, M. **Comentários sobre as transformações recentes na universidade pública brasileira**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 20, n. 2. Campinas, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/aval/v20n2/1414-4077-aval-20-02-00335.pdf> Acesso: 13 set. 2019

GIL, Telma F. B. **Caracterização do entorno de um Campus Universitário - contribuições da pesquisa em Serviço Social**. Anais do XVI Encontro de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS. Vitória –ES. Novembro, 2018

GIL, Telma F.B. **Relatório do Projeto Caracterização do entorno da Casa da Ciência e do Campus da Praia Vermelha/UFRJ**. Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ. Junho, 2017

GONÇALVES, R. S. **Do Centenário à Olimpíada: megaeventos e seus impactos sociais na cidade do Rio de Janeiro em uma perspectiva histórica**. Revista Praia Vermelha v. 24 n.1. Rio de Janeiro: Janeiro/junho 2014

MAGALHÃES, L. C. **O Câmpus Universitário como equipamento singular do meio urbano - Ensaio em Três Rios, Brasil**. Dissertação de Mestrado Integrado. Faculdade de Ciência e Tecnologia Universidade Fernando Pessoa. Porto – 2014. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4725/4/LEANDROCOELHOMAGALHAES.pdf> Acesso: 30 ago. 2019

MINAYO, M.M.S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MOSSAB, A.S. **Campus Universitário: uma reflexão para o século XXI a partir do estudo de caso da instalação da Universidade de Cabo Verde**. Maio, 2017. Disponível em <http://www.buala.org/pt/cidade/campus-universitario-uma-reflexao-para-o-seculo-xxi-a-partir-do-estudo-de-caso-da-instalacao>. Acesso: 05 ago. 2019

OLIVEIRA, A. J. B. **A casa de Minerva: entre a ilha e o palácio: os discursos sobre os lugares como metáfora da identidade institucional**. Tese (Doutorado) Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2011.

RAMOS, Fernando A. C.; GEREMIAS, Luiz **Instituto Philippe Pinel: origens históricas**. Disponível em http://www.sms.rio.rj.gov.br/pinel/media/pinel_origens.pdf. Acesso: mai. 2017

TEIXEIRA, A. S. **Educação no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. (Coleção Anísio Teixeira v. 8)

UFRJ. **A Proposta de Plano Quinquenal de Desenvolvimento para a UFRJ**. Setor de Mídia Imprensa Institucional da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.

UFRJ. **A universidade necessária**. Programa de reestruturação e expansão da UFRJ 2008–2012: um projeto para o Rio de Janeiro e para o Brasil. Divisão de mídias impressas institucionais da Coordenadoria de Comunicação da UFRJ. Agosto/2007

UFRJ. **Plano Diretor UFRJ 2020**. Serviço de Mídias impressas, virtuais e de produção editorial da Superintendência Geral de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010.

Eixo 6

INTERDISCIPLINARIDADE NA INTERAÇÃO UNIVERSIDADE- SOCIEDADE-CIDADE

A JUVENTUDE SUL BAIANA E A PRÁTICA DO SKATE: OCUPANDO OS ESPAÇOS URBANOS

Fabiana de Souza Costa

Docente da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

fabiana.costa@ufsb.edu.br

Rodrigo Evangelista Santos

Estudante de Especialização em Pedagogia das Artes da UFSB

rodrigopdg1@outlook.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas contribuições iniciais ao debate sobre a juventude sul baiana e a ocupação urbana através da prática do skate na cidade de Ilhéus/BA. O skate é concebido como uma prática cultural classificada entre os esportes radicais, de grande afinidade entre os jovens do mundo inteiro. Atualmente, a cidade de Ilhéus conta com diversos coletivos organizados, com destaque para o “Interior da Rua *Skateboarding*”. Utilizamos como fonte de dados: revisão bibliográfica (artigos e material de audiovisual), entrevista com liderança do coletivo e dados do formulário de inscrição do evento *Best Trick*. Estabelecemos um diálogo inicial com esses coletivos, no intuito de aprofundarmos questões relacionadas ao perfil desses jovens, suas diversas formas de organização e outras demandas sociais relacionadas à prática do skate na cidade. De que forma podemos compreender os desafios e possibilidades desta modalidade esportiva/cultural que atua de forma ativa e ressignificando o espaço urbano?

Palavras-chave: Skate, Juventude, Políticas Públicas, Ocupação Urbana.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas contribuições iniciais ao debate sobre a juventude sul baiana e a ocupação urbana através da prática do skate na cidade de Ilhéus/BA. Trata-se de um recorte inicial do projeto de pesquisa/extensão intitulado “Juventude sul baiana: perfil, protagonismo, diversidade e potencialidades” ligado ao Núcleo de Estudos e Intervenções nas Cidades - NEIC da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB.

O projeto de pesquisa/extensão “Juventude sul baiana: perfil, protagonismo, diversidade e potencialidades” tem por objetivos: (1) refletir sobre o conceito de “juventude” e suas diversas concepções teóricas, levando em conta os aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos e políticos da juventude sul baiana; e (2) desenvolver estudos e levantamento do perfil dos jovens que estão situados nos municípios de abrangência do Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia, destacando-se os municípios de Ilhéus e Itabuna. Pretende-se traçar um mapa dos coletivos e segmentos juvenis organizados em suas diversas frentes de atuação e estabelecer um espaço de reflexão intitulado “Diálogos Juvenis Sul Baiano”.

Ao refletirmos sobre o conceito de juventude, é importante entendermos que o segmento juvenil possui especificidades e demandas que precisam ser levadas em conta pelo poder público municipal, estadual e federal. Ao tratarmos do tema em questão, é necessário levarmos em conta a heterogeneidade dos grupos juvenis, conforme suas vivências e experiências ao longo da vida, pois a transição da juventude até a fase adulta tem se tornado cada vez mais complexa, gerando demandas sociais específicas desses jovens, enquanto sujeitos sociais. Nesta perspectiva, é preciso ver a juventude para além somente da inclusão e participação, sendo necessário

criar condições e prever políticas públicas que possibilitem a ampliação e garantias dos direitos sociais, visando a redução das desigualdades tanto no Brasil, quanto no Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia.

O conceito juventude é definido como uma transição entre a adolescência e a fase adulta. Essa transição é complexa, heterogênea e reflete as inúmeras diversidades, contradições, avanços e retrocessos da sociedade.

As potencialidades adquiridas pelos jovens ao longo de suas vidas, bem como as oportunidades e obstáculos que experimentam nessa fase, podem influenciar a sua passagem para a vida adulta, com conseqüências também sobre o lugar que ocuparão na escala social e econômica no futuro. Alguns desses obstáculos são inerentes ao mundo dos jovens e outros são reflexos das transformações por que passa a sociedade brasileira como um todo, que atingem a população jovem de maneira diferenciada. (CAMARANO, Ana Amélia. MELLO, Juliana Leitão e, 2006, p. 14)

No Brasil, em 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 65, e o termo jovem passou a configurar na denominação do capítulo VII do título VIII da Constituição Federal Brasileira, assegurando um direito já garantido constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres. Essa Emenda Constitucional compõe o tripé do marco legal da juventude brasileira, que inclui também o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude.

O tema juventude ganhou mais visibilidade após a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2005. O debate e a elaboração de políticas públicas para a juventude tornaram-se mais presentes nos espaços públicos, abrindo, assim, um período de grande participação juvenil.

A discussão e elaboração teórica sobre o conceito de juventude - tendo como referência o protagonismo dos jovens nas lutas sociais, na definição e elaboração das políticas públicas, representa um marco importante da última década no Brasil. Com a implementação do projeto de pesquisa/extensão “Juventude sul baiana: perfil, protagonismo, diversidade e potencialidades”, pretende-se iniciar um amplo diálogo com coletivos juvenis atuantes nos municípios de Ilhéus e Itabuna.

Iniciamos a articulação com os jovens praticantes do skate na cidade de Ilhéus, levando-se em conta o processo de ocupação urbana e o protagonismo dessa juventude na reivindicação de espaços apropriados para a prática esportiva. Nosso objetivo é estender o diálogo entre universidade, a cultura esportiva e urbana juvenil, levando em conta os limites e as potencialidades relacionadas à prática do skate.

A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS ATRAVÉS DO SKATE: LIMITES E POTENCIALIDADES

O skate é concebido como uma prática cultural classificada entre os esportes radicais, de grande afinidade entre os jovens do mundo inteiro. A prática esportiva/cultural está organizada em sete modalidades (*vertical, street, longboard, freestyle, downhill speed, downhill slide*), segundo a Confederação Brasileira de Skate (CBSK).

A história do skate documentada no filme “*Lords of Dogtown*” exemplifica o processo que acompanha a evolução tecnológica da ocupação dos centros urbanos. O skate surgiu nas décadas de 60 e 70 entre os jovens da Califórnia (EUA).

Nos Estados Unidos da América, skate é chamado de skateboard, expressão que se traduzida em sua forma literal para o português possivelmente venha a significar algo como “tábua com rodas”. De início, a prática do skate se desenvolve neste país; principalmente em seu Estado da Califórnia, para depois despontar, anos mais tarde, em outras partes do mundo. (BRANDÃO, 2008, p. 07)

O skate era conhecido como “*surfinho*” em analogia ao *surf* – esporte praticado no mar. Na década de 60, alguns surfistas cariocas, que viajaram para o exterior, começam a exercer a modalidade no Brasil. É impossível falar da história do skate sem mencionar o seu caráter cultural/esportivo permeado pelo sentimento de emoção, aventura e novas descobertas. Trata-se de uma busca pela estesia, superação de limites, sensação de liberdade e expressão da criatividade. Seria essa a causa da popularidade do skate entre as culturas juvenis? E da apropriação feita dos espaços urbanos?

As três primeiras décadas da história do skate no Brasil são marcadas pelos seguintes eventos: (1) introdução do skate no país, especificamente no Rio de Janeiro entre 1960-1970; (2) proibição da prática do skate na cidade de São Paulo, final dos anos de 1980, pelo prefeito Jânio Quadros; (3) vigoroso aumento da prática esportiva e destaque dos skatistas brasileiros nas competições, na década de 1990 (BRANDÃO, 2011).

De acordo com Fábio Bolota, apresentador do programa *Let's go! skate radio*, a história do skate apresenta uma “*síndrome dos dez anos*” (*grifo nosso*), ou seja, a cada década alguma mudança na conjuntura política, social e/ou econômica brasileira afeta a prática do skate.

Na cidade de Ilhéus, não encontramos nenhum registro por escrito sobre o início da prática do skate. O documentário “*Ilhéus é Surf*”, apresenta os depoimentos dos primeiros praticantes do surf e do skate na cidade, por volta dos anos 70 e 80. O período de 2016-2020 marca um novo ciclo da prática esportiva/cultural, através da atuação dos coletivos, na ocupação dos espaços públicos da cidade. Os coletivos atuantes são: (1) “*Longboard Ilhéus Jah Bless*” - se concentra na avenida Canavieiras (Centro), no condomínio Brisas do Mar II (Rodovia Ilhéus-Olivença) e no condomínio Céu e Mar (Bairro Nossa Senhora da Vitória). Praticam o *longboard*; (2) “*Ilha Crew*” - se concentra na quadra poliesportiva da avenida Litorânea Norte (Bairro Malhado); (3) “*Skt. Evolution*” - se concentra na Praça São João Batista/Praça do Pontal (Bairro Pontal); (4) “*Interior da Rua Skateboarding*” (*ITR Skateboarding*) - se concentra na Avenida Princesa Isabel e na Praça da Prefeitura. À exceção do coletivo “*Longboard Ilhéus Jah Bless*”, os demais coletivos praticam a modalidade *skate street*.

Neste momento inicial do projeto de pesquisa/extensão, começamos o diálogo com o coletivo “*Interior da Rua Skateboarding*”, em função da proximidade com as lideranças e ações desenvolvidas. O coletivo destaca-se por apresentar uma estrutura de organização semelhante a um movimento social, com ações coletivas de caráter sócio-político, cultural e demandas específicas.

O coletivo “*Interior da Rua Skateboarding*”, teve início a partir do *teaser* - produção audiovisual feita para apresentar um filme que ainda será lançado, “*ITR: retrato do skate em Ilhéus*”, produzido pelo skatista e diretor de fotografia Flávio Rebouças, mais conhecido pelo apelido de “*Itacaré*”. O vídeo retrata a prática do skate *street* na praça JJ Seabra, calçadão Jorge Amado, e, no então desativado, Hospital e Maternidade Santa Isabel. O vídeo demonstra o quanto a falta de condições limita o desenvolvimento dessa prática esportiva e cultural. Essa inquietação motivou a criação do coletivo, que materializou sua primeira ação no dia 07 de setembro de 2016, através da realização do campeonato-manifesto na Quadra Poliesportiva da Avenida Soares Lopes.

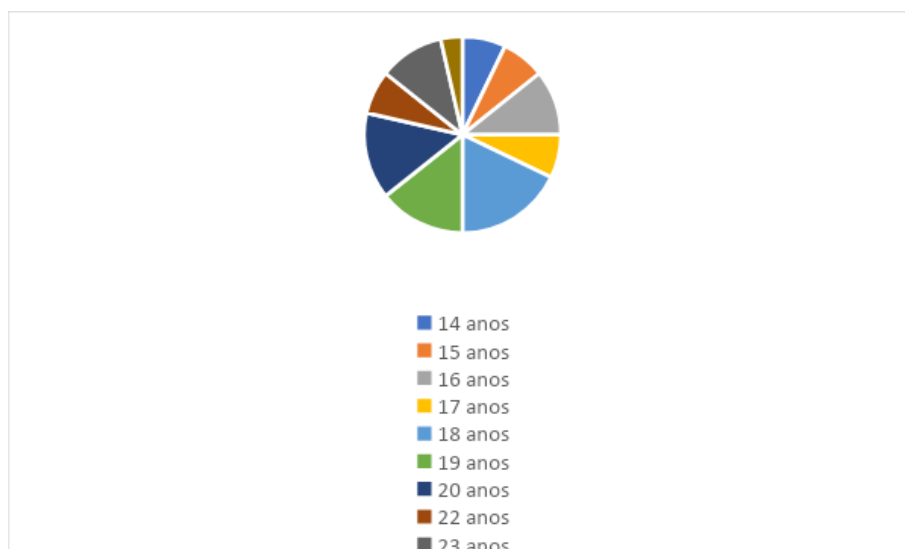
Em um diálogo realizado - através da plataforma digital *Google Meet*, com um dos integrantes do coletivo “Interior da Rua *Skateboarding*”, somos informados que a principal demanda social, atualmente, é a construção de mais espaços que possibilitem a prática do skate na cidade de Ilhéus, possibilitando uma maior divulgação e fomento da modalidade esportiva/cultural.

Para o coletivo, além do campeonato-manifesto, realizado em 2016, outras ações de apropriação do espaço urbano realizadas nos últimos anos, fruto de atuações dos coletivos do skate em Ilhéus, foram determinantes. São elas: (1) construção da Mini Rampa da Ponta da Pedra, localizada na Avenida Princesa Isabel, Centro de Ilhéus, concluída em 25 de Fevereiro de 2018 - obra situada abaixo da cabeceira da ponte Ilhéus-Pontal, inaugurada em 1966, pelo presidente Castelo Branco, e de frente para o maior estuário do Sul da Bahia; (2) realização de mutirões para revitalização da pista pública de esportes radicais (desativada desde 2010, após desabamento de rampas), situada na Avenida Soares Lopes - obra iniciada pelo coletivo em 10 de junho de 2018 e concluída em 2019, a partir de uma parceria público-privada realizada pela Prefeitura Municipal; (3) Construção de uma pista dentro do galpão onde funcionava o mercado Cesta do Povo (Projeto do Governo Estadual), em 09 de junho de 2019.

O “Interior da Rua *Skateboarding*” realizou uma ação cultural em 2019, intitulada “*Best Trick dos pivete*”. Para o coletivo, essa foi uma das ações mais importantes no sentido de reunir skatistas e simpatizantes da modalidade *skate street*. O evento foi realizado na praça JJ Seabra (situada no centro de Ilhéus) - um local muito popular entre os skatistas da cidade.

O Best Trick dos pivete é um importante marco para o nosso coletivo, pois envolveu tanto praticantes quanto plateia, assim atuando na formação de identidades e espectadores no universo da cultura skateboard. Além do mais, foi uma ação que mostrou para a sociedade o quão organizados estamos e os nossos potenciais de apropriação de espaços públicos ociosos. Neste caso, um espaço de frente ao poder legislativo da municipal (Câmara de Vereadores), vocês entendem o que isso significa para a nossa luta? (R.E.S, 28 anos)

Gráfico 1 – Perfil dos Participantes do “Best Trick dos pivete”



Fonte: questionário eletrônico de inscrição do evento.

Dos 28 participantes do “*Best Trick dos pivete*”, mais da metade (53,6%) estão na faixa etária entre 18 e 23 anos. Se considerarmos que a outra parte (46,1%), encontra-se na faixa etária

entre 14 e 17 anos, temos um público predominantemente jovem nessa primeira edição do evento. Em pesquisas futuras, pretendemos traçar um perfil mais apurado dos praticantes de skate em Ilhéus, levando-se em conta outras categorias para além somente da faixa etária.

Desenvolvemos um levantamento inicial com dados qualitativos e quantitativos referente aos coletivos de skate em Ilhéus, tendo por objetivo traçar um perfil desse segmento juvenil. Utilizamos com fonte de dados para este estudo inicial: revisão bibliográfica (artigos e material audiovisual), entrevista com liderança do coletivo “Interior da Rua *Skateboarding*” e dados do formulário de inscrição do evento “*Best Trick* dos pivete”.

O diálogo inicial com o coletivo “Interior da Rua *Skateboarding*” contribuiu para a identificação de algumas demandas sociais e de políticas públicas voltadas à adequação do espaço urbano para a prática esportiva/cultural do skate em Ilhéus.

Para dar continuidade às reflexões, pretendemos utilizar outras ferramentas, tais como: grupo focal, questionários, entrevistas, e rodas de diálogo organizados com os principais atores juvenis ligados ao skate ao qual intitulamos de “Diálogo Juvenil Sul Baiano”. Neste primeiro momento, face à pandemia do Covid-19, utilizaremos os canais virtuais, através do mapeamento das redes sociais, plataformas digitais e diálogos mediados pelas tecnologias disponíveis.

O papel do pesquisador se constitui como uma busca sistemática e rigorosa de informações, com a finalidade de descobrir a lógica e a coerência de um conjunto, aparentemente, disperso e desconexo de dados para encontrar uma resposta fundamentada a um problema bem delimitado, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento em uma área ou em problemática específica (CHIZZOTTI, 2006). Partimos da compreensão de que a pesquisa requer um esforço sistemático de construção de um conhecimento novo, assim como a apropriação das teorias já existentes por parte do pesquisador, no sentido de “não refutar a teorias existentes, mas trazer alguma coisa nova e original a elas para se afirmar no campo do saber e do poder” (CHIZZOTTI, 2006, p. 21).

Este projeto de pesquisa/extensão vai se desenvolvendo num caminho marcado por reflexões, contradições, construção do conhecimento, busca e coleta de dados que possam contribuir com a produção e sistematização de novos caminhos. A partir do olhar da juventude sul baiana, suas vivências, experiências e diálogos, pretendemos obter um estudo mais sistematizado das demandas e possíveis ações do poder público referente às políticas públicas que possam contribuir com uma maior participação e protagonismo da juventude na ocupação dos espaços urbanos através da prática esportiva/cultural do skate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse diálogo inicial com os coletivos de skate, com destaque para o “Interior da Rua *Skateboarding*”, pretendemos ampliar nossas reflexões sobre o papel da juventude na ocupação e reivindicação de políticas públicas específicas no município de Ilhéus, no que se refere aos espaços urbanos adequados para a práticas esportivas/culturais e de lazer.

A prática do skate vai muito além das questões esportivas, trata-se de uma prática cultural urbana, composta por diversos coletivos juvenis que possuem como bandeira comum: a reivindicação de espaços públicos adequados e seguros para a prática do skate.

Dentre as principais reivindicações dos coletivos, temos: (1) construção da Mini Rampa da Ponta da Pedra, localizada na Avenida Princesa Isabel; (2) realização de mutirões para revitalização da

pista pública de esportes radicais (desativada desde 2010, após desabamento de rampas), situada na Avenida Soares Lopes; (3) construção de uma pista dentro do galpão onde funcionava o mercado Cesta do Povo.

Tais reivindicações fazem parte de um movimento de valorização e estímulo da prática esportiva/cultural do skate. Considerando que o público é, em sua maioria, composto por jovens, torna-se necessário um olhar do poder público municipal para as demandas juvenis apresentadas pelos coletivos. É fundamental o estímulo, promoção e articulação do poder público junto à sociedade civil no estabelecimento de um diálogo social que vise a definição e elaboração das políticas públicas, com destaque para a juventude.

A cidade, pensada pelos skatistas como um paraíso de infindáveis possibilidades de lazer e diversão, acabou não sendo transformada somente pelo olhar transfigurativo do skatista, que lhe emprestou novos sentidos e funções, mas ela mesma acabou se modificando para disciplinar os filhos “rebeldes” que seu processo de urbanização ajudou a criar. (BRANDÃO, 2008, p. 22)

A apropriação dos espaços urbanos por essa juventude é vista pela sociedade ainda de forma muito marginalizada e equivocada - como vandalismo, anarquia e imprudência. No entanto, os coletivos de skate atuam e pensam sobre o espaço urbano, transformando-o e lutando por melhorias e preservação dos monumentos arquitetônicos. Além disso, reivindicam uma política pública que favoreça uma maior adequação dos espaços da cidade favorecendo também a mobilidade urbana.

Pretendemos continuar o diálogo com os outros coletivos para além do “Interior da Rua *Skateboarding*”, no intuito de aprofundarmos questões relacionadas ao perfil desses jovens, suas diversas formas de organização e outras demandas sociais relacionadas à prática do skate na cidade. De que forma podemos compreender os desafios e possibilidades desta modalidade esportiva/cultural que atua de forma ativa, ressignificando o espaço urbano?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Condição juvenil no Brasil Contemporâneo**. In ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.

ABRAMOVAY, Mirian; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: MEC, 2007.

BRANDÃO, Leonardo. **A cidade e a tribo skatista: juventude, cotidiano e práticas corporais na história cultural**. Dourados: UFGD, 2011.

BRANDÃO, Leonardo. **Entre a marginalização e a esportivização: elementos para uma história da juventude skatista no Brasil**. Revista de História do Esporte, 2008.

CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

Documentário “Ilhéus é Surf”. Acesso em 12/09/2020: https://www.youtube.com/watch?time_continue=140&v=jXGCFitjHCw&feature=emb_logo

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v.16, n. 47, mai-ago. 2011.

A PRAÇA PARA QUEM VIVE E QUEM PASSA: PRAÇA PIO XII NA CIDADE DE COARACI-BA

André Luis Silva Andrade

Discente de Geografia Bacharelado, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/DCAA
andre.silvaadl@hotmail.com

Amanda Arruda Pita

Discente de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/DCET
arrudaamanda@outlook.com.br

Maria Lícia Silva de Queiroz

Docente de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/DCET
licia@uesc.br

Tereza Genoveva Nascimento Torezani Fontes

Docente de Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/DCAA
tgfontes@uesc.br

RESUMO

As praças são utilizadas para inúmeras atividades ao ar livre, encontros, para descanso como lugar de permanência ou passagem. Normalmente nas cidades de pequeno porte as mesmas se tornam logradouros urbanos, sendo usufruído por boa parte de seus munícipes. O objetivo desta pesquisa é identificar as mudanças na organização do espaço geográfico da Praça Pio XII, a partir da construção da Igreja Matriz e os desafios desencadeados devido as variações na economia da microrregião Ilhéus-Itabuna, que acabou modificando o cenário do centro urbano no município de Coaraci-BA. Buscou-se entender quais suas funcionalidades atuais, quem vive e quem passa por ela. O método utilizado neste estudo foi a análise fotográfica em dados primários e secundários, revisão bibliográfica e utilização do *Google Earth Pro*, para compreensão de como a organização espacial foi modificada ao longo das gerações no entorno desta praça. Por meio da pesquisa identificamos que os setores públicos e comerciais se desenvolveram ao entorno da mesma.

Palavras-chave: logradouros urbanos; centro urbano; funcionalidades; organização espacial.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal, analisar a praça Pio XII localizada no centro urbano da cidade de Coaraci – BA como local de convivência e passagem para as pessoas que transitam nessa área.

O município de Coaraci está geograficamente situado na microrregião Ilhéus-Itabuna, a 14°40' de latitude sul e 39° 33' de longitude oeste, estando inserida na Bacia do Almada. Possui uma área total de 274,500km² (IBGE 2017), fazendo limites com os seguintes municípios: Almadina, Ibicaraí, Ibicuí, Ilhéus, Itajuípe e Itapitanga.

Com população estimada de 17 mil pessoas, este município tem sua economia local baseada na agropecuária, com ênfase na cacauicultura, no comércio de forma geral e atividades administrativas, cujo PIB per capita alcança R\$8.215,08 ocupando a 26ª colocação no ranking desta mesma microrregião (IBGE, 2017).

O que é uma praça

Para Macedo e Robba (2002 apud SILVA, 2018) as praças podem ser definidas pela sua vegetação e seus elementos construídos, sendo classificados em: Praça Jardim – quando possuem contemplação das espécies vegetais oferecendo aos cidadãos um contato com a natureza e a circulação; Praça Seca – quando possuem largos históricos ou espaços que suportam intensas circulações de pedestres; Praça Azul – quando existem corpos hídricos que se destacam na paisagem; ou, Praças Amarela – quando este espaço se encontra próximas das praias, sendo consideradas praças amarelas.

No Brasil, as primeiras praças foram nascendo junto com as primeiras vilas no período colonial, inspiradas nos modelos clássicas gregos e na organização estrutural dos assentamentos indígenas, devido ao modelo que os habitantes locais viviam, não se distinguindo muito do conceito tradicional que, Gomes retrata a praça como,

(...) espaço público constitui, desde os primórdios, de um referencial urbano marcado pela convivência humana. É, portanto, um importante equipamento histórico e cultural urbano que expressa o surgimento e o desenvolvimento de inúmeras cidades, especialmente, no Brasil (2007, p. 102).

Este mesmo autor observa que ao longo da história as praças eram construídas em frente das igrejas, sendo tradições desse período colonial. Com o passar do tempo, foram surgindo novas praças, as denominadas praças cívicas, estas se inserem próximas a prédios públicos e tem simbologia política (GOMES, 2007).

Com o advento da Internet, parte do público que frequentavam as praças com finalidade de lazer, acabam ocupando-se com novas ferramentas virtuais, deste modo, as praças não possuem o mesmo sentido de interação social, tornando mais funcional, ou seja, apenas para passagem. Com isto, urbanistas criam uma nova tendência, com intuito de trazer mais mobilidade as praças públicas, surgindo as praças contemporâneas/modernas. Nestes tipos de praças, destaca-se as cores vibrantes, artes em grafite, elementos e formas além de tecnologia. Para Caldeira (2007, p.35) “as praças contemporâneas, a partir dessas estratégias, reafirma sua vocação de espaço coletivo, reassumindo seu papel de principal espaço da cidade”. Seguindo mesmo pensamento, de acordo com Lima,

As praças contemporâneas são representadas em uma conjuntura urbana que aceita muitas formas de expressão. Da mesma forma que ocorre na praça moderna é marcada pelo uso contemplativo, pela vivência e pelo lazer ativo. As atividades comerciais, quando fazem parte, são reflexos da herança deixada pelas praças coloniais (2008, p.108).

Segundo o arquiteto Alex Sun (2008, p.19) as praças assumem um espaço público nas cidades de inúmeras formas e tamanhos, abrangendo lugares designados ou projetados para uso cotidiano.

Algumas funcionalidades de uma praça

Desde o processo de colonização das novas terras no continente americano, a coroa portuguesa seguia um determinado padrão em sua organização do espaço geográfico, as organizações nas praças não podiam ser diferentes, as primeiras e mais importantes eram localizadas nas áreas privilegiadas do litoral, geralmente próxima da igreja católica e das residências das principais famílias daquele período cujas funções centravam-se no convívio social e em seu uso religioso. Os moradores a utilizavam para diversas atividades de entretenimentos, visto que naquele período, o desenvolvimento do meio técnico científico informacional estava em ascensão, como aponta Deffontaines (1938, p. 299).

A praça serve de ponto de parada, onde as pessoas se divertem olhando, não ficando mais solitárias; fazer praça é o principal emprego do tempo dos habitantes, é a única ocasião que tem de se pôr a roupa de domingo segundo o costume do lugar; as casas que cercam a praça procuram ser luxuosas.

Atualmente, sabe-se que o índice de criminalidade vem crescendo consideravelmente no Brasil, e com isto a praça não propicia a sensação de segurança para os próprios munícipes. Isto é diagnosticado por Lima (2008, p. 100), quando diz:

Nas praças de cidades de porte médio a grande, cenas como práticas de atividades esportivas, bate-papo diário entre aposentados, casais namorando, jovens passeando, conversas no final da tarde têm sido cada vez menos comuns, em virtude de diferentes razões, dentre as quais podemos citar a falta de segurança e de manutenção dos equipamentos.

O que acaba demonstrando na forma de como a utilização e preservação da praça reflete na sensação de segurança de quem as usa, Martins em sua pesquisa consta que.

Hoje, observa-se que as praças não são mais usufruídas como em tempos passados. Antigamente, era o centro dos acontecimentos políticos e das festividades religiosas de atos cívicos e sociais. Nos finais de semana, moradores das zonas urbana e rural dirigiam-se as praças, pois ali havia diversão, o lazer de outras épocas, os encontros, o início de muitas histórias e o fim de outras tantas (2014, p. 2).

Os primeiros estudos sobre o comportamento das pessoas diante de praças públicas acabaram ganhando destaque na geografia urbana, sendo perceptível algumas variações na funcionalidade social de acordo com seus respectivos períodos seja o colonial, eclético, moderno ou contemporâneo, com objetivos de identificar quais são as funcionalidades desta, visto que os próprios ocupantes destes espaços públicos que alteravam sua paisagem ao longo do dia ou semana.

Com isto, observa-se que praças bem cuidadas, oferecem aos munícipes uma sensação de segurança, vê-se necessário a participação ativa dos gestores municipais na administração e manutenção das mesmas, a Praça Pio XII, demonstra ser um espaço bem cuidado, trazendo um cenário de segurança para suas diversas funcionalidades. O uso, por outro lado, não é mais como na época de sua criação, pois com o avanço da tecnologia novas opções de lazer acabam surgindo no mundo virtual, modificando a rotina presencial na vida das pessoas, levando novas funções para mesma, seja para o uso da função de contemplação, lazer cultural e esportivo, convívio social, comércio fast-food ou passagem.

METODOLOGIA

Esse estudo se limita em avaliar as funcionalidades da Praça Pio XII reveladas no modo como a mesma vem sendo utilizada pelos munícipes na cidade de Coaraci-BA. Este local é um ponto de referência e um cartão postal da cidade, tornando-a valorizada dentro do espaço urbano.

Sendo um levantamento descritivo e análise de imagens, os dados trabalhados foram:

- Levantamento bibliográfico do tema;
- Análise por fotografias e imagens da praça Pio XII, identificando sua transformação com o tempo;
- Observação da organização geográfica dos quarteirões no entorno da praça;

Utilização do Sistema de Informações Geográficas (SIG), para analisar e elaborar cartas temáticas. Foram utilizados o programa *Google EarthPro* e a ferramenta *Google Street View*, para georreferenciamento dos prédios públicos, privados e pontos comerciais, na área de estudo.

Utilização de registros fotográficos próprios e de outras fontes.

Observação *in loco* entre maio 2018 a dezembro 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da implantação da cacauicultura como principal produção econômica da região litoral sul baiana, “desde os anos de 1900 e 1935, foi observado um aumento significativo na produção de cacau” (PIASENTIN, 2014, p.64) importante no surgimento dos pequenos povoados que em um determinado período passam a ser comunidades, posteriormente distrito e pôr fim tem autonomia para receber sua emancipação política.

Ao longo do tempo, as regiões se transformam, mudam de forma e de conteúdo espacial em decorrência das metamorfoses provocadas pelas ações sociais, políticas e econômicas, mudando assim, seus atributos, seus limites e até mesmo suas denominações (TRINDADE, 2015, p.25).

Coaraci antes da emancipação como cidade em 1952, foi construída a Paróquia Nossa Senhora de Lourdes (Figura 1), que teve o início de suas obras em 1937 e estendeu-se por aproximadamente dez anos. A participação das famílias de alto nível social fora de suma importância para finalização desta obra (CERQUEIRA, 2002) nesta mesma localidade futuramente seria criada a Rua e Praça Pio XII.

Figura 1. Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes – 1957.



Fonte: IBGE, 2017.

Localizada numa área privilegiada no centro, a construção foi realizada em um dos pontos mais alto da cidade e ao seu redor foram instalados os prédios administrativos e residências das principais famílias daquele período sendo estas localizadas no sentido noroeste em relação a entrada da Igreja.

No período final da construção da Igreja Matriz, em 1967, a Praça Pio XII e a Paróquia Nossa Senhora de Lourdes já estavam finalizadas. Observa-se as habitações familiares ao redor da igreja e a praça já com os primeiros postes da rede elétrica, além da Rua Pio XII, pavimentada, indicando a circulação de automóveis pelo centro da cidade (FIGURA 2).

Figura 2. Praça Pio XII – 1967.



Fonte: IBGE, 2017.

Em primeira análise, a praça possuía uma vasta área dividida em 3 ambientes de acordo com a declividade do terreno, que permanece até os dias atuais, a parte inferior próxima a avenida, é mais plana, com espaço para calçada, áreas verdes com gramas, bancos e postes de iluminação característicos da época. Não possuía flora paisagística, tornando-se ideal para atividades festivas da igreja, debate político, além de ser ideal para instalações de parques e circos que vinham em festas como carnaval e São João.

Na década de 80, o prefeito Antônio Lima de Oliveira, realiza as primeiras obras de reforma na praça, tornando-a praça jardim, sendo executado os projetos paisagísticos com a plantação de árvores, fícus e amêndoas. Instala-se o semáforo na esquina da Rua Pio XII com a Avenida Juracy Magalhães, a principal avenida da cidade, que dá acesso à BA 262 (Figura 3).

Figura 3. Praça Pio XII - Meados do Século XX.

Fonte: IBGE, 2017.

Já no início do século 21, a praça Pio XII, demonstra poucas alterações em sua paisagem, sendo preservadas suas formas e funcionalidades. As raízes das árvores acabaram danificando parte do piso principal, deixando um cenário de descuido no início da década. Neste período, insere-se telefones públicos, dando acessibilidade à telecomunicação. Observa-se a presença de um ponto de ônibus na praça em acesso à Avenida Juracy Magalhães. Desde este período a praça torna-se ponto de referência para o transporte entre municípios circunvizinhos. (Figura 4). Em meados da década de 2010, por segurança este ponto de ônibus foi retirado do local.

Figura 4. Praça Pio XII – 2012.

Foto: G. Santos, 2012.

Atualmente a praça possui nova pintura e novo aspecto paisagístico, com novas árvores plantadas, um jardim com flores tropicais e outras variedades nativas e exóticas, distribuídas nos 3 pisos e nas extremidades, embelezando toda a praça durante a primavera, tornando-a um ponto de referência de quem vive e quem por ela passa (Figura 5).

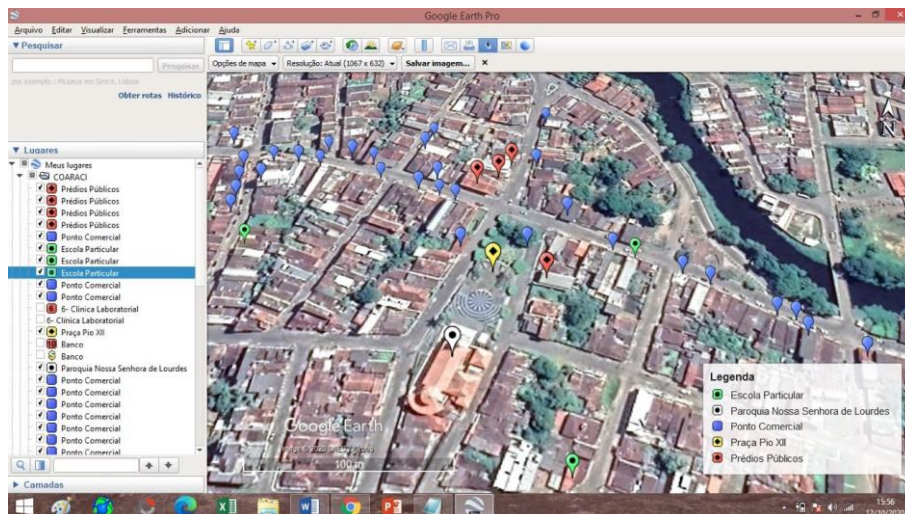
Figura 5. Praça Pio XII – 2018



Foto: A. Andrade, 2018.

A praça Pio XII foi construída em frente da Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes, localizada no centro da cidade, entre a Avenida Juracy Magalhães e a Rua Pio XII, ocupando uma quadra por completo. A administração se faz de modo compartilhado, pela prefeitura e igreja católica (Figura 6).

Figura 6 - Mapa Temático: Detalhe do entorno da Praça Pio XII



Fonte: Google Earth Pro - Alterado por A. Andrade, 2020.

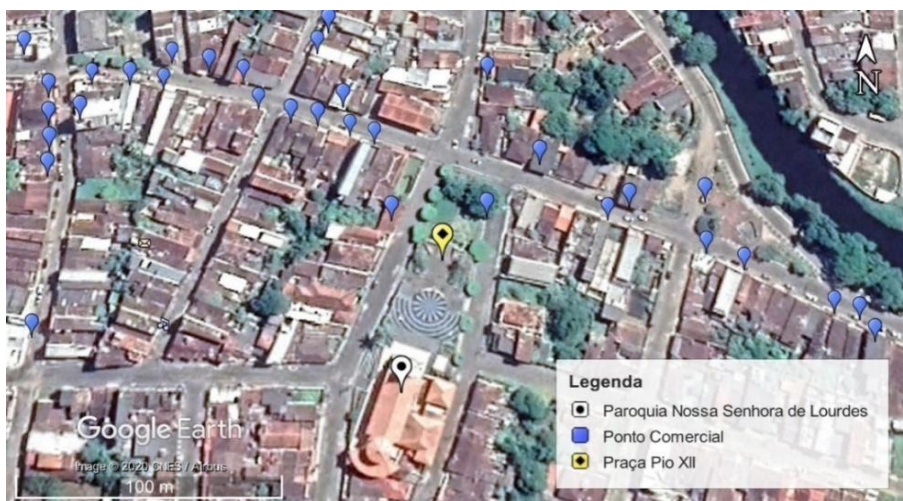
Foram observadas a localização espacial por imagem de satélite da Praça Pio XII para identificação dos prédios públicos, privados e pontos comerciais no entorno da Praça. Simbologia de identificação por coloração: verde, as escolas particulares; branco, a Paroquia Nossa Senhora de Lourdes; azul, pontos comerciais; amarelo, escolas e vermelha, prédios públicos. O levantamento abrange um raio de até 2 quarteirões para compreender como ocorreu a organização deste centro urbano. Foram investigados quais são os prédios públicos e privados que se encontram próximas ao local de estudo demonstrada na Figura 7, para posteriormente diagnosticar as funcionalidades da praça.

Figura 7. Mapa Temático: Detalhe do entorno da Praça Pio XII destacando os prédios públicos.

Fonte: Google Earth Pro - Alterado por A. Andrade, 2020.

Na figura 7, é possível observar que parte dos prédios públicos se encontram ao lado ou bastante próximos da Praça Pio XII, tornando-a uma rota de acesso entre estes espaços, intensificando o fluxo de pedestres em dias úteis, de serviços administrativos, e nos períodos letivos.

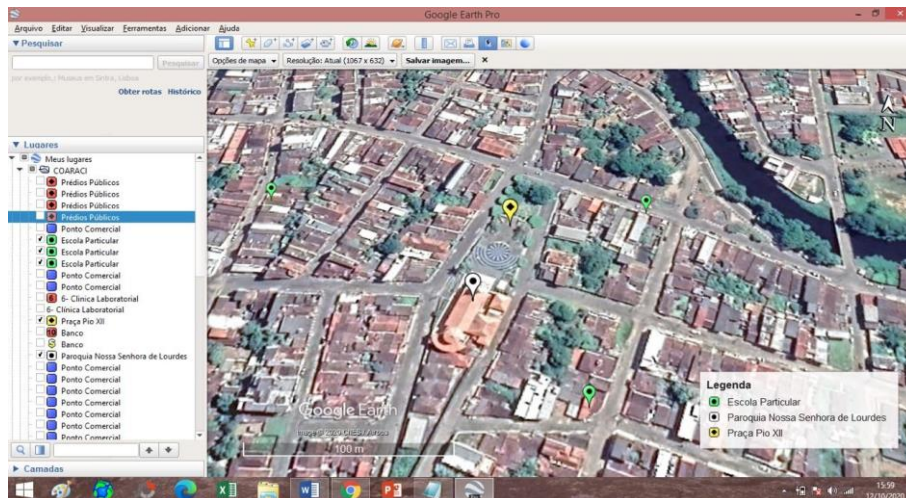
A figura 8, revela que a praça está centralizada em relação a um eixo de distribuição dos pontos comerciais, porém observamos que ocorre uma crescente demanda comercial no sentido Oeste da cidade em relação a praça Pio XII.

Figura 8. Mapa Temático: Detalhe do entorno da Praça Pio XII destacando os pontos comerciais.

Fonte: Google Earth Pro - Alterado por A. Andrade, 2020.

Assim, é possível afirmar que a maioria dos pontos comerciais surgiram na principal avenida da cidade - Av. Juracy Magalhães, ou próximo dela, e que a praça encontra-se no eixo desta avenida, que interliga as regiões leste e oeste da cidade e dá acesso a BA-262. Em função da localização observa-se o intenso fluxo de munícipes pelo local. Observa-se também, que dentro dos limites da área de estudo, localizadas três instituições particulares de ensino (FIGURA 9).

Figura 9. Mapa Temático: Detalhe do entorno da Praça Pio XII destacando as escolas.



Fonte: Google Earth Pro - Alterado por A. Andrade, 2020.

A localização das escolas torna a praça espaço de passagem diário dos estudantes, professores e familiares, potencializando a função de circulação de pessoas. Atualmente, no primeiro piso de acesso à Avenida Juracy Magalhães existem diversos elementos paisagísticos de concreto, que circundam as áreas plantadas e as separam da calçada. Tais polígonos de concreto servem de assento aos usuários, locais para descansarem. A rede elétrica é subterrânea deixando livre o espaço aéreo da praça, só ocupado pelas copas das árvores (Figura 10).

Figura 10. Da esquerda para a direita: vista aérea da praça Pio XII e Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes vista da praça Pio XII.

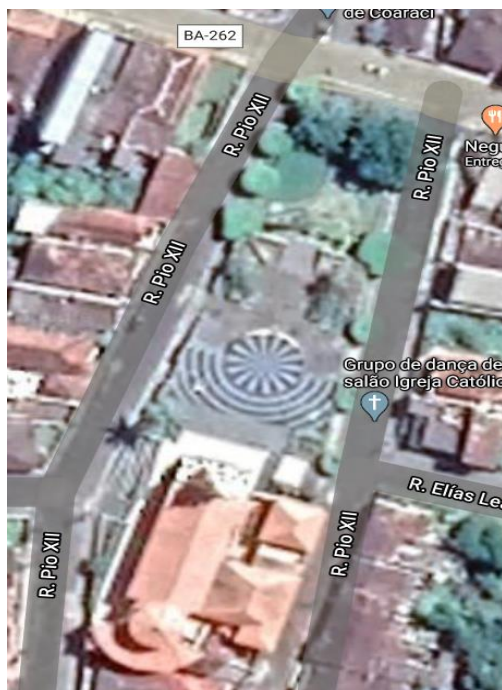


Foto: A. Andrade, 2018.

O centro da praça é dividido por uma escada central de acesso ao primeiro piso e duas escadas laterais, de acesso à rua Pio XII, e um pergolado de concreto, árvores e plantas exóticas. O destaque deste piso se dá para uma representação de uma gruta com a imagem da padroeira da cidade de Coaraci, N^ª Senhora de Lourdes (Figura 11).

Figura 11. Representação da gruta com a imagem da padroeira da cidade de Coaraci vista do Piso 2 da Praça Pio XII.



Fonte: A. Andrade, 2019.

Na parte superior, o terceiro piso, encontra-se um amplo espaço e uma escadaria de acesso a entrada principal da Paróquia. No eixo central existe um mirante que permite a visão mais ampla da paisagem, podendo ser observado a expansão territorial coaraciense no sentido sul-norte, revelando como as ocupações urbanas foram organizadas do outro lado do Rio Almada. (Figura 12).

Figura 12. Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes vista do terceiro piso da Praça Pio XII.



Foto: A. Andrade, 2018.

Nas manhãs dos dias úteis, o primeiro piso da praça transforma-se em “sala de espera” ao ar livre, para a prefeitura, o Serviço de Atendimento ao Cidadão, secretaria de educação e cultura, biblioteca municipal, escolas e outros serviços encontram-se nas proximidades da praça.

Neste mesmo local ao longo do dia jovens estudantes e trabalhadores utilizam desta parte da praça como ponto de embarque para os seus serviços, universidades e faculdades nos municípios de Itabuna e Ilhéus. Durante os dias úteis dois ônibus particulares saem do município rumo a instituições de ensino técnico, superior e centro comercial de Itabuna.

Pela noite, esta praça é um ambiente bem iluminado, que atraem famílias e diversos jovens, que frequentam o local para conversar, paquerar e até mesmo fazer um lanche aos finais de semana, já que nos dias atuais empresários locais instalaram um trailer de Fast-food (Figura 13).

Figura 13. Paisagem noturna da Praça Pio XII.



Foto: A. Andrade, 2019.

No seu centro, o espaço é normalmente utilizado para rodas de conversas. Possivelmente por dar uma sensação de um espaço um pouco mais reservado, já que o fluxo de pessoas é menor que na periferia. (Figura 14).

Figura 14. Paisagem noturna da Praça Pio XII.



Foto: A. Andrade, 2019.

A parte superior vem sendo utilizada ao longo de sua história para celebrações religiosas, e outros eventos culturais. Guardando as devidas proporções, remete aos antigos teatros gregos, onde o público se acomoda na própria escadaria.

Em alguns dias na semana esta parte da praça vem sendo utilizada para práticas de atividades físicas ao ar livre, geralmente no período da manhã ou final da tarde, que acaba atraindo as pessoas. A utilização deste espaço para as práticas de atividades físicas ao ar livre, até então, é para fins comerciais. Uma técnica para dar visibilidade, promover e divulgar os serviços dos instrutores e academias que oferecem as aulas ao ar livre. É a merchandising utilizando da praça para motivar e influenciar novos consumidores que por ali passam.

Sabemos que a praça é um ambiente de livre acesso e tem suas diversas funcionalidades, saber quem administrou o que fazem para mantê-la por tanto tempo preservada é um dos questionamentos que mais surgem, quando a mesma se encontra deteriorada ou sem iluminação, por exemplo.

A praça Pio XII, bem como outras praças do município de Coaraci, tem sua administração principalmente pelo Poder público, que utilizam dos recursos advindos do governo estadual/federal para reformas no que tange a pinturas, manutenções na rede elétrica, poda de árvores e limpeza da praça. Sendo estas as principais atividades que ajudam na preservação deste lugar, tais rotinas ocorrem anualmente a depender da situação que a mesma se encontra, garantindo assim, o bem-estar de quem desfrutam deste local. Com isto, o Poder público municipal tem cumprindo à risca tais cuidados com as praças públicas locais, deixando bem claro a partir das observações realizadas não só no local de estudo, mas em outras praças também.

Devido a inexistência de alguns equipamentos como playground, bancos, academias ao ar livre e até mesmo lixeiras, fica impossível observar algumas interferências no comportamento que os munícipes agem mediante a este local. É possível observar que a praça Pio XII mantém seus traços arquitetônicos de sua construção desde 1980, sendo preservados até os dias atuais, mas que pode ser adicionada futuramente pela gestão municipal, novos projetos com mais opções de lazer neste local, visando novas funcionalidades para esta praça.

É o espaço da praça sendo otimizado e diversificado, indo desde sala de espera, lugar de paquearas e conversas, recreações, devoções, diversões, alimentação e divulgação também. E por que não?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A locação das residências familiares, pontos comerciais e prédios públicos se estabeleceu nos arredores do quarteirão da praça da Igreja Matriz, valorizando essa área e tornando-a um espaço atrativo para diversas atividades. Fica notável na paisagem que as transformações ocorridas na Praça Pio XXI provem de pequenas reformas promovidas pelo poder público. As necessidades sazonais surgidas em recortes temporais específicos também são fator de modificações em sua estrutura. Na atualidade, é fato evidente o precário suporte de equipamentos básicos como lixeiras, bancos, abrigos para proteção de chuvas, o que denota uma certa falta de interesse do poder público na manutenção do espaço de uso e convivência popular. Vale ressaltar, a negligência para com o bem comum não está apenas atrelada aos governantes, parcela da população também contribui com a deterioração do espaço.

O que leva a refletir sobre a relação de respeito entre homem e meio, população e espaço. Até porque é importante frisar: o respeito para com o espaço o torna mais duradouro e agradável, postergando seu prazo de validade e garantindo maior sustentabilidade nos gastos públicos. Cuidar é essencial, em todos os aspectos.

Em município pequeno e com baixa arrecadação como Coaraci, onde há poucas opções de entretenimento, onde não existem cinemas, teatros e ou shoppings, as praças permanecem com o papel do espaço de lazer. Por isto, entender as suas funcionalidades e compreender a organização no seu entorno é fundamental a gestão pública, para o planejamento e intervenções em espaços desta natureza que são os espaços de vivência e interação social das populações locais. Os espaços das praças precisam simbolizar lugar agradável e seguro para que possam ser desfrutados, e isso é de responsabilidade do poder público.

Assim, as praças e a Praça Pio XII, permanecem na memória de quem vive e quem passa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDEIRA, J. M. **A praça brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

CERQUEIRA, E. D. de. **Coaraci: o último sopro.** Coaraci: 2002. Il. Mapas.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Bulletin de la Societe de Geographie de Lille.** n.9, p. 299-308, dez 1938.

GOMES, M. A. S. De largo a jardim: praças públicas no Brasil – algumas aproximações. Rio Claro: **Estudos Geográficos,** n. 5, p. 101-120, 2007.

IBGE, **História& Fotos,** História Coaraci Bahia- BA. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/coaraci/historico>> Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. **Território e ambiente,** panorama Coaraci Bahia- BA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/coaraci/panorama>. Acesso em: 16 ago. 2018.

LIMA, T. H. de S. As praças: história, uso e funções. **Revista de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Unimar.** n. 12, p.97-110, 2008.

MARTINS, G. A. F.; SILVA, J. G. da; GOMES, G. de O. A função das praças públicas no meio ambiente urbano: O caso da Praça Esportiva Belmar Fidalgo de Campo Grande – MS. **FIEP BULLETIN,** v. 84, p. 1-6, 2014.

PIASANTIN, F. B.; SAITO, C. H. Os diferentes métodos de cultivo de cacau no sudeste da Bahia, Brasil: aspectos históricos e percepções. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas.** v. 9, n. 1, Belém, p. 61-78, jan.-abr. 2014.

SILVA, A. A. da. **Requalificação e integração das praças 16 de agosto e engenheiro Paulo Marques dos Santos, em Teresina-PI.** 2018, p.52, Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário UNINOVAFAPI, Teresina, 2018.

SUN, A. **Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público.** 2ª edição. São Paulo: Senac, 2008.

TRINDADE, G.A. **Aglomerado Itabuna Ilhéus: rede urbana regional e interações espaciais.** Ilhéus: Editus, 2015.

ÁRVORES URBANAS E AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA.

Maely de Souza da Silva

Discente do Curso de Engenharia Civil DCET/UESC
maelydsds100@gmail.com

Sarah Silva Sousa

Discente do Curso de Engenharia Civil DCET/UESC
sarahsilvasousa@gmail.com

Clara Campos dos Santos

Discente do Curso de Engenharia Civil DCET/UESC
clara.engenhariacivil@gmail.com

Agna Almeida Menezes

Docente do Curso de Agronomia DCAA/UESC
agna@uesc.br

Tereza Genoveva Nascimento Torezani Fontes

Docente do Curso de Geografia DCAA/UESC
tgfontes@uesc.br

RESUMO

Planejamento urbano compreende soluções de desenvolvimento concernente ao ambiente construído, que resulte em uma conduta que proporcione benefícios à população habitante desse ambiente, contemplando em conjunto todos os subsistemas em suas dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais. Desta forma o projeto de extensão “Cidade Imaginada... Cidade Possível” se dedica dentro do tema Árvores Urbanas, atrelado as dimensões da sustentabilidade, atingir as pessoas estimulando sua participação na criação de uma cidade sustentável.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Urbanização; Arborização; Dimensões de Sustentabilidade; Planejamento Urbano.

INTRODUÇÃO

O projeto Cidade Imaginada, Cidade Possível é um projeto de extensão universitário, ativo desde 2018. O projeto atua em dois ambientes, o presencial e o virtual, vinculando na web ou levando às escolas de Ensino Fundamental I e II, exposições de imagens, palestras e oficinas, com temáticas anuais versando sobre temas urbanos. O objetivo é sensibilizar, especialmente os jovens, para as condições cênicas dos espaços, conscientizando-os da sua condição de agente transformador, instigando a intimidade na relação habitante local habitado, fomentando a atitude conservacionista e buscando fazer surgir, ou ressurgir, a afetividade entre cidadão e cidade.

Neste contexto criou uma linha de trabalho intitulada Árvores Urbanas que trata o tema, na perspectiva da educação ambiental, mostrando como os “indivíduos” vegetais, as árvores, convivem com os elementos construídos e com os indivíduos humanos, as pessoas, coabitando um mesmo espaço, as cidades. Acreditando que o conhecimento é um determinante na edificação da harmonia no ambiente.

A proposta é apresentar a temática de modo a contribuir no processo formativo de crianças e adolescentes, utilizando para isto uma visão sistêmica ou integrada das dimensões de desenvolvimento sustentável (social, econômica, ecológica, espacial e cultural) transversais à temática: árvores urbanas!

Por isto objetivou com este estudo demonstrar um paralelo entre o tema Árvores Urbanas e as dimensões do desenvolvimento sustentável como proposta metodológica para abordagem do tema.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de sustentabilidade é empregado para uma gama de setores da atividade humana. Mas, de modo geral, a sua origem deriva do conceito de desenvolvimento sustentado que, pode ser resumido em: unir o crescimento econômico à justiça social e à conservação ambiental, já pensando no bem estar dos que estão por nascer. Por isto este entendimento começou a ser discutido na década de 60 ganhou a sua versão oficial só 20 anos depois, e assim modificou o modo de produção e de consumo no mundo, por meio da constatação de que os recursos naturais não são infinitos.

Nestes termos, a inclusão dos direitos das “gerações futuras” de herdarem um mundo onde possam sobreviver, mexe com a economia, a política, as relações internacionais e o cotidiano das pessoas.

A sustentabilidade por sua vez é incluída como dimensões ou subsistemas do desenvolvimento sustentável, e são eles: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade geográfica e sustentabilidade cultural.

As definições de Sachs (2000) e Brasil (2000) (Quadro 1), ambas relacionadas ao planejamento de desenvolvimento, explicam tanto o conceito de cada subsistema como diretrizes para o alcance da sustentabilidade em cada um deles.

Quadro 1 – Conceitos dos subsistemas do desenvolvimento sustentável

Subsistemas	Sanchs	Brasil
Social	Entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento e orientado por outra visão do que é a boa sociedade. O objetivo é construir uma civilização do "ser", em que exista maior equidade na distribuição do "ter" e da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados	Ancorada no princípio da equidade na distribuição de renda e de bens, no princípio da igualdade de direitos a dignidade humana e no princípio de solidariedade dos laços sociais
Econômica	Possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. Uma condição fundamental para isso é superar as atuais condições externas, decorrentes de uma combinação de fatores negativos: o ônus do serviço da dívida e do fluxo	Avaliada a partir da sustentabilidade social propiciada pela organização da vida material

	líquido de recursos financeiros do Sul para o Norte, as relações adversas de troca, as barreiras protecionistas ainda existentes nos países industrializados e, finalmente, as limitações do acesso à ciência e à tecnologia. A eficiência econômica deve ser avaliada por meio de critérios de lucratividade micro empresarial	
Ecológica [ambiental]	Que pode ser incrementada pela intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas - com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida - para propósitos socialmente válidos; pela limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recursos; autolimitação do consumo material pelos países ricos e pelas camadas sociais privilegiadas em todo o mundo; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas e que utilizem de modo mais eficiente os recursos para a promoção do desenvolvimento urbano, rural e industrial; e pela definição das regras para uma adequada proteção ambiental	Ancorada no princípio da solidariedade com o planeta e suas riquezas e com a biosfera que o envolve
Espacial	Voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, com ênfase nas questões de concentração excessiva nas áreas metropolitanas; destruição de ecossistemas frágeis, por processos de colonização descontrolados; promoção de projetos modernos de agricultura regenerativa e agro florestamento; ênfase no potencial para industrialização descentralizada, associada a tecnologias de nova geração, com especial atenção às indústrias de transformação de biomassa e ao seu papel na criação de empregos rurais não agrícolas; estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade	Norteadas pelo alcance de uma equanimidade nas relações inter-regionais e na distribuição populacional entre o rural/urbano e o urbano
Cultural	Em busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando proces-	Modulada pelo respeito à afirmação do local, do regio-

	sos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local	nal e do nacional, no contexto da padronização imposta pela globalização
--	--	--

Cotidianamente, os subsistemas mais utilizados para definição de sustentabilidade são social, ecológico e econômico, já que os outros dois, espacial e cultural, são derivações. Sustentabilidade espacial pode ser avaliado como a união entre social e econômico, enquanto cultural pode ser avaliada como uma interface entre social e ambiental (socioambiental).

Preceitua-se que a sustentabilidade só poderá ser atingida se todos os subsistemas forem considerados em conjunto, e ela será tanto maior quanto mais alinhados estiverem (Nambiar & Brown, 1997). Embora se possa entender a necessidade dessa contemplação conjunta, em muitas situações, regiões ou países, as sustentabilidades econômica e social estão sujeitas à considerável grau de imprevisibilidade, ditado por mudanças de políticas e de anseios e conceitos pessoais, o que faz com que uma coisa que é sustentável num momento deixe de ser em outro. Essas alterações não são necessariamente determinadas pela sustentabilidade ecológica ou biológica. Ademais, há nesses dois tipos de sustentabilidade um forte grau de subjetividade, o que dificulta um tratamento ou uma conceituação mais precisa e previsível. Por outro lado, a sustentabilidade ecológica ou biológica, a despeito da considerável falta de informação, é ditada por processos e mecanismos predizíveis (Barros e Comerford, 2002).

Para Mello (2001) o princípio da sustentabilidade e a interligação destes subsistemas, que formam, conformam e transformam o atual princípio do crescimento econômico e industrial ilimitado. Concluindo, portanto, que sustentabilidade é o modo de sustentação, ou seja, da qualidade de manutenção de *algo*. Este *algo*, “somos nós”, nossa forma de vida enquanto espécie biológica, individualidade psíquica e seres sociais. Obviamente, que também se inclui no princípio da sustentabilidade, o meio ambiente - *lato sensu* - e as demais formas de vida do planeta — afinal, embora o ser humano possua autonomia de existência, não possui independência da natureza. Por mais que nos mostremos seres socioculturais, ainda somos, também, seres biológicos!

Mais recentemente, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015, composta por 193 Estados-membros, dentre eles o Brasil, aprovou o documento intitulado “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”. Neste documento foram estabelecidos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que para o alcance há necessidade de uma parceria global com o engajamento de todos – governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e ONU.

No Brasil o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) tem a função de assessoramento técnico permanente aos seus trabalhos de implantação da Agenda 2030. Para isto, coordenou, em 2018, o processo de adequação das metas globais à realidade brasileira, considerando as estratégias, os planos e as políticas nacionais que podem promover a garantia do desenvolvimento sustentável na próxima década.

Dentre os ODS destaca-se o de número onze: *tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*.

Neste objetivo foram enumeradas 10 metas, todas adaptadas para o Brasil. Dentre elas, o Projeto Cidade Imaginada, Cidade Possível, faz um recorte das metas 11.3 e 11.7 descritas no Quadro 2, que mostra a meta global, a adaptação feita no Brasil e as justificativas para adequação.

Quadro 2 – Teor das Metas 11.3 e 11.7, global e adaptadas no Brasil com justificativa

Meta	Global	Brasil	Justificativa
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países.	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação	<ol style="list-style-type: none"> 1. A redação da meta foi adaptada para se enfatizar o papel da governança urbana e da participação social para a promoção de uma "urbanização inclusiva e sustentável". O planejamento participativo é condição necessária, mas não suficiente para ter urbanização sustentável. 2. A legislação federal brasileira já reconhece a relevância da participação social no planejamento e gestão das áreas urbanas, embora ainda seja um desafio para muitas cidades o fortalecimento de sua governança urbana com forte componente de participação social. 3. Existem muitos desafios para gestão participativa acontecer na prática. Sugeriu-se destacar no texto aumento do controle social, que envolve não apenas a participação social no planejamento e gestão, mas também no monitoramento e avaliação das políticas.
	11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. A redação da meta foi modificada de forma a ser mais abrangente e incluir "demais grupos em situação de vulnerabilidade". 2. A meta parece combinar (a) questões de segurança pública envolvendo a redução de índices de criminalidade, com (b) questões de planejamento do espaço urbano de modo a facilitar o acesso físico a espaços públicos e áreas verdes

Fonte: Ipea (2018)

Concomitante a criação da Agenda 2030, nas mesmas bases do desenvolvimento sustentável, foi criada a proposta de cidade sustentável, definida por IBAM (2016) como aquela em que os elementos do ambiente natural (água, solo, atmosfera e biodiversidade - fauna e flora), os elementos do ambiente construído (infraestruturas construídas em exercício de funções produtivas) e os elementos humanos interagem em simbiose em meios urbanos buscando-se a projeção qualitativa e duradoura de cada elemento no tempo.

No guia de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS para produção de indicadores e para metas de sustentabilidade urbana Wissenbach et al (2019) descreve que o planejamento e desenho urbano compõe o conjunto de soluções urbanísticas e de desenho relacionado ao ambiente construído, e que impliquem em uma abordagem sistêmica e integrada das suas dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais.

Percebe-se, portanto, que o tema árvores urbanas ou a arborização deve ser incorporada à prática de planejamento urbano, levando-se em consideração os benefícios que esta proporciona à cidade e à população que nela habita de modo a obter o convívio harmonioso entre esta e o meio urbano (PORTO; BRASIL, 2013).

METODOLOGIA

Por meio de palestras e oficinas disponibiliza-se ao público informações iniciais para possibilitar uma discussão e a construção da percepção sistêmica do tema árvores urbanas, por meio de elaboração de mapas mentais ou organogramas.

Assim, para cada subsistema são formulados questionamentos sempre nos vieses de ameaças versus oportunidade e/ou benefícios versus malefícios (Quadro 3).

Quadro 3 – Questionamentos para confecção e mapas mentais na temática árvores urbanas utilizados em oficinas

Social	Econômico	Ecológico	Espacial	Cultural
O objetivo é construir uma civilização do "ser", em que exista maior equidade na distribuição do "ter" e da renda..	Possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado...	Incrementada pela intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas...	Voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas...	Em busca das raízes endógenas dos modelos ... ecodesenvolvimento respeitando especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local

<p>Como este conceito se aplica à temática? Há alguma relação entre distribuição de renda e arborização? Você escolheria a construção de uma escola ou um parque? Arvores faz bem para quem?</p>	<p>Como este conceito se aplica à temática? Há alguma relação entre distribuição de renda e arborização? Você escolheria a construção de uma escola ou um parque? Quanto custa?</p>	<p>Como este conceito se aplica à temática? Que tipo de árvore é melhor, as floridas ou as que produzem frutos? As que crescem rápido ou lentamente?</p>	<p>Onde plantar? Que espécie? Um parque ou uma avenida?</p>	<p>Que espécie? Podar ou não? Colher flores ou frutos? Sombrear? Onde plantar?</p>
--	---	--	---	--

Ao final busca-se produzir mapas que demonstrem que as decisões devem buscar uma maior intersecção entre os subsistemas. Para isto são criados mapas com esferas de modo a demonstrar que a sustentabilidade será atingida quanto maior for a área de intersecção entre as esferas (Figura 1).

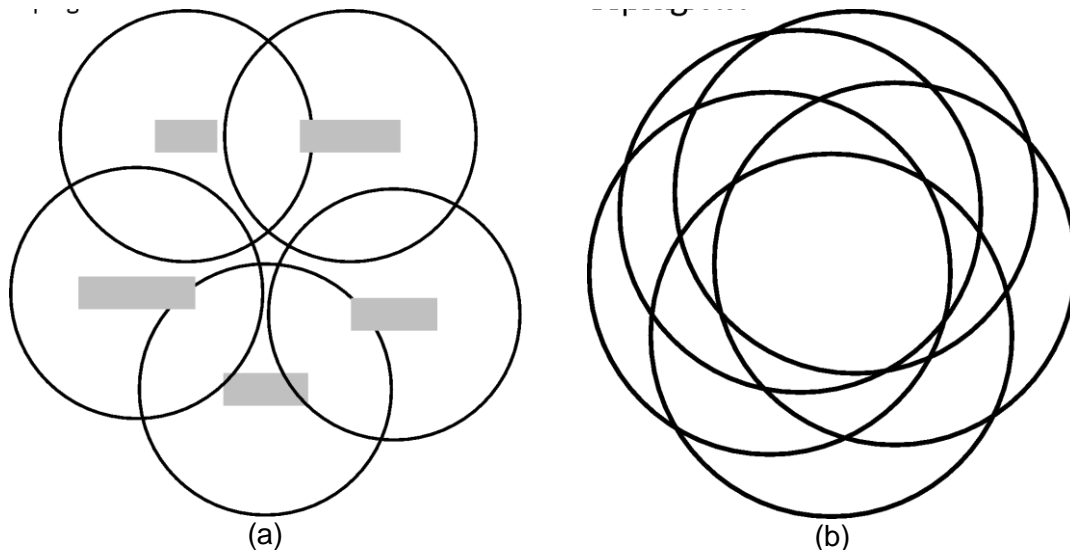


Figura 1- Exemplo de mapa mental para entendimento da interação entre os subsistema da sustentabilidade. (a) não sustentável (b) sustentável.

Esta metodologia também aplicada para o entendimento das metas 11.3 e 11.7 do ODS 11. De modo, por exemplo, considerar que a participação das pessoas nas decisões é fundamental para a criação de uma cidade sustentável. Assim como, apesar de todas as outras variáveis envolvidas na meta 11.7 (*Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade*) deve-se entender que para ter acesso a áreas verdes, a condição primordial é que ela exista!

Por fim o método também busca contribuir para que as afirmativas individuais, tipo: Eu sei! Eu quero! Eu faço? Sejam substituídas por afirmativas do coletivo, tipo: Eu percebo! Eu compreendo! Eu proponho.

RESULTADOS

O contexto atual, imerso em uma pandemia que exige o distanciamento social, dificulta a execução da proposta metodologia, impedindo a observação de resultados, haja vista que a prática educativa se estabelece em meio ao espaço de interação e reflexão. Contudo aguarda-se que seja restabelecido o cotidiano antecedente, o qual esteja adequado a implementação do plano pelo projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, N. F. e COMERFORD, N. B. Sustentabilidade da produção de florestas plantadas na região tropical. In: ALVAREZ V., V. H.; SCHAEFER, C. E. G. R.; BARROS, N. F. et al. **Tópicos de ciência do solo**. Vol.2, Viçosa, SBCS, 2002. (487-592p.)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ciência & tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Políticas públicas para cidades sustentáveis: integração intersetorial, federativa e territorial. Rio de Janeiro: IBAM, MCTIC, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Metas Brasileiras. Relatório. 2018. (Acessível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf)

MELLO, R. F. L de. Complexidade e Sustentabilidade. www.ufpr.br. 2001

NAMBIAR, E.K.S. & BROWN, A.G. Towards sustained productivity of tropical plantations: science and practice. In: NAMBIAR, E.K.S. & BROWN, A.G. **Management of Soil, Nutrients and Water in Tropical Plantation Forests**. Canberra, ACIAR, 1997 (527 – 555p)

PORTO, L. P. M.; BRASIL, H. M. S. Manual de orientação técnica da arborização urbana de Belém: guia para planejamento, implantação e manutenção da arborização em logradouros públicos. Belém, UFRA, Amazonas, 2013.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

WISSENBACH, T et al. Guia de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS para produção de indicadores e para metas de sustentabilidade urbana. Programa Cidades Sustentáveis, julho 2019

CARTOGRAFILME: UMA ALTERNATIVA INTERDISCIPLINAR PARA LEITURAS COLETIVAS DO ESPAÇO URBANO

Autora: Maria Clara Matos Quintela

graduanda, Faculdade de Arquitetura/UFBA

mcmatosq@gmail.com

Coautora: Tainá Oliveira dos Santos

graduanda, Faculdade de Arquitetura/UFBA

tainaoliv3@gmail.com

RESUMO

O trabalho apresentado, produzido em 2019 para uma disciplina universitária, propôs realizar leituras de espaços públicos e desenvolver um projeto colaborativo com moradores do bairro da Boca do Rio em Salvador, Bahia. Visando aproximação com o território e seus moradores e compreensão das dinâmicas, utilizaram-se metodologias de Cartografia Social e Leituras Comunitárias, promovendo oficinas, entrevistas, rodas de diálogo e levantamento de dados. A partir das concepções da comunidade, identificaram-se questões importantes do bairro, destacando-se o comércio informal, prática ativa evidenciada na Praça do Fim de Linha. Assim, surgiu o longa-metragem “CARTOGRAFILME: O Fim de Linha na Boca do Povo”, compreendendo o potencial na união entre cartografia e audiovisual, para promover reconhecimento ao trabalho dos vendedores informais. O projeto traz reflexões sobre outras possibilidades de se pensar o urbanismo, enfatizando a função social da universidade, suas relações com a comunidade e a importância das visões interdisciplinares nos estudos das cidades contemporâneas.

Palavras-chave: espaço público, audiovisual, cartografia social, Boca do Rio, Salvador.

INTRODUÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O ARTIGO

As leituras do espaço público são imprescindíveis à compreensão e produção das cidades, seus funcionamentos e dinâmicas. Existem muitas técnicas e metodologias reconhecidas que possibilitam essas leituras. Entretanto, os estudos urbanísticos retratam temas de grande complexidade, que atravessam múltiplas dimensões sociais, culturais e políticas, que devem ser analisadas sob diversas perspectivas, para além do olhar acadêmico convencional.

Assim, uma das motivações deste trabalho foi a oportunidade de explorar o potencial existente nas práticas interdisciplinares, integrando diferentes áreas de conhecimento para realização de leituras mais “vivas” da cidade, a partir de trocas de saberes e experiências reais, com os usuários rotineiros desses espaços.

Espera-se que este projeto possa incentivar a quem quer que venha a se interessar por estudos urbanos participativos, sejam membros acadêmicos, profissionais da área ou não, de modo a pensar e criar novas propostas no âmbito de um urbanismo mais “real”. Acredita-se que, fomentando reflexões positivas sobre a relação entre sociedade e universidade, é possível proporcionar novas concepções, mais condizentes com a realidade de quem vivencia a cidade, fora dos padrões nos quais tentam encaixá-la.

Desse modo, o projeto objetiva a experimentação de caminhos alternativos possíveis para leituras coletivas da cidade, a partir da junção entre Cartografia e Audiovisual e da apreensão de diferentes olhares, compreendendo os espaços urbanos contemporâneos a partir de suas dinâmicas e multiplicidades.

APROXIMAÇÃO COM O BAIRRO DA BOCA DO RIO

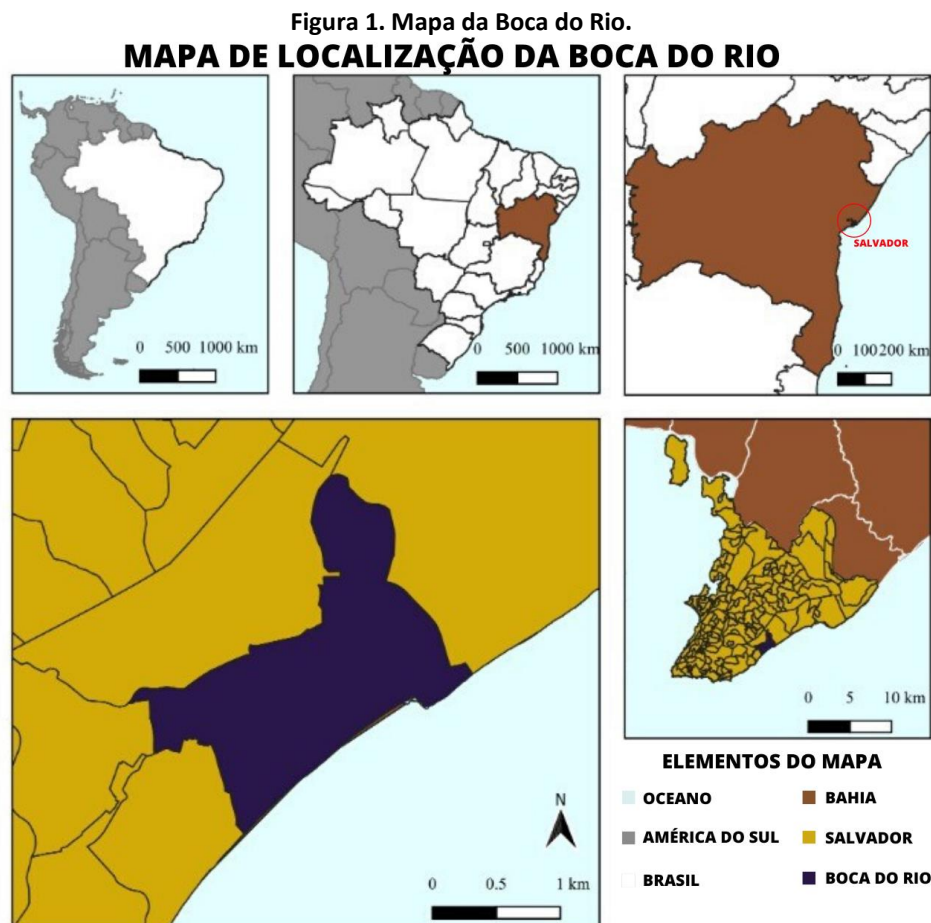
Ponto de partida

O ponto de partida do projeto se deu ao decorrer de uma disciplina universitária que trazia como proposta realizar leituras de espaços livres e públicos de Salvador, tendo como eixo inicial a orla marítima.

Sendo a cidade majoritariamente rodeada por mar, e tendo as outras equipes escolhido áreas da Baía de Todos os Santos, o grupo optou por estudar o Litoral Atlântico, para haver maior diversidade nos trabalhos da turma. Foi orientado que a região escolhida apresentasse questões relevantes relacionadas a temáticas urbanísticas, que provocassem inquietações e motivassem o desejo de pesquisa.

Após análise de diversos materiais como mapas, censos, legislações, entre outros, além das próprias concepções e percepções da equipe em relação à Orla Atlântica, viu-se que existia um trecho no meio da sua extensão que despertou interesse do grupo, por diversos fatores, que serão detalhados a posteriori.

Havia ali um objeto de estudo com grande potencial, um lugar com características e dinâmicas singulares, ponto de convergência de diversas questões espaciais, socioculturais e históricas importantes de se pesquisar e refletir: a Boca do Rio.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE, 2019

A Boca do Rio

A Boca do Rio é um bairro de forte relevância cultural na história soteropolitana e também nacional, sendo conhecido por suas famosas praias como o Corsário e a Praia dos Artistas. Foi berço de manifestações artísticas e políticas marcantes a partir dos anos 60, como o Tropicalismo, movimento musical de forte influência também nas artes plásticas, teatro e cinema que buscava distanciar-se do intelectualismo erudito a fim de reconhecer a verdadeira cultura popular brasileira. Foi ícone de resistência contra a Ditadura Militar da época, expressando o sentimento de insatisfação quanto ao silenciamento causado pelas repressões políticas (CULTURA TODO DIA s.d).

Entretanto, apesar de seu valor histórico, o território é marcado por um evidente contraste social, principalmente comparando-se aos bairros do seu entorno, majoritariamente elitizados. A Boca do Rio, embora culturalmente rica, apresenta diversas problemáticas urbanas, como situações de precariedade de habitação e de serviços básicos, fatores que devem-se a múltiplas questões sociais e históricas, que serão apresentadas a seguir.

Sua localização geográfica influenciou nas características do seu desenvolvimento. A região começou sua formação a partir da pesca, nos arredores da desembocadura do Rio das Pedras, por negros escravizados que fugiam, em busca de sustento e sobrevivência. Nos anos 60, houve um marcante adensamento populacional: comunidades retiradas de ocupações de outros bairros instalaram-se informalmente nas imediações, construindo barracos de madeira, taipa e palha (BOCA DO RIO CULTURAL, 2011; CULTURA TODO DIA, s.d.). Assim, o traçado urbano do bairro constituiu-se em meio à informalidade do uso do solo.

A oferta local de serviços públicos essenciais só oficializou-se nos anos 80, porém insatisfatoriamente, de modo que funções básicas de infraestrutura como água, esgoto, transporte, coleta de lixo, asfaltamento e energia ainda mantêm-se em condições precárias em diversas partes do bairro, até os dias atuais. (LUTA DIÁRIA, s.d)

Sendo distante do centro histórico da cidade, a região, antiga fazenda, tornou-se um local convidativo para artistas e famílias ricas que estabeleciam lá suas casas de veraneio, encantados com a fauna e flora local com belas dunas, mangues e praias (BOCA DO RIO CULTURAL, 2011). E, embora muito da riqueza biológica tenha se perdido ao longo dos anos, os atrativos naturais das praias são fatores que atraem pessoas ao bairro até os dias atuais, bem como os movimentos culturais e o comércio local, que fazem da Boca do Rio um lugar tão interessante.

Alguns dados, entretanto, mostram também um território abalado pela desigualdade social. Segundo a CONDER (2016), com base em dados do IBGE (2010), quase metade dos domicílios no bairro eram considerados Aglomerados Subnormais, caracterizados por “ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia [...] para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação” (IBGE, s.d), também conhecidos popularmente como “favelas”.

Assim, o bairro tem em toda sua abrangência áreas classificadas como Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS-1) pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (2016), caracterizada por assentamentos precários, irregulares, ocupados majoritariamente por pessoas de baixa renda e localizados em terrenos onde haja interesse público em realizar regularização fundiária e construir Habitações de Interesse Social e Habitações de Mercado Popular.

Ainda segundo os dados da CONDER (2016), a Boca do Rio é um dos bairros mais negros de Salvador, com um total de 80,04% da sua população autodeclarada negra, somando pretos (29,56%) e pardos (50,48%). A questão racial possui relação com os dados econômicos e socio-culturais apresentados anteriormente, visto que o racismo estrutural contra negros, decorrente do longo processo histórico de escravização no Brasil, é uma herança que repercute fortemente até os dias atuais, em sérias injustiças sociais. (ALMEIDA, 2018)

Históricos, culturais, sociais, econômicos: são múltiplos os fatores que podem ser estudados no território da Boca do Rio. Todos eles são intrinsecamente conectados, e precisam ser analisados conjuntamente para uma melhor compreensão das características e especificidades que fazem do bairro um lugar tão único e plural.

Análise de dados

É importante a realização de uma análise técnica para uma caracterização espacial de um território, pois esses dados encontrados em documentos de censos, mapas oficiais, leis e estatísticas auxiliam no seu entendimento. Porém, mesmo com todas essas informações, ainda não se faz possível uma leitura efetiva do bairro e suas singularidades, sendo necessário análises e entendimentos mais profundos.

Muitos desses materiais levantados provêm de fontes técnicas formais, por vezes desatualizados, criados a partir de pontos de vista técnicos de “fora” do contexto analisado. Assim, essas dados obtidos por meios convencionais não conseguem abarcar toda dinamicidade e complexidade do bairro e suas relações, e não permitem uma leitura diversa das múltiplas dimensões urbanas. Daí vê-se a importância da realização de pesquisas em campo, não baseando-se apenas em informações remotas, mas buscando dados ‘*in loco*’, para uma leitura mais ampla.

Aproximação

Embora a equipe já conhecesse um pouco o bairro, foram realizadas algumas visitas de aproximação no território, porém havendo então um olhar mais atento e aprofundado e bases teóricas previamente estudadas em sala, que proporcionaram um melhor entendimento socioespacial.

Para realizar uma leitura mais significativa, além do contato com o território, percebeu-se também necessário conhecer os sujeitos atuantes daquele lugar, aqueles que de fato vivenciam esses espaços diariamente, para entender de perto a realidade dessas pessoas, a partir de trocas de saberes e experiências reais.

Deste modo, foram identificados agentes, grupos e coletivos que lá realizassem atividades, possuíssem forte relação com a comunidade local e tivessem interesse em participar de um trabalho coletivo com a universidade.

O primeiro contato ocorreu com um projeto social do bairro voltado à educação e inclusão do público jovem periférico a partir da música. Houve uma ótima receptividade e o grupo mostrou-se muito entusiasmado com o projeto.

Após estabelecer um certo grau de aproximação, foi combinada a realização de Encontros Comunitários, nos quais seriam promovidas dinâmicas e atividades primordiais para compreensão da visão da comunidade em relação ao bairro, que seriam cruciais ao desenvolvimento do projeto.

CARTOGRAFIA SOCIAL E LEITURAS COMUNITÁRIAS

Metodologias

Ao longo dos Encontros Comunitários foram propostas metodologias alternativas para realização de um estudo sócio-espacial do território, que revelasse aspectos além dos dados formais já obtidos. Para tal, escolheu-se trabalhar a partir de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS de Leituras Técnico-Comunitárias e Cartografia Social de bases bibliográficas já anteriormente estudadas na disciplina, adaptando-as de acordo com a escala e a realidade do local.

A Leitura Comunitária baseou-se no enfoque participativo da metodologia de Saboya e Karnaukhova (2007), organizada em etapas: problematização, categorização e priorização. Primeiramente, haveria o levantamento de pontos positivos e negativos mais marcantes do bairro, segundo os participantes, que posteriormente seriam divididos em categorias por temas afins, e finalmente seriam analisados e colocados em escala de urgência e importância. Todas essas etapas foram realizadas de modo participativo e as escolhas foram feitas a partir de discussões e votações em grupo.

Figura 2. Construção coletiva - estudantes e moradores - Boca do Rio.



Fonte: Fotografia - Arquivo pessoal, 2019

As dinâmicas de Cartografia Social foram elaboradas a partir das REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS de Acselrad (2008), nas quais os participantes, de modo colaborativo, produziram diversos mapas do bairro. Esses mapas eram tanto feitos à mão, “a olho nu”, quanto utilizando-se do apoio de bases cartográficas técnicas facilmente acessíveis pela internet. A partir das visões que eles tinham, foram localizando os pontos nos quais as questões levantadas na etapa anterior eram mais evidentes no território. A elaboração dessas cartografias foi essencial para que se pudesse realizar uma análise espacial dos problemas do bairro e compreender como eles relacionavam-se entre si, a partir dos cruzamentos de dados obtidos com as sobreposições dos mapas.

Intercaladamente aos encontros comunitários no bairro, eram realizadas também devolutivas parciais em sala de aula junto às outras equipes da turma, como atividade da disciplina. Nesse processo foi interessante perceber a diversidade de projetos criados, mesmo tendo partido de pontos semelhantes. Entretanto, havia também muitas questões em comum, tendo sido muito enriquecedora a troca de experiências e a oportunidade de compartilhar dificuldades e conquistas com os outros grupos que também estavam empenhando-se em desenvolver seus respectivos trabalhos.

As orientações com a docência, foram de igual importância, contribuindo bastante com REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, sugestões e ideias que foram cruciais ao projeto, norteando muitas etapas do trabalho e dando suportes teóricos, técnicos e metodológicos.

As dificuldades que surgiram ao longo do processo dos encontros comunitários, bem como detalhes técnicos ou a compreensão de pontos mais específicos da área de urbanismo, foram sendo progressivamente superadas a partir da cooperação entre os diferentes pontos de vista propostos. Outras questões, como dificuldades de comunicação ou alinhamento de horários, também foram aos poucos sendo contornadas.

Ao longo do processo, percebeu-se que havia às vezes uma dissincronia entre o “tempo acadêmico” e o “tempo da vida real”, de modo que foi preciso entender e respeitar o ritmo do bairro, que segue suas próprias dinâmicas e não as urgências da academia. Assim, algumas etapas foram sendo readaptadas, para um desenvolvimento mais harmônico. Entretanto, a boa relação e a interação existente entre a equipe e a comunidade, aliadas à vontade de ambas as partes em realizar o trabalho, contribuiu positivamente no desenrolar das atividades e do projeto como um todo, reafirmando seu caráter participativo.

Dentre os temas levantados durante os encontros comunitários, foram apontados como mais importantes pelos participantes: a violência e o desemprego. Ambos os fatores relacionam fortemente relacionados à questão das desigualdades sociais existentes no bairro, revelam muitas das inquietações trazidas pelos moradores durante as discussões nos encontros e devolutivas.

Dentro deste contexto, após muitas análises e discussões com o grupo, surgiu a ideia de se trabalhar a temática do comércio informal. É um elemento bastante presente por todo o bairro e está fortemente relacionado à sua dinamicidade, além de ser uma grande alternativa à problemática do desemprego e ter uma influência nas questões de segurança urbana, entre outros fatores.

Os comércios formal e informal referem-se, respectivamente, aos Circuitos Superior e Inferior da Teoria de Circuitos da Economia Urbana de Santos (2008). São sistemas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, que se diferenciam entre si tanto quantitativa quanto qualitativamente. Segundo Santos há uma modernização tecnológica excludente, que promove a subordinação do Inferior pelo Superior, provocando desigualdade. O Inferior é, então, um produto indireto dessa modernização, sendo formado basicamente por atividades de pequena escala, voltadas à população pobre e suas necessidades mais correntes, abrangendo também o comércio informal. Ele possui grande influência local e maior abertura e autonomia para oportunidades de trabalho, adaptando-se e transformando-se de acordo com o lugar onde se estabelece.

O trabalho dos comerciantes informais é um dos grandes responsáveis pela economia local da Boca do Rio, além de contribuir com a movimentação das ruas. Foi percebido então um dos pontos no bairro, onde o comércio informal se faz bastante evidenciado: a Praça do Fim de Linha. Muito popular e grande referência local, é uma das áreas mais movimentadas da região,

onde há um alto fluxo de pessoas e concentração de variados tipos de comércio, tanto formal quanto informal, além de muitas atividades culturais e sociais, referida por muitos frequentadores como “o coração” do bairro e “onde tudo acontece”.

Figura 3. Roda de conversa - Praça do Fim de Linha - Boca do Rio



Fonte: Fotografia - Arquivo pessoal, 2019

Nas idas e vindas à Praça, houve interação com algumas lideranças comunitárias, bastante ativas em diversos projetos no bairro. Elas mostraram-se muito engajadas com a proposta e também exerceram um papel fundamental no projeto, ajudando a estabelecer uma forte “ligação” entre a equipe e a comunidade da Boca do Rio.

O CARTOGRAFILME

A interdisciplinaridade: Cartografia e Audiovisual

O título “*CARTOGRAFILME: O Fim de Linha na Boca do Povo*” carrega um forte significado e originou-se a partir de múltiplos conceitos. O neologismo na composição do termo “Cartografilme” compreende a interdisciplinaridade entre a cartografia social e o audiovisual. Já o subtítulo “O Fim de Linha na Boca do povo” refere-se a uma expressão popular, fazendo um trocadilho com o nome do próprio bairro, revelando uma concepção de identidade e pertencimento e evidenciando a comunidade como protagonista do projeto.

A escolha do audiovisual como uma forma alternativa de leitura foi motivada pela intenção de promover uma maior participação e interação da comunidade, por possibilitar uma linguagem mais dinâmica e acessível, e uma maior aproximação com a realidade vivida pelos moradores.

Além disso, o mapeamento pôde ser realizado de uma forma mais lúdica e interativa, permitindo às pessoas se expressarem de forma livre e espontânea, contando suas próprias versões da sua história.

Esse potencial trazido pelo audiovisual também contribui inclusive no que diz respeito ao resgate de memórias, eternizando a história do bairro, por meio de mídias que podem ser gravadas, re-gravadas e reproduzidas incontáveis vezes.

Foi um verdadeiro desafio utilizar ferramentas, programas, de uma área com a qual não se tinha costume, devido às novidades que a interdisciplinaridade traz. Essa foi porém uma experiência enriquecedora que possibilitou agregar uma nova área de conhecimento a saberes tanto formais e quanto populares.

Roteiro e filmagens

Criou-se um pré-roteiro, para servir de guia, a partir do que já havia sido visto e conversado com a comunidade. Sua estrutura, porém, era flexível e adaptável. Assim, paralelamente à realização das filmagens, a metodologia aplicada ia sendo analisada, e aos poucos adaptando-se às finalidades da produção. Então a montagem se deu num o processo simultâneo de ação e reflexão sobre a realidade daqueles trabalhadores, analisando em conjunto como seria a forma mais fiel de retratar suas narrativas.

Juntamente com líderes comunitários e alguns comerciantes, foi construída uma rede de contatos, sem a qual não seria possível executar o projeto. O relacionamento com os vendedores foi muito agradável. A maioria concordou em participar e se empolgou com as filmagens, muitos se mostraram ansiosos pelo evento de exibição do curta, entusiasmados para verem seus relatos e histórias contados em vídeo num contexto de reconhecimento.

Alguns poucos, porém, não se sentiram confortáveis em participar. Uma das justificativas era o fato de não confiarem em projetos universitários, por já haverem participado de outros trabalhos de universidades realizados na região, nos quais não houve um retorno efetivo ao bairro. Sentindo-se meros objetos de estudo, logo, decepcionaram-se com a experiência, por não ter havido uma troca justa e legítima. Outros também se recusaram pois não queriam expor seu trabalho, com medo de serem prejudicados devido à informalidade da sua prática.

Foi criado um grupo de mensagens de um aplicativo para poder haver uma comunicação frequente e trocar informações sobre os processos criativos, além de divulgar os dias de filmagens e o evento de exibição final. O uso dessa tecnologia foi muito útil e facilitou a participação, por ser acessível à maioria dos integrantes, além de contribuir para interação em horários além das visitas de campo.

Entre comerciantes e lideranças comunitárias, totalizaram-se 20 participantes, além das diversas outras pessoas que também contribuíram direta ou indiretamente para mobilização e realização do projeto. Alguns participaram em vídeo, outros por gravação de voz e outros até enviaram registros feitos por eles no celular.

As condições de gravação foram variadas, devido ao ritmo do comércio local e os horários em que cada vendedor estaria presente. Essa condição possibilitou perceber as dinâmicas desse espaço público, assim como observar suas diferentes configurações durante o dia, à noite, em feriado e aos fins de semana. A praça é um espaço múltiplo e versátil de acordo com os dias da semana, horários, datas e clima; e durante as filmagens esse entendimento mostrou-se muito importante.

Montagem e Edição

As etapas de edição e montagem foram essenciais ao desenvolvimento do elemento final a ser apresentado, para que houvesse uma compreensão da narrativa que desejava-se transmitir e como seria estruturada. O filme foi dividido em 12 partes de acordo com os tópicos trazidos pelos entrevistados, algumas tendo sido pensadas no pré-roteiro e outras tendo sido compreendidas durante a edição; tentando ao máximo respeitar a voz, vivências e pontos de vista das pessoas.

Figura 4. Cartaz - divulgação do "Cinema na Praça".

CINEMA NA PRAÇA

EXIBIÇÃO DO CURTA
"CARTOGRAFILME:
O FIM DE LINHA NA BOCA
DO POVO"

SEXTA-FEIRA
22/11/2019
17:30

**FIM DE LINHA
DA BOCA DO RIO**

> RODA DE CONVERSA SOBRE O TEMA:
TRABALHO INFORMAL / COMÉRCIO DE RUA

> EXIBIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO
"BOCA DO RIO: BELEZA PURA, DINHEIRO NÃO."

> APRESENTAÇÃO DO GRUPO
CRI LEVADA

> APRESENTAÇÃO DE KHAFÉ CASTRO

> E ESPAÇO PARA OUTRAS
APRESENTAÇÕES

APOIO: CONSEG, BOCA DO RIO MARINHEIRO, BEMBOLADZ, COMISSÃO KALIPHA, UFRJ, UFRPA, FACULDADE DE ARQUITETURA

REALIZAÇÃO: UFRBA, FACULDADE DE ARQUITETURA

Fonte: Fotografia e elaboração próprias, 2019

Cinema na Praça

O local escolhido para o evento de exibição do longa metragem foi a própria Praça do Fim de Linha da Boca do Rio. Esta foi uma das etapas em que a interação entre a comunidade e a universidade se deu de forma mais significativa, e mostrou-se tão importante. Houve grande engajamento dos moradores para fazer com que o evento se realizasse, como conseguir equipamentos ou mobilização do público.

Os próprios moradores e comerciantes sem empenharam em pensar na montagem da estrutura, emprestando equipamentos, sugerindo ideias para utilizar um pergolado da praça para fazer a projeção utilizando um banner e um lençol, promovendo novas possibilidades no uso do espaço público.

Figura 5. “Cinema na Praça” - Fim de Linha - Boca do Rio.



Fonte: Fotografia - Caio Araújo, 2019

O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Essa rica experiência de realizar um trabalho em contato direto com a comunidade, fora do que é geralmente imposto pelos padrões acadêmicos, só foi possível pela iniciativa da docência e pelo interesse do grupo de estudantes em integrar-se com a comunidade e fazer algo diferente e transformador, cumprindo o real papel da universidade.

A disciplina, ofertada já no fim da graduação, em tese não traz em sua ementa a necessidade de um trabalho de campo com essa ênfase social, de modo que geralmente cabe aos docentes escolher como vão tratar os assuntos teóricos e práticos, que podem ou não propor atividades como esta.

Observando a grade curricular do curso, vê-se que as questões sociais comumente aparecem na universidade em atividades de pesquisa e extensão, porém não como atividades essenciais do curso. Assim, embora haja muitas possibilidades de vertentes sociais no curso, raramente há a oportunidade de uma interação tão próxima à sociedade, com práticas e estudos de problemáticas reais. De forma contrária, são realizadas majoritariamente atividades hipotéticas, totalmente fora da realidade vivida na maior parte da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade, por vezes, pode ser vista pela sociedade com um certo distanciamento. Como se os estudos formais científicos fossem mais válidos que os saberes cotidianos, de modo que muitas vezes o conhecimento acadêmico é atribuído como superior ao popular. Modelos curriculares de disciplinas frequentemente contribuem para tal visão, afastando a comunidade dos meios universitários e rompendo com o seu papel social.

Durante as vivências e trocas de experiências com a comunidade evidenciaram-se reflexões sobre a real função da universidade, e sua relação com a sociedade. Compreendeu-se que, nessa colaboração, há um aprendizado mútuo e valioso, com resultados mais verdadeiros e impacto mais positivo, observados não apenas no evento, como uma resolução final, mas ao longo de todo processo e suas repercussões.

De modo geral, o projeto obteve diversos resultados positivos: os moradores relataram a importância do registro da memória do bairro, como potencial de perpetuação da sua história, a partir de suas próprias narrativas; o fortalecimento e a valorização do trabalho dos vendedores. Já às estudantes, possibilitou-se melhor compreensão e aprendizado sobre estudos dos espaços urbanos para além da teoria unidisciplinar, trazendo novas visões de outras realidades da cidade.

Quando trata-se de vivências reais, porém, os resultados são inestimáveis e vão além de resoluções sistêmicas, não gerando apenas produtos finais específicos, mas com impactos em múltiplos aspectos e dimensões, tanto nos âmbitos acadêmico e profissional quanto pessoal. Assim, faz-se essencial a compreensão de que a maior devolutiva da construção coletiva do conhecimento é justamente o processo de aprendizado e trocas de experiências.

Tanto o saber acadêmico quanto o informal são ambos legítimos, mas devem ser trabalhados em conjunto para gerar benefícios mútuos. As problemáticas urbanas, assim como impactam toda a sociedade, e afetam uma rede de pessoas, só podem ser repensadas e solucionadas da mesma forma: em uma construção coletiva, com quem de fato vivencia esses espaços.

Alinhado à sua função social, é também papel da universidade buscar outros meios e metodologias mais acessíveis e adaptáveis, para aproximar-se da comunidade. Assim, percebe-se a importância de experimentar novos caminhos possíveis para realização de leituras e apreensões do espaços públicos, essencialmente por meios participativos. Para isso, é preciso sair da condição de imposição academicista e promover trocas de saberes e experiências reais, proporcionando essa integração por meio da interdisciplinaridade, sendo esta um instrumento potencial de transformações sociais. _

Figura 6. Reprodução - “Cartografilme” - Cinema na Praça, Fim de Linha da Boca do Rio



Fonte: Fotografia - Nayara Amorim, 2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri (org). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2010.
- BOCA DO RIO CULTURAL. **Blog**. Disponível em: nossabocadorio.blogspot.com/. Acesso: 10 de Agosto de 2020.
- CONDER. “**Painel de Informações: Dados Socioeconômicos do Município de Salvador por Bairros e Prefeituras-Bairro**”. 5ª ed. Salvador: CONDER/INFORMS, 2016.
- CULTURA TODO DIA. **Boca do Rio**. Disponível em: culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=5&cod_polo=62. Acesso: 15 de Agosto de 2020.
- IBGE. **Site IBGE**. Disponível em: ibge.gov.br. Acesso: 10 de Agosto de 2020.
- PDDU. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, 2016**. Disponível em: su-com.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf. Acesso: 10 de Agosto de 2020.
- SABOYA, Renato; KARNAUKHOVA, Eugenia. **Uma metodologia para a obtenção de possíveis objetivos e eixos estratégicos para planos diretores a partir dos dados da leitura comunitária**. Campinas: Papirus, 2010.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana**. 2ª ed. São Paulo: Editora USP, 2008.

NOVAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM: A UTILIZAÇÃO DA GAMIFICAÇÃO COMO METODOLOGIA ATIVA NO ENSINO

Priscilla Sandes Ferraz

Mestranda, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

sandes.priscilla@gmail.com

Larissa Grazielle Silva dos Santos

Doutoranda, Universidade Federal da Bahia – UFBA.

larissagssantos@gmail.com

Madson Mendes dos Santos

Mestre, Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista – FASAVIC. madson_mendes@hotmail.com

[mail.com](mailto:madson_mendes@hotmail.com)

Luis Paulo Ferraz de Oliveira

Graduando, Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

luis_paulo97@outlook.com

RESUMO

O presente artigo busca apresentar uma análise da importância da aplicabilidade de novas metodologias como instrumento facilitador no ensino-aprendizagem do Urbanismo para discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo. Essa pesquisa tem como objetivo discutir a utilização da Gamificação como estratégia de aprendizagem ativa na sala de aula. A transformação no ensino por meio da metodologia ativa de ensino potencializa o processo de ensino-aprendizagem, tornando a aula de caráter teórico com assuntos de certa forma densos, mais satisfatório, prazeroso e dinâmico. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se como método a revisão bibliográfica crítica exploratória por meio da abordagem da metodologia ativa, e como procedimento a observação de uma atividade prática em sala de aula. Ao utilizar o lúdico aliado à realização de atividades com objetivos concretos, os discentes vivenciam o princípio da Andragogia – autonomia no conhecimento, ou seja, o discente passa a ser o sujeito produtor do seu próprio conhecimento.

Palavras-chave: metodologia ativa, ensino e aprendizagem, gamificação.

Introdução

Nas últimas décadas, a dinâmica do ensinar tem passado por inúmeras mudanças expressivas. Nesse cenário, o (re)pensar na forma de ensino tem sido objeto de análise de vários profissionais por conta das modificações proporcionadas pela tecnologia e o fácil acesso a elas.

O perfil dos estudantes foi alterado e para suprir a formação acadêmica desse público, as estratégias pedagógicas de ensino fundamentadas no modelo tradicional têm sido objetos de análise, levando os pedagogos a refletirem acerca dos instrumentos teóricos-metodológicos tradicionais, visto anteriormente como norteador do saber (FIGUEIREDO, PAZ E JUNQUEIRA, 2015).

Vale ressaltar o pensamento do filósofo educador José Manuel Moran em 1997 que prevê as influências da internet no cenário educacional, ao apontar:

Ensinar com a Internet será uma revolução, se mudarmos simultaneamente os paradigmas do ensino. Caso contrário, servirá somente como um verniz,

um paliativo ou uma jogada de *marketing* para dizer que o nosso ensino é moderno e cobrar preços mais caros nas já salgadas mensalidades. **A profissão fundamental do presente e do futuro é educar** para saber compreender, sentir, comunicar-se e agir melhor, **integrando a comunicação pessoal, a comunitária e a tecnológica**. (MORAN, 1997, grifo do autor).

Dentro desta transformação profunda, melhor pontuada como uma revolução na forma de ensinar, a metodologia ativa se estabeleceu de forma atípica, ao modificar a centralidade antes pertencente ao professor, para o estudante em que o estudante passa a ser o promotor de seu próprio conhecimento, produzindo sua própria ação educativa de forma autônoma e participativa, sendo responsável no aprender e no cumprir das atividades propostas.

METODOLOGIA ATIVA: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A metodologia ativa surge com o intuito de atualizar e aperfeiçoar os métodos de ensino, essa nova concepção de educação crítico-reflexiva proporciona um aprendizado mais efetivo por meio dos estímulos no processo de ensino-aprendizagem, como: jogos, projetos e tarefas (MACEDO et al, 2018).

Partindo do ponto de que a metodologia ativa enfatiza o aprender na prática, através das vivências, Macedo et al (2018), destacam alguns métodos, os quais são: Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) ou Problema Based Learning (PBL), Team Based Learning (TBL), o Arco de Charles e Maguerez e a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP).

Esses métodos são importantes ao proporcionar uma reflexão crítica em que o estudante busca o conhecimento a fim de solucionar um problema próximo do real ou simulado preparatório à atuação na vida profissional. Souza et al. destacam que:

A educação problematizadora trabalha a construção de conhecimentos a partir da vivência de experiências significativas. Em oposição aos processos de aprendizagem tradicionais e de recepção, em que os conteúdos são entregues ao aluno em sua forma final e acabada, a problematização está apoiada nos processos de aprendizagem por descoberta, e os conteúdos são oferecidos na forma de problemas. As relações devem então ser descobertas e construídas, reorganizadas e adaptadas à estrutura cognitiva prévia do aluno para o processo final da assimilação (SOUZA, C. S., IGLESIAS, A. G., FILHO, A. P., 2014).

Neste contexto, as novas metodologias, direcionam o olhar para as atuais mudanças verificadas no perfil dos estudantes a fim de estimulá-los e influenciá-los para o ensino-aprendizagem, através de inovações. Uma recente tendência para o ensino-aprendizagem nas disciplinas teóricas é a utilização da gamificação como nova estratégia dentro da metodologia ativa, fomentando o sentimento de pertença e de coparticipação (DIESEL; BALDEZ E MARTINS, 2017).

GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Para Alves, Minho e Diniz (2014, p. 77)

A gamificação é a construção de modelos, sistemas ou modo de produção com foco nas pessoas, tendo como premissa a lógica dos games. Esses tipos de modelos levam em consideração a motivação, o sentimento e a participação das pessoas que estão envolvidas no processo.

Tal fenômeno consiste na utilização do recurso de jogos por meio das ideias e mecanismo como formas de atrair a atenção dos usuários e obter um envolvimento de todos. Diante disso, o meio educacional percebeu a potencialidade e com o intuito de dinamizar as aulas, desenvolveu jogos educacionais que pudessem auxiliar os professores no ensino.

De acordo com Alves, Minho e Diniz (2014, p. 76):

A gamificação se constitui na utilização da mecânica dos games em cenários non games, criando espaços de aprendizagem mediados pelo desafio, pelo prazer e entretenimento. Compreendemos espaços de aprendizagem como distintos cenários escolares e não escolares que potencializam o desenvolvimento de habilidades cognitivas [...].

Os aplicativos auxiliam aos professores, visto que o professor insere o conteúdo das aulas por meio de perguntas na plataforma e todos acessam a internet simultaneamente para jogar. A dinâmica do jogar em um ambiente incomum a prática de jogos incentiva o discente ao estudo, melhora a fixação dos conteúdos trabalhados em aula, e conseqüentemente melhora o desempenho geral das atividades.

Nesta perspectiva, Diesel, Baldez e Martins (2017) afirmam que

[...] ensinar a pensar significa não transferir ou transmitir a um outro que recebe de forma passiva, mas o contrário, provocar, desafiar ou ainda promover as condições de construir, refletir, compreender, transformar, sem perder de vista o respeito a autonomia e dignidade deste outro. Esse olhar reflete a postura do professor que se vale de uma abordagem pautada no método ativo.

Identificar a linguagem do público a ser dialogado, faz com que o professor neste contexto busque habilidades como criatividade e inovação, trazendo para a sala de aula, palco de suas realizações, sendo os estudantes os principais protagonistas, pois ocupam o centro das ações no método ativo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação do método de Gamificação foi experienciada na disciplina de Infraestrutura Habitacional e Urbana, ofertada ao II semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo. A disciplina dispõe de uma ementa bastante densa, perpassando por conteúdos teóricos de noções introdutórias de sistemas de redes de infraestrutura habitacional e urbana até a análise das formas de acesso à moradia e da ação do Estado, como um importante agente produtor da cidade.

Este último conteúdo possui um volume relativamente maior e mais complexo, visto que para compreender as formas de acesso à moradia, torna-se necessário promover ao discente uma contextualização histórica e legislativa da evolução da política urbana e habitacional brasileira.

O curso de Arquitetura e Urbanismo possui um caráter prático inato, o que torna a promoção de disciplinas com ampla bagagem teórica um grande desafio aos docentes e aos discentes, tornando extremamente necessário buscar meios para viabilizar o ensino e a aprendizagem para além do modelo de aulas expositivas. Propiciar um ambiente lúdico e atrativo em sala de aula através da gamificação foi uma ótima forma de capturar a atenção dos alunos, estimulando não apenas o seu desenvolvimento cognitivo, mas também competências socioemocionais como o trabalho em equipe e a colaboração.

Como dito inicialmente a Política Nacional de Habitação e por sua vez, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), fazem parte do conteúdo programático da disciplina. Após breve diálogo com a turma, foi possível compreender que todos os discentes possuíam certa ideia, experiência

e até mesmo vivência de MCMV, o que corroborou para que o mesmo fosse elencado como objeto de aplicação da gamificação para facilitar o ensino e a aprendizagem.

Cabe aclarar que inicialmente foi realizada uma sintética exposição sobre os principais conceitos, alguns dados estatísticos e marcos institucional e legal para promover a imersão do aluno no objeto de estudo.

Foi proposto que a turma com 28 alunos fosse dividida em 5 grupos e cada um teria uma missão diferente. A primeira orientação foi indicar a utilização do celular, bem como, dos notebooks como principal ferramenta de pesquisa e aprendizagem. Esta ação objetivou utilizar um possível meio de dispersão como aliado, além de estimular o uso da tecnologia para estudos e pesquisas, contribuindo para uma melhor compreensão de como e onde aproveitá-la durante a sua formação.

Após deliberar o tempo limite de 20 minutos para pesquisa e anotações, foi indicado que o grupo 1 ficaria encarregado por pesquisar sobre o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), o grupo 2 sobre o que seria o déficit habitacional, fatores de identificação de assentamentos precários e da inadequação de domicílios, o grupo 3 sobre as modalidades do MCMV (Empresas, Entidades, Rural e Municípios com até 50.000 habitantes), e por fim, o grupo 4 pesquisaria sobre as faixas de renda e as regras de financiamento do Programa.

Com o fim do tempo estipulado, iniciamos o nosso jogo no formato de “de complete a frase”. Ali a posição do docente seria de facilitador, apenas para conectar uma informação a outra e iniciando a fala com uma contextualização do Programa Nacional de Habitação até chegar ao FNHIS, neste momento a fala do docente se encerra e aponta-se para o grupo 1, a partir daí seria o grupo 1 quem conduziria a explicação do conteúdo até chegar ao déficit habitacional, ali o grupo 2 assumiria a palavra. No momento em que o Programa MCMV fosse citado pelo grupo 2, seria o grupo 3 quem conduziria a explanação e por fim, o grupo 4 encerraria a brincadeira explicando quais as faixas de renda e os critérios de acesso ao Programa. Neste formato, os alunos tiveram total autonomia para selecionar as informações que iriam compor a aula, assim como, julgar aquelas que fossem mais relevantes para o seu próprio aprendizado. Com o intuito de compreender o decorrer do assunto, bem como, aguardar o seu momento de fala, foi observado uma total atenção nas falas do grupo anterior e do grupo seguinte. Por fim, espontaneamente alguns alunos bateram palmas, refletindo a sua empolgação com o formato da aula.

O resultado de ganho de aprendizagem por meio da estratégia da gamificação foi de fundamental relevância para o engajamento, motivação e desempenho dos discentes. O método ativo, de acordo a Diesel, Baldez e Martins (2017) constrói o conhecimento através das experiências, saberes e opiniões valorizadas, pois tal processo proporciona estímulos para o autoaprendizado e consequentemente a reflexão e análise de possíveis situações para a tomada de decisão.

Diesel, Baldez e Martins (2017) salientam a importância do protagonismo e a postura crítica e autônoma dos estudantes através da interação dos sujeitos (professor/aluno, aluno/aluno, professor/professor), proporcionados pela metodologia ativa que vai além do refletir, analisar e resolver problemas, mas a aplicabilidade da empatia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer o lúdico para o processo de ensino-aprendizagem, estimula nos alunos potencialidades na busca mais aprofundada sobre os conteúdos e como resolver problemas do cotidiano da profissão. A metodologia ativa de ensino é o “mundo” dos estudantes.

O formato do jogo “complete a frase” foi capaz de promover uma construção conjunta e integrada do aprendizado de toda uma turma. O estudante precisa entender que a disciplina e um determinado assunto fazem sentido e foi observado que apresentar uma temática de forma progressiva corrobora com este objetivo. A imersão no assunto apresentado por meio da tecnologia transformou o celular em instrumento de ensino, evidenciando o protagonismo do estudante no seu desenvolvimento em sala de aula.

Ao proporcionar engajamento e interesse dos alunos, por meio da Gamificação, os objetivos pertencentes à metodologia ativa no ensino se concretizam, pois o aluno deixa de ser apenas receptor da mensagem e passa a ser um sujeito ativo através do princípio da autonomia.

Para tanto, a utilização de estratégias metodológicas, nesse caso com a aplicabilidade dos *games* em cenários educacionais, para haver um *feedback* positivo e satisfatório, precisa de um grande esforço e planejamento por parte dos professores para a construção de aprendizagem mais prazerosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lynn Rosalina Gama; MINHO, Marcelle Rose da Silva; DINIZ, Marcelo Vera Cruz. **Gamificação: diálogos com a educação.** In: FADEL, Luciane Maria et al.(Org.). Gamificação na educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014, p. 74-97.

DIESEL Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema.** v. 14, n. 1, p. 268 – 288, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313960490> Os princípios das metodologias ativas de ensino uma abordagem teorica. Acesso em 15 ago. 2019.

FIQUEIREDO, Mercia; PAZ, Tatiana; JUNQUEIRA, Eduardo. Gamificação e educação: um estado da arte das pesquisas realizadas no Brasil. **Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação**, [S.l.], p. 1154, out. 2015. ISSN 2316-8889. Disponível em: <https://br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/6248>. Acesso em: 16 dez. 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.5753/cbie.wcbie.2015.1154>.

MACEDO, Kelly Dandara da Silva et al. Metodologias ativas de aprendizagem: caminhos possíveis para inovação no ensino em saúde. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, e20170435, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452018000300704&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 Dez. 2019.

MORAN, José Manuel. Como utilizar uma Internet na educação. **Ci. Inf.** Brasília, v. 26, n. 2, p., Maio de 1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 dez. 2019.

SOUZA, C. S., IGLESIAS, A. G., FILHO, A. P., Estratégias inovadoras para métodos de ensino tradicionais - Aspectos gerais. **Revista FMRP.** Ribeirão Preto, v. 47, n. 3, p. 284-292, jun. 2014. Disponível em: http://revista.fmrp.usp.br/2014/vol47n3/6_Estrategias-inovadoras-para-metodos-de-ensino-tradicionais-aspectos-gerais.pdf. Acesso em 16 ago. 2019.

PLANEJAMENTO URBANO E PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Camila Rodrigues Aldigueri

Doutora em Arquitetura e Urbanismo FAUUSP

camila.aldigueri@gmail.com

Amiria Brasil

Professora Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

amiriabrasil@gmail.com

Aline Maria Costa Barroso

Professora Doutora, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

aline.barroso@ufba.br

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de discutir as experiências de ensino e aprendizagem desenvolvidas em duas disciplinas de um curso de Arquitetura e Urbanismo, cujas ementas preveem o estudo das relações dos assentamentos precários com diversos aspectos da cidade. Para isso, foram desenvolvidas as seguintes etapas de trabalho: levantamento de como o tema se insere no projeto político pedagógico do curso, análise das principais REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS metodológicas utilizadas nas disciplinas, e sistematização de produções que explicitam a estrutura das estratégias e atividades desenvolvidas.

Palavras-chave: assentamento precário; plano de regularização fundiária e urbanística; disciplina de urbanismo.

INTRODUÇÃO

O tema da habitação de interesse social (HIS) no ensino vinculado à formação do arquiteto e urbanista no Brasil ainda hoje se constitui um desafio. Segundo Porangaba (2019), ao analisar o lugar que o tema tem ocupado nos cursos de graduação brasileiros, em 88 anos de história do ensino, sua pesquisa demonstrou que a HIS continua ocupando um lugar secundário, não sendo considerada como fundamental para o processo formativo do arquiteto e urbanista.

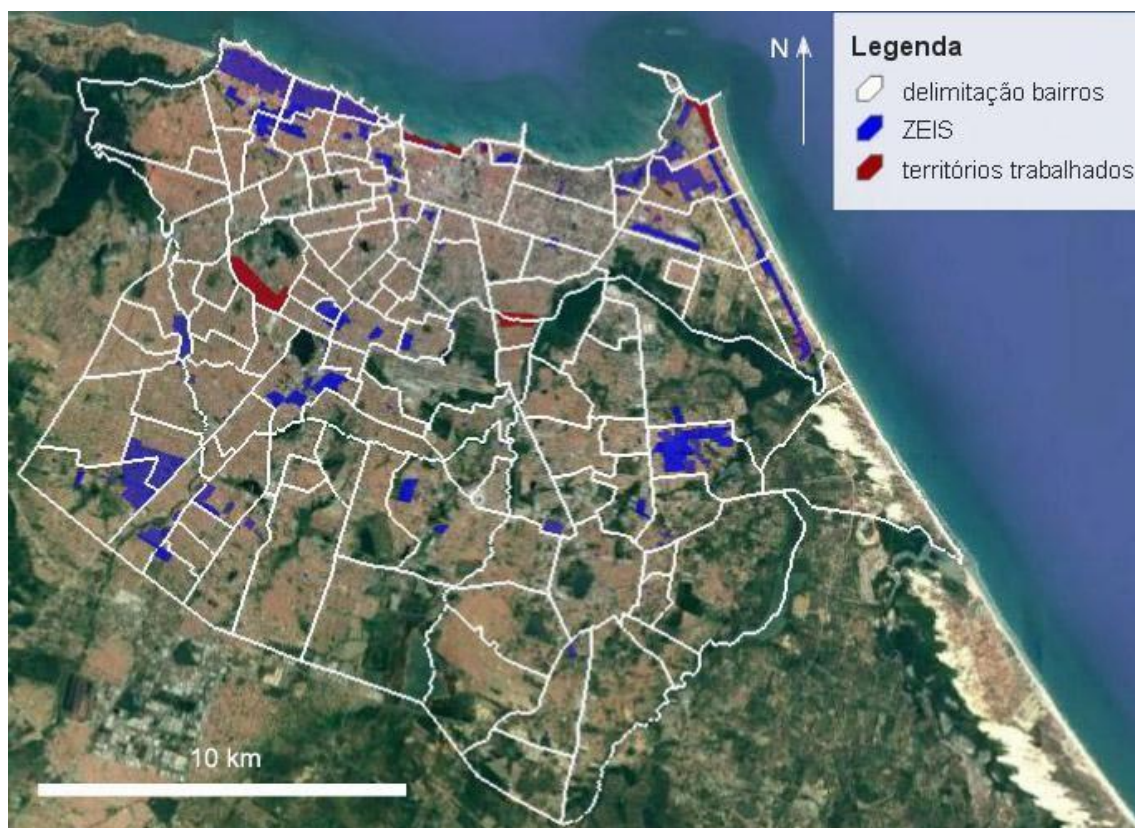
Todavia, a importância e interesse por este tema vem ganhando força no ensino dos cursos de arquitetura e urbanismo nos últimos anos, na medida em que se faz necessária a formação de profissionais capacitados, voltados para a atuação junto à realidade das condições precárias de moradia da população de baixa renda, especialmente no contexto pós Constituição de 1988 e aprovação do Estatuto da Cidade (2001), que trouxe gradativamente repercussões e avanços na formulação de políticas públicas voltadas para habitação de interesse social.

A disciplina de Projeto Urbanístico 2 (PU 2), e a de Ateliê 6 posteriormente, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) fizeram um exercício metodológico de trabalho com a temática, na tentativa de aproximar os alunos à realidade de grande parte das cidades brasileiras, e em especial de Fortaleza. As disciplinas buscavam aplicar, nos casos estudados, alguns instrumentos do Estatuto da Cidade, em especial as ZEIS e aqueles relacionados a regularização fundiária, aproximando-se da prática profissional.

O artigo tem, portanto, o objetivo de apresentar e discutir as experiências das disciplinas anteriormente citadas, com foco no processo de ensino e aprendizagem, em um recorte temporal entre 2014 e 2018, quando as autoras eram professoras da referida instituição. Neste recorte

temporal, foram trabalhadas sete comunidades, que garantiram uma abrangência espacial na cidade e uma diversidade de inserções territoriais, como mostra a Figura 1.

Figura 1: Mapa das ZEIS instituídas em Fortaleza com destaque para os territórios trabalhados pelas autoras nas disciplinas.



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir do programa Google Earth (2020).

Para cumprir com esses objetivos, o artigo foi dividido em duas partes: inicialmente foi feita a caracterização das disciplinas, mostrando como o tema da HIS foi abordado no referido curso e explicitando a metodologia desenvolvida; em seguida foram apresentadas as estratégias e os resultados das disciplinas.

O ENSINO DE HIS NO PROJETO PEDAGÓGICO

O curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFOR teve início em 1998 e desde sua primeira matriz curricular apresentava disciplinas do campo do urbanismo que, de forma transversal, possibilitavam trabalhar o tema da HIS, por apresentarem conteúdos programáticos que no contexto urbano brasileiro articulavam-se de forma ampla com a referida temática. Todavia, cabe ressaltar que o tema da HIS nas primeiras disciplinas não estava posto de forma obrigatória, sendo contemplado como conteúdo central e obrigatório somente na disciplina de PU 2, do oitavo semestre.

A disciplina de PU 2 apresentava como foco o estudo das relações dos assentamentos edificados em condições precárias com os espaços livres e os seus diversos significados no contexto da cidade, tendo como finalidade o desenvolvimento de um projeto de intervenção nessa realidade.

Em 2014 foi implantada uma nova matriz curricular, cujos princípios norteadores da revisão foram pautados “na ruptura com as formas tradicionais de ensino-aprendizagem, com ênfase na problematização, aplicada em todas as áreas curriculares; nos papéis do professor mediador e do estudante protagonista; na avaliação processual e contínua; e no reforço de valores éticos e da prática profissional” (ROCHA, ALDIGUERI e AGDA, 2014) e os conteúdos e habilidades desenvolvidas na disciplina de PU 2 foram incorporados à disciplina de ateliê integrado VI, também obrigatória do oitavo semestre. A proposta para esse ateliê integrado estava alicerçada na articulação de conteúdos de projeto urbanístico e paisagem com ênfase nos assentamentos precários de interesse social, conduzidas em práticas de ateliê, concomitantemente por dois professores.

Ambas as disciplinas, em linhas gerais, apresentavam quatro etapas: 1. Fundamentos teóricos e projetuais; 2. Diagnóstico; 3. Plano; e 4. Projeto, descritas a seguir. Cumpre ressaltar que a prática projetual, um componente primordial da identidade profissional do Arquiteto e Urbanista, apresenta-se como um elemento central destas disciplinas para o qual convergem todas as discussões e abordagens ao longo do semestre letivo. Destaca-se também que as etapas eram desenvolvidas em equipes.

Na primeira etapa, de fundamentos teóricos e projetuais, eram desenvolvidas algumas aulas teóricas e exercícios de reflexão sobre os textos que referenciam a teoria. Essa etapa também era composta pelo estudo de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS projetuais com vistas a construir um repertório coletivo através da apresentação das pesquisas de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS de projeto urbanos em assentamentos precários. Ao longo dos anos, os professores envolvidos com essas disciplinas buscaram empreender um esforço contínuo no aperfeiçoamento de estratégias para aprendizagem dos conteúdos, buscando aproximar teoria e prática. Desse modo, os conteúdos teóricos passaram a ser apresentados ao longo do semestre e não mais concentrados no início da disciplina, e buscou-se estratégias, a partir de exercícios de reflexão de conteúdos teóricos, aplicá-los às áreas de estudo e intervenção adotadas em cada semestre, conforme destacamos nos exercícios apresentados no próximo item deste artigo.

A segunda etapa era o diagnóstico, quando se desenvolvia uma análise da área trabalhada em cada semestre. A professora apresentava brevemente a área de estudo e intervenção para os alunos. Era nessa etapa que também se realizava a visita de campo. Durante a visita os alunos eram acompanhados também por alguns representantes da comunidade, para que eles pudessem conversar com os moradores e identificar suas percepções em relação ao lugar, e suas necessidades. Nesta etapa foram desenvolvidos diversos exercícios, como estratégias para aproximar a aplicação de conteúdos teóricos à leitura do território, e para possibilitar a compreensão das particularidades dos territórios dos espaços de moradia precários e de baixa renda.

O Plano de Urbanização e Regularização Fundiária da ZEIS, terceira etapa desenvolvida, se assemelhava a um plano que seria desenvolvido em uma situação de intervenção real, sendo as principais diferenças o fato da equipe, que deveria ser multidisciplinar, apenas integrar os estudantes de arquitetura e urbanismo, além de que o contato com a comunidade ainda se dava de forma pontual. Também era definida uma metodologia para desenvolvimento do plano com atividades/exercícios com partes do plano.

Por último, os alunos desenvolviam o projeto urbano seguindo as orientações traçadas no plano. O projeto urbano, em nível de anteprojeto, contemplava tanto o território do assentamento alvo de intervenção como o projeto da área de reassentamento (em caso de haver necessidade de alguma remoção, definida por equipe), incluindo o projeto das novas unidades habitacionais.

Verificou-se um esforço contínuo empreendido na estruturação e consolidação destas disciplinas no curso de arquitetura e urbanismo da referida instituição, e através das constantes trocas de experiências e sistematização de práticas nos âmbitos do ensino e da pesquisa, entre professores envolvidos nestas disciplinas, principalmente a partir de 2013, aprimoraram-se métodos e processos de ensino-aprendizagem, em uma constante retroalimentação. Neste sentido, apresenta-se a relevância deste relato como um esforço de sistematização de um caminho para aprendizagem do tema da HIS a partir da prática projetual, para reflexão de uma situação de aprendizagem, em que se buscou continuamente organizar a relação entre conteúdos (o que ensinar?) e objetivos (para que fazê-lo?) com as estratégias (como fazê-lo?).

Coadunando com pensamento de Rocha, Aldigueri e Agda (2014), o objetivo maior de todo o conjunto das estratégias (como fazê-lo?) é a aprendizagem do estudante, e não apenas a aplicação de métodos e técnicas de ensino, uma vez que é fundamental o entendimento de como os conteúdos podem ser compreendidos, passando a integrar-se como conhecimento, e o desenvolvimento de novas habilidades (ZABALZA, 2004 apud ROCHA, ALDIGUERI e AGDA, 2014).

ESTRATÉGIAS E RESULTADOS

Conforme descrito no item anterior, as disciplinas foram estruturadas em quatro etapas. Dentre elas, as etapas de diagnóstico, plano e projeto eram as etapas com maior dedicação de tempo e desenvolvimento de atividades, especialmente se considerarmos que a etapa de fundamentos passou a ser diluída e articulada às demais etapas. O objetivo de todas as etapas era criar subsídios para a prática projetual sobre assentamentos precários e informais.

Um dos principais desafios da disciplina era a compreensão das particularidades socioeconômicas dos assentamentos precários e informais e as especificidades para se trabalhar e projetar nesses assentamentos, na medida em que a maioria dos alunos nunca teve contato com esta realidade e nas disciplinas de projeto urbano e arquitetônico precedentes, a prática tem como foco outras temáticas que priorizam a cidade dita “formal”. Justamente por isso, foi necessário trabalhar estratégias específicas para sensibilizar o estudante sobre as diferenças e especificidades dos assentamentos precários.

Desse modo, adotou-se atividades que permitiram desenvolver o olhar do estudante para as especificidades das dinâmicas destes territórios, especialmente nas fases de diagnóstico e plano que antecedem a etapa projetual. Assim, neste item destacamos algumas estratégias/exercícios (como fazê-lo?), apontando os resultados previstos e alcançados para cada atividade, exemplificando com alguns dos exercícios produzidos pelos estudantes. Focou-se nas etapas do diagnóstico e do plano visto que essas são as que apresentam metodologia específica para trabalhar esses territórios. Procurou-se ainda, indicar os subsídios que estes exercícios ofereceram à prática projetual, enquanto estratégia síntese da disciplina.

O Diagnóstico

O diagnóstico consistia em uma leitura e análise da área de intervenção considerando aspectos ambientais, legais e socioeconômicos, a infraestrutura, o sistema viário, a mobilidade e suas características habitacionais. A seguir foram destacados exercícios desenvolvidos para a compreensão da análise dessas temáticas aplicadas aos assentamentos precários. O primeiro exercício guarda relação com os aspectos legais, o segundo exercício com a caracterização habitacional e o exercício referente a cartografia social contribui para análise de todas as demais temáticas permitindo a aproximação mais significativa com a realidade dos moradores do assentamento estudado.

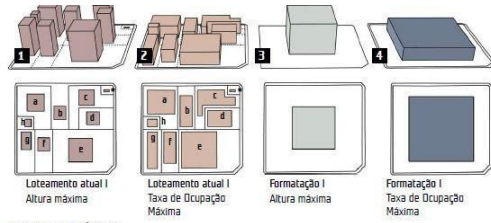
Análise dos condicionantes legais

Essa atividade correspondia à compreensão da legislação vigente para a zona em que o assentamento estudado está inserida. Trata-se de um tema que os alunos comumente analisam em outras disciplinas de projeto, identificando as zonas definidas no plano diretor e lei de uso e ocupação do solo, suas características, limitações e parâmetros urbanísticos permitidos. Todavia, no que se refere aos parâmetros urbanísticos, muitas vezes os alunos apenas listavam os índices da lei e não compreendiam a aplicabilidade dos parâmetros na forma e paisagem urbana, a relação entre os diferentes índices e a distância desses parâmetros da realidade dos assentamentos precários e informais. Percebeu-se também que tal incompreensão acabava por dificultar a definição de novos parâmetros para o plano de regularização urbanística, condizentes com a realidade do assentamento.

Desse modo, adotou-se duas estratégias metodológicas, além dos mapas comuns de identificação do zoneamento: a espacialização comparativa dos parâmetros vigentes com a realidade do assentamento e a simulação volumétrica da aplicação dos parâmetros vigentes no entorno da área e no assentamento. Objetivou-se assim, que os alunos fossem capazes de compreender cada parâmetro urbanístico e seus possíveis impactos na forma urbana futura da área, observando, principalmente, a proximidade ou distância dessa projeção construtiva com o assentamento estudado.

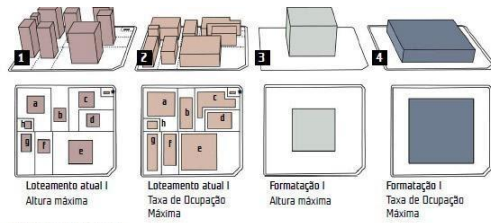
No caso do exercício de espacialização, as equipes escolhiam quadras do assentamento e verificavam lote a lote as (in)compatibilidades do lote e da edificação em relação aos parâmetros definidos no Plano Diretor (PDPFOR, 2009) e na Lei de Uso e Ocupação do solo (LUOS, 1996). Na análise da LUOS era dado ênfase a verificação da (in)compatibilidade dos parâmetros que a lei definia para habitação de interesse social, permitindo também que o aluno pesquisasse o que a lei define para HIS. O exercício de simulação já se tratava de um aperfeiçoamento do exercício em semestres seguintes. No caso desse exercício, as equipes também escolhiam quadras distintas, no entorno e no assentamento estudado, e realizavam simulações com a aplicação dos parâmetros definidos no PDPFOR e LUOS, para cada tipo de Zona, demonstrando em planta baixa e em simulação volumétrica. A simulação no entorno foi realizada considerando duas situações: 1. Aplicável a divisão dos lotes existentes na quadra; 2. Aplicável em uma quadra inteira, como se a quadra toda tivesse sido alvo de “formatação”, passando o lote/terreno a corresponder a área toda da quadra. A figura 2 representa um exemplo do desenvolvimento deste exercício.

Figura 2: Exemplo simulação volumétrica dos parâmetros vigentes no entorno do assentamento.



MEMORIAL DE CÁLCULO

<p>1</p> <p>Para o cálculo, foram aplicados os valores encontrados nos lotes nos parâmetros da ZOT.</p> <p>a área = 1.713m² Ia = 4.453m² Ia = 371m² h máx. = 36m</p> <p>b área = 1.001m² Ia = 2.602m² Ia = 216m² h máx. = 36m</p>	<p>2</p> <p>a área = 3.476m² Ia = 9.037m² Ia = 753m² h máx. = 36m</p> <p>f área = 1.001m² Ia = 2.602m² Ia = 216m² h máx. = 36m</p> <p>b área = 1.713m² Ia = 4.453m² Ia = 371m² h máx. = 36m</p> <p>c área = 2.506m² Ia = 3.915,6m² Ia = 753m² h = 15m</p> <p>g área = 1.059m² Ia = 2.753m² Ia = 229m² h máx. = 36m</p>	<p>3</p> <p>a área = 1.713m² Ia = 4.453m² Ia = 371m² h máx. = 36m</p> <p>f área = 1.001m² Ia = 2.602m² Ia = 216m² h máx. = 36m</p> <p>b área = 1.001m² Ia = 2.602m² Ia = 216m² h máx. = 36m</p> <p>c área = 2.506m² Ia = 3.915,6m² Ia = 753m² h = 15m</p> <p>g área = 1.059m² Ia = 2.753m² Ia = 229m² h máx. = 36m</p>	<p>4</p> <p>área = 11.180m² Ia = 29.068m² Ia = 2.422m² h máx. = 36m</p> <p>Parâmetros ZOT 7 Ia = 2,0 + 30% = 2,6 Ia máx. = 50%</p>
--	---	---	--



MEMORIAL DE CÁLCULO

<p>1</p> <p>Para o cálculo, foram aplicados os valores encontrados nos lotes nos parâmetros da ZOT.</p> <p>a área = 1.713m² Ia = 4.453m² Ia = 371m² h máx. = 36m</p> <p>b área = 1.001m² Ia = 2.602m² Ia = 216m² h máx. = 36m</p>	<p>2</p> <p>a área = 3.476m² Ia = 9.037m² Ia = 753m² h máx. = 36m</p> <p>f área = 1.001m² Ia = 2.602m² Ia = 216m² h máx. = 36m</p> <p>b área = 1.713m² Ia = 4.453m² Ia = 371m² h máx. = 36m</p> <p>c área = 2.506m² Ia = 3.915,6m² Ia = 753m² h = 15m</p> <p>g área = 1.059m² Ia = 2.753m² Ia = 229m² h máx. = 36m</p>	<p>3</p> <p>a área = 1.713m² Ia = 4.453m² Ia = 371m² h máx. = 36m</p> <p>f área = 1.001m² Ia = 2.602m² Ia = 216m² h máx. = 36m</p> <p>b área = 1.001m² Ia = 2.602m² Ia = 216m² h máx. = 36m</p> <p>c área = 2.506m² Ia = 3.915,6m² Ia = 753m² h = 15m</p> <p>g área = 1.059m² Ia = 2.753m² Ia = 229m² h máx. = 36m</p>	<p>4</p> <p>área = 11.180m² Ia = 29.068m² Ia = 2.422m² h máx. = 36m</p> <p>Parâmetros ZOT 7 Ia = 2,0 + 30% = 2,6 Ia máx. = 50%</p>
--	---	---	--

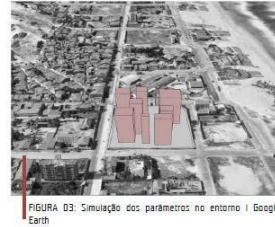


FIGURA D3: Simulação dos parâmetros no entorno | Google Earth

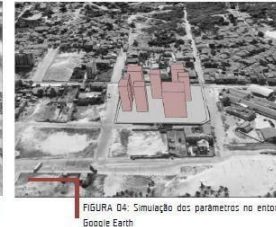


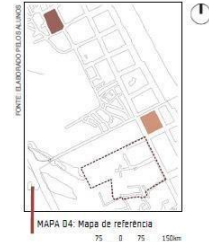
FIGURA D4: Simulação dos parâmetros no entorno | Google Earth

A aplicação dos parâmetros urbanísticos máximos, como a altura máxima, pode causar importantes impactos no ambiente urbano no qual está inserido, bem como aos seus usuários. A verticalização dos edifícios exerce uma influência direta sobre a dinâmica da vida urbana.

A inserção de um ou mais edifícios altos pode promover a especulação imobiliária dos imóveis do entorno, impactando diretamente a ZEIS da Praia do Futuro II.

Além do impacto econômico da verticalização, o aumento da densidade populacional envolve uma sobrecarga na infraestrutura existente, requerendo um incremento no abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, equipamentos de uso coletivo e até mesmo uma reestruturação da malha viária.

Em relação aos impactos ambientais, a verticalização pode canalizar o percurso do vento, interferindo nas condições



MAPA D4: Mapa de referência

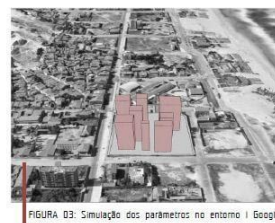


FIGURA D3: Simulação dos parâmetros no entorno | Google Earth

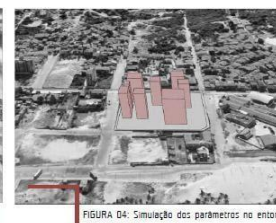


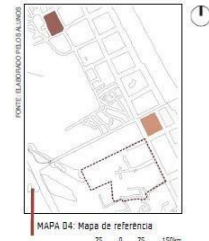
FIGURA D4: Simulação dos parâmetros no entorno | Google Earth

A aplicação dos parâmetros urbanísticos máximos, como a altura máxima, pode causar importantes impactos no ambiente urbano no qual está inserido, bem como aos seus usuários. A verticalização dos edifícios exerce uma influência direta sobre a dinâmica da vida urbana.

A inserção de um ou mais edifícios altos pode promover a especulação imobiliária dos imóveis do entorno, impactando diretamente a ZEIS da Praia do Futuro II.

Além do impacto econômico da verticalização, o aumento da densidade populacional envolve uma sobrecarga na infraestrutura existente, requerendo um incremento no abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, equipamentos de uso coletivo e até mesmo uma reestruturação da malha viária.

Em relação aos impactos ambientais, a verticalização pode canalizar o percurso do vento, interferindo nas condições



MAPA D4: Mapa de referência

Fonte: RIBEIRO et al. (2018).

Caracterização habitacional e os “parâmetros reais”

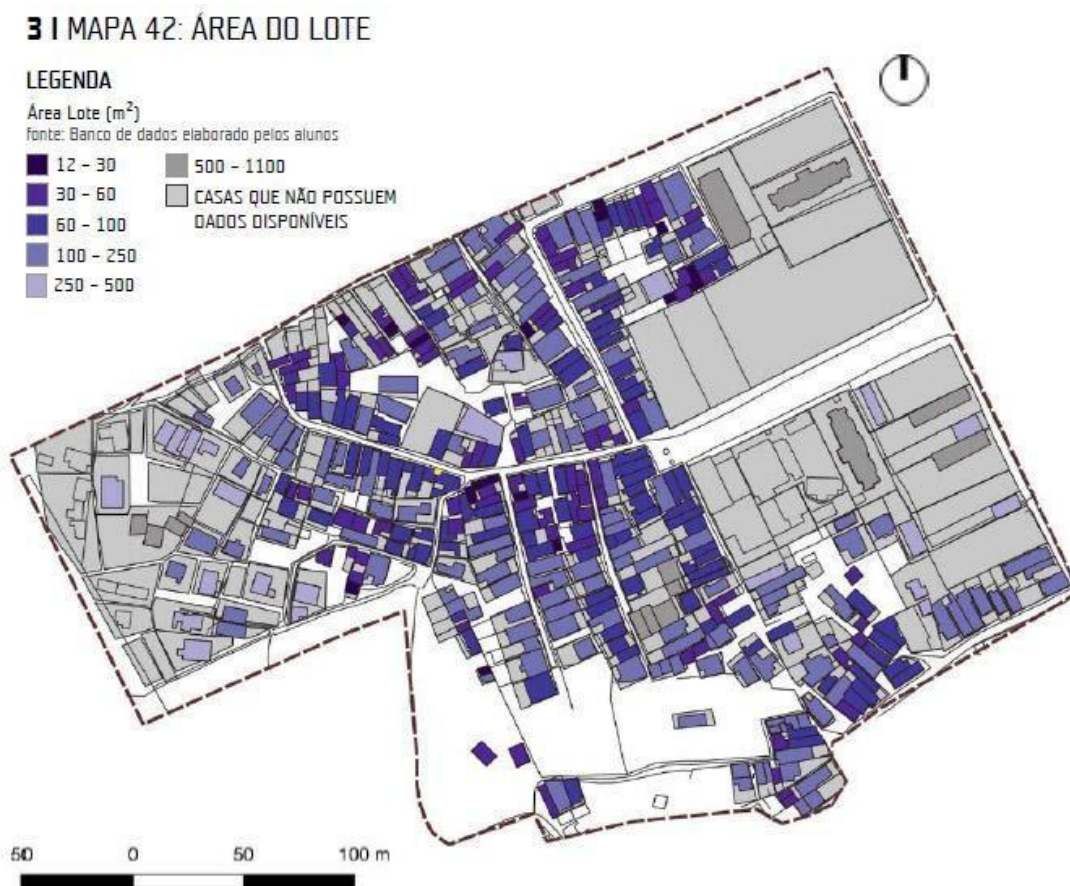
A análise da caracterização habitacional era um dos principais temas do diagnóstico, pois permitia a aproximação do aluno com formas de ocupação do solo distintas dos padrões da “cidade formal”. A caracterização habitacional acontecia após o momento de visita a campo e tinha como fundamento, alguns textos que caracterizam as diferentes modalidades de assentamento precários (PLHISFOR, 2013; Pequeno, 2008), as condições de habitabilidade (Bueno, 2000; Ferreira, 2012) e os processos inerentes a sua formação e construção (Jacques, 2001).

A atividade buscava levantar índices e padrões construtivos e urbanísticos predominantes do assentamento estudado, para que posteriormente fossem levadas em consideração as características formais e possíveis inadequações habitacionais na definição do plano de ocupação e dos novos parâmetros na etapa do plano de urbanização e regularização. Ressalta-se que, no que se

refere aos índices, o exercício permitiu que os alunos desenvolvessem a habilidade de transformar características formais construtivas em índices urbanísticos e, desse modo, compreendessem melhor seu significado. Tais informações eram levantadas pelos alunos a partir de medições em campo, ou por meio de bases cartográficas e imagens de satélite e alguns índices deveriam ser calculados, como no caso das taxas de permeabilidade e de ocupação.

Inicialmente esta atividade era realizada pelos alunos de forma mecânica, com o tempo, alguns professores começaram a introduzir o uso da ferramenta QGIS, para possibilitar a construção de bancos de dados, ampliando as possibilidades de espacialização e conseqüentemente das análises. O uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) representou um avanço qualitativo na caracterização habitacional e formulação das ações do plano, conforme constataram Almeida et al. (2019) sobre esta atividade.

Figura 3: Exemplo espacialização tamanho de lotes e dimensão testada na comunidade Caça e Pesca.



7 | MAPA 46: TESTADA**LEGENDA**

Testada (m)

fonte: Banco de dados elaborado pelos alunos

■	2.1 - 3.99
■	4.0 - 8.0
■	8.0 - 12.0
■	12.0 - 25.0
■	25.0 - 42.0

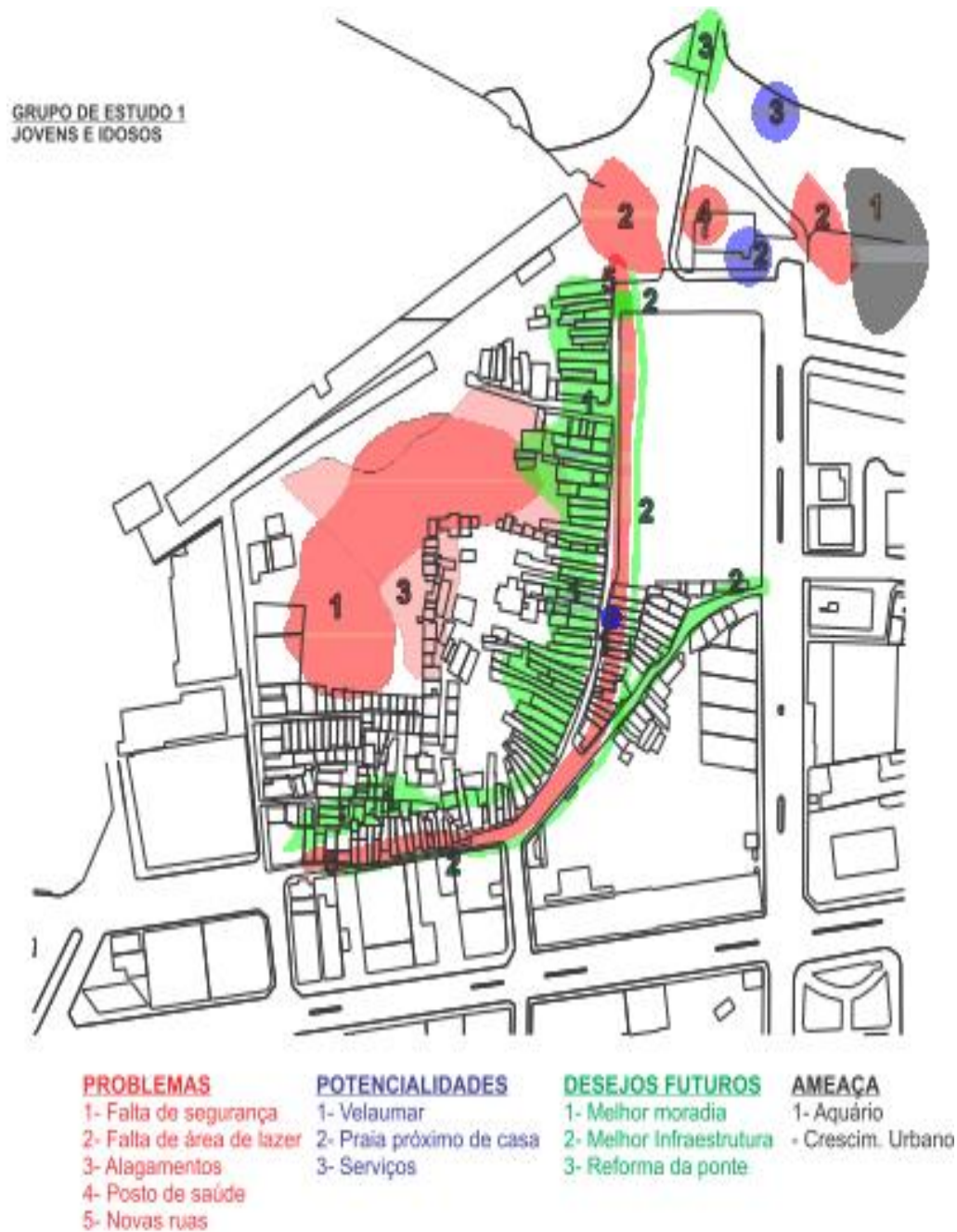


Fonte: RIBEIRO et al. (2018).

Cartografia social

Em alguns semestres, buscou-se trabalhar na disciplina com metodologias participativas que pudessem aproximar os alunos da realidade e vivência dos moradores, a partir da construção coletiva de um diagnóstico e prognóstico da área de estudo. Foram desenvolvidas dinâmicas de participação com grupos de moradores (crianças, jovens e adultos) baseadas na combinação de duas metodologias: mapas mentais e instrumentos de coleta de informações (análise DAFO e desenvolvimento de grupos focais). Essa atividade resultou na produção de diferentes mapas desenvolvidos por grupos de moradores, os quais foram sistematizados pelos alunos e incorporados ao diagnóstico como uma “leitura comunitária”(ver figura 4).

Figura 4: Exemplo de material sistematizado a partir da leitura comunitária.



Fonte: BESSA et al., 2014

Essa atividade permitiu aos alunos compreender diferentes aspectos referentes aos temas do diagnóstico. Conforme averiguado por Barroso e Aldigueri (2015; 2017) essa atividade mostrou-se útil para a demarcação das principais linhas norteadoras do plano e do projeto e permitiu aos alunos pensarem, refletirem, sentirem sobre uma realidade particular, assegurando um maior envolvimento e imersão na compreensão do território, e na formação de um profissional mais completo e sensibilizado para a realidade urbana.

O Plano

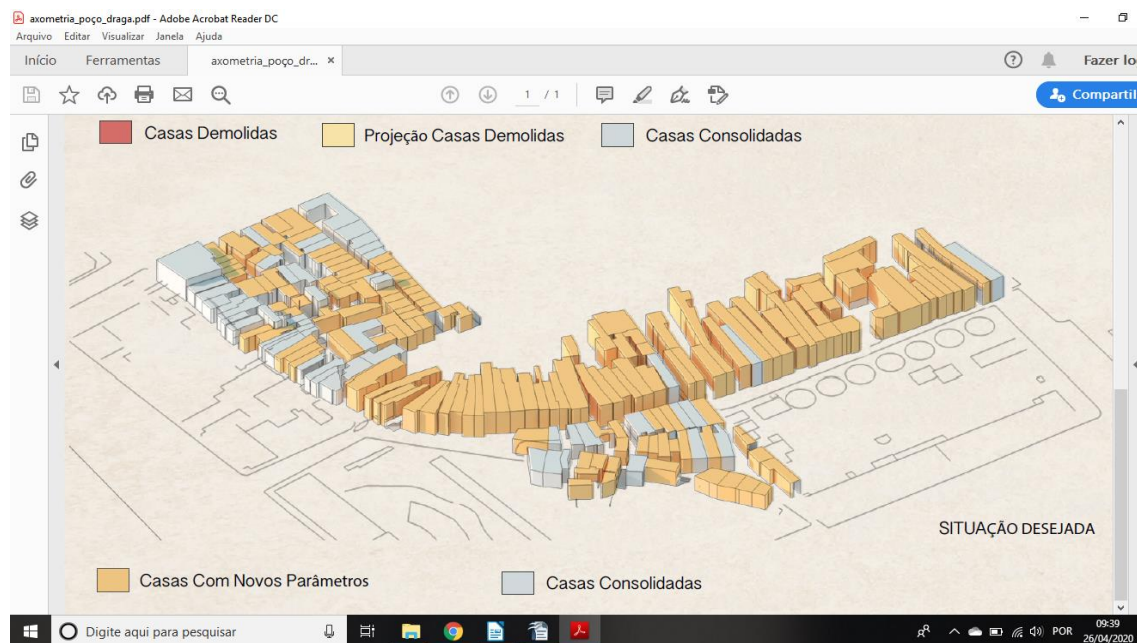
No plano de urbanização e regularização urbanística e fundiária eram solicitados: objetivos, diretrizes e suas ações e os novos parâmetros e índices com as devidas justificativas. Conforme comentado, esta etapa também contava com discussões teóricas, baseadas em diversos autores, tais como Ferreira (2012), Rolnik (2010) e Samora (2010). A seguir, são destacadas as partes referentes à definição de novos parâmetros e ao plano de ocupação.

Definição de novos parâmetros e volumetria

Conforme já relatado por Brasil e Aldigueri (2014) a partir das análises do diagnóstico, os alunos conseguiam propor novos parâmetros condizentes com o padrão de ocupação do assentamento, buscando garantir um menor impacto possível de remoções, ao mesmo tempo em que promoviam melhores condições de habitabilidade. A espacialização da informação do exercício “Caracterização habitacional e os parâmetros reais” permitia aos alunos observar onde estavam distribuídos os lotes com dimensões mínimas, onde estavam os lotes com dimensões maiores, bem como perceber em quais padrões encontravam-se a maioria das moradias na comunidade. As decisões dos alunos deviam ser justificadas com base em critérios de habitabilidade e dos impactos que causariam na comunidade.

Ainda com relação à atividade para proposição de novos parâmetros, em alguns semestres foi solicitado aos alunos que desenvolvessem uma simulação volumétrica em toda a comunidade, ou em trechos (ver figura 5). Tal simulação permitiu ao aluno perceber a sua exequibilidade no tecido existente e observar o impacto com relação ao processo de adensamento futuro, tendo em vistas que os novos parâmetros tinham como objetivo compor o regramento urbanístico e edilício que incidiria sobre cada ZEIS.

Figura 5: Exemplo de simulação para a Comunidade do Poço da Draga.



Fonte: MENDONÇA et al., 2017

Proposição plano de ocupação

Nesta etapa, os alunos propunham um conjunto de ações gerais para atender aos problemas e valorizar as potencialidades identificadas no diagnóstico. Todavia, neste item destaca-se as ações relativas ao plano de ocupação habitacional, que se referia a definição das moradias que seriam removidas e reassentadas, as que seriam melhoradas e as que seriam consolidadas.

Após a definição dos novos parâmetros que seriam adotados na ZEIS, os alunos identificavam as moradias que deveriam ser removidas, por não se enquadrarem em critérios mínimos de habitabilidade. Também poderiam ser identificadas outras moradias que deveriam ser removidas e reassentadas devido ao projeto de qualificação urbana e ambiental para o assentamento, em decorrência, por exemplo, de uma situação de risco, ou da necessidade de abertura de vias ou acesso, desadensamento, etc. (ver figura 6). Também eram definidas as casas prioritárias para melhoria habitacional, o que tomava como base o levantamento das características habitacionais, dentre os principais critérios.

Figura 6: Plano de ocupação, com justificativas, para comunidade do Caça e Pesca.



Fonte: LOPES et al. (2018) apud ALMEIDA (2019)

Todas as remoções deviam ser justificadas e espacializadas em mapa e, desse modo, os alunos percebiam o impacto do número de remoções na comunidade. As áreas de “vazio”, que surgiam em decorrência das remoções, apresentavam-se como oportunidades projetuais e suas novas finalidades deveriam ser definidas no plano de ação. Algumas ações possíveis para esses “vazios” eram previamente apresentadas pelas professoras, tais como, inserção de novos espaços públicos ou comunitários, construção de novas unidades habitacionais; e incorporação de lotes lindeiros para ampliação de unidade habitacional existente.'

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disciplinas foram uma tentativa de aproximação do processo de ensino-aprendizagem com a realidade vivida pelas comunidades dos assentamentos precários de Fortaleza, em especial aquelas reconhecidas como ZEIS pelo Plano Diretor Participativo (PDP-FOR, 2009), mas também buscaram sensibilizar os alunos para a temática, e desenvolver com eles a compreensão de que estes espaços são parte da cidade, porém cheios de peculiares e, portanto, precisam estar incluídos no planejamento urbano, e precisam ter suas especificidades garantidas.

Embora o conteúdo não fosse novo para a maioria dos alunos, pois em outras disciplinas o tema era abordado de alguma maneira, foi através da consolidação dessas duas disciplinas relatadas que se tornou possível construir um maior aprofundamento na temática com a reflexão sobre as particularidades desses territórios a partir, principalmente, das diversas atividades e exercícios desenvolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, I. L. ; MENDONÇA, M. M. ; SILVA, M. L. R. G. ; PINHEIRO, M. S. M. ; ALDIGUERI, C. R. . A aplicação da tecnologia SIG na definição de parâmetros urbanísticos: a caracterização habitacional de assentamentos precários em um contexto educacional. **REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ENSINO TECNOLÓGICO**, v. 5, p. 346-360, 2019

BARROSO, Aline Maria Costa ; ALDIGUERI, Camila Rodrigues . **Processos participativos como ferramentas para a intervenção em Assentamentos Informais de Interesse Social**. In: Gora-yeb, Adryane; Meireles, Antonio Jeovah de Andrade; Silva, Edson Vicente da. (Org.). *Cartografia Social e Cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais*. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015, v. , p. 85-101

BARROSO, Aline Maria Costa ; ALDIGUERI, Camila . **Ferramentas participativas e o processo de intervenção em assentamentos informais de interesse social**. In: Seminário UrbFavelas, 2017, Rio de Janeiro. II Seminário Nacional de Urbanização de Favelas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

BESSA, Sinhá, CHAVES, Jardélia, ROGÉRIO, Paulo. **Plano de Intervenção para a comunidade do Poço da Draga**. Trabalho desenvolvido para a disciplina de Projeto Urbanístico II do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Fortaleza, 2014.

BRASIL, A.; ALDIGUERI, C. Definição de novos parâmetros e índices de construção: exercício de simulação e aplicação em área de ZEIS. In: **ENCONTRO DE PRÁTICAS DOCENTES UNIFOR**, 4, 2014, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UNIFOR, 2014. p. 1-12.

BUENO, Laura. **Projeto e Favela: Metodologia para projetos de urbanização**, 2000.

FERREIRA, João Sette Whitaker (coord.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo : LABHAB ; FUPAM, 2012.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)**. Lei número 7987, Fortaleza, 1996.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR)**. Fortaleza, 2009.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFOR)**. Fortaleza, 2013.

JACQUES, P. B. **Estética das favelas**. Vitruvius: Arqutextos, São Paulo, v. 2, n. 13, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/02.013/883>>.

LOPES FILHO, A. W. de S. et al. **Planejando o Caça e Pesca**. Trabalho desenvolvido para a disciplina de Ateliê VI do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Fortaleza, 2018.

MENDONÇA et al. **Plano de Intervenção para a comunidade do Poço da Draga**. Plano de Intervenção para a comunidade do Poço da Draga. Trabalho desenvolvido para a disciplina de Ateliê VI do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Fortaleza, 2017.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.

PEQUENO, Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. **Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Universidad de Barcelona, Barcelona, 26 a 30 de maio de 2008.

PORANGABA, Alexsandro Tenório. **O lugar da habitação de interesse social no ensino de arquitetura e urbanismo no brasil: uma análise curricular (1930-2018)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPG-AU/UFBA), 2019.

RIBEIRO, M. et al. **Conhecendo o Caça e Pesca**. Diagnóstico desenvolvido para a disciplina de Ateliê VI do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Fortaleza, 2018.

ROCHA, Fernanda. C. L.; ALDIGUERI, C. R.; ARRUDA, A. A. **Anatomia da situação de aprendizagem em Paisagismo**, no curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Fortaleza-UNIFOR. In: 12° Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil - 12° ENEPEA, 2014, Vitória - ES. Anais 12o Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, 2014.

ROLNIK, Raquel; et alli (org.). **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa Minha casa minha vida?** Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade! Brasília, Ministério das Cidades, 2010.

SAMORA, Patrícia Rodrigues. **Parâmetros de qualidade para o projeto da habitação em favelas: método de referência para o desenho da moradia**, 2010

Parte 2

Resumos Expandidos (Pôsteres)

Nota: Os resumos expandidos a seguir publicados foram analisados e aprovados por Comitê Científico *ad hoc* em avaliação por pares. A responsabilidade pelo rigor ortográfico, gramatical e normativo é das (os) respectivas (os) autoras (es).

Eixo 3

PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO, PROJETOS DE URBANISMO E A (DES)CONSTRUÇÃO DO COMUM

ORGANICIDADE: CONSCIÊNCIA URBANÍSTICA, ECOLÓGICA E UTÓPICA

Janayna Victória Araujo dos Santos

Graduada em Arquitetura UFBA (Autora)

janav.araujo@hotmail.com**Elaine Mirelly de Almeida Carvalho**

Graduada em Arquitetura UFBA (Co-autora)

elainemirelly@gmail.com**Erivan de Jesus Santos Junior**

Graduando em Arquitetura UFBA (Co-autor)

sannarchi@gmail.com**Fayola Caucaia (Franklin Pereira da Silva)**

Graduada em Arquitetura UFBA (Co-autora)

fayolacaucaia@gmail.com

RESUMO

OrganiCIDADE surge a partir de uma crítica a (re)produção da cidade, levando em conta as problemáticas urbanísticas, partindo do experienciar errante da cidade, como laboratório corpo-urbano, refletindo sobre conforto térmico e ambiental, questionando sobre a carência de arborização nas vias públicas e de espaços pensados para a vivência humana convergindo com o meio ambiente, flora e fauna nativa. Questionamentos levantados a partir de construções artísticas de colagens digitais e analógicas, disseminados pelas redes-sociais e intervenções urbanas provocativas através do lambe-lambe. Pensar numa cidade biofílica, direciona o planejamento para a sustentabilidade e para a qualidade de vida interespecie, além de nutrir uma prática que reduz os impactos gerados pela pegada de carbono em todo o mundo. Cada vez mais na contemporaneidade percebe-se que o pensamento ecológico pode suprir demandas que são elementares, como auxiliar na possibilidade de existência de um futuro saudável para as futuras gerações.

Palavras-chave: Urbanismo; Intervenção urbana; Intervenção artística; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O projeto OrganiCIDADE surge em 2019 como uma provocação visual que questiona a produção do espaço contemporâneo, buscando entender a quem serve o urbanismo proposto atualmente, para/por quais corpos as cidades estão sendo construídas e quais os impactos que este modelo traz a longo prazo.

Sabemos o destino que teremos quando cruzamos dados sociais, históricos e ambientais. Se o presente continuar caminhando tal como fez nos últimos tempos, o futuro não será amigável.

Para Kopenawa (2016), liderança indígena Yanomami, que ajuda a fundamentar as ideias trazidas neste trabalho, as “fumaças de epidemias” serão cada vez mais frequentes se os *napes* (inimigo branco) continuarem usando a terra como fazem. Ele refere-se às cidades e aos problemas que surgem da evolução urbana, das reduções das florestas, e em como isso é reflexo, justamente, da incapacidade capitalista de manter uma coerência entre desenvolvimento econômico e respeito ambiental, e em como isso traz problemas sanitários e de saúde, na atualidade.

Essa capacidade humana em intervir na ordem do planeta está tão presente que em 1985, Paul Crutzen, um químico Holandês, nomeou de antropoceno a era em que estamos, como um período marcado pela presença humana e pelas alterações que nossa espécie causa na geomorfologia e na química do planeta.

Essa relação perversa entre a humanidade e seu único lar se acentua quando somada à lógica capitalista de consumo e acúmulo, que desvincula o ser humano da natureza. Nesse sentido, as cidades perfeitas são exatamente aquelas que contrastam muito bem essa relação homem *versus* natureza, contextualizando o espaço humano como aquele concretado e impermeabilizado, discriminado das zonas florestadas. Esse pensamento direciona a humanidade para um abismo de concreto, onde a falta de árvores não amortece a queda.

A OrganiCIDADE, em estágio inicial de desenvolvimento, propõe críticas a partir da (re)produção gráfica de um espaço existente carente de arborização, espaços de socialização, produção alimentar, lazer e vida, dando-lhe possibilidades que visam suprir essas necessidades, em busca de uma consciência urbanística, ecológica e utópica.

As imagens buscam criar um cenário futuro/presente possível, que irá amenizar as questões ambientais que intensificam a dificuldade de sobreviver nesse planeta.

Esse projeto, como uma provocação visual que questiona a cidade e o urbanismo contemporâneo, tem como finalidade romper com a ordem existente de produção do espaço, sugerindo uma forma outra de experiência urbana, que se alimenta do que a utopia oferece, partindo da compreensão de utopia trazida por Karl Mannheim:

Consideramos utópicas todas as ideias situacionalmente transcendentais (não apenas projeções de desejos) que, de alguma forma, possuem um efeito de

transformação sobre a ordem histórico-social existente. (MANNHEIM, 1968 *apud*. RIBEIRO, 2017)

METODOLOGIA

Tendo como referencial teórico, o estudo de Arquitetura Orgânica idealizado pelo arquiteto e artista austríaco Friedensreich Hundertwasser (1928-2000), que pensa sua arquitetura a partir da ideia de que todos têm o “direito a janela e o dever com a natureza”, bem como os pensamentos e produções de Aylton Krenak, Davi Kopenawa e Gunter Weimer. Aproveita-se aqui do extenso trabalho deste último, acerca da arquitetura popular Brasileira, para entender as possibilidades populares, tradicionalmente construídas pelos diversos povos que passaram a ocupar este território.

Pensando nisso, o projeto se direciona para propor construções de cidades que giram em torno da biofilia (WILSON, 1984), referenciando-se em conceitos ancestrais de construção dos povos originários, como inspiração para o desenvolvimento das investigações desse projeto. Como resolver ou amenizar os problemas que sabemos que estão por vir?

A metodologia do projeto se dá a partir da produção de fotomontagens com colagens digitais e/ou analógicas, utilizando técnicas de colagem, carimbo, desenho e pintura em fotografias dos bairros Federação, Calabar e Barra, localizados na cidade de Salvador, Bahia, construindo imgeticamente esta cidade utópica. Finalmente, essa produção é difundida através das redes sociais e em intervenções no espaço urbano, com lambe-lambe somado ao stencil e ao grafite.

Resultados e Discussão

Este trabalho, de cunho experimental, busca construir um imaginário alternativo e utópico de cidade, produzida pelas e para as pessoas que habitam este espaço, de forma mais equilibrada, igualitária e sustentável.

As fotografias para a elaboração da intervenção artística, foram realizadas em bairros de Salvador com características morfológicas e sociais distintas. Através destas, as colagens e intervenções são realizadas buscando levantar um debate sobre o urbano e quais as formas de se pensar e construir cidades. Quem a produz? Para quem ela é construída? A quem ela serve? Como a transformação do espaço modifica o modo de vida local?

Não é preciso aprofundar-se em muitas fontes para perceber que, na cidade, o aumento do concreto em suas paisagens está diretamente relacionado à evolução urbana. Infelizmente, na medida em que este material rígido, sólido e opaco aumenta, os solos são impermeabilizados e a vegetação torna-se cada vez mais escassa. A redução da vegetação, reduz também a qualidade de ar e conforto térmico, implica em complicações de saúde e desequilíbrio ecológico. Se retiramos das cidades as maiores sequestradoras de carbono para dar espaço à esterilização do solo, aos veículos e às toneladas de gases tóxicos que estes liberam na atmosfera, qual atmosfera esperamos para o futuro?

No censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), mostram uma progressão positiva no percentual da população brasileira vivendo em zonas urbanas entre 1960 e 2010, um aumento de 400%. Por outro lado, nas zonas rurais houve redução de 29% da população no mesmo período. Esta mesma imagem se repete ao redor do mundo e continuará em progressão até o ano de 2050, de acordo com o *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision* [United Nations]. Nesse sentido, janelas com vistas suavizadas e atmosferas com ar respirável serão paulatinamente menos frequentes, menos democráticos, mais agressivos, bem como comprometerão seriamente a saúde de toda uma população.

Aylton Krenak, liderança indígena, ambientalista, escritor e grande pensador brasileiro, sugere, no texto “Ideias Para Adiar o

Fim do Mundo” (2019) - que surgiu da adaptação de conferências e entrevistas com ele - que a queda tem sido uma constante em nossas vidas, que “a gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar” (KRENAK 2019, p. 14), sugere ainda que refletamos o porquê de estarmos desconfortáveis com a queda, uma vez que sempre soubemos que ela seria imprescindível. Por que ainda não nos adaptamos a este movimento?

Esta queda se associa com o que Hundertwasser — artista austriaco que propõe uma estética orgânica em torno das cidades, prezando contra as paredes estéreis, opacas e sem vida das zonas urbanas — afirma,

A impossibilidade da habitação material das favelas é preferível à impossibilidade da habitação moral da arquitetura funcional e utilitária. No que nos acostumamos a chamar de favelas, só o corpo do homem arrisca-se a perecer, enquanto que na arquitetura institucionalmente planejada pelo homem também perde-se a alma. (HUNDETWASSER, *apud* ANGELIKA, 1997)

Se “queda” é metáfora para as formas precárias de manter a vida humana e de tudo que está próximo dela, nas cidades isto está representado na redução do ar puro e das múltiplas paisagens naturais ou na arquitetura institucional citada por Hundertwasser. A arquitetura funcional se relaciona com a ideia da “queda” de Krenak, pois a produção da arquitetura funcionalista direciona a sociedade para o abismo com suas formas construtivas, onde a falta de árvores não amortece nosso choque contra o chão. Krenak (2019) aconselha que, já que não podemos evitar a queda, podemos “aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos”.

Todas as questões levantadas trazem como ponto central pensar coletivamente o uso do espaço urbano, construindo um pensamento para além do eurocêntrico e do modelo capitalista hegemônico. Consumir é o ponto central que organiza uma sociedade

capitalista, sendo também o que rege a produção e transformação do espaço.

O espaço urbano capitalista - fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas - é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. (CORRÊA, 2004)

A discussão acerca da contribuição dos povos pré-coloniais, suas soluções arquitetônicas e construtivas, o uso do espaço e seus modos de relacionamento com o meio ambiente ao longo da história é uma ferramenta no processo contra hegemônico para promover o uso sustentável do espaço urbano.

CONCLUSÃO

No geral, as reflexões levadas para as imagens resultam das experiências vividas pelos integrantes do projeto, a partir de sua vivência do caminhar, capturando as sensações cotidianas, como exaustão térmica, causada pela falta de arborização, a falta de equipamentos urbanos de lazer, descanso e de necessidades elementares, como bebedouros. Tornando o corpo o primeiro laboratório que embasa as propostas visuais, a busca por responder esses questionamentos dá o direcionamento das nossas produções.

A partir desse pensamento sobre o que queremos para o futuro enquanto sociedade, elaboramos esse ideal de cidade a partir das fotos colagens, nos inspirando no trabalho de Hundertwasser com suas produções de arte e arquitetura utópica, partindo também da reconexão com a ancestralidade ameríndia a partir de um pensamento de produção ecológica e sustentável da cidade e das edificações, como (r)evolução da arquitetura e do urbanismo contemporâneo.

Com base nesses questionamentos e embasamento teórico, conclui-se que a cidade não é pensada para a convivência humana

convergindo com o meio. Pensar numa cidade biofílica ou biocêntrica, direciona o planejamento urbano para a sustentabilidade, qualidade de vida e convivência intespécies.

Se o futuro tende a ser urbano, que seja um urbano verde, orgânico e colorido! Inspirada em Krenak, a OrganiCIDADE acredita que soluções criativas garantirão uma queda mais suave, pretendendo através da arte incitar o imaginário de um futuro mais amigável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELIKA, Taschen; FÜST, Andrea Christa; MATTSON, Philip; SOMMER, Maureen Roycroft. **Hundertwasser Architecture: for a more human architecture in harmony with nature.** Alemanha, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** Editora Ática. São Paulo, 2004.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em 18 de ago. de 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** Companhia das Letras. São Paulo, 2016.

RIBEIRO, Diego Mauro Muniz. **Arquitetura radical em disputa: discussões sobre utopias entre o fim dos anos 1950 e início dos anos 1970.** Revista UFMG. Belo Horizonte, 2017. p. 176-203.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2018). **World Urbanization Prospects: The 2018 Revision.** Disponível em <<https://population.un.org/wup/>>. Acesso em 18 de ago. de 2020.

WILSON, Edward. O. **Biophilia.** Cambridge. Harvard University Press, 1984.

GUNTER, Weimer. **Arquitetura Popular Brasileira**. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2005.

HARVEY, David. **The right to the city**. New Left Review. Reino Unido, 2008.

PRAÇA ENFERMEIRA ANA LÚCIA: A PRIMEIRA PRAÇA COMUNITÁRIA DE SARAMANDAIA

Aline Maria Costa Barroso

Doutora em Urbanismo e Ordenação do Território, Universidade Federal da Bahia

prof.aline.ufba@gmail.com**Andreza dos Santos Silva**

Graduanda em Comunicação - Jornalismo, Universidade Federal da Bahia

contatoandrezasantos@gmail.com**Jasmine Rosa Santiago**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia

jasminersantiago@gmail.com**RESUMO**

Este pôster apresenta uma breve discussão a respeito dos processos vividos pelo bairro de Saramandaia, em Salvador (BA), diante da implementação de um espaço livre e comunitário: a Praça Enfermeira Ana Lúcia, resultado da luta e mobilização dos moradores e lideranças do bairro, e mais conhecida como a praça de Saramandaia. O presente trabalho se desenvolve a partir da perspectiva de participantes do projeto de pesquisa e extensão vinculado ao Grupo de Pesquisa Lugar Comum da Faculdade de Arquitetura da UFBA, intitulado *Espaços livres comunitários como elementos de empoderamento da comunidade: O caso de saramandaia*. Por isto, além de apresentar os impactos imediatos causados no bairro e que indicam a apropriação do espaço livre implantado, relata a atuação da Universidade junto à comunidade e sua contribuição no processo de implantação e garantia da qualidade do referido espaço livre.

Palavras-chave: Praça de Saramandaia, Espaços Livres Comunitários, Participação comunitária.

INTRODUÇÃO

A primeira Praça Comunitária do Bairro de Saramandaia, em Salvador (BA) é fruto da mobilização dos moradores e lideranças comunitárias do bairro. Esse espaço pôde ser construído após o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ter sido pactuado entre a JHSF Salvador Empreendimentos e Incorporações e o Ministério Público do Estado da

Bahia com o intuito de compensar o bairro após os impactos gerados com a construção do empreendimento imobiliário Horto Bela Vista, que retirou 33 hectares da superfície equivalente ao bairro.

Em 2010, o Grupo de Pesquisa Lugar Comum iniciou o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e extensão em colaboração com a Rede de Associações do bairro de Saramandaia (RAS). O vínculo foi fortalecido em 2012, a partir da elaboração do Plano de Bairro de Saramandaia, que garantiu oficinas realizadas com e para os moradores. Nesse sentido, em 2015, a Faculdade de Arquitetura (FAUFBA) iniciou o processo de elaboração participativa do projeto de um espaço livre comunitário para Saramandaia, com projeto executivo finalizado em 2016.

Desde o início de 2018, desenvolveu-se outro projeto de extensão que teve como objetivo o acompanhamento do processo de execução desse espaço livre e, assim, somando com os coletivos organizados no bairro, lideranças comunitárias e moradores, este trabalho continua até hoje (setembro-2020). A atuação dentro do bairro englobou desde o acompanhamento da execução do projeto urbanístico, até o auxílio na produção de uma metodologia participativa que integrasse a comunidade no processo de implantação, gestão e manutenção do espaço comunitário, colocando-a como protagonista.

A obra foi iniciada em 2018, mas, por questões burocráticas em torno das empresas terceirizadas contratadas para construí-la,

passou por momentos de suspensão, sendo realizada continuamente apenas em 2019 e finalizada em janeiro de 2020. Não obstante, ainda há desdobramentos desse acompanhamento e futuros projetos em vista, que se relacionam com os impactos e a apropriação e manutenção da praça.

METODOLOGIA

Para este projeto, o empoderamento dos moradores do bairro tornou-se uma importante estratégia para impulsionar a emancipação social desses sujeitos. Esse instrumento foi utilizado na busca pela garantia da expansão da participação e disputa política, assim como na demarcação dos seus devidos papéis enquanto mobilizadores, transformadores e pertencentes desse espaço. Nesse sentido, o projeto em toda a sua atuação almejou manter o diálogo com todos os envolvidos no processo de implementação da praça comunitária, sobretudo com os moradores, visando o estímulo ao protagonismo da comunidade.

Como houve um período de dois anos entre a finalização do projeto e o início das obras, surgiu a necessidade de revisões, que contemplaram alterações relacionadas ao novo perímetro da praça e a previsão de novos espaços no projeto, adequando-o à realidade atual, sem perder os princípios criados em comum acordo com a comunidade. Para tanto, as seguintes atividades foram desenvolvidas: i) reestabelecimento de contato entre a universidade e as lideranças e moradores do bairro; ii) encontros periódicos com as lideranças e moradores, onde o desenho do projeto fora apresentado e explicado; iii) reuniões entre moradores, órgãos públicos e universidade, para conciliar as propostas para o espaço; iv) apoio à comunidade no acompanhamento da obra, que contava com visitas periódicas ao local, além da documentação semanal, através da produção de relatórios, fotografias e vídeos do processo.

Resultados e Discussão

Ao longo da obra de implantação da praça comunitária foi possível notar a aproxima-

ção de moradores ao local enquanto ambiente oportuno para o lazer, sobretudo por crianças, jovens e adolescentes que a utilizavam para práticas esportivas e de recreação mesmo antes da instalação das quadras de futebol, parque infantil ou pista de skate, simultaneamente para manifestações culturais e artísticas. Tal como, uma considerável mudança no entorno imediato à praça, quanto as funções e acessos das casas da vizinhança, que começaram a sofrer modificações com a revitalização das fachadas e inauguração de novos comércios que geram renda extra para as famílias. Ao final da implantação da praça percebeu-se que não só havia ocorrido a apropriação do espaço, mas que apesar de todas as modificações realizadas, o objetivo do projeto, de ser funcional e adequado às necessidades e anseios da comunidade, foi cumprido.

CONCLUSÕES

Pela observação dos aspectos apresentados, acredita-se que estes resultados tenham sido frutos do intenso diálogo com a comunidade a ponto de se compreenderem como sujeitos envolvidos no processo a partir da participação nas decisões tomadas sobre aquele espaço e que, conseqüentemente, efetivou o protagonismo dos moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGUACIL GÓMEZ, J. Espacio público y espacio político. La ciudad como el lugar para las. Espacio público, ciudad y conjuntos históricos. estrategias participativas. PH Cuadernos 22, pp.167-185, Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, 2008.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? - uma discussão conceitual. Revista Debates, v.6, n.1, p.173-187, jan.-abr.2012.
- KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões. Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2011.

REBOUÇAS, Fádia dos Reis. O lugar da periferia como possibilidade de efetivação da participação social no planejamento urbano. 2018. 320 p. Tese (Doutorado-Doutorado em Geografia). Universidade de Brasília, 2018.

Eixo 5

CAMPUS UNIVERSITÁRIO: IMPACTOS URBANOS, SOCIAIS E AMBI- ENTAIS

CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO DAS MORADIAS ESTUDANTIS EM SALVADOR

Aline Barroso

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia

prof.aline.ufba@gmail.com**Mayara Araújo**

Doutora em Geografia, Universidade Federal da Bahia

maiaraujo2006@gmail.com**Sabrina Sacramento**Estudante de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia [sabrinacsacra-](mailto:sabrinacsacramento@gmail.com)mento@gmail.com**Yuri Oliveira**Estudante de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia [yurioli-](mailto:yurioliver90@gmail.com)ver90@gmail.com**RESUMO**

O trabalho aqui apresentado, é um dos produtos da pesquisa “Moradia Estudantil: mapeamento da realidade do habitar na UFBA”, que surgiu da necessidade de um mapeamento das condições de moradia dos estudantes universitários da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tal pesquisa fez um levantamento das moradias estudantis existentes em Salvador, entre setembro de 2018 e março de 2019, com o objetivo de caracterizar e analisar os respectivos entornos. Para tanto, foi priorizada a análise dos equipamentos de saúde e estabelecimentos comerciais do tipo farmácia, mercado e reprografia, a partir do estabelecimento de raios de caminhabilidade. Conclui-se que a maioria dessas moradias estão em contextos urbanos com boa oferta dos equipamentos e que a política de assistência estudantil deve levar em consideração a localização dessas moradias estudantis visando permitir o acesso a equipamentos urbanos e contribuir para o direito à cidade dos estudantes.

Palavras-chave: assistência estudantil, direito à cidade, moradia estudantil, equipamentos urbanos.

INTRODUÇÃO

A presença da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e de demais instituições de ensino superior em Salvador, ocasiona um

fluxo de estudantes para a cidade. A expansão no número de vagas nas universidades e o fortalecimento da assistência estudantil, contribuíram para o aumento deste fluxo nos últimos anos. Muitos destes estudantes recorrem a alguma forma de moradia estudantil: residências universitárias mantidas pela universidade, moradias estudantis ligadas às prefeituras e associações de municípios do interior do estado, pensionatos e imóveis alugados coletivamente. Entendendo que o local de moradia interfere no acesso a equipamentos e diante do contexto apresentado, o trabalho objetiva mapear e analisar o entorno das moradias estudantis existentes em Salvador a partir dos principais serviços de interesse dos estudantes. Os serviços escolhidos para a análise foram os equipamentos de saúde, por serem serviços básicos essenciais, e os estabelecimentos comerciais do tipo farmácia, mercado e reprografia, por sua importância para o cotidiano dos estudantes.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS sobre assistência estudantil e direito à cidade, seguida do levantamento das moradias estudantis existentes em Salvador. O levantamento confirmou a existência de 55 moradias estudantis, das quais 48 foram analisadas e visitadas, as sete moradias restantes não foram incluídas pois não se conseguiu nenhum retorno às diversas solicitações de contato realizadas.

Os dados obtidos foram georreferenciados no *software Google Earth* e complementados com dados da pesquisa coordenada por Juan Pedro Moreno Delgado e por atualizações através do citado *software*. As informações de localização dos equipamentos de saúde foram obtidas nos sites da Secretaria Municipal da Saúde de Salvador (SMS) e da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab). A análise e interpretação dos dados ocorreram com base em Castello (2008).

Para o entendimento da relação dessas moradias com a UFBA, foram estabelecidos contextos de análise, a partir da Reitoria e do Campus Ondina, os dois maiores campus. Foi fixado o raio de 1,5km como o primeiro contexto de análise que abrange o bairro, além de mais duas escalas de análise: a de 3 km, intermediária, e a de 6km que abarca praticamente toda a cidade.

Na sequência, focou-se na análise dos entornos das moradias estudantis. Para tanto, e com base em Castello (2008), adotou-se o raio de caminhabilidade de 400 metros para os serviços de mercado, farmácia e reprografia, pois se configuram como equipamentos da unidade de vizinhança que devem ser acessados frequentemente e a pé. Para os equipamentos de saúde de emergência e de especialidades foi adotado o raio de caminhabilidade de 800 metros, que pode ser feito de modo a pé ou por meio de transporte individual e público coletivo.

Após essas análises foram produzidos mapas e elaborados gráficos que sintetizam a disponibilidade dos equipamentos no entorno das moradias estudantis analisadas, e que estão ilustrados no pôster apresentado no evento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar o contexto de uma moradia estudantil, deve-se levar em consideração diversos aspectos além dos abordados neste trabalho, como por exemplo a existência e a qualidade de espaços públicos, áreas verdes e equipamentos educacionais. No entanto, devido a limitações da pesquisa, foi necessário priorizar a análise dos equipamentos de utilização cotidiana, em relação apenas, a sua oferta.

A partir da análise dos dados coletados, verificou-se que há uma concentração de moradias estudantis dentro dos raios de 1,5 km e 3 km da UFBA e que não foram localizadas moradias estudantis fora do raio de 6 km. Portanto, as moradias estudantis em Salvador mantêm uma relação de proximidade com a universidade, o que contribui para a mobilidade dos estudantes.

Alguns bairros destacam-se pela oferta de todos os equipamentos analisados: Barris, Brotas e Garcia. As moradias existentes nesses bairros estão próximas de, pelo menos, um(a): equipamento de saúde pública, farmácia, mercado e reprografia.

Verificou-se que, entre os equipamentos de saúde, aqueles destinados ao atendimento especializado são o mais presentes, sendo os equipamentos de emergência de presença escassa.

Já no contexto geral, o equipamento com maior oferta no entorno das moradias estudantis é a farmácia e o com a menor oferta é a reprografia, que muitas vezes é um serviço utilizado pelos estudantes dentro do próprio campus universitário. E os únicos equipamentos presentes no entorno de todos os grupos de moradias analisados, com, pelo menos, uma unidade dentro do raio de 400 metros, foram farmácia e mercado.

CONCLUSÕES

A partir da interpretação dos gráficos, conclui-se que a maioria das moradias estudantis localizadas em Salvador estão em contextos com boa oferta dos equipamentos aqui analisados e considerados de utilização cotidiana por estudantes.

Notou-se também que os territórios estudados são diversos quanto a distribuição de seus equipamentos, como por exemplo as moradias localizadas no Garcia, que possuem diferenças na oferta de farmácia. Isto confirma que não é apenas a escolha por um bairro que determina a oferta de equipamentos, e sim o contexto no qual a moradia estudantil está inserida.

Conclui-se que ao pensar em estratégias de permanência de estudantes na universidade, deve-se levar em conta, além da qua-

lidade das moradias construídas, a sua inserção no contexto da cidade, para que além da garantia do direito à moradia, ocorra também o direito à cidade para estes estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLO, Iara Regina. **Bairros, loteamentos e condomínios: elementos para o projeto de novos territórios habitacionais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

MORADIA ESTUDANTIL EM SALVADOR - BA: UM BREVE PANORAMA DE SUAS CONDIÇÕES

Eixo Temático 5 - Campus Universitário: impactos urbanos, sociais e ambientais

Mayara Mychella Sena Araújo

Professora Adjunta na Faculdade de Arquitetura e Professora Colaboradora no PPGAU/UFBA
maiaraujo2006@gmail.com

Aline Maria Costa Barroso

Professora Adjunta na Faculdade de Arquitetura e Professora Colaboradora no PPGAU/UFBA
alinebarroso@gmail.com

Beatriz Aguiar Oliveira Santana

Estudante de graduação de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da UFBA
beatrizaguiaros04@gmail.com

Natiele São Paulo

Estudante de graduação de Arquitetura de Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da UFBA
natiele_saopaulo@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho faz parte da pesquisa “Moradia Estudantil: mapeamento da realidade do habitar na UFBA”, desenvolvida junto ao grupo de pesquisa Lugar Comum, resultando no artigo “A qualidade do habitar na moradia estudantil em Salvador - BA” (SÃO PAULO *et al.*, 2020), que analisa a questão da adequação considerando os componentes: disponibilidade de serviços e infraestrutura, e habitabilidade. Como forma de apresentar algumas das questões do trabalho supracitado, no recorte aqui posto foram consideradas, para analisar esses componentes, apenas, a oferta, qualidade e o alcance da internet; e a frequência de manutenção do imóvel; além da apresentação da satisfação dos moradores. Para isso, a metodologia se resumiu a dois momentos: um de levantamento teórico e outro de trabalho prático, que resultou na listagem, localização e mapeamento das moradias estudantis em Salvador, além da criação de um banco de dados construído a partir dos questionários aplicados, base para as análises realizadas.

Palavras-chave: residência universitária, satisfação dos moradores, condições de infraestrutura e habitabilidade.

INTRODUÇÃO

Diariamente, jovens lutam com o objetivo de ingressar em uma universidade pública de excelência no Brasil e, quando conseguem, batalham para se manter nelas. Algumas cidades do país são consideradas polos universitários e, no contexto da Bahia, ainda que Salvador, na hierarquia de cidades no estado, não possa ser assim considerada, de algum modo assume essa perspectiva, haja vista seu histórico papel centralizador de fluxos, por ser uma metrópole.

Grande parte dos estudantes dos *campi* da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, são provenientes de outras cidades. Este fato pressupõe que, para se manterem na nova realidade, terão diversos tipos de gastos como alimentação, transporte, aluguel etc. Desse modo, as moradias estudantis surgem como um espaço de acolhimento para os universitários em situação de vulnerabilidade socioeconômica e acabam por, de alguma maneira, trazer reverberações nos distintos âmbitos de sua vida – pessoal, acadêmica e profissional.

Diante disso, destaca-se que este trabalho é fruto de uma pesquisa maior que buscava caracterizar as moradias estudantis de Salvador como adequadas ou não, levando em

consideração componentes ligados às discussões promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). O recorte aqui apresentado mantém aspectos da metodologia original, no entanto apenas traça um panorama das condições dessas moradias, a partir da análise dos componentes disponibilidade de serviços e infraestrutura, no que tange a oferta, qualidade e o alcance da internet; e habitabilidade, no que se refere a frequência de manutenção do imóvel. Por fim, apresenta-se a satisfação dos moradores.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizada uma revisão de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS para a fundamentação de conceitos relacionados à temática moradia adequada. Em seguida, o trabalho de campo envolveu duas etapas: a primeira ligada a listagem das moradias estudantis em Salvador, que totalizou 72, das quais se confirmou a existência de 55 e 48 foram localizadas e mapeadas, sendo que 43 são vinculadas à municípios da Bahia e/ou associações estudantis – chamadas de Moradia Não UFBA (MNU) – e cinco mantidas pela UFBA – entendidas como Moradias UFBA (MU).

A segunda etapa foi voltada à coleta de informações primárias por meio de dois questionários: um com questões referentes às condições do imóvel que dava conta, entre outras informações, da situação legal da moradia, da frequência de manutenção do imóvel, das condições das instalações hidráulicas e elétricas, do quantitativo de eletroeletrônicos, dos possíveis problemas na oferta de serviços e infraestrutura, do acesso à internet e o alcance da rede WiFi. E o questionário perfil que, entre outras questões, dava conta da satisfação do morador com relação à moradia estudantil.

Para este trabalho, optou-se pela definição de um recorte e as análises aqui realizadas se relacionam apenas à disponibilidade de serviços e infraestrutura (pela análise dos dados relacionados à oferta, qualidade e o alcance da internet) e a habitabilidade (a

partir da questão da frequência de manutenção do imóvel). Para além disso, apresenta-se a satisfação dos 95 estudantes UFBA e moradores das MNU. Sinaliza-se que apenas este quantitativo foi considerado, visto que a participação dos moradores das MU foi consideravelmente baixa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, a qualidade da moradia se relacionou com a capacidade desta de atender às demandas de seus moradores, já que “não é apenas [...] um objeto físico de quatro paredes, um teto, mas a [...] possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à educação, à saúde” (ROLNIK, 2012, p. 38), sendo fundamental para a dignidade humana, como está exposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e na Constituição Federal de 1988.

Partindo dessas considerações, procura-se apresentar algumas das características que uma moradia estudantil deve ter, alcançando (ou não) a satisfação de seu morador. Para tal, estudou-se os componentes discutidos no Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, durante a reunião da ONU, em 1991, e dois foram selecionados para embasar as análises aqui postas: a disponibilidade de serviços e infraestrutura (quanto a oferta, qualidade e o alcance da internet) e a habitabilidade (quanto à frequência de manutenção do imóvel) (ONU, 1991 apud MASTRODI; ALVES, 2016, p. 35).

Ao analisar as MNU e as MU quanto à disponibilidade de serviços e infraestrutura, apesar de todas as 48 moradias estudantis terem oferta do serviço de internet, tem-se que em nove MNU (ou 21%), os representantes alegaram problemas quanto a qualidade desse serviço, no que tange a estabilidade, e sete casas (ou 16%) tem problemas quanto ao alcance, ou seja, o sinal não contempla todo o imóvel.

Com relação às MU, apesar de na maioria das moradias seus representantes afirma-

rem que o sinal de WiFi alcança todo o imóvel, o que chama atenção é que em 60% existem problemas com relação a qualidade do serviço de internet. Tal situação pode estar ligada à ausência de fibra óptica na região onde algumas estão localizadas, entre o Corredor da Vitória e a Graça, explicação apontada pelos moradores no momento da aplicação dos questionários.

Para se discutir a habitabilidade da moradia, tem-se que falar sobre as condições físicas e de salubridade do imóvel. Assim sendo, quanto a este componente, em relação às MNU e MU, destaca-se a importância da manutenção de cada moradia, visto que, para garantir ao morador um ambiente salubre, todos os espaços devem ser funcionais e confortáveis. Dessa forma, no que diz respeito à frequência de manutenção do imóvel, nas MNU, percebe-se que apenas duas (ou 5%) recebem manutenção periódica, o que é considerado a frequência mais apropriada para as moradias. Por outro lado, tem-se que 12 moradias (ou 28%) nunca recebem manutenção e 15 delas (ou 35%) quase nunca a recebem, enquanto 14 (ou 33%) obtêm sempre que solicitada. Nesse contexto, observa-se duas possibilidades: ou as moradias carecem de reparos e estão em condições ruins, ou não estão necessitando de manutenção e por isso não a recebem.

Partindo para a frequência de manutenção do imóvel nas MU, percebe-se uma situação mais específica, visto que as demandas são diretamente ligadas ao setor de patrimônio da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), responsável por esses ajustes. Nenhuma das cinco moradias ficam sem receber manutenção, sendo que duas a recebem periodicamente e, como mencionado anteriormente, configura uma melhor situação.

Dado o contexto referente às condições das moradias, surgem considerações quanto a satisfação do morador em estar nesses espaços. Nesse sentido, seria possível pensá-la a partir da questão “como você se sente morando na residência?”, presente no

questionário do perfil do estudante. Observa-se que 51% dos moradores estão satisfeitos em morar nesses espaços, ainda que 18% estejam insatisfeitos. Também é importante ponderar que os dois extremos – muito satisfeito e muito insatisfeito – equivalem, cada um, a 2% dos moradores. Esse contexto levanta duas hipóteses: ou os moradores se sentem contemplados com a moradia, mesmo ela apresentando problemas; ou se reconhece a importância política desse espaço e a satisfação está ligada com o pertencimento. Nesse sentido, ainda que se possa considerar que uma proposição não invalida a outra, identifica-se nesse cenário a importância dada à moradia estudantil pelos estudantes.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, vale ressaltar que em nenhum momento houve a intenção de traçar um comparativo entre as categorias MNU e MU, isto porque os contextos em que estão imersas têm disparidades, desde aquelas que envolvem o quantitativo – são 43 MNU e apenas cinco MU – até a grande diferença quanto a amplitude de atendimento. No caso das MNU não moram apenas estudantes UFBA e as MU abarcam apenas esse público.

Outra conclusão possível é de que as moradias estudantis em Salvador apresentam contextos diferentes entre si, ainda que apontem para certo equilíbrio no que tange a satisfação dos moradores. Mesmo assim, é fundamental abrir espaço para a discussão de investimento e manutenção das moradias, buscando a continuidade desse equipamento público, afinal, ter direito à cidade é também ter direito à moradia.

Nesse sentido, é fundamental que as moradias sejam vistas como espaços de resistência política e geridas de forma a manterem suas condições físicas apropriadas para o morar. Ressalta-se, então, o papel das administrações, sejam elas advindas das prefeituras, associações ou da própria UFBA, de forma a incentivar o investimento e melhoria constante desses espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Acesso em: 17 jun. 2019.

MASTRODI, Josué; ALVES, Ederson dos Santos. A segurança jurídica da posse como pressuposto do direito fundamental à moradia. **Revista Direito da Cidade**, v. 09, n. 1, 2016, p. 22-49. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/313090473_A_SEGURANCA_JURIDICA_DA_POSSE_COMO_PRESSU-](https://www.researchgate.net/publication/313090473_A_SEGURANCA_JURIDICA_DA_POSSE_COMO_PRESSU)

POSTO_DO_DIREITO_FUNDAMENTAL_A_MORADIA>. Acesso em: 17 jan. 2020.

SÃO PAULO, Natiele, *et al.* **A qualidade do habitar na moradia estudantil em Salvador - BA**. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2020. (*in mimeo*).

ROLNIK, Raquel. Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes. **Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, n. 05, ano 2, p. 37-42, 2011. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/005/original/emetropolis_n05.pdf?14478>. Acesso em: 17 jan. 2020.

Eixo 6

INTERDISCIPLINARIDADE NA INTERAÇÃO UNIVERSIDADE- SOCIEDADE-CIDADE

GEOPROCESSAMENTO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DA VILA DE IGATU, REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA

Catharina Rodrigues Araújo

Graduanda, Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR

cathasaraujo@gmail.com

Paulo Sérgio Monteiro Mascarenhas

Mestre, Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR

psmmascarenhas@gmail.com

RESUMO

A Vila de Igatu, distrito do município de Andaraí, na região da Chapada Diamantina, tornou-se um lugar de atrativos turísticos por abrigar uma variedade de patrimônios arquitetônicos de valor histórico. Sendo assim, faz-se necessária a discussão acerca da história, visto a importância da preservação dessas memórias. O presente artigo teve o intuito de mapear os casarões históricos da Vila, classificar os seus estilos arquitetônicos, identificá-los quanto ao uso e avaliar os seus estados físicos de preservação e conservação. Tais objetivos foram possíveis através da utilização de softwares de geoprocessamento, bem como coleta de dados na base de instituições patrimoniais e de estatísticas, e visitas técnicas in loco. Os dados obtidos concluíram que a Vila de Igatu mantém preservado as suas edificações históricas, contudo não possui uma cultura de conservação dos seus patrimônios arquitetônicos, sendo indispensável a intervenção local sobre estas riquezas a fim de propagá-las como atrações turísticas para a região.

Palavras-chave: Patrimônio arquitetônico. Estilos arquitetônicos. Conservação do patrimônio. Conservação do patrimônio.

INTRODUÇÃO

Segundo a UNESCO (2004), patrimônio cultural são monumentos, tais como obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Ou seja, um

legado passando por gerações que mantém a história de uma sociedade contada através de características físicas de uma região.

Tratando especificamente de obras arquitetônicas, pode-se, através de características manifestas pelas suas fachadas, entender o tempo retratado e seu estilo. Tais características estão presentes na Vila de Igatu, pequeno distrito da cidade de Andaraí, na região da Chapada Diamantina/Bahia.

A vila de Igatu tornou-se um lugar de atrativos turísticos por abrigar uma variedade de patrimônios históricos arquitetônicos, além de reunir numerosos encantos naturais. Formada desde o século XIX, a pequena vila possui uma série de casarões antigos que detêm em sua arquitetura sinais da ascensão e decadência do garimpo, no qual representam a memória da história desta sociedade.

Entretanto, zelar pelo patrimônio é fundamental. Arquitetonicamente falando, toda edificação tem um período de vida útil estimado. De acordo a NBR 8161 de 2003, esse período a ser estabelecido por projetistas são de 50 (cinquenta) anos. Contudo, ao tratarmos das edificações passadas, analisamos diferentes formas e técnicas construtivas.

Igatu é uma vila tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), não podendo ter as fachadas das edificações alteradas, e tem como principal fonte econômica o turismo. Ou seja, conser-

var e preservar esses casarões antigos impacta diretamente nos contextos sociais, políticos e econômicos da vila e região.

Esta pesquisa teve por objetivo mapear esses casarões, classificar os seus estilos arquitetônicos, identifica-los quanto ao uso e avaliar os seus estados físicos de conservação, para despertar e conscientizar a população local sobre estas riquezas a fim de propagá-las como atrações turísticas para a região.

METODOLOGIA

A Vila de Ipatu se tornou um museu vivo da mineração de diamante no Brasil. Conhecer e conservar o conjunto arquitetônico histórico mantém dinâmica a identidade cultural e história do local. A pesquisa partiu da inquirição histórica da Vila, com intuito de explorar os patrimônios arquitetônicos identificando suas características que revelam o estilo arquitetônico da época.

Através do estudo de artigos e livros foi possível dar início a pesquisa, sendo estes o suporte para conhecimentos da história do período estudado, bem como entender os estilos arquitetônicos utilizados, simultaneamente ao estudo da Vila de Ipatu por meio da coleta de dados na base eletrônica do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – e também visita eletrônica ao local através do programa computacional Google Earth, que possibilitou o pré-conhecimento das edificações analisadas.

Com o levantamento de dados das informações preliminares alcançados, a visita de campo foi realizada para registro fotográfico, anotação de coordenadas geográficas e análise final do estado atual e uso das edificações. Com os dados coletados, foi elaborado, por intermédio teórico, a classificação dos estilos arquitetônico, grau de conservação e preservação e uso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliando as edificações históricas da Vila de Ipatu, foram cadastrados 79 imóveis e

inicialmente classificados de acordo o uso, sendo comercial, residencial e institucional. A Vila é predominante residencial com 56,96% das edificações usadas como moradia, 39,25% como comércio e 3,80% institucional. A região é predominantemente colonial, tendo grande destaque o estilo rústico (estilo local caracterizado por imóveis de pedra), o rústico/colonial (junção dos dois estilos em uma só edificação), assim como traços similares ao estilo eclético.

Ao analisar a conservação dos casarões verificou-se que, de acordo com os dados obtidos através do cadastro, a Vila de Ipatu, em sua maioria, mantém a originalidade das suas construções perdurando 97,47% das edificações analisadas quanto a preservação, sendo 2,53% edificações que sofreram reformas com alterações das construções originais.

CONCLUSÕES

A conservação dos casarões analisados, de acordo com os dados obtidos através do cadastro, demonstra que a Vila de Ipatu, em sua maioria, mantém a originalidade das suas construções. Perdura 97,47% das edificações analisadas quanto a preservação, sendo 2,53% edificações que sofreram reformas com alterações das construções originais, contudo não há uma cultura de conservação do seu patrimônio arquitetônico.

As edificações preservadas que não são conservadas correspondem a 59,49%. Como a Vila configura-se em um polo turístico, vê-se que as edificações comerciais são as que mais mantem as suas características originais preservando-as até os dias atuais.

O conjunto arquitetônico, juntamente ao urbanístico e paisagístico de Ipatu, foi tombado pelo Iphan no ano 2000, o que faz surgir a questão: como explicar o estado precário do sistema de preservação e conservação de patrimônios históricos, sendo estes tombados por um órgão nacional? Como relata Braga (2018): “a resposta, provavelmente, está na qualidade da política que rege as ações da cidade em questão, uma

vez que o incentivo político é um dos principais fatores que podem possibilitar um maior zelo com o patrimônio de uma cidade.”

Toda cidade ou região possui uma história através da sua fundação que, por vezes, é refletida através de seus valiosos monumentos. A demolição ou reformas são inevitáveis ao decorrer dos anos, contudo, ainda é possível ver resquícios antepassados em muitas edificações no qual precisam perpetuar-se de modo a manter viva a história da localidade. A Vila de Igatu, assim como toda a região da Chapada Diamantina é formada por edificações primordiais, e através deste trabalho pôde-se analisar os quão preservados e conservados estão esses imóveis, concluindo que, por ser uma Vila tombada a quase duas décadas, a mesma traz consigo a originalidade de suas estruturas, porém, mediante dados analisados, 59,49% das edificações não são conservadas. Com isso, entende-se que as políticas públicas, responsáveis legais por tais culturas materiais, tem por obrigação incentivar aos moradores políticas de ações educativas, estabelecendo uma cultura de cuidado com a história da sua cidade, apresentando-lhes não só os benefícios socioeconômicos que a Vila de Igatu como polo turístico pode trazer, mas para que entendam a importância de ter um legado histórico através de sua cultura material

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Cyntia. Lugar de memórias...memórias de um lugar: Patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. **PASOS**. Vol. 6 Nº 3 p.569-590. 2008. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/6308/PS0308_13.pdf. Acesso em: 17 jun 2019.

BRAGA, Mariana. Diagnóstico de tombamentos de patrimônios históricos e culturais no município de Vitória da conquista – Ba. Integrart - **Revista Eletrônica da FAI-NOR**, Vitória da Conquista, v.3, n.2, p. 190-203, jul./dez. 2018

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. Ed.1988.

FUNARI, PELEGRINI, et al. **Patrimônio histórico e cultural**. Ed. Zarah, Rio de Janeiro. 2006.

IPHAN. **Manual de Aplicação do Inventário Nacional de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS Culturais/INRC**. Brasília, 2000.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação patrimonial: orientação para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco, 2004.

MEDEIROS, Renato. **Um olhar sobre patrimônio histórico arquitetônico de Assú/RN: análise dos usuários e do ponto de vista técnico**. Natal, RN, 2006. Disponível em: ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/RenatoM_Capa_ate_pag70.pdf. Acesso: 18 jun 2019.

UNESCO. **Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**, adaptada pela Conferência Geral na sua décima sétima sessão. Paris, 16 Nov 1972, WHC-2007/WS/2. Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/conventiontexte>. Último acesso em 20 de junho de 2019.

LEITE, Edson; MARQUES, Jane. **PATRIMÔNIO HISTÓRICO: turismo cultural e a interface com a divulgação digital**. Santos, set. 2007. Acesso: 20 jun. 2019

ROLIM, Eliana. Patrimônio histórico, memória, história e construção de saberes. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal. **ANPUH**, jul 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/recursos/anais/27/1371265630_ARQUIVO_ArtigoXXVIIISimposioNacionalversaofinal.pdf. Acesso: 20 jun. 2019

GEOPROCESSAMENTO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO HISTÓRICO DA CIDADE DE ANDARAÍ, NA REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA - BA

Letícia Coêlho de Oliveira

Graduanda, Faculdade Independente do Nordeste- FAINOR

leti.coelhoo@gmail.com

Paulo Sérgio Monteiro Mascarenhas

Professor Mestre, Faculdade Independente do Nordeste- FAINOR

psmmascarenhas@gmail.com

RESUMO

A Chapada Diamantina, região rica em belezas naturais, possui patrimônio arquitetônico revelador de um conjunto de informações que buscam manter a história da sua população. A cidade de Andaraí, pertencente a essa região foi desenvolvida em meados do século XIX, em função da exploração do garimpo. Refletindo o período de crescimento, evidenciam-se características regionais nas edificações que permeiam entre o estilo, neoclássico, neocolonial, eclético etc. A pesquisa mapeou os casarões e analisou o seu tipo de uso, além de pontuar os estilos arquitetônicos das construções e o grau de conservação; explanando a sociedade a consciência da preservação dos ditos casarões, mantendo o histórico regional presente, além de fortalecer a sensação de pertencimento, senso de comunidade e a preservação do meio em que se vive. Para atingir os objetivos propostos foram utilizados softwares empregados na pesquisa para geoprocessamento, como o QGIS 2.18 e o Google Earth, que auxiliam na obtenção dos dados. Na plataforma do IBGE informações urbanas foram coletadas.

Palavras-chave: Estilo Arquitetônico, Mapa de Uso, Patrimônio Arquitetônico, Preservação.

INTRODUÇÃO

Entender a história de uma localidade é entender seu passado e ter a referência de

uma identidade cultural, além de um pertencimento a um local específico. A cidade de análise foi Andaraí, em função da relevância do seu patrimônio. Sendo assim, fazer um levantamento de dados sobre a região, sua formação e seu patrimônio e o estado de conservação desses é de importância significativa para a comunidade local e para o entendimento da historicidade do estado e do país, justificando a realização desse estudo.

Partindo dessas informações, este estudo levanta o seguinte problema: Qual o grau de preservação dos casarões do município de Andaraí na Chapada Diamantina – BA? Tem como objetivo geral: verificar o grau de conservação dos casarões na cidade de Andaraí – BA. Identificar os estilos arquitetônicos presentes nos casarões, mapeamento dos casarões e uso dos prédios históricos.

METODOLOGIA

Ao elaborar a pesquisa foi utilizado o método empírico exploratório. Em que foi realizado o levantamento fotográfico dos casarões para análise posterior. Com a localização desses casarões, algumas fermentam auxiliaram na organização dos dados obtidos, gerando uma melhor visualização das informações reunidas.

Para atingir os objetivos propostos a utilização de softwares empregados na pesquisa para geoprocessamento, como o QGIS 2.18 e o Google Earth, que auxiliam na obtenção dos dados mapeando assim os casarões.

Após identificar os estilos das fachadas históricas na cidade de Andaraí posteriormente pontuar o grau de conservação (conservado ou não conservado), tipo de usos (residencial, público, comercial ou misto), e mapeamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Ruben Oliven (2003, p.77), “o termo patrimônio – em inglês heritage – refere-se a algo a ser preservado e que, por conseguinte, deve ser preservado”. Entende-se então que contempla a herança material de determinada sociedade, preservar-se-á da destruição o conjunto dos bens arquitetônicos já não mais integrados nas cidades atuais.

Os prédios que já não fazem parte da cidade são aqueles que estão fora do estilo atual, já que a cidade passa por mudanças significativas ao longo do tempo com demolições e novas construções em um processo dinâmico. Porém são esses prédios que contam a história da localidade e por isso mesmo são patrimônio cultural. Preservando a memória cultural de uma geração ou um povo.

Para Lima (2011), a memória cultural representa a “dimensão concreta das relações sociais”, tendo um papel ativo na sociedade à medida que a posse ou não de determinado objeto define diferenças sociais, estabelece identidades de grupos, promovendo mudanças culturais e sociais significativas.

Quando se tem uma memória cultural preservada se tem uma identidade e uma necessidade de preservação da sensação de pertencimento a algum lugar, necessário ao ser humano. Uma vez que, é preciso conhecer o passado para compreender o presente e ter noção do que o futuro pode esperar.

[...] o passado incluso na memória coletiva é hoje mais longo, mais rico e mais bem datado do que foi anteriormente”. Considerando a importância dos vestígios materiais do passado como “suportes da memória coletiva e transgeracional. (POMIAN, 2000, p. 515).

O patrimônio cultural arquitetônico conta a história de acontecimentos anteriores, a construção de uma memória coletiva que deve ser preservada para que as gerações futuras possam compreender os caminhos que levaram até onde chegaram. É uma construção coletiva de identidade e pertencimento e por isso, devem ser preservados e conservados. Sendo até mesmo importante fonte de renda econômica e melhoria socioambiental.

Atualmente existem muitas fontes de suporte cultural material, sejam ruínas, livros, fotografias e até mesmo objetos de coleções pessoais, mas como afirma Pomian (2000), para serem feitos foi necessário o emprego de um tipo de tecnologia que também não deve ser desprezada para que permita entender os passos futuros de uma comunidade.

A arquitetura brasileira, de 1816 até o início do século XX, se caracteriza pela importação de estilos estrangeiros. Primeiro o Neoclássico, puro e bem acadêmico. Depois, a partir de 1860, com a chegada de outros estilos historicistas, o Neoclássico começou a perder espaço e predominou o Ecletismo. Quando se iniciou a República, o apego às formas tradicionais já havia se perdido, bem como as feições Neoclassicismo (CARVALHO, 2012).

O estilo de arquitetura varia muito de uma época para outra, revelando ainda as experiências, as formas, os gostos e preferências bibliográficas de cada época com peculiaridades que favorecem o entendimento inclusive do poder econômico, do uso e ocupação do solo, além do modelo de cidade que a fundação proporcionou (ALMEIDA, 1997).

Sendo assim, estilo é considerado como a própria essência de uma manifestação arquitetônica (ALMEIDA, 1997). E por isso mesmo precisa ser identificado, pontuados, preservados e conservados para que a história e a memória coletiva do povo estejam sempre evidentes e conservadas.

Através dos resultados obtidos, foi possível quantificar e realizar algumas análises com as informações. Os estilos arquitetônicos foram pontuados pelo do conjunto de elementos que os definem e período construído, sendo subdivididos em três formas de análise, a partir do seu grau de conservação, do tipo de uso das edificações e estilo arquitetônico.

No estudo de estilo arquitetônico foi constatado que 42,5% das residências analisadas são do estilo neocolonial, 40% são de neoclássico, 7,5% são consideradas ecléticas e 2,5% pontuada como regional. Com a presença 2,5% colonial, permeando entre o eclético e neocolonial 2,5% e entre o neocolonial e neoclássico 2,5%.

Já no mapa de uso ficou empregado que 55% das construções são de uso residencial; 15% são de serviços e 17,5 % são de uso comercial, 12,5% uso misto.

As edificações que tiveram como finalidade de uso público, mantiveram 100% conservadas. Sendo assim um fator de destaque, devido o capital empregado e o uso contínuo dessas edificações, necessitando de adaptações para suas funções, porém sem alterações na fachada.

Quanto à preservação das edificações constam edificações com 52,5% conservadas, 10% não foram conservadas, com o nível intermediário foram 35%, e concluindo com 2,5% com estilo descaracterizado e não conservada.

Analisando as edificações locais foi possível notar e identificar que existe um padrão em foco de pinturas adotados nos prédios públicos da cidade de Andaraí coaduna a conservação do patrimônio histórico, sendo claro os cuidados existentes.

CONCLUSÕES

Com o estudo realizado foi possível classificar os casarões existentes e assim afirmar que a cidade de Andaraí está em um nível intermediário de conservação patrimonial. Surgindo à necessidade de fomentar a população local com a importância da preservação de sua história, podendo servir como economia local a exploração do turismo, não apenas pelas belezas naturais, mas também pelo legado arquitetônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty de. **A vitória na renascença bahiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na primeira república (1890-1930)**. Dissertação apresentada no Mestrado de Arquitetura e Urbanismo d Universidade Federal da Bahia. Salvador: MAU.UFA, 1997.

CARVALHO, Édis Evandro Teixeira de. **A arquitetura neocolonial: a arquitetura como afirmação denacionalidade**. 2002. 202 f. il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo com Ênfase em Conservação e Restauro) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011.

OLIVEN, R. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, R. e CHAGAS, M.(orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, pp.77-80.

POMIAN, Krzystof. Memória. In: GIL, Fernando. **Sistemática Porto**: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2000.

O NEOCLÁSSICO COMO MANIFESTAÇÃO DE PODER; UM SÍMBOLO ELITISTA DA POPULAÇÃO CONQUISTENSE

**Icaro Paraguassú Santos, Jamille Graciete Souza Ribeiro,
Mércia Francinni dos Anjos Cordeiro Santos e Naiana de Sousa Almeida**
Graduandos em Arquitetura e Urbanismo, UNINASSAU/Vitória da Conquista-BA
Larissa Grazielle Silva dos Santos
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU/FAUFBA
jamillegraciete@gmail.com

RESUMO

Este artigo trata da análise crítica das edificações contemporâneas com traços que evocam características do estilo Neoclássico, situadas na cidade de Vitória da Conquista. Inicialmente, faz-se uma introdução apresentando o objeto de estudo, o objetivo e processos metodológicos empregados, bem como a justificativa para a corrente abordagem. Em sequência é apresentado ao leitor as questões que permeiam o surgimento e estabilização do Neoclassicismo no território europeu, e, posteriormente, sua instauração no território brasileiro, além das consequências dessa instauração. Seguidamente, após observação de algumas edificações, exibe-se as contraposições que surgem como consequência das instalações destas. Por fim, há o fechamento do artigo partindo dum posicionamento crítico a essa tendência construtiva.

Palavras-chave: Edificações contemporâneas, Neoclassicismo, Vitória da Conquista.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa expor, de maneira simplificada, embora provocativa, os estudos realizados acerca da arquitetura contemporânea, que se estabelece, eventualmente, retomando características mistas da arquitetura neoclássica, que entrou em vigência no decorrer do século XVIII. Objetiva-se também, através deste, contribuir para o entendimento do leitor acerca da proporção das ponderações que constituem um estilo arquitetônico e as interpretações ge-

radas através de seu concebimento em diferentes períodos históricos. O objeto de estudo supracitado compreende um conjunto de edificações intrínsecas ao movimento pós-moderno que está inserido no município de Vitória da Conquista. Apresentando um dos maiores e mais crescentes PIB do interior do Nordeste, é notório que a cidade dispõe de índices econômicos que estão gradativamente em ascensão. Partindo desse pressuposto, fica claro que este cenário se revelaria também na concepção da arquitetura na cidade.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados sintetizaram-se em pesquisa bibliográfica, estudo de campo, estudo de caso, resumindo num objetivo de exploração e aprofundamento do conhecimento acerca do objeto de estudo; sequencialmente, foram feitas entrevistas virtuais a fim de compreender o cenário geral que a pesquisa se incidia; cabe ressaltar, entretanto, que as entrevistas virtuais surgiram como resposta à situação de quarentena que a população se encontrava no período vigente. Foram analisados edifícios dotados de elementos neoclássicos como um escritório de advocacia, uma casa de eventos, uma clínica estética, uma instituição filantrópica e uma loja de departamentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As fundamentações sobre a qual estas construções se solidificam, muitas vezes são dotadas de grandes conotações histórico-soci-

ais que são reveladas nos entremeios do espaço urbano da cidade. As segregações sociais que se revelam na constituição urbana de um determinado meio, também se fazem presentes e se reafirmam nas fachadas dos edifícios.

Nesse sentido, foi possível observar o predomínio do uso desse estilo nas zonas urbanas que detêm a concentração da população da alta-sociedade; zonas, estas, que geralmente se encontram geograficamente nas periferias da cidade. Pôde-se constatar esse fato através dos diagnósticos socioeconômicos elaborados pela própria prefeitura de Vitória da Conquista, onde aponta um aumento gradativo no setor de serviços dessas zonas supracitadas, resultando numa supervalorização dos lotes e consequente especulação imobiliária, acarretando uma evidente segregação social no espaço urbano da cidade.

Consonantemente, nota-se, portanto, que o “gosto” neoclássico é característico das elites sociais. Os motivos que embasam esse fundamento surgem, constantemente, em torno da supervalorização dos moldes europeus. Sendo assim, os processos construtivos característicos do Brasil, por serem populares, tornam-se também antiquados para expressar o poderio dessa população, ficando nítido o surgimento de um absoluto estado de segregação e de afirmação de poder, mesmo que indiretamente, na medida que são instalados tais edifícios no meio urbano.

Pelo viés artístico nota-se também que é incongruente o uso de tais particularidades. Elas não advêm, exclusivamente, da noção imaginativa dos construtores; do contrário, seguem uma margem limitadora que foram estabelecidas no período clássico e ponderadas no Renascimento, precisamente através de estudos de diversos arquitetos como Vitruvius, Palladio e Alberti; logo, são apenas mera repercussão de detalhes decorativos, ou, segundo Louis Hautecoeur “uma imitação tão fora de propósito” (HOUTECOEUR, 1943, p.461, apud BENÉVOLO, 1960, p.62).

CONCLUSÕES

Essa estética se faz presente em edifícios ligados a grupos e instituições da sociedade, geralmente da elite, conhecidos por seus altos valores morais, fraternais, filosóficos e que valorizam os ideais clássicos e se apropriam deles como símbolos de racionalidade, ordem e sucesso. Ordem? Sucesso? Percebe-se uma enorme ausência de representatividade de todas as gamas da sociedade; o que há, de fato, é o delineio de um agressivo contraste com a realidade. A estética clássica parece não se encerrar apenas na forma concreta, mas atua como uma espécie de entidade viva, trazendo consigo um espírito próprio, cujo intuito é refletir a elevação do homem por meio de altos padrões morais, filosóficos e meritocráticos. Entretanto, esse espírito se mostra um tanto egocêntrico e injusto. Se presentifica na contemporaneidade conquistense por meio de suas formas arquitetônicas refletindo em suas colunatas e paredes a ascensão dessa classe social que se desponta, em contraste com os demais meandros da população que ficam a margem dessa magnificência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENÉVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo, Editora Perspectiva, 3ª edição, 2001.

CORRÊA, R., L. **O espaço urbano**. São Paulo, Editora Ática, 2004.

DOCPLAYER. TRIANA, A.; SILVA, E. M. **Arquitetura Neoclássica: ideia, método e linguagem**. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/115563419-Arquitetura-neo-classica.html> >. Acesso: 08 de abril de 2020.

GALÉ, P., F. **Whinckelmann: uma história da arte entre a norma e a forma**, versão corrigida, São Paulo, 2016. (Departamento de Filosofia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

GOULART, N. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo, Editora Perspectiva, 9ª edição, 2000.

PREFEITURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA.
**Plano estratégico Vitória da Conquista,
2020. Produto 06, Tomo II, Volume II.** Dis-
ponível em:

<https://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/PMVC_PDDU_Produto_06_Tomo_II_Volume_I_Diagn%C3%B3stico-Socioeconomico.pdf>.
Acesso 16 de outubro de 2020.

OBSERVASSA: A CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Mayara Mychella Sena Araújo

Professora na Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador – Brasil
maiaraujo2006@gmail.com

Carla Neves Mariani

Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador – Brasil
carlanmariani@gmail.com

Caio Vinícius Deiró Teixeira da Silva

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador – Brasil
caiovdeiro@gmail.com

Clara Souza Ferreira Rocha

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador – Brasil
cllarasrocha@gmail.com

Jonas Oliveira Santana

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador – Brasil
jonas-santana15@hotmail.com

RESUMO

A intenção do pôster é apresentar, a plataforma digital observaSSA - observatório de bairros Salvador - onde tratamos a respeito de dimensões históricas, socioeconômicas, estatísticas e culturais através da construção e conexão de novos saberes e da aproximação com a sociedade. Entendemos também como necessária a discussão sobre as adaptações metodológicas que foram efetuadas no observatório, ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus, e como este formato repercutiu na compreensão e na produção de conhecimento do espaço urbano no observaSSA. Tal conjunto expositivo pode contribuir para a ampliação dos debates a respeito da elaboração, troca e conexão entre universidade e sociedade, objetos de análise que conduzem o eixo temático em proposição.

Palavras-chave: Bairros; Observatórios Urbanos; Saberes; Sociedade.

INTRODUÇÃO

A compreensão da realidade social e urbana das cidades a partir da análise de informações coletadas (de forma censitária ou amostral) em domicílios, não pode se dar senão ligadas ao território a que pertencem.

Da mesma forma, o estudo dessas informações na escala da metrópole não assegura a fidelidade à realidade, principalmente diante do cenário de desigualdades econômica, urbana e de acesso que assolam as cidades brasileiras. A ideia de trabalhar com os dados sociais e econômicos coletados nos censos do IBGE assim como democratizá-los, desagrupando-os entre os bairros que constituem a cidade, tal como disponibilizados pelo Painel INFORMS/CONDER, de alguma maneira surge em resposta a esse cenário.

Nesse sentido, o objetivo da plataforma é se dedicar ao estudo, sistematização e divulgação desses dados socioeconômicos e sobre temas relevantes (história, agenda cultural, notícia e afins) referentes à escala do bairro, tendo como recorte empírico a cidade de Salvador.

A construção desta plataforma foi a alternativa adotada para a democratização do acesso a essas informações para o público externo; e o Instagram a ferramenta para sua divulgação. Vimos com elas a possibilidade para nos aproximarmos da sociedade, bem como conectar saberes.

METODOLOGIA

Certamente, não seria possível apresentar cada um dos caminhos metodológicos experienciados desde o pensar até a concepção do observaSSA, sua vivência perpassa pelo exercício da diversidade, conduzido por muitas mãos e olhares, desde 2016.

Pode-se dizer que a plataforma teve como ponto de partida a escolha das REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS teóricas sobre participação, observatórios urbanos e bairro. Somou-se a esse conjunto de estudos a aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários, realizadas em alguns bairros da cidade. Posteriormente, a análise desse material, somada às discussões teóricas, serviram para articular o observatório enquanto ferramenta que possibilita a democratização de informações na escala do bairro, resultando na definição dos conteúdos que compõem a plataforma digital.

Em seguida a principal atividade foi o tratamento e revisão dos dados socioeconômicos, adquiridos juntos ao INFORMS/CONDER, visando transformá-los em infográficos, para facilitar sua leitura.

Por fim, com a plataforma já tendo sido lançada e em funcionamento, os principais objetivos estavam relacionados à construção dos históricos dos bairros e uma ampla divulgação do observaSSA nos bairros da cidade de Salvador. Por conta da pandemia causada pelo COVID-19 ambas as atividades passaram por adaptações. Para a elaboração dos históricos, a equipe passou a contar apenas com as buscas de arquivos e acervos online; já quanto sua divulgação, a alternativa às visitas foi a intensificação do uso do Instagram, como meio de conectar e trocar, quem mora, vive ou experiencia os bairros da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado temos a própria plataforma e todo o conteúdo nela disponível, além da conta no Instagram. Neste contexto, é com o uso dessas ferramentas que conseguimos

nos aproximar, conectar e trocar experiências com a sociedade.

No caso da plataforma, quando se pergunta “Como vai funcionar essa conexão e trocas de experiências com o público?”, entende-se que a aba “Colabore” presente no observaSSA é que, de alguma maneira, tem feito essa aproximação entre universidade-sociedade, possibilitando que por aí as pessoas possam participar e compartilhar suas experiências e saberes, contribuindo para manter a página sempre atualizada. Além disso, quando a sociedade faz uso deste canal, são ampliadas as possibilidades de conexão entre universidade-sociedade, principalmente, quando esta última realiza o envio de informações, notícias, fotos, eventos para compor as abas da plataforma, a interação/troca está acontecendo.

Nesse sentido, espera-se que no futuro o observaSSA conte, por exemplo, com uma quantidade de fotos que possibilite a criação de uma galeria cujo acervo é pelo olhar da população; além de esperar que cada vez mais a “Agenda” e a aba de “Notícias” conte com materiais fornecidos pelos(as) usuários(as) da plataforma, ou seja, pela sociedade.

Já quanto a segunda ferramenta, o Instagram, inicialmente criado como meio para auxiliar no processo de divulgação da plataforma, hoje é a única ferramenta para esse objetivo. Afinal no cenário no qual estamos imersos, as redes sociais assumiram o protagonismo tanto na conexão, como enquanto espaço para troca e compartilhamento de experiências. O observaSSA atento a esse atravessamento, passou a utilizar a rede como o canal para realizar de modo dinâmico as trocas, compartilhamentos e conexões entre saberes universidade-sociedade.

CONCLUSÕES

O observatório foi entendido como um instrumento importante para o exercício de troca entre o meio acadêmico e a sociedade, pois é responsável pela divulgação de

diversos dados socioeconômicos, históricos e culturais. Esses dados, somados às leituras territoriais, podem funcionar como ferramenta social, evidenciando, no caso da escala do bairro, possíveis adversidades em determinados locais da cidade.

Entendemos que o desafio da plataforma passou a ser sua divulgação e adaptação de mecanismos adotados para proporcionar a produção, troca e conexão de saberes com à sociedade. O uso do Instagram como resposta a um desafio que surgiu em 2020, tem nos proporcionado um contato mais abrangente, em termos de número de pessoas alcançadas, resultando em novas questões e temas à serem discutidos e estudados pela pesquisa. Como por exemplo a importância da ampliação da visibilidade para as associações e coletivos, que ainda aparece na nossa plataforma apenas em dados, como endereço e sites. Isso nos mostra que a plataforma pode ser uma potência de ampliação dos debates relacionados a interdisciplinaridade na interação universidade-sociedade-cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M. C. Participação cidadã nas políticas públicas. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

BAHIA. CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. INFORMS - Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (org.). **Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro**. 5ª ed. Salvador: CONDER/ INFORMS, 2016.

BRANDÃO, Luiz Felipe Leão Maia; SOUZA; Flávio Antonio Miranda de. O conflito urbano como corte epistemológico e o observatório como ferramenta para o planejamento: a experiência do observatório permanente dos conflitos urbanos. XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. **Anais...** Florianópolis, 2009.

VEIGA, Elba Guimarães Veiga el. at. **O processo de delimitação dos bairros de Salvador: Relato de uma Experiência**. Salvador, 2012.

**OBSERVATÓRIO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO SAÚDE E SOCIEDADE CAMPUS
BAIXADA SANTISTA - UNIFESP****Anita Burth Kurka**

Professora doutora - Universidade Federal de São Paulo

Rafaela Camargo BaldoMestranda no Programa Ensino em Ciências da Saúde - Universidade Federal de São Paulo e
Apoio Técnico do Observatório Institucional do Instituto Saúde e Sociedade**Fernanda Karoline Simões Ramos**Graduanda no curso de Serviço Social - Universidade Federal de São Paulo e Apoio ao Plano de
Dados do Observatório Institucional do Instituto Saúde e Sociedade**Patrícia Martins Goulart**

Professora doutora - Universidade Federal de São Paulo

Simone Aparecida Ramalho

Professora doutora - Universidade Federal de São Paulo

observaiss.bs@unifesp.br**RESUMO**

Este estudo apresenta notas acerca das primeiras ações empreendidas em um Observatório Institucional, em fase inicial de implantação, no Instituto Saúde e Sociedade (ISS), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Os Observatórios institucionais são espaços de articulação democrática, participativa e dialógica, que por meio de levantamento de dados, análises e reflexões, podem acompanhar as transformações da realidade e repercussões socioespaciais da universidade pública, buscando fortalecer a relação com a sociedade de modo a dar visibilidade e importância a sua produção como centro de formação. O Observatório Institucional do ISS, em um primeiro momento, se dedica ao campo retrospectivo, buscando retratar a memória do Campus – Baixada Santista e da Unidade Acadêmica (ISS) assim, como, mapear as ações e atividades empreendidas nos domínios do Ensino, Pesquisa e Extensão refletidas na Cidade de Santos e Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS).

Palavras-chave: Universidade - Sociedade, Repercussões Socioespaciais, Memória, Mapeamento e Participação.

INTRODUÇÃO

Diante da crise estrutural do Capital (MÉSZÁROS, 2020) e precarização das Universidades Públicas, imposta por políticas de austeridade e derruição de direitos (LOURENÇO, 2015), se impõem movimentos de resistência e enfrentamento. Neste contexto, são concebidos os Observatórios Institucionais da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, em cada uma de suas unidades acadêmicas. Estes dispositivos, se assentam na Política de Observatórios da UNIFESP, aprovada no Conselho Universitário (CONSU) pela Resolução 177 de 13 de novembro de 2019. No campus Baixada Santista, foram implantados o Observatório Institucional do Instituto Saúde e Sociedade (Observa-ISS) e o Observatório do Instituto do Mar (Imar), com início das atividades em janeiro de 2020.

O Observa-ISS, no qual se inscreve este estudo, tem como objetivo central analisar e acompanhar, retrospectivamente, a memória e as repercussões socioespaciais da implantação e consolidação do Campus Baixada Santista na Região Metropolitana da Baixada Santista diante dos processos de transformação territorial, o modo de vida da população local e às políticas públicas estabelecidas para a região. Considerando-se os desafios e oportunidades decorrentes do

cenário político atual, prospecta-se construir junto aos principais sujeitos sociais locais um plano de desenvolvimento relevante e sociocientificamente referenciado que oriente as tomadas de decisões da instituição.

Em 1996, por meio da Lei Complementar Estadual nº 815, instituiu-se a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) constituída por nove municípios, Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente (FUNDAÇÃO SEADE, 2016). Segundo dados do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), organizado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), em 2014, a RMBS apresentava 1,7 milhão de habitantes. "É considerada uma das regiões mais densamente povoadas do Estado com 715,48 habitantes por km², tem 61,6% da população concentrada em três cidades: Santos, São Vicente e Guarujá, todas com mais de 300 mil habitantes" (FUNDAÇÃO SEADE, 2016).

Assim, este trabalho se propõe a apresentar notas acerca das primeiras experiências empreendidas pelo Observa-ISS, situado na RMBS, com vistas em sua consolidação.

METODOLOGIA

O Observa-ISS se estrutura em três eixos temáticos, a citar: memória, mapeamento, participação e cidadania ativa. Esses eixos dialogam entre si, de modo a criar um conjunto integrado de ações.

O eixo memória se constrói com base em narrativas (CUNHA, 1997), tendo como fio condutor os marcos temporais e eventos que demarcaram a construção da linha do tempo da instituição. Essas narrativas se originam de narradores identificados como sujeitos emblemáticos. Os critérios para seleção dos narradores se inspiram na metodologia Bola de neve (Minayo, 2014), com atenção ao Projeto Político-Pedagógico do campus. O eixo mapeamento utiliza recur-

sos da cartografia, e, a partir de informações, pretende identificar e empregar (graficamente) os dados e indicadores nos lugares do território da RMBS - no que tange às ações provenientes da produção da pós-graduação e das três esferas: Ensino, Pesquisa e Extensão dos 6 (seis) cursos ou eixos específicos (Psicologia, Educação Física, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Nutrição, Fisioterapia) e dos três eixos comuns (Biológico, Trabalho em Saúde e Indivíduo e Sociedade). A proposta é a partir da representação gráfica através de mapas temáticos suscitar questões e reflexões (MARTINELLI, 2019).

As ações do mapeamento se assentam nos estudos das tecnologias e das ferramentas digitais, recursos da cartografia foram incorporados nos meios de digitalização, técnicas de geoprocessamento e a criação de sistemas de informação geográfica (SIG). Há uma série de softwares livres de acesso gratuito na internet e aplicativos de serviços para o processamento de informações, sendo possível dispor dados e indicadores sobre um determinado território, representado graficamente, gerando mapas temáticos (MARTINELLI, 2019).

Por meio de estudos de diferentes ferramentas e pela inspiração na experiência realizada pela Câmara de Extensão e Cultura (CAEC) do ISS, prevê-se o uso do My Maps, um serviço que permite a realização de mapas personalizados e temáticos, para a sistematização e georreferenciamento de dados. Observa-se que o Google My Maps possibilita inúmeras edições, desde o título e a descrição do mapa, o nome de cada camada, os estilos, os atributos e os demais dados associados com os marcadores. A ferramenta também permite ser incorporada no website institucional, é disponibilizado um link de acesso, que pode ser usado para compartilhamento com outras pessoas, o que facilita processos de mapeamentos participativos e colaborativos.

A participação e cidadania ativa, por sua vez, são entendidas como princípios condutores do Observatório e eixo metodológico.

Do ponto de vista conceitual, este eixo, dialoga com a abordagem da “*Community Based Participatory Research*” (CBPR) / “*Pesquisa Participativa em Saúde e Empoderamento*” (PAPE) (WALLERSTEIN, 2018). A CBPR/PAPE, caracterizada como uma metodologia de pesquisa-investigação participativa, fomenta discussões acerca dos modos de se fazer pesquisa junto às comunidades, dando destaque para o mapeamento e pactuação de parcerias, reflexões sobre as relações de poder no nível micro e macropolítico, a importância da participação social e criação de indicadores, além do conceito de empoderamento para avaliação dos processos de curto, médio e longo prazo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As primeiras atividades do Observa-ISS se dedicaram à construção dos instrumentos, detalhamento dos procedimentos, reflexão sobre as questões éticas envolvidas no levantamento de informações, realização das primeiras entrevistas (piloto) e organização dos dados para a elaboração de produtos (em curso). Além disso, houve uma ampla mobilização da comunidade acadêmica que teve como seu expoente a discussão do lugar institucional do Observatório como órgão assessor da instância máxima de deliberação (congregação) do ISS. Assim como, aprovação da estrutura interna do Observa-ISS, com a criação de um Comitê Gestor (composto pela Coordenação do Observatório, Direção Acadêmica e Coordenadores de Câmaras) e Comitê Técnico (composto pela coordenação, duas docentes, uma estudante bolsista da graduação como Apoio ao Plano de Dados e uma profissional bolsista egressa como Apoio Técnico).

A narrativa de implantação e consolidação do campus Baixada Santista e do ISS adotará como fio condutor os marcos temporais e eventos que demarcam sua linha do tempo. Neste momento, a equipe se atém ao levantamento de uma rede de narradores/as, buscando construir um primeiro exercício de escuta e redação das memórias da instituição, com vistas na “compreensão

da historicidade da experiência” (WITTIZO-RECKI et al, 2006, p.26).

Por memória, compreende-se, um conjunto de imagens, representações e narrativas de pessoas e comunidades que se atualiza, se reorganiza e se refaz ao passo que se narra (BOSI, 2000 & HALBWACHS, 2000). Através desta noção de memória, o procedimento de escrita se inspira na estética da produção de colagens, compondo registros da escuta e trechos de narrativas, excertos de autores que dialogam com o percurso narrativo, fotos e imagens, compondo e reorganizando as memórias coletivas.

Para o convite aos narradores/as foi elaborado um material de diálogo sobre o eixo Memória: Encontros e Produção de Narrativas que vem sendo compartilhado com representantes da Comunidade Acadêmica e outros parceiros.

Este material/convite serve como base para a produção de um livro que está sendo construído em versão digital que agregará às mencionadas narrativas, e de uma linha do tempo que vem se desenhando com os marcos temporais extraídos das narrativas em diálogo com a recolha de notícias do Diário Oficial e do Jornal A Tribuna sobre a implantação do ISS na RMBS.

Além do eixo Memória, neste livro constará as reflexões sobre a construção do “mapa narrativo”, de modo a dar voz a um conjunto de experiências que para além das informações georreferenciadas.

O registro e a sistematização das informações ao longo do mapeamento apontam narrativas que compõem um enredo dessas ações. De modo que não basta que a ação de mapear responda a pergunta “Onde fica”, “Onde estamos?” “Onde são realizadas as ações de ensino, pesquisa e extensão do ISS”. Como nos aponta MARTINELLI (2019, p.34) “Hoje, os mapas precisam responder também a outras questões como: ‘O quê?’, ‘Por quê?’, ‘Em que ordem?’,

‘Quanto?’, ‘Quando?’, ‘Em que velocidade?’, ‘Por quem?’, ‘Com que finalidade?’ e ‘Para quem?’”.

Para a compreensão das memórias e narrativas, servem de subsídios os aportes do livro "Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história" de Paul Veyne. Essas leituras e reflexões aproximam o trabalho de uma perspectiva genealógica, ao mesmo tempo que distanciam a equipe da condição de historiadores/ras. Trata-se da acolhida sistematizada de diversas vozes e visões narrativas que constituem memórias datadas, recordadas em um dado período de tempo. Se "a história é filha da memória" (VEYNE, 1998, p.19), pode-se afirmar que há fios da história que são lançados ao compor esse conjunto de memórias.

Por meio da compreensão de memória apresentada e por esta noção de composição de memórias, prioriza-se a prática de colagens como procedimento narrativo e estético. Destaca-se uma das colagens realizada por um dos narradores, que trabalhou como servente da obra do que originou o prédio da Rua Silva Jardim onde, desde 2012, é a sede do Instituto Saúde e Sociedade. Outros convites foram feitos aos narradores para que disponibilizem fotos, imagens e, ou passagens emblemáticas de suas memórias no ISS, a fim de criar um ambiente em forma de paisagens esteticamente convidativas à caminhada retrospectiva.

Conforme referido anteriormente, tais ações não ocorrem de maneira estanque, mas em sintonia entre os mencionados três eixos que estruturam o Observa ISS. No tocante à participação, esse período inicial de estratégias se propõe a fortalecer o diálogo da Universidade-Sociedade, para além da visibilidade, que é de suma importância, mas, sobretudo, para ampliar espaços e refletir qualidades de participação da comunidade acadêmica, das comunidades parceiras e da sociedade em geral. Como bem referem Paim e Santos (2018), a expansão de espaços democráticos de discussão e de influência nas decisões políticas, favorecendo

a transparência, a *accountability*, a participação, o acompanhamento e a avaliação, podem configurar novas potencialidades de observatórios.

Nesse sentido, o eixo participação perpassa todos os outros, e visa consolidar a implantação do Conselho Estratégico Universidade Sociedade (CEUS-BS), com o objetivo central de ampliar a participação de diferentes grupos sociais nos processos de discussão e decisões referentes ao planejamento e gestão do Campus Baixada Santista da UNIFESP.

CONCLUSÕES

O processo de implantação deste Observatório Institucional, em estágio inicial, configura um desafio, que requer o envolvimento de muitas mãos. A mobilização interna e o diálogo sistemático com a comunidade acadêmica, estão no horizonte, como também o fortalecimento da participação, inscrito no trabalho de articulação, pactuação e prática de parcerias. Parte-se do pressuposto que a visibilidade da memória e o mapeamento das ações no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, perpassados pela participação da comunidade, contribuirá para afirmar a identidade do Instituto Saúde e Sociedade, em sintonia com os valores de uma Universidade Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Maria Isabel da. **CONTA-ME AGORA! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino**. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 23, n. 1-2, p.185-195, Jan, 1997.

FUNDAÇÃO SEADE - SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Índice Paulista de Responsabilidade Social da Região Metropolitana da Baixada Santista, IPRS 2014**.

Disponível em:

<https://www.agem.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/reg680.pdf> Acessado em 18/10/20.

LOURENCO, Edvânia Ângela de Souza. **Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 447-475, Sept. 2015

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2019.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. - 14. ed. - São Paulo: Hucitec, 2014.

PAIM, Marcele Carneiro; SANTOS, Maria Lígia Rangel. **Estado da arte dos observatórios em saúde: narrativas sobre análises de políticas e sistemas**. Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe2, p. 361-376, out. 2018.

WALLERSTEIN Nina. Prefácio. In: TOLEDO, R.F. et al. **Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p.11-26.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

DINIZ, Anthony Andrey Ramalho et al. **Levantamento 3 - Programas e projetos de extensão da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) no campus Baixada Santista (2014 – 2019): caracterização de dados e utilização do Google My Maps para o mapeamento das ações**. Disponível em: https://caec.iss.unifesp.br/images/doc/levantamentos/Levantamento_3.pdf Acessado em 18/10/20.

TERRITORIALIZAÇÃO DO CUNI COARACI – BAHIA

Alberício Silva de Jesus

Licenciado em geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde na Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

albericiobassdejesus@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa, em andamento, cuja finalidade busca identificar o perfil, o percurso e a trajetória dos estudantes do Colégio Universitário (Cunis) da UFSB na cidade de Coaraci. Para tanto buscou-se compreender como o processo de territorialização pode interferir na afiliação estudantil, além de analisar a proposta de implantação dos Cunis, verificando se houve êxito da universidade em atingir o público que pretendia, com base em seu Plano Orientador. A pesquisa contou com a participação de 54 entrevistados, ingressantes na universidade nos anos de 2014, 2016 e 2017.

Palavras-chave: colégios universitários, territorialização, redemocratização da educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade discutir o processo de inserção de camadas populares no ensino superior, identificando o perfil sócio econômico e cultural dos estudantes do Colégio Universitário da cidade de Coaraci (BA), um polo da Rede Anísio Teixeira da Universidade Federal do Sul da Bahia. Este modelo de ensino foi pensado para promover a democratização do ensino superior público, por meio da territorialização da universidade, a partir de seus *campi*-sede. Aqui nos propomos a analisar este processo de territorialização, identificando o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes desse Cuni e como estes fatores podem interferir no processo de afiliação acadêmica,

uma vez que esta se dá por meio da aprendizagem do ofício de estudante como afirma Coulon (2008).

METODOLOGIA

Os estudantes do Cuni Coaraci foram divididos a partir de seu ano de ingresso na UFSB (2014, 2016 e 2017) em três categorias: egressos, com matrículas canceladas e ativos. O questionário foi aplicado via Google-forms e a pesquisa enviada por e-mail. Buscou-se comparar o resultado dessa pesquisa com as informações constantes em documentos oficiais da instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo teve como propósito analisar a territorialização, partindo da análise do perfil dos estudantes do Cuni Coaraci, ingressantes na UFSB em 2014, 2016 e 2017. O questionário foi aplicado a 104 estudantes, sendo que 54 responderam a pesquisa: 16 respostas dos ingressantes em 2014, 21 em 2016 e 17 da turma de 2017.

Os pesquisados possuem em média, a idade de 32,4 anos. Percebeu-se com a pesquisa que, ao longo dos anos de ingresso, houve uma variação na idade dos estudantes, sendo que a turma de 2014 possui maior média com 35 anos. Verificou-se que 75% dos entrevistados possuem uma idade superior a 30 anos, sendo 5 pessoas (31,25%) dos 16 entrevistados possuía entre 36 a 40 anos, a faixa etária que se enquadra no perfil de estudantes tardios, classificação dada aos que possuem mais de 24 anos, demonstrando a exclusão social e segregação de uma grande parcela da população, demonstrando a elitização do ensino superior conforme afirmou Ristoff (2014, p. 726).

As turmas de 2016 e 2017 possuem uma média etária de 31 anos, a primeira possui 12 (57,14%) dos entrevistados com idade acima de 31 anos, destes 7 (33,33%) possuem entre 31 e 35 anos. Esta mudança pode ser verificada pelo aumento no número de indivíduos com idade entre 20 e 25 anos, visto que na turma de 2014 eram apenas 2 (12,5%), sendo que subiu para 5 (23,81%) na turma de 2016. Esta mudança no perfil de idade dos estudantes continua a tendência apresentada de redução da idade: a turma de 2017 possuía 9 estudantes (52,94%) entre os 17 entrevistados com idade igual ou inferior a 30 anos e destes, 4 (23,53%) possuíam entre 20 e 25 anos, percentual 10% menor aproximadamente que o estipulado pelo Plano Nacional de Educação do Brasil (PNE) 2014-2024, que pretende que este índice chegue a 33% até o ano de 2024.

Estes perfis etários verificados nas turmas, demonstram um estudante diferente na UFSB da média dos alunos universitários federais. De acordo com o relatório da Andifes (2018, p. 20), “a idade média dos alunos de instituições federais de ensino superior é de 24,4 anos”, índice bastante inferior ao apresentado pelo Cuni Coaraci, demonstrando que “a criação de novas universidades e novos *campi* das universidades federais, a política de interiorização e a criação dos Institutos Federais de Educação, entre outras, começam a alterar o perfil socioeconômico do estudante de graduação do campus brasileiro”. (RISTOFF, 2014, P.727).

Os alunos do Cuni são, em sua maioria, do sexo feminino (63%), sendo que os percentuais têm sofrido mudanças consideráveis, 11 (68,75%) das entrevistadas eram do sexo feminino, na turma de 2014, número que sobe para 21 (76,19%) em 2016 e sofre uma redução considerável na turma de 2017 (51,18) com 7 estudantes, sendo o menor índice de pessoas do sexo feminino apresentado nas turmas. De acordo com pesquisa da Andifes (2018, p.19) o índice de indivíduos de sexo feminino sofreu um crescimento entre 2014 e 2018, passando de 52,4% para 54,6%, o que não foi verificado

nas turmas estudadas, pois a turma de estudantes em 2017 apresentou um decréscimo de 25% em relação a turma de 2016 e 17,57% em relação a turma de 2014.

Em relação a raça: 49 (90,74%) dos 54 entrevistados se autodeclararam da raça negra, destes 33 (61,1%) se autodeclararam pardos, enquanto apenas 16 (29,63%) se autodeclararam negros. Houve modificação quando analisamos raça/cor dos ingressantes, visto que a turma de 2014 era formada por 100% de alunos da raça negra (75% de pardos e 25% de pretos). Ainda que o percentual de negros continue alto, percebe-se que houve uma aumento no número de estudantes que se autodeclararam brancos nas turmas de 2016 (1 entrevistado - 4,76%) e 2017 (2 entrevistados - 11,76%).

É importante pontuar que a turma de 2016 apresentou o maior número de indivíduos que se auto declaram negros, 7 (33,33%) dos entrevistados, número que cai para 5 (24,41%) no ano de 2017, este percentual de aumento verificado a cima pode ser creditado as ações afirmativas e políticas de cotas empregadas no processo de seleção de alunos do Cuni, critérios estes que estão inseridos no edital próprio utilizado para o ingresso dos estudantes.

O Cuni tem conseguido realizar seu propósito em relação a democratização do ensino superior, conforme o proposto no Plano Orientador da instituição, inclusive em relação ao perfil financeiro dos estudantes. Trata-se de universitários de baixa renda, com rendimento familiar médio entre um e dois salários-mínimos (R\$ 1.045,00 e R\$ 2.090,00), cujas famílias, em média, possuem 3 indivíduos. 50% dos entrevistados (8) ingressantes em 2014 possuía renda de até dois salários-mínimos, no entanto 7 (43,75%) possuíam uma renda até R\$ 1.045,00 e apenas 1 estudante possui renda superior a R\$ 2.090,00. Já a turma de 2016, 15 entrevistados (71,42%) possuía renda de até R\$ 1.045,00 e 6 (29,58%) declararam ter uma renda superior a 2.090,00.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que 42 (77,78%) dos entrevistados contribuem para a renda familiar, 21 (38,89%) parcialmente, sendo que 21 (38,89%) são os responsáveis pela renda da sua família. O percentual de contribuintes com a renda familiar tem apresentado uma alteração relevante, uma vez que apenas 1 (6,25%) dos 16 entrevistados na turma de 2014 não contribuía com a renda familiar, sendo que 8 (50%) contribuía parcialmente e 7 (43,75%), totalmente. Estes valores foram mudando de acordo com o perfil da turma, diante disso a turma de 2016 apresenta um índice maior de estudantes que eram os responsáveis pela renda familiar: 7 (43,75%), ainda que 8 (38,10%) contribuía parcialmente e 3 (14,29%) não contribuía. O índice de estudantes que não contribuía com a renda subiu para 8 (47,06%) sendo que apenas 4 (23,53%).

Os estudantes em sua grande maioria se enquadravam no perfil de alunos de baixa renda, entretanto 48,98% destes, não recebiam nenhum auxílio, aposentadoria ou participavam de programa de redistribuição de renda. A turma que possuía o maior número de estudantes que tinham acesso a benefícios ou programas de redistribuição de renda foi a turma de 2016, que apresentava um percentual de 51,94% (9 estudantes) recebendo Bolsa Família, nas demais turmas os valores que predominou foram os de estudantes que não acessavam estes benefícios.

Em relação a moradia, a maioria afirmou residir em casa própria 32 (59,26%), 12 (22,22%) viviam em residências alugadas, 9 (17%) cedidas, 2 (4%) pagavam financiamento ou estavam em residências emprestadas, 52 (96%) destes imóveis eram de alvenaria e o restante eram parte em alvenaria e taipa ou em madeira, 49 (91%) destes imóveis eram dotados de saneamento básico e energia elétrica, 5 (9%) possuíam energia elétrica, mas não possuíam saneamento básico.

Neste processo de identificação do perfil dos estudantes do Cuni um dos pontos fundamentais para esta caracterização foi o percurso escolar trilhado por eles, 47 (87,04%) estudaram o ensino médio totalmente em uma instituição de ensino público, confirmando o perfil até aqui identificado de estudantes de baixa renda e mantendo as características das turmas, onde a primeira turma (2014) apresenta um total de 15 estudantes (93,75%) vindos de escola pública enquanto a segunda, 2016, tinha 19 estudantes (90,48%) e a terceira (2017) 13 (76,47%). Em 2014 não teve alunos que fizeram o ensino médio completamente em instituições de ensino privada, mas em 2016 tem a presença de 1 estudante (4,76%), subindo para 3 (17,65) em 2017, o que permite afirmar que 75% dos entrevistados cursaram o ensino médio completamente no ensino público.

Quanto a quantidade de vezes em que os estudantes realizaram vestibular ou Sisu, 25 (48%) informaram que haviam feito no mínimo 3 vestibulares ou Sisu. A turma que possui a menor média de realizações é a turma de 2017, onde 9 (53%) fizeram no máximo duas vezes e a turma que possuía os maiores valores era a turma de 2016, onde 9 (52,55%) realizaram no mínimo três seleções. Se faz necessário ressaltar que a turma de 2014 possui a maior média de idade e com o maior percentual de indivíduos acima dos 30, entretanto 8 (56,25%) destes estudantes realizaram no máximo dois Sibus ou vestibulares, justificando o índice de 70.37% (38 estudantes) que estavam sem estudar ao ingressarem na UFSB.

No que tange a escolaridade dos pais, verificou-se que 70% dos pais dos estudantes não possuíam sequer o ensino médio. Logo, o Cuni Coaraci tem possibilitado a ascensão intelectual para famílias até então excluídas. O fato de a universidade ter um edital próprio para o ingresso torna-se um elemento facilitador para o acesso desses estudantes, pois prioriza os estudantes da região e promove a territorialização proposta por Raffestin (1993), que “pode ser definida

como 'o conjunto de relações que desenvolve uma coletividade – e, portanto, um indivíduo que a ela pertence – com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN apud Haesbaert, 1997, p. 32).

Desta forma, percebe-se que a universidade consegue promover mudanças significativas no território no qual ela está instalada, uma vez que 90% dos seus alunos já haviam prestado vestibular e/ou Sisu, em média, 3 vezes. Entretanto, o fato de um grande número de alunos possuírem pais com baixa escolaridade, precisa ser observado com atenção pela gestão da universidade e de acordo com Souza e Santos (2014), o processo de afiliação se torna ainda mais difícil, pois aspectos fundamentais desse processo lhes foi negado como o acesso a leituras mais complexas desde a educação básica, assim como acesso à línguas e o manejo de instrumentos tecnológicos.

CONCLUSÕES

Importante assinalar que a proposta de integração e democratização do ensino superior promovido a partir da segunda década dos anos 2000 e materializada pela implantação da UFSB na região (2013), por meio dos Cunis, se mostrou eficiente, uma vez que a instituição conseguiu alcançar um público que, até então, não tinha acesso ao ensino superior, promovendo a democratização do ensino superior, entendendo que os Colégios Universitários foram criados com o intuito de formar “profissionais que terão uma visão global da sociedade, da qual a ciência é uma interpretação funcional, e da cultura.” (BRASIL, 2014, p.22,)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES, 2018. Disponível em: <<http://www.andi-fes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>> Acesso em: 10/08/2020

BRASIL. Universidade Federal do Sul da Bahia. Plano Orientador, 2014. Disponível em:<<https://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Fin1.pdf>> Acesso: 10/08/2020

COULON, Alain. A Condição de Estudante: a entrada para vida universitária. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

Lei 13.005 (2014, 25 de junho). Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE 2014- 2024. Brasília. MEC.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: Uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014

SANTOS, E. F; SAMPAIO, S. M. R.; SANTANA, C. M. B. Perfil dos estudantes e democratização à educação superior: uma análise com estudantes do Bacharelados Interdisciplinares da UFBA.

SOBRE OS ORGANIZADORES DOS ANAIS URBBA[20]

Os presentes Anais do urbBA[20] foram organizados pelo Núcleo de Estudos e Intervenções nas Cidades (NEIC), entidade anfitriã do evento nessa edição, em janeiro de 2021, sob a responsabilidade de:

	<p>André Luiz de Araújo Oliveira araujandre@gmail.com</p> <p>Graduado em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); Mestre e Doutor em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PPG-AU da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), com realização de estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Atualmente é Professor Adjunto na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), atuando no Campus Jorge Amado em Itabuna.</p>
	<p>Joel Pereira Felipe joel.felipe@ufsb.edu.br</p> <p>Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Mackenzie (1988), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (1997) e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2004). É Professor Associado da Universidade Federal do Sul da Bahia (desde 2014), onde ocupou o cargo de Pró-reitor de Sustentabilidade e Integração Social (2014-2017).</p>
	<p>Regina Soares de Oliveira regina.oliveira@ufsb.edu.br</p> <p>Bacharel e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP, 2000); Mestre (2008) e Doutora (2014) em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Na docência atuou na educação básica nas redes municipal e estadual de educação na cidade de São Paulo (2003-2012). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia, no Campus Jorge Amado e Itabuna (desde 2014).</p>

André Luiz Araújo de Oliveira
Joel Pereira Felipe
Regina Soares de Oliveira
(organizadores)

urbBA[20]

**Instituições de Ensino Superior no
século XXI: impactos nos territórios**
Anais do Seminário Urbanismo na Bahia

Ilhéus, Itabuna, 3 a 6 de novembro de 2020